

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DEPARTAMENTO DE DIREITO

MARJORIE CARVALHO DE SOUZA

**PERIODISMO JURÍDICO OITOCENTISTA:  
A REVISTA DO IAB NA CULTURA DAS REVISTAS JURÍDICAS BRASILEIRAS  
DO SÉCULO XIX (1862-1888)**

Florianópolis  
2018

Marjorie Carvalho de Souza

**PERIODISMO JURÍDICO OITOCENTISTA:  
A REVISTA DO IAB NA CULTURA DAS REVISTAS JURÍDICAS BRASILEIRAS  
DO SÉCULO XIX (1862-1888)**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em  
Direito do Centro de Ciências Jurídicas da  
Universidade Federal de Santa Catarina como  
requisito para a obtenção do título de Bacharela em  
Direito.

Orientador: Prof. Dr. Arno Dal Ri Jr.

Florianópolis

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

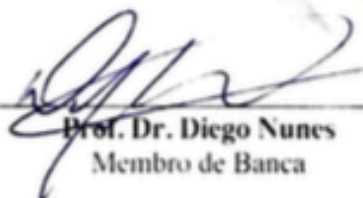
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "Periodismo jurídico oitocentista: a Revista do IAB na cultura das revistas jurídicas brasileiras do século XIX (1862-1888)", elaborado pelo(a) acadêmico(a) Marjorie Carvalho de Souza, defendido em 2/7/2018 e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10,00 (dez), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 2 de julho de 2018



Prof. Dr. Arno Dal Ri Jr.  
Professor Orientador



Prof. Dr. Diego Nunes  
Membro de Banca



Prof. Dr. Alexandre Ribas de Paulo  
Membro de Banca



Prof. Marcel Mangili Laurindo  
Membro de Banca



**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**Centro de Ciências Jurídicas**  
**COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E**  
**ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA**

Aluno(a): Marjorie Carvalho de Souza

RG: 4.309.340 SSP/SC

CPF: 055.307.169-62

Matrícula: 13101440

Título do TCC: Periodismo jurídico oitocentista: a Revista do IAB na cultura das revistas jurídicas brasileiras do século XIX (1862-1888)

Orientador(a): Prof. Dr. Arno Dal Ri Jr.

Eu, Marjorie Carvalho de Souza, acima qualificado(a); venho, pelo presente termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido.

Florianópolis, 9 de julho de 2018.

Marjorie Carvalho de Souza



Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Souza, Marjorie Carvalho de  
Periodismo jurídico oitocentista : a Revista do IAB na  
cultura das revistas jurídicas brasileiras do século XIX  
(1862-1888) / Marjorie Carvalho de Souza ; orientador,  
Arno Dal Ri Jr., 2018.  
349 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências  
Jurídicas, Graduação em Direito, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Direito. 2. Periodismo jurídico oitocentista. 3.  
Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.  
4. Cultura das revistas jurídicas. I. Dal Ri Jr., Arno .  
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em  
Direito. III. Título.

Ao Eduardo, a dedicatória em prosa como retribuição singela do afeto que já recebi na forma de versos, acrósticos e da compreensão de todos os dias.

## AGRADECIMENTOS

*Marco Polo describe un ponte, pietra per pietra. – Ma qual è la pietra che sostiene il ponte? – chiede Kublai Kan. – Il ponte non è sostenuto da questa o quella pietra, – risponde Marco, – ma dalla linea dell’arco che esse formano. Kublai Kan rimane silenzioso, riflettendo. Poi soggiunge: – Perché mi parli delle pietre? È solo dell’arco che m’importa. Polo risponde: – Senza pietre non c’è arco<sup>1</sup>.*

Um trabalho monográfico pode até ser monotemático, mas jamais é assim chamado por ser escrito apenas por uma mão: diversos são os braços que carregam uma pesquisadora ao seu objeto de pesquisa, às suas fontes, ao seu marco teórico e bibliografia – e que oferecem, assim, as pedras do seu arco. Mas tantos outros são os que a afastam deles, para manter sua sanidade mental e equilíbrio, relembrando-lhe que por mais intensa que tenha sido a tonalidade empregada para desenhar o seu escrito, também ele descolorirá. Por vezes oferecem apenas um aviso ainda mais singelo: o de que há tantas outras cores a se apreciarem que não somente a das páginas amareladas das revistas jurídicas do século XIX.

Começo por agradecer a quem me deu a primeira pedra para construir o arco deste trabalho, presenteando-me, há quatro anos, com meu primeiro livro sobre história do direito: o professor, orientador e amigo, meu *maestro*, Arno Dal Ri Jr. Com o presente veio ao mesmo tempo o convite para permanecer na sua sala e ingressar na sua *scuola*, fazendo-me entender – ao conhecer de perto sua trajetória e receber atentamente suas lições cotidianas – quem “eu gostaria de ser quando crescer”.

O ambiente de trabalho e aperfeiçoamento intelectual proporcionado pela sala 313 foi alicerce valioso, onde tive a oportunidade de encontrar interlocutores(as) e amigos(as). Após acompanhar dez edições do *Ius Commune* e ser positivamente contaminada por esse modo particular de compreender a História do Direito, sedimentado coletivamente em encontros semanais que frequento desde o primeiro ano da graduação, não posso negar que as próximas laudas foram muito influenciadas pelas calorosas discussões travadas em reuniões, congressos e incontáveis cafés. Em especial, ao Guilherme Bedin, Felipe Pante Leme de Campos, Airton Ribeiro da Silva Jr., Felipe de Farias Ramos, Anna Clara Lehmann Martins, Kristal Moreira Gouveia, Pietra Becel e Alice Felisbino Miottello.

A saudável disputa entre historiadores e internacionalistas, eterna *disputatio* a que não nos furtamos de combater, serviu de incentivo contínuo ao aperfeiçoamento e crescimento pelas

---

<sup>1</sup> CALVINO, Italo. *Le città invisibili*. Milano: Mondadori, 2016.

diferenças, o que me faz estender os agradecimentos pela convivência estimulante com os colegas do *Ius Gentium*, em especial a Fernanda Ruy e Silva, Gustavo Carnesella, Lucas Carlos Lima, Felipe Jacques Berger e Gustavo Becker Monteiro.

Ingressar na 313 também significou me conectar a uma genealogia pregressa, que inspira e orienta, e começa a espalhar novos frutos por outros cantos do Brasil, através de nossos grupos-irmãos. Agradeço ao professor Ricardo Sontag, especialmente pela oportunidade de debater em Belo Horizonte o projeto que deu início a esta pesquisa em evento organizado pelos(as) colegas do *Studium Iuris* e assim amadurecer muitas das ideias que compõem este relatório final. Estendo meu agradecimento ao Arthur Barretto de Almeida Costa, pela solicitude em fornecer bibliografia e materiais fora do alcance em Florianópolis.

Agradeço ao professor Diego Nunes, por ter sempre acreditado no meu futuro acadêmico, confiando a mim desafios às vezes maiores que as minhas próprias forças, mas exatamente do tamanho de quem eu gostaria de me tornar. O Senhor será sempre uma das minhas primeiras e maiores referências como docente.

À Raquel Razente Sirotti, por ter me permitido participar do começo de seu percurso enquanto historiadora do direito e assim ter influenciado em definitivo o meu. Contigo aprendi coisas que livro algum jamais poderia me ensinar. Juntas estivemos em momentos muito bonitos e importantes das nossas histórias, que por onde quer que se encaminhem, terão um início compartilhado de que sempre iremos nos lembrar.

(Bem)aventurar-se no além-mar é condenação definitiva a estender a dívida de *gratitudine* a cifras impagáveis. Napoli me deu muito mais do que eu poderei algum dia retribuir. Pelas mãos da professora Cristina Vano, que desferiu o pontapé inicial a esta monografia com alguns rabiscos na sala de sua casa indicando a direção precisa por onde caminhar e a chave de leitura que guiou este trabalho do início ao fim, conheci um objeto de pesquisa e uma bibliografia *sconfinata* que de outro modo jamais poderia acessar. Por seu autógrafo em meu primeiro livro italiano de história do direito assinado com uma interrogação, passei a compreender a responsabilidade e *l'onore* de ser chamada sua “*discepola*”.

A *scuola napoletana* também me apresentou a uma admirável geração pregressa de pesquisadores, que me forneceu lições preciosas – dentro e fora de sala de aula – sobre a história do direito italiano e nosso fantástico *mestiere*: Francesco Rotondo e Virginia Amorosi. Os especiais agradecimentos pela acolhida afetuosa e paciente à recém-chegada e *giovannissima brasiliana* pouco atenta ao direito canônico e aos horários da biblioteca.

Dos laços que se criaram na Federico II, mas foram muito além dela e resistiram ao fuso-horário e à distância, agradeço à Clelia Loffredo, por ter me presenteado com um dos

livros que figuram nas epígrafes deste trabalho e por ser fonte inesgotável de aprendizado e inspiração sobre a literatura italiana. À Chiara Castaldo, cuja *sorellanza* e sintonia nos trouxe à conclusão desta etapa juntas, muito mais próximas do que a geografia desfavorável nos permitiu imaginar a cada *até logo* que sempre nos faz emocionar.

De volta à pátria amada, o seguimento da pesquisa me fez contrair novos débitos de gratidão, em um tipo paragem muito propensa a empenhar todo o patrimônio de um historiador: a biblioteca Daniel Aarão Reis do Instituto dos Advogados Brasileiros. Agradeço a atenção e simpatia de Amanda Terto, que mesmo concentrada na preparação do último volume da Revista, compartilhou comigo suas experiências sobre a militância política no Rio e as perspectivas profissionais de uma quase bacharela em biblioteconomia. Sobretudo, registro minha gratidão a Angela Moreira Ribeiro, que acolheu meu tema como se fosse seu e revirou todas as estantes daquela biblioteca atrás de materiais que pudessem me ajudar nesta empreitada. Supreendi-me de constatar que ela própria é uma obra rara e viva deste Instituto, com o qual colabora há 23 anos, e que fez valer a viagem ao Rio de Janeiro.

Dentre as historiadoras de periódicos mais brilhantes que tive o prazer de conhecer pessoalmente, a duas delas devo especial menção e voto de gratidão. Em primeiro lugar, à professora Maria de Fátima Fontes Piazza, por quem minha admiração pela memória inigualável para nomes e referências só aumentou ao conhecer de perto a interlocutora gentil, que se tornou também uma amiga. Agradeço por ter acolhido um trabalho de história do direito com tamanho interesse e confiança, e ter disposto um pouco do seu precioso tempo de descanso após décadas de incansável dedicação à Universidade para fornecer sugestões e indicações de boa parte do instrumental metodológico que sustenta esta pesquisa.

Talvez a pesquisadora mais apta a compreender esta pesquisa, não só pelas vantagens da dupla titulação e da desenvoltura com que transita entre esses dois campos que tanto disputam, mas que tanto deveriam dialogar – a história e o direito –, como também por ter prestado contribuições preciosas, quase de caráter inaugural, para tornar o periodismo jurídico um objeto digno e viável na história do direito brasileiro, seja a autora de boa parte da bibliografia consultada: Mariana de Moraes Silveira. Um dos maiores prazeres da pesquisa é conhecer a sua biblioteca ao vivo; maior honra é poder com ela trocar e-mails e receber feedbacks ao projeto quando se encontrava ainda estado embrionário e provisório. Agradeço suas sugestões precisas e a disponibilidade com que sempre recebeu minhas dúvidas e intuições.

Nem só de experiências diretamente relacionadas à pesquisa se constrói uma acadêmica. Durante boa parte da graduação procurei vivenciar a Universidade da forma mais

profunda possível, em todos os seus tripés, com a certeza de que uma boa formação não se obtém somente na sala de aula. Aos três anos de experiência no Projeto de Extensão Sociedade de Debates da UFSC, devo a compreensão da importância de saber comunicar ideias com clareza e precisão; mais ainda a percepção de que é muito mais fácil – e alegre – trabalhar com afeto e amizade. Em especial, aos(às) amigos(as): Amanda Karol Mendes Coelho, Eduardo Xavier Costa Andrade, Murillo Preve Cardoso de Oliveira, Vanessa Bussolo Brand, Victor Henrique Rorato, e Victoria Cruz Bartell.

Poucos historiadores têm a oportunidade de vivenciar concretamente seu objeto de pesquisa, o que torna, a meu ver, a revista jurídica um tema de estudos ainda mais fascinante. Durante meu percurso acadêmico, tive o prazer de acompanhar de perto o nascimento da Revista da Graduação em Direito da UFSC – *Revista Avant* – e participar, de dentro dela, do seu fortalecimento como espaço de aprendizado e produção de conhecimento pela construção, não mera reprodução, feito de e para graduandos(as). Dentre os(as) colegas excepcionais com quem tive a oportunidade de conviver no projeto, agradeço em especial à professora Carolina de Medeiros Bahia, Júlia Bordin Mandelli Correa e a Manoella Peixer Cipriani.

Às confradeiras da Escola de Atenas, professora Luana Renostro Heinen e Giovanna Maisa Gamba, agradeço os encontros de trocas intelectuais, inspiração e afeto, antes e durante a feitura deste trabalho, e que, de minha parte, serão mantidos por uma inteira vida acadêmica. Nosso singelo grupo é uma das provas mais vivas que possuo para acreditar que há vida e amizade por trás de títulos e livros; e ainda mais no compartilhamento deles.

Às amigas a que me juntei no recomeçar deste percurso e já na metade dele, agradeço a acolhida afetuosa, como se o tivéssemos atravessado juntas desde o começo, e o apoio cotidiano, mesmo no limiar da exauriência, para enfrentar toda sorte de provas e empecilhos na incansável busca pelo diploma: Anna Karolina da Silva Oenning – que é também a melhor dupla que eu poderia desejar! – Débora Gerardi e Marina Rabelo.

Com o perdão do anacronismo, posso afirmar com tranquilidade que essa trajetória teve início há mais de cinco anos, com o – hoje aparentemente distante – início da graduação. Às amigas que acompanharam de modo mais fiel e sincero todos os passos dela, da distância de um oceano ou simplesmente daquela dos próprios rumos que tomamos com nossas vocações tão diversas, torcendo, divertindo ou confortando os percalços deste caminhar, minha gratidão e amizade: Ana Carolina Rodrigues Dutra, Gabriela Consolaro Nabozny, Luiza Köche Nunes Ceravolo, Marina Machado Schmitt e Valéria Magalhães Schneider.

Outros cento e dez agradecimentos eu poderia registrar à Amanda Karol Mendes Coelho, por ter sido a pessoa a acompanhar mais de perto a saga das notas de rodapé, as aflições

do sumário e a peregrinação do apêndice com sugestões certas e torcida constante, comemorando cada pequena vitória deste trabalho como se fosse sua também. Toda alegria se torna mais genuína quando compartilhada; por isso te agradeço por ter feito deste período caótico e angustiante um momento mais leve e alegre. *I'll be there for you, 'cause you're there for me too!*

À amiga e prima, que mais parece uma irmã, Suellen de Souza Lemonje, há muito de gratidão por compartilhar cotidianamente os desafios da universidade; por me encher de presentes e alegrias com bloquinho, agenda, caneta, paçoca e toda sorte de mimo que nutre a alma e alimenta o espírito, bálsamos de equilíbrio mental e leveza durante o processo de escrita deste trabalho. Mas apesar de nosso inegável vínculo acadêmico – fortalecido semanalmente na biblioteca e no café do CED – acredito que haja muito mais a agradecer do que a referência enquanto pesquisadora que representas para mim: sou-te grata por me mostrar que a Academia também pode ser espaço de afeto; e que conhecimento sem amor e amizade apenas servem para pesar prateleiras.

Ao o meu refúgio preferido do caos da escrita, porto de paz onde mais contentamento encontro ao atracar: Eduardo Beirão. És o sentido mais doce de qualquer objetivo, pois é por amor e para o amor que vale a pena se mover. Agradeço por, mesmo sendo um jurista do direito positivo, jamais ter menosprezado meus arroubos pluralistas e respeitado meu apreço por tudo que é obsoleto, sendo o primeiro leitor, corretor e um dos maiores motivadores deste trabalho. Companheiro de todos os passos, com quem quero sonhar e construir junto para toda a vida.

Apenas quem esteve presente desde o seu processo de alfabetização até a conquista do primeiro diploma de ensino superior poderá entender o sabor de cada uma dessas pequenas vitórias. A uma das pessoas mais presentes durante todo esse caminhar, a madrinha Luzia Pereira de Carvalho, dedico especial menção de agradecimento pelo apoio leal e certeza genuína de que sempre terei com quem contar para vibrar os êxitos e me reerguer de tropeços, bebendo de sua especial alegria de viver.

Às minhas irmãs mais velhas, que eu considero as minhas primeiras professoras nesta vida, o agradecimento ultrapassa em muito este trabalho, mas não poderia deixar de agradecer por ele também: por terem horas roubadas de nossa convivência sempre em prol dos meus objetivos pessoais e por terem sido audiência fiel de todos os maiores desafios da minha graduação. Em especial, a Mariana que sofreu e cantou a busca por um tema comigo e ficou inadvertidamente presa na biblioteca que me levou até ele; e a Mariah, por decorar e inspirar meu computador e perdoar as interrupções do roteiro turístico de nossa viagem para aguardar a consulta de livros valiosos a esta pesquisa. Um registro de gratidão ulterior à Contabilidade

César, pelo patrocínio da impressão de todas as fontes primárias deste trabalho, para poupar as pupilas já cansadas pelas horas transcorridas em frente ao monitor.

Aos meus pais, Mário César e Rosália, testemunhos diários do que significam a disciplina e dedicação enquanto virtudes, obreiros incansáveis da conquista de sua própria ascensão, obtida tijolo a tijolo por sacrifício pessoal e abnegação. Sou-lhes muito grata pelo apoio material incondicional à minha educação, facilitada por muito mais oportunidades e muito menos preocupações do que vocês algum dia puderam se permitir. Abraçando cada um dos meus sonhos e todo o seu alto custo – que é também emocional, de ausência e distância – deram-me a tranquilidade necessária para o lançamento em qualquer vôo com a certeza de uma firme plataforma onde sempre pousar, afinal, uma viagem sem retorno é apenas partida vã.

À inteligência suprema e causa primária de todas as coisas, a quem toda gratidão pelas bênçãos derramadas vem sempre acompanhada de novo pedido: não permita jamais que a minha formação me afaste dos teus propósitos; e fazei de mim instrumento da tua sabedoria.



*Nessa estrada não nos cabe conhecer ou ver o que virá  
O fim dela ninguém sabe bem ao certo onde vai dar  
Vamos todos numa linda passarela  
De uma aquarela que um dia enfim  
Descolorirá  
Numa folha qualquer eu desenho um sol amarelo  
Que descolorirá  
E com cinco ou seis retas é fácil fazer um castelo  
Que descolorirá  
Giro um simples compasso e num círculo eu faço o mundo  
Que descolorirá<sup>2</sup>*

*Il Vesuvio ti ricorda ogni giorno che la più grande impresa degli uomini  
potenti, l'opera più splendida, il fuoco, il terremoto e la cenere e il mare in  
pochi secondi te la riducano a niente<sup>3</sup>.*

*És um senhor tão bonito  
Quanto a cara do meu filho  
Tempo tempo tempo tempo  
Vou te fazer um pedido  
Tempo tempo tempo tempo  
Compositor de destinos  
Tambor de todos os ritmos  
Tempo tempo tempo tempo  
Entro num acordo contigo<sup>4</sup>*

---

<sup>2</sup> TOQUINHO. Aquarela. In: Id. *Aquarela*. Rio de Janeiro: Ariola, 1983. 1 LP. Lado 2. Faixa 1.

<sup>3</sup> FERRANTE, Elena. *Storia della bambina perduta*. Roma: Edizioni E/O, 2014. p. 42.

<sup>4</sup> VELOSO, Caetano. Oração ao Tempo. In: *Cinema Transcendental*. Rio de Janeiro: Philips, 1979. 1 LP. Faixa 2.

## RESUMO

Veículo de difusão e circulação do pensamento jurídico, laboratório de ensaio para intelectuais juristas e espaço privilegiado para a comunicação científica, a revista jurídica é encarada neste trabalho, em seu berço oitocentista, como um objeto de pesquisa em si considerado, não só como fonte, certamente privilegiada, para pensar a cultura jurídica do século XIX. Utilizando os instrumentais da história cultural dos impressos, optou-se por direcionar o foco da investigação à primeira revista jurídica no Brasil a expandir a ambição e o alcance de sua linha editorial, ultrapassando a marca dos três anos de existência e dedicando-se não apenas a divulgar julgamentos e atos de justiça - como os periódicos jurídicos que a antecederam -, mas sendo repositório de textos doutrinários de maior fôlego: a *Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*. Em que pese tenha sido concebida precipuamente como veículo de divulgação dessa Instituição, já não se tratava meramente de um jornal informativo com difusão local, voltado a divulgar a produção jurisprudencial de Cortes, mas trazia em seu bojo debates de cunho doutrinal envolvendo advogados de destacada atuação no cenário político do Império. Compreendendo sua relevância histórica como elemento de ruptura e inovação em uma tradição embrionária de periódicos jurídicos, o presente trabalho se propõe a investigar o projeto cultural que esteve na base do empreendimento, relacionando-o à Instituição que lhe deu origem e inserindo-o na cultura das revistas jurídicas oitocentistas no Brasil. Para tanto, o primeiro capítulo dedica-se a discutir a consolidação deste gênero literário durante o Oitocentos na cultura jurídica europeia continental, em comparação com o seu florescimento em solo latino-americano, com especial atenção para o particular itinerário de fortalecimento do mercado de bens culturais no Brasil, datado do mesmo século. O segundo capítulo dedica-se a localizar o periódico dentro da própria Instituição que o concebeu, a qual, por sua vez, também se insere em um cenário mais amplo de autonomização do direito e da cultura em um Estado-Nação recém-emancipado e ainda em vias de construção. O terceiro capítulo, por fim, mergulha no periódico escolhido examinando o itinerário de sua fundação, sua estrutura editorial e a natureza dos temas veiculados. As fontes a serem analisadas são os volumes publicados entre 1862 - data de fundação - e 1888, último tomo publicado antes do fim do regime monárquico, marco temporal que coincide com a interrupção da *Revista* e significativas transformações no Instituto.

**Palavras-chave:** Periodismo jurídico oitocentista. Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Cultura das revistas jurídicas.

## ABSTRACT

Vehicle of legal thought's diffusion and circulation, testing laboratory to intellectual jurists and privileged space for scientific communication: the law review is seen in this paper, in its nineteenth century cradle, as a research object considered in itself, and not only as a certainly privileged source to think the nineteenth century juridical culture. Using the instruments of the printed matter cultural history, the focus of the investigation is directed to the first Brazilian law review which expanded both ambition and aim of its editorial line, surpassing the three years existence mark and focusing not only in releasing judgements and acts of justice - as the legal journals before it - but also in being a data repository for doctrinal texts of larger aim: the *Brazilian Bar Association Institute's Review*. Even considering it was firstable conceived as a divulgation vehicle of this Institute, it could no longer be considered as only an informative journal of local diffusion which aim was to publicize Courts'jurisprudential production. This is said because in its content it brought doctrinal debates involving jurists of outstanding performance in the political scene of the Brazilian Empire. Understanding its historical relevance as a rupture and innovation element within an embryonic tradition of law reviews, this work intends to investigate the cultural project which functioned as the enterprise basis, relating it to the Institution which originated it, and also, inserting it in the nineteenth-century culture of law reviews in Brazil. To this end, the work's first chapter is dedicated on discussing this literary genre consolidation during the 19th century in the continental european juridical culture, creating comparisons between this itinerary and its blooming in the latin america context, giving special attention to the cultural assets market's strengthening in Brazil, dated from the same century. The second chapter is dedicated to insert the law review within the institution itself that conceived it, which by its turn is located within a wider framework: the scenery of a law and culture autonomization of a newborn Nation-State, still on construction. The third chapter, finally, dives in the chosen review, analysing its foundation itinerary, its editorial structure and the vehiculed themes' nature. The sources to be analyzed are the published volumes between 1862 - foundation date - and 1888, the last published volume before monarchical regime's end, which coincides with an interruption of the publication and significant changes in the Institute.

**Keywords:** Nineteenth century journalism. Brazilian Bar Association Institute's Review. Law reviews culture.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Página inicial da <i>Gazeta dos Tribunaes</i> (primeiro periódico jurídico brasileiro) (1843) .....	174
Figura 2 – Página inicial do primeiro fascículo da <i>RIOAB</i> .....	174
Figura 3 – Capa do fascículo inaugural da primeira fase.....	180
Figura 4 – Capa do fascículo inaugural da segunda fase .....	180
Figura 5 – Capa do fascículo inaugural da terceira fase .....	180

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fases da <i>Revista</i> (1862-1888) .....	179
Quadro 2 – Seções em que cada fase era dividida .....	181

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de sócios do IAB no Parlamento e no Governo Imperial (1843 – 1889). .....	158
Tabela 2 – Periodicidade da <i>Revista</i> (1862-1888).....	166
Tabela 3 – Número de páginas por volume e por fase .....	181

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Primeira fase: proporção do espaço ocupado por cada seção da <i>Revista</i> no conjunto de volumes (1843 – 1889).....	184
Gráfico 2 – Segunda fase: proporção do espaço ocupado por cada seção da <i>Revista</i> no conjunto de volumes (1843 – 1889).....	184
Gráfico 3 – Terceira fase: proporção do espaço ocupado por cada seção da <i>Revista</i> no conjunto de volumes (1843 – 1889).....	185
Gráfico 4 – Distribuição por matéria das decisões coletivas do Instituto.....	208
Gráfico 5 – Distribuição por relator das decisões coletivas do Instituto .....	209
Gráfico 6 – Distribuição das decisões publicadas pela <i>Revista</i> em razão da respectiva seção do Conselho de Estado .....	213
Gráfico 7 – Tribunal de origem dos julgamentos publicados na seção de jurisprudência.....	215
Gráfico 8 – Divisão por matéria dos julgamentos publicados na seção de jurisprudência.....	216
Gráfico 9 – Distribuição das questões levantadas pelos sócios em razão da matéria .....	220
Gráfico 10 – Distribuição das questões levantadas pelos sócios em razão do proponente ....	220

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros

IHGB – Histórico e Geográfico Brasileiro

SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional

RIOAB – Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>(BIO)BIBLIOGRAFIA DE FAGULHAS E INTUIÇÃO: <i>IL RACCONTO</i> DE UMA INTRODUÇÃO.....</b>	<b>24</b>
<b>2</b>	<b>PERIÓDICOS JURÍDICOS OITOCENTISTAS: O SÉCULO DAS REVISTAS.....</b>	<b>35</b>
2.1	ENTRE TEORIA E PRÁXIS: AS REVISTAS COMO LABORATÓRIOS DE ENSAIO DOS JURISTAS.....	41
2.2	ENTRE CIÊNCIA E DOUTRINA OU PRÁTICA E LEGISLAÇÃO: OS PERIÓDICOS JURÍDICOS DO SÉCULO XIX EM PERSPECTIVA COMPARADA .....	51
2.2.1	Pioneirismo e cientificismo: revistas jurídicas nos territórios germânicos .....	54
2.2.2	O praxismo da Restauração e os especialismos pós-unificação: periódicos da península itálica .....	58
2.2.3	Os efeitos da exegese na literatura jurídica: o periodismo na França .....	61
2.2.4	Limites da renovação e freios de continuidade em uma ordem jurídica em transição: o advento da imprensa jurídica na Espanha .....	64
2.2.5	As origens do longo casamento entre associativismo e periodismo: o exemplo de Portugal .....	66
2.2.6	Lamúrias compartilhadas de um passado comum de dependência: a inevitável identificação com o caso da Argentina .....	69
2.3	O TARDIO APARECIMENTO DAS LETRAS NO BRASIL E A REVISTA JURÍDICA NA INFÂNCIA CULTURAL BRASILEIRA.....	71
2.3.1	Nascimento da imprensa no Brasil .....	73
2.3.2	Início do mercado de bens culturais impressos.....	79
2.3.3	Das gazetas jurisprudenciais às universidades: as revistas jurídicas brasileiras do século XIX .....	84
2.3.3.1	<i>Gazeta dos Tribunaes (Rio de Janeiro, 1843)</i> .....	89

2.3.3.2	<i>Revista Jurídica - Doutrina, Jurisprudência e Bibliographia (São Paulo 1862; Rio de Janeiro 1863-1873)</i> .....	92
2.3.3.3	<i>Gazeta Jurídica - Revista Semanal de Doutrina, Jurisprudência e Legislação (Rio de Janeiro, 1874-1887)</i> .....	95
2.3.3.4	<i>O Direito: Revista de Legislação, Doutrina e Jurisprudência (Rio de Janeiro, 1873-1913)</i> .....	96
<b>3</b>	<b>UM INSTITUTO “EM PROVEITO GERAL DO ESTADO E DA <i>SCIENCIA</i> DA JURISPRUDENCIA” E A CRIAÇÃO DA SUA REVISTA .....</b>	<b>100</b>
3.1	UM ESTADO DE JURISTAS SEM NAÇÃO E SEM DIREITO: O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO NACIONAL COMO PANO DE FUNDO DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO .....	106
3.1.1	<b>Independência política e dependência jurídica: estratégias de autonomização legislativa, cultural e administrativa do Império.....</b>	<b>115</b>
3.1.1.1	<i>“Estabelecimentos para termos cidadãos habéis para os empregos do Estado”: a gênese dos Cursos de Sciencias Juridicas e Sociaes .....</i>	<i>130</i>
3.1.2	<b>“Um monumento de gloria nacional”: a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e suas semelhanças com o Instituto dos Advogados.....</b>	<b>141</b>
3.2	A FINA FLOR DA ELITE IMPERIAL: OS BACHAREIS REUNIDOS EM TORNO DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS (1843)...	148
3.3	“AS REVISTAS SÃO A VIDA DAS ASSOCIAÇÕES LITTERARIAS”: A CRIAÇÃO DA REVISTA EM FACE DO PROJETO POLÍTICO-CULTURAL DO IAB (1862) .....	161
<b>4</b>	<b>“MISCELLANEA” POLÍTICO-JURÍDICA: ANÁLISE DOS DEBATES DOUTRINÁRIOS E POSICIONAMENTO DO IAB ATRAVÉS DAS PÁGINAS DA REVISTA.....</b>	<b>170</b>
4.1	OS HIATOS E RENASCERES DA EDIÇÃO: AS TRÊS FASES EDITORIAIS DA RIOAB .....	177
4.1.1	<b>Do <i>programma</i> normativo à <i>miscellanea</i> eloquente: a primeira fase da RIOAB (1862-1865) .....</b>	<b>185</b>

4.1.2	A adesão à tríade jurídico-periodista do Oitocentos e sua consolidação no mercado editorial: a segunda fase da <i>RIOAB</i> (1867-1871) .....	190
4.1.3	Da década perdida à guinada institucional: a terceira fase da <i>RIOAB</i> (1871-1888) .....	195
4.2	<i>DIE VOGELPERSPEKTIVE</i> : LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DOS TEMAS TRATADOS E AUTORES DAS PUBLICAÇÕES.....	202
4.2.1	“Palestras científicas” de vocação enciclopédica e eloquente: a produção acadêmica de uma <i>société savante</i> .....	205
4.2.2	Entre consultas e avisos ministeriais: o papel das decisões do Conselho de Estado na enciclopédica seção de “legislação” .....	211
4.2.3	Repositório de teses e vitrine de advogados: a seção de jurisprudência como mostruário de alegações forenses e acervo de consulta <i>inter pares</i> .....	214
4.2.4	Entre metalinguagem e memória institucional: as possíveis leituras das atas ou conferências do Instituto .....	217
4.3	A LUPA HISTORIOGRÁFICA: ANÁLISE QUALITATIVA DE TEMAS SELECIONADOS .....	221
4.3.1	“O cancro que nos corre a sociedade”: os debates que envolveram a escravidão (antes e pós-abolição) nas páginas da <i>Revista</i> .....	222
4.3.2	“A organização de um código não póde suscitar se não applausos”: as rogativas frustradas na tribuna do IAB por uma codificação para o direito civil .....	232
4.3.3	Em prol de “uma Ordem independente, sustentada, e protegida pelos poderes Politicos do Estado”: corporativismo e defesa da classe na busca por organizar a Ordem dos Advogados .....	237
4.4	ENTRE INTERDITOS E ZONAS DE SILÊNCIO: O IMPACTO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO PERIÓDICO E NO INSTITUTO.....	245
5	“NADA HÁ MAIS FEIO A DAR PERNAS LONGUÍSSIMAS A IDEIAS BREVÍSSIMAS”: ACENOS FINAIS.....	248
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	253
	APÊNDICE A – Decisões coletivas do Instituto .....	279

APÊNDICE B – Trabalhos monográficos dos sócios .....	284
APÊNDICE C – Discussões propostas pelos membros registradas em atas .....	287
APÊNDICE D – Pedidos de pareceres externos .....	307
APÊNDICE E – Trabalhos externos publicados na <i>Revista</i> .....	308
APÊNDICE F – Avisos e Consultas do Conselho de Estado publicadas na <i>Revista</i> .....	310
APÊNDICE G – Legislação publicada na <i>Revista</i> .....	318
APÊNDICE H – Jurisprudência publicada na <i>Revista</i> .....	319
ANEXO A – Capa do v. 1, n. 1 da <i>Revista</i> (1ª fase) .....	330
ANEXO B – <i>Programma</i> da <i>Revista</i> (1ª fase).....	331
ANEXO C – Índice da <i>Revista</i> (1ª fase) .....	335
ANEXO D – Capa do v. 1, n. 1 da <i>Revista</i> (2ª fase) .....	337
ANEXO E – <i>Programma</i> da <i>Revista</i> (2ª fase).....	338
ANEXO F – <i>Summario</i> da <i>Revista</i> (1ª fase) .....	343
ANEXO G – Capa do v. 8, n. 1 da <i>Revista</i> (3ª fase) .....	345
ANEXO H – <i>Programma</i> publicada na <i>Revista</i> (3ª fase).....	346
ANEXO I – <i>Summario</i> da <i>Revista</i> (3ª fase) .....	349

## 1 (BIO)BIBLIOGRAFIA DE FAGULHAS E INTUIÇÃO: *IL RACCONTO* DE UMA INTRODUÇÃO

*E com pequeno esforço, sendo o título seu, poderá cuidar que a obra é sua.  
Há livros que apenas terão isso dos seus autores; alguns nem tanto*<sup>5</sup>.

Mesmo conhecendo a nítida distinção entre o diário de aventuras da pesquisadora e o produto final da sua pesquisa, é necessário, por vezes, sem que se confunda o trabalho monográfico com biográfico, acrescentar à narrativa historiográfica um relato pessoal da trajetória da própria autora. Por certo, o trabalho escrito é o resultado de uma caminhada cujo número de milhas percorridas é muito superior ao total de páginas registradas. Mas para que o destino final em que aportou a historiadora torne-se acessível também ao leitor, cumpre guiá-lo por alguns passos do mesmo itinerário. É por conta disso que a presente introdução, para além do seu papel ordinário, de colocar o leitor a par daquilo que encontrará no corpo do trabalho, tem também o caráter de memória, o que implica retomar, ainda que parcialmente, o caminho percorrido até o momento da escolha de um tema – para dizer o mínimo – “insólito” em monografias de graduação em Direito.

O trajeto que me levou ao Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX começou em Nápoles no primeiro semestre de 2016. Assistindo ao curso de História da Justiça na *Università degli studi di Napoli - Federico II*, ministrado pela professora Cristina Vano, fui apresentada a uma revista jurídica que mais se confundia com um manifesto, por trazer já em seu primeiro número uma linha editorial a tal ponto clara e incisiva na sua exposição de objetivos, que fora comparada pela docente a “*una proposizione di guerra*”: a *Zeitschrift für geschichtliche Rechtswissenschaft*. Perceber que a opção por uma revista como órgão oficial de fundação e divulgação do programa científico da Escola Histórica Alemã não fora uma escolha óbvia, tampouco casual, no início do século XIX, foi a fagulha necessária para conceber o papel desse instrumento – a revista jurídica em si considerada – como um objeto de pesquisa viável.

Àquela altura, ainda na metade da graduação em Direito, estava habituada a lidar, na preparação para exames e trabalhos do Curso, apenas com longos tratados e repetitivos manuais, do tamanho de tijolos, sem nenhuma pretensão de serem atuais ou interferirem na realidade contemporânea, como fontes principais de leitura da doutrina jurídica. Fora instigante, naquele momento, perceber o potencial que uma empreitada que por sua natureza veicula ideias curtas, mas periódicas e coletivas, também poderia desempenhar enquanto fator de produção

---

<sup>5</sup> MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Dom Casmurro*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2015. p. 24.

de cultura e ciência. Essa primeira intuição, entretanto, já não era uma novidade para a historiografia europeia. Não pelo menos desde a década de 80 quando os periódicos jurídicos passaram a ser observados como “nervo da ordem jurídica” dos séculos XIX e XX e multiplicaram-se as iniciativas para preencher esse “vazio historiográfico”<sup>6</sup>.

O marco inaugural dessa tradição de pesquisas foi o *Incontro di Studio* organizado em Florença em 1983 por Paolo Grossi<sup>7</sup> para discutir *La “cultura” delle riviste giuridiche italiane*, trazida entre “aspas” para conter o questionamento implícito sobre a existência fática de uma “cultura científica” por trás de todo periódico, direcionando a dúvida sobretudo aos jornais de direito positivo de cunho meramente técnico-profissional. A discussão, estendida para outros aspectos e revistas jurídicas italianas, transformou-se em um inteiro volume monográfico dos *Quaderni Fiorentini* (1987) intitulado *Riviste giuridiche italiane (1865-1945)*, em cuja apresentação Paolo Grossi destaca o objeto “revista” como tema e problema daquela investigação, questionando-se acerca da existência de uma “cultura” das revistas jurídicas na Itália depois da unificação até a Segunda Guerra (1865-1945).

Uma *rivista-progetto* (os *Quaderni*), então, dedicava um volume inteiro à história de muitas das mais importantes *riviste-progetto* italianas do primeiro século de experiência jurídica pós-unitária<sup>8</sup>, na tentativa de verificar se, para algumas daquelas revistas, fosse possível falar em um projeto cultural – de uma pessoa ou de um grupo – e qual destaque se deveria marcar entre a sonhada Revista-arquétipo (resultado da fusão entre comunidade de estudo e laboratório experimental) e as revistas operantes na experiência quotidiana. A iniciativa florentina serviu de impulso para muitos outros estudos monográficos sobre publicações específicas, ou voltados a analisar de modo mais geral e panorâmico o conjunto dos periódicos jurídicos, inicialmente oitocentistas, de determinada paisagem nacional, cujos resultados foram oferecidos junto a esforços pioneiros de catalogação.

Foi desse modo que se deu início, a partir da colaboração de alguns acadêmicos franceses com o *Centro di studi per la storia del pensiero giuridico moderno*, a diversos estudos envolvendo o periodismo jurídico para além dos Alpes. O volume *La culture des revues*

<sup>6</sup> As expressões são de Paolo Grossi, um dos jushistoriadores pioneiros em pensar a revista como um objeto merecedor da atenção de juristas, e podem ser conferidas em: GROSSI, Paolo. Las revistas jurídicas: un vacío historiográfico que es necesario colmar. In: ANZOÁTEGUI, Victor Tau. *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1997b. pp. 21-30.

<sup>7</sup> GROSSI, Paolo (Org.). *La “cultura” delle riviste giuridiche italiane*. Atti del primo incontro di studi. Firenze, 15-16 aprile. Milano: Giuffrè, 1983.

<sup>8</sup> A observação da coincidência é de LACCHÈ, Luigi; STRONATI, Monica. La ‘cultura’ delle riviste e le scienze criminali. Introduzione. In: LACCHÈ, Luigi; STRONATI, Monica (Org.). *Una tribuna per le scienze criminali*. La ‘cultura’ delle Riviste nel dibattito penalistico tra Otto e Novecento. Macerata: Università di Macerata, 2012. p. 8.

*juridiques françaises*, organizado por André-Jean Arnaud em 1988, seguiu o modelo dos *Quaderni* e reuniu um conjunto de pesquisas individuais, sobre periódicos específicos e todos eles dedicados ao direito positivo, relacionados a ramos especializados do direito, para responder à mesma interrogação florentina: se seria possível identificar, para cada um deles, uma preocupação cultural e “*une volonté d’inscrire leur discours au delà des simples exigences techniques et professionnelles auxquelles eles sont censées avant tout répondre*”<sup>9</sup>.

Com um escopo muito mais catalográfico, sem o foco em um periódico específico, mas, antes disso, buscando inventariar todos os periódicos jurídicos oitocentistas portugueses, Luís Bigotte Chorão, em 1997, publica a obra *O Periodismo Jurídico Português do Século XIX – Páginas da História da Cultura Nacional Oitocentista*<sup>10</sup>. O estudo, que traz dados relevantes sobre o período de publicação, fundadores e principais colaboradores de cada revista catalogada, tornou-se fonte indispensável de consulta para os pesquisadores que lhe sucederam em incursões monográficas no tema.

Ainda em âmbito europeu, outra iniciativa coletiva foi capitaneada por Michael Stolleis e resultou na publicação de dois volumes (um de 1999 e outro de 2006) dedicados às *Juristische Zeitschriften in Europa*<sup>11</sup>. O primeiro, voltado exclusivamente às revistas alemãs, tanto reúne textos de caráter mais geral sobre a inteira paisagem das revistas jurídicas na transição entre os séculos XVIII e XIX, com mais ênfase no Oitocentos, quanto apresenta retratos individuais sobre periódicos destacados e especializados. O segundo volume reúne pesquisadores de todo o continente com o objetivo de refletir sobre a cultura das revistas jurídicas de cada contexto nacional em perspectiva comparada. Dentre os textos que integram esse conjunto, destaca-se o ensaio relativo ao panorama espanhol, de Carlos Petit, por integrar um projeto mais amplo de investigação sobre as revistas jurídicas espanholas, financiado pela *Dirección Geral de Investigación Científica y Técnica (Ministerio de Educación y Ciencia)* e que resultou na sua contribuição ao volume de Stolleis<sup>12</sup> e na parceria, de alguns anos antes, com colegas latino-americanos.

<sup>9</sup> ARNAUD, André-Jean. Présentation. In: Id (Org.). *La culture des revues juridiques françaises*. Milano: Giuffrè, 1988. pp. 3-8.

<sup>10</sup> CHORÃO, Luís Bigotte. *O periodismo jurídico português do século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.

<sup>11</sup> STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften: die neuen Medien des 18-20. Jahrhunderts*. Frankfurt am Main: Klostermann, 1999; STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften in Europa*. Frankfurt am Main: Klostermann, 2006.

<sup>12</sup> PETIT, Carlos. Revistas españolas y legislación extranjera: El hueco del derecho comparado. In: STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften in Europa*. Frankfurt am Main: Klostermann, 2006. pp. 417-489. O mesmo artigo foi publicado nos *Quaderni fiorentini* naquele mesmo ano.

O marco fundamental na América Latina para o estudo da imprensa jurídica oitocentista precede as publicações alemãs, fruto de seminário organizado em Buenos Aires, em 1994, por iniciativa de Victor Tau Anzoátegui, sobre *Las revistas jurídicas españolas y argentinas (1850-1950)*. As atas deste evento, por ele organizadas, foram publicadas em 1997 sob o título *La Revista Jurídica en la Cultura Contemporanea*. Introduzindo os trabalhos, Paolo Grossi, na abertura do evento, exprime seu contentamento por um direcionamento que, nascido em Florença, “*ha sido acogido por influyentes centros de investigación*”<sup>13</sup>.

Em contato com essa *sconfinata* bibliografia ainda em solo napoletano, retorno para casa com a intuição de que no Brasil ainda haveria um vasto caminho a se explorar. O palpite se confirma e me deparo com um quadro de verdadeira escassez de trabalhos que tivessem se ocupado do periodismo jurídico oitocentista brasileiro enquanto objeto de pesquisa em si considerado, não somente como fonte. Ao mesmo tempo, percebi que a cultura das revistas jurídicas brasileiras se consolidara de modo mais tardio que a das suas congêneres europeias e não apresentava a especialização e o protagonismo de editores-chefe ou grupos de intelectuais que caracterizara as *riviste-progetto* descritas por Grossi. Esse choque inicial, todavia, não me demoveu da empreitada, pois jamais me convenci de que as particularidades da cultura jurídica brasileira oitocentista conduzissem de imediato à conclusão de inexistência mesma de uma cultura, e isso tampouco seria verdadeiro para as revistas.

Havia uma curiosidade a satisfazer e uma *aparente* negativa a superar. E o primeiro cuidado metodológico que precisei tomar ao iniciar a revisão de literatura na historiografia brasileira foi o de não confundir a escassez de bibliografia sobre revistas enquanto objeto de pesquisa com a tradição de estudos, já relativamente consolidada, de utilizar revistas como fontes no Brasil. Há que se reconhecer que diversas e importantes pesquisas na historiografia brasileira já retrataram o movimento periodista da imprensa jornalística no Segundo Reinado; e a participação de juristas no jornalismo político do mesmo período também já foi amplamente discutida. Menos numerosos, mas ainda merecedores de destaque, são trabalhos que se valeram da imprensa do direito no século XIX. Fato é que há muito a revista já vem sendo compreendida na sua importância para a produção e difusão de ideias, sendo, portanto, fonte indispensável para a história do pensamento jurídico no século XIX.

Levando em conta esse panorama, para compreender o vazio historiográfico que se pretende preencher, é necessário distinguir três tipos de trabalhos que tangenciam a temática do periodismo jurídico: (i) que destacam um tema e procuram sua repercussão nas revistas,

---

<sup>13</sup> Cf. GROSSI, 1997b, p. 23.



utilizando-as como fontes, e não como objeto; (ii) que têm por objeto o movimento periodista, elencando as revistas como em uma espécie de inventário; e (iii) os que têm por objeto algumas ou uma única revista consideradas individualmente. Nesta última se insere a proposta desta monografia.

A primeira vertente é de longe a mais numerosa. Por isso os nomes que aqui se destacam são sublinhados apenas à guisa de exemplo, para citar os que dialogam mais diretamente com o tema do presente trabalho – restritos à história do direito, ainda que não feita somente por jushistoriadores. A tese de doutorado de Sônia Regina Martins de Oliveira<sup>14</sup>, voltada ao estudo do papel dos juristas na cultura jurídica brasileira oitocentista, utiliza como fonte primária a Revista *O Direito* para traçar, a partir de artigos de doutrina publicados no periódico, o perfil dos juristas que ativamente integraram o debate doutrinário no Brasil pré-republicano. Eduardo Spiller Pena<sup>15</sup> examinou com profundidade o discurso jurídico que dava ampla sustentação à ordem escravista no Império dentro de um berço destacado da intelectualidade brasileira no período final da escravidão, o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), tomando como fonte de pesquisa diversos periódicos jurídicos oitocentistas, para além da própria *Revista* do Instituto. Gizlene Neder<sup>16</sup> se debruçou sobre diversos dados encartados em periódicos jurídicos brasileiros para descrever a construção da ordem burguesa no Brasil e sua correlação com o discurso jurídico do século XIX acerca da utilização de mão-de-obra na transição para o capitalismo, com destaque a representações-chave no discurso jurídico, tais como crime, criminoso, delito, delinquente. Por fim, e apenas a título de exemplificação, já que o rol de autores aqui mencionados de forma alguma esgota o variado número de pesquisadores que se valeram deste tipo de fonte, citamos o trabalho de Lilia Moritz Schwarcz<sup>17</sup> sobre a presença das doutrinas científicas de cunho discriminatório nas Faculdades de Direito do Recife e de São Paulo, que utiliza material retirado das revistas jurídicas das duas mencionadas instituições de ensino jurídico brasileiras.

Em relação à segunda vertente, a obra fundamental, pioneira<sup>18</sup> – e até única, em sua completude e originalidade, a bem da verdade – é o livro *Periodismo jurídico no Brasil do*

---

<sup>14</sup> OLIVEIRA, Sônia Regina Martins de. *Juristas ao final do império brasileiro (1873-1889): perfis, discursos e modelos a partir do estudo da revista O Direito*. 2015. 328 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

<sup>15</sup> PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial*. Campinas: Editora Unicamp, 2005

<sup>16</sup> NEDER, Gizlene. *Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.

<sup>17</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>18</sup> Antes dele, foi possível traçar somente um breve artigo que elencava as primeiras revistas jurídicas de modo instrumental para pensar a difusão da doutrina e do pensamento jurídico no século XIX. Cf. SILVA, Luiz Antonio

*século XIX: história do direito em jornais e revistas*, de Armando Soares de Castro Formiga, que traz um elenco exaustivo e cronológico das revistas jurídicas publicadas no Brasil do século XIX, apontando 53 periódicos. Este inventário segue como referência fundamental para quem se debruça monograficamente sobre o estudo do periodismo no Brasil, e se assemelha ao já citado catálogo português de Luís Bigotte Chorão, de quem o autor declara expressamente ter tirado inspiração, durante sua formação acadêmica em Coimbra<sup>19</sup>.

Em relação à terceira vertente, que compreende os trabalhos que mais se assemelham à escolha metodológica que se pretendeu empregar na presente pesquisa, destacam-se todos os recentes e pouco numerosos estudos que se aventuraram a eleger revistas jurídicas como o objeto principal de suas investigações. A dissertação de mestrado de Henrique Cesar Monteiro Barahona Ramos<sup>20</sup>, dedicada a investigar o contexto social, político e ideológico em que foi concebida a Revista *O Direito*, publicada entre os anos de 1873 a 1913, e considerada uma das mais respeitadas fontes de doutrina e jurisprudência do Brasil naquele período. André Aparecido Bezerra Chaves<sup>21</sup> procurou identificar as referências teóricas que pautaram a composição da *Revista da Faculdade Livre de Direito da Faculdade do Rio de Janeiro*, no período de 1900 a 1919, fazendo um levantamento quantitativo dos autores (quase todos docentes da faculdade) e temas discutidos dentro do periódico. A tese de Camila Cardoso de Mello Prando, conterrânea da Universidade Federal de Santa Catarina, encara a *Revista de Direito Penal* (1933-1936), na sua dimensão textual e institucional, para compreender o ambiente cultural da produção no campo do penal<sup>22</sup>. Também concentrada em revistas jurídicas do século XX, mais precisamente, do período de 1936-1943, a dissertação de mestrado de Mariana de Moraes Silveira<sup>23</sup> busca analisar o papel dos periódicos jurídicos nos engajamentos teóricos e políticos dos juristas no Brasil dos anos 1930 e 1940.

---

Gonçalves da. *Difusão da doutrina jurídica*: as revistas brasileiras de Direito. Revista de Direito da UPIS, Brasília, n.1, p.261-298, jan. 2003.

<sup>19</sup> Cf. FORMIGA, Armando Soares de Castro. *Periodismo jurídico no Brasil do século XIX*. História do direito em jornais e revistas. Curitiba: Juruá, 2010.

<sup>20</sup> Cf. RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona. *A Revista "O Direito": Periodismo jurídico e imprensa no final do Império do Brasil*. 2009. 174f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

<sup>21</sup> Cf. CHAVES, André Aparecido Bezerra. *A Revista da Faculdade Livre de Direito da Cidade do Rio de Janeiro: uma proposta para a identidade jurídica nacional brasileira*. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2015.

<sup>22</sup> Cf. PRANDO, Camila Cardoso de Mello. *O saber dos juristas e o controle penal: o debate doutrinário na Revista de Direito Penal (1933-1940) e a construção da legitimidade pela defesa social*. 2012. 292 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

<sup>23</sup> Cf. SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de direito (1936-1943)*. 2013. 391 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

Em tendo sido possível destacar somente um trabalho monográfico dedicado a uma revista jurídica *oitocentista*, é conclusão inevitável que permanece no Brasil um campo inexplorado de pesquisa. O desnível de tradição entre as historiografias europeia e brasileira pode ser compreendido como um espelho do desenvolvimento tardio, em relação ao velho continente, deste gênero literário no Brasil. Já no final do século XVIII é possível traçar as primeiras publicações especializadas em direito, que no século seguinte se consolidam nos circuitos comunicativos pelos quais se estruturava a comunidade científica europeia, em razão da possibilidade que ofereciam de ampliar notavelmente o terreno da discussão acadêmica e de acompanhar o processo de especialização dos saberes.

No Brasil, a primeira publicação genuinamente jurídica apareceria apenas na década de 40 do século XIX, como resultado de um processo de afirmação da cultura jurídica nacional pós-Independência. É necessário lembrar que o século XIX foi alinhavado por inúmeras mudanças no quadro jurídico nacional: a independência política (continuada pela dependência às Ordenações e ao emaranhado de leis extravagantes herdadas de Portugal); a criação das Academias de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo e Olinda; as profundas reformas e a farta produção legislativa; as tentativas fracassadas de adoção de uma codificação civil própria; a luta pela extinção do trabalho escravo; a ideia republicana (coroada na década de noventa). Neste terreno fértil, o jurista brasileiro do século XIX afirmou-se pela escrita e pela cultura, ao depositar nas páginas das revistas textos que espelhavam a inquietude daqueles tempos. Para descrever este quadro, Armando Formiga<sup>24</sup> utiliza a metáfora do pensamento como “balão de ensaio”, vendo nos periódicos o laboratório perfeito para experimentar projetos e ideias, testar fórmulas doutrinárias, polemizar fatos e, principalmente, revelar novos atores; personagens heterogêneos da nascente classe dos intelectuais brasileiros, integrada por magistrados, advogados, servidores da justiça, lentes e acadêmicos.

Essa publicação pioneira foi criada por iniciativa de Francisco Alberto Teixeira de Aragão, então conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, sob a alcunha *Gazeta dos Tribunaes*, entrando em circulação pela primeira vez no dia 10 de janeiro de 1843. O periódico surgiu no Rio de Janeiro, capital do então Império do Brasil, 21 anos após a proclamação da Independência. A partir de seu título deixa entrever o propósito primordial para o qual fora concebido: dar publicidade aos julgamentos e atos da justiça. O mesmo padrão, do ponto de vista editorial, seguiram as revistas criadas nas décadas de 40 e 50: também tiveram duração

---

<sup>24</sup> Cf. 2010, p. 23.

efêmera – não superior a três anos, mais precisamente – e eram em sua maioria dedicadas a dar publicidade aos julgamentos e notícias dos tribunais.

A primeira revista jurídica a ampliar o escopo e fôlego da sua linha editorial aparece apenas em 1862: a *Revista do Instituto da Ordem dos Advogados brasileiros*. Por certo, a revista nascia como expressão dos interesses e demandas dessa instituição, mas já não se tratava apenas de uma simples gazeta informativa com difusão local, voltada a dar publicidade à produção jurisprudencial das Cortes. Propunha-se, também, como sede de debates doutrinários envolvendo juristas de destacada atuação no cenário político e jurídico do Império. Por seu pioneirismo e vinculação institucional – concebida no bojo de uma associação científica que reunia a fina flor da elite imperial – a *RIOAB* foi eleita o foco desta monografia.

Levando em conta a natureza do objeto escolhido, o presente trabalho também dialoga com a historiografia brasileira dedicada ao Instituto dos Advogados Brasileiros. Em que pese não se tenha encontrado nenhum estudo voltado à revista em si, ela já fora utilizada por muitos deles como fonte de pesquisa, já que sua natureza institucional fez com que funcionasse também como veículo de divulgação do próprio Instituto, contendo registros relevantes sobre as atividades da instituição e a produção dos seus sócios. Toda essa bibliografia será examinada com mais vagar no segundo capítulo, importando, por ora, ressaltar que a reunião desses dois objetos de pesquisa – o periodismo jurídico e a história do Instituto dos Advogados Brasileiros – não é mera digressão da autora, mas trata-se de uma conexão traçada desde a criação do Instituto quando da articulação de alguns juristas em prol da constituição de uma organização da classe. As páginas do já citado primeiro periódico jurídico brasileiro, a *Gazeta dos Tribunaes*, publicado de 1843 a 1846, foram abertamente voltadas à publicidade da proposta de criação do Instituto.

Dessa movimentação, percebe-se que o desenvolvimento do periodismo jurídico no Brasil, desde a sua origem, esteve estreitamente conectado com o Instituto dos Advogados Brasileiros, primeiro pela atuação de seus membros e, após, pela criação da própria revista da instituição. De todo modo, ambos os fenômenos – o periodismo jurídico e a criação do IAB – fazem parte de um projeto maior: a consolidação do Estado Nacional e busca pela autonomização cultural da sociedade brasileira, recém-libertada das amarras coloniais, pela formação de quadros e de um aparato institucional para a burocracia estatal. Uma associação de advogados poderia fornecer auxílio primoroso ao Governo para aperfeiçoar a máquina judiciária estatal, papel que o IAB não se omitiu em desempenhar, cultivando laços estreitos com os poderes de Estado. O Instituto evocou para si a missão específica de auxiliar o Governo na organização legislativa e judiciária do país, colocando-se como órgão fomentador de estudos

e debates doutrinários.

Toda essa revisão bibliográfica desenhada dentro da história do direito não negligencia o fato de que a presente pesquisa é muito tributária de uma linha historiográfica mais ampla: historiadores de periódicos jurídicos devem reconhecer que o que produzem pode – e é extremamente recomendável que assim seja – se inserir, de pleno direito, na história da cultura, seja pela vertente da história dos intelectuais, quanto pela história dos impressos. Quanto à primeira vertente, os periódicos jurídicos são encarados como espaços de abrigo para os percursos histórico e intelectual dos autores que com eles colaboraram, servindo de guarida para os debates doutrinários em que se engajaram e de recurso indispensável para o estudo bio-bibliográfico desses intelectuais juristas<sup>25</sup>. É, portanto, objeto do maior interesse, que pode reservar “*non poche sorprese*” para quem compactue com o *maestro* Mazzacane que “*il diritto è una struttura culturale, un sistema di rappresentazioni e di prescrizioni intrecciato con altri sistemi sociali, e che il sapere ad esso relativo è la costruzione di uno spazio discorsivo dal quale e nel quale assumono significato nozioni e concetti*”<sup>26</sup>.

Mas há que se deixar claro desde já: para além de seu potencial uso para uma história dos intelectuais, o presente trabalho privilegiou muito mais os instrumentais da história dos impressos<sup>27</sup>, compreendendo a *RIOAB*, antes que um ponto de encontro de homens de letras, como uma iniciativa editorial, analisando-a em relação ao cenário de expansão do mercado de bens culturais impressos da época, inserindo-a no contexto mais amplo do periodismo jurídico brasileiro do século XIX. Sob esse viés, ao analisá-la individualmente, buscou-se examinar o itinerário da sua fundação e seu projeto científico, a estrutura editorial e os seus colaboradores, a natureza e os conteúdos dos temas tratados e os leitores da publicação.

<sup>25</sup> Apenas a título de registro das leituras mais importantes que serviram de base para o enquadramento metodológico do objeto da presente pesquisa no âmbito da história intelectual, limito-me a referenciar: SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *América: Cahiers du CRICCAL*, n. 9-10, pp. 9-16, 1992; SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp. 231-270; HANSEN, Patricia Santos; GOMES, Angela de Castro. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. pp. 7-40.

<sup>26</sup> MAZZACANE, Aldo. Alle origini della comparazione giuridica: i carteggi di Carl Joseph Anton Mittermaier. In: AA. VV. *La comparazione giuridica tra Ottocento e Novecento*. In memoria di Mario Rotondi. Milano: Istituto Lombardo di Scienze e Lettere, 2001. p. 16.

<sup>27</sup> Para os principais aportes a que recorri, cf. LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 111-153; MARTINS, Ana Luiza. “Da fantasia à história”: folheando páginas revisteiras. *História*, v. 22, n. 1, pp. 59-79, 2003; SILVEIRA, Mariana Moraes. As revistas jurídicas como objetos e como fontes da história do direito: algumas considerações teórico-metodológicas. In: FONSECA, Ricardo Marcelo; PEREIRA, Luis Fernando Lopes; FURMANN, Ivan (Org.). *Anais dos Grupos de Trabalho do V Congresso Brasileiro de História do Direito*. Curitiba: IBHD, 2013. pp. 124-139.

Conjugadas as ferramentas metodológicas da história cultural às preocupações mais específicas de historiadores do direito a partir da tradição de estudos inaugurada por Paolo Grossi, o problema que se levanta em torno do objeto de pesquisa eleito dificilmente será enunciado na forma de uma única pergunta, afinal, a natureza mesma desse objeto permite que sejam elaborados tantos questionamentos quantas são as suas páginas. Em que pese o olhar mais geral sobre o periódico tenha sido conformado pelo questionamento mais amplo de compreender qual projeto cultural e científico que esteve em sua base e como ele se manifestou em cada fascículo publicado durante o arco temporal selecionado, muitos outros foram os questionamentos que conduziram o olhar da pesquisadora sobre as suas fontes e que esta monografia procurou responder. Afinal, colhe-se a advertência do *maestro fiorentino* de que, em se tratando de *revista jurídica*, o caminho metodologicamente perfeito “*lo mejor, decimos los italianos, es enemigo de lo bueno, no lograrán salir de este labirinto de la revista jurídica. Permítanme, por más anciano que vosotros y también en esta iniciativa, darles un consejo paternal: sean empíricos*”<sup>28</sup>.

Como a revista se apresentou aos leitores? Como eles podiam adquiri-la? De que modo ela era financiada? Como se estruturavam as suas seções internas? Possuía um programa editorial expresso? Em que tipografia era impressa? Quem escrevia nesse periódico? Quem o lia? Com que frequência era publicado? Quais os conteúdos privilegiados e a que ramo do direito se relacionavam? Como era estruturada a comissão editorial que lhe deu vida? De que modo ele influenciou e/ou foi influenciado pelas principais controvérsias jurídicas que se travavam à época de sua publicação?

Todos esses quesitos fogem a visões estritamente dogmáticas ou a preocupações teóricas típicas da história do pensamento jurídico, por requererem, para seu estudo, a conjugação de fatores extrajurídicos, mas que contribuem sobremaneira para a compreensão do direito em sua historicidade e nos seus meios de circulação. O formato de um periódico, a sua periodicidade, a materialidade de suas formas tem tanto a dizer sobre esse instrumento enquanto fator de produção de conhecimento e cultura jurídica, quanto a própria literalidade dos textos. Até porque os textos dificilmente poderão ser lidos, com a apreensão de todos os seus sentidos, sem que sejam levadas em conta as especificidades de seu suporte de difusão. “A pertinência desse gênero de impresso como testemunho do período é válida se levarmos em consideração

---

<sup>28</sup> GROSSI, Paolo. *Debate*. In: ANZOATEGUI, Victor Tau (Org.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Ediciones Ciudad Argentina: Buenos Aires, 1997a. p. 374.

as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas a que assistia e, sobretudo, da natureza dos capitais nele envolvidos”<sup>29</sup>.

Sob esses pressupostos, este trabalho lidará basicamente com dois grupos de fontes primárias: o primeiro constituído pela coletânea de todos os números da *RIOAB* publicados de 1862 a 1888, objeto principal de atenção. O cenário social e político que contornou esses impressos veio complementado pelo exame de um segundo grupo de fontes, integrado por jornais de época onde se concentrava a atuação do Instituto e de seus membros. Além deles, dicionários bibliográficos serviram de referência para a consulta biográfica dos associados e colaboradores da *Revista*. Por azar ou eventos fortuitos, o IAB não conserva um arquivo próprio, sendo as únicas atas ainda preservadas de suas reuniões as que estão publicadas na própria *Revista*. Ainda que padeçam de alguns hiatos, constituem já um acervo importante para a compreensão dos bastidores, fonte auxiliar de informação sobre o processo que envolveu a organização, lançamento e manutenção do periódico. Sob todas as motivações descritas, munida com as intenções e ferramentas citadas, inicia-se a empreitada. *Buon divertimento!*

---

<sup>29</sup> Cf. MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008. p. 21.

## 2 PERIÓDICOS JURÍDICOS OITOCENTISTAS: O SÉCULO DAS REVISTAS JURÍDICAS

Nenhum estudioso do Oitocentos jurídico europeu, seja em incursões arquivísticas ou bibliográficas, atravessará suas fontes sem se deparar com duas palavras-chave que marcaram com força e autoridade a linguagem política e jurídica deste século: os vocábulos “nação”<sup>30</sup> e “ciência”<sup>31</sup>. Não se faz referência a esses termos ricos, densos e compostos de núcleos semântico-conceituais complexos como meras etiquetas, mas com a consciência de que evocam processos determinantes tanto para o assentamento de fronteiras territoriais e nacionalidades; quanto para a consolidação do paradigma de racionalidade das ciências naturais como modelo de pensamento predominante em todas as áreas do saber. É justamente no século que registrou o multiplicar de progressos tecnológicos e o consequente entusiasmo com a ciência que se plasmaram e ganharam vida as identidades culturais e os aparatos jurídico-institucionais dos Estados-Nação.

Ambos os fenômenos interessam a título de abertura deste capítulo à medida que acabaram refletindo na história do direito em particular, sobretudo a partir da tentativa dos Estados de centralização e modernização do direito, cujas diferentes estratégias se bifurcaram<sup>32</sup>,

---

<sup>30</sup> Acena-se, aqui, à “ideia de nação” como descrita por Federico Chabod enquanto uma afirmação de individualidade, um aspecto particular de um movimento mais amplo que, contra as tendências universalizantes e generalizantes do pensamento político da Ilustração – tendente a ditar leis abstratas, válidas para todos os povos – reivindica o particularismo e a singularidade de cada povo, a partir de suas tradições e de valores compartilhados, como a língua, a cultura e a história. Cf. CHABOD, Federico. *L'idea di nazione*. Bari: Laterza, 1961. É justamente no século XIX que as nações se transferem do ponto de vista puramente cultural para o plano político, como exemplificam os processos de unificação vivenciados pela Itália e Alemanha, baseados em um imaginário de nação enquanto comunidade ideal e política. A França, que, ao invés, já se constituía em unidade territorial desde o século XV, operou, de todo modo, uma redefinição da própria identidade nacional em sentido jurídico-institucional no século XIX, à qual se acena na nota 35 do presente capítulo. De todo modo, para uma discussão sobre a “nação” enquanto sujeito e o romantismo alemão e italiano, remete-se a: DAL RI JR, Arno. A Nação Contra o Estado. A Ciência do Direito Internacional no “Risorgimento” Italiano. In: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (Org.). *Anuário Brasileiro de Direito Internacional*. – v.1, n.1, 2006 – Belo Horizonte: CEDIN, 2006. Por fim, como último indício de que o vocábulo marcou este século, indica-se a quinta parte do manual de História do Direito do prof. Antonio Padoa-Schioppa, intitulada “l’età delle nazioni (1815-1914)” Cf. SCHIOPPA, Antonio Padoa. *Storia del diritto in Europa*. Dal medioevo all’età contemporanea. Bologna: Il Mulino, 2007. pp. 475-592.

<sup>31</sup> Essa mudança epistemológica, que atravessa todos os ramos do saber, é uma elevação do paradigma das ciências naturais à posição de modelo de racionalidade humana, com base na convicção de que todo o saber válido deveria pautar-se pela empiria, pela observação da realidade (do que decorre o conhecimento “posto”, “positivo”). Desse modo, verificação e experiência passam a ser as únicas fontes de saber legítimo, sobrepondo-se à especulação doutrinária ou filosófica. Para uma discussão sobre como esse paradigma tornou-se o modelo discursivo predominante estendendo-se às ciências sociais, cf. SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, v. 2, n. 2, São Paulo, pp. 46-71, mai.-ago. 1988. Para comentários sobre como esse cânone atingiu o saber jurídico a partir das primeiras décadas do século XIX, cf. a seção “Positivismo e cientismo” em HESPANHA, António Manuel. *A cultura jurídica europeia*. Síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012. pp. 398-400.

<sup>32</sup> Reduz-se o debate jurídico do século, evidentemente, a uma fórmula bastante esquemática, mas isso não significa que se ignorem as diferentes escolas e matrizes – positiva, clássica, eclética, formalista, idealista, para



basicamente, em duas vias no continente europeu: a forma “código”<sup>33</sup> e o caminho do “sistema”<sup>34</sup>.

As codificações oitocentistas<sup>35</sup> apresentaram-se como a resposta “nacional” preferencial dos Estados europeus à exigência de simplificação das regras jurídicas. A lei passa, então, a concentrar o monopólio da manifestação do direito, que por sua vez se torna o elemento ineludível das comunidades e das nações. A consequência dessa pretensão de que perante os códigos não pudessem valer quaisquer outras fontes de direito, em virtude da sua completude e exclusividade, é a criação de um modelo de interpretação exegético<sup>36</sup>, que assume como científico o sistema de distribuição das matérias oferecido pelo legislador, refletindo-se na literatura jurídica, não só por livros em formato de “comentários”, mas de modo inevitável, também, na produção jurídica periódica, ocupada predominantemente com a difusão de normas e regulamentos.

Apesar de sua ampla difusão nos ordenamentos jurídicos europeus, essa não foi uma história de prevalência ponto e basta. A solução do código não foi a única no continente europeu como resposta à necessidade de modernização do direito. Nos territórios germânicos, essa

---

nos limitarmos a apenas algumas das várias etiquetas de que tanto se valem os historiadores para qualificar a produção jurídica do período, já que a maior parte delas trata-se de alcunhas *ex-post facto* – em torno das quais, nos diversos ramos do direito, juristas se organizaram para defender bandeiras e programas. Mas o ponto que se procura enfatizar, aqui, são duas visões bastante distintas que polarizaram este século sobre a concepção de “ciência do direito” e o papel do jurista diante dela: (i) uma baseada no paradigma legislativo, para a qual ao jurista caberia a função de mero exegeta; e (ii) outra baseada no paradigma metodológico-sistemático, em que o jurista preserva o seu papel criativo na revelação, aperfeiçoamento e tratamento orgânico do direito.

<sup>33</sup> Por certo, a bibliografia sobre o tema é extensa e foge às pretensões do presente trabalho tentar esgotá-la; por isso, indicam-se apenas as principais obras que serviram de aporte para a reflexão contida no presente capítulo. Cf. CARONI, Pio. *Saggi sulla storia della codificazione*. Milano: Giuffrè, 1998; CAPPELINI, Paolo. *Codici*. In: FIORAVANTI, Maurizio (org.). *Lo stato moderno in Europa*. Istituzioni e diritto. 1. ed. Roma: Roma, 2002. p. 102-138; CAZZETTA, Giovanni. *Codici civile e identità giuridica nazionale*. Percorsi e appunti per una storia delle codificazioni moderne. Turin: Giappichelli, 2011.

<sup>34</sup> Sem adentrar na complexidade da discussão e na vastidão da historiografia sobre o assunto, limito-me a apontar a obra que está na base da compreensão do tema subjacente ao presente trabalho e que é paradigmática para a adesão a essa interpretação do legado savigniano para a história do direito: MAZZACANE, Aldo. *Savigny tra la storiografia e sistema*. Napoli: Liguori, 1983.

<sup>35</sup> Foi sobretudo na França que a codificação, produto da Revolução, se propôs a mudar mais radicalmente a face do direito, fazendo tábua rasa das fontes até então vigentes e propondo a identificação do direito com a vontade do legislador revolucionário. O Code Civil, adotado na França em 1804 é considerado o modelo de código por excelência e conheceu uma rápida difusão em toda a Europa. Cf. especialmente “L’età del codice”, pp. 135-40, e “In particolare: della codificazione francese, ai primi del secolo XIX”, pp. 140-145, em GROSSI, Paolo. *L’Europa del diritto*. Roma: Laterza, 2009.

<sup>36</sup> Para uma síntese dos caracteres fundamentais que acomodaram os expoentes da escola da exegese, cf. BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico*. Lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1995. pp. 78-89. Há, todavia, que se ter em mente a relativização do positivismo dessa escola em virtude da “ambiguidade” de alguns dos seus escritos, que revelam que o legalismo desses juristas era temperado pela adesão ao jusnaturalismo dominante na segunda década do século XVIII, na forma do alerta oferecido por HESPANHA, 2012, pp. 401-409; TASSO, Torquato Giovanni. *L’ambiguità della scuola dell’esegesi*. *L’ircocervo*: Rivista eletrônica italiana di metodologia giuridica, teoria generale del diritto e dottrina dello Stato, v. 2008, n. 1, 2010.

alternativa foi refutada em prol do programa defendido pela Escola Histórica do Direito<sup>37</sup>, com especial determinação pelo seu líder Friedrich Carl von Savigny<sup>38</sup>. Em contraposição, esses juristas propõem um projeto jurídico de refundação do ordenamento a partir de uma operação de caráter metodológico e sistemático que entendia o direito como uma emanção do espírito do povo, assim como a língua e a cultura, não condensável em um libreto artificial produzido pela “vontade” do legislador. O processo de refinamento das manifestações do direito deveria então ser feito por uma classe de especialistas, os juristas, protagonistas nesse processo de decantamento dos fatos em categorias científicas e invenções técnicas. Atribuía-se aos juristas, desse modo, a tarefa de construir uma nova ciência jurídica historicamente orientada.

O debate doutrinário que acompanhou essas transformações coincidiu com a mudança no meio em que se publicava e divulgava a comunicação científica<sup>39</sup>. Enquanto o século XVIII foi marcado pela publicação de célebres enciclopédias<sup>40</sup>, sem que se esqueça dos epistolários<sup>41</sup>,

<sup>37</sup> Para as origens românticas, classicistas e romanistas da Escola Histórica do Direito, cf. WIEACKER, Franz. *História do direito privado moderno*. Tradução de Antônio Manuel Botelho Hespanha. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. pp. 435-454.

<sup>38</sup> O texto que tornou Savigny conhecido pela oposição à codificação foi o panfleto intitulado *Vom Beruf unserer Zeit für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft* e originalmente publicado em 1814. Neste texto, colhe-se com clareza a convicção do autor de que o direito devesse permanecer confiado a uma classe exclusiva de doutos, já que uma ciência jurídica autônoma em seus olhos era o elemento decisivo para a manutenção e desenvolvimento dos ordenamentos jurídicos. Cf. especialmente pp. 8-15 em SAVIGNY, Friedrich Carl von. *Vom Beruf unsrer Zeit für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft*. Heidelberg: Mohr und Zimmer, 1814.

<sup>39</sup> Cabe destacar que as comunicações viveram e se influenciaram dos progressos na ciência, pois a máquina a vapor, que permitia a mecanização da produção têxtil, também possibilitava a impressão de tiragens mais numerosas de periódicos. Sem desconsiderar, por óbvio, que a eletricidade, o telégrafo, o telefone, o rádio e a fotografia mudaram o modo e o patamar da comunicação humana. Uma discussão detalhada dos contextos sociais e culturais em que emergem e se desenvolvem os meios de comunicação se encontra em: BURKE, Peter; BRIGGS, Ana. *Uma história social da mídia*. De Gutenberg à internet. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

<sup>40</sup> Por seu formato peculiar, revelador da pretensão de reunir em uma coleção todo o conhecimento produzido pela humanidade sobre o mundo que a cerca e a sua própria mente, as enciclopédias tornaram-se uma obra bastante difusa no “século das Luzes”, como símbolo do coroamento do homem no centro do universo cognitivo. Nesse sentido, para uma discussão do enciclopedismo enquanto manifesto filosófico, e não mero compilador de informações, cf. especialmente pp. 18-23 em DARNTON, Robert. *O iluminismo como Negócio: História da publicação da enciclopédia, 1775-1880*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>41</sup> Mesmo nascendo na dimensão privada, as correspondências entre intelectuais tendem a ultrapassar esse âmbito, oferecendo elementos para a compreensão de sentidos e conexões entre a esfera individual do autor e a esfera coletiva de leituras e interações culturais dentro das quais todo texto é concebido. Para uma tal abordagem da comunicação epistolar e sua potencial contribuição à história do direito, cf. MAZZACANE, 2001, pp. 15-38. Uma narrativa singular sobre a “*repubblica delle lettere*” e o papel decisivo que as correspondências epistolares desempenharam na transmissão dos saberes, em especial, para o desenrolar de um episódio decisivo para a consolidação do projeto político de uma escola, pode ser conferida em outra obra célebre da escola napoletana: VANO, Cristina. *Il nostro autentico Gaio: strategie della scuola storica alle origini della romanistica moderna*. Napoli: Editoriale Scientifica, 2000. Cabe observar, todavia, o progressivo movimento de declínio que esse instrumento registrou a partir do século XVIII, conforme pontua Michael Stolleis, na sua introdução ao livro *Juristischen Zeitschriften in Europa*, onde analisa as “novas mídias” (*die neuen Medien*) dos séculos XVII a XX e aponta como as cartas, que desde o Renascimento eram o meio privilegiado de comunicação de grupo, passam a se restringir, cada vez mais, a partir do século XVIII, à posição de veículo de meras mensagens privadas, enquanto as comunicações de maior alcance para o “mundo erudito” assumiam pouco a pouco a forma de ensaio ou resenha para revista, o que fez crescer o mercado de órgãos primariamente científicos. Cf. STOLLEIS, Michael. *Juristische Zeitschriften – die neuen Medien des 18.-20. Jahrhunderts*. In: STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften: die neuen Medien des 18-20. Jahrhunderts*. Frankfurt am Main: Klostermann, 1999. pp. VII-XIV.

que desde o Renascimento foram o meio privilegiado de comunicação entre intelectuais, o século XIX viu ascender, em todos os ramos do conhecimento, um novo gênero literário para fins de comunicação científica: as revistas.

Dentre os fatores que contribuíram para esse resultado, não é irrelevante a influência de duas circunstâncias especialmente favoráveis mencionadas por Armando Formiga, em obra dedicada ao periodismo jurídico no século XIX<sup>42</sup>: (i) foi no Oitocentos que a tecnologia aplicada à fabricação do papel e à manufatura de impressoras (cada vez mais rápidas) permitiu às tipografias desenvolverem uma linha de produção mais eficaz; (ii) neste mesmo período, a proliferação das Constituições políticas liberais, consagrando o direito à liberdade de expressão, acaba por arrefecer a censura prévia e impulsionar novas publicações<sup>43</sup>.

Entretanto, mais do que a circunstância, não pouco relevante, do melhoramento das condições materiais, importa aqui destacar, com mais ênfase, a influência desse fértil caleidoscópio doutrinário há pouco desenhado para a proliferação dos periódicos jurídicos e vice-versa – afinal, o frescor do atual trazido pelos periódicos também animou este debate. As vantagens desse gênero literário revelam-se especialmente úteis quando comparadas (i) à carta enquanto meio de difusão da ciência, já que a palavra impressa tinha maior alcance, podendo ser reproduzida e discutida em um espaço muito mais amplo; e (ii) aos tratados jurídicos e demais publicações monográficas, as quais, por serem rígidas e inalteráveis, perdiam em dinamismo para as revistas jurídicas, mais aptas à rápida difusão de mensagem atualizada<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> Cf. FORMIGA, 2010.

<sup>43</sup> Durante séculos, as instituições de censura da Igreja e dos estados obstaculizaram o impulso de publicidade às publicações, mas já não estavam mais em condições de exercer controle real após o “século das Luzes” – aqui citado em seu sentido literal, não apologético. Para além da contaminação dos censores pela mentalidade da Ilustração, afrouxando seu afã repressivo, Michael Stolleis aponta que isso se tornou acima de tudo uma questão de matéria impressa. A informação e a crítica não podiam ser restringidas com os meios clássicos (controle prévio de cartas), e assim a censura do império foi contornada pela pulverização da impressão e da distribuição. Além disso, anonimato e pseudônimos ofereceram muitas possibilidades de mascaramento. Cf. STOLLEIS, 1999, p. X.

<sup>44</sup> Essas vantagens são apontadas pela perspectiva bibliométrica de Ana Marinha Marinho, especialmente nas pp. 17-20, intituladas “Origens do periodismo jurídico”, em MARTINHO, Ana Maria de Sá Osório Figueiredo. *Contributo das revistas jurídicas para a comunicação e criação de conhecimento: uma perspectiva bibliométrica*. 2011. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Medicina, Universidad de Alcalá, Alcalá de Henares, 2011. Mais interessante, todavia, é a reflexão de Rainer Kiesow, ao apontar para “*Das datum des Recht*” (a data do direito). Com esse epíteto, a historiadora denuncia a defasagem das enciclopédias no século XIX, as quais, justamente por serem trabalhos que demandam tempo, já não eram mais capazes de atender ao tempo do direito: o presente. Logo, as revistas, cujo *Datum* é a atualidade, seriam meios mais idôneos. Assim, as compilações de leis que pretendessem ser utilizáveis deveriam ser atuais, por se tratarem justamente de “literatura de uso” (*Gebrauchsliteratur*), meios puros para um fim. Afastado o ideal de que o propósito da lei é a justiça no mundo, resta a urgência de resolver o caso concreto, de definir a vitória ou a derrota para as partes, no aqui e agora. Cf. KIESOW, Rainer Maria. *Das Datum des Rechts. Von der unzeitgemäßen Enzyklopedie zur zeitgemäßen Zeitschrift in Frankreich*. In: STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften in Europa*. Frankfurt am Main: Klostermann, 2006. pp. 385-396.

O tratado perde sua antiga missão cultural não só pelo desajuste da periodicidade, mas também pela obsolescência ante ao arejamento da linguagem que a natureza do estilo jornalístico porta consigo. Assim, ao invés da exibição de erudição em um idioma inativo, restrito ao alcance de alguns privilegiados, ou das longuíssimas reverências à autoridade de citações arcaicas, tornava-se sempre mais premente avançar pontos de vista em disputa, oferecer notícias sobre novos regulamentos, responder a novos questionamentos. Para tanto, “*los periódicos resultaban los únicos enterradores posibles del buen y viejo derecho*”<sup>45</sup>.

No âmbito do saber jurídico, a economia de tempo, aplicabilidade prática da informação transmitida e a renovação de linguagem proporcionados pelo periodismo representaram virtudes valorosas que conduziram à rápida aceitação e crescente procura das revistas jurídicas por parte dos profissionais do Direito. As revistas constituíam, efetivamente, um novo meio de comunicação da informação jurídica que dinamizou o fluxo de interações entre autor e público. Afinal, como bem relembra Serrano González, no contexto da produção jurídica, o público é ao mesmo tempo escritor e leitor, e à medida que as revistas se apresentam mais conectadas à atualidade, atualizam o leitorado, proporcionando-lhe informação inédita e nova, e reatualizam o próprio saber impresso ao dotá-lo de “*frescura temporal*”<sup>46</sup>.

Ainda que seja possível enumerar no século XVIII as primeiras iniciativas do periodismo jurídico<sup>47</sup>, todavia, é o Oitocentos que se consagra como “*le siècle de la presse*”<sup>48</sup>. É neste século que a revista jurídica floresce como terreno privilegiado de ensaio e experimento para as grandes transformações da ciência jurídica, convertendo-se, para os juristas, em instrumento privilegiado, uma forma discursiva própria do direito para a propagação de escolas, correntes de pensamento, universidades e disciplinas especializadas. Com vistas a essa função estratégica vão a prelo periódicos voltados a angariar adesões para as diversas correntes jurídicas em contenda e colocar a informação em circulação de um modo cada vez mais atual, elevando as revistas à condição de “tecnologia riquíssima de poder”<sup>49</sup>. É uma tecnologia de

<sup>45</sup> PETIT, Carlos. Revistas españolas y legislación extranjera: El hueco del derecho comparado. *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 35, n. 1, pp. 256-338, 2006.

<sup>46</sup> GONZÁLEZ, Antonio Serrano. Revistas jurídicas en España: una cuestión de estilo. In: ANZOÁTEGUI, Víctor Tau (org.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1997. p. 79.

<sup>47</sup> Da bibliografia de Kirchner, que abrange apenas revistas dos territórios germânicos, é possível rastrear periódicos jurídicos desde 1703, mas em número exíguo e pouco significativo se comparado à proliferação de revistas jurídicas no século XIX. Cf. KIRCHNER, Joachim. *Bibliographie der Zeitschriften des deutschen Sprachgebietes bis 1900*. Bd. 1: Die Zeitschriften des deutschen Sprachgebietes von den Anfängen bis 1830. Stuttgart, 1969.

<sup>48</sup> A expressão remete à obra do historiador francês Christophe Charle, voltada à descrição do fenômeno de expansão da imprensa periódica francesa, que, iniciado no século XVIII, consolida-se no centênio seguinte. CHARLE, Christophe. *Le siècle de la presse (1830-1939)*. Paris, Seuil, 2004.

<sup>49</sup> RAMOS, 2009, p. 26.

propagação e reprodução de ideias de cunho intelectual, cultural e científico de velocidade ímpar.

É necessário reforçar: o berço oitocentista do periodismo não é mera coincidência de cronologia. Encontra explicação no sopro de sucessivas reformas legislativas que varreram a Europa e reorganizaram a própria contagem do tempo em um ritmo mais veloz e exigente. Diante de um legislador ávido por “*tout simplifier*” e “*tout prévoir*”<sup>50</sup>, o jurista também ansiava por informações precisas e atuais. É assim que nação soberana, direito nacional, legislador estatal, códigos e revistas jurídicas se entrelaçam no século liberal, pois a nação, conforme define Carlos Petit, foi “*cuero* místico” dotado de instrumentos legiferantes que produziram códigos, difundidos e estudados nas revistas, ao lado das interpretações que a justiça do Estado impunha. Sob esse raciocínio, à novidade do direito positivo, criado e aplicado por instituições estatais, corresponde a revista enquanto consequência, pois em suas páginas se consolidaram os meios de expressão e de pensamento que exigia a nova ordem nacional<sup>51</sup>.

Cabe destacar, todavia, que o *Sonderweg* do sistema, não só a senda do código com os repositórios de legislação, também teve sua fundamental importância para o periodismo. As vias de modernização do direito se encontram na trilha de modernização da comunicação. Basta pensar que a *Zeitschrift für geschichtliche Rechtswissenschaft*, editada por Friedrich Carl von Savigny, Carl Friedrich Eichhorn e Johann Friedrich Ludwig Göschen, é uma das primeiras e mais importantes revistas a se dedicar a uma matéria singular, com um programa determinado. Criada em 1815, a *Zeitschrift* foi importante meio de divulgação da escola e de seus achados manuscritos<sup>52</sup>, que escolheu, não por acaso, mas com propósitos específicos e declarados, a via do periódico para dar um testemunho de si própria. O periodismo, aqui, encontra um nítido exemplar de uma estratégia exitosa de propagação e difusão cultural.

É, portanto, na sua característica enquanto instrumental de intelectuais e fonte privilegiada para pensar a cultura jurídica do século XIX, ao mesmo tempo que objeto em si

<sup>50</sup> A expressão faz referência ao célebre discurso preliminar de Jean-Étienne-Marie Portalis, líder da comissão designada pelo Primeiro Cônsul Napoleão Bonaparte para redigir o Código Civil francês de 1804 e autor do discurso preliminar que o antecede. O jurista, reconhecendo as limitações da própria obra, afirma: «*tout simplifier, est une opération sur l'aquelle on a besoin de s'entendre. Tout prévoir, est un but qu'il est impossible d'atteindre*». Cf. PORTALIS, Jean-Étienne-Marie. *Discours préliminaire du premier projet de Code civil*. Discours prononcé le 21 janvier 1801 et le Code civil promulgué le 21 mars 1804. Bordeaux: Éditions Confluences, 2004.

<sup>51</sup> PETIT, 2006, p. 255.

<sup>52</sup> O decisivo episódio mencionado na nota 41 e o mais importante dos achados da escola foram as Institutas de Gaio, ressurgidas em setembro de 1816 de um palimpsesto da Biblioteca Capitolare di Verona graças a Barthold Georg Niebuhr. O episódio vem contado na já citada obra monográfica de Cristina Vano, sob a chave da leitura de que os achados não foram um golpe de sorte, mas o resultado de um empreendimento conjunto no seio de uma comunidade de juristas, cuja divulgação no periódico, auto-proclamado veículo oficial da escola, fora fundamental para garantir a paternidade do achado. Cf. VANO, 2000.

considerado, que a “revista jurídica” vem estudada neste capítulo. O itinerário que se pretende percorrer, nas próximas páginas, parte da (i) caracterização da natureza desse gênero literário; passa pelo (ii) delineamento da sua consolidação enquanto “meio de cultura”<sup>53</sup> a partir de um quadro comparativo entre a “cultura das revistas jurídicas”<sup>54</sup> de diferentes nações; e (iii) aporta no Brasil, onde as anotações são mais demoradas para abarcar o próprio nascimento da imprensa – tardio e contemporâneo ao processo de independência –, o desenvolvimento das letras e a formação de uma embrionária cultura jurídica nacional.

## 2.1 ENTRE TEORIA E PRÁXIS: AS REVISTAS COMO LABORATÓRIOS DE ENSAIO DOS JURISTAS

*Vu les formes actuelles de la littérature et surtout de celle qu'on pourrait appeler littérature politique, de longs ouvrages qui exigent une étude lente et approfondie, ne paraissent pas suffire aux besoins du moment. Les hommes et les choses marchent si vite, l'activité de la pensée est si rapide, que l'homme qui emploierait vingt ans à composer un excellent livre pour contribuer à prévenir les dangers d'une lutte acharnée entre l'opiniâtreté tenace, et l'imprévoyante précipitation, risquerait d'arriver vingt ans trop tard*<sup>55</sup>.

<sup>53</sup> A expressão vem destacada como remissão ao sentido atribuído por Massimo Severo Giannini, na sua introdução aos trabalhos do Congresso La “cultura” delle riviste giuridiche italiane. Cf. GIANNINI, Massimo Severo. Introduzione ai lavori. In: GROSSI, Paolo (Org.). *La “cultura” delle riviste giuridiche italiane*. Atti del primo incontro di studi. Firenze, 15-16 aprile. Milano: Giuffrè, 1983. pp. 21-28.

<sup>54</sup> Aqui as aspas remetem ao sentido que lhe foi atribuído pelo italiano Sabino Cassese, professor de direito administrativo em Roma, inicialmente para se referir a uma das características da nova fase na evolução do ramo do direito público vivenciada naqueles anos 70, que seria melhor identificada pelo meio privilegiado de comunicação científica da disciplina, responsável pelo alargamento do seu público: as revistas. No momento em que os periódicos passam a ser o instrumento privilegiado de transmissão da produção científica dessa disciplina, o autor utiliza a expressão a fim de traçar os caracteres comuns e recorrentes que as revistas jurídicas daquele momento histórico apresentavam, isto é, o caldo cultural em que estão imersas e do qual são reflexo. Dentre as características apontadas por aquele autor para designar a “cultura das revistas” de direito público na Itália dos anos 70 se destacam alguns que poderiam ser traçados em outros momentos e territórios, tendo em vista que se relacionam à própria natureza dos periódicos: (i) envolver um número alto de pessoas; (ii) ser mais atenta à verificação da “relevância” – que pode ser pensada, também, em interpretação expansiva do vocábulo utilizado pelo autor, em termos da “atualidade” dos problemas que estuda; (iii) possuir a coragem de sair “a céu aberto”, enfrentando temas onde os dados são carentes, contraditórios, instáveis; e (iv) a aspiração à onisciência, interpretada como a tentativa de abarcar todos os temas. Destacam-se, ainda, as consequências operadas por essa cultura e apontadas pelo autor: no ensino, que se enriquece de matérias novas; e para a autonomização das disciplinas (afinal, as revistas são berços dos ramos especializados do Direito). Essas reflexões se encontram em CASSESE, Sabino. *La “cultura delle riviste”*. In: TARELLO, Giovanni (org.). *Materiali per una storia della cultura giuridica (IV)*. Bologna: Il Mulino, 1974. Interessante é destacar que dez anos depois, nos atos do *Incontro sulla “cultura” delle riviste giuridiche* o autor revelou ter utilizado a expressão “cultura delle riviste” em sentido irônico, retirada da “storia del romanzo del nocento”, de Debendetti, onde fora utilizada para contrapor à “cultura das revistas” produzida pelos literatos “rumorosos e influentes”, aquela cultura que, na província, a partir de Federigo Tozzi, se escavava em profundidade. Na ciência do direito, todavia, o autor afirma que a “cultura das revistas” não conseguiu ainda se tornar “cultura dos livros”, paralisada pela dúvida sobre quantas casas e estradas são necessárias para que uma cidade comece a ser uma cidade. Cf. CASSESE, Sabino. In: GROSSI, Paolo (Org.). *La “cultura” delle riviste giuridiche italiane*. Atti del primo incontro di studi. Firenze, 15-16 aprile. Milano: Giuffrè, 1983. pp. 43-54.

<sup>55</sup> No “programa” inserido como premissa ao primeiro fascículo dos *Annales de législation et de jurisprudence*, o jurista italiano Pellegrino Rossi comenta a vantajosa compatibilidade do meio revista para os novos tempos. Cf.

Diante dessa efervescência política e cultural e do intenso debate entre diversas concepções do direito no Oitocentos, que buscavam, a partir de diferentes plataformas, conferir, cada uma a seu modo, um estatuto de legitimidade para determinado meio de produção do direito, o periódico passa a ser um laboratório privilegiado para que juristas ensaiassem ideias e experimentassem novas formulações teóricas.

Essa característica é o que o torna, em comparação ao tratado, o manual e ao livro, o meio privilegiado para detectar “*el pulso de la vida del Derecho*”<sup>56</sup>. Isso porque reside nele uma liberdade de acolher ideias que por vezes não passam de uma intuição do seu autor, um pensamento em formação ou um projeto de uma obra em curso. A revista pode ser o abrigo de livros frustrados, mas também capítulos ou antecipações de obras que se consagram<sup>57</sup>. Antes de serem formuladas com o fôlego de uma obra extensa ou de serem colocadas à prova no espaço de decisão do foro, são semeadas e cultivadas, até que estejam aptas a produzir bons frutos. É o espaço adequado para que polêmicas imediatas se desenvolvam e amadureçam, de forma mais pura e desinteressada que o foro, mais sólida e segura que a palavra falada e muito mais científica que o jornal comum<sup>58</sup>.

Além disso, por se tratar de publicações para as quais concorrem múltiplos colaboradores e leitores, funcionam como um instrumento facilitador da difusão e circulação do pensamento jurídico. Resultando de projetos coletivos, postos em ação pelos seus fundadores ou principais responsáveis, entidades ou grupos, juristas ou associações profissionais de caráter jurídico, as revistas de direito apresentam-se como repositórios múltiplos e variados de conhecimento jurídico e como locais adequados ao debate.

Esse é outro ponto que as distingue em relação às publicações monográficas, que resultam, de modo geral, do pensamento e conhecimento de um só autor, localizado em uma data precisa. As revistas, ao invés, contam com colaborações múltiplas, que incluem além dos autores, comissões de redação, responsáveis editoriais ou diretores; em suma, a revista reflete

---

ROSSI, Pellegrino. De l'étude du droit dans ses rapports avec la civilisation et l'état actuel de la science. *Annales de législation et de jurisprudence*. t. I. Genève: Chez Manget et Cherbuliez, 1820. p. IV. Sobre a gênese e perfil dos Annales, cf. LACCHE, Luigi. “All’antica sua patria”. Pellegrino Rossi e Simonde de Sismondi: relazioni intellettuali fra Ginevra e la Toscana. In: SOFIA, F. *Sismodi e la civiltà toscana*. Firenze: Olschki, 2001. pp. 85-91.

<sup>56</sup> ANZOÁTEGUI, Víctor Tau. Presentacion. In: ANZOÁTEGUI, Víctor Tau (Org.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1997. p. 7.

<sup>57</sup> Basta pensar que a obra de Santi Romano, para nos limitarmos a um único exemplo, fundamental para a teoria do direito do século XX, foi publicada, inicialmente, em duas partes, entre 1917 e 1918 nos Annali de R. Università toscane, Cf. ROMANO, Alberto. Nota Bio-bibliográfica sobre Santi Romano. In: ROMANO, Santi. *O Ordenamento Jurídico*. Tradução de Arno Dal Ri Jr. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. p. 44.

<sup>58</sup> A perspicaz comparação entre essas três tribunas familiares ao jurista é atribuída a Carlos Octavio Bunge, jurista argentino, diretor da *Revista Jurídica y de Ciencias Sociales* a partir de 1891, Cf. ANZOÁTEGUI, op. cit., p. 9.

o trabalho de toda uma comunidade, responsável pela definição de objetivos e linhas de atuação e pela orientação do seu itinerário<sup>59</sup>.

Justamente por se constituírem, muitas vezes, em projetos coletivos, é que fica evidente a necessidade de olhar com atenção para os responsáveis e colaboradores mais assíduos das revistas e assim desvendar as “redes de intelectuais”<sup>60</sup> que se organizavam em torno do projeto. Desde a escolha do título e dos textos programáticos, até a organização do conteúdo, nada disso é definido de maneira aleatória ou sem consequências, mas revelam intenções e expectativas, pistas a respeito dos projetos compartilhados pelos idealizadores. O autor, a equipe editorial e o público interagem uns com os outros aqui de uma forma cuja complexidade muitas vezes não é conhecida pelos próprios agentes dessa imbricada teia<sup>61</sup>.

A atenção ao círculo formado em torno das redações, fundamental para a compreensão da linha editorial, somada às reflexões acerca das contribuições dos intelectuais, permitem conceber os periódicos enquanto polos ao redor dos quais se reuniam e se organizavam forças e instrumentos de combate e intervenção no espaço público. Eles oferecem, desse modo, oportunidades privilegiadas para explicitar e compreender os projetos políticos e questões técnicas que permeavam o debate do meio jurídico de momentos pretéritos, os quais, por certo, não se esgotam em si mesmos, mas dialogam intensamente com os dilemas do tempo<sup>62</sup>.

---

<sup>59</sup> MARTINHO, 2011, p. 28.

<sup>60</sup> O conceito vem assinalado entre aspas por constituir, atualmente, um verdadeiro campo de estudos, objeto de intensos debates e particularmente discutido para compreender a construção intelectual do continente latino-americano. Neste trabalho, parte-se da definição oferecida pelo historiador argentino Eduardo Déves-Valdés: “*se entiende por tal a un conjunto de personas ocupadas en la producción y difusión del conocimiento, que se comunican en razón de su actividad profesional, a lo largo de los años*”. Cf. especialmente pp. 29-36, intituladas La noción “redes intelectuales” y su significado para los estudios eidológicos y para pensar el futuro intelectual latinoamericano em: DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales em América Latina*. Hacia la constitución de una comunidad intelectual. Santiago: Instituto de Estudios Avanzados Universidad Santiago de Chile, 2007.

<sup>61</sup> Isso é especialmente verdadeiro para os séculos XVIII e XIX, em que os papéis desempenhados por editores e autores eram menos divididos que hoje, em virtude da ausência de estruturas editoriais consolidadas, dependendo muitas vezes da iniciativa dos próprios juristas a curadoria de todo o processo editorial. Sobre essa sobreposição de funções: Cf. VANDENBOGAERDE, Sebastian. Belgian legal journals (17<sup>th</sup>-20<sup>th</sup> century). Legal, political and cultural challenges. Introduction. *Cahiers du Centre de Recherches en Histoire du Droit et des Institutions*, v. 38, 2015.

<sup>62</sup> Essa chave de leitura é oferecida pela historiadora Tânia Regina de Luca, na introdução ao seu trabalho monográfico sobre a *Revista do Brasil*. A autora coloca em perspectiva a necessidade de historicizar também a estrutura interna dos periódicos, enquanto produtos de necessidades sociais e das circunstâncias do seu tempo, que por sua vez devem ser combinadas com a complexa interação entre as técnicas de impressão e tecnologias disponíveis. Por isso o alerta de que ao lado desses aspectos mais diretamente relacionados aos protagonistas envolvidos, há que se atentar para ao suporte e à apresentação material e tipográfica, pois o conteúdo de jornais e revistas não pode ser dissociado das condições materiais e/ou técnicas que presidiram seu lançamento. Isso tudo é um reflexo dos objetivos propostos, do público a que se destinava e das relações estabelecidas com o mercado, uma vez que tais opções colaboram para compreender outras, como formato, tipo de papel, qualidade da impressão, padrão da capa, periodicidade, perenidade, lugar ocupado pela publicidade, presença ou ausência de material iconográfico, sua natureza, formas de utilização e padrões estéticos. Para esses e outros alertas metodológicos, cf. LUCA, 2005. pp. 111-153.



Portanto, se a periodicidade (a), que faz com que se renovem no tempo e estejam aptas a trazer as novidades e o debate atual é uma primeira característica distintiva desse gênero literário, a multiplicidade de colaboradores (b) é um segundo traço definatório, que as torna produto de um empreendimento comum que reúne uma comunidade de juristas.

Seja optando pela via legislativa ou acadêmica, diversas “revistas-arquétipo”<sup>63</sup>, entendidas como lugares de sociabilidade intelectual e de tomada de posição face ao debate não apenas técnico, mas também político, são observatórios privilegiados para a compreensão do ambiente e da cultura jurídica de um determinado período, tendo em vista a natureza (a) periódica e (b) coletiva desse tipo de empreendimento, a partir do qual é possível vislumbrar passagens relevantes do debate circulante em determinada área disciplinar. Ao empenhar uma comunidade em um trabalho comum, torna-se, por consequência, um laboratório experimental de pesquisadores para colocar a prova seus projetos e ideias. É por isso que as revistas apresentam o *potencial* de manifestar o jogo de forças e o debate circulante em determinada área disciplinar.

Todavia, colhendo a advertência de Paolo Grossi, destacada já nos esclarecimentos preliminares àquele *Incontro di Studio* dedicado a *La “cultura” delle Riviste giuridiche italiane* – já citado congresso pioneiro na historiografia europeia para o desenvolvimento de uma tradição de estudos voltados às revistas jurídicas – adverte que as aspas ao redor do termo “cultura” não foram acrescentadas por acaso<sup>64</sup>. Já no frontispício era necessário marcar o questionamento implícito sobre a existência fática de uma “cultura científica”<sup>65</sup> por trás de todo periódico, direcionando a dúvida sobretudo aos jornais de direito positivo de cunho meramente técnico-profissional. O autor questiona a possibilidade de falar sobre um projeto cultural para todos os periódicos, e sobre a diferença entre a sonhada revista-arquétipo – que realiza todas as

---

<sup>63</sup> Segundo seu arquétipo perfeito, a revista se coloca como uma comunidade operante em vista de um fim, como uma oficina em ação munida de um programa, de um escopo, de artífices, operários coordenados, é o ambiente ideal para a promoção cultural. É fusão e harmonia entre comunidade de estudo e laboratório experimental. A definição é oferecida por GROSSI, Paolo. Chiarimenti preliminari. In: GROSSI, Paolo (Org.). *La “cultura” delle riviste giuridiche italiane*. Atti dell’incontro di studio. Firenze, 15-16 aprile 1983. Milano: Giuffrè, 1984. pp. 13-20.

<sup>64</sup> Id.

<sup>65</sup> Vale destacar que a discussão aqui está restrita aos estreitos confins do direito, pois o debate se o direito possui “cidadania” na “cidadela da cultura”, isto é, sobre a posição da cultura jurídica na cultura sem adjetivos é um debate muito maior que supera os limites desta pesquisa. Para breves acenos sobre o tema, cf. as intervenções de Sabino Cassese e Pietro Rescigno no Incontro. Este último não nega que o jurista ocupe um lugar marginal e frequentemente seja negligenciado no panorama da cultura reconstruído e desenhado através de uma investigação que visita autores, tendências e antologias em todos os ramos do saber. CASSESE, 1984, pp. 43-45; RESCIGNO, Pietro. In: GROSSI, Paolo (Org.). *La “cultura” delle riviste giuridiche italiane*. Atti dell’incontro di studio. Firenze, 15-16 aprile 1983. Milano: Giuffrè, 1984. pp. 75-84.

promessas enunciadas nos parágrafos anteriores - e as revistas operantes na nossa experiência cotidiana.

Essa distinção acompanhou todo o evento fiorentino de 1983 na forma de uma inquietação, materializada no questionário endereçado aos dirigentes de revistas convidados a participar do evento. Ali se perguntava, explicitamente, se as revistas eram (ou tinham sido, ou pretendiam ser) um instrumento de simples informação e imparcial registro das diversas correntes internas ao saber jurídico ou escolhia uma precisa política cultural, organizando os materiais sob precisas hipóteses de trabalho<sup>66</sup>. Para o anfitrião do evento a pergunta se justificava, conforme registrado nos esclarecimentos preliminares, dentro do território específico da literatura jurídica, pela natureza ambivalente das folhas de direito positivo, frequentemente inseridas na linha tênue entre as exigências de fornecer instrumental para a prática quotidiana e a também fundamental exigência de fazer ciência. No embate constante entre esses dois planos, muitas vezes as necessidades materiais do cotidiano impedem o espaço aberto dos grandes nexos e dos grandes problemas característico da reflexão científica<sup>67</sup>.

Essa é uma questão que se coloca especificamente para os estudiosos de periódicos jurídicos e é o traço, na observação precisa de Mariana de Moraes Silveira<sup>68</sup>, que mais os afasta dos demais periódicos científicos, consequência associada à própria natureza do Direito, ao mesmo tempo de conhecimento e prática social. A aplicabilidade prática desse tipo de conteúdo, que serve, mesmo não intencionalmente, de instrumento de trabalho e subsídios para as atividades no foro, decorre do fato de que entre os seus leitores não constam apenas professores e cultores da especulação científica, mas advogados, juízes, promotores de justiça, enfim, profissionais do direito que lidam com a vida no foro e buscam recursos para a atuação prática<sup>69</sup>.

---

<sup>66</sup> Do original, colhe-se o questionamento: “Esplicitamente: la Rivista è (è stata, intende essere) uno strumento di semplice informazione e imparziale registrazione delle diverse correnti interne al sapere giuridico oppure sceglie una precisa politica culturale, organizza i materiali su precise ipotesi di lavoro? In quest’ultimo caso: il rapporto fra programma redazionale (e la connessa ‘visione generale’, il taglio interpretativo del settore assunto ad oggetto) e la effettiva organizzazione del materiale convogliato nel prodotto finito, nell’uno o nell’altro numero della Rivista, è (è stato, tende ad essere) stretto, condizionante, oppure il rapporto tra programma e realizzazione è più oscillante ed incerto? In definitiva: che rapporto potrebbe essere indicato, in un momento di bilancio critico della Rivista, fra il programma redazionale e la cultura effettivamente prodotta dalla Rivista?”. GROSSI, 1983, p. 7. O questionário previa, ainda, perguntas sobre: (i) uso da tradição jurídica; (ii) diálogo entre setores disciplinares diversos; (iii) colaboração com historiadores do direito; (iv) os destinatários da revista.

<sup>67</sup> Ivi, p. 14.

<sup>68</sup> SILVEIRA, Mariana de Moraes. Revistas jurídicas brasileiras: “cartografia histórica” de um gênero de impressos (anos 1840 a 1940). *Cadernos de Informação Jurídica*, v. 1, n. 1, Brasília, pp. 98-119, 2014. p. 115. O texto retoma parte da já citada Dissertação de Mestrado da autora. Cf. SILVEIRA, 2011, pp. 47-75.

<sup>69</sup> Ainda na esteira da discussão da posição do direito na “cidadela da cultura”, citada na nota 25, é oportuno, neste tema, reportar ao comentário de Sabino Cassese, quando afirma que a ciência do direito sempre se submeteu à divisão do trabalho científico no sentido de acolher um papel limitado à própria reflexão, enquanto integrante de disciplinas sociais; e sempre teve um público composto por sua vez de operadores “profissionais”. Nesse sentido,

Por conta disso, pensar nas revistas jurídicas enquanto meios de cultura, em última instância, é um ato de confiança na vitalidade da ciência jurídica como produtora de pensamento e nas próprias revistas de direito positivo como expressão disso, rejeitando a premissa estigmatizante de que elas sejam necessariamente e inteiramente capturadas por preocupações práticas. Assim, assume-se, ainda na esteira do idealizador do congresso florentino <sup>70</sup>, que mesmo as revistas essencialmente voltadas para interesses profissionais não se esgotam necessariamente nessa função, mas superam os termos limitados, ainda que plenamente legítimos da adequação técnico-profissional, a partir de uma dimensão crítica, nem receptiva, nem passiva, mas incisiva; não reservatório de materiais até muito úteis, mas sim projeto e programa. Pensa-se, em suma, na revista como tentativa de interpretação da realidade na sua globalidade e complexidade, mesmo que com uma linguagem e abordagem técnica próprias e peculiares, mas que fornece sua própria contribuição para compreender e alterar o ordenamento em que se insere.

Há quem acredite, como Natalino Irti<sup>71</sup>, que todas as revistas, mesmo as mais instáveis e efêmeras, remetem-se a movimentos de cultura: a núcleos de ideias, sejam elas decadentes e próximas ao esquecimento, ou ao invés, prontas para florescer. Uma revista jurídica (em todo o seu ciclo: em seu nascer, afirmar-se e morrer) seria então um importante fato cultural justamente por ser uma transmissora de ideias e de problemas em estreita conexão com a atualidade. Imaginar a sua ausência, e uma cultura jurídica entregue à exclusiva dimensão do livro, implicaria em sensível perda da quotidiana vivacidade do debate, interrupção do diálogo com a sociedade do tempo, restrição da discussão ao círculo restrito dos cultores teóricos das várias matérias.

É importante ressaltar, entretanto, que a preocupação em distinguir esses dois tipos de publicação revela muito mais uma pretensão do historiador – que despidido da finalidade de aplicação prática imediata, ambiciona encontrar diante de si um objeto de pesquisa ideal, dotado de um programa editorial declarado e de uma estrutura organizada – do que uma qualificação intrínseca do periódico. É daí que surgem classificações como “revistas bazar” e “revista-pessoa” <sup>72</sup>, para designar as publicações que parecem meros receptáculos de novidades frente

---

o autor afirma que o próprio fenômeno de multiplicação das revistas pode ser considerado um índice de ampliação desse auditório. Cf. CASSESE, 1984, p. 703.

<sup>70</sup> GROSSI, 1984, p. 15.

<sup>71</sup> IRTI, Natalino. In: GROSSI, Paolo (Org.). *La “cultura” delle riviste giuridiche italiane*. Atti dell’incontro di studio. Firenze, 15-16 aprile 1983. Milano: Giuffrè, 1984. p. 67-70.

<sup>72</sup> A expressão é de Renato Serra, que a utilizara em carta Luigi Ambrosini em março de 1910, mas eu a consultei através de MANGONI, Luisa. *Le riviste del Novecento*. In: ROSA, Alberto Asor (Org.). *Letteratura italiana: Il letterato e le istituzioni*. v. I. Torino: Einaudi, 1982. p. 945. A distinção foi concebida para tratar de revistas literárias, mas é também útil, em paralelo, para pensar as revistas jurídicas, conforme analogia desenhada por

àquelas que contêm um programa ou uma linha editorial definida, personificada na maior parte das vezes na figura de um grande jurista.

De todo modo, a saber se a revista ultrapassa a mera função informativa, e oferece também uma função formativa, a instituição de proveniência é um fator que interfere bastante no tipo de conhecimento produzido. Há revistas que são concebidas no seio de instituições, de universidades, de escolas, ou que recolhem jurisprudências, legislações, fazem um pouco de tudo.

Uma classificação bastante simples por tipologias é oferecida pela já citada perspectiva bibliométrica de Ana Maria Martinho<sup>73</sup>, tomando por base a clássica divisão entre revistas gerais ou generalistas e as revistas especializadas, muito embora esta distinção possa, para alguns autores, não ser muito rigorosa. No grupo das primeiras se incluem aquelas que, não se dedicando a um determinado ramo específico da ciência jurídica, podem incluir artigos de autores versando sobre diversos temas do Direito. As revistas jurídicas especializadas, pelo contrário, têm como objetivo o estudo de determinadas disciplinas jurídicas e surgem, por vezes, com a intenção de suprir a ausência de títulos especializados nessas áreas. São concebidas, também, como afirmação e apoio à criação de ramos especializados do Direito, quando estes propugnam a sua autonomia enquanto domínios diferenciados da ciência jurídica. Por conta disso, via de regra são mais recentes do que as revistas generalistas.

Além das duas tipologias referidas, a autora destaca, ainda, as revistas acadêmicas ou universitárias pelas características comuns que possuem, entre as quais salientam-se a estreita ligação ao endereço de uma escola por parte dos responsáveis pela sua publicação, bem como dos colaboradores e destinatários, predominantemente representados por docentes e alunos daquelas instituições. Essas revistas não se caracterizam por um caráter prático dominante nos artigos que publicam, mas, ao invés, por estudos doutrinários e acadêmicos, que constituem a maior parte de seus conteúdos. As revistas desta tipologia eventualmente podem apresentar, também, na sua estrutura interna, seções de jurisprudência crítica e legislação, mas sem o mesmo espaço e relevância que apresentam nas revistas generalistas. São consideradas, por isso, um meio eficaz de comunicação da própria escola, sem objetivos comerciais imediatos ou a obtenção de lucros. Afinal, na sua maioria as revistas acadêmicas são subsidiadas por

---

Cassese (na sua já citada intervenção no congresso) e no texto de Fernando Martinez sobre as revistas jurídicas espanholas do século XIX. Cf. MARTÍNEZ, Fernandez. La prensa jurídica y de las corporaciones jurídicas. In: FERNÁNDEZ SANZ, Juan José (Org.). *Doce calas en la historia de la prensa española especializada*. Guadalajara: Asociación de la Prensa de Guadalajara, 2004. pp. 9-31.

<sup>73</sup> MARTINHO, 2011, p. 33.

patrocínios institucionais, geralmente oriundos das instituições que representam, condição que lhes confere maior independência na seleção dos temas e posicionamentos serem adotados<sup>74</sup>.

Os periódicos especializados que, cada vez em maior número, vão se multiplicando e consolidando a identidade e autoridade dos diferentes ramos do Direito compõem também uma tipologia própria ou mista, tendo em vista que apresentam alguns aspectos específicos dos periódicos acadêmicos e, em ao mesmo tempo, daqueles profissionais, trazendo na sua estrutura interna artigos de crítica legislativa e jurisprudencial em paridade com a doutrina, aprofundando temáticas e questões pertinentes à respectiva área do Direito<sup>75</sup>.

Vale destacar que não se deve tomar a citada classificação como absoluta, uma vez que nem um traço nem outro podem ser considerados apanágio exclusivo de um dos grupos, mas apenas são levados em conta enquanto característica predominante do conteúdo da publicação para fins de delineamento do perfil da revista. Noutros termos, não é a presença ou ausência de certos elementos invariáveis que define a natureza da publicação, mas a análise articulada dos objetivos, conteúdo e estruturação interna, bem como suas formas de utilização e sentidos adquiridos no interior do periódico. Tais características, associadas ao perfil dos responsáveis diretos e dos colaboradores, é que permitem discernir o lugar ocupado pela publicação, seja na história da imprensa, seja em relação aos demais veículos contemporâneos<sup>76</sup>. Nas próximas duas seções, tentaremos pensar na cultura das revistas jurídicas europeia e brasileira em confronto, sem apego excessivo a essas tipologias mencionadas apenas a título de aprofundamento do debate, para tentar traçar as características marcantes de cada cultura jurídica.

Antes disso, parece oportuno lembrar, não tanto como modelo, mais como objeto de crítica, a já velha classificação elaborada por Roscoe Pound na década de 30 do século XX,<sup>77</sup>

---

<sup>74</sup> Id.

<sup>75</sup> Id.

<sup>76</sup> Tânia Regina de Luca chama esse esforço de inserção do periódico no contexto mais amplo da própria história da cultura impresso de “método de sincronia e diacronia”, perspectiva que permite encarar a revista não somente enquanto objeto em si considerado, mas no horizonte mais amplo da sua relação com outras publicações do seu tempo. Cf. LUCA, Tania Regina de. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasi (1916-1944)*. São Paulo: Unesp, 2011. p. 3.

<sup>77</sup> Em sendo o fruto de reflexões de um autor inserido no ambiente de common law, é mais útil para compreender essa tradição jurídica do que pelos seus apontamentos, bastante generalistas, sobre o mundo continental, mas ainda assim traz provocações relevantes. Parte, evidentemente, da esquemática linha de continuidade entre a tradição universitária medieval e aquela moderna, pela ponte do direito romano, para definir, em contraposição, o direito inglês como concebido em uma atmosfera mais profissional do que acadêmica, enquanto um direito das cortes. O interessante é perceber, enquanto um autor norte-americano, que classifica a experiência dos Estados Unidos como um modelo misto. Embora o desenvolvimento do direito americano tenha sido primariamente profissional, não o foi exclusivamente, assim como na pátria mãe. Isso porque, depois do evento da guerra civil e da unificação econômica ocorrida no século XX, a vitória econômica foi dada decisivamente à perspectiva nacional em contraste com o provincial no direito americano, onde prevaleciam os precedentes das cortes locais. A influência predominante da escola de direito nacional, eminentemente universitária, cria a unidade e as concepções de uma

delineada a partir de uma divisão “geográfica” das diferentes culturas jurídicas, criando uma tipologia tripartite: (i) um tipo predominantemente acadêmico – continental; (ii) um predominantemente profissional – inglês<sup>78</sup>; e (iii) um tipo misturado – americano.

Apesar do valor didático dessa classificação, ela falha por se basear em um critério geográfico generalista, que toma a Europa continental como um todo monolítico, ignorando as peculiaridades e tensões que a atravessam. Para questionar essa visão, basta por exemplo, pensar na análise de Carlos Petit<sup>79</sup> sobre os modelos de ser e atuar como jurista que se contrapunham na cultura jurídica europeia do século XIX, que recorda a já citada *possibilidade savignyana* de exercer a profissão jurídica e publicar na imprensa periódica, segundo uma orientação do Direito enquanto saber científico, que pressupõe a existência de uma comunidade intelectual a princípio ilimitada; e, por outro lado, o *modelo oratório ou forense*<sup>80</sup> de entender

---

lei geral. Assim o seu direito não é exclusivamente um produto seja das cortes nem das universidades. Juizes e professores têm cada um uma parte. Há dois elementos em sua técnica, que acabam também por influenciar os periódicos jurídicos. Para a reflexão na íntegra, cf. POUND, Roscoe. Types of legal periodical. *Iowa Law Review Roscoe*, v. XIV, n. 3, pp. 257-265, apr. 1929.

<sup>78</sup> Exclui-se da perspectiva comparada elaborada na próxima seção os países anglo-saxões justamente por se distanciarem muito da tradição jurídica brasileira que de modo prevalente é tributária da cultura jurídica ocidental continental. Todavia, a historiografia dos periódicos jurídicos de tradição jurisprudencial é igualmente importante, tendo sido objeto de diversas pesquisas, cujos resultados surpreendentemente aparecem inclusive em várias obras destinadas ao ensino do direito; nelas, a história da imprensa jurídica se considera fonte de necessário conhecimento. Marta Lorente observa que essa preocupação historiográfica é um reflexo da posição importante que os periódicos tiveram na cultura jurídica, tendo aprecido bastante cedo, como a *Lawyers' Magazine* (Londres, 1761-62), o *American Law Journal* (Philadelphia 1808-17). Em comparação com a Europa continental, percebe-se que a historiografia despertou de modo tardio para a importância dessa fonte, fato atestado pela incipiência de instrumentos descritivos e localizadores das publicações periódicas, como bibliografias inventariantes, que apenas recentemente foram sendo produzidos. Isso indica que por muito tempo foram consideradas prescindíveis ferramentas para a compreensão do nascimento e desenvolvimento de todo um novo sistema jurídico. Maria Lorente relembra que o século XIX traz consigo o nascimento, desenvolvimento e consolidação da imprensa periódica de caráter jurídico tanto em um mundo (anglo-saxão e jurisprudencial) como em outro (francês e legal), de modo que a diferente atenção prestada ao fenômeno do periodismo jurídico não responde pois ao dado, mas sim à valoração realizada por uma ou outra cultura. Para a diferença existente entre revista jurídica e law review, inexistente na Europa continental. Cf. LORENTE, Marta. De la Revista al Diccionario: Martínez Alcubilla y el orden. In: ANZOÁTEGUI, Víctor Tau (org.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1997. pp. 243-288.

<sup>79</sup> PETIT, 2006, p. 420-421.

<sup>80</sup> A formulação conceitual desse paradigma encontra-se em outra obra do mesmo autor dedicada a uma discussão sobre a predominância da retórica forense na cultura jurídica espanhola do século XIX: PETIT, Carlos. *Discurso sobre el discurso. Oralidad y escritura en la cultura jurídica de la España liberal*. Huelva: Universidad de Huelva, 2000. Para a sua formulação no contexto italiano – prévia à publicação da obra de Carlos Petit, e muito tributária aos estudos da *scuola napoletana*, sob a regência de Aldo Mazzacane, a respeito da oralidade na cultura jurídica meridional oitocentista – cf. BENEDEUCE, Pasquale. *Il corpo eloquente: identificazione del giurista nell'Italia liberale*. Bologna: Il Mulino, 1996. Por fim, para uma reflexão desse paradigma no caso brasileiro também para a tradição oitocentista, cf. FONSECA, Ricardo Marcelo. Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX. *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, Milano, v. 35, t. I, 2006; para seus reflexos na cultura jurídico-penal, cf. especialmente “a escola positiva e a retórica do bacharelismo oitocentista”, pp. 76-85 em SONTAG, Ricardo. “Código criminológico”? Ciência jurídica e codificação penal no Brasil. Rio de Janeiro: Renavan, 2014; e mais recentemente, essa abordagem também foi utilizada para a compreensão do caldo cultural em que floresceu o estudo do direito internacional no Brasil, especialmente pp. 100-121 em SILVA JUNIOR, Aírton Riberio da. *Teaching international law in the Nineteenth-Century Brazil: a history of appropriation and assimilation (1827-1914)*. 2017. 199 f. Tese (Doutorado) - Curso

o Direito, igualmente influente no continente, que encontra no palácio da justiça e na tribuna parlamentar seus territórios naturais. Assim, o binômio legislação nacional e ciência jurídica universal (já mencionado no início deste capítulo) convive no Oitocentos com esse outro binômio que oporia o advogado ao professor. De todo modo, *ciência* ou *profissão* serão sempre elementos fundamentais para pensar uma revista jurídica e sua contribuição para a cultura jurídica do seu tempo<sup>81</sup>.

Para além do enquadramento em quaisquer esquemas classificatórios, não se pode perder de vista que, independente dos vínculos de produção e de sua eventual vocação para a especialização, a revista *per se* possui inegável valor como fonte documental, que vem melhor compreendida pelas metáforas conhecidíssimas dos historiadores de periódicos sobre sua função de sismógrafos<sup>82</sup>, espelhos<sup>83</sup> ou até mesmo vetores<sup>84</sup>, que se oferecem como

---

de Direito, Scienze Giuridiche - Teoria e Storia del Diritto, Università Degli Studi di Firenze, Firenze, 2017. Essa chave de leitura será melhor explorada no terceiro capítulo deste trabalho para a análise da produção acadêmica do IAB veiculada em sua *Revista*.

<sup>81</sup> Essa tensão também se espelhava nos dois modelos de universidade que serviram de paradigma para a renovação das instituições de ensino superior na Europa a partir do século XIX: o francês e o alemão. Na lição de Aldo Mazzacane, compreende-se com o primeiro uma orientação dos estudos prevalentemente voltada a formar “quadros”, isto é, pessoal capaz de construir uma estrutura da administração: as profissões. Com o segundo, uma classe funcional à “ciência”, à liberdade de pesquisa, segundo um ideal neo-humanístico, como resposta à exigência de especialização e formalização das disciplinas. O historiador napolitano observa que essa é uma tensão ainda hoje não resolvida, uma questão que ainda (de)forma currículos e programas de disciplinas: a universidade deve prover para desenvolver a ciência ou a formar técnicos qualificados? Ou ainda: as duas coisas podem estar juntas em um único projeto educativo? O mesmo vale para as revistas: ao longo de todo o século conviveram as iniciativas direcionadas a obter renovação do saber jurídico e articulação das atividades administrativas, judiciárias, forenses. Várias revistas napolitanas – e em tantos outros cenários nacionais – eram idealizadas para “professores, advogados, parlamentares”, condição frequentemente reunida em um único jurista, “uno e trino” no Oitocentos, capaz de resumir ou de presumir em si as virtudes da elaboração científica e da abstração conceitual, ao mesmo tempo que da argumentação eloquente e persuasiva. Cf. MAZZACANE, Aldo. *Secolo dell’università e secolo delle professioni: le ragioni di un incontro*. In: MAZZACANE, Aldo; VANO, Cristina (Org.). *Università e professioni giuridiche in Europa nell’età liberale*. Napoli: Jovene, 1994c. p. 8-9.

<sup>82</sup> A alusão ao equipamento de origem chinesa destinado a registrar as ondas sísmicas do solo é acenada por Joachim Rückert para se referir às ferramentas que servem aos historiadores para gravar o “espírito do tempo”, função desempenhada, na história do direito, pelas revistas jurídicas. Cf. RÜCKERT, Joachim. *Geschichtlich, praktisch, deutsch. Die “Zeitschrift für geschichtliche Rechtswissenschaft” (1815-1850), das “Archiv für die civilistische Praxis (1818-1867) und die “Zeitschrift für deutsches Recht und deutsche Rechtswissenschaft” (1839-1861)*. In: STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften. Die neuen Medien des 18.-20. Jahrhunderts*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1999. pp. 107-258.

<sup>83</sup> A expressão é lida no editorial do volume *Media of Law and Legal Science* da Revista Jurídica Internacional, publicada pela Universidade de Tartu, na Estônia, com a colaboração de diversos historiadores europeus discutindo o papel das revistas jurídicas na história da cultura jurídica de suas respectivas nações. No artigo de abertura, as editoras responsáveis pela publicação fazem referência à metáfora do espelho pontuando que: “*Legal journalism mirrors the day-to-day of legal culture and records its motions. Historically legal periodicals can be treated as the memory of legal culture*”. Cf. LUTS-SOOTAK, Marju; RISTIKIVI, Merike. Dear Reader. *Juridica International*, v. XVII, 2010. p. 1-1.

<sup>84</sup> A metáfora dos vetores é proposta pelo historiador belga Sebastian Vandenbogaerde para definir os periódicos enquanto difusores de mensagens que de modo algum podem ser considerados neutros, mas sim compreendidos na direção para a qual aponta sua própria seta. Reproduz-se a reflexão na íntegra: “*Without engaging in a semantic discussion, a vector has to be understood according to its most fundamental meaning. Periodicals are spreading or transporting ideas. In various ways, they offer editors and authors the opportunity to spread their message. In doing so, periodicals shape thinking about the law in the broadest way. In addition, this means, almost inherently,*

instrumentos fundamentais para a reconstrução da cultura jurídica dos últimos dois séculos, capazes de restituir, em alguma medida, a complexidade do direito moderno, seja por seus instrumentos de difusão, seja pela cultura que o rodeia<sup>85</sup>.

## 2.2 ENTRE CIÊNCIA E DOUTRINA OU PRÁTICA E LEGISLAÇÃO: OS PERIÓDICOS JURÍDICOS DO SÉCULO XIX EM PERSPECTIVA COMPARADA

*Denn der Uebergang der einzelnen Gedanken zu ganzen und guten Büchern ist ein allmählicher und meist sehr langsamer. Wenn nun eine Zeitschrift diesen Uebergang zu vermitteln und zu befördern strebt, so wird ihre Wirkung sehr heilsam seyn können, so daß es also auch hierin blos auf den Sinn ankommen wird, welcher die Herausgeber und Mitarbeiter leitet. Aber auch im Verhältniß zu den Lesern kann gerade die besondere Form einer Zeitschrift sehr verdienstlich seyn. Daß nämlich die Literatur eines Volkes weder unbeweglich ruhend, noch in einzelnen Büchern und Gelehrten theilweise und ausschließend vorhanden ist, daß sie vielmehr von der Gesamtheit der Gelehrten in Gemeinschaft und Wechselwirkung mit dem Publikum stets neu hervorgebracht und bewegt wird, soll eigentlich Jeder glauben, und ein literarisch geübtes Auge wird es auch wohl sehen, selbst da wo es am schwersten ist, nämlich im gegenwärtigen Zeitalter des eigenen<sup>86</sup>.*

Não à toa, Savigny, protagonista de uma revista-arquétipo, considerada ideal<sup>87</sup> na sua forma, especialização, longevidade, editorial e conjunto de juristas envolvidos, coloca a

---

*that complete neutrality, which is often asserted in an editorial, is revealed to be an illusion. Some legal periodicals in Belgium are notorious for selecting certain case law, and in doing so, imposing a vision of how legal practice should deal with cases. Everyone should be aware that legal periodicals are anything but neutral, and that the choices of editorial boards may have a determining impact on legal development*". Cf. VANDENBOGAERDE, 2015.

<sup>85</sup> O projeto pioneiro de estudos das revistas jurídicas promovido pelo Centro di studi fiorentino, que foi em grande medida determinante para a recuperação historiográfica desse gênero literário na Europa, em última instância pode ser enquadrado dentro do propósito maior de toda a produção acadêmica de Paolo Grossi: lutar contra as mitologias e simplificações da modernidade, que alçou a lei estatal à condição de fonte prioritária – para não dizer única – de manifestação do direito. Esta intenção é expressamente declarada em GROSSI, Paolo. Palabras finales del professor Paolo Grossi. In: ANZOÁTEGUI, Víctor Tau (org.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1997c. p. 388.

<sup>86</sup> Tradução da própria autora: “Porque a passagem de ideias individuais para livros bons e completos é gradual e geralmente muito lenta. Se uma revista procura mediar e promover essa passagem, então seu efeito poderá ser muito salutar, mesmo que, também aqui, tudo dependa, ao final, da inspiração que guia os editores e colaboradores. Mas mesmo em relação aos leitores, a forma particular de uma revista pode se demonstrar muito útil. Que a produção literária de um povo não permaneça imóvel, nem esteja parcial ou exclusivamente entregue a livros e autores individuais, mas que derive muito mais, como em uma realidade sempre nova e em contínuo movimento, da totalidade dos estudiosos, em comunidade e interação com o público, é um fato que deve ser acreditado por todos e que um olho treinado certamente verá bem, mesmo no momento em que isto é mais difícil, isto é, na idade atual de seu próprio povo”. Cf. SAVIGNY, Friedrich Carl von. Ueber den Zweck dieser Zeitschrift. *Zeitschrift für geschichtliche Rechtswissenschaft*. v. 1, n. 1, pp. 1-17, 1815. pp. 8-9.

<sup>87</sup> Não à toa esta revista é considerada um modelo de revista-arquétipo que Joachim Rückert, no já citado artigo dedicado a três “revistas-projeto” alemãs – além do veículo da Escola História, também Das Archiv für die civilistische Praxis (1818-1867) e a Zeitschrift für deutsches Recht und deutsche Rechtswissenschaft (1839-1861) – toma a primeira como base de comparação por ser aquela em que todos os quesitos (editores, programa, metodologia, área temática, equipe de trabalho, cumprimento do projeto - são respondidos com mais precisão. Cf. RÜCKERT, 1999.



advertência inicial no primeiro fascículo do periódico, no trecho trazido como epígrafe desta seção, de que para extrair toda a utilidade de uma revista tudo depende da inspiração que guia seus editores e colaboradores. Isso pressupõe dois elementos: (a) projeto e (b) comunidade<sup>88</sup> e, ao mesmo tempo, a existência de revistas que não os possuem<sup>89</sup>.

Como já descrito na seção anterior, a sonhada revista-arquétipo, como desenhada pelo historiador florentino, seria aquela dotada de um projeto cultural bastante definido, um programa científico voltado a interferir na ciência jurídica do seu tempo, sendo, portanto, superior às demais revistas operantes na experiência quotidiana, que funcionam como meros recipientes de instrumentos a uso exclusivo técnico-profissional. À parte o fato já observado de que essa descrição revela, antes de tudo, os desejos do historiador quando se aventura em um arquivo em busca de fontes<sup>90</sup>, há que se reconhecer que ela também de fato encontra eco em diversos exemplares concretos da cultura jurídica europeia continental oitocentista, onde se identificam não poucas revistas resultantes do projeto cultural de um único personagem ou de um grupo de pessoas, voltadas a dar voz e identidade a escolas, disciplinas, bandeiras e juristas. Da análise mais aproximada de algumas realidades nacionais, percebe-se que aqueles arquétipos não pertencem unicamente à fabulação dos modelos abstratos, mas assumiram contornos históricos reais no desenvolvimento da ciência jurídica europeia e latino-americana dos últimos duzentos anos.

Por isso, nesta seção se pretende delinear os traços da “cultura das revistas jurídicas” de algumas nações europeias do século XIX, bem como trazer acenos acerca da experiência latino-americana a partir do caso específico argentino<sup>91</sup>, a fim de, na sequência, compará-las com

---

<sup>88</sup> O primeiro, em síntese, como reforço de tudo quanto já exposto na seção anterior, corresponde a uma empresa intelectual, pontos de vista, objetivos científicos e culturais a cumprir; e o segundo, por sua vez, corresponde a comunidade de autores-leitores, a ponto de produzir o desejado efeito de ação-reação entre palavras escritas e palavras lidas que estimula o desenvolvimento científico. Esse quadro abreviado se extrai de: GONZÁLEZ, 1997. pp. 79-80.

<sup>89</sup> Sem perder de vista a discussão tratada na seção anterior a respeito do questionamento sobre se toda revista pode ser considerada um movimento de cultura, reconhece-se, aqui, que alguns periódicos carecem de um programa expresso, mas oferecem-se apenas como um repositório de notícias legislativos e artigos doutrinários sem um eixo temático distintivo muito nítido. Esse é um traço, geralmente, comum aos primeiros periódicos de praticamente todas as nações analisadas, em grande medida porque quando as revistas começaram a surgir muitos Estados sequer possuíam órgãos oficiais de divulgação da legislação.

<sup>90</sup> Nesse sentido vale o alerta preciso de Luigi Lacchè e Monica Stronati: “*non lasciamoci affascinare troppo dalle belle e compatte rilegature in marocchino e oro che ancora oggi possiamo ammirare come bibliofili. Questa idea forte di programma è in parte un dato ex-post, è il risultato di sfide, di errori, di felici intuizioni, di insuccessi, di cambiamenti di rotta che coinvolgono l'intera struttura della sociabilità dei giuristi e che ci fanno vedere trasformazioni e perduranti elementi strutturali, a cominciare da una forte dimensione teorico-pratica che rappresenta spesso un tratto di longue durée*”. Cf. LACCHÈ; STRONATI, 2012, p. 12.

<sup>91</sup> A escolha das nações aqui discutidas – Alemanha, França, Itália, Espanha, Portugal e Argentina – seguiu, basicamente, dois critérios: (a) as tradições jurídicas consideradas matrizes, ou interlocutoras, para o desenvolvimento posterior da experiência jurídica brasileira e a (b) disponibilidade de fontes. Esse último critério se justifica, ainda mais, pelo fato de que a experiência de estudos no exterior da autora, como já assinalado na

aquela brasileira do mesmo período. Afinal, a aceitação e o êxito de uma revista jurídica dependem em grande medida de cada cultura jurídica, sendo necessário se perguntar sobre o estado da profissão jurídica, da administração da justiça e da organização universitária para compreender por que determinados periódicos podem florescer e permanecer com vantagem em relação a outros.

Tanto esses fatores são cruciais para entender os periódicos de determinado país, como as revistas jurídicas, por sua vez, são meios privilegiados para entender a vivacidade de uma cultura jurídica. Na observação precisa de Stolleis<sup>92</sup>: “do meio se podem tirar conclusões sobre o produto; do produto se podem tirar conclusões sobre o meio”. Por conta disso, a observação dos periódicos, e dos meios de comunicação utilizados por juristas de maneira geral, é uma tarefa importante para aqueles que como historiadores do direito trabalham para compreender os sistemas jurídicos em sua interação e desenvolvimento.

### 2.2.1 Pioneirismo e cientificismo: revistas jurídicas nos territórios germânicos

O mérito de serem eles precursores e ainda os campeões por quantidade, certamente, não são traços definitivos para definir a relevância de revistas jurídicas singulares ou para avaliar a cultura literária de um país como um todo. Todavia, são ferramentas úteis que revelam indícios sobre a familiaridade de uma cultura jurídica com a imprensa. Não à toa, portanto, a Alemanha é a nação escolhida para inaugurar a perspectiva comparada do presente capítulo. Não se ignora o fato de que, no recorte selecionado – o século XIX – não se pode falar de Alemanha enquanto nação politicamente unificada antes de 1871. Todavia, parte-se do dado de fato que a unificação cultural e linguística é muito anterior, de modo que, em se tratando de *revistas jurídicas* de língua alemã, é possível traçar características comuns em uma análise que abranja todo o centênio.

Nesse sentido, Joachim Rückert, valendo-se dos três volumes da *Bibliographie der Zeitschriften des deutschen Sprachgebietes bis 1900* de Joachim Kirchner, estima em cerca de 570 o número de periódicos jurídicos veiculados nos territórios germânicos ao longo do século XIX<sup>93</sup>. Tomando a obra em sua integralidade, vale destacar que o primeiro

---

introdução deste capítulo, se deu em uma universidade italiana, cuja biblioteca – junto ao acervo pessoal da professora Cristina Vano, que gentilmente o colocou à minha disposição – foi o canal principal de acesso à bibliografia do presente capítulo.

<sup>92</sup> Do original: “*Aus dem Umfeld können Rückschlüsse auf das Produkt, aus dem Produkt auf das Umfeld gezogen werden*”. Cf. STOLLEIS, 2006, p. 11.

<sup>93</sup> A já citada bibliografia de Kirchner, como demonstrado, data da década de 70, e padece, como qualquer trabalho do gênero inventariante, em que pese sua meticulosidade inegável, de pequenas falhas e imprecisões. As

volume da trilogia abrange um arco temporal superior, isto é, as revistas publicadas em países de língua alemã de 1670 a 1830. O primeiro jornal jurídico gravado lá aparece, como já citado nas páginas anteriores do presente capítulo, a partir de 1703. Incluindo este título, Kirchner lista 225 publicações até 1830. A maior concentração, evidentemente, é no período de 1781 a 1830, durante o qual dois terços das revistas (123) aparecem pela primeira vez.

O impulso no mercado editorial jurídico na virada dos séculos é contextualizado por Diethelm Klippel<sup>94</sup> em função de acontecimentos nada banais como a eclosão da Revolução Francesa, o surgimento das chamadas codificações dos direitos naturais, o fim do Antigo *Reich*, o surgimento da Confederação Alemã, a reorganização estatal dos Estados Prussianos, o Congresso de Viena e o surgimento da Escola Histórica. Observa-se, entretanto, que apesar do aumento constante do número de novas publicações, as numerosas perturbações políticas conduziram-nas a uma morte precoce, de modo que não superavam a marca de poucos volumes. Somente na segunda década do século XIX é que se registra um aumento significativo na expectativa de vida das publicações. De qualquer maneira, o próprio número expressivo de revistas já é útil, aqui, para revelar a formação de um mercado editorial e de um público leitor de maneira bastante precoce se comparada a outros Estados europeus, mesmo antes da unificação territorial.

No período destacado, Klippel destaca alguns tipos de revistas que foram mais expressivas e que podem revelar alguns traços da cultura das revistas jurídicas em território alemão na virada dos séculos XVIII-XIX: (i) as revistas de revisão; (ii) as revistas voltadas ao direito particular dos territórios; (iii) as revistas especializadas em disciplinas jurídicas. As primeiras, em torno de 1800, foram um gênero importante e dedicado a publicizar os novos lançamentos editoriais jurídicos, oferecendo um repertório completo dos escritos mais recentes em todas as disciplinas jurídicas. Enquanto hoje a revisão de obras jurídicas não passa de uma seção dos periódicos de direito, esses veículos, naquele momento, eram exclusivamente voltados para esse fim. Eram empreendimentos, entretanto, que a longo prazo não tinham sucesso, o que se atribui, dentre outros fatores, a uma reivindicação enciclopédica quase impossível, tendo em vista que muitas delas não só se propunham a apresentar todas as novas

---

aproximadamente 575 revistas listadas por Kirchner no século XIX abragem uma grande quantidade de papéis oficiais, de um caráter científico questionável. Por conta disso, Rückert, após filtrar algumas dessas entradas e complementá-las com outras fontes (bibliografias elaboradas posteriormente), chega à cifra aproximada de 570 periódicos para este século. Cf. RÜCKERT, Joachim. Zur Charakteristik führender juristischer Periodika im 19. Jahrhundert in Deutschland. *Juridica International*, v. XVIII, pp. 19-39, 2010.

<sup>94</sup> KLIPPEL, Diethelm. Die juristischen Zeitschriften im Übergang vom 18. zum 19. Jahrhundert. In: STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften*. Die neuen Medien des 18.-20. Jahrhunderts. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1999. pp. 15-39.

obras de direito, mas de diversas áreas científicas, além da dificuldade de recrutar revisores suficientes para todas as novas publicações. Entretanto, constituem fontes valiosas para o estudo da ciência do seu tempo, com o registro de obras que de outro modo não seriam conhecidas.

Quanto à segunda vertente, o estudo também demonstra que na transição dos séculos o número de periódicos voltados ao direito particular de cada território aumentou. A explicação sugerida para essas mudanças reside no fato de que durante as primeiras décadas do século XIX as atividades legislativas dos estados alemães foram muito intensas, de modo que os periódicos passaram a ser preenchidos com a publicação de textos legislativos e regulatórios. O autor, no entanto, aponta que a função desses periódicos foi muito além disso, direcionando também a aplicação e interpretação desses dispositivos. Fato é, entretanto, que muito de sua função foi perdida para os diários oficiais nos anos seguintes.

No que se refere à terceira tipologia, destaca-se o surgimento, ainda nesse período de transição, das primeiras revistas dedicadas a disciplinas específicas, sem que se se limitassem a determinado estado. Data de 1769 a primeira revista especializada em direito penal, aparecendo, no final do século XVIII revistas que tiveram desenvolvimento bastante duradouro nesse campo. Em matéria civil, essas publicações aparecem a partir da segunda década do século XIX. Ambos os gêneros estavam calcados em uma “ideia do todo” - “*die Idee das Ganzen*” - isto é, uma premissa de base que buscava abranger o direito de todos os estados: no direito civil, a ciência romanística era o fator de unificação; enquanto no direito penal, o substrato filosófico iluminista era o mote agregador dos territórios.

Já um olhar que encare o Oitocentos por inteiro, para além da transição entre os séculos, faz emergir quatro grupos principais em que se podem encaixar os periódicos jurídicos alemães, enumerados em ordem decrescente de acordo com sua representatividade quantitativa: (i) em maior número os periódicos práticos, com as coleções de decisões – geralmente revistas conduzidas menos pessoalmente e mais por instituições, como tribunais, autoridades administrativas, sociedades notariais, associações de juízes e advogados ou similares; (ii) periódicos científicos primários – conduzidos por professores de direito e acadêmicos, com longos ensaios dogmáticos, similares às monografias; (iii) em menor número, as revistas jurídicas populares para leigos, geralmente chamadas de “jornal” e com periodicidade semanal, sem um eixo temático definido; e (iv) as revistas principalmente profissionais, voltadas a um grupo específico, como juízes, ou policiais, ou advogados, que diferem daquelas voltadas à prática profissional de modo geral.

Para um último “olhar de pássaro” – *die Vogelperspektive*<sup>95</sup> – sobre as revistas jurídicas desse século, Diethelm Klippel e Gerald Arends<sup>96</sup> registram que o número de publicações jurídicas após a unificação da Alemanha aumentou consideravelmente. Os autores sugerem que parte do motivo disso pode estar no fato de que a fundação do Reich e a unificação política trouxeram muitas normas legais novas, novas estruturas administrativas e um novo sistema judicial, o que, por sua vez, causou um aumento na demanda por informação que poderia ser satisfeito por jornais especializados. Além disso, a população destinatária da informação era agora toda a nação, de modo que o número de leitores potenciais de periódicos jurídicos - em comparação com os estados individuais da Confederação Alemã – também se elevou consideravelmente.

Toda essa análise quantitativa oferece um quadro bastante significativo sobre o desenvolvimento das letras jurídicas, do seu público leitor e do grau de especialização do direito alemão no século XIX. Todavia, há ainda um dado qualitativo maior a ser assinalado sobre a cultura das revistas jurídicas alemãs oitocentistas: o ambiente de vida muito específico das universidades alemãs e sua audiência acadêmica na primeira metade do século XIX<sup>97</sup>. Não à toa ali puderam florescer revistas como a já tão citada *Zeitschrift für geschichtliche Rechtswissenschaft*, cujos idealizadores proclamavam abertamente estar fora do plano da revista a imediata e mecânica facilitação da atividade judicial, da magistratura ou da advocacia.

Como destaca Stolleis<sup>98</sup>, a revista de Savigny, Eichhorns e Göschen não esteve sozinha, pois também outros periódicos jurídicos nas duas décadas anterior e posterior a 1800 foram fundadas excluindo do programa da publicação o imediato interesse da atividade judicial.

---

<sup>95</sup> Ivi, p. 20.

<sup>96</sup> KLIPPEL, Diethelm; ARENDES Gerald. Die juristischen Zeitschriften im 19. Jahrhundert. Beobachtungen zu den juristischen Periodika in der Zeitschriftenbibliographie von Joachim Kirchner. In: STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften*. Die neuen Medien des 18.–20. Jahrhunderts. Frankfurt am Mein: Vittorio Klostermann, 1999. pp. 41-52.

<sup>97</sup> A reforma das universidades prussianas operadas por Friedrich Wilhelm Christian Carl Ferdinand von Humboldt consagrou o que se conhece por “modelo humboldtiano” de universidade. Essa história tem início durante o período em que ocupou o cargo de Ministro da *Sektion für Kultus und Unterricht im Preußischen Innenministerium* entre 1809-1810, quando percebeu as condições de abandono em que se encontravam as universidades alemãs e exortou a necessidade de renová-las como o único caminho possível para recuperar a nação no campo da ciência e da arte. É dessa época o seu ensaio *Über die innere und äussere Organisation der höheren wissenschaftlichen Anstalten in Berlin*, considerada a tábua de fundação da universidade moderna, destinada a permanecer como paradigma ultrasecular e modelo considerado eterno enquanto encarnação da própria ideia do mundo moderno. A ponta de diamante desse programa didático se encontra na universidade de Berlim, por ele fundada em 1810, laboratório primário da concepção de educação superior enquanto união de pesquisa e ensino. Savigny participa dessa construção desde seu início, ocupando o posto de direção da Faculdade de Direito. Para uma compreensão das bases filosóficas desse projeto, cf. TESSITORE, Fulvio. L’università di Humboldt e l’unità del sapere. In: MAZZACANE, Aldo; VANO, Cristina (Org.). *Università e professioni giuridiche in Europa nell’età liberale*. Napoli: Jovene, 1994. pp. 15-29.

<sup>98</sup> STOLLEIS, 2006, p. 1.

Todavia, em comparação ao contexto europeu, era incomum e ambicioso esse programa jurídico-científico, aparecendo apenas na Alemanha de modo tão articulado, em grande parte apoiadas por professores, revistas jurídicas consolidadas enquanto acadêmicas na paisagem nacional das revistas. Em vez disso predomina no resto do continente um tipo de revista muito voltada à prática dos tribunais, “*made by practioners for practioners*”<sup>99</sup>.

Não que não houvesse esse tipo de revista jurídica também na Alemanha – Rückert já demonstrou que eram inclusive mais numerosas que as científicas -, também aqui as revistas com fortes demandas teóricas não predominaram no conjunto total de periódicos existentes. Todavia, em uma comparação entre o panorama das revistas jurídicas alemãs e aquelas “ocidentais” permanece o notório fato de que os mais importantes periódicos capazes de sobreviver em circulação mais ou menos constante no mercado e de influenciar de forma considerável na Alemanha foram as revistas jurídicas com maior pretensão científica na crucial fase do início do século XIX.

É a tradicional paisagem das universidades, como havia na Alemanha, o que permite que uma revista se dedique mais facilmente a um puro recorte teórico, o que explica ter sido um fenômeno jornalístico especificamente alemão a consagração das revistas jurídicas acadêmicas com elevado padrão teórico no século XIX. O próprio fato de existirem revistas desde o século XVIII – mesmo que de curta duração – já é um diferencial germânico, pois outros territórios tiveram que esperar até o século XIX para conhecer periódicos exclusivamente jurídicos.

A existência de órgãos específicos dedicados à teoria e outros à prática, isto é, alguns voltados para as atividades dos tribunais e outros para discussões acadêmicas<sup>100</sup> requer ambientes previamente treinados e diversos leitores. De outro modo, as revistas precisam buscar, em sua fase inicial, na medida do possível atender a todos: professor com ensaios individuais aprendidos, o juiz e o advogado com a reimpressão de decisões e comentários, o funcionário administrativo com notícias oficiais e referências à nova legislação, o legislador com relatórios comparativos do exterior. Com a crescente diferenciação das necessidades, pode essa pretensão de atender todas as necessidades ser substituída pela especialização e divisão renovadas – desde que o mercado seja suficientemente grande e receptivo a ela.

<sup>99</sup> A expressão foi colhida em: HEIRBAUT, Dirk. Law reviews in Belgium (1763-2004): instrumentos of legal practice and linguistic conflicts. In: STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften in Europa*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2006. p. 348.

<sup>100</sup> Nesse sentido apontava, já em 1820, Pellegrino Rossi, comentando o contexto alemão marcado pela separação entre as “vocações” jurídicas: “En Allemagne la séparation était complète. Un Professeur n’avait jamais vu un tribunal [...]”. Cf. ROSSI, 1820, p. 4.

### 2.2.2 O praxismo da Restauração e os especialismos pós-unificação: periódicos da península itálica

Em números quantitativos, o século XIX é igualmente representativo para os periódicos jurídicos da península itálica, que registram 533 publicações entre 1850 e 1900<sup>101</sup>. Entretanto, um olhar generalista sobre essa cultura jurídica, abrangendo o conjunto das revistas jurídicas oitocentistas, é igualmente desafiador por também se tratar de território que vivenciou uma unificação política tardia<sup>102</sup> no século XIX, tendo se tornado uma única nação apenas em 1861<sup>103</sup>. Esse fato acabou, inclusive, por dificultar o trabalho da historiografia sobre periódicos jurídicos pré-unitários, tendo em vista a fragmentariedade desses materiais<sup>104</sup>. Por conta disso, a análise nesta subseção se concentrará sobretudo nas publicações iniciadas a partir da segunda metade do século XIX<sup>105</sup>.

<sup>101</sup> Esses dados são extraídos do utilíssimo repertório produzido pelo bibliotecário florentino Carlo Mansuino, colaborador da Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze: MANSUINO, Carlo. *Periodici giuridici italiani (1850–1900)*. Repertorio. Milano: Giuffrè, 1994.

<sup>102</sup> Essa relação foi ilustrada na alegoria de Johann Friedrich Overbeck, *Italia und Germania*, pintura de 1828 que simboliza a paridade das duas regiões culturais (que àquela altura ainda não eram países unificados) a partir do retrato de amizade entre duas mulheres que se apoiam em atitude amigável e afetuosa.

<sup>103</sup> Todavia, entre os dois modelos existem diferenças fundamentais. Nos territórios germânicos existia uma situação de equilíbrio no interior da Confederação alemã, cuja particular estrutura constitucional favorece a Prússia, interessada em modificar em vantagem própria os equilíbrios internos através de uma via gradual, que evitasse rupturas abertas. Na Itália, ao invés, até ao menos 1848 falta um estado que defenda como objetivo a realização da unidade nacional, e o próprio Reino da Sardenha, o único Estado italiano que por grandeza e potência poderia pensar em assumir tal papel, ainda estava muito estruturado naquela peculiar situação política. Alguns acenos comparativos podem ser colhidos dos ensaios presentes na seguinte obra: ALTAROZZI, Giordano; SIGMIREAN, Cornel (Org.). *Il Risorgimento italiano e i movimenti nazionali in Europa*. Dal modelo italiano alla realtà dell'Europa centro-orientale. Roma: Edizioni Nuova Cultura, 2013.

<sup>104</sup> Um dado que contribui para esse cenário, evidentemente, não é somente a colocação temporal dos periódicos, mas a mudança do contexto sócio-político em que floresciam: com a unificação mudam social e profissionalmente os protagonistas, não só autores e editores, mas também os destinatários, cujo número cresce sensivelmente. As próprias revistas sofrem modificações estruturais na contínua experimentação de modelos novos e mais modernos, e variam progressivamente os conteúdos e linguagens. A observação é de Patrizia Salvo, ao detectar profunda modificação em suas fontes de pesquisa – as revistas jurídicas sicilianas – a partir da década de 1860. Não por acaso, a autora admite ter conseguido realizar uma investigação mais aprofundada, com coleções inteiramente conservadas, somente a partir desse período. Cf. SALVO, Patrizia. *La cultura delle riviste giuridiche siciliane dell'Ottocento*. Milano: Giuffrè, 2002. p. 19.

<sup>105</sup> Não foram encontrados, durante a pesquisa para a revisão bibliográfica, ensaios dedicados a uma análise geral, tampouco a periódicos específicos, das revistas jurídicas pré-unitárias. Apesar do pioneirismo e da tradição historiográfica italiana em matéria de periodismo jurídico, os trabalhos geralmente se ocupam de uma única revista, buscando enquadrá-la, com maior ênfase, dentro do setor disciplinar em que insere, sem grandes elucubrações sobre o quadro geral da cultura jurídica periódica de todo o centênio, em todas as regiões da península. São exemplos disso as contribuições ao já citado volume monográfico dos *Quaderni fiorentini* sobre as revistas jurídicas italianas (1865-1945), em que cada autor se dedica a exemplares-chave para determinado ramo do direito. Cf. GROSSI, 1983. Ou o volume organizado por Luigi Lacché e Monica Stronati no âmbito das revistas jurídicas de direito penal. Cf. LACCHÉ; STRONATI, 2012. A esta regra foge o trabalho de Patrizia Salvo, sobre a *La cultura delle riviste giuridiche siciliane dell'Ottocento*, que procura fazer uma reflexão sobre todo o século – para ser mais precisa, no setentênio de 1830 a 1900 –, todavia, por se concentrar em uma única região, tampouco contribui para o quadro geral de toda a península. Cf. SALVO, 2002.

Isso não significa dizer – é oportuno esclarecer – que se partilha de um juízo depreciativo, bastante difuso na historiografia moderna<sup>106</sup>, sobre a experiência jurídica da Restauração<sup>107</sup> nos estados italianos pré-unitários, em virtude de seu caráter prevalentemente prático e voltado à atividade forense, que teria contaminado também a capacidade especulativa dos centros universitários. Ao contrário, reconhece-se que o *habitus* mental do jurista oitocentista é bastante heterogêneo, variado, certamente complexo<sup>108</sup>.

Não se ignora, portanto, que “*per molti versi la Restaurazione è anche la prima grande età delle riviste giuridiche*”<sup>109</sup>, e que muito antes de a Itália se configurar nos contornos de um Estado-Nação, as revistas já eram reconhecidas por juristas italianos como meio privilegiado para acompanhar o novo ritmo dos tempos<sup>110</sup>. De todo modo, até metade dos anos setenta o

---

<sup>106</sup> O parecer negativo se difundiu a partir da publicação de Savigny, em 1828, na *Zeitschrift für geschichtliche Rechtswissenschaft* das suas impressões sobre o ensino de direito nas universidades italianas, após uma de suas viagens realizadas entre 1825 e 1827. Em 1850, vem republicado em SAVIGNY, Friedrich Carl. Ueber den juristischen Unterricht in Italien. In: Id. *Vermischte Schriften*. v. 4. Berlin, 1850. pp. 309-342. A decepção, basicamente, resultou da constatação de que grande parte dos professores eram ao mesmo tempo advogados e magistrados, e que os estudantes pouco frequentavam as aulas, o que o levou a concluir que o interesse geral se endereçava à prática forense. O predomínio dessa atividade sobre a especulação científica, basicamente, seria a causa principal da baixa qualidade dos estudos acadêmicos e da involução do ensino universitário para um enciclopedismo pouco aprofundado. Mazzacane alerta para o fato de que, sobretudo na descrição do cenário napolitano, tratou-se de quadro substancialmente fiel, mas focalizado na universidade (e prevalentemente sobre o direito romano na universidade). É, portanto, um ângulo parcial e não suficientemente informado. Mais pertinente, ao invés, era a observação de que os estudos em Nápoles fossem realizados principalmente em escolas privadas e que a advocacia fosse o centro da vida jurídica. Como professor berlinense, defensor convicto de uma concepção elevada da universidade e protagonista do modelo humboldtiano, é compreensível que julgasse o fenômeno em modo negativo. Todavia, o precário fôlego dos estudos universitários não significa por si ausência de cultura jurídica. Cf. MAZZACANE, Aldo. Prática e insegnamento: l'istruzione giuridica a Napoli nel primo Ottocento. In: MAZZACANE, aldo; VANO, Cristina (Org.). *Università e professioni giuridiche in Europa nell'età liberale*. Napoli: Jovene, 1994b. pp. 77-113.

<sup>107</sup> É sempre oportuno destacar, para o público-leitor brasileiro, que se utiliza convencionalmente o termo Restauração, sob o viés histórico-político, para designar o processo de reestabelecimento do poder dos soberanos absolutistas após a queda de Napoleão. Convencionou-se a sua data de início a partir de 1814-1815, quando da realização do Congresso de Viena entre as nações vencedoras das Guerras Napoleônicas para decidir o redelineamento das fronteiras territoriais europeias.

<sup>108</sup> Essa é a interpretação oferecida pelo “canône eclético”, *attegiamento* ou postura do italiano da Restauração, que permite compreendê-lo, sem reducionismos, no seu terreno privilegiado, enquanto profissional do direito no contexto forense. No foro se conciliam a teoria e a prática, de forma que a advocacia e a magistratura permanecem, em boa parte do Oitocentos italiano, como a veia essencial do saber jurídico. É necessário saber reconhecer e apreciar essa diversidade, sem diminuí-la em prol de uma cultura cientificizante. Para essa perspectiva, cf. LACCHÈ, Luigi. Il canone eclettico. Alla ricerca di uno strato profondo della cultura giuridica italiana dell'Ottocento. *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 39, pp. 153-228, 2010.

<sup>109</sup> Ivi, p. 171.

<sup>110</sup> Para além da vocação predominante de divulgar os julgamentos das cortes jurisprudenciais e as novidades legislativas de cada estado, que os periódicos já assumiam nesse período, é possível distinguir, logo após o início da Restauração, exemplares que se propõem a iniciar um debate sobre a formação e educação de operadores jurídicos e à profícua reflexão sobre os problemas da lei e do direito, animados pelos ventos do “progresso” e de renascimento da vida civil que sopravam naqueles tempos. Títulos com essa tendência, na experiência jurídica milanesa pré-unificação, são analisados em: STORTI STORCHI, Claudia. 'Preparare in ogni modo alla pratica'. Il programma dei periodici giuridici milanesi dal decennio di resistenza all'unificazione legislativa (1850- 1865). In: VILLATA, Maria Gigliola di Renzo (Org.). *Formare il giurista*. Esperienze nell'area lombarda tra Sette e Ottocento. Milano: Giuffrè, 2004. pp. 459-495.



panorama da imprensa jurídica é fortemente dominado ainda pelas revistas de jurisprudência, que se coadunavam seja com a orientação científica da Academia, que privilegiava comentário e exegese, seja com as exigências e demandas dos profissionais práticos<sup>111</sup>.

Nos anos que seguem, novos empreendimentos se iniciam, e um dos traços mais marcantes, no último quarto do século, que passa a caracterizar as revistas jurídicas italianas é o “especialismo” das revistas acadêmicas por setores disciplinares, divididas em subcategorias por ramos do direito definidos. Essa tendência é conectada, por Lacchè e Stronati<sup>112</sup>, a um processo mais amplo de cientificização que parte das Universidades, traduz-se em “discurso sobre o método” e também repercute no universo complexo e fragmentado das profissões jurídicas. São produtos desse renovamento científico as *riviste-persone*<sup>113</sup>, altamente especializadas, que consolidaram inteiras disciplinas, como alguns títulos clássicos voltados ao direito penal<sup>114</sup> e ao direito público<sup>115</sup>. Na virada do século, periódicos jurídicos hospedaram

<sup>111</sup> O diagnóstico é de MOZZARELLI, Cesare. L'annuario delle scienze giuridiche, sociali e politiche (1880-1883). Viaggio breve nella cattiva coscienza. *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 16, pp. 7-46, 1987. p. 10. Para além da difícil tarefa de construir o Estado Unitário italiano, os juristas também enfrentaram as demandas decorrentes da virada cultural da década de 70, onda de renovação vivenciada por diversas nações europeias, que compartilhavam o mesmo exaurimento da capacidade ordenante da forma de Estado liberal e da sua constituição, fundada sob o princípio da legalidade e sob a figura do sujeito-indivíduo. Para uma reflexão do papel dos juristas na “crisi dello Stato liberale” do final do século, cf. MAZZACANE, Aldo. Introduzione. In: MAZZACANE, Aldo (org.). *I giuristi e la crisi dello Stato liberale in Italia fra Otto e Novecento*. Napoli: Liguori, 1994a. pp. 18-22.

<sup>112</sup> LACCHE; STRONATI, 2012, p. 12.

<sup>113</sup> A expressão referenciada na nota 43 designa os casos em que o jurista editor-chefe configura a linha editorial, escolhe os objetivos programáticos, coordena a redação, assume pessoalmente confrontos e polêmicas, ou seja, encarna o programa do periódico, sem que a revista perca – geralmente até reforçando-o – seu caráter representativo de uma área disciplina.

<sup>114</sup> Exemplo pródigo de “*rivista-persona*”, com um programa editorial bastante definido, é a *Rivista Penale di Dottrina, Legislazione e Giurisprudenza*, fundada por Luigi Lucchini em 1874, em Padova, sendo inclusive uma das mais antigas e mais longevas (já atingiu seu 142º aniversário) voltadas a essa temática. Não à toa seu idealizador não se priva de assinalar no primeiro volume que é a primeira, e àquele tempo única, exclusivamente dedicada às disciplinas penais. Seus fascículos constituem um arquivo riquíssimo, contendo ensaios sobre temas cruciais para a doutrina penal italiana da virada do final do século XIX, em especial a unificação do direito penal em torno de um novo código e o debate das escolas em disputa. Cf. SBRICCOLI, Mario. Il diritto penale liberale. La “Rivista Penale” di Luigi Lucchini (1874-1900). *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 16, pp. 105-183, 1987.

<sup>115</sup> Após delineados os contornos político-territoriais de uma Itália unida, o processo de consolidação do Estado-Nação a partir de uma estrutura administrativa ainda estava todo por fazer, o que exigiu novo e reforçado fôlego dos estudos juspublicísticos nas décadas seguintes. Nasceram, desse modo, logo após a Unificação, diversos periódicos da necessidade de uma discussão coletiva entre os juristas de direito público sobre a nova fase de história constitucional que se criara para a forma-Estado. O marco inicial do que se tornou uma importante tradição de estudos pode ser localizado na fundação, no ano de 1891 em Palermo, do *Archivio di diritto pubblico*, dirigida por Vittorio Emanuele Orlando. Para uma narrativa detalhada desse itinerário, Cf. FIORAVANTI, Maurizio. Alle origini di una disciplina giuridica: la giuspublicistica italiana e le sue prime riviste (1891-1903). *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 16, pp. 209-284, 1987. Apenas para destacar outro exemplo de revista-persona digna de nota, recorda-se a *Rivista di Diritto Pubblico*, concebida em torno do jurista bolonhês Cesare Albicini. Seu primeiro número vai à luz em 1889. Os ensaios veiculados em suas páginas partem do direito público geral, mas logo após os primeiros números chegam ao direito administrativo, registrando o fortalecimento dessa disciplina, até fundir-se em 1892 com a revista romana de “Giustizia nell'amministrazione”, o que marcou definitivamente sua transformação em uma “rassegna di amministrazione, seria, utile, diffusa”. Notícias sobre a trajetória específica desse periódico se encontram em: PIRETTI, Maria Serena. Cesare Albicini e

importantes contendas doutrinárias para o renovamento da ciência jurídica italiana e plasmaram contribuições valiosas para uma inteira geração de juristas.

### 2.2.3 Os efeitos da exegese na literatura jurídica: o periodismo na França

A nação francesa já foi citada na introdução desse capítulo como o berço do modelo código por excelência no século XIX, não somente pelo paradigmático *Code Civil* de 1804, mas por todo o conjunto das cinco codificações napoleônicas em matéria civil, penal, comercial e de processo. O impacto desse material legislativo sobre a cultura jurídica francesa teve mais importância que a própria Revolução de 1789 na origem do movimento de exaltação da lei como recurso principal<sup>116</sup>, se não único, do direito<sup>117</sup>. Uma decorrência direta dessa transformação no panorama das fontes do Direito em relação ao Antigo Regime foi a notável reconfiguração por que passou a literatura jurídica francesa do século XIX, espelhando com nitidez o primado da lei através da predileção pelos comentários dos códigos e o emprego do método exegético<sup>118</sup>.

---

la scuola bolognese di diritto costituzionale: La “Rivista di diritto publico” (1889-1893). *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 16, pp. 185-207, 1987.

<sup>116</sup> Já no início da Revolução foi declarado seu afã codificador pela inclusão, no Titre premier da Constitution française de 1791, de um dispositivo que previa: “Il sera fait un Code de lois civiles communes à tout le Royaume”. Cf. FRANÇA. Constituição (1791). *La Constitution française*. Paris, 14 set. 1791.

<sup>117</sup> Esse é o ponto de partida da reflexão de Jean-Louis Halpérin, fonte principal para a elaboração da narrativa presente nesta seção. Sua contribuição ao volume de Stolleis sobre as revistas jurídicas europeias constitui um excelente panorama geral sobre as revistas francesas do Oitocentos, facilitado por uma paisagem jurídica mais homogênea para a inteira nação se comparada às duas tradições jurídicas abordadas nas seções anteriores. Cf. HALPÉRIN, Jean-Louis. La place de la jurisprudence dans les revues juridiques en France au XIX siècle. In: STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften in Europa*. Frankfurt am Main: Klostermann, 2006. pp. 369-383.

<sup>118</sup> O “código comentado” passou a ser um gênero literário muito difundido em substituição aos tratados e manuais. Os juristas, convertidos à posição de meros explicadores do direito posto, resignavam-se a comentar os dispositivos do código de acordo com a ordem estabelecida pelo legislador. Essa “profissão de fé” no conteúdo da lei tornou-se célebre no prefácio do “Curso do Código de Napoleão” publicado por Charles Demolombe, um dos maiores expoentes da escola da exegese, ainda em 1804: “*Au reste, ma devise, ma profession de foi est aussi: Les textes avant tout! Je publie un cours de Code Napoléon; j’ai donc pour but d’interpréter, d’expliquer le Code Napoléon lui-même, considéré comme loi vivante, comme loi applicable et obligatoire; et ma préférence pour la méthode dogmatique ne m’empêchera pas de prendre toujours pour base les articles mêmes de la loi*”. (pp. VI-VII). Cf. DEMOLOMBE, Charles. *Cours de Code Napoléon*. Traité de la publication des effets et de l’application des lois en general. Paris: Imprimerie Générale, 1804. Um episódio célebre que ilustra quanto era arraigada na mentalidade dos juristas franceses da primeira metade do século XIX a interpretação exegética é a tradução do tratado de direito civil do jurista alemão Karl Salomo Zachariae von Lingenthal, o *Handbuch des Französischen Civilrechts*, de 1808. Na década que seguiu a promulgação do Código de Napoleão, foi uma das primeiras obras a comentá-lo sem seguir a estrita ordem de dispositivos da legislação. Quando a obra foi traduzida pela primeira vez para o francês, por G. Massé e Ch. Vergé, como o *Le droit civil français par K. –S. Zachariae*, traz no frontispício o esclarecimento: “*annoté et rétabli suivant l’ordre du Code Napoléon*”. Os tradutores optaram por adequá-la às concepções predominantes na França, abandonando a ordem sistemática e retornando àquela do Código. Para a narrativa desse episódio, cf. BOBBIO, 1995, p. 93.

A contaminação da literatura e do ensino jurídicos<sup>119</sup> por esse paradigma acabou restringindo-os a fornecer as informações necessárias às demandas da prática quotidiana da advocacia e dos tribunais, como se todos os problemas do direito se esgotassem na lei e na prática profissional. Desse modo, ao lado dos textos legislativos, a jurisprudência passa a ser outro foco da atenção dos juristas, não pela função criativa que gozava no Antigo Regime, mas enquanto um comentário autorizado das leis vigentes<sup>120</sup>.

A história das revistas jurídicas francesas do século XIX é inseparável desse contexto, especialmente pela posição que esses dois eixos – legislação e jurisprudência – ocupam na estrutura das publicações periódicas em relação à seção de doutrina, a ponto de essa última ser considerada “*l’élément decoratif de la revue, con un caractere somptuaire ou voluptuaire*”, trazendo apenas o esboço de comentários de novas leis, muito curtos, e geralmente com problemas concretos, que interessam diretamente à atividade do foro<sup>121</sup>.

Por conta disso, no início do século XIX, as coletâneas de jurisprudência, com uma boa vantagem, prevaleceram em relação às revistas doutrinárias na França. Multiplicaram-se as publicações judiciárias privadas, paralelamente aos meios oficiais de difusão dos julgamentos, apresentando os *arrêts* do Tribunal de Cassação, a fim de publicizar as decisões da justiça. É

<sup>119</sup> É oportuno lembrar que, após a Revolução, a Convenção Nacional – regime político que governou a França entre 1792 e 1795 – logo tratou de reorganizar a instrução pública, abolindo as 22 Universidades francesas do Antigo Regime pelo Decreto de 15 de setembro de 1793. As Faculdades de Direito serão reestabelecidas por Napoleão em 13 de março de 1804, 8 dias antes da promulgação do Code Civil. Não há controvérsias na historiografia de que essas Escolas nasceram para o ensino do Código e permanecerão essencialmente faculdades do Código até o último terço do século XIX. A configuração pretendida pelo Imperador era clara: as faculdades eram destinadas a formar os quadros que o Estado precisava, com uma formação eminentemente profissional, para recompor a estrutura administrativa que a Revolução despedaçara. Para uma discussão aprofundada sobre o ensino jurídico superior na França oitocentista, cf. RÉMY, Philippe. Le rôle de l’exégèse dans l’enseignement du droit au XIX siècle. *Annales d’Histoire des Facultés de Droit et de la Science juridique*, n. 2, pp. 91-105, 1985.

<sup>120</sup> Esta proibição da atividade criativa dos juízes esteve prevista já no art. 9, título I do primeiro projeto de Constituição de 1789: « *Il ne sera permis à aucun juge, en quelque manière que ce soit, d’interpréter la loi et, dans le cas où celle-ci serait douteuse, il se retirera par devers le corps législatif, pour en obtenir, s’il en était besoin, une loi plus précise.* » É ainda reforçada no artigo 12 do título II da *Loi des 16-24 août 1790*: « *les tribunaux ne pourront point faire de règlements, mais ils s’adresseront au Corps législatif toutes les fois qu’ils croiront nécessaire, soit d’interpréter une loi, soit d’en faire une nouvelle* ». Disposições similares foram incluídas no *Code Civil*, como o célebre art. 5 do título preliminar: « *Il est défendu aux juges de prononcer par voie de disposition générale et réglementaire sur les causes qui leur sont soumises* ». Sobre a questão, cf. FRATE, Paolo Alvazzi del. *Giurisprudenza e référé législatif in Francia nel periodo rivoluzionario e napoleonico*. Torino: G. Giappichelli, 2005.

<sup>121</sup> A expressão é de Georges Wiederkehr referindo-se à cultura das revistas francesas de direito privado, não só como um traço histórico restrito ao século XIX, mas como uma característica que ainda permanece marcante no periodismo jurídico francês até a contemporaneidade. É, portanto, a consequência de uma tradição que marcou indelevelmente o pensamento jurídico francês e a relação de hierarquia entre suas fontes do Direito. Cf. WIEDERKEHR, Georges. La culture des revues françaises de droit privé. In: ARNAUD, André-Jean (Org.). *La culture des revues juridiques françaises*. Milano: Giuffrè, 1988. p. 13. Para uma discussão sobre a particular realidade francesa na relação entre doutrina e jurisprudência – “*École et Palais*” – cf. BARENOT, Pierre-Nicolas; HAKIM, Nader. La jurisprudence et la doctrine: retour sur une relation clef de la pensée juridique française contemporaine. *Quaderni per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 41, pp. 251-327, 2012.

nesse contexto que devemos inserir a história do “*premier organe spécial et périodique de la science du droit en France*”<sup>122</sup> - a primeira revista doutrinal na França: a *Thémis ou Bibliothèque du Jurisconsulte; par une réunion de magistrats, de professeurs et d’avocats*. Apesar da brevidade de sua existência, entre os anos de 1819-1831 – assim como a de seu fundador, Athanase Jourdan, morto em 1826 – conseguiu imprimir marcas profundas na França, construindo uma rede de colaboração com intelectuais estrangeiros e servindo de meio de difusão da proposta metodológico-científica da Escola Histórica em uma língua menos impenetrável que o idioma vernáculo dos juristas alemães<sup>123</sup>.

Entretanto, mesmo com o objetivo, declarado no *plan de l’ouvrage*, de “*faire connaître l’état actuel de la science du droit, esconder les progrès de cette Science, et contribuer au perfectionnement de la législation, tel est le but que se proposent les auteurs de ce nouveau recueil périodique*”, ela não esteve indiferente à importância da legislação e da jurisprudência na cultura jurídica francesa. Não à toa, desde a sua primeira edição a *Thémis* comportou revisão de julgados com algumas breves menções ao *Journal du Palais* ou ao Boletim oficial<sup>124</sup>. Mesmo com a vocação científico-doutrinal e o obstinado empenho de seus redatores em sintonizar a ciência do direito francesa com as ideias que circulavam no além-Reno, não hesitaram em tentar criar uma relação de harmonia entre as revistas de doutrina e as revistas de jurisprudência, predominantes na paisagem dos periódicos jurídicos franceses.

Halpérin registra uma mudança nesse cenário apenas após a Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871, quando então os centros universitários assumem a vanguarda na criação e desenvolvimento das revistas. As faculdades de direito, então, inevitavelmente afetadas pelo modelo alemão, com a consequente demanda pela especialização das disciplinas, empenharam-se na fundação de novas revistas, mais conectadas com o movimento de cientificização do direito que percorria toda a Europa<sup>125</sup>. Os próprios professores, mais orientados em direção a esse paradigma cientificista, já não mais se satisfaziam com a informação bruta recolhida nas coletâneas de jurisprudências, cuja ausência de método de seleção explícito fragilizava o seu potencial científico<sup>126</sup>. De todo modo, os elementos da legislação e jurisprudência permanecem peças-chave para pensar a cultura das revistas jurídicas francesas oitocentistas.

<sup>122</sup> Cf. BONNECASE, Julien. *La Thémis (1819-1831)*. Son fondateur, Athanase Jourdan. 10ª ed. Paris: Librairie de la Société du Recueil Sirey, 1914. p. 130.

<sup>123</sup> Para uma discussão aprofundada sobre o papel da *Thémis* como difusora da Escola Histórica alemã, cf. especialmente o tópico “*spettatori di una rivoluzione scientifica*”, pp. 262-270, em VANO, 2000.

<sup>124</sup> Cada um dos números da *Thémis* era dividido em quatro partes: (i) *legislation et histoire du droit*; (ii) *jurisprudence des arrêts*; (iii) *doctrine des auteurs*; (iv) *enseignement du droit*. Cf. THÉMIS, ou Bibliothèque du jurisconsulte; par une réunion de magistrats, de professeurs et d’avocats. v. 1, n. 1, Bruxelles, nov-dez. 1819.

<sup>125</sup> HALPÉRIN, 2006, p. 381.

<sup>126</sup> Ivi, p. 381.

## 2.2.4 Limites da renovação e freios de continuidade em uma ordem jurídica em transição: o advento da imprensa jurídica na Espanha

Assim como o hábito não faz o monge, o título da publicação não pode ser tomado automaticamente como crachá identificador do perfil de uma revista. Esse adágio popular é bastante útil para compreender por que a *Gaceta dos Tribunales*, criada no ano de 1834 em Madrid, em que pese seu pioneirismo na imprensa jurídica espanhola, não é considerada a primeira revista jurídica em sentido estrito da Espanha. Apesar da sua denominação, o periódico dedicava grande espaço a divulgar notícias e artigos sobre a política e economia do país, ultrapassando os confins da estreita moldura em que se insere um jornalismo especializado em *direito*. Por conta disso, apenas em 1836, com o *Boletín de jurisprudencia y legislación*, dirigido por F. Pacheco, M. Pérez Hernández y J. Bravo Murillo, inaugura-se uma nova época para a imprensa jurídica espanhola, em que se cristaliza uma determinada concepção do jurídico (por contraposição ao político) que serve de molde para a aparição de diversas revistas<sup>127</sup>.

O *Boletín*, e a maior parte dos periódicos dessa década, propõe-se a divulgar as novas leis e dar notícias dos tribunais, buscando suprir uma carência compartilhada pela maior parte dos Estados nacionais em consolidação: a inexistência de instrumentos oficiais que circulassem e tornassem acessível o novo material jurídico. Essa necessidade de divulgar a legislação estatal está na base da hipótese levantada por Antonio Serrano González sobre as publicações periódicas espanholas do século XIX: para o autor em regra não apresentam aqueles dois pressupostos necessários para que uma revista seja frutuosa para a cultura jurídica – o projeto e a comunidade de leitores –, razão pela qual não se poderia, em sua convicção, falar-se de uma literatura jurídica nacional criada ou estimulada pelas revistas, mesmo reconhecendo que revistas houve; e muitas<sup>128</sup>.

Essa característica se intensificaria a partir de 1848 com a chegada do novo Código Penal, texto de autoridade que exige para si muitas energias da imprensa jurídica para dar conta de sua reprodução, difusão e esclarecimento, a ponto de operar uma “*fagocitación por parte de la ley del discurso jurídico incorporado a las revistas*”<sup>129</sup>. A existência concreta e tangível do que outrora era somente um projeto cultural anunciado acaba por inserir o temido fetichismo da lei estatal doméstica dentro da própria imprensa jurídica.

<sup>127</sup> LORENTE, 1997, pp. 256-259.

<sup>128</sup> GONZÁLEZ, 1997, p. 80.

<sup>129</sup> Ivi, p. 84.

A lógica arraigada da submissão à lei e, sobretudo, ao *tempo* do Estado, torna as publicações periódicas sempre mais fugazes, transitórias, momentâneas e, negativamente, mais periódicas, à medida que se tornam obsoletas assim que novos dispositivos legislativos são promulgados. Todavia, é justamente a inclusão de uma seção dedicada à divulgação das leis é o que justifica a própria existência do periódico, que, no nível mais básico e urgente, satisfaz a demanda de leitores e assinantes de obterem informação atualizada sobre o direito aplicável. Acaba que esse encargo, porém, mitiga o potencial da revista de dar a conhecer para poder criticar, restringindo-se, na maioria das vezes, em dar a conhecer para poder meramente aplicar. A crítica ácida de González relaciona essa escolha editorial de submissão cultural à letra da lei a uma postura mental do próprio jurista de incapacidade de se elevar à categoria de produtor de discurso e de cultura. Sem rodeios: “*las revistas informan sobre el poder y tienen voluntad de poder; pero esto no implica que generen automáticamente saber*”<sup>130</sup>.

Apesar da profundidade dessa crítica, parece oportuno registrar narrativa historiográfica divergente, na tentativa de esboçar o panorama mais amplo e variado possível dessa tradição jurídica. Fernando Martínez<sup>131</sup> oferece explicação alternativa, que passa por uma compreensão da ordem jurídica do século XIX como uma ordem ainda arcaica, apesar do advento das do elemento inovador das codificações<sup>132</sup>. Mesmo com a sua natureza de ruptura e renovação da ordem jurídicos, os códigos não teriam sido capazes de substituir uma *Denkform* ainda jurisprudencial, própria de tempos que não se concebem superados, tampouco poderia ser a chave de leitura de toda aquela experiência jurídica. Desse modo, questiona as conclusões de González sugerindo que elas se equivocam por partirem de premissas erradas, categorias conceituais florentinas que não poderiam se adequar à realidade espanhola. Isso porque aquele raciocínio ignoraria que uma perfeita modernização do direito, a ponto de reduzi-lo ao monopólio da lei, ainda restaria pendente no século XIX, que não assistiu à substituição da completa da lógica de acumulação, incerteza e casuísmo do *ius commune*<sup>133</sup>.

---

<sup>130</sup> Ivi, pp. 91-94.

<sup>131</sup> MARTÍNEZ, 2004.

<sup>132</sup> Apenas a título de informação, a Espanha conheceu um efêmero Código Penal em 1822; outro em 1848, que constituiu a base do terceiro em 1870; um Código de Comércio em 1829, quase imediatamente obsoleto à prática; leis processuais (de ajuizamento mercantil, 1830, e civil, 1855), que nem sequer podiam ser considerados códigos; um Código Civil no final do século, em 1889, quando se renovam as leis processuais (1881, 1882) e o Código de Comércio (1855). Petit aponta que os textos não foram tantos, tampouco muito importantes, haja vista que padeceram da falta de definição de todo o ordenamento pela ausência prolongada de um Código civil. E quando o Código civil chega não é capaz nem de unificar o território, nem de monopolizar as fontes jurídicas, tampouco de garantir a estatalização das fontes, recorrendo ao direito matrimonial canônico. Daí seu diagnóstico de “un código sustancialmente inexistente”. Cf. PETIT, Carlos. El código inexistente. Por una historia conceptual de la cultura jurídica en la España del siglo XIX. *Anuario de derecho civil*, v. 48, n. 4, pp. 1429-1466, 1995. p. 52.

<sup>133</sup> MARTÍNEZ, 2004, p.19.

Sob esse viés, as revistas não passariam de recipientes novos de conteúdos tradicionais, e a novidade residiria muito mais no formato do que na substância. A imprensa jurídica seria apenas uma representante apropriada de uma determinada ciência jurídica, e essa, a seu turno, de uma determinada sociedade política. Mas perceber suas limitações e carências não significariam, automaticamente, decretar sua incapacidade; apenas reconhecer uma condição congênita daquela sociedade<sup>134</sup>.

Por certo, não se trata de afirmar que inexistiam revistas com preocupações científicas, basta pensar nos exemplos profícuos trazidos por Carlos Petit<sup>135</sup>, mas seu caráter de excepcionalidade perante a paisagem total das revistas jurídicas serve apenas para confirmar a regra. Esse desencanto, em última instância, se refere a uma avaliação da qualidade da própria ciência jurídica espanhola do século XIX como um todo, da qual as revistas são apenas um reflexo. A natureza das publicações não passaria do sintoma de um diagnóstico mais amplo<sup>136</sup>.

Sem que se espouse nenhum dos posicionamentos em contenda como um juízo definitivo, reconhece-se ser necessário esperar até praticamente final do século para que esse marco estrutural da imprensa jurídica comece a se transformar, a partir do momento histórico – comum às realidades nacionais abordadas nas seções anteriores – de abertura das universidades a novos horizontes científicos, permitindo-lhes emancipar-se das sufocantes demandas da prática jurídica. É a partir de então que se começa a advertir que o princípio ativo da atualidade jurídica não pode ser colhido na dinâmica própria das instituições públicas, mas provém mais de cima: da especulação científica<sup>137</sup>.

### **2.2.5 As origens do longo casamento entre associativismo e periodismo: o exemplo de Portugal**

O exemplo português é especialmente significativo para os fins deste trabalho por ser possível identificar nele muitas semelhanças com o itinerário brasileiro, não só pela evidente

---

<sup>134</sup> Ivi, p. 30-31.

<sup>135</sup> Basta lembrar de: *La Escuela del Derecho* (1863-1885), de vida efêmera mas fecunda, oferecendo uma excelente miscelânea de artigos doutrinários; a madrilenha *Revista de los Tribunales. Periodico de legislación, doctrina y jurisprudencia*, na sua segunda fase, quando dirigida por Vicente Romero e à mudança no seu propósito originário de atender às demandas da prática forense (1878-1894); ou a *Revista General de Legislación y Jurisprudencia* (1883-1900) e a sua vocação ao direito comparado. Cf. PETIT, 2006, p. 263-338.

<sup>136</sup> Contribui negativamente para esse juízo a falta de vocação da doutrina espanhola oitocentista para sequer produzir um código civil. A esse respeito, cf. CLAVERO, Bartolomé. La gran dificultad: frustración de una ciencia del derecho en la España del siglo XIX. *Ius commune*, v. 12, pp. 91-115, 1984; PETIT, 1995.

<sup>137</sup> GONZÁLEZ, 1997, p. 106-107.

dependência cultural que o Brasil ainda mantinha com a antiga metrópole – cujas amarras coloniais, no que concerne ao ordenamento jurídico, não cessaram imediatamente após a declaração da Independência política<sup>138</sup> – mas pela identificação da criação de periódicos homônimos e o semelhante vínculo de muitos deles com associações profissionais. Para não citar o fato de que muitas revistas jurídicas brasileiras republicavam artigos já impressos pelas congêneres portuguesas, ou a presença marcante de alguns articulistas lusitanos em suas páginas<sup>139</sup>.

O dado relativo ao nexo entre o periodismo jurídico português e o movimento associativo dos juristas, entretanto, é o primeiro elemento que importa destacar. A aurora da imprensa jurídica portuguesa está conectada por laços umbilicais às associações profissionais, tendo sido o pontapé inicial dado pela Sociedade Jurídica de Lisboa com a publicação dos *Annaes da Sociedade Jurídica* (1835), seguida da *Revista Jurídica* (1836) pela Sociedade Jurídica do Porto<sup>140</sup>. Essas organizações de juristas assumiram uma missão de modo pioneiro a louvável missão de consolidar e difundir cultura jurídica, sendo precursoras das próprias universidades na consolidação de saberes e disciplinas<sup>141</sup>.

A Associação dos Advogados de Lisboa, fundada em 1838 e considerada antecessora direta da Ordem dos Advogados portugueses, também consagrou entre suas primeiras intenções a criação de um periódico jurídico, plasmando-o como um propósito previsto em Estatuto.

---

<sup>138</sup> A Independência política brasileira, declarada em 1822, não foi acompanhada de imediata autonomização do ordenamento jurídico em relação à metrópole portuguesa. Isso porque, pouco mais de um ano após o simbólico “*Grito do Ipiranga*”, a Assembleia Geral e Constituinte, corroborada pelo Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil, D. Pedro I, em 20 de outubro de 1823, decreta a recepção de boa parte da legislação portuguesa no ordenamento jurídico brasileiro com a lei de 20 de outubro de 1823. Cf. BRASIL. Lei de 20 de outubro de 1823. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro. 20 out. 1823. Para além disso, a criação tardia das faculdades de direito, apenas em 1827, também contribuiu para o prolongamento da dependência cultural em relação a Portugal, já que a maior parte dos bacharéis atuantes em terras brasileiras permaneceu por longo tempo composta por egressos das arcadas lusitanas. Sobre a educação jurídica no Império, Cf. VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*: 150 anos de Ensino Jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1982. pp. 13-74.

<sup>139</sup> Cf. FORMIGA, 2010, p. 38.

<sup>140</sup> A história dos primeiros jornais jurídicos portugueses não pode dissociar-se da história das instituições que os originaram, por isso convém aqui trazer alguns acenos. A Sociedade Jurídica de Lisboa foi fundada no mesmo ano de 1835, reunindo advogados, magistrados e bacharéis. O projeto de publicação dos *Annaes* já constava em seus Estatutos e foi concretizado no mesmo ano de sua fundação. O periódico foi mantido por 25 edições durante dois anos e dedicou-se, evidentemente, em grande medida a publicizar os atos da própria instituição, trazendo os resultados das discussões travadas entre os sócios, ou trabalhos produzidos por seus membros, além de estatísticas da justiça e jurisprudências. A Sociedade também se encerrou no mesmo da publicação do último número em 1837. A Sociedade Jurídica do Porto era muito semelhante à sua homônima lisboeta – o que também se aplica ao seu periódico – não tendo, tampouco, conseguido alcançar longevidade. Ainda assim, suas existências fugazes já servem de exemplo pródigo de uma tendência que permaneceria no movimento periodista português do século XIX. Cf. CHORÃO, 2002, pp. 73-74.

<sup>141</sup> Exemplo disso é que as Sociedades Jurídicas se anteciparam às próprias Faculdades de Direito na autonomização de domínios especializados do conhecimento jurídico, consagrando em seus estatutos comissões de direito comercial e de direito administrativo mesmo antes de esses ramos constarem nos planos de estudos universitários, o que só foi acontecer em 1836. Cf. Ivi, p. 51.



Enquanto esse intento não se concretizava, a *Gazeta dos Tribunaes*, fundada em 1841 por iniciativa de alguns advogados, tornou-se no ano seguinte órgão oficioso da instituição, que só na segunda metade do século editaria um jornal próprio, sob o título *Annaes da Associação dos Advogados de Lisboa* (1857), posteriormente tornada *Gazeta da Associação dos Advogados de Lisboa* (1873)<sup>142</sup>. Para além da imprensa institucional e do caso particular da *Gazeta dos Tribunaes*, o decurso do século XIX em Portugal foi marcado pelo aparecimento de vários títulos fundados e dirigidos por advogados<sup>143</sup>.

Outro traço que marcou o periodismo jurídico português da década de 40 foi a necessidade de proporcionar uma difusão rápida das normas legais vigentes, daí o aparecimento de vários títulos da imprensa periódica cuja vocação originária era conferir suficiente publicidade aos muitos diplomas que o renovado fôlego legiferante do Estado ia produzindo<sup>144</sup>. Na virada para a segunda metade do século, entretanto, ainda estava por cumprir uma etapa essencial da legalização e estatização do ordenamento jurídico: a promulgação do Código Civil.

O advento desse monumento legislativo, no final da década de 60, renova a orientação da literatura jurídica, absorvendo nas décadas seguintes a atenção dos juristas, que se mobilizaram à tarefa de ler e explicar os novos dispositivos legais. No desempenho dessa incumbência o periodismo jurídico se renova, com exemplares como *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, que passa a contar com uma seção doutrinal robusta que trazia a proposta de responder às consultas dos assinantes. Todavia, raramente esses questionamentos iam muito além da necessidade de aplainar dificuldades exegéticas<sup>145</sup>.

---

<sup>142</sup> Periódico homônimo da prevista revista jurídica brasileira – aqui fundada dois anos depois, em janeiro de 1843 – teve vida muito mais longa do que a de sua congênere tupiniquim, estendendo-se por longos 27 anos, com regularidade impecável de três tiragens semanais. Em 1868, todavia, torna-se *Gazeta da Relação de Lisboa Continuação da Antiga Gazeta dos Tribunaes*, assumindo o fim de divulgar o novo Código Civil, enquanto não fossem criadas publicações específicas paratanto. Com esse nome, continua a ser pulicada até 1872. Cf. Ivi, pp. 105-115.

<sup>143</sup> Dentre eles constam inclusive alguns dos títulos mais célebres e longevos do Oitocentos português, como a *Revista dos Tribunaes* (1841), título criado em virtude de uma dissidência entre os redatores da *Gazeta dos Tribunaes*; *O Direito – Revista de Legislação e Jurisprudência* (1851), que também encontrou uma homônia correspondente no Brasil a partir da década de 60; a *Reivsta Jurídica* (1856), outro título replicado no além-mar, voltada expressamente a servir ao jurisconsulto prático; a *Revista de Jurisprudência* (1857), a primeira, apesar do nome, a atingir nível científico considerável com a publicação de textos doutrinários e notícias diversas de periódicos estrangeiros; o *Correio Jurídico* (1892), outro periódico que se propôs a divulgar em Portugal o movimento científico estrangeiro; dentre outras. Cf. Ivi, pp. 53-54.

<sup>144</sup> A notícia foi colhida em MARCOS, Rui de Figueiredo. A fundação do boletim da faculdade de Direito e o periodismo jurídico em Coimbra. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, v. comemorativo, pp. 11-43, 2003. Em que pese seu escopo seja o periodismo jurídico coimbreense, o autor oferece acenos úteis sobre o panorama nacional.

<sup>145</sup> Criada em 1868, acabou beneficiando-se da demanda literária criada pela recente publicação do Código Civil, promulgado em 1867, em virtude da necessidade de esclarecer o direito novo. Todavia, a publicação orgulhosamente declarava se abster de entrar em discussões de teorias, restringindo-se à vocação de interpretar dispositivos legais. Há a virtude, que merece ser destacada, de ter sido por razão de seu centenário inaugurada uma linha de estudos historiográficos do periodismo jurídico em Portugal com o livro de Guilherme Braga Cruz. Cf.

Com esse caldo cultural e as prementes demandas à prática profissional, a paisagem das revistas jurídicas lusitanas no Oitocentos foi esmagadoramente dominada pelos periódicos de interesse geral, não conseguindo florescer com grande êxito revistas especializadas. Tímidas iniciativas começam a partir do Direito administrativo<sup>146</sup>, mas que se revelam muito mais órgãos de notícias da administração pública e de tribunais administrativos, sem que se registrasse efetivamente revistas voltadas a consolidar estatutos científico-disciplinares. Reside, portanto, na contribuição do associativismo de juristas e às exigências da atividade forense os traços mais marcantes da cultura das revistas jurídicas portuguesas deste século.

## **2.2.6 Lamúrias compartilhadas de um passado comum de dependência: a inevitável identificação com o caso da Argentina**

Após todo o quadro desenhado até aqui, concentrado eminentemente em âmbito europeu, não menos interessante se revela a narrativa sobre a experiência de uma cultura jurídica mais próxima ao exemplo brasileiro, não só geograficamente, mas também na comum herança de dependência cultural decorrente do passado colonial. O reflexo disso é a também tardia criação da própria imprensa geral, o que acaba por comprometer o desenvolvimento da imprensa jurídica. Um panorama sobre o desenvolvimento do periodismo rio-platense no Oitocentos é oferecido por Alberto David Leiva, com dados que cobrem desde as primeiras aparições de notícias jurídicas nos periódicos gerais, até a consolidação desse gênero literário voltado exclusivamente ao direito<sup>147</sup>.

Em um ambiente em que a própria cultura impressa, portanto, ainda estava se consolidando no início do século XIX, e a publicidade não era a regra, foi recebida com desconfiança pela comunidade jurídica a primeira iniciativa, datada de 1834, de reunir em um periódico coletâneas de decisões e decretos legislativos. Foram necessários vinte anos para que a audiência rioplatense se mostrasse favorável à acolhida de uma revista destinada ao uso

---

CRUZ, Guilherme Braga da. *A Revista de Legislação e Jurisprudência*. Esboço de sua História. v. 1. Coimbra: Coimbra Editora, 1975.

<sup>146</sup> Pioneira nesse sentido é a Revista Administrativa de 1866, cujo subtítulo, “Jornal d’Administração”, já era bastante revelador de suas limitadas aspirações. A ela se seguiram iniciativas na seara do Direito Commercial e Direito Internacional, mas apenas no final do século, não compondo, portanto, um traço significativo para a cultura oitocentista. Cf. CHORÃO, 2002, p. 61-62.

<sup>147</sup> LEIVA, Alberto David. *Del periodismo a las revistas jurídicas. Un aspecto en la evolución de la literatura jurídica argentina (1850-1950)*. In: ANZOÁTEGUI, Víctor Tau (org.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1997. pp. 57-75.

exclusivo de juristas, com a publicação de *El Judicial* em 1855<sup>148</sup>, que anunciava o intento de registrar os atos mais notáveis do movimento judicial e forense.

Esse periódico e seus contemporâneos ainda se caracterizavam, porém, pelo caráter essencialmente noticioso e jornalístico. Ensaaios com maior fôlego e volumes mais extensos ainda tiveram de aguardar a publicação de *El Foro*, periódico lançado em 1859 pelo *Colegio Profesional*, associação de advogados fundada em Buenos Aires um ano antes. Destaca-se, aqui, outro pronto de similaridade com a experiência brasileira, cuja primeira revista de maior respiro também se tratou de órgão concebido por iniciativa institucional de advogados – que não à toa é o objeto da presente pesquisa – praticamente contemporânea à sua congênere argentina. Leiva considera esse periódico o ponto de inflexão que marca a passagem do periodismo forense para o periodismo jurídico propriamente dito, que passa a abrigar em suas páginas as temáticas e debates mais relevantes à ciência jurídica de seu tempo<sup>149</sup>.

Todavia, as forças e a audiência da cultura jurídica argentina ainda não eram suficientes, na década de 60, para suportar uma Revista “completa”, que tanto pretendia sê-lo a ponto de trazer inclusive de forma pioneira esse epíteto no título. A *Revista de Legislación y Jurisprudencia*, lançada em 1864, com um ambicioso programa que visava abarcar uma seção dedicada à jurisprudência, outra à recuperação histórica de causas célebres, uma à legislação nacional e provincial; uma biográfica; outra bibliográfica; e uma seção de crônica e variedades, não conseguiu ultrapassar o primeiro número.

A partir da década de 70 registra-se a multiplicação de periódicos de maior qualidade, que conseguem se estabelecer ante a audiência jurídica com mais solidez, misturando com êxito elementos de jurisprudência, legislação e doutrina. Todavia, a grande maioria resta ainda dedicada à vocação generalista<sup>150</sup>. “*El triunfo de la especialización*” não chegou antes da virada do século, permanecendo o Oitocentos argentino como um período essencialmente marcado pelo periodismo forense.

<sup>148</sup> A iniciativa falida tratava-se de *El Correo Judicial*, que sofreu também com a resistência dos tribunais em entregar e dar publicidade aos seus expedientes. No vintênio seguinte, notícias jurídicas poderiam ser encontradas somente em jornais não especializados, como a *Gaceta Mercantil*. Cf. Ivi, p. 60-61.

<sup>149</sup> Temas como “*La necesidad de un nuevo Código Criminal*”, “*Estudios sobre el Código de Comercio*”, “*La vigencia en América de las leyes forales*” passaram a animar suas páginas. Cf. Ivi, p. 63.

<sup>150</sup> São exemplos disso a segunda *Revista de Legislación y Jurisprudencia*, publicada em 1869, que em seus 12 volumes abrigou ensaios dos juristas mais destacados da época, quase todos professores da Universidade de Buenos Aires; a *Revista de Derecho*, publicada em 1875, criada por iniciativas de estudantes da mesma universidade, que trazia inclusive as lições transcritas de prestigiados professores; e a *Revista Judicial del Sud*, de 1876, que intentava ser obra de consulta para letrados e litigantes ante os juízes. Nas décadas seguintes, novos e importantes títulos foram a prelo, fazendo com que as revistas jurídicas a esse ponto pudessem ser consideradas uma realidade definitiva na literatura argentina. Cf. Ivi, pp. 66-72.

### 2.3 O TARDIO APARECIMENTO DAS LETRAS NO BRASIL E A REVISTA JURÍDICA NA INFÂNCIA CULTURAL BRASILEIRA

Pensar a revista jurídica como peça-chave de um ordenamento nacional não é uma reflexão isolada em relação à história da imprensa de maneira mais ampla. No Brasil, essa conexão é ainda mais importante quando se constata que o aparecimento da imprensa jurídica e daquela geral são datados do mesmo século. Quase quatrocentos anos após a festejada impressão do primeiro livro com letras de chumbo por Gutenberg é que se começa a se consolidar uma imprensa – tardia – no Brasil. Enquanto na Europa o periodismo jurídico é apenas um desdobramento de uma cultura impressa já bastante estabelecida, aqui essas duas frentes se desenvolveram quase contemporaneamente.

E isso não é exagero da autora. Não é necessário folhear tantos livros de historiografia<sup>151</sup> geral do Brasil no período colonial para encontrar incontáveis referências aos anos iniciais do século XIX<sup>152</sup> – em que, nunca é demais lembrar, o Brasil ainda se tratava de uma colônia de Portugal – como um período de exiguidade dos meios de produção de cultura, de limitado contingente do público-leitor e de escassez dos meios de comunicação. Diferentemente do continente europeu, onde os impressos já vinham se multiplicando desde o século XVI, no Brasil as primeiras tipografias só começam a aparecer no avançar do século XIX. Isso faz com que a cultura das revistas jurídicas também tenha uma cronologia diversa se comparada ao velho continente.

Por conta disso, antes de adentrar, especificamente, no que concerne ao desenvolvimento do periodismo jurídico, resolveu-se traçar, ainda que de forma breve, alguns comentários acerca do nascimento da imprensa brasileira. A própria natureza do periódico o desloca – independentemente do seu eventual carácter especializado – do âmbito reservado de

---

<sup>151</sup> Para esboçar a narrativa desse quadro misturado entre imprensa, jornalismo, e cultura nacional, recorri a trabalhos de historiadores e jornalistas (estes enquanto acadêmicos, não atuantes nos jornais, no âmbito de suas teses e livros), muito mais do que juristas. Procurando preservar a especificidade de cada ramo do saber e de suas metodologias, mas colhendo os resultados fecundos que uma leitura transdisciplinar pode trazer, extraí dessas obras, oportunamente referenciadas, notas historiográficas valiosas para a construção deste capítulo, e, em última instância, para a construção da história do direito brasileiro. Colhendo o conselho de Mariana Moraes Silveira, para quem esse diálogo com o domínio de estudos chamado de “história dos livros, das edições e da leitura”, que ultrapasse o conteúdo estreitamente textual dos impressos possa ser um exercício frutífero e estimulante, recorre-se a essas obras procurando conectar, quando possível, os episódios dessa narrativa com o itinerário, não alheio a esse percurso, do surgimento de uma cultura jurídica autenticamente nacional. Para uma discussão metodológica da utilização desse tipo de material em uma pesquisa historiográfica, cf. SILVEIRA, 2013a, pp. 124-139.

<sup>152</sup> Apenas para citar os principais: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008; HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2005; RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. São Paulo: Kosmos, 1945; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Mauad. 1999.

um qualquer ramo particularizado do saber para um campo de observação e estudo potencialmente multidisciplinar, de modo que a história do periodismo é também uma história da imprensa geral<sup>153</sup>. Essa reflexão é completamente reforçada pelo fato de que no Brasil a história do gênero literário das revistas e, inclusive, daquelas especializadas em direito, não é muito distante temporalmente em relação à história do aparecimento das letras impressas e de todas as suas dificuldades de implementação, a ponto de partilharem frequentemente os mesmos autores, público-leitor<sup>154</sup> e tecnologias de impressão, o que nos conduz inevitavelmente à discussão da imbricada relação entre juristas e jornalismo no Império<sup>155</sup>.

A premissa que se procura assentar aqui, portanto – levando em conta que os agentes de um e de outro eram os mesmos e que a imprensa oitocentista foi em grande medida guarnecida com a elite intelectual bacharelesca – é a de que o jornalismo jurídico não pode ser estudado como um fenômeno apartado do restante da imprensa política daquela época, mas vem pensado na sua intersecção entre gênero e espécie<sup>156</sup>.

### 2.3.1 Nascimento da imprensa no Brasil

Por uma fatalidade  
Dessas que descem de além,  
O sec'lo, que viu Colombo,  
Viu Guttenberg também.  
Quando no tosco estaleiro

<sup>153</sup> A observação é de CHORÃO, 2002, p. 28.

<sup>154</sup> Fatores como o elevado índice de analfabetismo e a concentração dos postos de poder em sua grande maioria nas mãos de bacharéis egressos das faculdades de Direito de Olinda e São Paulo – ressalvadas outras classes da elite intelectual como alguns médicos, engenheiros, clérigos e funcionários públicos – é um dado que aponta para o fato de que muitas vezes o grupo de leitores tanto da imprensa comum quanto a especializada fosse basicamente o mesmo. Cf. RAMOS, 2009, p. 15.

<sup>155</sup> Abundante é a literatura que se dedica ao tema e à constatação de que o periodismo ocupou espaço decisivo na formação cultural e intelectual do bacharel. Ao longo de todo o império, muitos periódicos foram criados em que juristas participaram como editores, redatores e colaboradores, que se aproveitavam dessa tribuna livre para o exercício da retórica, militância política e escoamento da produção literária. Não há como pensar o jornalismo brasileiro no Império sem considerar o protagonismo de egressos das faculdades de Direito, que conjugavam a linguagem empolada dos tribunais no embate das causas políticas que animaram aquele século. Limite-me a indicar, por ora: ADORNO, Sergio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, especialmente pp. 157-178; WOLKMER, Antônio Carlos. *História do direito no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010, especialmente pp. 66-75; SIMÕES NETO, Teotônio. *Os bacharéis na política, a política dos bacharéis*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, especialmente pp. 269-270.

<sup>156</sup> A título de exemplo, Henrique Barahona Ramos enumera periódicos como a *Revista Popular*, de 1860, editada por Garnier, Lafayette Rodrigues Pereira, além de Saldanha Marinho e Zacarias de Góis, conhecidos juristas do Império; Rui Barbosa foi constante colaborador de diversos jornais, escrevendo com constância para *O país e O Radical*; o rábula Luiz Gama diria *O diabo coxo*; José Nabuco, Bernardo de Souza Franco, Zacarias de Góis, Chichorro da Gama, Paranaguá, Teófilo Ottoni e Francisco Ottaviano dirigiam *A Reforma*; Tavares Bastos redige em 1868 o *Diário do Povo*. Levando isso em conta, encara-se o periodismo jurídico na totalidade do movimento de imprensa oitocentista, ao mesmo tempo que se compreende sua especificidade pela linguagem comunicacional específica, bem como estratégias e conteúdos. Cf. RAMOS, 2009, p. 15.

Da Alemanha o velho obreiro  
 A ave da imprensa gerou...  
 O Genovês salta os mares...  
 Busca um ninho entre os palmares  
 E a pátria da imprensa achou...<sup>157</sup>

O poema do poeta baiano Antonio de Castro Alves, ao versejar sobre a relação entre *O livro e a América*, revela a coincidência temporal entre a chegada do navegador italiano a este continente e a criação da impressão por tipos móveis desenvolvida por Gutenberg. Dessa contingência não pode passar despercebido que os colonizadores espanhóis e portugueses chegaram ao “*Novo Mundo*” já com a bagagem das letras impressas em seus navios. Todavia, a política colonial portuguesa que se seguiu procurou consolidar a dependência das colônias não só a nível político e econômico, mas também – não de forma secundária – cultural.

Com esse propósito, setores estratégicos para a difusão de cultura – como a instrução e a imprensa – não foram desenvolvidos na América Portuguesa. Os motivos que atrasaram a criação da universidade foram os mesmos que retardaram o aparecimento da imprensa<sup>158</sup>. Esse cenário se revela especialmente alarmante quando comparada a experiência brasileira com aquela das colônias espanholas ou inglesas, que ainda nos séculos XVI e XVII conheceram tipografias e universidades<sup>159</sup>.

Durante mais de trezentos anos, a literatura impressa no Brasil foi mantida como um tesouro inacessível de que se tinha notícia somente do outro lado do Atlântico, sendo possível acessá-lo somente empreendendo essa travessia ou transpondo obstáculo igualmente difícil, obtendo-a a partir do acervo das ordens religiosas. O rígido controle da metrópole sobre a difusão das ideias através do livro fazia com que ele fosse visto como um instrumento potencialmente herético, admitido apenas para ofícios religiosos, para além do fato de que a própria Igreja Católica representava um entrave à medida que, na sua parceria com o projeto colonial, não lhe interessava divulgar outro meio de comunicação do conhecimento que não a própria catequese<sup>160</sup>.

<sup>157</sup> Cf. na íntegra em: ALVES, Antônio de Castro. *O livro e a América*. In: Id. *Espumas fluctuantes*. Bahia, 1870.

<sup>158</sup> Cf. SODRÉ, 1999, p. 10.

<sup>159</sup> O México foi a porta de entrada à América das tipografias, 84 anos após ser inventada, local de publicação do primeiro livro americano, em 1539. Ao longo do século XVII, a tipografia ingressou em diversos pontos da América Espanhola e da América Inglesa, ao passo que a América Portuguesa, à parte iniciativas pontuais e sufocadas de particulares corajosas, precisou aguardar o início do Oitocentos para que se inaugurassem efetivamente os prelos. RIZZINI, 1945, p. 94-99.

<sup>160</sup> Não à toa Sodré utiliza expressões como “o pecado do livro” (pp. 9-16) e “o sacrilégio da imprensa” (pp. 16-28) para se referir ao sufocamento da imprensa colonial e à contribuição da Igreja Católica para tanto. Sobre esse tipo de política do controle de pensamento também é um bom exemplo a célebre obra de Carlo Ginzburg, *I formaggi e i vermi*, texto fundador da Micro-história italiana, e o caso do moleiro Menocchio. O infortunado, após reunir uma dezena de livros e sentir-se confiante a ponto de enfrentar o inquisidor da diocese de Udine, no norte

Contribuíram para esse quadro, portanto, um somatório entre falta de vontade política da Coroa, o rigor da Igreja, o peso da censura, mas também o próprio caráter mercantil capitalista da atividade de imprensa, que restava inviabilizada em um país analfabeto e escravocrata, carente de potenciais consumidores, sobre o qual pesava a natureza exploratória da colonização, a presença das populações indígenas, a ausência de urbanização, a precariedade da burocracia administrativa e a incipiência das atividades comerciais e industriais<sup>161</sup>.

Mesmo teoricamente proibidos, esses elementos subversivos que eram os livros de algum modo encontraram sua vida de entrada para os domínios americanos do Império-ultramarino português. A conjuntura política adversa à propagação da palavra escrita não obstou o ímpeto vanguardista de alguns habitantes da colônia de tentarem estabelecer gráficas clandestinas. Exemplo mais conhecido foi aquele do tipógrafo Antonio Isidoro da Fonseca, cuja tentativa de impressão no Rio de Janeiro, em 1747, custou-lhe a apreensão da tipografia e o exílio para Lisboa<sup>162</sup>.

---

da Itália, para defender sua teoria de que o mundo tinha se originado na putrefação, terminou executado pela Inquisição. Cf. GINZBURG, Carlo. *I formaggi e i vermi: il cosmo di un mugnaio del '500*. Einaudi: Torino, 1999. É interessante fazer menção, ainda, às pesquisas que indicaram a relação entre formação de um público leitor e as denominações protestantes, com sua bandeira da adoção da livre leitura e interpretação dos livros sagrados. O historiador inglês Peter Burke, no livro *Cultura popular na Idade Moderna*, aponta que a taxa de alfabetização era muito mais alta na Europa protestante do que na Europa católica ou ortodoxa, em que pese reconheça ser difícil dizer se essa taxa era causa ou consequência da Reforma, apostando que provavelmente concorreram os dois fatores. Cf. BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna: Europa (1500-1800)*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, especialmente nos trechos *A cultura dos devotos* (p. 299-312) e *Os usos da alfabetização* (p. 331-341). Vale destacar, por fim, no âmbito dessa discussão sobre formação de um público leitor por meio da religião, a remissão de Carlos Costa, no já mencionado livro *Sobre as Revistas no século XIX*, à famosa tese de Max Weber sobre o capitalismo e a ética protestante, que estabelece um paralelo entre a maior participação dos protestantes na propriedade do capital e nos postos de direção na economia moderna o que, em via reflexa, também se traduz no acesso às letras. Cf. COSTA, Carlos Roberto da. *A revista no Brasil do século XIX*. São Paulo, 2007. 291 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Computação, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 40. A tese virou livro em 2013, publicado pela editora Alameda, todavia, pude consultá-la somente na versão disponibilizada no repositório institucional da Universidade.

<sup>161</sup> Colhe-se o balanço de MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Unesp, 2006.

<sup>162</sup> Apesar de ser texto historiográfico já bastante antigo, datado de 1862, um ano antes da publicação da Revista objeto do presente trabalho – a ponto de quase ser considerado uma fonte primária – o relato de Azevedo é detalhado, com nome de obras, periódicos, redatores, editores e membros da burocracia governamental responsáveis pelos primeiros impulsos à imprensa no país – e farto de informações de quem vivera a época. Mesmo com a ressalva de que se trata de um modo antigo de fazer historiografia, sem cuidado com referências que indiquem de onde as informações foram tiradas, o livro de Azevedo traz importantes notícias sobre o nascimento da imprensa no Brasil. Sobre o episódio, conta Azevedo que Isidoro da Fonseca imprimiu alguns exemplares de maneira fraudulenta, como se tivessem sido impressos em Madrid ou em Lisboa, forjando no frontispício as licenças do Santo Ofício, do Ordinário e do Paço. Descoberto o embuste, mandou a Corte abolí-la e queimá-la, inibindo novos aventureiros. Azevedo registra o desfecho com pesar, afirmando que “ninguém seguiu o exemplo de Isidoro da Fonseca, tendo sido *extincta* a arte de Guttemberg na terra de Santa Cruz pela fogueira do despotismo; todos se receavam de ver arder suas casas se ousassem servir-se de *typos* da imprensa”. Cf. AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *Origem e desenvolvimento da Imprensa no RJ. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXVIII, parte II, pp. 169-224, 1865. p. 172.

Nesse cenário de hostilidade à difusão da palavra impressa, a própria divulgação de notícias de interesse da Metrópole e os registros das Câmaras na Colônia ficava a cargo dos “bandos” - emissários do rei responsáveis por ler as notícias em voz alta, nas praças públicas, após o rufar de tambores anunciativos, depois afixadas na porta da residência da mais alta autoridade local. Quanto aos registros das Câmaras, realizavam-se de forma manuscrita<sup>163</sup>. Isso até meados do século XIX, enquanto outros meios de comunicação já marcavam o cotidiano da Europa e mesmo alguns países da América.

Esse quadro permanece verdadeiro até a chegada da família real portuguesa no Brasil, em 1808. Imprensa, universidades e fábricas, setores estratégicos para a independência de qualquer país, foram monopolizados pelo colonizador até a vinda do Rei, que rompeu então com a exclusividade em cada um desses setores, estabelecendo a abertura dos portos, fábricas, instalação de impressores para os atos e notícias do governo e investindo, aos poucos, na criação de escolas superiores. A imprensa surgiria, finalmente, no Brasil – sob proteção e iniciativa oficial<sup>164</sup>.

Não só pela importação em terras brasileiras dos exemplares que compunham a sua própria Biblioteca Real – o que fazia com que livros entrassem pela primeira vez em caráter oficial no país – D. João traz nos porões de uma das naus de sua frota, a embarcação *Medusa*, um jogo de prelo junto aos seus pertences. Era uma tipografia completa encomendada na Inglaterra para servir à Secretaria de Estados dos Negócios Estrangeiros e da Guerra<sup>165</sup>.

Nos meses que se seguiram, D. João deu o impulso político e econômico que faltava à imprensa. O rompimento do isolamento em que vivia o Brasil – seja pela abertura dos portos às nações amigas, seja pelo estabelecimento da liberdade de comércio e de indústria, criação de diversas instituições, tribunais, Academias, magistraturas, Exército e Marinha – tornou

---

<sup>163</sup> MARTINS; LUCA, 2006, p. 17.

<sup>164</sup> Reproduz-se o decreto real, daquele mesmo ano, que estabeleceu a Imprensa Régia: “Tendo-me constado, que os prélos que se acham n’esta Capital, eram os destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra; e attendendo á necessidade que ha da officina de impressão nestes meus Estados, sou servido, que a casa, onde elles se estabeleceram, sirva interinamente de Impressão Regia, onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papeis diplomáticos que emanarem de qualquer repartição do meu real serviço, e se possam imprimir todas e quaesquer outras obras, ficando interinamente pertencendo o seu governo e a administração á mesma secretaria. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, do meu conselho de estado, ministro e secretario de estado dos negócios estrangeiros e da guerra, o tenha assim entendido, e procurará dar ao emprego da officina a maior extensão, e lhe dará todás as instrucções e ordens necessarias, e participará a este respeito a todas as estações o que mais convier ao meu real serviço. Palacio do Rio de Janeiro em 13 de maio de 1808. Com a rubrica do Principe Regente Nosso Senhor”. BRASIL. Decreto de 13 de Maio de 1808. Cria a Imprensa Régia. *Collecção das Leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. pp. 29-30.

<sup>165</sup> MORAES, Rubens Borba de. A Imprensa Régia do Rio de Janeiro: origens e produção. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida Camargo. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*. v. 1. São Paulo: Kosmos, 1993. p. XVII-XXXII.



imprescindível a circulação de notícias por impressos, razão pela qual a criação da Imprensa Régia foi providenciada poucos meses após sua chegada.

O primeiro jornal impresso no Brasil, nesse movimento de incentivo ao progresso e à cultura, foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, criada naquele mesmo ano. Seguindo os moldes da *Gazeta de Lisboa*, era uma espécie de folha oficial onde se publicavam os decretos e os fatos relacionados à família real. Trazia também notícias internacionais, filtradas pelo crivo da Imprensa Régia, que não permitia que circulassem ideias revolucionárias entre os súditos. Essa, até 1821, foi a única publicação em forma de jornal impressa no país<sup>166</sup>.

Não havia, pois, liberdade de imprensa; quem desejasse imprimir qualquer folheto deveria entrar com um requerimento junto à Diretoria que avaliaria a adequação do conteúdo. Se o manuscrito dizia respeito à religião, à legislação, ou à política, era a junta autorizada a mandá-lo ser revisto por funcionários competentes, dirigindo-lhes para tanto ofício em nome de Sua Alteza Real, e exigindo o seu parecer positivo ou a recomendação de correções necessárias para a obtenção de licença da Secretaria de Estado<sup>167</sup>.

Em havendo uma única tipografia, cuja produção era severamente controlada, a impressão de qualquer periódico se tornava tarefa árdua, o que obrigou alguns empreendedores a divulgarem publicações voltadas ao público leitor brasileiro em países estrangeiros. Por isso circulava em Londres um importante concorrente à *Gazeta do Rio de Janeiro* frente ao público-leitor brasileiro: o *Correio Braziliense*<sup>168</sup>. Jornal na “forma de livro”<sup>169</sup> criado na capital inglesa por Hipólito José Soares da Costa<sup>170</sup>. Pela perseguição sofrida em Portugal, onde fora estudar, mudou-se para Londres, de onde, mesmo cobrindo acontecimentos internacionais, escrevia as

<sup>166</sup> MARTINS; LUCA, 2006, p. 18.

<sup>167</sup> Tal era o receio que o governo tinha da imprensa, que o intendente geral da polícia Paulo Fernandes Vianna mandou afixar edital em 30 de Maio de 1809, solicitando, por ser assunto de interessa da Polícia, que chegassem ao seu conhecimento todos os avisos, anúncios e notícias dos livros e obras que existiam à venda, estrangeiras ou nacionaes, proibindo que a partir de então fossem publicados quaisquer deles sem sua prévia vistoria, sob pena de prisão e multa pecuniária. Extrai-se a notícia de AZEVEDO, 1865, pp. 179-180.

<sup>168</sup> Apenas como dado de curiosidade, cumpre esclarecer que no início do século XIX brasileiros os índios, brasilienses os portugueses nascidos ou estabelecidos no Brasil e que se sentiam a ele vinculados como à sua pátria e brasileiros os comerciantes que aqui negociavam. Cf. LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p. 14.

<sup>169</sup> A expressão remete à sua extensão, que atingia cerca de 100 páginas por edição, compostas de longos e densos artigos onde a informação era oferecida de forma analítica e detalhada, em longos textos que às vezes se prolongavam por vários números. Ivi, p. 15. Não é de se estranhar essa pretensão megalomaníaca em um momento em que cabia à imprensa, com escritos jornalísticos, suprir a falta de escolas e de livros.

<sup>170</sup> Nascido na colônia de Sacramento na Cisplatina, então parte do Brasil, em 1774, exerceu em Portugal diversos empregos, mas, após sofrer intensa perseguição da Inquisição lusitana, mudou-se para Londres, onde dedicou-se ao ensino de línguas estrangeiras e colaborou com diversos jornais ingleses. Proclamada a Independência foi chamado pelo primeiro Imperador para ocupar empregos no Brasil, porém não quis abandonar a Inglaterra, e lá mesmo recebeu de D. Pedro honras e uma pensão pecuniária, que lhe foi paga até 11 de setembro de 1823, época de sua morte. Para essas notícias, cf. AZEVEDO, 1865, p. 181.

notícias no *Correio* tendo como público-alvo a audiência da Colônia. É aclamado pela historiografia como o primeiro jornalista do Brasil, pois iniciou essa empreitada em 1º de junho de 1808<sup>171</sup>, antes mesmo da *Gazeta*, cujo primeiro número sairia quase três meses mais tarde. Circulou até dezembro de 1822 e teve o mérito de conseguir circular em solo brasileiro sem a censura da imprensa, gozando da liberdade de imprimir para o Brasil, mesmo que não partindo do Brasil<sup>172</sup>.

O aparente êxito incentivou outras ações de particulares, que se aventuraram nos negócios de impressos, provindo o mais importante deles da Bahia, no ano de 1811, por iniciativa de Manuel Antonio da Silva Serva, cuja gráfica publicou a revista *Idade D'Ouro do Brasil* até 1819. No Recife, por volta de 1815, Rodrigo Catanho importava uma tipografia que serviria à Revolução Pernambucana, deflagrada dois anos depois. Essas raras manifestações registradas na Colônia ocorreram nas poucas cidades que constituíam centros administrativos e possuíam minimamente sua demanda por informação e impressos, o que justificava a existência de uma publicação, seja pelas necessidades do governo (como a *Gazeta do Rio de Janeiro*), propaganda política (como o *Correio Braziliense*), negócio gráfico (*Idade D'Ouro* em Salvador) ou instrumento político (Gráfica de Rodrigo Catanho em Recife)<sup>173</sup>.

Citam-se esses poucos exemplares apenas para pontuar o desenvolvimento tardio da imprensa no Brasil, e ainda bastante limitada pela censura régia e pelo restrito acesso às letras na então Colônia, em que pese, como já observado, tratar-se de narrativa referente ao século XIX, momento em que, ao contrário, na Europa, nos EUA, e até em países vizinhos latino-americanos, não só a liberdade de imprensa, mas a difusão dos escritos – impulsionados pelo desenvolvimento das novas tecnologias de impressão e demandas de crescente público-leitor – já tivesse atingido patamares bem mais elevados.

O que se percebe da leitura da historiografia, portanto, é que a imprensa nasce censurada e subsidiada, não somente pela repressão política, mas pelas limitações de tecnologia,

---

<sup>171</sup> Carlos Costa direciona crítica áspera a esse consenso, afirmando que há um anacronismo na posição ufânista de acadêmicos e jornalistas que apresentam Hipólito da Costa como o primeiro jornalista brasileiro e que acabaram por influenciar, em 1999, no governo de Fernando Henrique, e sob iniciativa do deputado gaúcho Nelson Marchesan, a troca do dia da imprensa, de 10 de setembro (data de aparecimento do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1808) para 1º de junho (lançamento do *Correio Braziliense*). A crítica se baseia no fato de que nem Hipólito era brasileiro, tampouco o era o *Correio*. Era uma revista editada em Londres por um funcionário português de carreira sob patrocínio da maçonaria para informar as elites do Império português. Cf. COSTA, 2007, p. 88.

<sup>172</sup> Na Colônia o periódico foi lido sem reservas até no próprio Paço do Rei, sendo após francamente admitido, com a permissão de sua venda e leitura. Em Portugal, ao invés, foi vedada mais de uma vez a circulação do periódico, datando a primeira proibição foi em 17 de setembro de 1811, a segunda de 2 de Março de 1812 e a terceira de 25 de junho de 1817. Cf. AZEVEDO, 1865, p. 181.

<sup>173</sup> O balanço é colhido de MARTINS; LUCA, 2006, p. 20.

de público-leitor e dos próprios recursos humanos para produzir os escritos. É por isso que a imprensa, quando aqui nasce, precisará dos mesmos braços para escrever, ler e ocupar funções públicas. Os trezentos anos de colonização iletrada certamente refletiram no desenvolvimento de toda a imprensa brasileira – seja ela política, literária, mas também, como se discutirá adiante, jurídica.

Apesar do atraso, quando começa a se desenvolver, a imprensa impulsiona e é impulsionada pelo cenário de disputas em torno da possibilidade de Independência, de representação dos deputados brasileiros nas Cortes portuguesas de 1821, que debatiam sobre a Constituição que também se aplicaria ao Vice-Reinado. Inevitavelmente, repercutiu no Brasil o movimento constitucional que apareceu em 1820 em Portugal, produziu agitação na opinião pública e a circulação de ideias novas de Constituição e liberdade que provinham do outro lado do Atlântico. Foi um período de intensa multiplicação de órgãos jornalísticos<sup>174</sup>.

Extraindo inspiração do jornalismo entusiasta das campanhas liberais, gazetas, pasquins e panfletos, mesmo de duração efêmera, colaboraram para o processo de Independência do Brasil. A partir de linhas editoriais que não escondiam a adesão a determinados grupos políticos, esses instrumentos tornaram-se vozes inflamadas que registraram a atuação polêmica e incisiva da imprensa no alvorecer da Nação. Como demonstrou Isabel Lustosa, foram aqueles “insultos impressos” ingredientes fundamentais para o movimento de Independência e de encaminhamento da primeira Constituição Brasileira, que marcaram o despertar de uma imprensa nacionalista e antilusitana. A cultura impressa, a partir de então, tornara-se elemento definitivo essencial do cenário político brasileiro<sup>175</sup>.

### 2.3.2 Início do mercado de bens culturais impressos no Brasil

*Historians generally treat the printed word as a record of what happened instead of as an ingredient in the happening. But the printed press helped shape the events it recorded. It was an active force in history*<sup>176</sup>.

<sup>174</sup> Em 1821, Azevedo registra a existência dos seguintes periódicos: *Amigo do Rei e da Nação*; *Sabbatina Familiar*; *Patriota*; *Conciliador do Reino Unido*; *Constitucional*; *Espelho*; *Reverbero*; e *Malagueta*. Em 1822: o *Regulador Brasilico-Luso*; *Republicano Liberal*; *Papagaio*; *Annaes Fluminenses*; *Volantim*; *Periquito da Serra dos Orgãos*; *Macaco Brasileiro*; *Reclamação do Brasil*; *Correio do Rio de Janeiro*; *Semanario Civico*; *Memorial Apologetico*; *Compilador Constitucional*. Esses periódicos se valiam de linguagem exaltada, com o declarado objetivo de inflamar leitores com as ideias de liberdade e independência, incentivando a adesão a partidos e esforçando-se por defender as facções de que cada uma era porta-voz. Cf. AZEVEDO, 1865, p. 185-189.

<sup>175</sup> Cf. LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a Guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>176</sup> DARNTON, Robert. Introduction. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). *Revolution in print: the press in France (1775-1800)*. Berkeley: University of California Press, 1989. p. XIII.

As rupturas políticas feitas a gritos ou a apertos de mão dificilmente são acompanhadas de imediata modernização institucional e cultural, pois as letras e estruturas fundamentais da sociedade não são transformadas com a mesma facilidade com que se trocam coroas. É por isso que seria ingênuo demais acreditar que logo após a proclamação da Independência teria se seguido um instantâneo melhoramento dos meios de comunicação, tão prejudicados pela política colonial. Se é verdade que a atmosfera de controle à livre criação de impressos em parte se rarefez no Império com o avanço das ideias liberais, não é igualmente verdadeiro que uma mudança profunda tivesse ocorrido naquele momento: em lugar de uma República laica instalou-se uma Monarquia católica, com Igreja e Estado mantendo o controle da instrução e da circulação do pensamento. A disseminação da palavra escrita se fazia lenta naquele exótico Império tropical de “*fracas letras, população escrava, forte censura e incipiente mercado consumidor*”<sup>177</sup>.

Assim como o jornalismo da Independência se construía com base em uma imprensa política bastante engajada, também aquele dos primeiros anos do regime imperial registrou a disseminação de jornais e gazetas em função da propaganda política e da crítica ao governo, na conturbada fase de implementação de um Estado nacional e consolidação da unidade política do Império a partir da centralização no Rio de Janeiro<sup>178</sup>. Disso decorre, portanto, no reinado do primeiro imperador, um ambiente pouco afeito ao aparecimento de um periódico consagrado às letras ou às ciências, predominando ainda por alguns anos o jornalismo político, palco das disputas entre partidos, arena em que se digladiavam facções opostas e seus diferentes projetos para o recém-criado Estado-Nação. A imprensa era, ainda, muito mais uma arma de ataque ou de defesa, e pouco um meio de entretenimento ou instrução.

Essa peleia foi reforçada com novos combatentes a partir da instalação das primeiras faculdades de Direito no país, criadas em 1827, em São Paulo e em Recife. Desses novos centros de saber e de produção de letrados saíram novas gerações familiarizadas com a palavra impressa, que fizeram da imprensa sua tribuna e instrumento de ação<sup>179</sup>. Interrompiam a cadeia

---

<sup>177</sup> MARTINS; LUCA, 2006, p. 26.

<sup>178</sup> O golpe contra a Constituinte dissolvida em 1823 repercutiu negativamente em todas as províncias, que passaram a pugnar com mais veemência sua autonomia, complicando o já conturbado processo de unificação política. Nesse momento, então, as províncias se esforçam para desenvolver sua própria imprensa e tê-la em condições de liberdade de expressão, espalhando-se pelo interior do Brasil diversas folhas nos anos seguintes, o que fez com que a luta por autonomia fosse prolongada. Cf. especialmente “*A luta pela imprensa*” em SODRÉ, 1999, pp. 83-97.

<sup>179</sup> Considera-se o ambiente “extra-ensino” oferecido pela militância política, pelo jornalismo e pela literatura, parte fundamental da formação profissional do bicharel dos primeiros do Império. Um traço considerado marcante das “Arcadas” é justamente o periodismo, a existência de uma imprensa expressiva produzida por jovens

de escritos produzidos quase que exclusivamente por representantes do clero ou pelos egressos da Universidade de Coimbra e transferiam a oratória sacra dos púlpitos para o impresso proveniente da Academia. À Faculdade de Direito do Largo de São Francisco estão ligados o primeiro jornal impresso local, o *Foro Paulistano* (1827), com redatores dos quadros da recém-criada Escola de Direito. A maior parte dos redatores e editores de periódicos paulistas do século XIX provêm suas fileiras<sup>180</sup>.

Mas nascendo em 1840 outro reinado, tendo cessado o governo interno, tranquilizados os ânimos, arrefecida a luta política, abre-se espaço finalmente para que a imprensa se ocupe também de outras temáticas e busque instruir a opinião pública<sup>181</sup>. Naquele momento, a afirmação da identidade nacional passava pela criação de uma literatura pátria e coube à imprensa divulgar a produção literária local. O terreno tornava-se assim favorável ao florescimento das revistas, gênero literário por sua natureza mais apropriado para receber variedades e reflexões mais aprofundadas do que a simples crônica política do cotidiano.

Delineava-se assim a tradicional e universal divisão do periodismo: aos jornais, a função de combate, a imprensa política; e às revistas, a reflexão temática aprofundada, a imprensa literária<sup>182</sup>. Nessa clássica divisão, ante a rapidez da chegada das notícias, atribui-se

---

acadêmicos. Cf. especialmente o título “o liberalismo sob as Arcadas: o confronto entre a academia formal e a academia real”, pp. 91- 155, em ADORNO, 1988.

<sup>180</sup> Esse movimento foi batizado de uma transferência “dos púlpitos à Academia” e um dos exemplos célebres é a criação, em 1875, a partir de ex-alunos, do jornal *A Província de São Paulo*, atual *O Estado de S. Paulo*, até hoje em circulação, como se confere em MARTINS; LUCA, 2006, p. 24-25.

<sup>181</sup> Nesse sentido, o relato quase contemporâneo de Azevedo é interessante – tratando-se, evidentemente, de texto a ser lido em seu contexto, com as devidas ressalvas a um discurso expressamente enviesado e embevecido pela crença no progresso e nas “luzes” da época – para registrar essa viragem: “Facil é reconhecer o desenvolvimento que tem tido entre nós a imprensa periodica, politica e litteraria; os nossos diarios não são inferiores aos da Europa nem em formato, nem em variedade de matéria, nem em nitidez de impressão. Já se foram os tempos em que o jornal politico era o pelourinho das reputações, o cepo cruento onde se sacrificavam a honra, o nome, a dignidade, os brios de todos; felizmente hoje é moderada, digna e respeitosa e linguagem da imprensa politica; ha mais gravidade e sisudeza na expressão, mais escrúpulo e consciência na phrase; o jornalismo já não é o pasquim antigo, é o pharol que guia, educa e doutrina o povo; não é a satyra grosseira e polluta de outr’ora, porém a chronica, a historia, a critica, o pensamento, a vida do progresso social” (p. 223-224). Para o ano de 1863, elencava a existência dos seguintes periódicos, dentre os quais já é possível pinçar títulos dedicados eminentemente à ciência e às letras: *Jornal do Commercio*, *Correio Mercantil*, *Diario do Rio de Janeiro*, *Diario Official do Imperio do Brasil*, *Actualidade*, *Constitucional*, *Brasil*, *Spectador*, *Crença*, *Escorpião*, *Formiga*, *Folgazão*, *Indicador Militar*, *Liberal Protestante*, *Militar*, *Mosaico*, *Portuguez*, *Seminario*, *Bella Fluminense*, *Violeta*, *Abelha*, *Oriente*, *Nauta Destemido*, *Nacional*, *Orgão do Progresso*, *Semana Illustrada*, *Gazeta Judiciaria*, *Cruz*, *Archivo Litterario*, *Gazeta Medica*, *Annaes Brasilienses de Medicina*, *Auxiliador da Industria*, *Revista dos Ensaios Litterarios*, *Revista Trimensal do Instituto dos Advogados*, *Revista Trimensal do Instituto Historico*, *Courrier du Brésil* (p. 224). Cf. AZEVEDO, 1865.

<sup>182</sup> Um ponto relevante de distinção se refere à periodicidade, pois a publicação mais espaçada das revistas, ao passo que inicialmente a condena por uma atualidade mais reduzida, traz a vantagem de que os tópicos por ela abordados possam ser mais variados, gerais e fundamentais - e podem ser escritos em um estilo diferente, discursivo. Isso parece ter sido um ponto cardeal desde o início, como é claro a partir das revistas histórico-políticas: em comparação com as comunicações baseadas no protocolo do jornal, voltadas para a informação atual dos leitores, a revista trouxe textos orientados de forma temática e relatórios detalhados, sempre contendo um comentário dos eventos. As revistas pressupõem um leitor que já esteja informado, mas que sinta a necessidade de

ao jornal e à imprensa diária dedicar-se ao que se convencionou chamar de *hard news*: a tragédia, a catástrofe, o fato ocorrido na véspera. E às revistas, sobretudo as ilustradas, estariam reservadas a informação em profundidade, a análise, a crítica, o entretenimento<sup>183</sup>.

Há que se destacar, entretanto, que em meados do século XIX essa delimitação ainda não estava rigorosamente definida. Apenas com o passar do tempo essas publicações foram incorporando algumas características distintas, como o uso de ilustrações e a incorporação de uma capa por parte das revistas, o que as tornava um instrumento cultural mais similar ao livro, em que pese colhesse a vantagem da periodicidade<sup>184</sup>.

De todo modo, o formato revista e a sua introdução no Brasil respondem à recepção de uma febre que já se consagrava na Europa com a consolidação das revistas como espaço suplementar para a publicação de textos literários e/ou científicos<sup>185</sup>. Acompanhando esse fluxo, nas décadas de 30 a 50 do século XIX surgem no Brasil revistas de caráter mais técnico, como o *Semanario de Saude Publica* (1831), lançado pela casa impressora mais famosa de então, a *Typographia Imperial*, de E. Seignot-Plancher. Essas publicações foram, de algum modo, as “revistas segmentadas” da época e tiveram fundamental espaço na criação e sedimentação de um público leitor qualificado.

Houve, ainda, as publicações ligadas a instituições oficiais, entidades médicas e farmacêuticas, aos sindicatos de classe ou a associações literárias e científicas, como foi o caso da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional ou do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi responsável pela mais longa das publicações do século XIX, *O Auxiliador da Industria Nacional*, lançado em 1833 e impresso até 1892<sup>186</sup>. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi o criador da Revista

---

ver a informação em contexto, refletir sobre elas e discuti-las. A implementação da revista está diretamente relacionada ao surgimento de um discurso público, com a presença de um público educado em um contexto supra-regional. Essa reflexão é colhida em ensaio dedicado às revistas da sociedade alemã iluminista de DANN, Otto. *Die Zeitschriften im Rahmen der deutschen Aufklärungsgesellschaft*. In: STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften: die neuen Medien des 18-20. Jahrhunderts*. Frankfurt am Main: Klostermann, 1999. pp. 1-14.

<sup>183</sup> COSTA, 2007, p. 55.

<sup>184</sup> Essa transição dos formatos pode ser pensada também a partir dos periódicos jurídicos. Basta pensar na *Gazeta dos Tribunaes*, publicada em 1843, com a mesma diagramação, tamanho e formato de um jornal, com colunas e folhas compridas, em confronto com a Revista do IAB, objeto do presente trabalho, publicada em 1862, que já contava com uma capa, formato de livro e ensaios que traziam reflexões mais meditadas. Para uma discussão conceitual sobre as diferenças no suporte físico entre jornais e revistas de modo geral, cf. LIMA, Lilian Martins de. *A História em Revistas: periodismo cultural e conhecimento histórico no Rio de Janeiro Oitocentista*. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2008. p. 23.

<sup>185</sup> MARTINS; LUCA, 2006, p. 26.

<sup>186</sup> “Usava o longo subtítulo de “Collecção de Memorias e Noticias interessantes aos fazendeiros, fabricantes, artistas e classes industriosas no Brasil, tanto originaes como traduzidas das melhores obras que neste gênero se publicão nos Estados Unidos, França, Inglaterra, &c”. Para a discussão sobre o seu papel no melhoramento da

trimestral do IHGB<sup>187</sup>, que apareceu em 1839 e é publicada até hoje ininterruptamente. A necessidade de gestar um projeto de nação, a premência de implementar uma indústria no país nascente eram urgências da pauta política desse período e as publicações lhes faziam eco<sup>188</sup>.

Os novos títulos coincidem com o surgimento, na década de 1830 do século XIX, da figura do editor, dentre os quais o exemplo inolvidável é Francisco de Paula Brito<sup>189</sup>, que se fortalece não só por transformações tecnológicas, mas também políticas. Há nesse período o estabelecimento e a consolidação dos negócios de livreiros e de suas casas impressoras, entre elas a já mencionada *Typographia Imperial*, do francês Pierre René François Plancher de la Noé. Mas outros livreiros e editores se instalam, importando livros e criando publicações, como foi o caso dos irmãos Laemmert. Anexos a essas livrarias foram se formando círculos de leitores e literatos, movimento determinante para a consolidação de um mercado consumidor de letras nacional<sup>190</sup>.

Esses novos estímulos não podem ser descolados dos novos ritmos determinados pelo progresso material e das transformações importantes que sobrevieram na segunda metade do século XIX em compasso com a balança comercial de exportação, onde o café, desde 1830, tornara-se produto destacado. A primeira delas foi a implantação da ferrovia, inaugurada no Rio de Janeiro em 30 de abril de 1854, quando o trem figurou como móvel transformador que imprimiu outro ritmo ao Império, marco também do crescimento da rede urbana, da circulação das ideias e do desenvolvimento da imprensa no país.

A agilização da notícia, agora transportada pelo trem, dava significado para uma imprensa que se expandia por regiões de maior população, especialmente pelo fluxo migratório para fazendas de café do interior. Na sequência, a melhoria técnica advinda da introdução do

---

instrução no Brasil, cf. *O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional D'emile Seignot-plancher, v. 1, n. 1, 1830.

<sup>187</sup> Paralelo entre IAB, instituição a que estava vinculada a revista objeto do presente trabalho, inclusive em virtude da manutenção de um periódico pelas duas instituições, será feito no capítulo 2.

<sup>188</sup> Cf. COSTA, 2007, p. 95.

<sup>189</sup> Tornou-se conhecido pela célebre deferência a que lhe atribuiu Machado de Assis: “primeiro editor digno desse nome entre nós”, para se referir ao seu pioneirismo no mercado editorial, até então dominado por livreiros e editores portugueses e sobretudo franceses. Cidadão de ascendência africana, filho do carpinteiro Jacinto Antunes Duarte e de Maria Joaquina da Conceição Brito, nasceu em 2 de dezembro de 1809, no Rio de Janeiro. Filho e neto de libertos, conseguiu se situar com certo prestígio na sociedade em que viveu, movimentando-se entre diferentes classes sociais, da oficina tipográfica ao salão literário. Atuou como comerciante livreiro, impressor e editor no Rio de Janeiro por três décadas, entre 1831 e 1861. Cf. GODOI, Rodrigo Camargo de. *Um editor no império*: Francisco de Paula Brito (1809-1861). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016; MACHADO, Lígia Cristina. *A Revista Popular (1859-1862) e a nacionalidade de seus colaboradores*. In: FERREIRA, Tânia Bessone da Cruz; RIBEIRO, Gladys Sabina; GONÇALVES, Monique da Siqueira (Org.). *O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas*. São Paulo: Alameda, 2013. pp. 125-148. Este último texto, em que pese voltar-se principalmente a um periódico editado pelo francês Garnier, traz acenos interessantes à biografia de Paula Brito.

<sup>190</sup> COSTA, op. cit., p. 95.

telégrafo e do cabo submarino passou a dar sustentação à produção do jornal, transformando-o em negócio potencialmente rentável. Muitas gráficas artesanais surgiram nos centros urbanos nascidos à sombra do café, dando origem ao jornal do interior das províncias, iniciativa de agentes sociais anônimos, que se aventuraram no manejo de prelos<sup>191</sup>.

Ainda assim, o mercado editorial sofria dificuldades. Essencialmente dois eram os problemas do mercado editorial brasileiro nos tempos de Paula Brito: (i) dificuldade de se produzir impressos; (ii) os entraves à distribuição desses bens culturais. Não há dúvidas de que os produtores e os produtos intelectuais – leiam-se os impressos materializados em diferentes suportes – ganhavam cada vez mais espaço no cotidiano das pessoas que viviam no Rio de Janeiro e em outros pontos do Império. Porém, entre as décadas de 1840 e 1850, os entraves à produção e ao acesso a esses produtos ainda eram consideráveis.

Com exceção do recheio das páginas e da mão de obra empregada na produção dos impressos, incluindo escravos, para se fabricar um livro ou um jornal nos tempos de Paula Brito era preciso levar em conta que todo o mais era importado. Se a importação de matéria-prima encarecia a produção dos impressos, outra dificuldade enfrentada por editores e impressores que se incumbiam de distribuí-los, era fazer com que livros e jornais saíssem do Rio de Janeiro. O sistema de correio era falho, o que dificultava sobremaneira a difusão dos impressos. Estudos recentes apontam que foi somente a partir da década de 1870 que, acondicionados nos vagões dos trens ou nos porões dos barcos a vapor, os livros e jornais começaram a circular mais livremente pelo Império afora<sup>192</sup>.

Entre pequenos passos e tropeços, procurou-se delinear o percurso inicial de livros, periódicos e toda sorte de impressos no Brasil oitocentista, que ainda atravessava sua infância cultural enquanto Nação cuja Independência, em concreto, não poderia sair do papel se o próprio papel simbolicamente ainda não era produzido em seus próprios domínios. Nesse processo de autonomização ainda pendente, a cultura jurídica – e sua apropriação do instrumento dos periódicos segmentados – não será um elemento secundário.

### **2.3.3 Das gazetas jurisprudenciais às universidades: as revistas jurídicas brasileiras do século XIX**

Tudo quanto foi exposto até aqui conduz à constatação de que as revistas, enquanto gênero literário estabelecido, ainda estavam dando passos tímidos com o aparecimento dos

---

<sup>191</sup> MARTINS; LUCA, 2006, p. 29.

<sup>192</sup> GODOY, 2016, p. 315.



primeiros títulos no século XIX, resultado da consolidação retardada da imprensa de modo geral no país. Isso é ainda mais verdadeiro em relação às revistas jurídicas, atreladas à também tardia criação de instituições jurídicas nacionais e faculdades de direito, o que repercutiu, evidentemente, em todo seu processo de gestação.

Por conta disso, não se podem esperar do Oitocentos brasileiro revistas jurídicas enquanto corolário de disciplinas especializadas e manifestos de determinado ramo do direito, tampouco títulos com prioridade ou vocação científica. As publicações inaugurais nascem com vocação enciclopédica, muito próximas ainda dos jornais e do estilo jornalístico direto e conciso que os caracteriza, tendo como objetivos principais a divulgação da legislação e da jurisprudência aos profissionais do foro, para só depois a análise e crítica.

Partimos do completo e pioneiro inventário composto por Armando Soares de Castro Formiga,<sup>193</sup> que elenca 53 títulos lançados entre 1843 e 1900 por todo o país para traçar algumas características gerais desse primeiro “jornalismo” jurídico brasileiro, a configuração dessas publicações periódicas e rediscutir as razões das suas dificuldades. Neta seção, pretende-se oferecer, a partir desse elenco, (i) em um primeiro momento conclusões imediatas da análise quantitativa do conjunto; (ii) logo após observações mais meditadas de uma análise qualitativa do que representavam sobre a cultura jurídica brasileira oitocentista; (iii) uma classificação das revistas por fases do movimento periodista jurídico e (iv) comentários sobre títulos selecionados.

Seguindo esse itinerário, observa-se, de início, que dentre as 53 revistas fundadas no século XIX, 17 delas foram criadas na então capital do país e 37 nas províncias, com 12 e 11 títulos, respectivamente, editadas em Recife e São Paulo, sedes das primeiras faculdades de direito. Esse dado chama atenção à medida que se pondera que a primeira faculdade do Rio de Janeiro será criada somente no final do século, em 1882, de modo que, mais do que o impulso – não secundário – dado pela cultura acadêmica ao periodismo jurídico, foram as atividades forense e da burocracia estatal, concentradas na capital, o grande motor de estímulo à criação primeiras revistas jurídicas brasileiras. É lícito apontar, também, a eminente concentração geográfica das revistas, estando mais de  $\frac{3}{4}$  delas reunidas no eixo Rio-São Paulo-Recife. Em

---

<sup>193</sup> Destaca-se seu caráter pioneiro por servir de obra base, no Brasil, para o desenvolvimento de um inteiro campo de estudos ainda bastante embrionário: trabalhos que encarem as revistas enquanto objeto de pesquisa. Seu esforço de pesquisa de catalogar, com detalhes sobre a duração, programa editorial e fundadores, todos os 53 periódicos de que se tem notícia no século XIX, produziu uma fonte riquíssima que não encontra paralelo no Brasil. Iniciativas editoriais semelhantes já eram conhecidas no território europeu, como os já citados elencos de Carlo Mansuino, na Itália; de Luís Bigotte Chorão, em Portugal; de Joachim Rüpert, na Alemanha.

uma análise que leva em conta o critério regional, registra-se que a região Sudeste concentrou 33 periódicos, a região Nordeste 17 e a região Sul apenas 3, todos aparecidos em Porto Alegre.

O caráter efêmero será o traço comum mais preponderante no conjunto, sendo a brevidade e o ocaso o destino da maioria dos títulos. Do total, de acordo com os dados disponíveis de início e término, a esmagadora maioria delas cessou na mesma década, sendo raros os títulos que ultrapassaram os cinco anos de circulação. A publicação das revistas dependia diretamente dos seus redatores, figuras de destaque no meio jurídico da época, que ocupavam cargos na política, na magistratura, atuavam no foro ou no ensino, não sendo jornalistas por profissão que a esses empreendimentos se dedicassem com exclusividade.

Havia mesmo casos de estudantes que fundaram revistas. Em muitas delas, os redatores eram donos das publicações e os únicos responsáveis por mantê-las. A sua ausência por algum motivo e até falecimento dos mesmos resultava, quase sempre, no encerramento dos títulos<sup>194</sup>. Poucas revistas podiam contar com o apoio de um organismo institucional – como o periódico objeto da presente pesquisa se apoiava no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, primeira organização jurídica a ter uma revista própria – o que facilitava consideravelmente as possibilidades de subsistência.

Predominavam, sem paralelo, as revistas voltadas a publicizar jurisprudências, não à toa a maior parte dos títulos oscilava entre os termos: “dos *tribunaes*”; “judiciária”; “de jurisprudência; ou “forense”. Nesse sentido é útil a perspectiva de Angelo Lener, que defende a função cultural própria das revistas de jurisprudência, naturalmente sensíveis nas suas formas de expressão à *temperis* do momento histórico. Ao reafirmar seu valor cultural, insere a revista jurisprudência no território de “quem faz cultura” e questiona a classificação que injustificadamente (ou exclusivamente) privilegia as revistas de doutrina e sustenta, em positivo, que as revistas de jurisprudência participam à elaboração da cultura jurídica não com o mero registrar das decisões, mas com o “tratamento” da informação sobre a jurisprudência, na qual ele percebe uma espécie de passagem entre a “alta doutrina” e o “operador”<sup>195</sup>.

Sem uma defesa tão apaixonada, prefere-se entender esse caldo cultural como um período em que predomina a “ciência brasileira da experiência”<sup>196</sup>. Na prática profissional, onde

---

<sup>194</sup> O Exemplo disso foi o *Jornal Forense, Literário, Recreativo Noticioso*, iniciado em 1861 e encerrado no ano seguinte; a *Chronica do Foro*, iniciada em 1859, pouco tempo durou em consequência de seu redator ter-se ausentado para Portugal. Cf. SILVA, 2003, p. 266.

<sup>195</sup> Cf. LENER, Angelo. La cultura delle riviste di giurisprudenza. *Foro (II) italiano: raccolta générale di Giurisprudenza civile, commerciale, penale, amministrativa*, v. 106, 1983. p. 270.

<sup>196</sup> A expressão é uma adaptação da alcunha “scienza italiana dell’esperienza”, elaborada por Cristina Vano, para se referir ao desenho científico e político italiano preunitário, alimentado pela experiência, sobretudo forense, extraindo dela elementos constitutivos essenciais à construção do novo Estado. Os juristas, nesse contexto, trocavam com naturalidade as vestes de advogado, professor, magistrado, do direito penal ao processo, do direito

pululam causas de todas as matérias, não sobra, evidentemente, muito espaço para divagações científicas ou especialismos, próprio de uma reflexão científica aprofundada e de um pensamento abstrato que busca dividir, no modelo cartesiano, o conhecimento em pequenos pedaços, que, na experiência prática, aparecem todos misturados. Tanto é que as revistas especializadas coincidem geralmente com aquelas universitárias ou acadêmicas. No Brasil da segunda metade do século XIX o professor era ao mesmo tempo o magistrado, o jornalista, o advogado, e não podia se dedicar somente a uma disciplina, mas a várias - em uma verdadeira poligrafia<sup>197</sup> - até porque não abundavam profissionais e doutores em Direito para darem-se o privilégio de dividirem-se em grupos de matérias especializadas<sup>198</sup>.

Entrando em pormenores, o primeiro periódico jurídico brasileiro – a *Gazeta dos Tribunaes* - foi criado em 1843, e já a partir de seu título deixa entrever o propósito primordial para o qual fora concebido: dar publicidade aos julgamentos e atos da justiça. O mesmo padrão seguiram as revistas criadas nas décadas de 40 e 50: também tiveram duração efêmera – não superior a três anos, mais precisamente<sup>199</sup> – e eram em sua maioria dedicadas a dar publicidade aos julgamentos e notícias dos tribunais<sup>200</sup>. Para desenhar este quadro, é útil a metáfora de Jean-Paul Barrière sobre as revistas profissionais francesas, em que as descreve como uma imensa

---

constitucional ao civil, exatamente como demanda a plural e complicada vida do foro. VANO, Cristina. Codificare, comparare, costruire la nazione. In: VANO, Cristina (Org.). *Scienza del processo, cultura delle leggi e avvocatura tra periferia e nazione*. Napoli: Jovene, 2005.

<sup>197</sup> Era traço característico dos intelectuais brasileiros do século XIX que cultivassem ao mesmo tempo o estudo da literatura, do direito, da história, da geografia, exercessem atividades políticas, jurídicas, jornalísticas e ainda se articulassem entre os diversos veículos e suportes de informação disponíveis à época: “aos homens de letras tudo parecia interessar”. Cf. BEZZERRA, Carlos Eduardo de Oliveira. *Adolfo Caminha: um polígrafo na literatura brasileira do século XIX (1885-1897)*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 33.

<sup>198</sup> Referindo-se ao caso italiano, Angelo Lener, ao invocar Salvatore Lener, que por mais de quarenta anos colaborou com a revista “Civiltà Cattolica”, chama essa postura de “*giurista itinerante*”, avaliada positivamente como indício de vitalidade e reciprocidade entre esses diferentes espaços de interlocução Cf. LENER, 1983.

<sup>199</sup> O “mal dos sete números” – expressão clássica no meio jornalístico para se referir à vida efêmera das revistas, em alusão ao “mal de sete dias”, como é conhecido na cultura popular o fulminante tétano - não afetava só os jornais, mas também as revistas. Um dado importante para pensar essa informação é o índice de analfabetismo. O primeiro recenseamento geral, publicado em 1874, informava uma população analfabeta de quase 84%. O ensino passa a se tornar então obrigatório a partir de abril de 1879. Foi num contexto de rarefeito público leitor, portanto, que surgiram as primeiras revistas brasileiras jurídicas. Cf. RECENSAMENTO DO BRASIL EM 1872. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzing, 1974.

<sup>200</sup> Com exceção das Revistas Acadêmicas criadas em Recife (1858) e São Paulo (1859), que eram publicações criadas por estudantes nas faculdades de Direito, os demais periódicos dessas décadas elencados por Formiga seguirão o padrão da *Gazeta de Aragão* até no título: i) Nova *Gazeta dos Tribunaes* (Rio de Janeiro, 1848 – 1851); ii) *Gazeta dos Tribunaes – Jornal de Jurisprudência e debates jurídicos* (Rio de Janeiro, 1852); iii) *Gazeta Judiciária – Jurisprudência e debates jurídicos* (Rio de Janeiro, 1852-1854); iv) *Revista dos Tribunaes* (Rio de Janeiro, 1856-1859); v) *Gazeta forense – Jornal de Direito, jurisprudência e legislação* (Rio de Janeiro, 1857); vi) *Chronica do Foro – Revista de Jurisprudência e debates judiciais* – Rio de Janeiro, 1861); vii) *Gazeta Judiciária – Jornal Forense, Litterario, Recreativo e Noticioso* (Rio de Janeiro, 1861-1863). Vale destacar que isso não significa que esses periódicos não trouxessem nenhuma discussão doutrinária ou debate científico relevante, apenas que a sua principal função, de fato, era publicizar atos do poder executivo e judiciário, desempenhando papel semelhante ao da *Gazeta Official do Império*, publicada a partir de 1846. FORMIGA, 2010, pp. 49-81.

constelação cheia de estrelas, de planetas e de cometas efêmeros, e que por sua necessariamente limitada influência, não teria despertado verdadeiramente a atenção dos contemporâneos, nem mesmo historiadores<sup>201</sup>.

A primeira revista jurídica a ampliar o escopo e fôlego da sua linha editorial aparece apenas em 1862: a Revista do Instituto da Ordem dos advogados brasileiros. Por certo, a revista nascia como expressão dos interesses e demandas dessa instituição, mas já não se tratava apenas de uma simples gazeta informativa com difusão local, voltada a dar publicidade à produção jurisprudencial das Cortes. Propunha-se, também, como sede de debates doutrinários envolvendo juristas de destacada atuação no cenário político e jurídico do Império. Por constituir o objeto da presente pesquisa, sobre ela o presente trabalho se concentrará nas próximas seções. Por ora, cumpre prosseguir com o esboço do quadro geral das revistas a ela contemporâneas.

Nas décadas seguintes, a tríade “doutrina, jurisprudência e legislação” – inaugurada pela estrutura editorial da Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros, substitui a alcunha “dos tribunais” ou “forense” dos periódicos anteriores e passa a integrar a maior parte dos títulos das novas revistas jurídicas que vinham sendo criadas, com especial destaque para três publicações que superaram a marca de uma década de existência e abrigaram importantes discussões jurídicas em seus fascículos: (i) Revista Jurídica - Doutrina, Jurisprudência e Bibliographia (São Paulo 1862; Rio de Janeiro 1863-1873); (ii) Gazeta Jurídica - Revista Semanal de Doutrina, Jurisprudência e Legislação. (Rio de Janeiro, 1874-1887); (iii) “O Direito”: Revista de Legislação, Doutrina e Jurisprudência (Rio de Janeiro, 1873-1913)<sup>202</sup>. Todas elas, entretanto, têm o condão de demonstrar o traço principal da “cultura das revistas” jurídicas brasileiras do século XIX: a vocação generalista e eclética dos temas publicados nas revistas de Direito. Não havia, em nenhuma delas, um recorte disciplinar definido, com a vinculação a determinada matéria. Isso é um reflexo da própria cultura jurídica<sup>203</sup>, em sentido

<sup>201</sup> O texto me foi disponibilizado gentilmente pelo autor, via e-mail, em sua versão original, que sofreu apenas ligeiras alterações em relação à versão publicada no seguinte endereço: BARRIÈRE, Jean-Paul. Un genre à part: “les revues juridiques professionnelles”. In: LEYMARIE, Michel; MOLLIÈRE, Jean-Yves (Org.). *La Belle Époque des revues (1880-1914)*. Caen: Éditions de l’IMEC, 2002. p. 269-283.

<sup>202</sup> Sobre esta Revista, em específico, remete-se novamente ao trabalho monográfico de Henrique Cesar Monteiro Barahona Ramos, por se voltar especificamente a este periódico enquanto objeto e fonte de sua pesquisa. Para tanto, o autor investigou o contexto social, político e ideológico em que surgiu o periódico, valiosa contribuição para a historiografia das ideias jurídicas no Brasil do final dos oitocentos. Cf. RAMOS, 2004.

<sup>203</sup> Compreende-se por “cultura jurídica” o sentido a ela atribuído por Pietro Costa ao pensar a categoria para a juspublicística italiana: “Quando parliamo di cultura giuridica, presupponiamo in primo luogo l’esistenza, per il contesto storico-sociale preso in considerazione, di una cultura come tale, di una cultura come fenomeno complessivo, rispetto alla quale la cultura giuridica si ponga come parte; in secondo luogo, e di conseguenza, riteniamo di poter riconoscere un insieme di elementi che individuano come specificamente giuridica una sezione o una modalità della cultura globalmente considerata; in terzo luogo, siamo indotti a riferire la cultura giuridica

mais amplo, dos juristas da época, que se dedicavam ao estudo de disciplinas diversas e não se restringiam, necessariamente, em seus escritos, a uma matéria específica. Esse raciocínio se aplica também perfeitamente à Revista do IAB, objeto da presente pesquisa, sede de debates doutrinários de seus sócios sobre os mais variados temas.

Na década de 90, com a mudança da forma de Governo promovida pela proclamação da República, os periódicos jurídicos passam a assumir nova face e sofrem profundas transformações. Conforme aponta Mariana de Moraes Silveira<sup>204</sup>, a virada do oitocentos para o novecentos presenciou uma forte expansão desse setor especializado da imprensa no país. Isso pode ser explicado não só pela oxigenação de ideias e necessidade de reorganização de instituições que a mudança de regime acarreta, acompanhada pelas tentativas de adequação da legislação nacional à nova situação política, bem como pelos novos modos de pensar o direito que passaram a circular a partir de então.

O que mais chama atenção é a proliferação, a partir desse período, de revistas acadêmicas, vinculadas às Faculdades de Direito. Isso se explica pelo “impulso oficial” dado pela Reforma de Benjamin Constant<sup>205</sup>, que, além de estabelecer a liberdade de criação de faculdades de Direito (seja por livre iniciativa particular, seja por iniciativa de governo de algum estado), também estabeleceu que essas instituições de ensino superior tivessem um veículo de circulação de conhecimento científico: as revistas acadêmicas. Coube, assim, a cada uma das faculdades de Direito<sup>206</sup> criar uma revista especializada, voltada a publicar textos

---

*a una classe di soggetti, contraddistinti da un ruolo sociale e professionale specifico, i giuristi, che ne siano, in qualche modo (come autori, come destinatari, come fruitori), protagonisti”.* COSTA, Pietro. La giuspubblicistica dell'Italia unita: il paradigma disciplinare. In: SCHIAVONE, Aldo (org.). *Stato e cultura giuridica in Italia dall'Unità alla Repubblica*. Roma: Laterza, 1990. p. 89.

<sup>204</sup> SILVEIRA, 2014, p. 102.

<sup>205</sup> A Reforma foi concebida no âmbito do Governo Provisório estabelecido logo após a proclamação da República, ainda liderada pelo Marechal Deodoro da Fonseca. O novo Regulamento é conhecido como “Reforma Benjamin Constant” por ter sido assinado pelo General de brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Ministro e Secretario de Estados dos Negocios da Instrucção Publica, Correios e Telegraphos. No Capítulo IX – Da Revista, fica determinada que: “Art. 207. Será creada em cada uma das Faculdades uma Revista Academica. Esta Revista será Esta Revista será redigida por uma commissão de cinco lentes, nomeada pela congregação na primeira sessão de cada anno. Art. 208. A Revista se imprimirá em oitavo francez, com o numero de paginas sufficientes para formar no fim de cada anno um volume de 600 paginas pelo menos”. O regulamento na íntegra pode ser conferido em: BRASIL. Decreto n. 1.232-H, de 2 de janeiro de 1891. Approva o regulamento das Instituições de Ensino Jurídico, dependentes do Ministério da Instrucção Pública. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1891.

<sup>206</sup> Do rol de periódicos levantado por Armando Soares de Castro Formiga (2010), seis revistas foram criadas imediatamente após a edição da lei, quais sejam: (i) Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife (Recife, 1891); (ii) Revista da Faculdade Livre de Direito da Bahia (Salvador, 1892); (iii) Revista Acadêmica da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 1892); (iv) Revista da Faculdade de Direito de São Paulo (São Paulo, 1893); (v) Revista da Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais (Ouro Preto, 1894); e (vi) Revista da Faculdade Livre de Direito da Cidade do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 1899).

técnicos e científicos dos membros da sua “Congregação”<sup>207</sup> como meio de difusão cultural e fortalecimento institucional. Apesar de representarem grande impulso para a história dos periódicos jurídicos brasileiros, não avançaremos na discussão acerca dessas publicações uma vez que o propósito desta seção é meramente inventariante, com foco, em especial, nas revistas jurídicas do período imperial, dentre as quais destacamos alguns exemplares pela sua importância significativa à cultura das revistas jurídicas brasileiras do século XIX.

### 2.3.3.1 *Gazeta dos Tribunaes (Rio de Janeiro, 1843-1846)*

Diferentemente dos demais periódicos selecionados para um olhar mais demorado na presente seção, esta revista não se destaca pela longevidade ou variedade de conteúdos publicados, mas sua importância reside, não de modo secundário, em seu pioneirismo. O primeiro periódico exclusivamente jurídico do Brasil foi impresso em 10 de janeiro de 1843, como resultado de uma colaboração entre o seu editor-proprietário Francisco de Paula Brito<sup>208</sup> e o conselheiro Francisco Alberto Teixeira de Aragão, ministro do Supremo Tribunal de Justiça<sup>209</sup>.

Mesmo que a revista contasse com outros esporádicos colaboradores, Aragão foi o principal copartícipe do empreendimento, como atesta a sua carta-aceite publicada na primeira edição, onde anunciava publicamente seu compromisso de colaborar com o periódico<sup>210</sup>. Dispôs-se a fornecer as anotações de julgados que, na qualidade de membro do Supremo Tribunal de Justiça desde sua instalação em 1839, ele colecionara para registrar todas as

<sup>207</sup> Conforme o Regulamento aprovado em 1891, congregação designava o conselho de lentes (professores) de cada faculdade, fossem eles “cathedráticos” ou substitutos. Para mais informações, cf. Capítulo V – Dos lentes. BRASIL, 1891.

<sup>208</sup> Entre 1835 e 1851 foram impressos aproximadamente 28 jornais na *Typographia Imparcial* de Paula Brito. A Tipografia imprimiu folhas políticas, mas também se destacou pela impressão de jornais católicos, literários e sobretudo científicos. Entre esses últimos, insere-se a proposta da *Gazeta* e a impressão de diversos jornais ligados à medicina. Além disso, muitas teses de bacharéis em medicina, obrigatórias para obtenção do título, foram impressos na tipografia. Cf. GODOI, 2016, pp. 125-128. Todavia, vale destacar que na *Gazeta* Paula Brito não cumpria apenas o papel de impressor, mas era também o editor-proprietário, responsabilidade por ele mesmo declarada na edição de fechamento do periódico, ao assinar o artigo final. Cf. *GAZETA DOS TRIBUNAES*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 379, p. 1-8, 29 dez. 1846. p. 8.

<sup>209</sup> Nascido em Lisboa em 1788, faleceu no Rio de Janeiro em 15 de junho de 1847. Formou-se em Direito pela universidade de Coimbra em 1813 e ainda em Portugal iniciou sua carreira na Magistratura. Quatro anos após chegar ao Brasil – tendo ocupado o cargo de Intendente-Geral da Polícia e Desembargador do Tribunal da Relação, foi nomeado Ministro da Justiça, em 1829. Para além da idealização da *Gazeta dos Tribunaes*, sua colaboração com a fundação do IAB rendeu-lhe o título de presidente honorário do Instituto. Faleceu em 10 de junho de 1847, no Rio de Janeiro. Cf. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. v. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. pp. 385-386; e LAGO, Laurenio. *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal*. Dados biográficos (1828-2001). Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2001. p. 30-32.

<sup>210</sup> Cf. *GAZETA DOS TRIBUNAES*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-4, 10 jan. 1843a. p. 2.

decisões e expedientes do tribunal. O periódico esteve tão dependente de sua colaboração que a sua ausência, inclusive, foi apontada como uma das causas pelos redatores para seu encerramento precoce em 1846<sup>211</sup>.

Criar um periódico jurídico com esse título não é nenhuma novidade ou exclusividade brasileira quando se pensa na pioneira *Gazette des Tribunaux*, iniciada em Paris nos anos de 1786, na madrilena *Gaceta de los Tribunales* de 1834 ou, de maneira ainda mais óbvio, na homônima lisboeta, há pouco citada, *Gazeta dos Tribunaes* de 1841. Desta última, por coincidência temporal ou simplesmente reverência cultural, a versão brasileira chegou inclusive a republicar alguns textos<sup>212</sup>.

No que trazia de inédito, a *Gazeta* brasileira se propunha a publicar: (a) a parte oficial do *Jornal do Commercio* no que dissesse respeito à legislação geral do Império e atos do Poder Executivo, com exclusão do que fosse mero expediente; (b) os acórdãos, sentenças e despachos dos diversos tribunais, juízos cíveis, criminais, privilegiados, eclesiásticos e militares da capital (e das demais províncias quando possível; (c) as discussões mais importantes dos tribunais, especialmente sobre matérias comerciais, processos célebres, sem que fossem admitidas análises sobre os julgados definitivos; (d) dúvidas e omissões que as autoridades judiciárias encontrarem; (e) crônica dos fatos ou documentos legislativos mais notáveis sobre a administração da justiça (projetos de leis ou regulamentos); (f) anúncios, avisos e editais que dissessem respeito ao foro; (g) nomeações, residências, posses, óbitos, aposentadorias; (h) partes da política da capital; (i) notícias dos tribunais estrangeiros<sup>213</sup>. E o fez com bastante constância, às terças e sextas-feiras, ao longo dos seus três anos de existência, que apesar de serem à primeira vista muito breves, somaram 379 edições.

A própria periodicidade bissemanal, com números que não chegavam a quatro folhas, revela seu caráter predominantemente noticioso. Todavia, desde a primeira edição demonstrava o escopo de servir também para debates como a necessidade de um Código Comercial<sup>214</sup>, de

<sup>211</sup> Assim se encerra a última página, com o título: “*Aviso ao publico*”: “Com bastante pezar somos obrigado (sic) a anunciar aos nossos assignantes, e mais leitores da *G. dos Tribunaes*, que esta publicação suspende-se até que possamos dar-lhe nova forma e direcção, visto que, sendo o Exm. Sr. conselheiro Aragão quem alimentou principalmente esse trabalho (que lhe retribuimos com os mais gratos agradecimentos), agora se escusou dele para se occupar de outro, que entende ser de mais utilidade para o nosso fôro, de que com toda a probabilidade seremos o impressor”. Cf. GAZETA DOS TRIBUNAES, 1846, p. 8.

<sup>212</sup> Exemplo disso se colhe já nas primeiras semanas de existência do período, quando republicou, na seção de Variedades, um texto da Gazeta de Lisboa elogioso ao reinado de D. João II. Cf. GAZETA DOS TRIBUNAES. Rio de Janeiro, v. 1, n. 12, pp. 1-4, 17 fev. 1843b. p. 4.

<sup>213</sup> GAZETA DOS TRIBUNAES, 1843a, pp. 1-2.

<sup>214</sup> A intenção está declarada já no editorial inaugural assinado por “*Os Redactores*”: “A falta de um codigo, e leis privativas do commercio do Brasil o de verem os juizes por este motivo, nas decisões dos negocios mercantis, guiarem-se pelo conhecimento pratico das maximas, usos e costumes do commercio, alvará 2.º de 16 de dezembro de 1771 § 3.º, e mesmo pelas legislações commerciaes das nações mais civilisadas, fará com que nos mereçam

criação de uma associação de advogados<sup>215</sup>, ou para servir de plataforma para que juristas célebres esboçassem suas opiniões sobre controvérsias jurídicas<sup>216</sup>. Havia espaço, ainda, para a publicação eventual de anedotas do cotidiano do foro, que procuravam trazer um pouco de humor à austeridade típica do mundo jurídico<sup>217</sup>. Todavia, os redatores declaravam não querer interferir em qualquer questão que pudesse afetar, mesmo indiretamente, a política do estado<sup>218</sup>.

A *Gazeta* se encerra quase que contemporaneamente ao aparecimento da *Gazeta Official do Imperio do Brasil*, editada pela *Typographia Nacional* a partir de setembro de 1846. Essa circunstância não é mera coincidência, sobretudo quando se recorda que a principal proposta da *Gazeta* de Paula Brito era justamente publicar a parte oficial dos tribunais, função esta que restava esvaziada pelo aparecimento do veículo oficial.

### 2.3.3.2 Revista Jurídica - Doutrina, Jurisprudência e Bibliographia (São Paulo 1862; Rio de Janeiro 1863-1873)

---

particular atenção, e preferencia as questões desta natureza, para assim se ir firmando a jurisprudencia dos tribunaes brasileiros em um direito que tem por objeto regular as relações uniersaes das nações commerciantes”. Cf. GAZETA DOS TRIBUNAES, 1843a, p. 2. Considerando que o país tampouco contava com um código civil, não é um propósito genérico aquele declarado pelos Redactores. Trata-se de um preciso objetivo para o qual miraram com convicção.

<sup>215</sup> “A necessidade de uma Associação de Advogados” foi título de artigo que estampou já o primeiro número do periódico, como o reconhecimento de que a fundação de uma *Gazeta* unicamente forense fazia parte do projeto de criar esse tipo de Instituição. Não à toa, os fascículos do primeiro semestre de 1843 registraram a articulação em torno da criação de uma entidade brasileira nos mesmos moldes da portuguesa, implantada em 1838, a ponto de ser reproduzido o Estatuto e o Regimento Interno da Associação dos Advogados de Lisboa na edição n. 35. Cf. GAZETA DOS TRIBUNAES. Rio de Janeiro, v. 1, n. 35, pp. 1-4, 16 mai. 1843c. p. 3. Inaugurado o Instituto brasileiro em 7 de setembro daquele ano, a *Gazeta* transformou-se, a partir de então, quase em veículo oficioso do IAB, trazendo o anúncio da programação de todas as sessões e publicando, também, o Regulamento Interno da corporação, que ganhou três páginas na edição de julho. Cf. GAZETA DOS TRIBUNAES, v. 2, n. 147, pp. 1-4, 8 jul. 1844. pp. 2-4.

<sup>216</sup> Destaca-se a colaboração assídua de Augusto Teixeira de Freitas, “o jurisconsulto do Império” como consagrado por Sílvio Meira em sua clássica biografia, com artigos opinativos sobre temas diversos, que versavam desde a reforma processual dos agravos (cf. v. 1, n. 11, 12, e 13), até a possibilidade de revogação da alforria por ingratidão (cf. v. 1, n. 15, 28/2/1843). Se Teixeira de Freitas é figura que não passa despercebida em nenhuma pesquisa de história do direito localizada no século XIX, para os estudiosos do periodismo jurídico brasileira oitocentista ele é ainda mais destacado: colaborou com várias das mais importantes revistas da época, com destaque para o periódico *O Direito*, a seguir tratado.

<sup>217</sup> Uma análise sobre essa a presença das anedotas e o papel da comicidade para consolidação da autonomia do jurídico se encontra em: MARTINS, 2013, pp. 57 – 89.

<sup>218</sup> A declaração foi dada pelos redatores como justificativa para ter recusado publicar um artigo sobre a retroatividade das leis tão somente porque se tratava da mesma matéria, naquele momento, discutida pelo Senado, o que prejudicaria o dever proposto em seu programa de não interferir em assuntos políticos, como uma espécie de tentativa de manter a neutralidade. Nesses termos se expressaram: “Com quanto muito grata nos fosse a remessa do excellent artigo sobre a questão da retroactividade das leis, todavia não nos resolvemos á tiral-o á luz, como alias desejáramos; porque, tendo elle não pouca relação com a materia, que ora se discute no senado, induz por certo á desviar-nos do programma, que nos havemos proposto, e que nos impõe o dever de não interferir em qualquer questão, que affectar possa, ainda que indirectamente, a politica do estado. *Os redactores.*”. Cf. GAZETA DOS TRIBUNAES. Rio de Janeiro, v. 1, n. 16, pp. 1-4, 3 mar. 1843d. p. 2.



Publicada no mesmo ano da Revista do IAB – à qual já se acenou como a primeira a apresentar maior fôlego em extensão e periodicidade – a *Revista Jurídica* se destaca por também fugir de modo pioneiro à lógica das gazetas forenses que marcaram as duas primeiras décadas do periodismo jurídico brasileiro oitocentista: confere espaço privilegiado – inclusive antecedente – às reflexões doutrinárias, em relação à seção de jurisprudência, na topografia da revista<sup>219</sup>.

O frontispício do número inaugural revelava a identidade de seus diretores: José da Silva Costa<sup>220</sup>, estudante do 5º ano da Faculdade de Direito de S. Paulo e Presidente efetivo do Ateneo Paulistano, e José Carlos Rodrigues<sup>221</sup>, estudante do 3º ano da mesma Faculdade. Apesar da condição de universitários dos curadores, a revista não se enquadrava, por certo, na designação de uma revista acadêmica, voltada a discentes, mas a “todos aquelles que entre nós se consagram as (sic) estudo do direito, ou á practica do mesmo, já como professores e advogados, já como homens políticos, magistrados, membros da nossa multifária hierarchia administrativa, ou empregados do fôro”<sup>222</sup>.

Talvez justamente para descaracterizar o caráter estudantil do empreendimento que a responsabilidade pela elaboração do texto introdutório ao primeiro volume tenha sido cedida por seus diretores à pena mais prestigiada de um professor. De autoria do então lente substituto da Faculdade de Direito de São Paulo, Ernesto Ferreira França<sup>223</sup>, o escrito apresentava os propósitos da revista, ao mesmo tempo que uma concepção bastante específica do que era – e

---

<sup>219</sup> Já seu primeiro número dedicava maior espaço, em relação às seções de jurisprudência e bibliografia, a quatro ensaios teóricos, dois deles do seu diretor Silva Costa e os demais de dois lentes da Faculdade de S. Paulo, todos inseridos no segmento “doutrina”. Cf. *REVISTA JURÍDICA*: doutrina – jurisprudencia – bibliografia. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, pp. 1-86, 1862.

<sup>220</sup> Natural do Rio de Janeiro, graduou-se em *Sciencias Sociaes e Juridicas* pela Faculdade de S. Paulo. Iniciou a carreira na magistratura como juiz municipal, mas dedicou-se à advocacia, tendo atuado inclusive como procurador de D. Pedro II após seu banimento e a queda da Monarquia. Foi professor da Faculdade Livre de *Sciencias Juridicas e Sociaes* fundada no Rio de Janeiro em 1892. Além da *Revista Jurídica* de que foi redator, colaborou com outros periódicos, com o *Athenêo Paulistano*, revista de ensaio *philosophico* de S. Paulo; o *Itororó*, jornal científico, político, litterario e artistico de Santos; *Monitor Chatolico*; e *Expectador da America do Sul*. Cf. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. v. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. pp. 190-192.

<sup>221</sup> Também natural do Rio de Janeiro, graduou-se bacharel em *Sciencias Sociaes e Juridicas* pela Faculdade de S. Paulo em 1864. Dois anos depois, mudou-se para os Estados Unidos da América onde atuou por algum tempo como jornalista. De volta ao Brasil, foi diretor e principal redator do *Jornal do Commercio*, além de ter sido por alguns anos também redator da *Revista Jurídica*. Desta última, todavia, desligou-se após alguns anos, ficando os últimos volumes somente a cargo de José da Silva Costa. Cf. Ivi, p. 379-380.

<sup>222</sup> Cf. FRANÇA, Ernesto Ferreira. *Revista Jurídica*. *Revista Jurídica*: Doutrina – Jurisprudencia – Bibliographia, v. 1, n. 1, Rio de Janeiro, pp. 1-86, 1862. p. 1.

<sup>223</sup> Nascido em Pernambuco, em 1828, faleceu no Rio de Janeiro em 1888. Graduou-se em *Sciencias Sociaes e Juridicas* pela Faculdade de São Paulo e obteve o título de doutor em direito civil e canônico pela faculdade de Leipzig. De volta ao Brasil, foi professor de direito natural, publico universal, direito das gentes e diplomacia na mesma faculdade em que se graduou; advogado do Conselho de Estado e membro de diversas associações de letras. Cf. BLAKE, 1893, pp. 286-87.

quem plasmava – o direito. Intitulado tão somente “*Revista Jurídica*”, o ensaio inaugural só faz reforçar a impressão de que este não foi um periódico comum na paisagem das revistas jurídicas nacionais.

Não passam despercebidos os diversos conceitos savignianos trazidos ao escrito introdutório, àquela altura ainda nada difundidos nessas terras. O autor vale-se da mesma metáfora historicista de comparação à língua, aos costumes, e às demais manifestações espontâneas do povo para definir o direito, em oposição às correntes voluntaristas que concebiam como uma prerrogativa exclusiva do legislador estabelecê-lo como um seu ato de vontade: “Primitivamente, do mesmo modo que a língua, os costumes, a religião, as artes, o direito se manifesta e desenvolve, não em consequência de uma convenção, escolha ou intenção determinada, como um producto exclusivamente racional enfim, mas sob o estímulo do sentimento da consciência da sua necessidade, ou influência do impulso de um sentido apropriado como querem alguns”<sup>224</sup>.

Outra ideia coincidente que sobressai é o papel atribuído à classe de juristas, ante a complexificação da cultura e da sociedade, de traduzir e lapidar em termos científicos a emanção espontânea e produzida pelo povo: “em razão da maior multiplicidade e portanto, complicação das relações de direito, este sentimento comum vai pouco a pouco tornando-se pela cultura mais predominante entre certos indivíduos, que constituindo uma classe especial, assumem por tarefa, a elaboração mais ou menos científica dos princípios jurídicos”<sup>225</sup>. Segue equiparando este ao trabalho do legislador como meros esforços de detalhamento de um dado anterior: “Na formação do direito, tanto jurisconsultos como legisladores, são tão somente órgãos do sentimento nacional, e a elles compete dar aos productos deste, a ultima de mão, e aos esforços genéricos do seu desenvolvimento neste sentido, uma fórmula mais determinada e precisa”<sup>226</sup>.

---

<sup>224</sup> Cf. FRANÇA, 1862, p. 6. É oportuno confrontar, nesse ponto, trecho do já citado panfleto savigniano *Vom Beruf unserer Zeit für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft*: “Aber dieser organische Zusammenhang des Rechts mit dem Wesen und Charakter des Volkes bewährt sich auch im Fortgang der Zeiten, und auch hierin ist es der Sprache zu vergleichen. So wie für diese, gibt es auch für das Recht keinen Augenblick eines absoluten Stillstandes, es ist derselben Bewegung und Entwicklung unterworfen, wie jede andere Richtung des Volkes, und auch diese Entwicklung steht unter demselben Gesetz innerer Notwendigkeit, wie jene früheste Erscheinung”. Cf. SAVIGNY, 1814, p. 10. Em tradução oferecida pela própria autora, apenas para salientar a similaridade dos argumentos: “Mas esta conexão orgânica do Direito com o modo de ser e o caráter do povo se confirma no transcurso do tempo, e também aqui se pode comparar com a língua. O mesmo que para esta, não há também para o direito nenhum momento de pausa absoluta, o direito está submetido ao mesmo movimento e evolução que todas as demais tendências do povo, e também esta evolução está regida pela mesma lei de necessidade interna, que aquele fenômeno anterior”.

<sup>225</sup> FRANÇA, 1862, p. 6.

<sup>226</sup> Ivi. Também essa passagem merece direto confronto com outro trecho do *Beruf* savigniano: “Diese Schwierigkeit führt uns auf eine neue Ansicht der Entwicklung des Rechts. Bey steigender Kultur nämlich sondern sich alle Tätigkeiten des Volkes immer mehr, und was sonst gemeinschaftlich betrieben wurde, fällt jetzt einzelnen

É evidente que essas reflexões podem revelar muito mais uma concepção do professor convidado a escrever o ensaio – que realizara, como dito, parte da sua formação em Leipzig, casa de Christian Gottlieb Haubold, que, ao lado de Gustav Hugo e Savigny compunha o “*triumviri doctissimi*”<sup>227</sup> da escola histórica alemã – do que efetivamente uma orientação que conduziu toda a existência da publicação. De todo modo, é um dado não irrelevante, que não pode ser tomado como fruto do acaso, tampouco que tenha passado despercebido pelos seus redatores que figurasse nas primeiras páginas do primeiro fascículo.

Não se deve, entretanto, crer, como alerta o mesmo texto inaugural, que o empenho da revista fosse puramente teórico: a publicação tinha igualmente em vista a realização de um fim prático, como o faz equilibrando à doutrina e bibliografia seções de legislação e jurisprudência. É justamente a tentativa de balancear o conteúdo da publicação entre indagações científicas e estudo de matérias de interesse aos juristas profissionais que faz a revista merecer a qualificação de “primeiro periódico completo a ser impresso no Brasil” na opinião do inventariante Armando Soares de Castro Formiga<sup>228</sup>.

Não é exagero situá-la, ao lado da revista do IAB, do mesmo ano, como um ponto de viragem na cultura das revistas jurídicas brasileiras, apresentando um nítido aperfeiçoamento da literatura jurídica periódica. Ambas já não se tratavam de periódico noticioso, com formato de tabloide, mas eram impressas na forma de livro, com uma capa e em fascículos que ultrapassavam a centena de páginas. Com esse perfil, a *Revista Jurídica* alcançou a marca dos 14 números e mais de 6 mil páginas em seus pouco mais de 10 anos de existência, tendo sido interrompida apenas em 1873.

### 2.3.3.3 *Gazeta Jurídica - Revista Semanal de Doutrina, Jurisprudência e Legislação (Rio de Janeiro, 1874-1887).*

---

*Ständen anheim. Als ein solcher abgesonderter Stand erscheinen nunmehr auch die Juristen. Das Recht bildet sich nunmehr in der Sprache aus, es nimmt eine wissenschaftliche Richtung, und wie es vorher im Bewusstsein des gesamten Volkes lebte, so fällt es jetzt dem Bewusstsein der Juristen anheim, von welchen das Volk nunmehr in dieser Funktion repräsentiert wird*“. Em tradução oferecida pela própria autora: “Essa dificuldade nos leva a um novo ponto de vista do desenvolvimento do direito. Ao avançar da cultura, diferenciam-se cada vez mais todas as atividades do povo, e o que antes se fazia em comum recai agora em estamentos singulares. Como um de tais estamentos separados, aparece agora também o dos juristas. O direito se aperfeiçoa com tempo assim como a linguagem, toma uma direção científica, e assim como antes vivia na consciência de todo o povo, recai agora na consciência dos juristas, os quais representam a partir de então o povo nessa função”. Cf. SAVIGNY, 1814, p. 12.

<sup>227</sup> A expressão foi difundida entre os próprios contemporâneos, mas colhida neste trabalho a partir da obra de Cristina Vano, para designar a atuação conjunta dos três professores frente aos *gemeinschaftliches Projekt* da escola. Cf. especialmente “*Triumviri doctissimi: ricerche intorno al Corpus Iuris*”, em VANO, 2000, p. 88-97.

<sup>228</sup> FOMIGA, 2010, p. 99.

Em janeiro de 1873, o advogado Carlos Frederico Marques Perdigão<sup>229</sup>, “*membro da Ordem dos Advogados do Brasil*”, como se identificara no frontispício, iniciou a publicação da *Gazeta Jurídica*, sobre a qual responsabilizava-se como “*redactor e proprietario*”. Apesar do título da publicação, em nada se assemelhava às gazetas noticiosas do início da década de 40. Na “*Introdução*” que abre o primeiro fascículo, composta por texto da pena de seu diretor intitulado “*Razão desta publicação*”, resta claro o intuito de contribuir para reverter o ressentido diagnóstico de que “o gosto do estudo declina cada dia entre nós<sup>230</sup>”, e não meramente veicular notícias relacionadas ao mundo do direito como as suas homônimas que lhe precederam.

Ali já estavam anunciados, também, assuntos que receberiam acurada atenção do periódico, como a organização do sistema judiciário, prejudicada pela reforma aprovada em 1871 “que estabeleceu systema judiciario que é muito mais defeituoso e complicado que o primeiro”<sup>231</sup>, e a promulgação de um Código Civil, ao qual acenava com a esperança de que “deverá ser o transumpto fiel da sabedoria dos homens práticos e a transformação da nossa Justiça até hoje regida, em quase todos os seus casos, pelas antigas Ordenações, em muitas de suas disposições obsoletas”<sup>232</sup>. O chamado à necessidade de reformas legislativas no ordenamento pátrio foi preocupação recorrente do redator.

Em um balanço geral, percebe-se que o periódico oferecia aos leitores não só a conhecida tríade “doutrina, jurisprudência e legislação” – já bastante difusa a essa altura na literatura jurídica periódica da década de 70 – mas também se destacava por apresentar em seus sumários as matérias veiculadas a partir de sua vinculação temática: “Direito publico”, “Direito Criminal”, “Direito Financeiro”, “Jurisdição Civil”. Mesmo que a vocação generalista – da qual a literatura deste século não conseguiu se desvencilhar – ainda fosse uma característica indelével, esse esforço de organização temática já revela uma atenção crescente à especialização.

Com esse perfil, o período conseguiu alcançar atravessar não desprezíveis 14 anos de existência, com a notável marca de 37 volumes, com não menos do que 510 páginas cada, distribuídos em 240 números. Somente em dezembro de 1887, a *Gazeta Jurídica* deixou de ser impressa.

---

<sup>229</sup> Natural do Rio de Janeiro, graduou-se em direito pela Faculdade de Olinda em 1842. Filho de tabelião, substituiu seu pai no cartório durante algum tempo, mas atuou como advogado. Escreveu, ainda, um *Manual do Código penal brasileiro* publicado em 1882-1883 no Rio de Janeiro. Cf. BLAKE, 1893, pp. 68-69.

<sup>230</sup> *GAZETA JURIDICA*: revista mensal de doutrina, jurisprudência e legislação. Rio de Janeiro, v. 1. n. 1, p. 1-782, jan. a jun. 1873.

<sup>231</sup> *Ivi*, p. 9.

<sup>232</sup> *Ivi*, p. 10.

### 2.3.3.4 O Direito: Revista de Legislação, Doutrina e Jurisprudência (Rio de Janeiro, 1873-1913).

Lançada em julho de 1873 e publicada por mais de quatro décadas, até março de 1913, atravessando a queda da Monarquia, a ascensão da República e a virada dos séculos, esta foi, no amplo consenso da historiografia jurídica, o maior monumento produzido pela literatura jurídica periódica no Brasil oitocentista. De propriedade do advogado e político João José do Monte<sup>233</sup>, foi inaugurada com a redação dos Conselheiros Francisco Balthazar da Silveira<sup>234</sup>, Antonio Joaquim Ribas<sup>235</sup> e Joaquim Saldanha Marinho<sup>236</sup>, além dos Desembargadores Tristão Alencar Araripe<sup>237</sup> e Olegário Herculano de Aquino e Castro<sup>238</sup>.

<sup>233</sup> Nascido em Japarutuba, vila da antiga província de Sergipe, graduou-se em *Sciencias Sociaes e Juridicas* pela Faculdade do Recife em 1864, foi deputado à assembleia de Sergipe em várias legislaturas e deputado geral na legislatura de 1879 a 1880. Estabeleceu-se advogado no Rio de Janeiro e ali fundou e redigiu a Revista. Cf. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. v. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. p. 462.

<sup>234</sup> Nascido na antiga província da Bahia, realizou seus primeiros estudos em Direito na Universidade de Coimbra, mas formou-se bacharel em *Sciencias juridicas e sociaes* pela Faculdade de Direito de São Paulo no ano de 1832. Atuou na magistratura e no legislativo do Maranhão, até que foi removido para o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro e, após, tornou-se ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Cf. LAGO, 2001, p. 126-127.

<sup>235</sup> Nascido no Rio de Janeiro, formou-se em *Sciencias Juridicas e Sociaes* na Academia de S. Paulo no ano de 1840. No ano seguinte, recebeu o grau de doutor e tornou-se lente de história universal no mesmo ateneu. Em 1854, passa a atuar como lente substituto nas cadeiras de economia política, direito administrativo, direito público, direito civil e direito eclesiástico, até se tornar em 1860 lente catedrático de direito civil pátrio, análise e comparação do direito romano. Foi também deputado na Assembleia Paulista em diversas legislaturas consecutivas até se mudar para o Rio de Janeiro, onde passou a atuar como advogado e membro de comissões importantes no governo imperial, dentre as quais aquela encarregada por revistas o projeto de código civil. Cf. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883. pp. 203-204.

<sup>236</sup> Natural de Olinda, graduou-se na faculdade de Direito daquela cidade em 1836. Nos primeiros doze anos de carreira exerceu o cargo de promotor público no Ceará e foi eleito deputado provincial. Em 1848 torna-se deputado geral, momento em que se transfere para a Corte e passa a atuar como advogado. Ainda foi eleito deputado pelo Rio de Janeiro e em outras duas legislaturas respectivamente por Pernambuco e Amazonas. Também atuou como membro e presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros de 1873 a 1892. Cf. BLAKE, 1898, pp. 237-241. Vale destacar que se por muito tempo sua carreira política esteve atrelada ao Partido Liberal, a partir da década de 70 esteve ativamente envolvido com a causa republicana, sendo um dos fundadores do Clube Republicano e o primeiro nome a constar como signatário do *Manifesto* de 1870, Cf. A REPUBLICA: propriedade do club republicano. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, pp. 1-4, 1870. p. 3.

<sup>237</sup> Nascido em Icó, na província do Ceará, tornou-se bacharel em *Sciencias sociaes e juridicas* pela Faculdade de São Paulo. Dedicou-se à magistratura, até tornar-se ministro do Supremo Tribunal de Justiça, e, já sob a República, ministro do Supremo Tribunal Federal. Ainda durante o Império representou sua província natal em várias legislaturas da *Assembleia* Geral, além de ter presidido as províncias do Pará e do Rio Grande do Sul. Cf. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. v. 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. pp. 320-324.

<sup>238</sup> Nascido na cidade de São Paulo, graduou-se pela Faculdade de Direito daquela mesma cidade. Como bacharel, seguiu a carreira da magistratura, tornando-se ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1886. Instalado o Supremo Tribunal Federal após a proclamação da República, logo foi eleito vice e, em seguida, presidente da casa. Também ocupou o cargo de presidente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e representou sua província na Assembleia Geral em duas legislaturas. Cf. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. pp. 326-327.

Já o número expressivo de colaboradores fixos chama atenção para a ambição do projeto, ainda mais quando se tem em conta a representatividade qualitativa desse grupo, composto, unanimemente, por ocupantes de cargos políticos de relevo durante o Império. O engajamento político dos redatores transpareceu expressamente nas páginas do periódico, utilizado para veicular projetos e bandeiras de um grupo que certamente não se reuniu ao acaso, mas partilhava uma ideologia específica, uma visão comum sobre o direito<sup>239</sup> – em que pese as divergências político-partidárias – que se reflete desde as temáticas selecionadas para debate, até o conteúdo dos textos doutrinários publicados na revista.

“O direito” por eles defendido – como o título<sup>240</sup> já sugere – correspondia a um projeto político de nação em que a bandeira da preservação de “liberdades sob o império das leis” constituía o caminho preferencial em direção à “grande senda da civilização”<sup>241</sup>. Em que pese a maior parte dos redatores gozasse de cargos políticos oriundos de nomeações diretas do Imperador e não de processos eletivos, essas palavras devem ser interpretadas no sentido de uma clara oposição ao arbítrio da monarquia e de suas combalidas instituições. Isso porque não eram novidades nem o expediente do monarca de tentar acalmar seus opositores com nomeações, nem a condescendência da oposição com mudanças graduais e não revolucionárias em favor de uma preservação da ordem estabelecida. De todo modo, o “Império” que se defendia era somente o da lei, estrada necessária para o progresso. Vislumbra-se, nessa carta de intenções, a defesa de “um liberalismo do tipo jurisdicista, legalista, que exibía uma veste jurídica a ensejar incessantemente o formalismo da lei”<sup>242</sup>.

Esses ideais encontraram no periodismo jurídico uma possibilidade de amplificação privilegiada, reverberando na forma de (i) críticas ao sistema escravista, considerado contrário aos princípios da liberdade já consagrados nas nações civilizadas; questões (ii) republicana (em

<sup>239</sup> É oportuno assinalar que nem todos os redatores convergiam no que se refere a ideais políticos. Basta pensar que Tristão Alencar Araripe e Antonio Joaquim Ribas eram filiados ao Partido Conservador; ou que, à parte João Monte, todos os demais estivessem vinculados à maçonaria. Acontece que as ideias liberais, na chave do normativismo constitucional, a grossas tintas, eram compartilhadas por todos eles no sentido da comum convicção no papel da lei em garantir a liberdade e com ela conduzir à civilização. A possibilidade de que pretensões conservadoras de preservar a monarquia coincidisse com ideias liberais – para além de não ser ocorrência incomum em um Império em que essas distinções conceituais eram confins pouco estáveis – é reconhecida, por exemplo, pelo biógrafo do próprio desembargador Tristão. Cf. MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. A historiografia liberal de Tristão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

<sup>240</sup> Registra-se a existência de homônima em Portugal, intitulada “O Direito – Revista de Legislação e Jurisprudência – saída pela primeira vez dos prelos em 1 de abril de 1851. Todavia, o periódico lisboeta não teve a mesma sorte de sua equivalente brasileira, tendo vida curta e constituindo repositório de legislação e articulados forenses. No segmento doutrinário, apresentava escassos comentários à jurisprudência, da pena de seu próprio diretor, e consultas a questões jurídicas levantadas pelos leitores. É o panorama oferecido por CHORÃO, 2002, p. 125-126.

<sup>241</sup> Esse objetivo é traçado no prólogo ao primeiro volume, texto a que tivemos acesso através de RAMOS, 2009, p. 52. Cf. *O DIREITO*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1873. p. 3.

<sup>242</sup> RAMOS, 2009, p. 64.

que pese nesse ponto não houvesse unanimidade, como já acenado, entre todos os redatores); (iii) federativa; (iv) religiosa<sup>243</sup> (fazia parte da artilharia anti-monarquista a separação entre Estado e Igreja, pois desarticulava um dos pilares de sustentação da legitimidade do monarca: o direito divino ou hereditário, mesmo que tampouco aqui houvesse unanimidade<sup>244</sup>, diante do ultramontanismo de João do Monte); (v) reforma judiciária, dentre outros temas enfrentados pelos redatores.

Estruturada na clássica tríade “doutrina-jurisprudência-legislação”, diferencia-se pela carga ideológica com que eram formatadas cada uma dessas sessões. Os artigos de doutrina, mesmo mascarados pela linguagem jurídica tecnicista, tocavam fundo nos debates políticos correntes; assim como a sessão de jurisprudência continha seleção de julgados que não raro eram comentados pelos redatores a fim de corroborar ideais e opiniões. A revista tinha espaço também para comentários dos redatores sobre os livros jurídicos que haviam sido publicados mais recentemente, além de uma sessão destinada à jurisprudência estrangeira ou “das nações civilizadas”<sup>245</sup>.

Em que pese as divergências internas e ausência de homogeneidade partidária, o manto do liberalismo legalista certamente era uma pauta partilhada que motivou a reunião dos colaboradores para a criação do periódico, fundamento este que talvez sirva de explicação também para a impressionante longevidade da revista. É ao mesmo tempo aspecto que a diferencia das coetâneas do século XIX, as quais, em não sendo dotadas, na sua maioria, de uma linha programática muito definida, pulverizavam-se e acabam se dissolvendo após poucos

<sup>243</sup> Polêmica iniciada após a interdição por autoridades eclesiásticas de duas irmandades sob sua jurisdição, por terem admitido membros maçons, e da posterior negativa de suspensão dos interditos mesmo após ordem expressa do governo. Levada ao Judiciário, a contenda foi considerada desobediência civil por parte dos sacerdotes, que foram presos e condenados a trabalhos forçados. O episódio desencadeou acirrado debate a respeito da separação entre Igreja e Estado e contribuiu para o enfraquecimento da Monarquia. No terceiro volume de *O Direito*, em 1874, foi publicada, na sessão de “jurisdição criminal”, sob o título “causa célebre”, íntegra do julgamento do Bispo de Olinda e do Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, com a transcrição de todas as atas, defesas e documentos referentes ao caso. A solução da causa do bispo de Olinda representava uma vitória da maçonaria brasileira, bem como de uma lei civil em detrimento da lei eclesiástica, demarcando o início da ruptura entre Estado e a Igreja, com sofrimento para ambos. Cf. Ivi, p. 99.

<sup>244</sup> João Monte foi opinião isolada e mais de uma vez se manifestou no periódico contra o resultado do julgamento. Diante de manifestação de leitores tomando seus textos como a posição da redação, sentiu-se na obrigação de esclarecer que cada redator respondia por si e que no periódico supostamente reinava a neutralidade. É interessante conferir a nota: “Para evitar equívocos, cumpre-nos declarar que a redação do *Direito* não tem responsabilidade ou solidariedade alguma nos artigos ou críticas assinadas por qualquer dos membros da redação. Cada um responde pelo que escreve e assina, e não a redação. Ao inverso das publicações políticas, que precisam de que haja homogeneidade de idéias entre seus redatores, uma Revista jurídica deve ser um campo neutro em que se discutam com isenção todas as teses no interesse da ciência e da jurisprudência. No templo da ciência do direito podem ser sacerdotes maçons, ultramontanos, liberais, conservadores e republicanos. Para que tirar-lhe esta magestosa tolerância, a que devemos o aperfeiçoamento das leis? Fica, pois, entendido que pelos artigos do “*Direito*” responde só quem os assina, e que esta Revista é um porto aberto a todos, menos aos piratas. Monte Junior” Cf. *O DIREITO*, vol. 3, 1874, p. 607 *apud* RAMOS, 2009, p. 101.

<sup>245</sup> Cf. Ivi, p. 68.

anos (salvo as honrosas exceções já aqui destacadas, para além da própria Revista do IAB, cujo elemento de ligação fundamental não residia em alguma temática ou ideologia, mas na origem institucional).

Mas se começou com mensagem tão clara e expressa aos leitores, em 1913, último ano em que circulou, tendo como redator João Batista Queira do Monte, filho do fundador que já havia falecido, a publicação se encerrou sem despedidas solenes ou justificações aos leitores. Concluía-se ali um importante capítulo da história do periodismo jurídico brasileiro do século XIX.

Para os propósitos da revisão bibliográfica deste primeiro capítulo, esses breves acenos à cultura das revistas jurídicas brasileiras oitocentistas bastam. Os próximos dois capítulos, por sua vez, estarão concentrados sobre o itinerário específico da Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, partindo de uma discussão sobre a própria instituição que a concebeu, para dar sequência à análise meditada de seus conteúdos no seu primeiro trentênio de existência.

### **3 UM INSTITUTO “EM PROVEITO GERAL DO ESTADO E DA *SCIENCIA* DA JURISPRUDENCIA” E A CRIAÇÃO DA SUA *REVISTA***

O Sr. ministro da Justiça que até hoje, em seis mezes de ministério, não teve tempo para fazer um só melhoramento na sua repartição, devia tomar a peito este negocio, e esforçar-se por instituir nesta corte uma verdadeira ordem de advogados. O primeiro que colheria as vantagens dessa instituição seria o próprio governo, que teria um corpo de homens práticos e entendidos a quem consultasse nas reformas importantes da legislação, dispensando essas comissões onerosas para o tesouro publico, e que não são senão de verdadeiras sinecuras. A publicação regular de uma revista desse Instituto seria uma obra importante para o nosso foro, onde é tão raro aparecerem obras de jurisprudencia; porque os advogados, condenados á uma vida obscura, preferem ocupar o seu tempo exclusivamente com os seus clientes, á roubarem algumas horas para empregá-las em estudos mais sérios. Quando a empregocracia, ou a mania dos cargos públicos acha-se tão desenvolvida entre



nós, a mais alta conveniência abrirá á mocidade estudiosa essa carreira independente, e essa nobre profissão literária. Atualmente a advocacia é difícil aos moços que começam; e além disso é muito obscura para aquelles que entram na vida publica com as aspirações tão naturaes na flor da idade. Por isso o estudante ainda o mais talentoso, ainda o mais amigo do trabalho, apenas formado, pretende e aceita qualquer emprego publico de delegado ou de juiz municipal, em vez de abraçar a carreira independente para que o habilite o seu titulo, a carreira de mais futuro e de independência. Desde, porém, que se der importância á classe dos advogados, que a elevarem á planície da magistratura, que a considerarem como uma das primeiras garantias da boa execução das leis, então as cousas mudarão, e só aquelles que a banca rejeitar de si, irão pedir aos cargos públicos os meios de se manterem<sup>246</sup>.

Como um pedido inaugural ao leitor do capítulo, roga-se que a extensão da epígrafe seja perdoada: um jurista-literato terá sempre palavra privilegiada entre nós. Ainda mais quando tem o mérito de sintetizar, em poucas palavras, os elementos-chave que se pretendem discutir neste capítulo, começando pelos serviços prestados pelo Instituto dos Advogados Brasileiros ao Governo Imperial, passando pelo significado da carreira da advocacia no Império, mas sobretudo por ressaltar a importância, para o cumprimento dessas funções, da criação de uma publicação regular por parte do Instituto.

Uma revista que nasce no bojo de uma Instituição terá muito a dizer sobre ela, assim como a própria Instituição terá muito a dizer sobre a revista mesma. É um binômio a que não se pode fugir em um trabalho dedicado a um periódico institucional e que será explorado, nas próximas laudas, a partir de (a) estudo detalhado do momento político e jurídico em que foi concebida a instalação do Instituto, em um primeiro momento (item 3.1); (b) discussão do projeto cultural – expresso e implícito – que esteve em sua base, na sequência (item 3.2); e, por fim, (c) reflexão sobre a serventia que a criação de uma publicação periódica poderia oferecer para a consecução das finalidades da associação (item 3.3).

Não sem obstáculos e percalços esse itinerário foi percorrido na construção do capítulo. Em especial por conta da constatação de que a maior parte dos trabalhos já escritos sobre o IAB são produto da pena de seus sócios, geralmente elaborados na forma de

---

<sup>246</sup> O texto foi escrito quando José de Alencar ocupava o cargo de redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro* - periódico célebre por ser considerado, como já se acenou no primeiro capítulo, o primeiro a ser publicado no Brasil, a partir de 1821. O Ministro da Justiça, citado no trecho, à época era José Thomaz Nabuco de Araujo, que menos de 10 anos após essa reprimida tornou-se Presidente do IAB, mesma época em que Alencar, por sua vez, estava ocupando o cargo de Ministro da Justiça. Em que pese o reconhecimento – e os esforços – por parte desses dois juristas em prol da necessidade de organizar uma “verdadeira ordem de advogados” na Corte, o Instituto, criado em 1843, não verá concretizada essa demanda durante o Império. Cf. ALENCAR, José Martiniano de. Boletim do dia. *Diário do Rio de Janeiro*, v. 39, n. 291, pp.1-4, 25 out. 1857. p. 1.

“memórias” em ocasião do aniversário do Instituto <sup>247</sup>. O resultado dessas narrativas historiográficas produzidas por juristas, como “presente” à agremiação da qual eram membros e porta-vozes, costumam ser textos fortemente carregados por um tom laudatório e comemorativo, que louva os méritos da Instituição e omite as ambiguidades e contradições que também são quadros necessários na parede da sua história.

Apenas recentemente o Instituto tem sido objeto da atenção de historiadores profissionais, que tem maior preocupação com a indicação de fontes e metodologia, mas ainda assim, trata-se de trabalhos no mais das vezes encomendados pelo próprio Instituto ou pela Ordem dos Advogados do Brasil, com o objetivo de compor sua “Memória”<sup>248</sup>. Compreendendo as limitações desse tipo de estudo, a revisão bibliográfica que faz parte deste capítulo foi construída, evidentemente, a partir da inevitável consulta a todo esse material, mas com a necessária preocupação de localizar os textos – e seus autores – em seus contextos, desvencilhando as informações cruciais para o estudo dos primeiros passos do Instituto dos comentários excessivamente elogiosos ao seu papel e fundadores.

---

<sup>247</sup> Para exemplos desse tipo de narrativa, cf. SÁ VIANNA, Manoel Alvaro de Souza. *Memoria lida na sessão solemne comemorativa do 50º aniversario da fundação do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894; VALLADÃO, Haroldo. *Centenário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*. Discurso como orador oficial do Instituto. Rio de Janeiro: IAB, 1943; SILVEIRA, Alfredo Balthazar. *Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros: Memória Histórica da sua fundação e da sua vida. Um século de gloriosa existência*. Rio de Janeiro: IAB, 1944; OTTO, Gil. *A elevada missão cultural do Instituto dos Advogados brasileiros*. Discurso: 1958; OLIVEIRA, João Gualberto. *História dos órgãos de classe dos advogados*. São Paulo: Indústria Gráfica Bentivegna, 1968; FLORIANO, Raul; et alli. *Ex-Presidentes do Instituto dos Advogados Brasileiros, desde Mottezuma*. Rio de Janeiro: s. ed., 1988. Mais recentemente, trabalho do gênero foi produzido, já no âmbito universitário, como tese de doutorado em Direito, por autora que se declara sócia do IAB e não esconde que a sua admiração pela Instituição foi uma das finalidades do trabalho, afeto este que, inevitavelmente, contaminou profundamente o potencial crítico do trabalho. Cf. ALMEIDA, Eneá de Stutz e. *Ecos da Casa de Montezuma: O Instituto dos Advogados Brasileiros como referência na cultura jurídica nacional*. Florianópolis, 2003. 499 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

<sup>248</sup> No aniversário de 150 anos do Instituto, o grêmio preparou, sob a orientação do sócio Alberto Venâncio Filho e sob a supervisão do seu ex-Presidente José Motta Maia, com autoria da historiadora Laura Fagundes, obra comemorativa ao aniversário do Instituto, que não se afasta, em conteúdo e metodologia, da tradição de memórias laudatórias. Cf. FAGUNDES, Laura; FILHO, Alberto Venâncio; MAIA, José Motta. *Instituto dos Advogados Brasileiros: 150 anos de história (1843-1993)*. Rio de Janeiro: IAB/Editora Destaque, 1995. Além dessa, a obra produzida por Lucia Maria Paschoal Guimarães e Tania Maria T. Bessone da Cruz Ferreira, ambas historiadoras por formação e profissão, foi o primeiro volume de uma coleção de sete livros encomendado pela Ordem dos Advogados do Brasil para o estudo e registro da História da Instituição desde a fundação de sua antecessora, com objetivo declarado pelo coordenador do projeto da obra, advogado e membro honorário vitalício da OAB, de “dar destaque a advogados que, por sua atuação individual e notável, se distinguiram entre seus pares, tornando-se paradigmas e exemplos” (p. 7). A obra, apesar de sua inegável virtude de expandir o arcabouço de fontes para além dos documentos oficiais, peca pela excessiva atenção a personagens notáveis e à biografia de “grandes advogados”, além da busca exagerada por comprovar a “inquestionável contribuição à cultura jurídica nacional”. Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; Ferreira, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. *História da Ordem dos Advogados do Brasil: o IAB e os advogados no Império*. Brasília: OAB, 2003.

Além disso, o presente trabalho se afasta desse tipo de abordagem apenas descrito, não só pela evidente ausência de vinculação institucional<sup>249</sup>, como também por não se tratar de uma narrativa voltada especificamente à história do Instituto em si considerado, mas por ser monografia dedicada à sua revista, enquanto objeto e gênero literário. Por conta disso, acenos à história da Instituição, em que pese indispensáveis, são instrumentais; baseados na literatura já existente sobre o tema, mas também complementado por informações extraídas da própria *Revista*, criada, dentre outras razões, justamente para preservar registros documentais e a produção bibliográfica do Instituto.

Adentrando o mérito da investigação, a ilação primeira extraída da leitura dessas narrativas foi a compreensão de que o Instituto dos Advogados Brasileiros e, logo após, a sua *Revista* oficial, não foram criados à toa, tampouco em momento aleatório. No que se refere à associação mesma, foi inaugurada em uma circunstância especial da história do Brasil Independente, quando as classes dirigentes ainda estavam plenamente empenhadas na tarefa precípua de consolidação do Estado Imperial – em todo seu arcabouço jurídico-administrativo – ao mesmo tempo em que buscavam construir um sentimento de identidade nacional que garantisse a integridade do Império.

Considerando que a criação do Instituto não dista mais do que vinte e um anos da declaração de Independência, não se precisa ir muito longe para afirmar que ele foi criado ainda em um momento em que o Estado Nacional se encontrava em um processo inacabado de consolidação – e muito em razão disso. Levando esse cenário em conta, é lícito reconhecer que três dimensões da afirmação de autonomia de um Estado eram especialmente caras ao jovem Brasil recém-emancipado de meados do Oitocentos: (i) a criação de um arcabouço jurídico próprio<sup>250</sup>; (ii) a reestruturação burocrático-administrativa do aparelho estatal<sup>251</sup>; e (iii) o alcance

---

<sup>249</sup> Narrativa também despidida de vínculos institucionais e que partilha dessa mesma preocupação foi a tese de doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas da autoria de Eduardo Spiller Pena, transformada em livro, e que constitui, a nosso aviso, o exemplo mais profícuo desse tipo de abordagem que se pretendeu empregar: o rigor metodológico no trato de suas fontes e a sagacidade em perceber contradições, inconsistências e omissões nos discursos e na atuação do Instituto tornam seu trabalho fonte de consulta confiável e leitura obrigatória para a compreensão da posição do IAB em relação à escravidão e ao processo de abolição. Cf. PENA, 2005.

<sup>250</sup> Não é demais lembrar que mesmo após declarada Nação Independente de Portugal, o Brasil ainda conviveu por muito tempo com a legislação herdada da antiga metrópole, aqui recepcionada como material normativo vigente enquanto não fosse aprovado um corpo de leis *nacional*. A seguir, discutiremos como o processo de nacionalização do ordenamento pátrio se deu de forma gradativa, conduzido a ritmos diferentes nos diversos ramos do direito, seguindo a ordem das prioridades da Coroa – também essa, uma herança portuguesa. Cf. *infra* 3.1.1.

<sup>251</sup> O processo de consolidação do Estado Imperial e manutenção de sua unidade territorial – em contraste com a fragmentação que sucedeu o processo de Independência das Repúblicas vizinhas latino-americanas – passou inevitavelmente pela centralização de poder na capital imperial: o Rio de Janeiro. Esse foi o centro aglutinador da elite política imperial e de seus principais órgãos de administração, de onde eram emanadas estratégias e comandos para a preservação da coesão do território.

da independência cultural pelo fortalecimento de uma literatura e história genuinamente nacionais<sup>252</sup>.

É nesse sentido que a criação de instituições, edição de leis, organização de centros de ensino e mobilização da imprensa foram pensados, notadamente, com vistas à efetivação de alguma dessas dimensões, ou atendendo a todas elas simultaneamente. As estratégias de construção do Estado Imperial estiveram inevitavelmente calcadas em políticas de instrução pública, de renovação legislativa, de organização administrativa e de propaganda. Para esses propósitos, especialmente funcional e adequada demonstrou-se a organização de uma Associação de Advogados, o que coloca a fundação do Instituto dos Advogados Brasileiros no coração do projeto político de afirmação do Estado e consolidação da nacionalidade, com toda a relevância que o direito e o sistema de justiça representavam para o êxito desse processo.

Não só para a missão abstrata de construção do “Estado Nação” se prestou a criação do IAB. Um desenho fidedigno da estrutura política do Império não há de descurar os órgãos auxiliares da atividade governamental, dentre os quais o Instituto figura como colaborador fundamental. Sob essa perspectiva pareceu pertinente o comentário de José Gomes Câmara, em seus *Subsídios para a História do Direito Pátrio*<sup>253</sup>, que situa, ao lado dos órgãos da soberania nacional – os quatro Poderes Políticos previstos na Constituição do Império – outros órgãos auxiliares do Governo, que, embora desprovidos de força deliberativa, não desempenhavam papel desprezível no cenário político. Eram órgãos de assistência que prestavam esclarecimentos, informações, pareceres e assim participavam de maneira indireta das altas decisões ou deliberações, em virtude do prestígio e da autoridade de que gozavam as opiniões de seus membros, os quais, na maior parte das vezes, possuíam formação jurídica<sup>254</sup>.

<sup>252</sup> Nesse aspecto é interessante reproduzir trecho da obra de José de Alencar, em que comenta o papel dos escritores para a consolidação da ideia de nacionalidade: “Sobretudo compreendam os críticos a missão dos poetas, escritores e artistas, nesse período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade. São estes os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo. Palavra que inventa a multidão, inovação que adota o uso, caprichos que surgem no espírito do idiota inspirado: tudo isto lança o poeta no seu cadinho, para escoimá-lo das fezes que porventura lhe ficaram do chão onde esteve, e apurar o ouro fino”. O poema, datado de 1872, foi consultado em: ALENCAR, José Martiniano de. Benção paterna. In: Id. *Sonhos d'Ouro*. Obra Completa. v. 1. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1960. pp. 699-700.

<sup>253</sup> Jurista de formação, e tendo atuado como advogado e magistrado por profissão, José Câmara cultivava o estudo da história do Judiciário pátrio por apreço pessoal, tendo publicado o livro a que agora se faz referência em 1966, cujo reconhecimento veio na forma do convite para se tornar sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (agremiação à qual dedicamos o item 3.1.2). Por certo, considerando a própria data de publicação, filia-se a um paradigma tradicional de historiografia, centrado em grandes datas e grandes personagens, agravado pelo apego de um jurista aos textos legislativos como se fossem os eventos mais importantes da ciência do direito. De todo modo, colhe-se da obra apontamentos sagazes e informações úteis. Cf. CÂMARA, José Gomes Bezerra. *Subsídios para a História do Direito pátrio*. t. III [1822-1889]. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1966. pp. 205-206.

<sup>254</sup> José Murilo de Carvalho, em seu clássico estudo sobre a elite política imperial, percebeu como os juristas e magistrados desempenhavam, desde a administração portuguesa, um papel de grande relevo na política, que se

Dentre esses, duas entidades, também destituídas de função decisória propriamente, assumiram lugar de destaque pela importância e prestígio que desfrutavam perante a Coroa, pela notoriedade dos serviços prestados diante de controvérsias políticas e jurídicas concretas ou na elaboração da legislação do país: o Conselho de Estado<sup>255</sup> e o Instituto dos Advogados Brasileiros. Mesmo que fossem órgãos de natureza bastante diversa – o primeiro tratava-se de um braço orgânico do corpo Imperial, enquanto o segundo era apenas uma mão amiga, mas externa – ambos desempenham semelhante papel consultivo e prestavam fundamental auxílio ao Governo em seu processo de tomada de decisão.

A natureza emblemática da corporação de advogados também foi exaltada por um sem-número de epítetos célebres, dentre os quais destacam-se “maçonaria de honra”, cunhado

---

manteve após a Independência. Tratava-se de uma elite sistematicamente treinada sobretudo nos bancos da Escola de Direito da Universidade de Coimbra, fundada em 1290. Hipóteses sobre a origem dessa predileção são sugeridas pelo autor a partir da constatação de que o direito ensinado em Coimbra era profundamente influenciado pela tradição romanista trazida de Bolonha (considerada a primeira universidade do mundo ocidental, com origem no estudo do saber jurídico, voltado às tradições romanistas e fontes canônicas que compunham o direito comum europeu). O estudo do direito romano lhe parece particularmente adequado para justificar as pretensões da supremacia dos reis, por se tratar de um direito positivo cuja fonte era a vontade do príncipe e não o poder da Igreja ou o consentimento dos barões. Por conta disso, monarcas que se destacaram na fundação dos Estados modernos quase sempre se cercavam de juristas, como foi o caso de Frederico II da Suábia e de Felipe, o Belo. Em Portugal, cita o exemplo do jurista João das Regras, conselheiro de D. João I. Cf. CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 4ª ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 31-32.

<sup>255</sup> Em que pese a existência de um órgão consultivo de auxílio à Monarquia seja anterior à Independência, foi por ocasião da dissolução da Assembleia-Geral Constituinte que o instituiu o Conselho de Estado, sob essa denominação, no Império do Brasil. O órgão foi inaugurado já encarregado de missão da mais elevada importância: elaborar a nova Constituição a ser outorgada. A intervenção do Conselho era facultativa, cabendo ao Imperador a iniciativa da sua consulta. Os membros, nomeados pelo monarca, contavam quase todos com formação de nível superior em Direito, que acumulavam no mais das vezes, cargos representativos na política imperial ou no alto escalão da administração pública. O círculo letrado do Império não era assim tão diversificado, o que conduz à inevitável ubiquidade dos mesmos homens em todos os espaços de poder. Sobre a temática, apenas para nos limitarmos a algumas referências, obra clássica sobre o tema continua a ser: RODRIGUES, José Honório. *O Conselho de Estado: quinto poder?* Brasília: Senado Federal, 1978. Na historiografia mais recente, igualmente destacável é: MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial*. *Topoi*, v. 7, n. 12, pp. 178-221, jan.-jun. 2006. Referência obrigatória entre historiadores do direito: LIMA LOPES, José Reinaldo de. *O oráculo de delfos: Conselho de Estado e direito no Brasil oitocentista*. São Paulo: Saraiva, 2010.

por Joaquim Nabuco<sup>256</sup>; “milícia dos tribunais”<sup>257</sup>, utilizado por Carvalho Moreira; “egrégio sodalício”<sup>258</sup>, arrogado por Alfredo Balthazar Silveira ou “assembléa de mestres da sciencia”, nomeado por Carlos Arthur Busch Varella<sup>259</sup>. Isso falando somente de categorias auto atribuídas por seus sócios; todavia, a agremiação também poderia ser plenamente contemplada por alguns predicados forjados pela historiografia, seja para designar juristas do Instituto, como a insígnia “Pajem da casa imperial”<sup>260</sup>, seja para designar a elite política imperial, da qual serve de exemplo a “nobreza de toga ou de beca”<sup>261</sup>, nomeada por Gilberto Freyre, ou “*the mandarins of Imperial Brazil*”<sup>262</sup> cunhada por Eul-soo e Seckinger.

<sup>256</sup> Expressão foi encontrada na ata da Conferência de 10 de dezembro de 1871, presidida pelo seu pai Nabuco de Araújo, Joaquim para afirmar que “o Instituto é uma maçonaria de honra, e assenta em certos princípios de dignidade profissional: a delicadeza, que faz com que a *offensa* feita a um de seus membros importa a ofensa de todos”. Cf. *RIOAB*, v. 8, 1881. p. 207. O espírito de solidariedade corporativista torna a alusão à “maçonaria” uma metáfora bastante adequada para exprimir o ideal de assistência mútua e proteção institucional com que se identificavam seus membros. Essa não é, entretanto, a única semelhança que o Instituto guarda com a Irmandade, sendo oportuno registrar, também, que a disposição dos assentos no plenário do IAB se assemelhava à das lojas maçônicas, incluindo os assentos reservados com o intuito de reverenciar personalidades, tais como a cadeira de D. Pedro II, cuidadosamente colocada no Plenário e destacada com uma fita, e o retrato de Tiradentes, fixado em destaque. Enéa de Stutz Almeida ainda pondera de forma perspicaz que outra semelhança a se perceber é o mistério das atas secretas, pela ausência de muitos registros de reuniões da segunda metade do século XIX na *Revista* do Instituto, cuja omissão indicaria uma tendência do plenário do IAB de se converter em reunião maçônica. Cf. ALMEIDA, 2003. p. 78. Esses hiatos são bastante controvertidos e, em alguns momentos, deixam a impressão de que foram omitidos de forma proposital, tendo em vista que muitos dos registros poderiam ser encontrados em jornais da imprensa da época, o que revela o esforço intencional de retirá-los dos registros do IAB. A discussão quanto às lacunas das atas será novamente retomada no próximo capítulo, quando da discussão desta específica seção da *Revista*. Cf. item *infra* 4.2.4.

<sup>257</sup> Em memória lida na sessão do Instituto de 7 de setembro de 1845 (segundo aniversário do IAB), Francisco Ignacio de Carvalho Moreira, ao denunciar a “deplorável desordem em que se acha o fôro pelos defeitos, lacunas, obscuridades, confusão e immensidade de nossas leis civis, e sobretudo das do processo”, elege os advogados como a “*milícia dos tribunaes*” por, no exercício da profissão, melhor conhecerem os defeitos das leis. Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 3, 1862. p. 147.

<sup>258</sup> A expressão foi utilizada em tom elogioso à corporação pelo seu sócio Alfredo Balthazar na “memória” escrita em homenagem aos 100 anos da Instituição e suscita, inevitavelmente, a analogia militar à fidelidade do soldado em relação às autoridades. Cf. SILVEIRA, 1944, p. 36

<sup>259</sup> O predicativo aparece no Relatório lido pelo associado para justificar a desnecessidade de se discutirem noções rudimentares de direito perante tão qualificada audiência. Cf. VARELLA, Carlos Arthur Busch. Prisão do executado. *RIOAB*, v. 8, n. 1, pp. 45-52, 1881. p. 45.

<sup>260</sup> O termo remete aos jovens serviçais da Corte que acompanhavam o príncipe ou fidalgos, servindo-lhes de mensageiro ou escudeiro. Robert Conrad, no livro *Os últimos anos da Escravidão no Brasil*, utilizou a expressão “pajem da casa Imperial” para se referir a Perdigão Malheiro, Presidente do IAB, entre 1861 e 1866, ao detectar a fina sintonia entre as posições que defendia no Instituto e as diretrizes do Império. O termo foi estendido a toda a Instituição pela já citada obra de Eduardo Spiller Pena, sempre na chave de leitura que analisou os posicionamentos do Instituto perante a questão da escravidão e o seu alinhamento aos interesses do Império. Cf. PENA, 2001.

<sup>261</sup> Na obra dedicada a estudar a decadência do patriarcado rural, pressionada pelo processo de modernização e urbanização que ganhou força no século XIX, Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mocambos*, traça o paralelo entre a necessidade da aristocracia de trocar as casas-grandes por sobrados urbanos e os engenhos pela toga ou beca. A expressão é uma referência à presença e crescente protagonismo dos bacharéis no cenário político do país. A obra, certamente dotada de uma *episteme* datada típica da produção acadêmica em Sociologia e História no Brasil do início do século XX, é retomada aqui por trazer epíteto que se tornou clássico sobre o bacharelismo no Império. Cf. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2013.

<sup>262</sup> O vocábulo “mandarim” tradicionalmente foi associado à política chinesa e aos seus funcionários civis, todavia, recentemente vem empregado por cientistas sociais como um sinônimo para descrever o recrutamento e treinamento de um agente político centralmente controlado e seu papel em unificar o país e em forçar a ideologia

Tudo somado, tratando-se seja de “um pouco de homens, um pouco de instituição”<sup>263</sup>, o que importa destacar aqui, à guisa de introdução, é que o IAB reuniu, contemporaneamente, um papel acadêmico e um papel político fundamental no âmbito do direito, colaborando ativamente para o fortalecimento das instituições monárquicas. Em contrapartida, o ingresso na Instituição conferia *status* e distinção a cada um dos seus membros, ao mesmo tempo que a prerrogativa de gozar da proteção imperial, pela verdadeira simbiose em que a Instituição e o Governo Monárquico conviveram durante todo o Segundo Reinado.

Nesse cenário, a criação de uma publicação oficial no seio de uma tal instituição, será, dentre outras razões, produto da necessidade de publicizar seus trabalhos e decisões em um momento que o próprio IAB buscava se afirmar, dentro do sistema de justiça, como Instituição de notoriedade, cujos pareceres e posicionamentos merecessem elevado acatamento e autoridade. Desse modo, a *Revista* não foi concebida para registrar meros expedientes ou assuntos internos ao Instituto, mas desde o primeiro momento oferece aos leitores material jurídico de densidade, que pudesse servir de referência para a atividade no foro e para a elucidação de controvérsias doutrinárias, em contraste às suas contemporâneas que não ofereciam muito mais do que um compilado de jurisprudências e textos legislativos. Com essa proposta, a *Revista* não constitui alvo de interesse somente para a história do Instituto, mas representa nosso foco de atenção enquanto objeto em si considerado.

### 3.1 UM ESTADO DE JURISTAS SEM NAÇÃO E SEM DIREITO: O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO NACIONAL COMO PANO DE FUNDO DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO

Amalgamação muito difícil será a liga de tanto material heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, etc., em um corpo sólido e político<sup>264</sup>.

---

nacional para justificar a continuação da existência social, econômica e política do sistema. Eul-Soo Pang e Ron L. Seckinger, professores vinculados a universidades americanas, produziram estudo acerca da elite política no Império do Brasil e se valeram do termo “*mandarin*” para se referir aos agentes políticos que ocuparam posições de relevo no Governo imperial, geralmente oriundos de um contexto sócio-econômico e educacional similares, preparados para desempenhar funções específicas na burocracia estatal e com o compromisso de reproduzir a ideologia oficial e nacional. Cf. EUL-SOO, Pang; SECKINGER, Ron L. *The mandarins of Imperial Brazil. Comparative Studies in Society e History*, v. 14, n. 2, pp. 215-244, 1972.

<sup>263</sup> A expressão célebre vem de crônica do literato Machado de Assis, narrando suas impressões sobre os homens que via sair do prédio do Senado, na década de 60 do século XIX. ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *O velho senado. Revista Brasileira*, t. XIV, abril-jun, p. 257-271, Rio de Janeiro, 1898. p. 260.

<sup>264</sup> A epígrafe remete à carta escrita por José Bonifácio de Andrade e Silva, conhecido na historiografia tradicional pelo epíteto de “*Patriarca da Independência*”, alcunha que foi tornada oficial em 11 de janeiro de 2018, Patrono da Independência do Brasil, por meio de Lei nº 13.615/2018. Sem que se adira a uma clássica narrativa que privilegia as ações dos grandes homens como se processos complexos pudessem ser reduzidos às ações de somente duas mãos, o trecho pareceu oportuno por trazer a dimensão do desafio de manter a composição e unidade de uma

Entre nós, o que há de organizado é o Estado, não é a Nação; é o governo, é a administração, por seus altos funcionários na Corte, por seus sub-rogados nas províncias, por seus ínfimos caudatários nos municípios; não é o povo, o qual permanece amorfo e dissolvido, sem outro liame entre si, a não ser a comunhão da língua, dos maus costumes e do servilismo<sup>265</sup>.

O “longo século XIX”<sup>266</sup>, que representou terreno tão profícuo para pesquisas e narrativas historiográficas em todo o continente europeu, não foi itinerário menos extenso e fecundo para a História do Brasil: o único de nossa biografia política a conhecer três formas de Governo: começa como Colônia, termina como República e atravessa quase 2/3 como um Império. De uma tal sucessão de metamorfoses, não seria estranho afirmar que o Oitocentos oferece material abundante para estudos e pesquisas; entretanto, impressão diversa se colhe da historiografia tradicional sobre o período, que durante muito tempo insistiu no “paradigma da

---

ex-colônia recém-emancipada diante da notória diversidade social e vastidão territorial. Chama atenção, ainda, nesse excerto, o termo utilizado para se referir a esse caldo étnico – “amalgamação” – em clara alusão às amálgamas, ligas de metais e mercúrio, que representariam a heterogeneidade da população brasileira, constituída por brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, entre outros. Essa liga de “material heterogêneo” corresponderia à difícil união de uma sociedade dividida em grupos aparentemente não conciliáveis, que colocavam em risco a unidade territorial. A citação pertence a carta enviada por Bonifácio em 26 de janeiro de 1812, no Rio de Janeiro, provavelmente ao Embaixador português em Londres, que foi transcrita do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por Hélio Vianna por ocasião do seu bicentenário. Cf. VIANNA, Hélio. Correspondência de José Bonifácio (1810-1820). *Revista de História*, São Paulo, v. 27, n. 55, pp. 217-242, 1963. p. 226.

<sup>265</sup> O excerto, originalmente publicado em 1877, saiu da pena do jurista Pernambuco Tobias Barreto. Graduado pela Faculdade de Direito de Recife, foi professor na mesma Instituição e um dos maiores responsáveis pela alcunha “Escola do Recife” com que ficou conhecida aquela Instituição pela densidade da sua produção científica, filosófica e literária. O trecho citado, que dista em quase 65 anos do excerto de José Bonifácio, serve de indício para perceber que as dificuldades antevistas pelo Ministro seis décadas prolongaram-se Império a dentro, e que a mera estruturação e centralização da burocracia não seria suficiente para “amalgamar” tão heterogênea liga de metais. Cf. BARRETO DE MENESES, Tobias. *Um discurso em mangas de camisa*. In: LIMA, Hermes. *A época e o homem* (em apêndice o Discurso em Mangas de Camisa com as notas e adições). São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre: Companhia Heditorial Nacional, 1939. p. 288.

<sup>266</sup> Lugar comum da historiografia, popularizou-se com a obra de Eric Hobsbawn, que divide o estudo do século XIX em três livros e sugere que esse centênio tenha começado ainda no final do século XVIII e terminado já no início do XX – *A Era das Revoluções (1789-1848)*; *A Era do Capital (1848 —1875)*; *A Era dos Impérios (1875—1914)*.



ausência” para descrevê-lo, como se tudo nos faltasse no século XIX: povo e participação política popular<sup>267</sup>, pensamento político<sup>268</sup>, sociabilidade<sup>269</sup>.

Esse não foi um discurso criado somente por historiadores e estudiosos do Oitocentos, mas permeou aquele próprio século como argumento de legitimação de políticas elitistas, que se basearam na ideia de ausência de civilização, de educação, de capacidade, de sensibilidade e até de humanidade (no caso das populações indígenas e escravos) para perpetuar hierarquias sociais. Constrói-se, entretanto, a presente reflexão muito mais com base nas novas abordagens, que já não representam o país como necessariamente um lugar de ausência – nem tampouco creem que o Império era o País das Maravilhas – mas passam a pensá-lo como exemplo de percurso histórico distinto, em sua peculiaridade e complexidade<sup>270</sup>.

<sup>267</sup> A conhecida afirmação de Louis Couty, físico francês que trabalhou no Museu Nacional do Rio de Janeiro – “*Le Brésil n’a pas de peuple*”, feita na década de 1880, foi ponto de partida para a elaboração de um paradigma interpretativo que predominou no Brasil por décadas, cujo desdobramento mais evidente foi a disseminação da convicção de que o povo era meramente conduzido pela ação interventora do Estado, único sujeito da história. O resultado disso, no balanço de Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva, foi que “a narrativa da história torna-se então um exercício teleológico de explicação de uma Nação que apaga os sujeitos e oculta seus conflitos e diferenças”. Cf. CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeito no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Caderno AEL*, v. 14, p. 11-50, 2009.

<sup>268</sup> Para citar somente dois, remetemos à conhecida tese das “ideias fora do lugar” de Roberto Schwarz, que toma a “inautenticidade” como chave explicativa para pensar o Brasil, sustentando a “impropriedade” de nosso pensamento político, que se manifestaria, dentre outras razões, no descompasso entre os ideais liberais e o regime da escravista. Cf. SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: Id. *Ao vencedor as batatas*. 5ª ed. 3ª reimp. São Paulo: Duas cidades Editora 34, 2007. Por sua vez, Raymundo Faoro avalia a inteligência nacional como um desdobramento da cultura política portuguesa e europeia e chega igualmente à conclusão de que não há um pensamento político genuinamente nacional. Cf. FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro? v. 1, n. 1, pp. 8-58, 1987;

<sup>269</sup> A interpretação se cristalizou pela teoria do “insolidarismo social” de Oliveira Vianna no início do século XX, sustentando a tepidez da vida associativa entre nós. A tese, que ignora o dinamismo da sociedade imperial, não levando em conta a pluralidade de lojas maçônicas, sociedades secretas, teatros, praças de comércio, e até irmandades escravas, pode ser conferida em: VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Governo do Estado do Rio de Janeiro/UFF, 1973 [1920].

<sup>270</sup> Sob esse viés se apresenta a proposta do grupo que esteve por trás da coleção organizada por José Murilo de Carvalho, fruto dos seminários e pesquisas que envolveram professores das Universidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo e cujo trabalho resultou em duas obras coletivas embebidas pelas “novas abordagens”: Cf. CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; CARVALHO, José Murilo de (org.) *Repensando o Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Um dos objetivos principais do livro é justamente questionar o “paradigma da ausência” na historiografia, fruto de visões reducionistas que compreende os conceitos políticos de cidadania, nação, participação política somente circunscritos ao âmbito do Estado e de suas instituições e legislação. Um dos meios utilizados para revisitar as narrativas do período foi a ampliação e revalorização de algumas fontes, dentre as quais destaco aqui os textos de imprensa e panfletos que circulavam no Império, relidos reconsiderados em sua condição de atos linguísticos, verdadeiras práticas políticas empreendidas em um contexto de lutas. Levando esse tipo de manifestação em conta, ou ainda a participação popular em motins e rebeliões, recuperadas em outra obra fundamental para essa releitura, organizada por Monica Dantas, não há como se ignorar a existência concreta de uma cultura política que se expressava na forma de demandas e reivindicações. Não é porque essas demandas não encontravam eco ou espaço nos canais formais de participação que não eram expressas e verbalizadas em outros espaços não menos fundamentais para a compreensão do engajamento político de determinada sociedade. Nesse sentido, cf. DANTAS, Monica (org.) *Revolutas, Motins, Revoluções: homens livres, pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011. Outros dois textos da historiadora Ângela Alonso colocam em xeque a ideia de ausência de sociabilidade ou de pensamento político no Império. Com sua pesquisa voltada às associações e sociedades pela abolição da escravidão, a autora recupera “a exuberância de uma

É certo que, ao se concentrar na publicação oficial de uma típica instituição da elite política imperial, necessariamente o presente trabalho terá como sujeitos principais os *cosiddetti* “grandes homens” do Império. Todavia, não é por tangenciar a linha da história intelectual, pela natureza das fontes escolhidas, que ignoramos as últimas décadas de pesquisa e resultados em que a história social do Império recuperou diversos atores históricos, fazendo o Oitocentos ressurgir na agência multifacetada de escravos, libertos, quilombolas, homens pobres livres e indígenas em suas pelejas, estratégias e resistências. De antemão, afirma-se a descrença no protagonismo exclusivo dos grandes personagens e de suas instituições na conformação das rupturas políticas e transformações sociais, sendo possível identificar, pelo contrário, como muitas vezes sua ação conservadora apenas contribuiu para refrear e atrasar a força progressista de demandas populares em uma tentativa débil de manutenção de privilégios.

Nesse cenário, reconhece-se que “o enraizamento social da monarquia”<sup>271</sup>, seja através do apoio entre as forças dominantes, seja pela adesão popular, foi processo bastante difícil, prolongado e intrincado. Embora se possa concordar com o consenso historiográfico de que já estivesse consumado em torno de 1850, permaneceu em estado de tensão até o final do Império. Também pudera, retornando ao momento subsequente à Independência, muito simples não poderia ser: com uma monarca imediato descendente de uma dinastia europeia, um Alcântara e Bragança, nascido em solo português, D. Pedro, em que pese as escolhas decisivas a que as circunstâncias políticas o arrastaram<sup>272</sup>, não se tratava de legítimo filho desta terra a combater em uma guerra de libertação – e sequer conseguiu fingir sê-lo<sup>273</sup>.

---

longeva rede associativa, com capacidade de pressão sobre o sistema político” durante o século XIX brasileiro, que não se amolda à ideia de “insolidarismo” outrora difusa. Cf. ALONSO, Angela. Associativismo *avant la lettre* - as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 13, n. 28, set.-dez., 2011. Ainda, com a obra “*Ideias em movimento*”, a autora questiona a ideia de que as doutrinas e correntes de pensamento vindas do continente europeu foram mal interpretadas ou meramente recepcionadas pelos intelectuais brasileiros, mas apresenta um trânsito intelectual muito mais dinâmico e criativo. Cf. ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento*: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

<sup>271</sup> A expressão é de José Murilo de Carvalho. Cf. 2008, p. 249. Em outra chave de leitura, o mesmo processo foi interpretado por Maria Odília como “interiorização da metrópole”, com ênfase sobre os esforços do Rio de Janeiro, como capital do novo Estado, para construir autoridade sobre as outras partes do território. Para a autora, o fato em si da declaração de 1822 não teria tanta importância na transição da colônia para o Império, pois a separação já teria se consumado em 1808 com a vinda da Corte, mesmo que não tenha sido planejado voluntariamente pela metrópole ou pela colônia. Tratava-se, a partir de então, somente de enraizar os interesses portugueses e sobretudo o processo de interiorização da metrópole no Centro-Sul da Colônia. Cf. também DIAS, Maria Odília Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

<sup>272</sup> Tanto é verdade que a ascendência era traço dominante e que o patriotismo brasileiro foi apenas ocasional que o príncipe, em janeiro de 1822, quando desobedeceu às ordens de Lisboa e permanecer no Brasil, fizera-o tentando estabelecer uma Monarquia Dual, e não uma ruptura definitiva. Às vésperas da Independência, era essa a intenção dos Príncipe e de seus conselheiros. Cf. COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*: Momentos Decisivos. 3ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. pp. 17-54.

<sup>273</sup> Na frase célebre a ele atribuída no momento da abdicação da Coroa, menos de uma década após a Independência, escancarou-se o desacordo entre ele a Nação: “Abdiquei a *corôa* e *são* do império: sejam felizes

A Monarquia, para chover ainda mais no molhado das narrativas sobre a descolonização, foi a solução aventada com maior potencial de continuidade com que uma mudança de regime poderia ser concebida. Não seria necessária nenhuma mobilização – nem do povo, nem de armas – maior do que costurar uma nova bandeira para manter no trono quem já estava. Ao invés de “revolução”, a Independência com o mesmo Príncipe significava pacificação e unificação<sup>274</sup>, à medida que o a figura de D. Pedro I era simpática tanto às classes dominantes – àquela altura, majoritariamente portuguesas, monopolizando grande parte dos cargos de administração, judicatura e milícia, além da predominância no comércio – como também à massa de povos mestiços e esbulhados, para quem a mentalidade paternalista e o fascínio com a realeza ainda eram sentimentos difundidos que inspiravam confiança<sup>275</sup>.

A aparente tranquilidade da transição não resultou em igual calma na consolidação. O Primeiro Imperador não durou uma década no trono e abdicou da Coroa Imperial em 7 de abril de 1831. O novo Estado Imperial, desde seu alvorecer, viu-se às voltas com sucessivas agitações sociais, que percorreram o período regencial e adentraram o II Império. Esses movimentos, via de regra, originavam-se com o propósito de contestar o poder central, a política de nomeação dos presidentes das províncias, além de traduzirem as reivindicações por cidadania e igualdade das próprias camadas populares<sup>276</sup>.

---

na sua pátria”. Na sua, não na dele. Mas acreditou-se que podia ser da então criança a quem o trono ficou atribuído, sob a tutela de José Bonifácio. O trecho é extraído de obra que, pela antiguidade, já possui valor quase equivalente ao de fonte: Cf. MARTINS, Joaquim Pedro. Oliveira. *O Brasil e as colônias portuguesas*. Lisboa: Libreria Bertrand, 1880. p. 120-121.

<sup>274</sup> Sobre as ambiguidades que permearam essa Independência trôpega, os estudos de Robert Rowland são esclarecedores: “Numa perspectiva estritamente política, de fato, a proclamação da Independência do Brasil pelo herdeiro legítimo ao trono português apresentava-se como contraditória. Permitia duas leituras, uma privilegiando o fato da ruptura apesar dos elementos de continuidade, a outra sublinhando a continuidade – neste caso, personificada na figura do monarca – para além da ruptura político-institucional (...) Nesse contexto, ser português ou ser brasileiro eram construções políticas que refletiam interesses e projetos sociais e econômicos mais amplos, e que ao contrário do que sustentava a historiografia nacionalista tradicional, essas identidades não eram dadas de antemão nem determinadas pela naturalidade de cada um” (p. 369-72). Cf. ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. JANCÓS, Istvan (ed.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: FAPESP, Hucitec, Unijuí, 2003. pp. 365-388.

<sup>275</sup> A imagem de um Príncipe Regente, àquela altura, ainda atraía com força a massa de povos mestiços e desempregados, ainda sem poderem canalizar em formas de expressão alternativas seus descontentamentos e insatisfações fora da moldura restritiva do condicionamento paternalista em que estavam imersos. O poder real e a Corte fascinavam-nos para Maria Odília, como uma verdadeira atração messiânica: “era a esperança de socorro de um bom pai que vem curar as feridas dos filhos”. Cf. DIAS, 1972, p. 178-179.

<sup>276</sup> Monica Dantas sugere que, concomitantemente à formação do Estado, a população livre e liberta – que sempre serviu de frente de batalha para as várias brigas intraelite (regionais ou provinciais) – experimentou um aprendizado político que viabilizou a formação de uma sua ideia própria sobre direito, “garantias do cidadão” e de cidadania. Ainda que se tratasse de uma vivência de cidadania que, por ser menos sofisticada que as expectativas das elites políticas, não era percebida e compreendida como tal, sendo por vezes consideradas como meras demonstrações de apego a construções antigas (em que sequer as noções de direito fariam sentido). Para essa reflexão, cf. DANTAS, Monica. Epílogo: Homens livres pobres e libertos e o aprendizado da política no Império. In: DANTAS, Monica (org.) *Revolutas, Motins, Revoluções: homens livres, pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011.

Se no Oitocentos europeu a palavra de ordem, como introduzido no primeiro capítulo, fora a construção do ideal de *Nação* – a partir do enaltecimento de valores compartilhados e do sentimento de unidade –, ao buscar no passado europeu a memória que desse sentido à nossa pretensa identidade, criou-se na América lusitana uma comunidade nacional restrita a um círculo político circunscrito às elites centrais ou regionais, letradas e proprietárias, concentradas nos núcleos urbanos, deixando à margem do contrato associativo a maior parcela da população rural<sup>277</sup>. É o que fundamenta o diagnóstico de Norberto Guarinello, para quem o Brasil, no século XIX, não se fundou como um *Estado nacional*, no sentido que a teoria política europeia moderna lhe atribuíra, mas como um *Estado soberano*, que só incorporou pequenas parcelas da população proprietária, mais rica, ao círculo político ativo da comunidade e uma outra, mais pobre, à sua comunidade jurídica, tributária e de poder<sup>278</sup>.

E por se tratar de um Estado soberano, e não nacional, mais do que a integração entre as regiões, de fundamental importância era a centralização do poder na capital e submissão das demais parcelas do território a essa soberania<sup>279</sup>. A ideia era estender e interiorizar esse domínio, de maneira impositiva, já que a unidade estava baseada no poder, e não o poder na unidade. Enquanto na América Espanhola esboçaram-se os mais variados projetos nacionais, fragmentando a antiga Colônia em tantos novos Estados quantas foram as identidades capazes de se fazer prevalecer, à América Portuguesa foi cedida a Independência para que sobre ela não se perdesse a soberania. Do lado leste do continente sul americano, o Estado precede a Nação; e não o contrário.

É por isso que a semente da nacionalidade, nesta parte dos trópicos – que nada tinha de revolucionária, mas que garantira, através da Monarquia, a continuidade da ordem existente antes da formação do Império – foi um processo de mero prolongamento da administração e da estrutura colonial. Na origem esteve um ato de vontade dos portugueses, que impôs a dependência e submissão autoritária dos nativos<sup>280</sup>. Acontece que essa mudança no eixo de

<sup>277</sup> Para além da total exclusão de uma imensa parcela da população, que representava a principal fonte de mão-de-obra – os escravos –, a perseguição do indígena também deformou essa comunidade, pois embora habitante do território, foi definido como a não-nação por excelência, podendo nela ingressar somente por assimilação ou extermínio. Sobre a política indigenista no Império, cf. SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.) *Coleção Brasil Imperial*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. pp. 175-205.

<sup>278</sup> GUARINELLO, Norberto Luiz. Balanço geral do seminário. In: JANCÓS, István (ed.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: FAPESP; Hucitec; Unijuí, 2003. p. 701.

<sup>279</sup> Sobre os arranjos institucionais resultantes de embates e negociações entre as várias elites regionais que integraram a nova noção, cf. DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In: JANCÓS, István (ed.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: FAPESP; Hucitec; Unijuí, 2003. pp. 432-467.

<sup>280</sup> Cf. DIAS, 1972, p. 180.

gravidade da metrópole para o Rio de Janeiro, que reorganizou as relações de hierarquia entre as partes do “continente Brasil”, tinha todo o potencial de um conflito anunciado. A instauração de novas hierarquias entre as antigas capitanias que anteriormente se relacionavam de forma horizontal e dali em diante passariam a se submeter ao Rio de Janeiro teve duradouras implicações práticas<sup>281</sup>.

Entretanto, se esse processo de unificação e pacificação em alguma medida teve êxito, sobretudo a partir da década de 1850, foi através da extensão progressiva do controle burocrático sobre todas as atividades do Estado, cujo mérito, em grande medida, pode ser atribuído à classe de sujeitos<sup>282</sup> que interessam com particular ênfase à narrativa produzida neste trabalho: os juristas. Não é interpretação nova a que compreende a estrutura do Estado Imperial eminentemente como um Estado de magistrados, advogados, parlamentares e funcionários de formação profissional jurídica. O bacharel em Direito acabou por constituir-se, portanto, em figura central no processo de consolidação do Estado Nacional aqui discutido, o ocupante privilegiado de cargos nos quatro Poderes políticos, o costurador da independização do direito, da autonomização da administração e, não raro, o produtor dos discursos literários, históricos e jornalísticos que forjaram o ideal de nacionalidade aqui gradualmente plantado.

Pela atuação dessa *intelligentsia*<sup>283</sup>, a propagação de uma consciência nacionalista foi fundada em bases ético-jurídicas, que encontraram nas teses liberais seu ponto de convergência<sup>284</sup>. Diante da centralidade do bacharel jurista, as Academias de Direito

<sup>281</sup> A leitura desse potencial conflito e das suas consequências futuras pode ser conferida em: JANCSÓ, Istvan. Este livro. In: JANCSÓ, Istvan (ed.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: FAPESP; Hucitec; Unijuí, 2003. pp. 25-26.

<sup>282</sup> Vale destacar que, em função do objeto do trabalho, privilegiou-se uma das possíveis leituras sobre a natureza do Estado e do poder imperiais. Mas há que se levar em conta, partindo da sistematização elaborada por Ricardo Salles, que a historiografia sobre a formação do Estado no Império se divide, em grossas distintas, em quatro perspectivas: a) a primeira vertente é a que privilegia as chaves do patrimonialismo e do clientelismo, da qual uma das principais expoentes é a historiadora Maria Fernandes Vieira Martins; b) a segunda vertente parte do conceito de elite política imperial (leitura privilegiada no presente trabalho, partindo sobretudo das obras de José Murilo de Carvalho); c) a terceira vertente leva em conta sobretudo a atuação das elites regionais (o representante fundamental, aqui, é Sérgio Buarque de Holanda); por fim, d) a quarta vertente parte do conceito de classe senhorial e tem em Ilmar Rohloff de Mattos seu principal intérprete. Para uma discussão mais detalhada, cf. SALLES, Ricardo Henrique. O império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. Quatro vertentes de interpretação sobre a natureza do Estado e do poder imperiais. *Almanack*, Guarulhos, n. 4, p. 5-45, 2012.

<sup>283</sup> No Império Russo da segunda metade do século XIX, o vocábulo *intelligentsia* surgiu a partir da transliteração da palavra no alfabeto cirílico (ИНТЕЛЛИГЕНЦИЯ), que circulou com frequência na literatura russa oitocentista. Referia-se à camada bem-educada da sociedade que, apoiada na razão e no conhecimento, era responsável por defender os interesses da pátria e do povo. Sob esse viés, a palavra *intelligentsia* se associava muito mais à ideia de uma elite definida pelo grau de formação e aptidão para o conhecimento erudito do que pela ascendência sanguínea ou poder econômico. Gozando de capacidades superiores de análise e de elaboração de propostas sociais, esse grupo passou a ser encarado como protagonista político privilegiado. Cf. VIEIRA, Carlos Eduardo. *Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. Revista brasileira de história da educação*. v. 8, n. 1, pp. 63-85, 2006.

<sup>284</sup> Leitura que oferece essa compreensão se encontra em: ADORNO, 1988. p. 78.

funcionavam como centros produtores de políticos profissionais. No contexto de um Estado Imperial recém-criado, cujo passado colonial ainda era uma veia aberta, os graduados em Direito apropriaram-se da maior parte das oportunidades de acesso e promoção no funcionalismo público e nas posições de Governo, sendo presença marcante indiscriminadamente em todos os poderes, seja pela via controvertida das eleições, ou pelo caminho facilitado das nomeações e distribuições de benesses pelo Imperador.

Esse protagonismo, que é também fruto de uma superioridade numérica, não pode ser somente por essa razão explicado. Se é verdade que entre 1822 e 1889 a maior parte dos portadores de diploma de curso superior no Brasil<sup>285</sup> fosse derivada de egressos do Curso de Direito – dos 12 a 15 mil bacharéis formados, estima-se que praticamente a metade deles fosse de juristas, somando um montante que girou em torno de 7.000 graduados<sup>286</sup> –, é também perceptível que dentro das instituições políticas sua predominância era ainda mais evidente. Não é exagero afirmar sua incontestável primazia nas posições políticas-chave do Império, sejam eles originários – como nas primeiras gerações – das faculdades de Coimbra, ou graduados nas faculdades de Direito de Pernambuco e São Paulo.

A título ilustrativo, vale lembrar que (a) dentre todos os 219 ministros que o Império conheceu, 117 deles eram bacharéis em direito, enquanto somente 49 formados nas academias militares; 10 graduados em matemática ou engenharia civil; 6 em medicina; 1 era um eclesiástico; 7 não possuíam formação superior; (b) dentre os 23 primeiros-ministros que ocuparam o cargo de 1847 a 1889, 18 eram formados em direito, 3 em matemática; 1 em medicina; 2 na academia militar. A inequívoca predominância de bacharéis em Direito entre essas duas posições é apenas um exemplo de um quadro muito amplo de hegemonia que confirma a noção comum de que as Faculdades de Direito foram as principais fornecedoras de políticos e administradores ao Império<sup>287</sup>.

É certo que a criação dos dois primeiros cursos jurídicos no Brasil cinco anos após a Independência representaram impulso determinante para a afirmação da primazia do bacharel no seio da intelectualidade brasileira oitocentista e sua imposição determinante como uma

<sup>285</sup> Não se pode perder de vista que, ao debruçar-se sobre o período imperial no Brasil, o pesquisador depara-se com uma sociedade predominantemente analfabeta. Conforme o já citado primeiro *Recenseamento da População do Império do Brasil*, menos de um em cada quatro homens podia ler e escrever, residindo o traço distintivo principal entre governantes e governados justamente na iliteracia das massas e no letramento das elites.

<sup>286</sup> Dados se extraem de BARMAN, Jean. *The Role of Graduate Law in the Political Elite of Imperial Brazil*. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 18, n. 4, pp. 423-450, 1976. p. 426.

<sup>287</sup> Os dados foram retirados do glossário feito por Augusto Lyra com dados biográficos de cada um dos ministros, mas compilados em síntese quantitativa por Eul-Soo e Seckinger. Cf. LYRA, Augusto Tavares de. *Os ministros de estado da independência à república*. *RIHGB*, n. 193, pp. 3-104, 1946; e EUL-SOO; SECKINGER, 1972, pp. 235-237.

constante na vida política brasileira. Tratava-se não só, como dito, da composição de cargos a serviço de uma administração estatal em expansão, mas, não menos importante, da ascensão de um ideal de vida com reais possibilidades de segurança profissional e ascensão a um *status* social superior. Essa não era uma motivação secundária quando inserida em uma sociedade escravocrata, em que o trabalho manual era desprezado, a atividade econômica fundamental era a exportação de produtos agrícolas, e os centros urbanos pouco a pouco se expandiam em função de letrados que iam ocupando as crescentes e múltiplas atividades públicas<sup>288</sup>.

Nesse sentido, vale destacar que o prestígio adivinha, no entanto, não somente do curso em si, enquanto percurso formativo, ou das profissões que o bacharel se tornava qualificado a exercer, mas sim da carga simbólica e das possibilidades políticas que se abriam ao profissional portador de um diploma em Direito<sup>289</sup>. Para Lília Schwarcz, equivalia a sinônimo de prestígio social, marca de poder político, que transformavam o bacharel em uma figura especial em meio a um país ávido pela criação de elites próprias de pensamento e direção política<sup>290</sup>.

A autoridade se refletia também nos epítetos e vestimentas, sendo os primeiros veiculados nos jornais, notícias e avisos sobre “bacharéis formados”, “doutores” e até “senhores estudantes”, que abundavam nas páginas da imprensa como anúncio do novo poder aristocrático que se levantava; e estas na forma das sobrecasacas ou becas de seda preta que portavam bacharéis-ministros, doutores-desembargadores ou advogados, “ricamente bordadas” e importadas do Oriente. Trajes quase de casta, capazes de aristocratizar, independente da ascendência sanguínea, qualquer homem que as vestisse<sup>291</sup>.

Sobre o perfil do intelectual jurista produzido nas Academias brasileiras, fundamental é a tese de Sergio Adorno<sup>292</sup>, que se debruçou sobre os ambientes dos institutos e associações acadêmicas, além do papel do jornalismo na formação cultural desses bacharéis, terreno este semeado com especial fertilidade nas Arcadas de São Paulo, em que a imprensa se tornou eficaz instrumento de luta e de difusão da ética jurídica liberal. Sob esse viés, enfatiza-se, para além

<sup>288</sup> Para uma interpretação semelhante, cf. WOLKMER, 2010, p. 81.

<sup>289</sup> Tal simbolismo e prestígio foram eternizados também pela literatura oitocentista, na qual a figura do bacharel foi presença recorrente. Basta lembrar, a título exemplificativo, as obras de Machado de Assis, como o seu segundo romance, *A Mão e a Luva*, em que os amigos Estevão e Luís Alves formaram-se pela tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – a Academia de São Paulo; ou o protagonista de Iaiá Garcia, a personagem Jorge, que usava o Direito como forma de ter seu nome cravado ao Almanaque *Laemmert*; não menos célebre é a opção de Bentinho, em *Dom Casmurro*, pelo percurso jurídico como subterfúgio para evadir-se da vida religiosa. Estudo sobre a recorrência do bacharel em outras obras literárias do período se encontra em: JUNQUEIRA, Eliane Botelho. O Bacharel de Direito no Século XIX: Herói ou anti-herói? *Luso-Brazilian Review*, v. 34, n. 1, pp. 77-93, 1997.

<sup>290</sup> SCHWARCZ, 1993, p. 142.

<sup>291</sup> A descrição é de FREYRE, 2013, no capítulo XIX, dedicado à “*Ascensão do bacharel e do mulato*”.

<sup>292</sup> Remete-se, novamente, à já citada obra: ADORNO, 1988.

do conteúdo doutrinário que saía de suas penas, o caráter extrajurídico do saber produzido por esse tipo de intelectual, um saber sobre a nação que ultrapassa os temas exclusivamente dogmáticos e atende às demandas políticas do Estado em construção. O traço ideológico mais marcante, do ponto de vista político e moral, certamente é a prevalência das teses e princípios liberais, com todas as controvérsias e contradições que essas ideias representavam na sociedade brasileira do século XIX.

### **3.1.1 Independência política e dependência jurídica: estratégias de autonomização do ordenamento nacional no Império**

Se para os juristas é difícil se desvencilhar da crença de que os processos históricos se desenrolam por uma tradição agregativa, em que as soluções mais antigas são aperfeiçoadas e atualizadas por novos arranjos em uma linha de continuidade, para os historiadores não é nenhuma novidade o cuidado metodológico de, sem superestimar as grandes rupturas, desconfiar dos continuísmos, percebendo esses movimentos como duas faces da dinâmica de transformação política e social no tempo. Para a história do direito – em especial, aqui, do *ordenamento jurídico* – após a Independência, esse binômio se relaciona de maneira muito particular.

O festejado grito do Ipiranga – com toda a carga de fantasia que a representação de Pedro Américo contém – de emancipação da Colônia em relação à Metrópole não teve ressonância suficiente para romper laços umbilicais que ainda conectavam as duas pontas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Não à toa tornou-se clássica na historiografia sobre o Império a leitura de Raymundo Faoro ao constatar que na “continuidade da burocracia de D. João, nacionalizada nos *propósitos*, mas não nos *sentimentos*, irá repousar a estrutura política do país”<sup>293</sup>. Não menos atrelados ao antigo monarca podíamos ter restado: seu filho era o Imperador, com as suas leis, da sua ex-colônia. Trocou-se a Coroa da cabeça de um para o outro e entregou-se a D. Pedro I a herança de uma pessoa viva: a estrutura burocrática, o padrão de formação das elites, o aparato jurídico.

Já se introduziu, aqui, a ideia de que o processo de Independência do Brasil não se iniciou em um evento radical no 7 de setembro de 1822; é igualmente verdadeiro que se prolonga para muito além desta data, o que nos conduz a rejeitar narrativas episódicas e preferir

---

<sup>293</sup> Cf. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2012. p. 441.



a perspectiva de uma emancipação gradual. Não resultou de uma convenção, de uma declaração formal, de conteúdo jurídico preciso e categórico. Tampouco decorreu de um instrumento único, de finalidade prévia e organizado em fórmulas peremptórias.

Antes, garantiu-se a continuidade muito mais por um empirismo adequado pelas circunstâncias do momento do que por qualquer ato definitivo. Foi fruto de uma série de decisões fragmentárias, contraditórias, negociações, improvisos e contestações que, considerados em seu conjunto, permitiram que se constituísse a Nova Monarquia no hemisfério ocidental “como Nação soberana entre as demais, num quase miraculoso amálgama de velhos e novos princípios jurídicos sabiamente condensados e postos em prática naqueles dias de incertezas e vacilações”<sup>294</sup>.

Essa peculiaridade do processo de Independência brasileiro muito se deve à presença da Corte no Rio de Janeiro desde 1808. Mesmo que a cidade já tivesse sido transformada em capital do Estado do Brasil (quando este ainda se tratava de uma Província do Reino de Portugal) e elevada à condição de Vice-Reino desde a segunda metade do século XVIII, contando, por isso, com uma administração relativamente aparelhada, foi a instalação da Corte que transformou essa estrutura em aparelho de Estado<sup>295</sup>.

A transplantação de todo um aparato burocrático, trazido de Lisboa ou formado aqui, era condição necessária para que o Governo da metrópole se projetasse sobre o novo território, o que foi favorecido pelo reconhecimento do estatuto de Reino Unido. Desse modo, entre o direito colonial propriamente dito e o direito nacional novo, inseriu-se esse período de transição desde a vinda da família real portuguesa, que facilitou a passagem legitimista e monárquica quando da Independência<sup>296</sup>.

No que se refere ao aparato jurídico-institucional, o Estado que se constituiu em 1822 continuaria regendo-se pelo arcabouço normativo português, cuja legislação foi declarada

---

<sup>294</sup> Cf. CÂMARA, 1966, p. 3.

<sup>295</sup> Cf. Para um estudo sobre a racionalização estatal e o sistema de justiça no Brasil colonial, cf. WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José Cavalleiro de Macedo. *Direito e justiça no Brasil Colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, 1751-1808*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

<sup>296</sup> Exemplo das implicações dessa continuidade nos arranjos do novo Estado é citado por José Reinaldo de Lima Lopes em texto dedicado à difusão das ideias iluministas e jusnaturalistas entre os juristas da primeira metade do século XIX. O historiador do direito recorda que foi Clemente Pereira, magistrado do regime colonial, já quando a Colônia se transformara em Reino Unido, o responsável por promover, na Câmara da cidade do Rio de Janeiro a aclamação de D. Pedro I. Acrescenta aqui que durante os seis primeiros anos de vida nacional o sistema judicial foi todo herdado do regime colonial ou do Reino Unido, sendo que os tribunais superiores serão reformados somente em 1828, quando então darão lugar ao Supremo Tribunal de Justiça (cujos ministros, evidentemente, foram tirados em sua maioria da mesma magistratura que compunha os tribunais apenas extintos). Cf. LIMA LOPES, José Reinaldo de. Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX. In: JANCÓS, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, Editora UNIJUÍ, FAPESP, 2003. p. 200-211.

direito vigente enquanto não se organizassem novos Códigos ou fossem editadas alterações, conforme o disposto na Lei de 20 de outubro de 1823<sup>297</sup>. Em outros termos, isso implicava que o novo Estado – formado justamente por um ato de ruptura com a antiga metrópole – escolhia permanecer-se intimamente conectado à pátria-mãe pela cipoada<sup>298</sup> das Ordenações, Leis, Regimentos, Alvarás, Decretos e Resoluções promulgadas pelos Reis de Portugal.

Isso significou também – e não será um detalhe secundário na análise do conteúdo e discursos veiculados na *Revista* do IAB no próximo capítulo – continuidade em relação às tradições romanistas, que eram, ainda, com todas as limitações introduzidas durante a era pombalina pela Lei da Boa Razão, direito vigente e parte do ordenamento jurídico de direito comum em Portugal<sup>299</sup>. Se nas discussões sobre o ensino jurídico a ser implantado nas

---

<sup>297</sup> O texto normativo possuía a seguinte redação: “Declara em vigor a legislação pela qual se regia o Brazil até 25 de Abril de 1821 e bem assim as leis promulgadas pelo Senhor D. Pedro, como Regente e Imperador daquella data em diante, e os decretos das Cortes Portuguezas que são especificados (...) Art. 1º As Ordenações, Leis, Regimentos, Alvarás, Decretos, e Resoluções promulgadas pelos Reis de Portugal, e pelas quaes o Brazil se governava até o dia 25 de Abril de 1821, em que Sua Magestade Fidelissima, actual Rei de Portugal, e Algarves, se ausentou desta Côrte; e todas as que foram promulgadas daquella data em diante pelo Senhor D. Pedro de Alcantara, como Regente do Brazil, em quanto Reino, e como Imperador Constitucional d'elle, desde que se erigiu em Imperio, ficam em inteiro vigor na pare, em que não tiverem sido revogadas, para por ellas se regularem os negocios do interior deste Imperio, emquanto se não organizar um novo Codigo, ou não forem especialmente alteradas. Art. 2º Todos os Decretos publicados pelas Côrtes de Portugal, que vão especificados na Tabella junta, ficam igualmente valiosos, emquanto não forem expressamente revogados. Paço da Assembléa em 27 de Setembro de 1823.”. Cf. BRASIL, 1823. Cinquenta e dois anos depois, decretos do gênero ainda eram editados no Brasil, o que demonstra como o ordenamento jurídico brasileiro ainda conviveu com a jurisprudência portuguesa e com textos legais transplantados por muito tempo. Exemplo disso é o Decreto n. 2.684 de 23 de outubro de 1875, que deu força de lei em todo o Império a assentos tomados na casa de Suplicação de Lisboa, depois da criação do Rio de Janeiro até à época da Independência, com exceção dos que tenham sido derogados pela legislação posterior. Cf. BRASIL. Decreto n. 2.684, de 23 de outubro de 1875. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro. 27 out. 1875.

<sup>298</sup> O termo é utilizado propositalmente no seu sentido de “labirinto” e “confusão”, pois a legislação aqui importada em 1822 já estava condenada em Portugal muito antes disso. Prova é que a Rainha D. Maria I, por Decreto de 31 de Março de 1778, criara uma Junta para examinar Leis Extravagantes e coordenar um novo Código. Cf. MELLO FREIRE, José Paschoal de. *Ensaio do Codigo Criminal, a que mande proceder a Rainha fidelissima D. Maria I*, Paschoal José de Mello Freire, que a sua a sua Magestade fidelissima, o Senhor D. João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, oferece e dedica Miguel Setário, a quem liberalmente o cederão em publica utilidade os dignos herdeiros de seu benemérito Autor. Lisboa: Typographia Maignrense, 1823.

<sup>299</sup> Para uma discussão sobre a recepção do direito comum em Portugal, cf. também “A ordem jurídica de Antigo Regime”, pp. 128- e “Recepção do direito comum” em, pp. 138, em: HESPANHA, António Manuel. *O Direito dos Letrados no Império Português*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. Para além disso, vale destacar que nas Ordenações Filipinas, texto normativo base do Reino de Portugal à época da Independência, constava um dispositivo esclarecendo como se julgariam os casos que não fossem previstos pelas Ordenações, onde as tradições romanistas, como haviam sido interpretadas pelos juristas medievais, eram reconhecidas como fonte subsidiária nos seguintes termos: “E se o caso, de que se trata em pratica, não fôr determinado por Lei de nossos Reinos, stylo, ou costume acima dito, ou Leis Imperiaes, ou pelos sagrados Canones, então mandamos que se guardem as Glosas de Accursio, incorporadas nas ditas Leis, quando por commum opinião dos Doutores não forem reprovadas; e quando pelas ditas Glosas o caso não fôr determinado, se guarde a opnião de Bartolo, porque sua opinião commumente he mais confome á razão”. Cf. Livro 3, Titulo LXIV em: PORTUGAL. *Codigo Philippino*, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d’El-Rey D. Philippe I. Decima-quarta edição segundo a primeira de 1603 e a nona de Coimbra de 1824, adicionada com diversas notas philologicas, historicas e exegeticas, em que se indicão as diferenças entre aquellas edições e a vicentina de 1747 ... desde 1603 ate o prezente. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomatico, 1870. p. 662.

Faculdades de Direito do Império, como veremos na próxima seção, houve algum tipo de contestação ao estudo do direito romano, na arena dos litígios judiciais e dos discursos políticos ele continuava sendo fundamento discursivo e argumento de autoridade para qualquer controvérsia jurídica<sup>300</sup>.

Em razão disso, o Império do Brasil teve de se debater, em seus primeiros anos, com uma dupla tensão, sintetizada por José Reinaldo de Lima Lopes: o direito do novo Estado (a) nem podia ser exclusivamente nacional, já que não se podia implantar<sup>301</sup> um sistema *ab ovo*, rejeitando-se a prática anterior, colonial e de origem portuguesa; e (b) tampouco podia ser totalmente liberal-constitucional (na forma e conteúdo) e estabelecido por atos de vontade, pois havia de conviver com a ordem tradicional e suportar ainda alguns privilégios, não só pela aristocracia nobiliárquica que conservava títulos e cargos, como pela mentalidade patrimonial da colônia de exploração que sobrevivia<sup>302</sup>.

A contradição resultante desse quadro, ainda na leitura de Lima Lopes, era inevitável e foi condição partilhada por quase todas as ex-colônias americanas, em contraste com o processo de formação dos Estados Nacionais na Europa: o direito antigo não era somente o de uma autoridade que extinta, mas passava a ser considerado o de uma autoridade estrangeira. Não poderia haver nada mais gravoso à nacionalidade que se pretendia afirmar a partir da separação em relação à antiga metrópole do que incorporar o seu direito. E isso não passava despercebido aos seus juristas, como o aponta Carvalho Moreira, 2º Presidente do IAB, em memória lida no 2º aniversário da associação: “Somos uma família emancipada, que formou suas leis a parte, que tem necessidades suas, e que é ainda forçada a reger-se por leis estranhas. Que em grande parte contradizem as que para nós formamos, e que empecem a marcha de nossa prosperidade”<sup>303</sup>.

O primeiro grande documento normativo de que foi dotado o Império do Brasil foi a *Constituição Política* de 1824, impregnada, ao mesmo tempo, de ideias e instituições

---

<sup>300</sup> O recurso às tradições romanistas para resolver conflitos como direito vigente não era afronta gravosa à nacionalidade que se procurava consolidar como o eram o direito régio estrangeiro, em virtude da autoridade que ainda gozavam essas tradições enquanto patrimônio científico de que eram tributários todos os ordenamentos jurídicos do Ocidente. Para uma discussão sobre como essas fontes foram manejadas por juristas no Império em defesa da escravidão ou da liberdade, cf. PENA, 2005, p. 36.

<sup>301</sup> Não é novidade, para juristas, o princípio da imanência da ordem jurídica, da continuidade do direito que não admite vazios, razão pela qual uma nova ordem genérica jamais elimina plenamente a anterior, mas se lhe sobrepõe com revogações específicas, de forma expressa ou implícita. É o chamado *jus abhorret vacuum*. Cf. VALLADÃO, Haroldo. *História do Direito*: especialmente do Direito brasileiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1977. p. 108.

<sup>302</sup> LIMA LOPES, 2003, p. 200.

<sup>303</sup> Cf. CARVALHO MOREIRA, Francisco Ignacio de. Da Revisão geral e codificação das leis civis e do processo no Brasil. Memória lida em sessão do Instituto a 7 de setembro de 1845, e oferecida ao mesmo Instituto pelo socio effectivo. *RIOAB*, v. 1, n. 3, 1862. p. 157.

marcadamente liberais<sup>304</sup>, e de mecanismos que garantiam a centralidade e extensão do Poder Imperial. Esses eram paradoxos inevitáveis em um documento constitucional outorgado<sup>305</sup> que institucionalizou uma monarquia parlamentar mais pelas mãos do Imperador do que do Parlamento. Não era essa a única contradição: a Carta também esbarrava no confronto com a realidade social agrária e o regime escravista ao proclamar idealmente “a inviolabilidade dos Direitos Cíveis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros” e silenciar sobre a condição dos escravos, que além de principal mão-de-obra, eram parcela significativa da população do Império.

A primeira legislatura ordinária, recomposta após o conturbado processo constituinte, logo percebeu o caráter de urgência de que se revestia a Reforma da Justiça e da Administração, tratando de extinguir, dois anos depois, duas estruturas-chave do sistema de justiça português e que para cá haviam sido transplantadas durante o Período Colonial - o Desembargo do Paço e a Casa de Suplicação -, substituindo-as pela instalação do Supremo Tribunal de Justiça, além de criar os juizados de paz e promover reformas nas câmaras municipais<sup>306</sup>.

---

<sup>304</sup> Não sem ambiguidades o termo pode ser invocado, ainda mais no contexto brasileiro pós-emancipação, mas utiliza-se o termo com a mesma opção metodológica de José Reinaldo de Lima Lopes, que toma o vocábulo como sinônimo de constitucionalismo, isto é, da adoção de um texto jurídico-político fundamental que garantisse explicitamente as regras do exercício do poder soberano e incorporasse a ideia de repartição de poderes (ou de exercício limitado da soberania), representação e garantia de direitos individuais (direitos cíveis). No que concerne às extensões de tais direitos individuais, de representação e participação política, são justamente eles que dividem os liberais e, no caso do Brasil, os separavam dos conservadores. De todo medo, aquele núcleo comum é o sentido que se adota no texto. Cf. LIMA LOPES, 2003, p. 198. Interpretação semelhante se confere em: SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. 2006. 339f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

<sup>305</sup> Não é possível mencionar a Carta constitucional de 1824 sem remeter, ainda que brevemente, aos atropelos de seu processo constituinte. A Assembleia Constituinte, convocada por D. Pedro em junho de 1822 – o qual, desde o primeiro instante demonstrara-se favorável à constitucionalização do Império e se declarava inclusive partidário de ideias liberais – em novembro de 1823, ficando a cargo do Conselho de Estado a tarefa de criar a Constituição, que acabou outorgada. O oferecimento de um texto constitucional era um modo de suavizar sua imagem de tirano após a dissolução, submetendo-o à aprovação “dos povos” através das câmaras municipais, das quais se esperava obter a ratificação. Não sem significado foi essa opção do Imperador: José Reinaldo da Lima Lopes denuncia que, ao optar pelas câmaras enquanto órgãos responsáveis por ratificar sua proposta de constituição, D. Pedro as confirmava como instância política e de representação e ao mesmo tempo negava à assembleia papel fundamental no Estado. Escolher refazer o pacto político com “corpos intermediários” vindos da tradição pré-liberal implicava em negar a soberania popular de uma assembleia, que se imaginava investida do poder constituinte. A ambiguidade do gesto era explícita: submetia uma constituição supostamente liberal e, portanto, de ruptura em relação ao sistema anterior – a órgãos de legitimação do poder antigo. Essas ambivalências e contradições, evidentemente, acompanharão todo o processo de consolidação do Estado Imperial e de nacionalização do direito ao longo da primeira metade do século XIX, à medida que o velho e o novo eram integrados em uma cultura e instituições frequentemente incompatíveis. Cf. LIMA LOPES, op. cit., p. 195.

<sup>306</sup> Cf. BRASIL. Lei de 18 de setembro de 1828. Cria o Supremo Tribunal de Justiça e declara suas atribuições. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, 9 out. 1828; BRASIL. Lei de 1 de outubro de 1828. Dá nova fôrma às Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, 20 out. 1828. É iniciativa que, para Lima Lopes, revela a clareza, para esse primeiro Corpo Legislativo, do quanto valia o direito para a construção da nova ordem. Um gesto de plena compatibilidade com a moderna ideia de direito sobre a lei como instrumento de poder, mas que chega a beirar o excesso de modernidade em uma sociedade em que o Estado não chegava em toda parte. Cf. LIMA LOPES, 2003, p. 208.

Duas revisões constitucionais sofreu o texto, em 1834 com o Ato Adicional e em 1840 com a Lei de Interpretação deste ato (ambas no período regencial), de sentido político reverso, mas equivalente. A primeira tratou de gerar maior autonomia regional, distribuindo atribuições aos governos provinciais, e extinguir o Conselho de Estado, outro importante braço do poder central; a segunda, seguida pelo restabelecimento do Conselho de Estado, diminui aquela tendência, restaurando a centralização político-administrativa como reflexo do regresso conservador. Sem adentrar no mérito das reformas introduzidas por nenhum desses dispositivos – o que fugiria ao intuito do presente capítulo – o que se quer assinalar é que a Constituição e as emendas que lhe sucederam tiveram apenas o escopo de organizar e consolidar a estrutura política, restando pendentes, ainda, a renovação de muitas outras dimensões do ordenamento jurídico.

É certo que a necessidade de adotar medidas para nacionalizar o direito pátrio já fora predita pela própria Constituição de 1824 quando determinara a opção por um instrumento reformista e voluntarista por excelência, também escolhido pelas nações europeias contemporâneas para empreender a modernização do direito através de impulso estatal: a codificação. Conforme a previsão constitucional, que se lia no art. 179, XVIII, urgia-se a criação de um Código Civil e um Código Criminal, “fundados em sólidas bases da Justiça e Equidade”<sup>307</sup>. O dispositivo acentuava o caráter impositivo e vertical da codificação à medida que inseria esse instrumento no horizonte de fontes do Estado brasileiro sem que tivesse sido precedido de amplo debate sobre sua conveniência e necessidade, o que na Europa já ocorria desde o século XVIII e mesmo assim não contava com a unanimidade dos juristas, como já introduzido no primeiro capítulo.

De todo modo, essa disposição constitucional foi parcialmente cumprida, fazendo com que o quadro de desordem normativa sofresse alterações significativas, mas não renovação completa: o Império conheceria Códigos Criminal, de Processo e de Comércio, mas não o desejado Código Civil (que, ao revés, fora a via inaugural da Nação Francesa, pioneira na implementação de uma codificação em sentido pleno). Evidentemente que legislações esparsas, nesta matéria, foram editadas durante o período, mas se faz referência, aqui, a um documento que organizasse e refundasse o inteiro ramo do direito.

A promulgação do Código Criminal não tardou a acontecer<sup>308</sup>: o segundo arcabouço

---

<sup>307</sup> Cf. BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro, 25 de março de 1824.

<sup>308</sup> No que se refere à importante discussão sobre as circunstâncias que justificaram a priorização da disciplina penal, compartilha-se a leitura de Rafael Mafei Queiroz, que, partindo da análise dos debates parlamentares que antecederam a aprovação do Código, sugere que a criação do Código Criminal de 1830 deveu-se a necessidades

legislativo mais significativo do Império passa a vigor em 1830<sup>309</sup>. Neste primeiro momento de conformação do direito nacional do Império, constitucionalismo e codificação conectaram-se, sob as ordens dos artífices da nova unidade política em construção, em harmonia como duas faces do projeto de formação de um Governo e de consolidação de um novo Estado<sup>310</sup>. A herança portuguesa começava a ser descartada - e até rechaçada -, pela difusão da opinião de que o Livro V das Ordenações Filipinas mais se assemelhava a um opúsculo horrores. Idealmente, a legislação é fruto de uma preocupação predominante de estabelecer um direito penal que, ao mesmo tempo, garantisse a ordem pública interna e os fins estatais, mas também contivesse traços protetivos e limitações a arbitrariedades.

No que se refere à inovação de conteúdo do diploma, ainda que tenha conservado a pena de morte – àquela altura já bastante criticada pela filosofia iluminista –, demonstrava sua orientação liberal por privilegiar, em primeiro lugar, o princípio da legalidade, além da ideia de pessoalidade da pena, que incidia exclusivamente no condenado, não se estendendo aos descendentes, e da proibição das penas cruéis. Essas medidas de limitação do poder de punir em favor das liberdades individuais estiveram na base do epíteto de “código humanizado e liberal” com que a legislação se tornou conhecida.

Acontece que essa “iluminada” codificação conviveu muito tempo com uma lei excepcional que contrariava frontalmente esses mesmos princípios, mas que foi providenciada para que a legislação “supostamente” humanizada não se aplicasse aos escravos. Ante ao

---

pragmáticas (políticas) de reformulação do aparelho punitivo estatal, diante da necessidade de manutenção da paz pública por meio da distribuição dos castigos criminais. Tal pragmatismo, para o historiador do direito, girava em torno de dois pontos: “(i) a necessidade imperiosa de substituição da legislação criminal até então vigente, o Livro V das Ordenações Filipinas acrescido de algumas outras leis imperiais, chamada de “legislação bárbara” e outros tantos insultos a cada referência que lhe era feita; e (ii) a estratégia de pacificação social principalmente por meio da legislação repressiva (a despeito de alguns poucos pugnarem concomitantemente por medidas de natureza diversa)”. Num contexto pós-Independência de consolidação do Império, a representação do Estado como o ente que garante a ordem pelo monopólio da violência era fundamental e justificativa plausível – embora não única – para a priorização do direito criminal. Cf. QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. *A teoria penal de P. J. A. Feuerbach e os juristas brasileiros do século XIX: a construção do direito penal contemporâneo na obra de P. J. A. Feuerbach e sua consolidação entre os penalistas do Brasil*. 2008. 395f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. pp. 241-254.

<sup>309</sup> Para uma análise sobre os modelos legislativos estrangeiros com que o Código dialogava e ao mesmo tempo os seus aspectos próprios de originalidade, cf. NUNES, Diego. *The ‘Code Pénal’ in the Itinerary of the Criminal Codification in America and Europe: ‘Influence’ and Circularity of Models*. In: MASFERRER, Ancieto (ed.). *The Western Codification of Criminal Law. A Revision of the Myth of its Predominant French Influence*. Heidelberg, New York, London: Springer, 2018. Para um estudo que se concentra sobretudo nas dimensões de singularidade do Código como resposta às questões específicas de seu próprio tempo e espaço, cf. COSTA, Vivian Chieregati. *Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a positivação das leis no Pós-Independência*. 2013. 361p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Culturas e Identidades Brasileiras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

<sup>310</sup> Cf. SLEMIAN, Andréa. *À nação independente, um novo ordenamento jurídico: a criação dos Códigos Criminal e do Processo Penal na primeira década do Império do Brasil*. In: Gladys Sabina Ribeiro (org.). *Brasileiros e cidadãos. Modernidade política*. São Paulo: Alameda, 2008. pp.175-206.

clamor em torno de uma potencial revolta escrava, cinco anos depois um direito penal de segunda categoria é promulgado através da Lei n. 4, de 10 de junho de 1835<sup>311</sup>. O controle do potencial de violência da massa escrava foi utilizado como justificção para legitimar uma lei de exceção que reintroduzia no ordenamento as arbitrariedades da legislação portuguesa que se tentara apagar, ampliando consideravelmente as hipóteses em que a pena de morte poderia ser aplicada e autorizando o exercício absoluto do poder em nome da pretensa pacificação social.

De todo modo, procurava-se afirmar uma ordem jurídica liberal, para cuja consolidação empreendeu-se, logo após, reforma do sistema judicial<sup>312</sup> através da promulgação do Código Processo Criminal em 1832. No tocante a sua novidade em relação à ordem jurídica anterior, o Código criou uma nova hierarquia judiciária: extinguiu os Ouvidores, os Juizes de Fora, e uma série de magistraturas especiais da Colônia, reconfigurando os degraus na escala da magistratura. Entretanto, sua grande novidade residia na consolidação do papel dos juizes de paz, escolhidos por via eletiva, como peça fundamental para o sistema de justiça local, a partir de considerável ampliação de suas atribuições. Essa era uma pauta dos liberais, que viam na introdução do princípio eletivo uma forma de combate à antiga magistratura considerada representativa do velho estilo absolutista<sup>313</sup>.

Essa arquitetura descentralizada do sistema judiciário não duraria muito: com a guinada centralizadora da política da administração capitaneada pelo Partido Conservador após o fim da regência, a autonomia das províncias, introduzida pelo Código de Processo Criminal e também pelo Ato Adicional de 1834<sup>314</sup>, será fortemente reformada. Daí resulta a Lei n. 261, de 3 de dezembro de 1841<sup>315</sup>, que substitui a descentralização de 1832 por uma rígida

<sup>311</sup> BRASIL. Lei n. 4, de 10 de junho de 1835. Determina as penas com que devem ser punidos os escravos, que matarem, ferirem ou cometerem outra qualquer offensa physica contra seus senhores, etc.; e estabelece regras para o processo. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, 15 jun. 1835.

<sup>312</sup> Diz-se que a reforma contemplou o inteiro sistema de justiça porque o Código continha também uma seção intitulada “Disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil”, com 27 artigos. O capítulo continha regras sobre o processo civil a serem aplicadas de maneira provisória enquanto um código específico não fosse aprovado. Cf. BRASIL. Lei de 29 de novembro de 1832. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, 5 dez. 1832.

<sup>313</sup> Cf. CARVALHO, 2008, especialmente pp. 170-181.

<sup>314</sup> Naquele sentido apontavam o Código de Processo Criminal de 32 por representar os ideais de autonomia judiciária, valorização do elemento local e da representação popular, com grande destaque à figura do juiz de paz e júri (ambos eleitos; e o Ato Adicional de 1834, que ampliara consideravelmente as atribuições das assembleias legislativas provinciais. Esses dispositivos haviam sido pensados com a intenção de remover “resíduos absolutistas” do Estado Imperial, identificados com a forte centralização política colonial e do Primeiro Reinado. Cf. CERQUEIRA, Gabriel Souza. Reforma Judiciária e Administração da Justiça no Segundo Reinado (1841-1871) 2014. 104f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

<sup>315</sup> Cf. BRASIL. Lei n. 261, de 3 de dezembro de 1841. Reformando o Código de Processo Criminal. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1841.

concentração de poder, que centralizava, dentre outros setores, todo o serviço de prevenção policial e de repressão criminal. Os juízes de paz locais têm a maior parte de suas atribuições judiciais e criminais transferidas aos juízes municipais e chefes de polícia, ambos nomeados diretamente pelo Governo central ou indiretamente (pelos Presidentes de Província, por sua vez também indicados pelo Poder Executivo). O conjunto constitui parte fundamental da política de consolidação do Estado centralizado e soberano no Brasil Imperial<sup>316</sup>.

O delineamento do sistema jurisdicional foi completado em 1871, data da reforma de mais longo alcance da estrutura judiciária do Estado Imperial<sup>317</sup>. Aqui a palavra de ordem já não era tanto (des)centralização, mas sim modernização das instituições ligadas à justiça, especialmente a carreira da magistratura. Intensifica-se o processo já iniciado a partir da reforma de 1841 de fortalecimento da figura do juiz do direito (que ainda convivia com os juízes municipais e de paz, agora com importância muito reduzida) e consequente valorização da magistratura togada, portadora do diploma de bacharel em direito. A isso se acrescentam restrições ao exercício do poder político: os magistrados deveriam ser só bacharéis e só magistrados. Todavia, o ingresso, promoção e alocação na carreira ainda eram completamente subordinados ao Poder Executivo<sup>318</sup>.

Todos esses acenos permitem entrever que, durante o processo de consolidação do projeto nacional, a centralização do poder foi palco de disputa<sup>319</sup>, cujas pequenas vitórias – para um lado e para o outro – acabavam por redundar em alterações legislativas que reconfiguravam o panorama de fontes do novo ordenamento jurídico. Eles servem, além disso, para ilustrar a prioridade com que a reforma do direito público (administração, justiça e magistratura, direito penal<sup>320</sup>) foi tomada no Brasil e que de modo algum pode ser interpretada como escolha casual ou mera coincidência: “corresponde, naturalmente, à continuidade de uma linha herdada do Estado absolutista, que via entre as suas funções e competências as de *administrar a vida do poder*”<sup>321</sup>.

<sup>316</sup> Cf. WOLKMER, 2003, p. 77.

<sup>317</sup> BRASIL. Lei n. 2.033, de 20 de setembro de 1871. Altera diferentes disposições da Legislação Judiciária. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, 27 set. 1871.

<sup>318</sup> Cf. CERQUEIRA, 2014, p. 77-98.

<sup>319</sup> Sobre o papel das elites regionais na construção do Estado, impondo suas demandas e constituindo-se como elite política, o que acabou conformando o perfil e a agenda para o Estado brasileiro, cf. DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. *Revista USP*, São Paulo, n. 58, pp. 116-133, jun.-ago. 2003.

<sup>320</sup> Que o direito penal fosse um ramo do direito público não é algo óbvio e natural, pois a legalidade não é um dado natural e atemporal da disciplina. Sobre a concentração do poder político criminal na pessoa do soberano em detrimento de outras fontes concorrentes de jurisdição, que conduziu a inserção do "criminal" dentro das matérias de direito público, cf., especialmente “Que vale um delito criminal?”, pp. 190-198, em: QUEIROZ, 2008.

<sup>321</sup> Cf. LIMA LOPES, 2003, p. 201.



No que se refere ao direito privado<sup>322</sup>, a primeira medida concretizada no sentido de iniciar a independização do direito e nacionalização do ordenamento veio muito mais tarde, com a promulgação do Código Comercial de 1850<sup>323</sup>. Não conheceu a mesma celeridade investida em favor de seu congênere criminal, tendo atravessado um lento processo de tramitação que se iniciou em 1835. A circunstância de que o direito privado tenha começado a se organizar no país pela via do direito comercial pode ser interpretada como uma combinação exitosa entre pressão política e oportunidade jurídica: para além da capacidade de um grupo social, os comerciantes, de fazerem representar no Parlamento sua demanda por celeridade e organização na bagunçada legislação mercantil<sup>324</sup>, essa era uma lacuna que podia ser muito mais facilmente resolvida – em menor tempo e sem tanto desgaste – do que a renovação do inteiro direito civil (o que acabou contribuindo para adiá-la ainda mais).

Para demonstrar de que se tratava de um ramo especial, garantiu-se sua excepcionalidade pela criação de uma jurisdição específica: os tribunais de comércio<sup>325</sup>, que institucionalizavam as aspirações da classe comerciante em um exemplo expressivo de submissão da burocracia nascente a interesses privados<sup>326</sup>. Essa foi uma tensão constante na

---

<sup>322</sup> Desde final do século XVI que em Portugal pouco a pouco as pretensões normativas do Rei começavam a se imiscuir nas relações mercantis, pela criação de *Consulados*, *Juntas* e outras estruturas regulatórias, fazendo com que a *lex mercatoria* deixasse de ser um assunto eminentemente privado, oriundo das práticas costumeiras dos mercadores, e passasse a ser subordinada ao direito régio. A iniciativa, portanto, de criar um corpo de leis próprias para o direito comercial no Brasil Imperial pode ser entendida dentro desse percurso de regulação a que a disciplina já estava sendo submetida na antiga Metrópole. Cabe destacar, entretanto, que o âmbito de incidência da regulação do príncipe eram as regras e limites do mercado, organizando a vida mercantil, mas os atos singulares e operações econômicas entre mercadoras continuavam sendo interpretadas como manifestações de direito privado. É a leitura que fazia José Paschoal de Mello Freire, jurista de destaque na magistratura portuguesa do século XVII e um dos líderes escolhidos por Marquês de Pombal para implementar suas reformas no ensino do direito. Cf. MELLO FREIRE, José Paschoal de. *Instituições de direito civil português: tanto público como particular*. sl.: s.d., 1779.

<sup>323</sup> Cf. BRASIL. Lei n. 556, de 25 de junho de 1850. Código Comercial. *Collecção das Leis do Império do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, 1850.

<sup>324</sup> Para além da confusão normativa produzida pelas próprias Ordenações, a Lei de 18 de agosto de 1769 (Lei da Boa Razão), editada por Marquês de Pombal, ao invés de contribuir para racionalizar esse quadro, agravou a situação introduzindo um dispositivo que previa que as questões comerciais seriam decididas pelas leis econômicas, mercantis e marítimas das “nações iluminadas e polidas”. Acontece que a Lei não fixou que nações mereceriam tão honrosa consideração, o que abriu margem para os juristas se valerem dos mais diversos ordenamentos estrangeiros para legitimar práticas comerciais, inclusive recorrendo a normas que se contradiziam. A reforma Pombalina, em vez de melhorar, piorou um cenário que já era grave a desordenado, agravando a incerteza e imprevisibilidade que pairavam sobre a seara comercial. Cf. CORREA TELLES, José Homem. *Commentario critico á Lei da Boa Razão*. Lisboa: Typographia de Maria da Madre de Deus, 1865.

<sup>325</sup> As cortes tiveram existência efêmera, vigorando entre março de 1850, data da aprovação do Código Comercial, até 1875 (dois anos antes, pelo Decreto 2.342, que criou as Relações novas, ficara abolida a jurisdição contenciosa dos Tribunais de Comércio, mas somente pelo Decreto de 2.662 de outubro de 1875 eles foram completamente suprimidos). Cf. BRASIL. Decreto n. 2.662, de 9 de outubro de 1875. Autoriza o Governo a suprimir os Tribunaes e Conservatorias do Commercio e a organizar Juntas e Inspectorias commerciaes. *Collecção das Leis do Império do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, 1875.

<sup>326</sup> A convivência do Estado nascente com diferentes formas de poderes privados concorrentes é apontada por Wilma Peres Costa como uma peculiaridade do nosso processo de consolidação do Império, distinta da ordem privada por sobre a qual se formou o Estado Moderno na Europa. Dentre essas ordens privadas, a autora cita o (a) o senhorio de escravos, forma específica de privatismo, em que a esfera privada se mantém pela autorização do

formação do Estado Nacional, que, em que pese pretender-se liberal, constitucional e moderno, ainda era poroso a interesses privados que pretendiam gerir um inteiro campo da vida pública. A legitimidade desses tribunais foi objeto de intensos debates, inclusive dentro do IAB, como se verá adiante<sup>327</sup>.

Ainda de 1850, a Lei n. 601 de 18 de setembro<sup>328</sup> enfrenta outra dimensão do privatismo sobre a qual a regulação estatal era medida fundamental para afirmação da soberania do novo Império: a demarcação das terras públicas. Isso porque a territorialidade é atributo essencial para a consolidação de um Estado, seja no âmbito externo – em face das nações estrangeiras – mas principalmente, no caso do Brasil, em âmbito interno, perante as forças privadas locais, das quais a administração colonial por tanto tempo se valera para a defesa da integridade de suas fronteiras. Para além de “extremar o domínio público do particular” (para usar termos do próprio dispositivo) – domínios que se confundiam completamente até aquele momento – a lei operava a transição do regime jurídico de terras do período colonial para a forma moderna da propriedade, adaptando-a à ordem liberal que se pretendia consolidar<sup>329</sup>.

Entre talhos e retalhos, portanto, até a metade do século já haviam sido editadas normas sobre a organização e hierarquia administrativa, um Código Criminal, outro de Processo e um Comercial, além da edição de nova política de terras. Apesar do volume aparentemente significativo de reformas legislativas, tudo isso foi feito, conforme o diagnóstico do Visconde de Uruguay, “aos pedaços, sem verdadeiro nexo, em épocas diversas, nas quais dominavam vistas e ideias desencontradas, e não tem, portanto, nem outra coisa podia ser, aquele nexo,

---

exercício da violência, pressuposto e condição da sua existência e manifestação; e (b) a grande propriedade territorial, que impedia a demarcação de terras públicas, base para a instituição do imposto territorial e fonte de renda fundamental para o Estado. Cf. COSTA, Wilma Peres. A Economia Mercantil Escravista Nacional e o Processo de Construção do Estado no Brasil (1808-1850). In: *História econômica da independência e do Império*: coletânea de textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica. São Paulo: EdUSP, 1996. pp. 147-160.

<sup>327</sup> Cf. FAUSTO, Manoel de Oliveira. Legitimidade dos tribunais de commercio, como tribunais da segunda instancia. *RIOAB*, v. 4, n. 1, pp. 7-22, 1868; e FAUSTO, Manoel de Oliveira. Inconvenientes da jurisdição especial dos tribunais do commercio como tribunais de segunda instancia. *RIOAB*, v. 4, n. 2, pp. 223-253, 1868. O estabelecimento dos tribunais do comércio foi questionado tanto por seus aspectos jurídico-constitucionais, quanto por sua dimensão político-corporativo: questionou-se que um aparelho do Estado, o Judiciário, fosse dominado pelos interesses definidos de apenas um grupo social, que se valeria do judiciário – e, em última instância, do próprio Estado, para dominar o comércio. Para essa discussão, cf. LIMA LOPES, José Reinaldo de. A formação do direito comercial brasileiro: a criação dos tribunais de comércio do Império. *Cadernos DIREITO GV*, v. 4, n. 6, 2007. p. 23.

<sup>328</sup> BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Imperio. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, 22 set. 1850.

<sup>329</sup> Para discussão mais ampla sobre os sentidos da propriedade moderna e sua introdução no jovem Estado brasileiro, cf. FONSECA, Ricardo Marcelo. A “Lei de Terras” e o advento da propriedade moderna no Brasil. *Anuario Mexicano de Historia del Derecho*, n. 17, pp. 97-112, 2005. Ainda, para a compreensão da política de terras imperial e sua correlação com a substituição da mão de obra que pouco a pouco se pretendia realizar, cf. SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio*: efeitos da lei de 1850. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

aquela previsão, aquela harmonia, aquele desenvolvimento que uma boa, completa e perfeita legislação deve ter”<sup>330</sup>.

O método de pequenas revisões e suturas fora especialmente adotado para a legislação civil, o que acabou contribuindo para a falta de êxito das diversas tentativas registradas durante o Império de criar uma codificação<sup>331</sup>. Ante essa lacuna, por mais de meio século o documento de referência para a prática no foro foi a *Consolidação das Leis Civis* elaborada por Teixeira de Freitas<sup>332</sup> a pedido do Governo Imperial e pelo próprio Imperador aprovada em 1858. Apesar de ser não ter sido declarada lei vigente pelo Parlamento, o diploma passou a ser utilizado como tal seja pela chancela imperial que recebera, pela autoridade do compilador, ou pela facilidade que trouxe aos juristas, dispensados de procurar agulha no palheiro das legislações esparsas de direito comum<sup>333</sup>.

O efeito dessa louvável sistematização, que deveria ser meramente um trabalho prévio, foi estender o tempo de vida útil do direito recebido da Metrópole<sup>334</sup>, mesmo que ela própria já o tivesse descartado em 1867, com a promulgação do Código Civil português. Isso em alguma medida é um traço peculiar da cultura jurídica brasileira e uma manifestação de independência jurídica que não deve ser ignorada: por mais que aqui permanecessem vigentes

<sup>330</sup> Cf. SOUZA, Paulino José Soares de. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862. p. 188.

<sup>331</sup> O primeiro contratado pelo Governo Imperial para elaborar um Projeto de Código Civil foi Teixeira de Freitas, em 1859. O autor não concluiu seu *Esboço* nem no prazo estipulado por prorrogação e altera a proposta original em 1867 sugerindo que se realizasse a unificação do Direito Privado e se criassem dois códigos: um geral, com lições para o cientista do direito; outro especial, com ordens para o jurista prático. A ideia não foi bem acolhida e em 1872 o Governo imperial rescinde seu contrato. O segundo convidado a tão nobre tarefa, poucos livros o registram, foi o Visconde de Seabra, autor do Projeto de Código Civil português, após uma viagem de D. Pedro a Europa em 1871. A ideia de incumbir um jurista português não foi bem aceita pelos seus pares brasileiros e o projeto sequer foi publicado na imprensa. O terceiro jurista encarregado foi o senador Nabuco de Araújo, por contrato em 1872. O autor morreu em 1878 sem ter avançado suficientemente no trabalho. Por fim, Felício dos Santos oferece em 1881 ao Governo Imperial os seus *Apontamentos para o Projeto do Código Civil Brasileiro*, considerado pela comissão responsável por revê-los mero trabalho preparatório. As movimentações seguintes registradas até 1889 foram interrompidas pela proclamação da República. Para uma discussão mais detalhada sobre esse itinerário cf. FRANÇA, Rubens Limongi. *Reforma do Código ou Consolidação das Leis Civis*. *Revista brasileira de direito comparado*. n. 17, pp. 16-43, jul.-dez. 1999.

<sup>332</sup> Augusto Teixeira de Freitas, respeitado jurisconsulto do Império, também membro do IAB e seu quarto Presidente, foi incumbido pelo Governo por contrato em 15 de fevereiro de 1855 a elaborar uma *Consolidação das Leis Civis*, aprovada pelo Imperador em 1858, trabalho preparatório para o Código. Essa obra o habilitou para ser o responsável pela criação do Projeto do Código Civil, iniciado logo em seguida com a confecção do *Esboço* (publicado em 2 tomos em três volumes de 1860 a 1864). Quando já impressos mais de 5 mil artigos do *Esboço*, propôs Teixeira de Freitas uma completa alteração dos planos, com a unificação de Direito privado. Opinou favoravelmente o Conselho de Estado, mas hesitou o Ministro da Justiça diante da novidade. Cf. LACOMBE, Américo Jacobina. *A cultura jurídica*. In: HOLANDA, Sergio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr; BARRETO, Célia de Barros. *Historia geral da civilização brasileira*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 359.

<sup>333</sup> Cf. AGUIAR, Ruy Rosado de. Prefácio. In: TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. *Consolidação das leis civis*. 3ª ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1876. pp. XIII-XXIV.

<sup>334</sup> Sobre a função “conservadora” da codificação, cf. FONSECA, Ricardo Marcelo. *A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX*. *Revista da faculdade de Direito UFPR*, n. 44, pp. 61-76, 2006.

as leis portuguesas recepcionadas pela ex-Colônia, a adoção da forma Código no Brasil para o direito civil não se deu por imediata reprodução de Portugal, vindo a se concretizar quase 50 anos depois do diploma português, a partir de matrizes teóricas diversas.

Não se pretendeu, aqui, revisar todos os atos normativos registrados no período Imperial, apenas registrar as iniciativas mais relevantes no sentido da nacionalização do direito pátrio e introduzir, também, as principais temáticas em que o Instituto dos Advogados será chamado a contribuir e opinar, como se verá nas próximas seções. Não só para apontar omissões, as melhores interpretações, mas também para desenhar propostas legislativas, a opinião do Instituto foi solicitada e acolhida em diversos momentos como fator relevante de conformação do direito nacional. Diversas das questões citadas nas últimas páginas foram objeto de conferências no Instituto – que atuou como autor, consultor ou opositor – e mereceram espaço na sua Revista, o que as tornam inevitavelmente foco de nosso interesse.

Por ora, pretendeu-se enfatizar a peculiar estrutura do direito brasileiro no século XIX em face às teimosas renitências do direito comum em alguns âmbitos, aparadas, pouco a pouco, pelas costuras que o jovem Império ia aplicando à colcha de retalhos de seu ordenamento jurídico nas suas primeiras décadas de vida. Ao lado do cabo de guerra disputado pelas forças centralizadoras e centrífugas, outras notórias batalhas foram travadas entre a aspiração de modernização das instituições e as incômodas contradições a que os novos modelos precisavam se ajustar ante o enraizamento de estruturas sociais e políticas arcaicas. Convivem em compasso desajeitado as sombras do velho mundo do antigo regime – pela sobrevida concedida às Ordenações Filipinas e à legislação portuguesa colonial onde a legislação nacional ainda era assente – com o conjunto de ideias novas que circulavam pelo sopro dos ventos renovadores das nações que haviam vivenciado revoluções liberais<sup>335</sup>.

Sem que nos restrinjamos à discussão sobre o panorama das fontes, é igualmente relevante pensar na cultura jurídica brasileira como uma segunda dimensão desse processo de independização do direito e de afirmação do Estado. Não é difícil encontrar, dentre juristas e historiadores, quem afirme, de maneira muito romantizada a “expressividade” da cultura jurídica brasileira oitocentista, manifestada pela construção desse “notável arcabouço jurídico no Império: uma constituição, vários códigos, leis, algumas de categoria excepcional” e pela

---

<sup>335</sup> Fonseca menciona, como exemplo dessas tentativas de colocar o jovem Estado brasileiro entre as nações modernas, as pretensamente “modernizadoras” legislações estabelecidas com o Código Criminal de 1830 e a Lei de Terras de 1850, às quais acrescentamos, ainda, a Reforma Judiciária de 1871. Cf. FONSECA, Ricardo Marcelo. *A formação da cultura jurídica nacional e os cursos de direito no Brasil: uma análise preliminar* (1854/1879). *Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija*, Madrid, v. 8, n. 8, p. 97-116, 2005. p. 99.

“criação de uma elite jurídica própria e plenamente adequada ao ambiente brasileiro”<sup>336</sup>. Ou ainda quem sustente com toda a convicção que os anais das Côrtes-Gerais de Lisboa e os da Primeira Constituinte Brasileira, em cultura e altivez “caminharam par a par”<sup>337</sup>, com enumeração de extensa lista de juristas que entraram para a história por sua notória erudição.

Sem nos deixar impressionar pela volumosa atividade legislativa do Império ou pela induzida vocação dos bacharéis à burocracia estatal, enfrenta-se aqui esse debate de modo mais cru, retornando à pergunta sobre se existiu – e de que modo se manifestou – uma cultura jurídica propriamente nacional no Império. A pergunta não é tão elementar nem tem resposta óbvia, pois é de fato problemática a definição dos contornos de uma “cultura jurídica brasileira”<sup>338</sup> pós-Independência diante da incorporação expressa do direito português ao novo Império, para além da dependência cultural que a própria formação jurídica – ainda realizada em Coimbra no alvorecer do novo Estado – impunha aos bacharéis. Até no momento de romper com o arcabouço jurídico português – com a edição de novas leis e implantação de reformas institucionais – criaram-se outros laços de dependência pelo uso extremado de autores e doutrinas estrangeiras, como fontes de inspiração e legitimação. É levando em conta esse cenário que se reconhecem as dificuldades de definir uma “cultura jurídica brasileira”, sobretudo nos primeiros passos de consolidação do Estado Nacional e de seus ainda precários aparatos institucionais e culturais.

Apesar de constituírem limites, como se reconhece, não se partilha, neste trabalho, da visão de que esses percalços dos primeiros anos de organização do Estado brasileiro tenham representado verdadeiros obstáculos à formação de uma cultura jurídica, como se ela já estivesse condenada desde a sua gênese<sup>339</sup>. Se até mesmo antes da Independência já se poderia falar em um direito próprio para a realidade colonial, como defende António Manuel

---

<sup>336</sup>Cf. LACOMBE, 2004, p. 356.

<sup>337</sup> Alfredo Balthazar Silveira enumera portentosa lista contendo mais de 50 nomes de juristas que merecem menção pelas obras doutrinárias que elaboraram e por sua destacada atuação no Império. O comentário do já citado memorialista laudatório do IAB se encontra em: SILVEIRA, 1944, p. 6-9.

<sup>338</sup> O questionamento também é colocado nesses termos por Fonseca, com a ponderação do complexo processo de transição da Colônia para o Império e dos limites dessa continuidade na definição de uma cultura verdadeiramente nacional. Cf. FONSECA, 2006.

<sup>339</sup> O diagnóstico sobre a debilidade da produção jurídico-intelectual do Brasil independente, especialmente antes da década de 1870, é partilhado por Alberto Venâncio Filho e Sérgio Adorno. Ambos partem do cenário das faculdades jurídicas para discutir a qualidade do ensino de direito no Império e tomam como forte indício da precariedade da formação jurídica o fato de que a maior parte dos professores não eram dedicação exclusiva, tampouco haviam produzido grandes obras doutrinárias. Ora, nem só a Academia é *locus* privilegiado para a produção de conhecimento jurídico, nem são os docentes os únicos juristas aptos a fazê-lo. Há, portanto, que se ter cuidado com esse tipo de análise, que parte de um *locus* muito específico e acaba generalizando juízos depreciativos sobre a cultura jurídica como um todo no Império. Cf. ADORNO, 1988; VENANCIO FILHO, 1982.

Hespanha<sup>340</sup>, a mera continuidade legislativa não serve de prova para a constatação de que no Império não tenha sido produzida uma cultura jurídica de caráter local. Há que se levar em conta, justamente, as peculiaridades desse contexto, para compreender que tipo de – uma, sim, existente – cultura se produziu, a partir de que tipo de jurista, e para produzir que tipo de direito.

Uma visão enviesada, que procure no Brasil recém-Independente os mesmos elementos da alta cultura ou do ambiente universitário alemão oitocentista, com seus professores cultores da Academia e da ciência, certamente resultará em frustrações e incompreensões. Mas esse sequer era o modelo predominante na própria Europa continental, como já acenamos no primeiro capítulo – por ocasião do estudo comparado da cultura das revistas jurídicas europeias do século XIX, que são em última instância um reflexo da cultura jurídica em sentido mais amplo de um país –, tanto menos se poderia esperar de uma antiga Colônia de exploração em que nem universidades se puderam instalar.

Mas a ausência de uma tradição universitária prévia não é prova peremptória da ausência de criação de pensamento jurídico. Os juristas foram chamados a colaborar com a construção do Estado Nacional nas faculdades de direito, mas também fora delas – nos ministérios, parlamentos, tribunais, na imprensa – com a tarefa nada simples de construir uma Nação e seu direito. E com essa demanda contingencial o saber produzido terá um caráter muito mais retórico e literário do que propriamente científico, pois os juristas do Império, enquanto construtores de um Estado, e não de uma Academia, mais estavam preocupados com a operabilidade do que com a cientificidade de sua produção<sup>341</sup>.

É por isso que as atividades política, literária e jornalística dos juristas devem ser consideradas como também produtoras de saber, levando em conta seu caráter retórico, literário e prático, bastante diferente do tom científico alemão, mas igualmente merecedor de atenção e de estudo enquanto fator de cultura. Até porque, nem mesmo os processos de importação teórica e transplantes de estruturas jurídicas estrangeiras puderam ser aqui aplicados sem esforços e

---

<sup>340</sup> Hespanha parte de uma análise da estrutura de direito comum e da descrição de uma série de espaços jurídicos de abertura ou indeterminação existentes na arquitetura do Antigo Regime para constatar como a dinâmica dos fatores locais da ordem jurídica colonial tinha a capacidade e possibilidade de conformar um direito local. Não que o autor sustente que foi a estrutura do direito comum que provocou o particularismo da ordem jurídica colonial brasileira, mas reconhece que aquele modelo de ordenamento jurídico contribuía para tanto, à medida que não punha grandes obstáculos doutrinários à criação autônoma de regras e costumes na Colônia. Por mais que a monarquia portuguesa tenha emitido algumas leis para o Brasil, ao procurar pelo direito colonial, elas pouco servem como elementos representativos. Para o historiador português, a maior parte das providências vindas da corte correspondiam justamente a zonas de incumprimento do direito real e, portanto, de existência de um direito próprio. Cf. HESPANHA, António Manuel. Porque é que *existe* e em que é que consiste um direito colonial brasileiro. *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 35, t. 1, pp. 59-68, 2006.

<sup>341</sup> É a perspectiva esposada por LIMA LOPES, José Reinaldo de. Consultas da Seção de Justiça do Conselho de Estado (1842-1889). A formação da cultura jurídica brasileira. *Almanack Braziliense*, n. 5, mai. 2007.

malabarismos doutrinários que os adaptassem às contradições e tensões típicas do Brasil imperial, como fazer encaixar num país escravocrata e predominantemente analfabeto ideias liberais de emancipação política e intelectual.

É com essa perspectiva que se encara a produção periódica oitocentista, produzida sobretudo a partir da década de 60, onde se insere a Revista do IAB como um exemplo profícuo de repositório do saber produzido por advogados, envolvidos com a prática do foro, mas também preocupados com o aperfeiçoamento cultural e científico do direito nacional. É por isso que as fontes escolhidas como objeto do presente trabalho são tomadas como legítimas expressões da cultura jurídica brasileira oitocentista, em toda sua especificidade e complexidade. Antes do seu exame detalhado, contudo, cumpre seguirmos outras etapas fundamentais do processo de consolidação do Estado Nacional, que repercutiram diretamente na criação do Instituto dos Advogados Brasileiros e no papel simbólico que foi chamado a desempenhar.

### 3.1.1.1 *“Estabelecimentos para termos cidadãos hábeis para os empregos do Estado”: a gênese dos Cursos de Sciencias Juridicas e Sociaes*

A apenas mencionada ausência de tradição universitária no Brasil quando proclamada a Independência é fruto, como já acenado no capítulo anterior, de uma política deliberada e sistemática da coroa portuguesa de não permitir a instalação de estabelecimentos de ensino superior nas suas colônias. Por falta de tentativas, não foi: ainda em 1768, oficiais da capitania de Minas Gerais pediram permissão para criar por conta própria uma Escola de Medicina, ao que obtiveram do Conselho Ultramarino<sup>342</sup> resposta fulminante: tratava-se de questão política, para a qual uma decisão favorável poderia acarretar no enfraquecimento do laço de dependência

---

<sup>342</sup> O Conselho Ultramarino fora órgão criado ainda no século XVI, por D. João IV, com responsabilidades em áreas financeiras e administrativas primeiro da África e da Índia portuguesas, depois, de todo o ultramar colonial, incluindo o Brasil. Na referida consulta, os *Officiaes da Camara da Villa Real do Sabará* pediam que lhes fosse concedida a faculdade de estabelecer naquela Vila “uma casa de Aula com Mestre para ensinar theorica e praticamente Cyrurgia e Anathomia”. Em resposta, o Procurador da Coroa assim se manifestou: “Que se lembrava ter lido que alguma das Nações Europeas se arrependera mais de uma vez de artes estabelecidas nas suas Colonias da America. Que lhe parecia que tudo aquilo que se podia ezcuzar, e que não se ezcuzando, podia relaxar a dependencia, que as Colonias devião ter do Reino, devia com effeito ezcuzar-se: que um dos mais fortes vinculos, que sustentava a dependencia das nossas colonias, era a necessidade de vir estudar a Portugal. Que este vinculo não se devia relaxar, e era principio da relaxação a faculdade publica de uma Aula de Cyrurgia, que parecia pouco: mas era um pouco, que dentro em poucos annos, havia de monopolizar esta faculdade para os Brasileiros; e era um pouco que serviria de um exemplo ao depois para a Aula de Medicina, e poderia talvez com alguma conjuctura para o futuro facilitar o estabelecimento de alguma Aula de Jurisprudencia sustentada pelas Camaras até chegar ao ponto de cortar este vinculo de dependencia”. Cf. CONSULTA da Capitania de Minas - Das "copias extrahidas do archivo do Conselho Ultramarino". *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XVI, n. 1, 1910. p. 468-69.

da colônia. Afinal, um dos vínculos mais fortes que nutria essa relação era justamente a necessidade de que os jovens aspirantes a um diploma fossem estudar em Portugal. Aberto o precedente, no parecer do Conselho, esse liame restaria muito fragilizado, o que poderia ensejar o indesejado rompimento do vínculo de dependência<sup>343</sup>. A existência de uma única universidade atendendo à Metrópole e à Colônia garantia à coroa portuguesa a certeza de que os bacharéis que atuariam em todos os lados do Reino compartilhariam de uma ideologia comum: a universidade era instrumento poderosíssimo de integração das elites.

A manutenção da dependência cultural era dimensão tão fundamental da política colonial, que a necessidade de revertê-la foi tratada com igual urgência e importância pelos artífices da Independência. Desde as primeiras sessões legislativas o tema foi trazido à pauta na *Assemblea Geral Constituinte e Legislativa*, instalada em 1823, quando da votação do *Projeto de Constituição para o Império do Brasil*, cuja votação fora desafortunadamente interrompida pela dissolução daquela legislatura por D. Pedro no mesmo ano<sup>344</sup>. Mesmo que as discussões ali travadas tenham sido abruptamente sobrestadas e a Carta Constitucional recebida pelo Império tenha sido fruto de outorga do Imperador, extratos dos debates que envolveram a criação de universidades no Brasil são muito reveladores dos projetos em disputa e das preocupações dos primeiros legisladores – e por isso, obreiros da primeira hora – do jovem Império.

Quem deu o alerta inicial sobre a premência de deliberar sobre o “importantíssimo ramo da instrução publica”, “base solida de um governo constitucional”, que “havia de ser lançada em o nosso codigo sagrado de uma maneira digna das luses do tempo”<sup>345</sup>, fora o Deputado José Feliciano Fernandes Pinheiro, depois Visconde de Leopoldo, representante do Rio Grande do Sul, na sessão do dia 14 de junho daquele ano (no segundo mês de funcionamento da Assembleia), oferecendo uma indicação “de alta monta e que parece urgir”:

Proponho que no Império do Brasil se crêe quanto antes uma universidade pelo menos, para assento da qual parece dever ser preferida a cidade de São

<sup>343</sup> No mesmo período, do lado oeste do continente, na América espanhola, 23 instituições de ensino superior foram criadas, desde 1551. Até o final do período colonial cerca de 150.000 pessoas concluíram o ensino superior nessas universidades. Em vivo contraste, apenas 1.242 estudantes brasileiros matricularam-se em Coimbra entre 1772 e 1872. Cf. CARVALHO, 2008, p. 69.

<sup>344</sup> O art. 250 do Projeto, ao tratar da Instrução Pública, previa: *Art. 250 – Haverá no Império escolas primarias em cada termo, ginásio em cada Comarca e universidade nos mais apropriados locais*. Cf. BRASIL. *Projeto de Constituição para o Império do Brasil*. Projeto de Constituição, apresentado pela Comissão de Constituição. Rio de Janeiro: Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1 set. 1823.

<sup>345</sup> As expressões utilizadas para introduzir a proposta podem ser conferidas em: BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Assembleia Constituinte – 1823. t. II. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artistico, 1874a. p. 47. Para uma discussão sobre as peculiaridades da mentalidade dessa geração que participou da independência e que procurou, pioneiramente, adaptar às condições do recém-criado Império à cultura “ilustrada” da Europa no século XVIII, cf. DIAS, Maria Odília da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 278, pp. 105-170, jan.-mar. 1968.



Paulo, pelas vantagens naturaes e rasões de conveniência geral. Que na faculdade de direito civil, que será sem dúvida uma das que comporá a nova universidade, em vez de multiplicadas cadeiras de direito romano, se substituição duas, uma de direito público constitucional, outra de economia política. Paço da assembleia, 12 de junho de 1823<sup>346</sup>.

Na indicação, que precedeu um longo debate que se estendeu por mais de três meses, já constavam os elementos principais que seriam objeto de discussão: (i) a criação de uma universidade como primeiro investimento na instrução pública; (ii) sua localização (o ponto mais polêmico); (iii) a faculdade de Direito como curso inaugural; (iv) em sendo de Direito, as matérias que constariam do currículo e a eventual supressão do direito romano. Evidentemente que a sugestão não foi acolhida com imediato consenso, mas apesar do extenso debate que a seguiu, suas linhas gerais foram mantidas no projeto que posteriormente deu origem aos primeiros Cursos jurídicos do Brasil em 1827.

Mas por que primeiro uma Universidade e não investimentos em escolas primárias? Por que deveria ser instalada na cidade de São Paulo, que nem era a capital do Império? Por que a faculdade de Direito deveria ser preferida? Por que o lugar do direito romano nessa formação jurídica fora imediatamente questionado? Compreender as motivações por trás das prioridades eleitas pelos primeiros legisladores do recém-criado Estado brasileiro é matéria fundamental para contextualizar o projeto de Estado Nacional que era colocado em ato e no qual se insere a criação da Instituição que deu origem ao objeto do presente trabalho. Nenhuma dessas escolhas foi casual ou banal, e muito menos consensual. Interesses e direções divergentes a que se pretendia conduzir a nova Nação que se forjava foram colocados em disputa, da qual os *Anais da Assembleia Constituinte* apresentam registros valiosos.

A indicação de José Feliciano Fernandes Pinheiro, ao retornar da comissão de instrução pública em 19 de agosto de 1823, já na forma de um projeto de lei, previa a criação de duas universidades, uma na cidade de São Paulo e outra na de cidade de Olinda, na Província de Pernambuco, nas quais se ensinariam “todas as *sciencias* e belas letras”. Antes que essa intenção se concretizasse, entretanto, desde logo ficava prevista a instalação de um curso jurídico na cidade de São Paulo, que se governaria provisoriamente pelos estatutos da Universidade de Coimbra, com as alterações e mudanças julgadas adequadas “*às circunstancias e luses do seculo*”<sup>347</sup>.

Novamente se percebe o impulso de incorporar da antiga Metrópole, diante de quem a ex-Colônia havia apenas se declarado independente, o que fosse necessário para a organização

<sup>346</sup> Cf. BRASIL, 1874a, p. 48.

<sup>347</sup> BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Assembléa Constituinte – 1823. t. 4. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artistico, 1874b. p. 105.

provisória do jovem Império. Também pudera, a maior parte desses deputados havia se formado em Coimbra, na Faculdade de Leis e de Cânones, não lhe parecendo um prejuízo muito grande reproduzir os estatutos da sua *Alma Mater*. Mas o que mais chama atenção, aqui, é a prioridade dada, em primeiro lugar, ao ensino superior, e, após, ao ensino de direito em particular, o que revela a importância que os homens de Estado no Brasil da primeira metade do século XIX atribuíam à ordem jurídica<sup>348</sup>. O debate que se seguiria à leitura do projeto girou em torno dessas diretrizes.

Apesar da condescendência com os estatutos coimbrãos, a opção pela criação de universidades deste lado do Atlântico decorria da urgência em romper com o vínculo de dependência gerado pela condição a que eram sujeitos os cidadãos brasileiros que desejassem cursar o ensino superior de recorrer a ateneus estrangeiros. Para o Deputado Luis José de Carvalho e Mello, não era necessário justificar a “necessidade de taes estabelecimentos: não os temos, e até agora era preciso aos nossos concidadãos atravessar os mares e á custa de despesas e outros sacrificios ir aprender á universidade de Coimbra”<sup>349</sup>. A instalação das universidades no Brasil pouparia a travessia e facilitaria a aquisição de “conhecimentos uteis”, assim como o “melhoramento dos costumes”<sup>350</sup>, tirando os brasileiros “da penosa necessidade de irem mendigar as luses nos paizes remotos”<sup>351</sup>.

Em favor da Faculdade do Direito como curso inaugural, contava uma preocupação prática e imediata da comissão: esse “monumento indelevel da sabedoria” seria o corpo científico mais apto a preparar juristas, administradores públicos e estadistas, “homens abalisados nas sciencias para encherem os lugares e empregos do Estado”<sup>352</sup>. Um Império recém-proclamado, ainda alicerçado em estruturas burocráticas do tempo de Colônia, com uma população predominantemente iletrada, precisava espalhar com urgência magistrados, diplomatas, agentes de polícia, administradores e legisladores pelos quatro cantos de um território continental, cujo poder central ainda lutava violentamente para se garantir soberano.

<sup>348</sup> Semelhante interpretação sobre essa prioridade se encontra em LIMA LOPES, 2003, p. 211.

<sup>349</sup> BRASIL, 1874b, p. 133.

<sup>350</sup> A expressão foi retirada do pronunciamento do Deputado Muniz Tavares (Ivi, p. 134), eleito pela Província de Pernambuco, mas a pretensão civilizatória das supostas vozes da ilustração brasileira foi corroborada diversas vezes durante a discussão. Ilustrativa nesse sentido é a contribuição do próprio Fernandes Pinheiro, autor originário da indicação, ao questionar: “Serão de pouca monta os proveitos imediatos de não ser daqui á pouco inevitável ao jovem brasileiro atravessar o Atlântico para ir a duas mil e tantas léguas estudar as sciencias, lutando com dificuldades e riscos, sofrendo privações no meio de um povo mal afeiçoado? Se sancionarmos este decreto, conseguiremos em breve uma difusão de luzes e conhecimentos uteis, e portanto mais rápida civilização, melhores costumes”. Ivi, p. 134-135.

<sup>351</sup> A preocupação era partilhada nesses termos por Manuel Caetano de Almeida e Albuquerque, representante da província de Pernambuco. Cf. Ivi, p. 136.

<sup>352</sup> Cf. Ivi, p. 132-134.

A criação dos Cursos jurídicos, nesse cenário, constituiu um imperativo político para o aparelho governamental, assim como uma estratégia para exercer controle ideológico sobre o processo de formação dos intelectuais a serem recrutados pela burocracia estatal<sup>353</sup>.

É portanto, diante dessa soma de fatores – escassez de recursos humanos e a necessidade do treinamento de quadros administrativos e institucionais para o país – que a formação jurídica foi tão valorizada, por aliar o conhecimento técnico, necessário à administração da justiça e da burocracia, à formação humanística. Ao dominar esse abrangente campo de saber, os juristas estariam aptos a desempenhar atividades na administração pública, nos foros, na vida política, em cargos legislativos e executivos, e ao mesmo tempo atuar de forma expressiva no processo de ideologização e consolidação do Estado Nacional.

Quanto à discussão sobre a localização, também era escolha sensível à estratégia de extensão do aparato governamental. O debate girou em torno de cinco províncias: Bahia (onde se encontrava a capital até 1763) e Pernambuco, no Norte; Minas Gerais, São Paulo e a sede da Corte, o Rio de Janeiro, no Centro-Sul; consideradas centros demográficos e econômicos do Império. É evidente que cada um dos deputados que tomou parte na discussão não escondia o bairrismo e regionalismo de que eram portadores, frequentemente tomando a palavra para enaltecer a região da qual eram representantes provinciais na Assembleia. Entretanto – para antecipar o desfecho – as províncias contempladas como sede dos novos Cursos foram São Paulo e Pernambuco, desbancando as duas outras que já haviam servido como capitais – Bahia e Rio de Janeiro – e que inclusive já funcionavam como sedes de escolas médicas desde antes da Independência.

A Corte do Rio de Janeiro, apesar de ter sido insistentemente defendida, acabou preterida na votação final. Em favor dela se levantaram diversos parlamentares, alegando que lá (a) já se concentravam maior número de jurisconsultos, o que facilitaria a abertura imediata do Curso; (a) a presença do governo, cuja inspeção poderia ser útil; (c) a circulação de livros, pela abundância do mercado; e até (d) mais polidas eram a linguagem “e as maneiras dos habitantes, o que tudo influe para o progresso de uma mais civilizada instrução<sup>354</sup>”. Além disso, em uma cidade em que já tinham sido instaladas escolas médicas, de filosofia e matemática, e teologia no seminário, mais próximo se estava de criar uma universidade, para além do próprio *status* de capital e da proximidade das decisões políticas mais importantes do Império – incluindo a nomeação dos juristas a ocuparem os cargos da administração.

---

<sup>353</sup> Cf. ADORNO, 1988, p. 88; e NEDER, 1995, p. 99.

<sup>354</sup> Cf. BRASIL, 1874b, p. 132-134.

Apesar de todos esses predicados, mais funcional à unidade e consolidação do Estado pareceu a opção pelas cidades de São Paulo e Olinda. Os argumentos levantados em favor das escolhidas, além da tentativa de atender equilibradamente as necessidades das porções Centro-sul e Norte do Império, reportavam-se às facilidades de comércio e de abastecimento de gêneros alimentícios, proximidades a portos cômodos que as tornavam acessíveis por mar e terra, mas também à salubridade e amenidade do clima<sup>355</sup>. Esse último ponto permite perceber que algumas das preocupações dos constituintes estavam associadas à convicção de que características geográficas influenciavam o estado geral da população<sup>356</sup>.

Por fim, no que se refere ao último ponto destacado como objeto de discussão – a exclusão da cadeira de direito romano nos currículos – e que nos interessa a título de compreensão do projeto nacional que se buscava consolidar, o debate girou em torno do que se consideravam os excessos de Coimbra. Na faculdade lusitana, nada menos do que sete cadeiras eram dedicadas ao estudo da disciplina. Tanto tempo consagrado ao estudo de antiguidades, apesar de enriquecer o bacharel a nível cultural elevando sua erudição, não era visto como virtude maior do que mera perfumaria teórica, de pouca utilidade imediata para formação de funcionários que atuassem na administração do Estado e na prática do foro, como se pretendia. Para alguns deputados, todavia, mesmo considerando esse número exagerado, ou a existência de leis indigestas, e até erradas, dentre as tradições romanistas, consideravam que a civilização da Europa moderna se devia em grande parte à “achada das pandectas, perdidas pela invasão aos barbaros; e que continuarão barbaros os paizes em que nem se instituirão universidades, nem se ensinou por ellas”<sup>357</sup>.

Outros, no entanto, associavam essa tradição jurídica à implantação da escravidão no Brasil<sup>358</sup>, e tomavam a Inglaterra como exemplo de país que se livrara dessa mácula por não conter resquícios da legislação romana entre suas leis. Mesmo que a argumentação carecesse

---

<sup>355</sup> Cf. Ivi, p. 134-35.

<sup>356</sup> Sérgio Adorno sugere que esse tipo de argumentação encontra raízes no universo ideológico que circulava nas universidades europeias desde o final do século XVIII – com origem nas discussões iniciadas na sob a alcunha de medicina social - e do qual os parlamentares brasileiros eram tributários. Sob essa perspectiva, acreditava-se que a constituição de uma elite política coerente, disciplinada, homogênea, estava estreitamente conectada com a com a situação de saúde político-moral da população, situação esta, afinal, resultante das características climáticas, da qualidade do ar, das relações mercantis, da disposição dos edifícios, da circulação de pessoas. Eram, em síntese, razões político-sanitárias que atrelavam a purificação do meio ambiente à purificação das condições sociais, culturais, intelectuais e, sobretudo, morais da elite que se pretendia ver na direção do Estado e que seria formada a partir das faculdades a serem instaladas. Cf. ADORNO, 1988, p. 86-87.

<sup>357</sup> Cf. BRASIL, 1874b, p. 139.

<sup>358</sup> Cf. BRASIL, 1874b, p. 144

de solidez<sup>359</sup>, e essa oposição se justificasse muito mais como subterfúgio para privilegiar as lições de “direito pátrio” na formação dos novos bacharéis – com todas as contradições de um direito pátrio incorporado do ultramar –, em todo caso recebeu acolhimento entre os seus pares, pois a cadeira de direito romano foi excluída<sup>360</sup> da grade curricular como disciplina nos cursos jurídicos até a sua inclusão oficial em 1854<sup>361</sup>. Apesar de toda a dependência material e humana – entre estatutos e mestres que admitiam precisar importar de Coimbra – essa já foi uma ruptura considerável em relação à antiga Metrópole, que ainda cultivava com zelo o estudo das antiguidades.

Em vez de mestres eruditos, optou-se por técnicos capazes de atender as demandas do novo Estado, não se perdendo de vista que o (não)investimento em disciplinas propedêuticas é sempre uma opção política, que nesse caso atendia a uma dupla finalidade ideológica de (a) rompimento dos laços culturais e (b) de satisfação prática das demandas do novo Estado. A mudança certamente repercute no tipo de bacharel formado, para o bem e para o mal. Não à toa a primeira geração de bacharéis egressos desses Cursos, da qual faz parte Nabuco de Araújo, conforme depoimento de seu filho, aprendia direito muito mais na prática da magistratura, da advocacia e alguns da função legislativa do que efetivamente nos bancos da faculdade<sup>362</sup>.

De todo modo, a acirrada celeuma em torno da instalação dos cursos jurídicos teve fim com a aprovação do projeto em 4 de novembro de 1823<sup>363</sup>, quando foram confirmadas as

---

<sup>359</sup> Eduardo Penna alerta para o conteúdo falacioso dessa interpretação, levando em conta que os ingleses, por essa época, embora já tivessem coibido o tráfico, lucravam ainda com a exploração de suas colônias escravistas na América. Cf. PENA, 2001, p. 35.

<sup>360</sup> Vale reafirmar, entretanto, que a oposição oferecida ao estudo do direito romano nas discussões parlamentares da Assembleia Constituinte não encontrou equivalente no palco das disputas no foro, nas consultas do Conselho de Estado e nos pareceres do IAB – e esse é elemento a se ter em conta na análise de conteúdo da Revista do Instituto. As tradições romanistas, nesses espaços, foram utilizadas a torto e a direito, como fonte vigente ou argumento de autoridade, a depender da conveniência. Afinal, por se tratar de um direito eminentemente doutrinal, essas fontes eram constantemente relidas a depender da discussão. Lima Lopes avança uma interessante sugestão para explicar o fato de que a escravidão fosse o campo privilegiado em que majoritariamente se invocasse o direito romano nas Consultas do Conselho de Estado, mas é percepção que também se aplica para as lides no foro e sobretudo para as discussões travadas no IAB. O autor recorda que o tema a escravidão já não era reconhecido em nenhum ordenamento jurídico europeu moderno, pois cada vez mais vinha considerada como uma instituição obsoleta e um mal a ser combatido, fazendo com que a legislação vigente frequentemente fosse omissa para resolver contendas do gênero. Nos casos de lacuna das Ordenações, como visto, recorria-se, então, às fontes de direito romano, que tratavam do tema de modo muito mais detalhado. Cf. LIMA LOPES, 2007, p. 31-32.

<sup>361</sup> Essa foi a data da Reforma mais significativa no ensino jurídico durante o Império, já no Segundo Reinado, pelo Decreto n. 1.386. Dentre outras alterações – como transformar os Cursos Jurídicos em Faculdades de Direito –, merece destaque a inclusão da cadeira de “Institutos de Direito Romano”, no 1º ano; e a de “Direito Civil Pátrio, com a análise e comparação do Direito Romano”, no 3º. Da completa ausência de disciplina dedicada à matéria, essa foi uma alteração curricular significativa ao incluí-la expressamente em duas cadeiras do Curso. Cf. BRASIL. Decreto n. 1.386, de 28 de abril de 1854. Dá novos Estatutos aos Cursos Jurídicos. *Collecção das Leis do Império do Brasil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro: 28 abr. 1854.

<sup>362</sup> Cf. “Estudante de Olinda”, pp. 45-46 em: NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. v. 1. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

<sup>363</sup> BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Assembléa Constituinte – 1823. t. VI. Rio de Janeiro: Typographia da Viuva Pinto & Filho, 1884. p. 238.

cidades de Olinda e São Paulo como suas primeiras sedes. Todavia, a lei sequer foi publicada oficialmente, pois no dia 12 daquele mesmo mês Pedro I dissolveria a Assembleia. O assunto volta à tona somente algum tempo após a outorga da Constituição pelo Imperador, com o Decreto de 9 de janeiro de 1825<sup>364</sup>, emanado também este pelo Poder Executivo, que determinava, ignorando as últimas discussões da Assembleia Constituinte, a criação de um curso jurídico provisório na Corte. Para o funcionamento desse empreendimento, Luiz José de Carvalho e Mello, o já citado Visconde de Cachoeira, um dos Deputados mais ativos nas discussões, chegou inclusive a elaborar estatutos<sup>365</sup>. Apesar da vocação do Rio de Janeiro para gerir os passos iniciais da formação da Nação, tampouco esse Decreto foi efetivado. Mas dele se aproveitaram os estatutos para a fundação dos cursos que finalmente vingaram, como previsto no projeto da Assembleia, em São Paulo e Olinda, dois anos depois.

O descentramento da Corte não deixava de ser, ao revés, também uma estratégia de “construção da Nação”. A distribuição dos Cursos fora do Rio de Janeiro servia de estratégia de articulação entre as diferentes regiões que compunham o país e de prevenção dos

---

<sup>364</sup> O Decreto, apesar de ignorar as deliberações da Assembleia no tocante à localização, traz em sua justificativa os mesmos argumentos elencados pelos Deputados para defender a urgência da criação de Universidades, nos seguintes termos: “Crêa provisoriamente um Curso Jurídico nesta Côrte. Querendo que os habitantes deste vasto e rico Império, gozem, quanto antes, de todos os benefícios prometidos na Constituição, art. 179, //33, e Considerando ser um destes a educação, e pública instrução, o conhecimento de Direito Natural, Público e das Gentes, e das Leis do Império, afim de se poderem conseguir para o futuro Magistrados habéis e inteligentes, sendo aliás da maior urgencia acautelar a notoria falta de Bachareis formados para os logares da Magistratura pelo estado de Independencia Politica, a que se elevou este Imperio, que torna incompativel ir demandar, como d’antes, estes conhecimentos á Universidade de Coimbra, ou ainda a quaesquer outros paizes estrangeiros sem grandes dispendios e incomodos, e não se podendo desde já obter os fructos desta indispensavel instrução, si ella se fizer dependente de grandes e dispendiosos estabelecimentos de Universidades, que só com o andar do tempo poderão completamente realizar-se: Hei por bem, ouvido o Meu Conselho de Estado, crear provisoriamente um Curso Jurídico nesta Côrte e cidade do Rio de Janeiro, com as convenientes Cadeiras e Lentes, e com methodo, formalidade, regulamento e instrucções, que baixarão assignadas por Estêvão Ribeiro de Rezende, do Meu Conselho, Meu Ministro e Secretário de Estado dos Negocios do Imperio. O mesmo Ministro e Secretario de Estado o tenha assim entendido e o faça executar com os despachos necessários. Paço 9 de Janeiro de 1825, 5º da Independencia e do Imperio. Com a rubrica de Sua Majestade Imperial. Estevão Ribeiro Resende”. Cf. BRASIL. Leis, etc. *Collecção de decretos, cartas imperiais e alvarás do Imperio do Brazil de 1825*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. p. 4.

<sup>365</sup> O Visconde de Cachoeira, à época ocupante de uma cadeira no Conselho de Estado, foi incumbido de redigir os estatutos dos Cursos Jurídicos para evitar que fossem incorporados os de Coimbra, conforme previsto inicialmente no projeto da Assembleia. O autor critica de maneira incisiva o regulamento coimbrão por considerá-lo portador de demasiada erudição, mas de nimio saber em jurisprudência, em função da sobrecarga dos estudos de direito romano, em detrimento do pouco estudo do direito pátrio; de direito natural, público e das gentes; ou de direito marítimo, comercial, criminal, e de econômica política, cadeiras essas consideradas fundamentais para formar juristas hábeis a atuar nas funções de Estado e no foro. Considerava inclusive que por esse desequilíbrio os egressos de Coimbra saíam da Universidade “mal aproveitados na Sciencia do Direito Patrio, e sobrecarregados de subtilezas, e antiguidades, que mui pouco uso prestarão na pratica dos Empregos a que se destinarão”, pois (...) “ensinavão Jurisprudencia mais Polemica do que apropriada á pratica da Sciencia de de advogar, e de julgar”. O comentário salta aos olhos, à medida que recordamos que o próprio Visconde era um egresso daqueles bancos. Cf. MELLO, Luis José de Carvalho. *Projecto de Regulamento ou Estatutos para o Curso Juridico mandado crear nesta Corte*, pelo Conselheiro d’Estado Visconde da Cachoeira. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1826.

movimentos separatistas<sup>366</sup>. A educação, sobretudo de nível superior, que servia como fonte direta de produção de profissionais que atuassem mercado – do qual o Estado era um dos principais empregadores – e de cidadãos que integrassem ativamente a comunidade política, para além da dimensão fundamental de estratégia de ideologização e sedimentação da consciência nacional, foi arquitetada, também, para garantir a própria manutenção territorial.

Com esse mote, após outro extenso debate na Assembleia Geral Legislativa, recomposta em 1826, o projeto que vingou foi finalmente convertido em Lei a 11 de agosto de 1827<sup>367</sup>, resultando na inauguração dos *Cursos de Sciencias Juridicas e Sociaes* na cidade de São Paulo em 1º de março de 1828; e na de Olinda<sup>368</sup> em 15 de maio do mesmo ano, ambas ocupando mosteiros, as estruturas mais parecidas com estabelecimentos de ensino superior que a ex-Colônia havia conhecido durante três séculos<sup>369</sup>. Esses dois centros passaram a ser os polos geradores da elite dirigente do Império – já que o Estado, como dito, era o maior empregador dos letrados que ele próprio formava, e o acesso a posições políticas estava bastante vinculado à ocupação prévias cargos na burocracia estatal<sup>370</sup> –, mas também, e muito nos interessa aqui – constituíam ponto de partida para a fundação da classe dos advogados no Brasil.

<sup>366</sup> No que se refere à participação das províncias na educação superior, somente após o Ato Adicional de 1834 é que foi tornada responsabilidade tanto do governo geral como dos governos provinciais. Todavia, nenhuma escola superior foi criada pelas províncias durante o Império, prova do êxito da política de centralização e homogeneização da formação das elites empreendida pelo Governo Central. Cf. NEDER, 1995, p. 100.

<sup>367</sup> Cf. BRASIL. Lei de 11 de agosto de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas a cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. *Collecção das Leis do Império do Brasil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, 11 ago. 1827.

<sup>368</sup> Dentre as possíveis explicações para a escolha da cidade de Olinda como sede, destaca-se a interpretação de Lilia Schwarcz, segundo a qual a seleção teria se dado em razão do reconhecimento de um certo espírito revolucionário e intelectual existente no local, ou como meio de punir e controlar a intransigência republicana do Recife. Nesse sentido, teria sido uma forma de amenizar os ânimos e cinzas ainda presentes após a pressão violenta dos movimentos de 1817, 1821 e 1824. Todavia, o diagnóstico da historiadora é que essa estratégia não correspondeu aos anseios locais de autonomia, pois em do isolamento da província, tudo acabava sendo importado de Portugal, desde compêndios até professores e alunos, que vinham dispensados dos exames preparatórios de Coimbra e Paris por vantagens garantidas em decreto de 1830. Além do mais, ainda sofria forte influência da Igreja, que oferecia a sede e até padres como docentes. Somente em 1852 o Curso é transferido do Mosteiro de São Bento para o Casarão do Hospício, abandonado por um incêndio dois anos depois. Em 1854, o Curso é levado a Recife, restando poucos vestígios de produção intelectual do período olindense. A mudança para a capital da província uma guinada geográfica e intelectual na história da Faculdade. Cf. SCHWARCZ, 1993, p. 144.

<sup>369</sup> Não é uma coincidência quando se pensa que durante a Colônia os únicos cursos superiores que funcionavam no Brasil eram o de Teologia e Ciências Sagradas, para formação de sacerdotes. O cenário só começa a mudar, como dito, em 1808 com a criação, por D. João VI, após se transferir para o Rio de Janeiro, dos primeiros cursos profissionais de Medicina e de Marinha. Mas por três séculos as letras estiveram na mão dos jesuítas, não sendo de surpreender, portanto, que fossem as suas instalações as primeiras sedes do ensino superior secular. Na leitura precisa de Fernando Azavedo, este fora um “símbolo de superposição das duas culturas, a religiosa e a profissional que lhe sucede, substituindo o espírito eclesiástico pelo espírito jurídico e o dogmatismo religiosos e conservador pelo intelectualismo revolucionário e crítico”. Cf. AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964. p. 285. Vale ainda conferir “o que deve o Brasil aos Jesuítas?” em: VALLADÃO, Alfredo. A criação dos Cursos Jurídicos no Brasil. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, t. 101, v. 155, n. 1, 299-341, 1927. p. 333.

<sup>370</sup> Sobre a tendência da elite política de se fundir com a burocracia, cf. CARVAHO, 2008, p. 98.

Enquanto no período colonial a formação jurídica era concentrada em Coimbra, após a Independência bifurcou-se, portanto, nesses dois núcleos, mas isso não representou enorme diferença no que diz respeito à homogeneização da elite. A educação superior continuava sendo poderoso elemento de unificação ideológica da elite imperial, mantida sob estrita supervisão do Governo Central<sup>371</sup>, por três razões sintetizadas por José Murilo de Carvalho: (a) quase toda a elite era graduada, em meio à maré de analfabetos que eram os seus conterrâneos; (b) a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em consequência, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades; (c) para além da concentração temática, a concentração geográfica, agora distribuída em dois polos, ainda promovia uma rede de comunicação entre os estudantes das várias capitanias e províncias, atuando secundariamente como fator de integração territorial<sup>372</sup>.

Junto a esses determinantes fatores de unificação ideológica, concorre também a já citada absorção por parte do Estado da maior parte dos bacharéis formados nas primeiras turmas desses dois Cursos para ocupar a burocracia estatal. Através do percurso formativo e da subsequente admissão administrativa, esses jovens juristas incorporavam valores nacionais e eram orientados a servir os interesses da monarquia. Graças à necessidade que ainda havia de preencher quadros na burocracia estatal, esses primeiros egressos encontraram muitas oportunidades de ascensão na estrutura político-administrativa do Império.

Todavia, o que inicialmente era um panorama seguro de inserção profissional em empregos e cargos no Império, não foi situação que se manteve inalterada até o fim do Império. A crescente multiplicação do número de egressos desses cursos e a progressiva consolidação das estruturas burocráticas e políticas no Império impediram que todos os formados fossem absorvidos, processo que se intensifica a partir da década de 1860, quando já se completavam quase três décadas de gerações de bacharéis formados em solo brasileiro. A acumulação desse contingente excedente, que não conseguia se inserir em nenhuma posição política ou burocrática do Estado, contribuiu para a proliferação entre os egressos dos cursos de Direito de correntes dissidentes, quer por insatisfações políticas ou pessoais, passando alguns a contestar

---

<sup>371</sup> Ciente da importância da educação superior para o projeto de consolidação do Estado Nacional, o Governo Central sempre manteve rédeas curtas no controle das escolas superiores, sobretudo as de direito. Diretores e professores eram nomeados pelo ministro do Império, programas e bibliografias eram controlados. Prova disso é uma decisão do Ministério do Império, emanada já na década de 60: cf. BRASIL. Aviso de 29 de dezembro de 1860. Ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo sobre o parecer dado a respeito de hum compendio destinado ao ensino do direito romano. In: Id. p. 503. Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brasil. t. XXIII. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861.

<sup>372</sup> Cf. CARVALHO, 2008, p. 65.



a organização imperial, o que torna plausível a leitura de Pang e Seckinger, para quem “os mandarins influenciaram seja na unificação que na desintegração do Império do Brasil<sup>373</sup>.”

Essa circunstância foi oportunamente aproveitada pelo movimento Republicano, que encontra nesse contingente não absorvido pelo Estado uma “audiência pronta”<sup>374</sup>. O Manifesto Republicano de 1870, nesse sentido, é interpretado também como uma forma protesto dos jovens, principalmente, juristas, contra o desemprego e avanço bloqueado nas estruturas políticas. Isso fica evidenciado pela facilidade com que, no final da década de 70, os mais importantes signatários do Manifesto foram cooptados novamente pela política imperial pela oferta de boas posições<sup>375</sup>.

Isso tudo só nos leva a reforçar o quadro desenhado até aqui de dependência política e burocrática mútua entre os bacharéis e o Império: mesmo após um aparente rompimento pelo fortalecimento dos ideais republicanos, os juristas ainda eram cooptados pela estrutura imperial pela manipulação das possibilidades de participação em cargos político-burocráticos, mesmo aqueles que atuavam como profissionais liberais na advocacia. Resta nítida, portanto, a umbilical relação entre essas instituições durante o Império, da qual a criação e atuação do IAB em suas primeiras décadas é apenas um reflexo.

---

<sup>373</sup> Cf. PANG; SECKINGER, 1972, p. 217.

<sup>374</sup> A leitura é de: GUIMARÃES; FERREIRA, 2003, p. 66.

<sup>375</sup> Vale lembrar quais cargos eram preenchidos por nomeação direta do Imperador, conforme previsão da Constituição do Império de 1827: a) Senadores; b) Ministros de Estado; c) Magistrados; e) Comandantes das Forças de Terra e Mar; f) Embaixadores e Agentes Diplomáticos; g) Membros do Conselho de Estado; h) Presidentes de Província; para além do provimento de cargos políticos e civis outros. A maior parte dessas posições potencialmente – e efetivamente o eram – poderiam ser preenchidas por juristas, estando nas mãos da Administração Central, portanto, a concessão de atrativas oportunidades de ascensão política e econômica para um bacharel em direito. No início da década de 70, quando avançava o estado de saturação do mercado jurídico na década de 70, e as relações entre bacharéis e Império começavam a estremecer, é aprovada a Reforma de 20 de setembro de 1871 no Judiciário, e a lei de 6 de agosto de 1873, que aumentavam o número de distritos judiciários em quase 50%, de 230 para 350 aproximadamente. As duas leis significaram praticamente 120 novas posições de juiz de direito, muitas delas ocupadas por opositores manifestos do regime. Exemplo trazido por Barman foi o de Lafayette Rodrigues Pereira, um signatário do Manifesto Republicano, que aceitou posição de Ministro da Justiça em 1878. Cf. BARMAN, 1976, p. 442. É válido destacar que esse jurista era membro do IAB, com matrícula datada de 14 de julho de 1859 – conforme *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870, p. 136 –, o que revela sua atuação ativa como advogado. Isso só reforça o fato de que não somente bacharéis que tenham atuado sempre em carreiras públicas eram alvo de cooptação, mas muito frequentemente também advogados. Diversos são os exemplos de bacharéis que declaram nas atas das sessões do Instituto que se afastam da agremiação por assumirem algum cargo público, dentre os quais se pode citar o caso célebre do afastamento de Montezuma da Presidência, o primeiro Presidente do Instituto, para ocupar o cargo de Conselheiro de Estado, em janeiro de 1851. Cf. *RIOAB*, v. 2, n. 1, 1863. p. 9.

### 3.1.2 “Um monumento de gloria nacional”: a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e suas semelhanças com o Instituto dos Advogados

Apesar de já termos explorado exaustivamente a noção de que o processo de consolidação da Nação no Brasil foi gradativo e construído a passos lentos, seus artífices procuraram acelerá-lo partindo justamente de uma percepção oposta: construíam suas narrativas festejando o ideal da Nação como um processo já acabado. Tratá-la como evidência – quando de óbvio, nada tinha, dadas as cicatrizes do período colonial, as circunstâncias da Independência e o caráter do novo Império – era, de fato, “uma arma política, um esquema cognitivo e um programa histórico”<sup>376</sup>.

Seria este um capital simbólico, a ser artificialmente construído – já que não era uma realidade pré-existente e pressuposta ao território que se circunscrevia dentro do novo Estado Independente – capaz de manter unificada e integrada uma estrutura estatal que estava sendo implantada antes de que florescesse qualquer consciência de comunidade. Era necessário, então, forjar narrativas que fortalecessem essa ideia no interior do Estado, com vistas à coesão interna, mas também para externamente inserir o país no conjunto mais amplo das “nações civilizadas” que do outro lado do Atlântico assim se organizavam no século XIX. Para tanto, recursos discursivos que envolviam a história e a memória eram ferramentas importantíssimas da tentativa de amalgamar de maneira imaginada<sup>377</sup> os elementos que na realidade social se repeliam.

Nesse cenário, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi mais uma etapa do desenvolvimento cultural de um projeto de Estado Nacional, conduzida também esta pela elite letrada e centrada no Rio de Janeiro<sup>378</sup>. A proposta concretamente foi lançada em

<sup>376</sup> Cf. As expressões são colhidas em: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Estado, nação e escrita da história: propostas para debate. In: CARVALHO, José Murilo (Org.). *Repensando o Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 258.

<sup>377</sup> A definição de “nação” enquanto uma comunidade política imaginada foi proposta por Benedict Anderson, na década de 70 para se referir ao sentimento de comunhão que unia os coabitantes de um mesmo país sem que sequer se conhecessem ou tivessem ouvido falar um do outro. Todavia, o sentido que se pretendeu aqui empregar foi o de uma comunidade “imaginada” enquanto fruto, literalmente, da imaginação da elite que impôs o regime político, valores, língua e fronteiras de modo verticalizado, o que pouco tem a ver com o sentimento partilhado pelos coabitantes de maneira geral. É a artificialidade típica dos territórios que serviram como colônias de exploração, tendo recebido fluxos migratórios forçados e muito associados à necessidade de ocupação e exploração do trabalho. Outros são os ligames, ao revés, ainda que também estes imaginados, que conectam populações que há gerações e séculos coabitam o mesmo território em comunidade de tradições, história, costumes, língua. Para a referência daquela primeira acepção citada, cf. ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989. pp. 14-15.

<sup>378</sup> Uma tal Instituição não poderia ser mais funcional ao projeto de centralização do Estado à medida que se organizava, conforme estatuto, a partir de uma central, na capital do Império, que incentivaria a criação de Institutos Históricos provinciais, canalizando de volta à Corte informações sobre as diferentes regiões do Brasil. Da sede do Império se disseminariam as luzes em direção às províncias, de modo a integrá-las ao projeto de

reunião da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*<sup>379</sup> – sociedade científica subvencionada pelo Estado Imperial e voltada a incentivar a atividade agrícola –, sob a justificativa de que uma tal associação literária [o IHGB] deveria “ministrar grandes auxílios á publica administração e ao esclarecimento de todos os Brasileiros”<sup>380</sup>.

É com esse mote que é fundado o Instituto em 21 de outubro de 1838, na sede da Corte Imperial. Ainda sob a batuta da administração regencial, mesmo em meio às diversas revoltas de cunho contestatório e separatista que agitavam o país de cima abaixo, criava-se um centro de valorização da memória, logo após complementado pela fundação do Arquivo Público Nacional, inaugurado em 2 de janeiro do ano seguinte. Mas era *uma* memória, de um único dono e com um único fim: louvar a pátria recém-proclamada independente e manter soberano o território do Estado, objetivos esses para os quais o instrumental teórico da *história* e da *geografia* serviriam como dois braços complementares<sup>381</sup>. No discurso da sessão inaugural dos trabalhos do Instituto, esse intento era expressamente declarado pelo seu *1º Secretario Perpetuo*, Januario da Cunha Barboza:

Nos vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memorias da patria, e os nomes de seus melhores filhos; nós vamos assinalar, com a possível exactidão, o assento de suas cidades e villas mais notaveis, a

---

centralização do Estado e garantir a unidade da Nação brasileira. Cf. “Extrato dos estatutos” em: *REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO BRAZIL* fundado no Rio de Janeiro debaixo da immediata proteção de S. M. I. o Senhor D. Pedro II. t. 1, n. 1, 1839. p. 18-19.

<sup>379</sup> Em um momento em que a principal “indústria” do país era a agricultura, a SAIN, criada em 1827, era o produto de uma visão iluminista que privilegiava as atividades científicas “úteis” à sociedade, destinada a desenvolver a economia do Império mediante a divulgação de conhecimentos científicos para a modernização da indústria agrícola. Entretanto, a *Sociedade* também se dedicou à defesa da instrução pública de modo mais geral, sendo o tom de suas posições, é válido assumir, de natureza muito mais técnico-científica do que política, ainda que a proposição da criação de um Instituto como o IHGB não possa ser desvinculada de intenções claramente políticas e do projeto imperial em ato de consolidação do Estado Nacional. Vale destacar que a associação vivia do mecenato estatal, tendo por isso cunho quase oficial, pois recebia dotações do orçamento geral e contava entre seus membros boa parte dos políticos mais importantes da época, alguns dos quais, como o Marquês de Olinda, o marquês de Abrantes e o visconde do Rio Branco, a dirigiram. Tanto é que com a queda da Monarquia, em 1889, a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, assim como outras instituições de ensino e propagação cultural e artística que recebia o apoio e a proteção do imperador D. Pedro II, entrou em declínio, manifestado principalmente na publicação que mantinha desde 1833 – *O Auxiliador*, mais uma prova da funcionalidade de um periódico para associações científicas –, que entra em uma fase de periodicidade irregular, até deixar de circular em 1903. Cf. CARVALHO, 2008, p. 52; e especialmente “A indústria dá as cartas: os 60 anos de *O Auxiliador*” em: COSTA, 2009, pp. 97-99.

<sup>380</sup> Os sócios proponentes eram também membros do Instituto Histórico de Paris. Cf. MATTOS, Raymundo José da Cunha; BARBOZA, Januario da Cunha. Proposta aos Ill.mos Srs. do Conselho da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. t. I, n. 1, pp. 5-7, 1839. p. 5.

<sup>381</sup> Já pela adjetivação presente em seu nome – o Instituto era *Historico* e *Geographico* – resta clara a intenção da instituição de trabalhar com o instrumental dessas duas áreas do saber. Isso porque cada uma dessas matérias potencialmente poderia fornecer dados que eram muito úteis para a definição do quadro nacional que se procurava consolidar, permitindo, assim, que o retrato da Nação, na sua integralidade, em seus aspectos físicos e sociais, fosse traçado. Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional”. *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, pp. 5-27, 1988. p. 14.

corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direcção de suas serras, e a capacidade de seus innumeráveis portos<sup>382</sup>.

O discurso pode ser entendido como o manifesto da orientação de um tipo de escrita da história que se pretendia “puro”, “verdadeiro”, a serviço da pátria, de seus grandes homens e das suas riquezas, cujo sentido político implícito era o de enaltecer a Nação em gestação: o conhecimento do passado e do território deveria ser organizado segundo os ditames de uma ciência, embebido de patriotismo, para ser capaz de forjar uma identidade nacional<sup>383</sup>. Quando se diz “produzido” é justamente por se tratar de uma leitura criada, intencionalmente dedicada a solidificar mitos de fundação, ordenar fatos de modo que revelem homogeneidades até então não percebidas, heróis até então desconhecidos e eventos até então dispersos<sup>384</sup>. O amor à pátria contaminava o amor à letra: só interessava lembrar o que contribuía para a afirmação da nacionalidade ou do Estado, filtrando ou amortizando aquilo que os comprometia ou enfraquecia.

É importante dizer que a leitura da história empreendida pelo IHGB, nesses moldes, estava marcada por um duplo projeto<sup>385</sup>: não só dar conta de uma gênese da Nação brasileira, mas ao mesmo tempo inseri-la numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao iluminismo, difundidas no continente europeu durante aquele século. Nesse sentido, o projeto de criar uma associação científica com esses parâmetros seguia um movimento transnacional identificado por Jacques Le Goff como “destinado a fornecer à memória coletiva das nações os monumentos de lembrança”<sup>386</sup>. Fica muito clara a adesão a uma tradição historiográfica iluminista, que concebia a história enquanto um processo linear e inevitável em direção ao progresso e à equivalência com as “nações cultas e polidas”<sup>387</sup>, caminho inevitável de evolução ao qual as letras conduziriam o país: “tudo, enfim, presagia que o Brasil é destinado a ser, não

---

<sup>382</sup> Já citado como um dos proponentes da fundação do Instituto, Januario da Cunha Barboza, sacerdote literato e maçom que atuou ativamente na política durante o Império, foi o responsável pelo discurso “no ato de estatuir-se o Instituto Historico e Geographico Brasileiro”, onde o IHGB vem citado como o “monumento da gloria nacional”, e que pode ser conferido em: BARBOZA, Januario da Cunha. Discurso. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. t. I, n. 1, pp. 9-17, 1839.

<sup>383</sup> Sobre essa leitura do passado, cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 103.

<sup>384</sup> Nesse sentido de “conhecimento produzido”, cf. também SCHWARCZ, 1993, p. 99.

<sup>385</sup> GUIMARÃES, 1988, p. 8.

<sup>386</sup> Uma interessante discussão sobre as representações do passado que povoam a construção da memória coletiva se encontra em: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. p. 464.

<sup>387</sup> A correspondência com o Instituto Historico de Paris e com outras nações estrangeiras, inclusive pelo envio de todos os documentos da instalação do Instituto brasileiro eram objetivos previstos já na proposta de estatuto apresentada por Mattos e Barboza e citada à nt. 383, *supra*.

acidentalmente, mas, de necessidade, um centro de luzes e civilização, e o arbitro da politica do Novo Mundo”<sup>388</sup>.

Ao definir a Nação brasileira enquanto representante do ideal civilizatório europeu nos trópicos, essa academia de letrados se propunha a desenhar um retrato que encontrava pouca correspondência com a diversidade de elementos étnicos que compunha o território, optando por excluir internamente desse projeto aqueles que não correspondiam ao ideal de uma civilização “esclarecida” e, literalmente, branca. Nesse arranjo de forte caráter excludente, espaço secundário era atribuído às “raças inferiores (...) de côr cobre ou americana”, ou de “cor preta ou ethiopica”<sup>389</sup>, habitantes internos que teriam apenas coadjuvado no processo de desenvolvimento da nação, iniciado pelas mãos generosas do Português colonizador e conquistador, de “côr branca ou Caucasiana”, “que deu as condições e garantias Moraes e physicas para um reino independente”<sup>390</sup> e aqui colocou “a essencia do grão da civilisação intellectual”<sup>391</sup>.

Desde logo foi eleito o Jovem Príncipe - à época, com apenas 12 anos - o patrono do Instituto, que nascia “debaixo da immediata proteção de S. M. I. o Senhor D. Pedro II”, conforme anunciava o frontispício da sua *Revista* que começa a ser publicada em 1839. Ao se empoderar plenamente das prerrogativas da Coroa, o Imperador começa a participar ativamente da associação, tendo presidido 508 sessões ordinárias de 1849 até a data de seu exílio, sem contar as sessões públicas de aniversário e outras comemorações, além de ter colaborado expressivamente com o Arquivo e com a Biblioteca do Instituto, legatário de boa parte do seu

---

<sup>388</sup> Já o segundo número da *Revista do IHGB* lança um artigo do primeiro presidente da instituição, José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, definindo a linha programática do Instituto como tributária de uma tradição iluminista que podia ser conectada em linha de continuidade às instituições culturais que existiram no Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais já no século XVIII. A citação se extraiu de: PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das ideias de illustração, que em differentes épocas se manifestaram em nosso continente. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, pp. 77-86. abr./jun. 1839. p. 62.

<sup>389</sup> As expressões são colhidas do texto programático do alemão Karl von Martius, que propunha as linhas mestras que deveria seguir a historiografia brasileira que se organizava, publicado na *Revista* em 1844 e contemplado com um prêmio concedido pelo próprio Instituto em 1847. Esse programa consistia em um plano sobre como escrever a história do Brasil em um projeto capaz de garantir uma identidade à Nação em construção, na qual a participação do elemento branco era expressamente enaltecida. A outorga do prêmio tem muito a dizer sobre a concordância do IHGB com este projeto. Cf. MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a Historia do Brazil. Dissertação offerecida ao Instituto Historico e Geographico do Brasil. Acompanhada de uma Bibliotheca Brasileira, ou lista das obras pertencentes á Historia do Brasil. *Revista Trimestral de Historia e Geographia* ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, debaixo da Immediata Protecção de S. M. I., o Senhor D. Pedro II. t. 6, n. pp. 381-403, 1844.

<sup>390</sup> Ivi, p. 382.

<sup>391</sup> Ivi, p. 397.

rico acervo pessoal no momento de sua partida<sup>392</sup>. Não à toa foi adotado como emblema do Instituto em 1889, mesmo após da proclamação da República, a insígnia “*Auspice Petro Secundo. Pacifica Scientiae Occupatio*”, o que pode ser interpretado como um manifesto de lealdade a D. Pedro<sup>393</sup>, o grande mecenas financiador das instituições culturais durante o Império<sup>394</sup>.

Integrar as reuniões dessa digníssima associação cultural em que tomava assento a própria Majestade Imperial representava, certamente, um símbolo de *status* intelectual e político aos senhores que tinham o privilégio de compor o seleto grupo de 50 sócios efetivos do Instituto. Essa era uma plataforma de distinção e divulgação em que poderiam se promover pelas letras e colaborar com a consolidação do projeto nacional e com a elaboração de uma narrativa hegemônica em consonância com os desígnios do Império. A participação dos indivíduos nesse tipo de associação e lugar de sociabilidade – afinal, era um espaço dedicado a viabilizar o encontro de eruditos e suas trocas culturais – era fator determinante para a definição da própria condição de “homens de letras” e de “homens de ciência”<sup>395</sup>.

Sabendo disso, é interessante constatar, pela análise do perfil social e profissional dos membros do IHGB, que a ascendência de boa parte do corpo de sócios relacionava-se a estudos jurídicos, além de que vários deles eram ocupantes de posições na burocracia do Estado. Basta pensar na lista de fundadores<sup>396</sup>: dos vinte e sete signatários, quinze atuavam na vida política. Do conjunto total, é conhecida a escolaridade de vinte e quatro deles, dos quais nove eram formados em Direito em Coimbra: um que tinha por profissão a advocacia e outros oito que possuíam cargos políticos. Esse é um quadro coerente com o panorama educacional luso-brasileiro da primeira metade do século XIX, de predominância da formação jurídica de Coimbra e de bacharéis que atuavam nas funções de Estado. A coincidência que mais importa destacar, entretanto, é que um dos juristas fundadores foi justamente o primeiro Presidente do

<sup>392</sup> Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, v.156, n°388, p.459-613, jul./set., 1995. p. 468.

<sup>393</sup> Lilia Schwarcz observa que as manifestações de fidelidade devidas a D. Pedro só aumentam mesmo nos primeiros anos da República Velha, o que revela ter sido essa relação de apoio mútuo longa e transcendente até mesmo à queda do Regime. SCHWARCZ, 1993, p. 109.

<sup>394</sup> Cf. especialmente: “Um monarca nos trópicos”: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Imperial de Belas-Artes e o Colégio Pedro II”; “Formando uma cultura local: ‘A ciência sou eu’” em SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2ª ed. 3ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 176-245.

<sup>395</sup> A leitura da participação nesse tipo de sociedade enquanto via de reforço para esses predicados se encontra em: VENANCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar. In: GOMES, Angela Castro de (Org). *Escrita de si e da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. pp. 115.

<sup>396</sup> Os dados foram levantados por Lucia Guimarães, com informações cruzadas no *Dicionário Bibliográfico* de Augusto Blake e da obra *Homens do Brasil* de Liberato Bittencourt. Cf. GUIMARÃES, 1997, p. 476-478.

Instituto dos Advogados Brasileiros: Francisco Gê de Acayaba Montezuma, futuro Visconde de Jequitinhonha<sup>397</sup>.

Esses dados constituem interessante elo para o início da reflexão proposta para esta seção: a discussão dos aspectos em que o IAB, instituição que dá luz ao objeto da presente pesquisa, e o IHGB, seu contemporâneo e equivalente no campo da história, guardavam notáveis semelhanças. Inicialmente salta aos olhos a imediata sujeição, de ambas às associações, à *Augusta Presença*. No caso do IHGB, o Imperador não agia apenas simbolicamente como “Protetor”, mas desde o início o Estado inteirava 75% do orçamento da Instituição<sup>398</sup> e fornecia a sede da associação, que funcionava no Paço Imperial. O IAB, por sua vez, em que pese fosse autossustentado, e tenha devido se arranjar na casa e no escritório de seus membros nos primeiros anos, também nasce sob o beneplácito do Monarca, submetendo-lhe a aprovação de estatutos e regimentos, condicionando a aprovação de membros, por expressa obrigação regimental, a juramento de fidelidade ao Imperador e anualmente enviando comissões para cumprimentá-lo no aniversário da Independência e de seu nascimento.

Diante dessa proximidade com o Governo Imperial, o resultado não poderia ser outro – já anunciado nas laudas anteriores –: ambos serviam, orgulhosamente, diga-se de passagem, à concretização do projeto de centralização do Estado – convergente ao de consolidação da Nação – e não poderiam partir de outro lugar que não do Rio de Janeiro, sede da Corte. Essa colaboração não se dava só a nível retórico, mas sim pela produção, cada qual em seu campo, de conhecimento técnico que legitimasse as decisões de natureza política do Governo. Assim como o IAB era chamado a dar pareceres sobre questões jurídicas – como aprofundaremos com mais vagar na próxima seção – o IHGB também era chamado a produzir trabalhos sobre questões especiais e de fronteira, conectadas à identidade e singularidade física da Nação em construção. O poder em vias de definição muito precisou se valer do saber desses historiadores, geógrafos e juristas, em um país que carecia não só de delimitações territoriais, mas de uma memória espacial e político-cultural<sup>399</sup>.

Ainda à guisa de comparação, outra coincidência curiosa se refere à organização das conferências: a dinâmica das reuniões do IAB seguia basicamente o mesmo modelo dos

---

<sup>397</sup> Não foram poucos os juristas que ao longo do Império integraram o IHGB, mas importa-nos destacar, aqui, sobretudo a participação de 5 dos 6 primeiros Presidentes do IAB, todos eles membros do Instituto Histórico – além de Montezuma, Francisco Inácio de Carvalho Moreira (2º), Caetano Alberto Soares (3º), Urbano Sabino Pessoa de Mello (5º), Agostinho Marques Perdigão Malheiro (6º) – o que pode servir de indício da íntima conexão entre os dois Institutos, ao menos nos anos iniciais de sua formação.

<sup>398</sup> SCHWARCZ, 1998, p. 198.

<sup>399</sup> Sobre o papel do IHGB e a importância de seu saber específico para a política imperial, cf. GUIMARÃES, 1988, p. 15.

encontros acadêmicos do IHGB. Respeitadas as especificidades, ambos incorporaram o modelo e a herança de certas práticas desenvolvidas pelas chamadas *sociétés savantes* do século XVIII<sup>400</sup>, sobretudo no que se refere à definição de uma pauta de temas ou pontos para discussão - uma “ordem do dia” - a serem desenvolvidos pelos associados e discutidos durante as sessões. Ambas as associações, pretendendo-se científicas, acreditavam poder definir, com autoridade e legitimidade, teses cruciais para o seu campo de saber, que no IHGB vinham chamadas de “programmas historicos”, enquanto no IAB eram denominadas de “*questões scientificas*”<sup>401</sup>.

A semelhança que mais nos interessa ressaltar, entretanto, é o fato de que o IHGB também possuía um periódico institucional, cuja estrutura, em linhas gerais, muito se assemelhava à *Revista* do IAB. Criado em 1839, o periódico trimensal do Instituto Histórico foi pensado com a missão de “*coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil*”<sup>402</sup>. Para tanto, além de também trazer extratos das atas das suas sessões quinzenais (como o IAB também apresentava das suas), divulgava a produção intelectual dos seus associados com artigos que versavam sobre questões técnicas relevantes ao Instituto (correspondente à seção de doutrina da *RIOAB*). Por outro lado, enquanto o IHGB se preocupava em divulgar documentos históricos e fontes primárias, a *RIOAB* continha seções dedicadas a divulgar legislação e jurisprudência, matéria prima para a atividade do jurista assim como o documento o é para o historiador.

Interessante notar, ainda, como as *Revistas* das duas associações eram reciprocamente distribuídas – o que revela que para além de terem membros em comum, também compartilhavam leitores e interesse mútuo, como se confere na leitura de atas de conferências do IAB que registraram a troca de exemplares entre as duas Instituições<sup>403</sup>.

<sup>400</sup> Essas instituições surgiram na Europa no século XVII, ao lado das academias nacionais, mas foi sobretudo no século XIX que as *sociétés savantes* ou *corps savantes* se tornaram muito em voga, cumpriram papel relevante no panorama cultural da Europa e da América naquele no oitocentos. Formadas por homens de notório saber em determinada área do conhecimento, que se reuniam geralmente para discutir aspectos da literatura, da história, das ciências e das artes. Geralmente eram patrocinadas pelos regimes políticos e gozavam de elevado prestígio junto à opinião culta, vez que acolhiam e consagravam os nomes célebres do mundo letrado, identificavam e alçavam os novos talentos, além de definir as regras e rumos da investigação científica. Descrição detalhada pode ser cf. em: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O periódico de uma société savante: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). *ArtCultura*, Uberlândia, v. 14, n. 25, pp. 37-49, jul.-dez. 2012.

<sup>401</sup> O cotejo das duas Instituições, sob esse aspecto, se encontra em: GUIMARÃES; FERREIRA, 2003, p. 13-27.

<sup>402</sup> Há que se destacar, entretanto, que a Revista do IHGB fora muito mais regular em sua periodicidade que aquela do IAB, não tendo jamais sido interrompida, a ponto de ser distribuída a 136 sociedades estrangeiras e receber, por sua assiduidade, um prêmio internacional no Congresso de História de Veneza, em 1881. Cf. COSTA, 2007, p. 99. É publicada até hoje como Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sendo fonte valiosa – feitas as devidas ressalvas ao tipo de historiografia ali produzida – pelos documentos raros que contém.

<sup>403</sup> Em conferência de 2 de outubro de 1862, o Presidente Perdigão Malheiro pede que fosse remetido um exemplar da *Revista* do IAB, cujo terceiro número acabara de ser publicado, para o Instituto Histórico e Geográfico. Cf. *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870. p. 153. Em conferência de 28 de abril de 1864, ainda sob a Presidência de Perdigão, o Instituto recebe ofício do Secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro oferecendo ao IAB coleção de



Em síntese, seja por compartilharem membros comuns, por manterem semelhante relação com o poder imperial ou por servirem – pelo direito ou pela história, ou por ambos, mutuamente – aos mesmos propósitos de consolidar um projeto nacional em ato, as duas instituições contribuíram, cada uma a seu modo – através de recursos simbólicos e instrumental técnico, e com especial participação de suas *Revistas* – para o crescimento cultural brasileiro a partir de uma especial linha de orientação. A partir de agora, deslocamo-nos cinco anos à frente no nosso itinerário oitocentista, até o momento de fundação do Instituto dos Advogados Brasileiros, que constitui a etapa seguinte de consolidação desse projeto que irá colocar em maior evidência a participação dos juristas e o uso do direito para esses fins.

### 3.2 A FINA FLOR DA ELITE IMPERIAL: OS BACHAREIS REUNIDOS EM TORNO DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS (1843)

*Capì questo: che le associazioni rendono l'uomo più forte e mettono in risalto le doti migliori delle singole persone, e danno la gioia che raramente s'ha restando per proprio conto, di vedere quanta gente c'è onesta e brava e capace e per cui vale la pena di volere cose buone, mentre vivendo per proprio conto capita più spesso il contrario, di vedere l'altra faccia della gente, quella per cui bisogna tener sempre la mano alla guardia della spada<sup>404</sup>.*

Sempre em nome dos mais nobres propósitos – ao menos, a nível discursivo – se reúne um agrupamento de sujeitos, agregando forças e talentos, como percebera Cosimo, o protagonista do romance de Italo Calvino que figura nesta epígrafe. É na chave da sociabilidade enquanto fator de mobilização de intelectuais em prol de um projeto comum<sup>405</sup> que vem pensada a criação do Instituto dos Advogados Brasileiros em 1843, a primeira iniciativa, durante o Império do Brasil, voltada a congregar exclusivamente bacharéis em Direito com propósitos científicos e de organização de uma classe profissional.

---

suas *Revistas* e as obras de Jaboaão. Cf. *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870, p. 179. Não é demais lembrar que o Sr. Perdigão Malheiro era membro do Instituto Histórico e Geográfico desde 1841.

<sup>404</sup> CALVINO, Italo. *Il barone rampante*. Milano: Oscar Mondadori, 2010. p. 119.

<sup>405</sup> A categoria sociabilidade, originária de estudos sociológicos – entre Georg Simmel, Max Weber, Georges Gurvitch – foi tornada um conceito historiográfico aos finais dos anos sessenta pelas mãos do historiador francês Maurice Agulhon. Foi o ponto de partida para uma vasta gama de possibilidades para estudos históricos voltados a explorar as diversas formas de organização e convivência entre pares. Vale destacar que o estudo das sociabilidades não é mero sucessor da tradição iniciada pelo associativismo (categoria historiográfica inaugurada com os estudos de outro historiador francês, Alexis de Tocqueville, na década de 40 do século XIX, ao se debruçar sobre a intensa vida associativa norte-americana) por ter o mérito de alargar o conteúdo desse campo de estudos, abrangendo também as sociabilidades informais, preocupando-se mais com a natureza e as formas de espaços que ocupam do que com as relações entre os indivíduos entre si. Para uma discussão detalhada desse, cf. CANAL, Jordi. Maurice Agulhon e a categoria sociabilidade. *Ler História*, n. 68, 2015.

Não é novidade, na economia do discurso até aqui desenhado ao longo deste capítulo, que esse empreendimento, apesar de reunir por sua essência profissionais liberais, e de contar com direta subvenção governamental<sup>406</sup>, era de todo compatível com os interesses e necessidades do Estado Imperial. É por isso que a bênção amiga do Imperador ou de representantes do Governo foi apoio presente desde as cerimônias inaugurais, aprovação dos documentos oficiais, concessão de prerrogativas, ao mesmo tempo que foi generosamente retribuída por serviços de fundamental importância para o aperfeiçoamento de suas instituições e do seu direito. Os juristas, agora bacharelados na própria pátria, e reunidos em uma associação de advogados *brasileiros*, encarnavam a missão de autonomização cultural da sociedade brasileira, abraçando o que se considerava um imperativo político de nacionalizar a ordem jurídica.

Esse auxílio era imprescindível, sobretudo em um momento bastante crítico de afirmação do Governo Imperial, como fora o início da década de 40, ainda abalada pela ressaca das rebeliões do período regencial<sup>407</sup> e do recém-travado golpe da Maioridade. A busca por recuperar o controle legal e administrativo das províncias, mantendo a integridade do território em torno da capital do Império, era tarefa de primeira ordem para a geração de políticos que acabara de ascender ao poder, na década do *Regresso Saquarema*<sup>408</sup>. Em um momento de

---

<sup>406</sup> Conforme o título V do Regimento Interno do Instituto, publicado no primeiro número da Revista, os fundos do instituto compunham-se de “joias, mensalidades, contribuições extraordinárias, e das multas de que trata este regimento, e bem assim dos objectos comprados com essas quantias, e de quaisquer donativos”. Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862. p. 20. Tratava-se, portanto, de receita proveniente exclusivamente da arrecadação entre os associados, sem previsão de dotação orçamentária por parte do Governo Imperial. Prova disso é o relato de Sá Vianna sobre o episódio da estátua de Teixeira de Freitas. O Instituto pretendia erguê-la, após a morte do seu ex-Presidente, mas não encontrava modo de fazê-lo, pela “falta absoluta de meios pecuniários para ser levado a efeito o monumento por mais singelo que fosse – um busto fundido em bronze sobre uma columna artistica de granito”. Lamentava a situação por entender que o Instituto era “a corporação scientifica que no paiz maiores e mais valiosos serviços presta á Nação, dando pareceres sobre projectos de lei á pedido da Camara dos Deputados, do Senado e dos Governadores dos Estados, organizando regulamentos e ainda dando pareceres por solicitação do Ministro da Justiça, effectuando como succedeu em 1894 e 1900 uma Exposição internacional de trabalhos jurídicos e um Congresso jurídico, mantendo franca á consulta do publico uma vasta e excellente bibliotheca de Direito, é a unica que não recebe directa ou indirectamente dos cofres publicos a mínima subvenção, nem mesmo para a publicação de trabalhos”. O desfecho do episódio foi que o artista Rodolpho Bernardelli, diretor da escola nacional de Bellas Artes, criou gratuitamente a estatua em homenagem ao jurista, poupando a própria Instituição. Cf. VIANNA, Manuel Alvario de Souza Sá. Augusto Teixeira de Freitas. *Traços biographicos*. Rio de Janeiro, Typ. Hildebrandt, 1905. p. 317.

<sup>407</sup> O período que se seguiu à Abdicação, em que o Brasil foi governado pelo revezamento de regentes até que o herdeiro da Coroa atingisse a maioria, registrou numerosas rebeliões em todas as regiões do Brasil que ameaçaram a integridade do Império, sendo as mais célebres a Cabanagem (que durou de 1835 a 1840 na Província do Grão-Pará), a Balaiada (de 1838 a 1841 na Província do Maranhão), a Sabinada (de 1837 a 1838 na Província da Bahia), a Guerra dos Farrapos (de 1835 a 1845 na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul) e a Revolta dos Malês (em 1835 na Província da Bahia).

<sup>408</sup> Momento de ascensão das forças conservadoras fortalecidas pelos temores de desintegração territorial decorrentes das revoltas regenciais e que culminaram na série de reformas legislativas discutidas no início deste capítulo. Mas vale destacar que o termo “Regresso” não se trata somente de categoria historiográfica cunhada *a posteriori*, mas era alcunha utilizada pelos contemporâneos desses acontecimentos inclusive em tom simpático à

fragilidade política, com todas as feridas abertas pelas ainda recentes insurreições políticas, a afirmação de um Estado centralizado só era viável a partir de um acordo *intraelite*, para cuja celebração o IAB jogou papel fundamental utilizando-se do valioso instrumental de legitimação que era a autoridade do saber jurídico. Era o que distinguia seus membros e qualificava-os como detentores de competências especiais para aconselhar o Estado através de seus pareceres sobre a organização legislativa e judicial<sup>409</sup>.

O órgão nasce, então, sob o beneplácito do Monarca, que conferiu sua chancela pelo Aviso de 7 de agosto de 1843, aprovando “benignamente” a instalação do Instituto e o seu Estatuto, exigindo ao mesmo tempo que também o regimento interno, a ser elaborado, fosse submetido ao mesmo procedimento<sup>410</sup>. Essa declaração de concordância foi emitida de maneira insolitamente veloz, tendo tramitado por menos de duas semanas nas intrincadas engrenagens da burocracia imperial<sup>411</sup>, o que demonstrava o apoio do alto comando da Monarquia à iniciativa e, especialmente, do Gabinete Conservador, que ascendera ao poder em janeiro daquele mesmo ano<sup>412</sup>. Esse foi um impulso essencial para que o projeto alavancasse em poucas semanas.

Em 21 de agosto daquele mês, na residência do Conselheiro Francisco Teixeira de Aragão, já citado ministro do Superior Tribunal de Justiça, diretor da *Gazeta dos Tribunaes* e declarado entusiasta da criação do Instituto<sup>413</sup>, vinte e seis advogados reuniram-se para eleger o

---

causa. Basta conferir os versinhos escritos por Paula Brito no jornal *O Grito Nacional*, em 1856, em que afirmava consistir “só no *Regresso* o *Progresso* da Nação”. Cf. GODOI, 2016, p. 161.

<sup>409</sup> Cf. BONELLI, Maria da Glória. Lawyers' Associations and the Brazilian State. *Law & Social Inquiry: Journal of the American Bar Foundation*, v. 8, n. 4, pp. 1.045-1.073, 2003. p. 1.052.

<sup>410</sup> A íntegra do Aviso é aqui reproduzida: “Aprovando os Estatutos do Instituto dos Advogados Brasileiros. Sua Majestade o Imperador, deferindo benignamente ao que lhe representarão diversos advogados d’esta corte, manda pela secretaria de Estados dos Negocios da Justiça, aprovar os estatutos do Instituto dos Advogados Brasileiros, que os supplicantes fizeram subir á sua Augusta Presença, e que com esta baixão assignados pelo Conselheiro Official-maior da mesma Secretaria de Estado; com a clausula porém de que será também submettido á Imperial aprovação o regulamento interno, de que tratão os referidos estatutos”. Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de agosto de 1843. Honório Hermeto Carneiro Leão”. *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862. p. 7. O Regimento Interno, por sua vez, é aprovado por portaria de 15 de maio de 1844, que pode ser conferida em: *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862. p. 8.

<sup>411</sup> Para comentários sobre o procedimento da tramitação, cf. GUIMARÃES; FERREIRA, 2003, p. 21.

<sup>412</sup> A bem da verdade, durante praticamente todo o período em que durou o Governo imperial a bancada conservadora foi predominante, salvo breves trechos de revezamento liberal. Todavia, de modo geral, quase sempre os Ministérios conservadores tiveram nas mãos as armas da centralização administrativa e das reformas estratégicas. No caso de 1842, porém, a reação conservadora foi mais visível, pela recuperação do Conselho de Estado e grande reforma do Código de Processo Criminal, para não citar a prolongada suspensão dos trabalhos da Câmara. Cf. SALDANHA, Nelson Nogueira. *História das ideias políticas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001. p. 167.

<sup>413</sup> Já no primeiro volume da *Gazeta dos Tribunaes*, em janeiro de 1843, convida os bacharéis brasileiros a levarem adiante a ideia da criação de uma instituição de tal ordem com o breve artigo intitulado “*A necessidade de uma Associação de Advogados*”, ponderando a necessidade urgente de oferecer condições mais dignas à administração da justiça, serviço que julgava de fundamental importância “para a felicidade dos povos” Cf. GAZETA DOS TRIBUNAES, 1843a. Nos volumes seguintes, republicou na íntegra os estatutos da Associação dos Advogados de Lisboa, para inspirar a criação do ordenamento do IAB (1843e) e registrou toda a articulação em torno da fundação do Instituto (1843e). Não menos simbólico, entretanto, é que tenha aberto sua própria residência para viabilizar as reuniões.

primeiro Conselho Diretor. Apurados os votos, a presidência do Conselho coube ao bacharel e político Francisco Gê de Acayaba Montezuma<sup>414</sup>, ao mesmo tempo que fora considerado o Conselheiro Aragão “presidente honorário do Instituto em agradecimento aos mui valiosos serviços prestados por este senhor para a fundação desta associação, por cujo progresso fazemos sinceros votos”. Para os cargos de secretário e de tesoureiro foram escolhidos Josino Nascimento Silva e Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, respectivamente.

O Conselho Diretor, por sua vez, foi composto pelos bacharéis Francisco Inácio de Carvalho Moreira (sucessor de Montezuma como 2º Presidente do Instituto), Caetano Alberto Soares (3º Presidente), Augusto Teixeira de Freitas (4º Presidente), Luiz Fortunato de Brito Abreu e Souza Menezes, Francisco Tomás de Figueiredo Neves, José Maria Frederico de Souza Pinto, José de Siqueira Queiroz, Dias da Motta e Luiz Antonio da Silva Nazareth<sup>415</sup>. À exceção de Teixeira de Aragão, que sequer advogado era, de Montezuma e de Caetano Aberto Soares, os quais completaram seus estudos na Universidade de Coimbra, os outros dirigentes recém-eleitos eram todos egressos das primeiras turmas dos cursos de direito de São Paulo e de Olinda, os novos “celeiros formadores da burocracia imperial”<sup>416</sup>. Além do exercício da advocacia, muitos deles também atuavam no Legislativo e no Executivo, ou faziam parte dos quadros do IHGB. Tratava-se de elenco visivelmente homogêneo, formado de homens empenhados até as favras com a política de consolidação do Estado imperial.

Não à toa a sessão solene de instalação da corporação realizou-se no aniversário da emancipação política da Nação<sup>417</sup>, em 7 de setembro de 1843, no salão nobre do Imperial

---

<sup>414</sup> Há um dado biográfico acerca desse jurista a se destacar: o primeiro Presidente do IAB, em uma sociedade escravista, em que a cor e a posição social estavam tão imbricadas, era um homem “de cor”. É impossível não causar espanto que a cor de um sujeito de tamanho destaque na vida pública imperial, a ponto de ser considerado um “brasileiro illustre” e constar na Galeria de Sebastián Auguste Sisson, não chamasse atenção. Se a cor da pele, de modo explícito e institucionalizado, produzia hierarquias sociais neste momento, soa bastante curioso que um sujeito tenha conseguido galgar todas elas sem que esse traço representasse um obstáculo. Em que pese a cor da pele e qualquer remissão de proximidade com a escravidão representasse um elemento de (des)qualificação social no Brasil, não se mostrou um entrave intransponível para que um pardo vivenciasse esse tipo de ascensão social e fosse socialmente aceito a ponto de ocupar cargos tão importantes, como a Presidência do IAB e uma cadeira no Conselho de Estado. Essa reflexão foi elaborada pela autora em trabalho da disciplina “Novas abordagens para a História da Escravidão e do Pós-Emancipação”, do Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina, no 2º semestre de 2017, mas ainda não foi publicada. Para conferir a biografia de Montezuma, v. Sisson, Sebastián Auguste. *Galleria dos Brasileiros Illustres (Os contemporâneos)*. Retratos dos homens mais illustres do Brasil, na política, sciencias e letras desde a Guerra da Independência até os nossos dias. Acompanhados das suas respectivas biographias publicada sob a proteção de sua Magestade o Imperador. v. II. Rio de Janeiro: Lithographia de S. A. Sisson, 1861.

<sup>415</sup> A ata desta sessão está disponível em: *GAZETA DOS TRIBUNAES*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 59, pp. 1-4, 1843f. p. 4.

<sup>416</sup> Cf. GUIMARÃES; FERREIRA, 2003, pp. 20-22.

<sup>417</sup> Por certo não foi uma escolha casual, mas que marcava o compromisso do IAB com a consolidação do Estado Imperial, como reconhece, após, o seu sexto Presidente, Agostinho Marques Perdigão Malheiro, no discurso de comemoração do aniversário do Instituto no ano de 1864: “Foi, por certo, uma inspiração do céu a determinação da lei convencional que rege a nossa associação quando dispôs que essa abertura teria lugar em sessão magna do

Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro<sup>418</sup>. Vinte e um anos após a proclamação da Independência do Brasil, “um grande numero de cidadãos distintos pela sua hierarchia social, litteraria e conhecimentos profissionais, e sobretudo pelo amor ao seu paiz, se dignaram solemnizar este primeiro acto”<sup>419</sup>. A fina flor da elite imperial esteve reunida na cerimônia, inclusive com a prestigiosa presença dos Ministros da Justiça, da Marinha e Estrangeiros<sup>420</sup> (quase a “tríade saquarema”)<sup>421</sup>, oferecendo nova demonstração de apreço por parte da direção do Governo.

Em uma solenidade do gênero, envolvendo uma classe profissional que por essência encontrava na tribuna seu *locus* privilegiado, não se poderia esperar menos do que longos discursos, retórica pomposa<sup>422</sup>, adjetivações prolixas e reverências desmesuradas. A palavra de honra, por óbvio, fora dada ao Presidente, que inicia sua preleção ressaltando justamente a “benevola consideração”<sup>423</sup> com que a autoridade Imperial havia tomado a criação do Instituto

---

dia 7 de Setembro de cada ano. É o maior dia da nação por ser o de sua emancipação política. A regeneração da Ordem dos Advogados Brasileiros devia prender-se necessariamente a esse brilhante fasto de nossa História, a essa época de sempre grata recordação”. Cf. *RIOAB*, v. 3, n. 1, 2 e 3, 1865. p. 43. A coincidência também foi percebida na imprensa local: “Installarão-se no dia 7 de setembro, de manhã, o instituto dos advogados brasileiros, de tarde, a sociedade de literatura brasileira. Certamente muito patriótica foi a lembrança d’estas associações, instalando-se no anniversario da independência do Brasil. Grandes serviços podem prestar ambas as sociedades: Deus as proteja contra a inveja de uns, contra as intrigas de outros e contra as zombarias de muitos! Não será serena e sem tribulações a infância d’essas associações, mas que há ahi que não vença a perseverança bem dirigida e a consciência de trabalharmos por utilidade da pátria, e sem outro interesse mais do que essa mesma utilidade”. *DIARIO DO RIO DE JANEIRO*. v. 23, n. 2, 1843. p. 2. Em comunhão de propósitos, a Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro felicita o Instituto por sua instalação e remete diplomas de honorários ao Presidente e Secretário do IAB, conforme officio recebido na 6ª sessão, do dia 6 de outubro de 1843. Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862. p. 40.

<sup>418</sup> “O Rio de Janeiro era o lugar aonde o homem de letras-pedra-bruta ia se tornar o homem de letras-pedra-lapidada”. Cf. CHAVES, 2009, p. 85. Diferente da criação das faculdades, aqui a localização do Instituto não era uma questão a se discutir, afinal, depois de bacharelados, naturalmente os profissionais do direito se dirigiam para a Corte onde se concentravam os mais importantes órgãos da administração e do Judiciário. Em que pese a formação dos bacharéis se desse em Pernambuco ou São Paulo, o maior centro de absorção dos profissionais ainda era a capital, com todo o seu aparato administrativo. Tanto era esse o terreno natural para florescimento da associação, que só em 1851 é criada uma filial em Pernambuco, e em 1864 que se cogita a criação de uma congênere em São Paulo. Todavia, é importante destacar que o Instituto não era *nacional*, mas atendia somente à Província do Rio de Janeiro, havendo registros em atas, inclusive, de advogados cuja admissão foi rejeitada por atuarem em outras Províncias (nomeadamente, São Paulo, Pernambuco e Bahia). Cf. *RIOAB*, v. 4, n. 1, p. 190. Foi aventada inclusive, a possibilidade de reformar os Estatutos para considerar sócios efetivos do Instituto todos os advogados do Império, mas a proposição foi rejeitada por entenderem que dela não podia “resultar vantagem alguma”. Cf. *RIOAB*, v. 4, n. 1, p. 193.

<sup>419</sup> Desse modo foi relatada a cerimônia na *GAZETA DOS TRIBUNAES*. Rio de Janeiro, v.1, n. 64, 12 set. 1843g.

<sup>420</sup> Cf. Ata da sessão de inauguração em: *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862. p. 37.

<sup>421</sup> A tríade saquarema era a designação dada ao triunvirato dos políticos fluminenses que comandavam os destinos do Partido Conservador, composto por Rodrigues Torres (Marinha), Paulino José Soares de Souza (Justiça) e Euzébio de Queiroz, sob o comando do qual se consolidou a vida política e partidária do Segundo Reinado. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

<sup>422</sup> Sobre o cultivo da retórica pelos bacharéis em direito, cumpre destacar que, seguindo uma tradição coimbrã, quando da criação das escolas de direito no Brasil, o estudo dessa disciplina foi introduzido como pré-requisito para o ingresso no curso, previsto no Estatuto dos cursos jurídicos. Cf. MELLO, 1826, pp. 11-12. Além dos mais, o próprio IAB previa como regra regimental que os seus membros, quando tomassem a palavra em reuniões, deviam falar sempre de pé, podendo fazê-lo sentados somente por enfermidade. Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862. p. 20.

<sup>423</sup> MONTEZUMA, Francisco Gê Acayaba. Discurso recitado pelo Sr. Conselheiro Montezuma na sessão de instalação do Instituto dos Advogados em 7 de setembro de 1843. *RIOAB*, v. 1, n. 2, pp. 67-116, 1862. p. 67.

e agradecendo, em nome de todos os advogados brasileiros “o Joven Monarcha, pelos actos de graciosa proteção, com que se tem dignado a favorecer a Ordem, que vai ser organizada em proveito geral do *Estado e da Scienca da Jurisprudencia*”<sup>424</sup>.

Não passa despercebido, sem causar máximo espanto, na leitura desse trecho, que uma associação em tese de caráter *profissional* e composta justamente por profissionais *liberais*, desde a sua fundação se compromettesse a servir em primeiro lugar ao *Estado* e depois à *ciência*. Eram esses os dois insólitos senhores – que em grande medida se confundiam, afinal, o que havia de pretensões científicas, à época, no Brasil, eram produzidas em favor do Estado – a que o IAB prestava continência e dedicava sua existência, movendo-se pelo “ardente desejo de sermos uteis á nossa cara Patria” e por “uma fidelidade sem limites, ao Altar, ao Throno e ás Instituições Fundamentaes juradas pela Nação”<sup>425</sup>.

A missão principal em que o Instituto se oferecia a mostrar toda sua utilidade era no papel de “melhor auxiliar do governo, e da Assembléa Geral, na difficilima tarefa do melhoramento da Patria legislação, civil, administrativa, commercial e Politica”<sup>426</sup>. Mas o Presidente não se detém nessa meta: alcançado esse objetivo, não terminaria o Instituto sua missão, pois não tinha por fim só o melhoramento da legislação: a segunda finalidade, prevista em Estatuto e reforçada no discurso inaugural era “organizar a ordem dos advogados”<sup>427</sup>. Nem somente auxiliar do Governo, nem mera associação científica, nem simplesmente órgão de classe: a natureza do Instituto era tríplice e nessas três vertentes atuou ao longo de todo o Império. Não há, evidentemente, como dissociar uma da outra, em que pese às vezes elas se chocassem por interesses conflitantes.

---

<sup>424</sup> Ivi, p. 69. É oportuno recordar o juramento que todo advogado deveria prestar no ato da matrícula para se tornar membro do Instituto, conforme o Regimento Interno: “Art. 4º No acto da matricula e antes de assignar o termo de que trata o art. 2º, prestará o advogado, membro effectivo, o seguinte juramento feito sobre os Evangelhos: *Juro ser fiel á constituição, ao Imperador, e aos deveres do meu ministerio*. Juramento de fidelidade ao *Imperador*”. Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862. p. 11.

<sup>425</sup> Id.

<sup>426</sup> Ivi, p. 70.

<sup>427</sup> Essa era a redação do segundo artigo do estatuto da associação: “Art. 2.º O fim do Instituto é organizar a ordem dos advogados, em proveito geral da sciencia da jurisprudencia”. Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862. p. 8. Aqui é interessante ressaltar que, em que pese a notória semelhança dos Estatutos do IAB com aqueles da sua congênera de Lisboa, criada cinco anos antes, em razão da declarada inspiração que os brasileiros foram buscar na associação lisboeta – o que pode ser conferido no v. 5 da *Gazeta dos Tribunaes* onde foram publicados em junho de 43 – a versão brasileira não era uma cópia integral. Isso porque, enquanto o objeto da associação portuguesa era basicamente conseguir a organização definitiva da ordem dos advogados e que esses se auxiliassem mutuamente, tanto para consultas, como para manutenção de seus direitos, o fim perseguido pela associação brasileira a isso não se restringia, constando também o estudo da *sciencia da jurisprudencia* como um dos pilares da Instituição. É uma diferença sutil que pode ter que ver com a especial situação de renovação e até construção do Estado em que se encontrava o Brasil naquele momento, cenário bastante diverso do já consolidado Reino de Portugal. Cf. *GAZETA DOS TRIBUNAES*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 35, pp. 1-4, 1843c. p. 3.

De todo modo, ainda seguindo o fio de Montezuma, o primeiro objetivo era justificado pela constatação do estado de confusão em que o Visconde acreditava que se encontrasse toda a legislação civil, criminal, mercantil e administrativa no Brasil, e sobretudo a práxis no Foro. Isso porque o país não possuía, no seu sentir, “legislação própria, tudo está por fazer. Ainda nos rege, como vós sabeis, o antigo Direito Lusitano”<sup>428</sup>, que não passava de “legislação absoluta, confusa, antinômica, sem nexos e muitas vezes absurda”<sup>429</sup>. Oriundo, portanto, o direito pátrio àquela altura ainda da Nação de quem o Brasil já havia se declarado independente, clamava a necessidade de revê-lo por inteiro, ao invés de reformá-lo por pontuais e desagregados remendos, para torná-lo um ordenamento “digno das luzes do século em que vivemos, e de acordo com os melhoramentos hoje adoptados pelas Nações mais adiantadas na escala da civilização”<sup>430</sup>.

Considerava afrontoso – para ser mais precisa: “desairoso” – que o Brasil, contando já com 21 anos de existência como povo livre e independente – alcançando assim a sua “Maioridade Política” – ainda vivesse sob a égide de uma legislação parte estrangeira, parte nacional, onde conviviam distorções e incongruências típicas de um ordenamento que se modernizava pelas beiradas, mas ainda mantinha um núcleo de instituições obsoletas. A independência política, desse modo, só se consumaria com um renovamento substancial do ordenamento jurídico, para cuja consecução: “Quem melhor do que o Instituto pôde auxiliar tão vastas Empresas?”<sup>431</sup>. A contribuição então que o IAB se voluntariava a oferecer em apoio às instituições Monárquicas era o auxílio na renovação do ordenamento jurídico-administrativo de um Estado recém-emancipado, para apagar a herança do legado colonial *non grato*.

Mas, certamente, essa não era somente uma instituição beneficente voltada a promover o bem da pátria: um importante interesse profissional estava por trás da iniciativa de agregação desses bacharéis: obter a desejada autonomia corporativa, instituindo uma *Ordem dos Advogados*, da qual o Instituto seria o predecessor. Por mais que o IAB já gozasse de notório prestígio por parte do Governo Imperial, ainda não podia exercer os poderes de disciplina e fiscalização, típicos de um órgão regulador, perante o qual a filiação se tornasse condição do exercício da profissão. Essa estruturação era vista como a via para o fortalecimento da classe de advogados, já que durante o Império brasileiro o ofício não era exercido apenas pelos

---

<sup>428</sup> Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 2, 1862. p. 109.

<sup>429</sup> Era o parecer, vale lembrar, de alguém bacharelado na Faculdade de Leis e Cânones de Coimbra. Cf. Ivi, p. 112.

<sup>430</sup> Cf. Ivi, p. 109.

<sup>431</sup> Cf. Ivi, p. 113.

egressos das faculdades de Direito<sup>432</sup>, mas também por provisionados e solicitadores, os chamados rábulas<sup>433</sup>.

Para valorizar o “ministerio de Advogado”, e provar a “illustração desta Profissão”, o orador rememora boa parte da história do Ocidente, ao melhor estilo história *magistra vitae*, enaltecendo as virtudes desse ofício, em quase cinquenta páginas de numerosas remissões ao direito estrangeiro, variadas citações em latim e um afã por marcar sua erudição e legitimar suas demandas valendo-se de todos os exemplos possíveis de prerrogativas atribuídas à profissão em todo o “mundo civilizado”<sup>434</sup>. Era mostrando como a Advocacia vinha considerada nas nações cultas, e como elas procediam em referencia “a uma Ordem tão illustre, tão útil, e instruída do Paiz” que acreditava poder utilizar essa experiência comparada em apoio do Instituto nascente.

Outras não poderiam ser as ferramentas de um jurista, também filiado ao Instituto Histórico Geográfico, que bem conhecia o uso da história como meio de legitimação no seu discurso, até porque, “comemorar uma fundação implica formular um projeto de rememoração: os que iniciam uma nova empreitada acadêmica escolhem aqueles que querem como seus predecessores”<sup>435</sup>. Partindo dessa ancestralidade selecionada, o orador reivindica as honras, e preeminências com que a profissão era tratada no além-mar, principalmente onde se estruturava uma Ordem independente, sustentada e protegida pelos poderes políticos do Estado<sup>436</sup>.

---

<sup>432</sup> Para além dos advogados letrados, cujo diploma em direito era suficiente para dar-lhes a prerrogativa do exercício da advocacia, dispensando exames e licenças para atuação em qualquer dos tribunais, eram previstas outras categorias de procuradores: (i) os provisionados, que, não tendo graus acadêmicos das escolas de direito, submetiam-se a exames teóricos e práticos de direito pelos presidentes dos tribunais da Relação. Podiam atuar apenas nos tribunais de 1ª instância e nos lugares onde não houvesse advogados formados ou os houvesse em número insuficiente para o bom andamento da justiça; (ii) os solicitadores, também sem diploma como os provisionados, submetiam-se perante os juizes de direito a exames apenas sobre a prática do processo. Tanto estes quanto os advogados provisionados precisavam requerer renovação de suas licenças ou provisões no prazo de dois a quatro anos. A explicação dessa estrutura básica foi retirada de: COELHO, Edmundo. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999. p. 167.

<sup>433</sup> Para minimamente incrementar a formação desses profissionais que também faziam parte do mecanismo forense, Montezuma propõe em 1845 criação de cursos livres de Direito, compostos de três cadeiras: (a) Prática civil e criminal; (ii) Direito comercial e Direito administrativo, um currículo que supria as necessidades de estudo daqueles que pretendiam solicitar no foro. As cadeiras deviam ser criadas “no seio e debaixo da inspecção e disciplina do Instituto da Ordem dos Advogados desta Côrte”, a serem “regidas sob a direção do Instituto, por membros do mesmo que espontaneamente se oferecerem”. No projeto encaminhado à aprovação imperial, constava que as aulas seriam públicas e que nelas poderiam matricular gratuitamente todas as pessoas que quisessem, com duração de março a novembro. O Imperador houve por bem dar a sua aprovação à iniciativa em fevereiro daquele ano, com a cláusula de ficarem as aulas sob a inspecção do governo. Ainda assim, louvava “o zelo, e illustrado patriotismo, com que os membros do Instituto dos Advogados Brasileiros procuram bem merecer do paiz, prestando-lhes serviços de tão reconhecida utilidade”. Cf. SÁ VIANNA, 1894, p. 25-26. Não há notícia de que tenham sido efetivamente instalados, mas é importante registrar a iniciativa da Associação de qualificar seus pares propondo-se como a guia e ponto de referência, bem como a preocupação da autoridade imperial de não ter um poder de controle concorrente e avocar para si a direção das aulas.

<sup>434</sup> Cf. *RIOAB*, v. 1, n.2, 1862. p. 70-73.

<sup>435</sup> Cf. GUIMARÃES, 2007, p. 102.

<sup>436</sup> Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 2 1862. p. 145.



Era apostando nos “magestosos efeitos do espirito de associação aplicado às sciencias” e denunciando os inconvenientes que resultavam do isolamento da classe dos advogados quando atuavam como meros defensores officiosos “sem laço algum de confraternidade, sem o menor direito de disciplina reciproca, isolados, símplices mandatarios”, que se postulava a desejada reserva de mercado. Apesar de todo o esforço retórico de Montezuma, além das iniciativas de seus sucessores e de todas as tentativas de utilizar os serviços prestados pelo Instituto como moeda de troca política, os advogados não conheceram uma Ordem durante o Império, devendo esperar até o Estado Novo, já na República, para verem-na instituída<sup>437</sup>.

Entretanto, mesmo que ainda não no formato desejado, a criação do IAB já foi capaz sinais de corporativismo já foram marcados desde a sua fundação. A começar pelo modo de admissão de novos membros na Instituição, que deveria ser formalizada por proposta assinada por três membros do conselho diretor e votada por escrutínio secreto<sup>438</sup>, em um típico procedimento de patrocínio interno que novamente faz lembrar as Irmandades Maçônicas. Era um requisito completamente compatível com o caráter de mutualismo que apresentava, demonstrado, dentre outras formas, pela possibilidade de que o associado requisitasse do Instituto socorros de beneficência, quando viesse “a cahir em desgraça”<sup>439</sup>.

Mas se a defesa mútua entre os membros era uma prerrogativa regimental, o mesmo não valia para a defesa dos *réos pobres*, para os quais a possibilidade de representação *pro bono* gerou polêmicas dentro da Instituição. O assunto entra em pauta na sessão de 2 de maio de 1861<sup>440</sup>, quando o Instituto recebe um ofício do Ministério da Justiça convidando-o a tomar a si a defesa gratuita dos réus pobres nos juízos criminais. A princípio, o convite do Governo foi acolhido com boa vontade, e por mais de uma vez o Instituto enviou seus membros para realizar a tarefa.

Todavia, em sessão de 27 de outubro de 1864<sup>441</sup>, o Presidente Perdigão Malheiro declara que não sendo o fim do Instituto *o exercício da advocacia*, mas o *estudo da sciencia da*

---

<sup>437</sup> O objetivo previsto no estatuto de 1843 arrastou-se durante oitenta e sete anos, até que o Ministro da Justiça do Estado Novo, Osvaldo Aranha, advogado, promoveu a expedição do Decreto n. 19.408, de 18 de novembro de 1930, pelo qual se reformou a Corte de Apelação e se criou a Ordem dos Advogados Brasileiros, ou melhor, se desdobrou a denominação da entidade em dois órgãos distintos: Instituto dos Advogados Brasileiros e Ordem dos Advogados Brasileiros. A versão final do regulamento foi aprovada também pelo Decreto n. 22.478, de 20 de fevereiro de 1933, normativa que regulou as atividades da corporação por mais de 32 anos. Quase cem anos após sua fundação, o Instituto dos Advogados cumpriu o objetivo maior de seu estatuto, cabendo-lhe, a partir de então, mais do que nunca, os aspectos puramente culturais e doutrinários. Cf. FAGUNDES, 1995, p. 167.

<sup>438</sup> Cf. art. 11 do Regimento Interno em: *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862. pp. 11-12.

<sup>439</sup> Nas atas das conferências do Instituto, há registros de que o Instituto, “por charidade”, tenha aberto uma subscrição em favor do Dr. Luiz Paulino da Costa Lobo, que tendo cego e achando-se pobre recorrera a beneficência do Instituto. Cf. *RIOAB*, v. 2, n. 1, 1863. p. 12.

<sup>440</sup> Cf. *RIOAB*, v. 5, n. 2, 1868. pp. 522-523.

<sup>441</sup> Cf. *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870. p. 191

*jurisprudencia*<sup>442</sup>, não podia obrigar nenhum de seus membros a comparecer no júri para este fim. O mais irônico é que na sessão do mesmo dia o Presidente informava ter se dirigido ao Paço da Cidade para assistir ao consórcio da Sua Alteza Imperial e ter entregue, como órgão do Instituto, alocução à Sua Magestade o Imperador “por tão fausto motivo”<sup>443</sup>, sem que fosse questionada a compatibilidade desse ato despropositado à finalidade científica de um Instituto que, recorda-se, era de advogados – e mais deveria ter que ver com a advocacia do que com casamentos célebres.

Mas essa proximidade com a autoridade Imperial – a quem os membros do Instituto festejavam ao menos duas vezes por ano, na comemoração da independência e no seu “aniversário natalício”<sup>444</sup>, enviando comissões designadas a cumprimentar o Imperador em suas celebrações – era elemento inevitável quando se analisa a ocupação concorrente majoritária dos sócios, conduzida em paralelo ao exercício da advocacia. Pensando, em um primeiro momento, nos personagens envolvidos na fundação, dos trinta e seis sócios, vinte e sete deles (o que representa  $\frac{3}{4}$  do total) já haviam assumido cargos políticos na Corte, vinte e dois como deputados gerais e cinco como senadores e conselheiros do Estado (sendo que três deles com títulos de nobreza). Outros três, que participaram da inauguração, eram ministros de Estado.

Essa foi uma proporção que se manteve expressiva até o final do Império, com parte significativa dos sócios engajada com a política e administração do Governo Imperial. Não é demais relembrar, a título exemplificativo, que os dois primeiros presidentes se afastaram do cargo para servir ao Império em cargos de grande relevo: Montezuma como Membro Extraordinário do Conselho de Estado e Carvalho Moreira como Ministro Plenipotenciário nos EUA. Esse envolvimento massivo dos associados na política imperial repercutiu, inevitavelmente, como se discutirá com mais vagar no terceiro capítulo, na pauta e nos próprios

---

<sup>442</sup> Que esse era um grande objetivo – enunciado formalmente e perseguido materialmente – não há como negar, basta pensar que até mesmo as penalidades previstas no Regimento Interno eram pensadas para incentivar o estudo do direito, como aquela prevista para os associados que faltassem a três conferências sucessivas (art. 15), sem participação ou sem causa legítima, que seriam condenados a dar para a livraria do Instituto uma obra de jurisprudência que nela não exista. Mais interessante é que no caso de reincidência nessa falta, seria o associado condenado a compor uma memória sobre qualquer questão jurídica, à sua escolha, para a livraria do Instituto. Outra previsão do gênero constava no rol de deveres dos membros do Instituto (art. 18) era a de que os membros se atualizassem e qualificassem periodicamente, pela obrigação de “cultivar o estudo da jurisprudência, quanto estiver em si para cumprir com a dignidade do seu nobre ofício”. Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862. pp. 14-15.

<sup>443</sup> Cf. *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870. p. 191.

<sup>444</sup> Diversos são os registros, em atas de conferências do Instituto, relatando o comparecimento de comissões designadas para representar o Instituto nessas solenidades com o propósito de cumprimentar o Imperador em nome da associação por ocasião dessas datas festivas, com o vocativo de “herói do Ypiranga”, “a quem devemos nossa independência”. Cf. *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870, p. 140; *RIOAB*, v. 5, n. 1, 1867. p. 199. O lugar do Instituto nos chamados fastos imperiais era invariavelmente cativo, sendo célebre também sua participação também na inauguração da estátua equestre de D. Pedro. Cf. *RIOAB*, v. 5, 1868, pp. 139-140

posicionamentos assumidos pelo Instituto, ensejando uma identidade de propósitos e discursos que não pode deixar de ser associada aos seguintes números <sup>445</sup>:

Tabela 1 – Número de sócios do IAB no Parlamento e no Governo Imperial (1843 - 1889)

Deputados	126
Senadores	31
Conselheiros de Estado	28
Ministros	46
Presidentes de Província	77
Total sem acúmulo	154

Fonte: PENA, 2001, p. 41.

Dos 457 sócios que integraram a casa desde a sua fundação até a proclamação da República, 154 deles (descontados os acúmulos de cargos pelo mesmo bacharel) ocuparam alguns dos cargos políticos mais importantes do Império, sendo alçados até esse posto seja por nomeação direta do Imperador (nas posições vinculadas ao Poder Executivo), seja pela via eletiva (cargos do Poder Legislativo). É um montante considerável que demonstra a umbilical relação desse Instituto, concebido para o cultivo de um saber especializado, pretensamente técnico – o direito – e a política, mesmo que a aparência de isenção eventualmente fosse erguida e até enunciada discursivamente e estatuída por norma regimental: “Não serão admittidas propostas algumas sobre religião ou sobre a politica do estado, e nem nas discussões será permittido produzir ou agitar questões sobre esses dous objectos. Esta disposição, porém, não exclue as memorias, ou outras obras scientificas oferecidas ao Instituto”<sup>446</sup>.

Tanto é verdade que o Instituto cumpriu um papel político – de muita importância, por sinal –, que fora chamado um sem-número de vezes para prestar consultas, a pedido do Governo Imperial<sup>447</sup>, atuando ativamente para o fortalecimento das instituições monárquicas. Não

<sup>445</sup> Pelo cruzamento da relação nominal dos sócios efetivos com os quadros do poder legislativo e executivo do Império, o historiador conseguiu chegar a essa estatística que compreende todo o período imperial desde a criação do IAB,

<sup>446</sup> Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862. p. 22.

<sup>447</sup> A título exemplificativo, na conferência de 8 de maio de 1851, há registro em ata dos resultados produzidos por uma comissão formada dentro do Instituto para emitir parecer sobre o art. 12 do Código do Comércio, a pedido do Tribunal do Comércio da Corte do Rio de Janeiro. Cf. *RIOAB*, v. 2, n. 1, 1863. p. 13. Em outubro daquele mesmo ano, foi discutida a conveniência de ser adotado o *Digesto Portuguez* de Corrêa Telles como Código Civil no Brasil por ocasião da consulta elaborada pelo ao Instituto. Depois de algum debate, resolveu-se que não era oportuna a adoção da obra. Cf. *RIOAB*, v. 2, n. 1, 1863. p. 17. Em setembro de 1852, é endereçado um ofício do Ministério da Justiça ao instituto solicitando um trabalho sobre as férias do foro e as bases para uma eventual reforma. Como de praxe, foi nomeada comissão dentre os membros para se ocupar do assunto. Cf. *RIOAB*, v.2, n. 2, 1863. p. 68. Em 1857, é recebido um ofício endereçado pelo Tribunal do Comércio ao Instituto questionando diversas decisões do próprio tribunal relativas a controvérsias sobre o direito material e do processo. Cf. *RIOAB*,

faltaram, também, ocasiões em que a Instituição se manifestava *ex officio* reivindicando alguma mudança legislativa considerada pertinente<sup>448</sup>, o que demonstra, inclusive, que a Monarquia não esteve isenta de críticas por parte da associação, em que pese o predomínio do caráter fiel e bajulador para com a “*Magestade Imperial*” de eram revestidos seus atos<sup>449</sup>.

Não há como negar o espaço privilegiado desempenhado na formação da cultura jurídica nacional com esses pareceres e decisões discutidos no seio do IAB sobre diversos temas em que a legislação brasileira era ainda lacunar ou insatisfatória ante os novos anseios de modernização e que serviram inclusive para firmar a jurisprudência ou orientação legislativa em diversos temas, que acabaram se refletindo em mudanças concretas em variados setores do

---

v. 3, n. 1, 2 e 3, 1863. p. 13. Vale destacar ainda ofício recebido em 1865 por parte do Ministério da Justiça, solicitando um parecer do Instituto sobre um projeto envolvendo as sociedades de responsabilidade limitada. Cf. *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870. p. 213

<sup>448</sup> Material interessante para consultar essas manifestações críticas sobre o estado de legislação e propostas de reformas por parte do Instituto são os discursos pronunciados pelos presidentes da casa ou membros do conselho diretor, geralmente em sessões aniversárias, mas também em conferências ordinárias do Instituto, que depois foram publicados na *Revista*. Em 1845, por exemplo, Carvalho Moreira lê uma memória na segunda sessão aniversária propondo a revisão geral e codificação das leis civis e do processo no Brasil, criticando toda a incerteza e flutuação com que os profissionais do fôro há muito conviviam em matéria civil. Cf. MOREIRA, Francisco Ignacio de Carvalho. Da revisão geral e codificação das leis civis e do processo no Brasil. *RIOAB*, v. 1, n. 3, pp. 147-169, 1862. Outro tema que recebeu especial atenção, mas que será objeto de discussão mais detalhada no próximo capítulo, foi a legislação acerca dos escravos no Brasil, sobre cuja reforma se manifestou inúmeras vezes, dentre outros, Caetano Alberto Soares, das quais se destaca preleção dedicada ao “melhoramento da sorte dos escravos no Brasil”. Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 4, 1862. pp. 192-229. Oportunamente se discutirá o emancipacionismo moderado do IAB, com a análise pormenorizada também desse discurso. Por ora, vale destacar ainda o parecer do Instituto lido na Câmara dos Deputados sobre a ilegitimidade dos tribunais do comércio como tribunais de segunda instância, como mais uma demonstração de crítica à legislação por parte do Instituto, e que pode ser conferida em: *RIOAB*, v. 4, n. 1 1867. p. 22.

<sup>449</sup> Ainda que sutil, sem nomear diretamente a autoridade Imperial em nenhum momento, vale ressaltar a crítica dirigida pelo Presidente Perdígão Malheiro no vigésimo primeiro aniversário do Instituto, onde questiona incisivamente a invasão exacerbada do Poder Executivo na competência legislativa, o que acabava por desequilibrar os poderes. Vale a pena conferir trecho, em cujo desfecho aparece um chamado aos colegas advogados para se insurgirem contra tal *estado de cousas*: “O que é hoje a lei? Regulamentos, instruções e avisos expedidos pelo Poder Executivo. Não há mais aqueles juristas que nas camaras elaboravam códigos e organizavam a sociedade. Há um só poder, um único, legislativo, executivo e judiciário mesmo: é o poder ministerial. Ele compõe leis nas suas secretarias; depois, emenda-as, ou manda alterá-las por seus avisos; e até as interpreta para os tribunais. Qual de nós não tem visto sentenças fundadas em avisos, ostentando assim os juizes que demitem de si a interpretação da lei e que a recebem do governo? (...) Autorizado o Executivo a expedir os regulamentos, decretos e instruções necessárias para a boa execução das leis, tem exorbitado, já excedendo o limite do necessário e produzindo um verdadeiro enxame de taes atos, que se sucedem de modo espantoso, avolumando as coleções de leis, já arrogando-se atribuições legislativas ou diretamente ou por via de interpretação (...) a Jurisprudencia Brasileira tem sido abastarda pela invasão do Poder Executivo; o que, auxiliado por outros elementos, tem concorrido para que ella seja, para bem dizer, negativa. (...) Entre nós um Poder que tem concentrado em si todas as forças vivas da sociedade, nem esse respeito tem de fato deixado ao Poder Judicial. (...) Em tal estado de cousas, concentrada por tal arte nas mãos de um Poder (o mais forte) a maior somma de atribuições, com usurpação e á custa dos outros Poderes, rôta a divisão e harmonia que entre todos devera existir, correm serio perigo as instituições, as liberdades e franquezas publicas, a garantia dos direitos dos cidadãos (...) É necessario que uma classe, auxiliar indispensável da Justiça e cuja missão especial e santa é a defesa desses direitos, se conserve na altura do seu destino. So esta vigilância individual, e esse amparo da Justiça sustentado por essa classe, poderão contrabalançar as consequências do desequilibro e das usurpações, salvando com as instituições a liberdade”<sup>449</sup>. Cf. MALHEIROS, Agostinho Marques Perdígão. Discurso proferido pelo Presidente do Instituto. Dr. A. M. Perdígão Malheiro. Por ocasião do aniversario de 7 de setembro de 1864: em sessão de 22 do mesmo mês. *RIOAB*, v. 3, n. 1, 2 e 3, pp. 43-52, 1865.

ordenamento nacional. Vale constatar, contudo, que esse papel que potencialmente poderia ser considerado como “científico” por parte da instituição absolutamente não se confunde com “apolítico”, como fazem crer alguns memorialistas, pois por trás de cada parecer jurídico escondiam-se motivações e escolhas, para os quais o saber técnico servia de instrumento de legitimação.

Ainda que se tratasse de uma interação de “mão dupla” – pois da parte do Instituto efetivamente eram prestados numerosos auxílios fundamentais para o aperfeiçoamento das estruturas imperiais – esses advogados souberam se servir muito bem da proximidade com o Governo para angariar algumas regalias<sup>450</sup>, como a concessão aos membros do Instituto dos Advogados Brasileiros o uso de veste talar<sup>451</sup>, aprovação de um selo simbólico do Instituto<sup>452</sup>, ou a proteção do advogado contra a disciplina judiciária<sup>453</sup>. Consideração foi mostrada também quanto à disponibilização de uma sede, para tirar o Instituto da precariedade onde muito tempo funcionou, na casa de sócios, sendo colocada à disposição do Instituto em 1849 pelo Ministro da Justiça uma sala na Casa da Polícia para as suas sessões<sup>454</sup>, onde passa a funcionar a partir de setembro daquele ano<sup>455</sup>.

Especial demonstração de consideração também era o envio, ao Instituto, de Relatórios por Secretários, Ministros e Presidentes de Província<sup>456</sup>, acompanhados não raras vezes de pedidos de auxílio por parte desses órgãos, reconhecendo a especial vocação do IAB como

<sup>450</sup> Simbólico é o registro, na sessão 10 de novembro de 1843, 15ª conferência do Instituto, da aprovação de uma proposta para que se solicitasse ao governo “a concessão de regalias aos membros effectivos do Instituto, quaes caibão na alçada do mesmo governo”. Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862. p. 44

<sup>451</sup> “Decreto n. 393 de 23 de novembro de 1844. Quero distinguir os membros do Instituto dos Advogados Brasileiros, d’esta Côrte, pelos bons serviços que podem prestar a bem da administração da justiça: Hei por Bem Decretar o seguinte: Art. 1º Que nas funções publicas de festividade nacional, e no exercicio do seu officio, em os auditórios e tribunaes, os Advogados membros do referido Instituto e filiaes, usem uma vestimenta talar, sem garnacha, de côr preta, de brola os Doutorados, e gorra os Bachareis Formados, na fórmula do figurino, que com este baixa ; sendo porém de seda a vestimenta dos Conselheiros da Corôa, e Advogados do Conselho d’Estdo e de lâ as dos outros, á excepção dos dias de cortejo, em que todos poderão usar de vestimenta de seda, e os que tiverem Carta do tituto do Conselho de capa por cima d’esta. Art. 2º. Que no exercicio de seu officio, tenham sempre uns e outros assento dento dos Cancelllos dos Tribunaes. Palacio do Rio de Janeiro, 23 de Novembro de 1844. – Com a Rubrica de S. M. o Imperador”. Cf. *RIOAB*, v.1, n.1, 1862. p. 24.

<sup>452</sup> “Portaria de 29 de Maio de 1849: Approvando o sello symbolico do Instituto. Manda Sua Magestade o Imperador pela Secretaria de Estado dos Negocios da Justiça communicar ao Instituto dos Advogados Brasileiros, para seu conhecimento, que fica approvado o sello symbolico adoptado pelo referido Instituto, e cujo exemplar se acha appenso ao requerimento que elle fez subir á presença do Mesmo Augusto Senhor. Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Maio de 1849. Cf. Ivi, p. 25.

<sup>453</sup> Aviso de 23 de novembro de 1863: o advogado não está sujeito à disciplina judiciária por não ser oficial do juízo. Cf. *RIOAB*, v. 2, n. 4, 1863. p. 134.

<sup>454</sup> Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 3, 1862. p. 132

<sup>455</sup> Ivi, p. 136

<sup>456</sup> A título exemplificativo, há registros de recebimento dos relatórios da Secretaria d’Estado dos Negocios da Marinha, em 2/7/1863 cCf. *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870. p. 165); do Ministerio de Obras Publicas, no mesmo ano, enviando o mesmo Relatório que seria lido na Assembleia Geral (cf. Ivi, p. 167); do Presidente da província do Rio de Janeiro, informando a troca de gestor, em outubro do mesmo ano (cf. Ivi, p. 171.); dentre tantas outras autoridades que se comportavam como se “prestassem contas” ao Instituto.

auxiliar do governo na organização do Estado. Exemplo célebre foi o pedido do Ministro da Justiça Manoel Antonio Galvão, que chegou a baixar portaria ordenando que o IAB preparasse um estudo para a revisão do Código de Processo Criminal<sup>457</sup>. Na prática, portanto, os altos escalões da Monarquia enxergavam na entidade um órgão de “assessoramento semi-oficial”<sup>458</sup>, enquanto o Instituto, por sua vez, via na autoridade imperial um meio de obter a satisfação de suas aspirações de classe. Permeada por esses interesses recíprocos, analisaremos, a partir de agora, a produção científica da associação.

### 3.3 “AS REVISTAS SÃO A VIDA DAS ASSOCIAÇÕES LITTERARIAS”: A CRIAÇÃO DA *REVISTA* EM FACE DO PROJETO POLÍTICO-CULTURAL DO IAB (1862)

Dentro do cenário, exaustivamente já desenhado, em que se buscava criar condições próprias para prosseguir na tarefa de consolidar um Estado e seu direito, ainda muito dependente do ordenamento da antiga Metrópole, o IAB, ao colocar-se como órgão de estudos e debates da *sciencia* e da *jurisprudencia*, logo percebera que um canal de escoamento de sua produção científica era um empreendimento muito conveniente. É por isso que a criação de um periódico institucional fora objetivo previsto já no regimento interno desde a fundação da Instituição<sup>459</sup>, tendo sido concretizado, entretanto, somente 19 anos depois.

Se é verdade que a presente pesquisa pretende se concentrar sobretudo no conteúdo publicado na *Revista*, nos vinte e seis anos selecionados como o recorte do trabalho, é também de se reconhecer que a Revista, enquanto objeto impresso e visível, tem uma gênese muito anterior ao seu nascimento e uma vida que se estende para muito além de sua publicação, que faz com que não possamos escrever uma história da edição só com o periódico em si como se fosse uma fotografia. Como ela chegou a existir e qual a sorte que ela teve também são perguntas que nos interessam.

---

<sup>457</sup> Na íntegra, o texto da portaria: “S. M. o Imperador Há por bem que o Instituto dos Advogados Brasileiros d’esta corte, tomando em seria consideração o que a experiencia tiver mostrado de vicio, insufficiencia, lacunas e incoherencias, na execução do código do processo criminal, actualmente em vigor, depois das leis novíssimas de reforma sobre o mesmo processo, indique, por esta secretaria de estado dos negócios da justiça, com a brevidade possível, não somente os pontos, em que algumas d’essas circumstancias se reconheçam, como as medidas legislativas ou regulamentares, que entender indispensáveis, ou convenientes á utilidade publica para boa administração da justiça, serviço este que o mesmo Augusto Senhor lhe Há por mui recomendado. Palacio do Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 1844. – Manuel Antonio Galvão”. Cf. *DARIO DO RIO DE JANEIRO*, v. Diário do Rio de Janeiro. v. 23, n. 6694, p. 4.

<sup>458</sup> A expressão foi retirada de: GUIMARÃES; FERREIRA, 2003, p. 19.

<sup>459</sup> No capítulo das “disposições geraes” do Regimento Interno, constava uma previsão muito otimista de que. Instituto deveria editar uma publicação mensal, que sequer teve luz nas duas primeiras décadas, e jamais cumpriu o objetivo de sair todos os meses: “Art. 53: Haverá uma comissão permanente de onze membros tirados dos effectivos do Instituto, encarregada da redacção de uma publicação periódica que sahirá á luz uma vez em todos os mezes”. Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862. p. 22.

Todavia, compreendendo a limitação das fontes disponíveis para além desse material publicado, que acabou conformando nosso recorte, procurou-se ler o conteúdo das obras sem descurar o contexto editorial em que ela se insere e os passos anteriores que a precederam. Foi com essa preocupação que se encontrou registros da publicação das *Memorias do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*<sup>460</sup>, logo no ano de 1843. Não fora revestida de um caráter periódico, não ultrapassando o segundo número, mas foi uma primeira iniciativa de coletar e publicar documentos importantes do arquivo institucional. Por não ter prosperado, entretanto, acabaram sendo todos eles republicados no primeiro volume da *RIOAB* de 1862, o que esvaziou sua importância enquanto fonte de memória da Instituição.

É digno de registro, ainda, a oferta de Francisco Teixeira de Aragão, o presidente honorário do Instituto, em 1843 quando envia ofício ao Instituto em nome dos redatores da *Gazeta dos Tribunaes*, abrindo espaço para que cada um dos membros do IAB pudesse publicar gratuitamente quaisquer trabalhos, e comprometendo-se ainda a fornecer ao Instituto de modo gratuito os livros necessários para sua escrituração e pedindo para ser considerado contribuinte voluntário. É mais uma demonstração de estima e consideração por um dos maiores entusiastas da existência de uma associação de advogados e da sua contribuição para as letras jurídicas que se tem notícia no Império. Por ocasião dessa oferta, começa-se a discutir a publicação de um jornal jurídico, mas que acabou adiada por ainda estar pendente, àquela altura, a aprovação do próprio regimento interno<sup>461</sup>.

Esse adiamento durou quase cinco anos, retornando à pauta, pelos registros em ata das conferências do Instituto, apenas outubro de 1849, junto com a proposta de criação de uma Biblioteca, quando então se aventa também a possibilidade de criação de uma *Revista*<sup>462</sup>. A discussão sobre a Biblioteca teve desfecho mais rápido e exitoso, sendo aprovada a sua criação no final daquele mês, restando acordado que para compô-la os membros do Instituto concorreriam com as obras que fossem do seu agrado, e se comprariam as que se tornassem

---

<sup>460</sup> A única notícia de que tivemos foi através do estudo de Sá Vianna, que relata ter encontrado na Bibliotheca Nacional dois pequenos folhetos impressos em 8º, na Typographia do Diário, de Nicolao Lobo Vianna. O primeiro número fora publicado em 1845 e continha: (a) os Estatutos do Instituto; (b) a Portaria do Governo que os aprovou; e (c) a Portaria que permitiu a instalação do Instituto no salão do Collegio de Pedro II. O segundo número continha (a) a portaria do Governo que aprovou o regimento interno; e (b) o Regimento interno. Na ocasião Sá Vianna relata ter obtido a gentileza por parte do Diretor da Biblioteca Dr. Mendes da Rocha de obter um dos exemplares para o Instituto, por permuta, oferecendo em retribuição todos os números da *Revista* do IAB que faltavam para completar a coleção daquela biblioteca. Cf. SÁ VIANNA, 1894, p. 27.

<sup>461</sup> Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 1. 1862. p. 38. Já se comentou, no primeiro capítulo deste trabalho, que após a criação do IAB e diante da demora por parte do Instituto de criar uma publicação própria, a *Gazeta* serviu, enquanto foi publicada, de veículo quase oficioso do Instituto, dedicando frequentemente espaço para noticiar as atividades e reuniões do Instituto, além de seus documentos oficiais, compondo a memória que o Instituto, nesses primeiros passos, por si mesmo não podia preservar.

<sup>462</sup> Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 3, 1862. p. 138

necessárias para a consulta, enquanto a discussão sobre a *Revista* foi novamente adiada<sup>463</sup>. Em dezembro daquele ano, chegou-se a anuir que uma associação outra publicasse a Revista do Instituto, desde que sob a direção de um nome delegado pelo Instituto, e sob as condições que fosse regulada em harmonia com os Estatutos e Regimento<sup>464</sup>.

Seja por um somatório de faltas de fundos, estrutura ou mão de obra – afinal, o Instituto durante todo esse período ainda sofria com a provisoriedade de uma sede emprestada que se reduzia a apenas uma sala – nenhuma dessas discussões foi efetivamente levada adiante. Novas iniciativas nesse sentido teriam de esperar mais de uma década, retornando com força no mandato de Agostinho Marques Perdigão Malheiro, já na década de 60. O sexto presidente do IAB é reconhecido, de forma uníssona por todos os memorialistas do Instituto, como o presidente que mais incentivou as atividades científicas da associação, fazendo com que atingisse “o mais elevado grão no conceito publico e o estudo da sciencia do Direito desenvolveu-se de um modo realmente superior”<sup>465</sup>.

Em diversas oportunidades, durante seus seis anos de mandato, ele se manifestou em favor da necessidade, por parte do Instituto, de “desenvolver o estudo do direito e da *jurisprudencia*, discutindo e decidindo sobre pontos controversos; finalmente concorrer com os seus trabalhos para o melhoramento das próprias leis, suscitando mesmo a sua reforma pelos meios legais”<sup>466</sup>, compreendendo ser a missão científica a vocação por excelência do Instituto. Não surpreende, portanto, que eleito em outubro de 1861, pouco mais de um mês depois, tenha apresentado a proposta de criação da *Revista* do Instituto na sessão de 14 de novembro do mesmo ano, onde se deveria publicar os trabalhos e mais aquillo que de qualquer forma possa concernir ao Instituto”<sup>467</sup>.

No meio tempo, em novembro daquele ano, Perdigão Malheiro providenciou um meio alternativo, pela imediata urgência que considerava haver em possuir algum meio de dar notícia das atividades do Instituto, em face, além disso, da deficiência dos meios pecuniários. Para tanto, procura os redatores do *Jornal do Commercio e Mercantil* e pede-lhe a inserção gratuita dessas notícias, pedido que é benevolmente acolhido pelos redatores aprovado pelos seus pares<sup>468</sup>. O sentido de urgência do Presidente de fato acelerou as tratativas, de modo que no

<sup>463</sup> Cf. Ivi, p. 139. Numerosos são os registros em atas de conferências do recebimento por parte do Instituto de doações de obras jurídicas para enriquecer o acervo do Instituto, o que reforça seu caráter e reconhecimento enquanto associação científica.

<sup>464</sup> *RIOAB*, v. 1, n. 3, 1862, p. 141.

<sup>465</sup> Cf. SÁ VIANNA, 1894, p. 43

<sup>466</sup> Discurso proferido pelo Presidente do Instituto Agostinho Marques Perdigão Malheiro. Por ocasião do aniversário de 7 de setembro de 1862: em sessão realizada naquele dia. Cf. *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870. p. 147.

<sup>467</sup> *RIOAB*, v. 6, n. 2, 1868. p. 335

<sup>468</sup> Cf. Ivi, p. 336



final daquele mês o documento com o *programma* da Revista começa a ser discutido, artigo por artigo, nas conferências semanais do Instituto. Por sugestão de Perdigão o título escolhido fora *Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*, trazendo em si o objetivo institucional de fortalecer o Instituto como órgão de classe, como há tempos já lutava para se constituir<sup>469</sup>. Um *programma* redigido na forma de artigos, mais assemelhando-se a um regimento interno, certamente se distinguia do formato mais difundido em matérias de periódicos de um editorial inaugural proposto pela comissão de redação.

Nome e *programma* – como em qualquer periódico, que começa a ser analisado pelo frontispício e editorial – eram já indícios fortes do caráter *predominantemente* institucional, mas que não era, certamente, *exclusivamente* assim. Apesar de dizerem, sim, muito sobre a revista, não descaracterizavam como um todo seu caráter de revista jurídica, depositária e produtora de conhecimento jurídico e de manifestos políticos, que conviviam com o legítimo propósito de noticiar as atividades internas da associação e compor sua memória institucional. É claro que um *programma*, no estilo de edital de normas, acabou deformando um espaço em que geralmente se colhe de maneira mais expressa os objetivos da publicação, mas o fato de que se ocupassem minudentemente de expedientes interno não esvazia o seu potencial como fonte de compreensão do próprio periódico.

O propósito para o qual a *Revista* fora criada estava declarado em alto e bom tom no art. 5º desse documento: ela tinha “por fim a publicação pela imprensa de tudo quanto fôr concernente ao Instituto”<sup>470</sup>. Isso incluía, evidentemente, as atas das conferências do Instituto<sup>471</sup> – hoje, praticamente as únicas fontes disponíveis para compor uma memória do Instituto –, mas essa era apenas uma das seções de que a *Revista* seria composta. Havia, ainda, a previsão de que fossem publicados trabalhos de sócios ou pessoas externas (com preferência daqueles)<sup>472</sup> e decisões dos poderes do Estado, especialmente do Poder Judiciário, “que importassem solução ou interpretação de principios de direito ou jurisprudência”<sup>473</sup>. À parte o espaço dedicado à

<sup>469</sup> Nos papéis oficiais a designação “Instituto dos Advogados Brasileiros” vigorou até 1888, quando a instituição teve seus estatutos reformados em 27 de setembro daquele ano. No estatuto, oficializado pelo Decreto n. 7.836 de 28 de setembro, uma das grandes novidades, para além das mudanças na forma de admissão para a associação, era justamente a oficialização da mudança do nome do Instituto. A denominação já era utilizada com frequência, inclusive dava título à *Revista*, como parte da estratégia de criar esse organismo de classe. Quando a ordem é criada em 1930, o IOAB voltou a se chamar IAB. Cf. Ivi, p. 20.

<sup>470</sup> *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862. p. 4.

<sup>471</sup> Pela redação do *programma*: “Art. 6.º As actas serão publicadas chronologicamente em resumo ou extrato; aquellas, que contiverem materia importante em relação a discussões scientificas havidas nas sessões ou conferencias, o serão em sua integra”. Cf. Id.

<sup>472</sup> *In verbis*: “Art. 8.º Poderão tambem sêl-o quaesquer trabalhos jurídicos que pela redacção sejam admitidos a essa publicação; precedente, porém, a leitura dos mesmos em sessão do Instituto, sendo possível”, sendo que “Art. 10. Os trabalhos dos socios terão preferencia aos das pessoas estranhas” Cf. Id.

<sup>473</sup> É a redação do art. 9º do *Programma*. Cf. Id.

publicação das atas, coadunava-se perfeitamente com o formato-tríade típico do século XIX para uma revista jurídica – doutrina, legislação e jurisprudência –, com a especial característica de que o conteúdo científico-jurídico produzido saía da pena dos próprios membros da associação.

O modo de organização da comissão de redação pode ser considerado outra peculiaridade de um periódico institucional que o distingue de seus congêneres derivados de livres iniciativas editoriais. Por certo a *comissão* possuía atribuições típicas de um conselho editorial, como definir o formato da *Revista*, a distribuição das matérias e os detalhes imprevisíveis da publicação, assim como a incumbência de providenciar seu financiamento econômico, com a ressalva de dever apresentar contas ao Instituto ao final de cada semestre<sup>474</sup>. Cabia também à redação deliberar a admissão dos trabalhos à publicação, desde que precedida a leitura em sessão do Instituto, quando possível, e observada a reserva de conteúdo: “eram absolutamente excluídos quaisquer trabalhos ou discussão, mesmo incidentes, ofensivos da religião, da constituição e das leis”<sup>475</sup>.

O que chama atenção é a atribuição ao Presidente do Instituto voto de qualidade nas deliberações da redação, típica regra que reproduzia para dentro do periódico as hierarquias existentes na organização da Instituição. É uma previsão que reduzia demasiadamente a autonomia da comissão e subordinava-a às trocas de mandato e substituições de cargos da direção do Instituto, ainda mais quando se pondera que as eleições não eram coincidentes<sup>476</sup>, sendo os oito membros efetivos da comissão escolhidos em data diversa da mesa diretora do Instituto. Isso gerava grande instabilidade e inviabilizava a longevidade de qualquer projeto editorial, como acontece, por exemplo, na virada do primeiro<sup>477</sup> para o segundo ano, quando mais da metade da comissão é renovada, permanecendo metade dos oito membros escolhidos

<sup>474</sup> É conforme o art. 15 do *Programma*. Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862. p. 5.

<sup>475</sup> Art. 12 do *Programma* da Revista. Cf. Id.

<sup>476</sup> Vale destacar que no ano de 1861, a eleição do Conselho Diretor aconteceu em 3/10/1861 (cf. *RIOAB*, v. 6, n. 2, 1868. pp. 332), enquanto a eleição da comissão da revista aconteceu no dia 22/12 daquele ano (cf. *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870. p. 137). A regra geral é que a Presidência do Instituto fosse escolhida para um biênio, sempre após o aniversário de fundação. Por sua vez, as eleições para a comissão da revista aconteciam em dezembro, anualmente. Apesar de as eleições não serem coincidentes, para a comissão da revista, dos 8 membros que foram eleitos, 5 já faziam parte também do Conselho Diretor. O que se percebe dessa eleição, ainda, é que não era feita exatamente a partir de uma candidatura, pois o Dr. Caetano Alberto é escolhido, por exemplo, mas não assume o cargo em virtude de problemas de saúde, sugerindo então um substituto. Cf. Ivi, p. 138.

<sup>477</sup> A primeira comissão responsável pela *Revista* fora eleita em 22/12/1861 e era composta do seguinte modo: “Comissão de Redação da Revista do Instituto dos Advogados em o anno de 1862: Drs. Augusto Marques Perdigão Malheiro (Presidente); Antonio Moreira Tavares (Secretario); Luiz Alvares de Azevedo Macedo (Thesoureiro); Joaquim José Teixeira; José Thomaz Nabuco de Araujo; Lafayette Rodrigues Pereira; Urbano Sabino Pessoa de Mello; Carlos Arthur Busch Varella; João da Rocha Miranda e Silva; Alberto Antonio Soares (em substituição do Dr. Caetano Alberto Soares); e Joaquim Ignacio Alvares de Azevedo”. Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 4, 1862. p. 230.

em 1861<sup>478</sup>.

Que isso tenha ou não se refletido na periodicidade da revista, fato é que a previsão de que ela fosse “mensal, podendo, todavia, reunir-se até tres mezes, se a falta de matéria ou outro motivo impedir que seja publicada no fim de cada mez”<sup>479</sup> nunca foi realizada, sequer respeitada a meta mais modesta dos três meses, sendo observadas várias lacunas nos vinte e seis primeiros anos que optamos por analisar, conforme a tabela apresentada a seguir:

Tabela 2 – Periodicidade da *Revista* (1862-1888)

Ano – número de fascículos		
1862 – 4	1867 – 2	1881 e 1882 – 1
1863 – 4	1868 – 2	1883 – 1
1864 – 0	1869 – 0	1884 a 1886 – 0
1863 – 4	1870 – 1	1887 – 1
1865 – 3	1871 – 1	1888 – 1
1866 – 0	1871 a 1880 – 1	

Fonte: produção da própria autora, 2018.

Mesmo com todos esses hiatos na periodicidade, é já uma publicação que conseguiu se fazer muito mais longa do que muitas das suas contemporâneas, até porque não se encerrou no recorte selecionado para a presente pesquisa: após 1888, volta a ser publicada em 1893, com seis números e, depois, é novamente interrompida, retornando em 1906. Bem ou mal, com algumas lacunas e diversas mudanças de formato, o IAB mantém essa publicação até hoje, tendo sido o último exemplar da versão impressa - número 97 – publicado em 2008, quando passou então a ser editada em meio digital<sup>480</sup>. Importa-nos aqui, entretanto, os números publicados entre 1862 – data da sua fundação – e 1888, período que corresponde à publicação da Revista durante o Império do Brasil.

No início da década em que foi fundada, não havia sequer revistas jurídicas com tamanho fôlego e conteúdo, sendo as suas contemporâneas as já citadas, no primeiro capítulo

<sup>478</sup> Na sessão extraordinária do dia 18 de dezembro de 1862, é realizada eleição para a comissão da revista, permanecendo, por óbvio, o Presidente, Secretario e Thesoureiro, mesmo que esses dois últimos tenham sido substituídos no meio do mandato; além de João da Rocha Miranda, Alberto Antonio Soares, Joaquim José Teixeira e Urbano Sabino Pessoa de Melo, que foram reeleitos. Todavia, os outros quatro membros foram substituídos por: João Carlos de Souza Peixoto, José Figueiredo de Andrade, Lopo Diniz Cordeiro e Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira. Cf. *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870. p. 178.

<sup>479</sup> É a redação do art. 14 do *Programma*. Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862, p. 5.

<sup>480</sup> Para conferir esse conteúdo na íntegra, acessar o site institucional do IAB, onde desde 2014 foram disponibilizados para acesso livre e gratuito todos os números do periódico. Cf. INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. Revista Digital. 2018.

deste trabalho, gazetas de toda sorte, voltadas a fornecer crônicas e notícias dos tribunais, que mais se assemelhavam a jornais jurídicos e coleções de ementas de decisões judiciais. Uma revista que se propunha a trazer debates doutrinários, textos de maior envergadura com discussões de sobre controvérsias jurídicas, sugerindo novas interpretações ou reformas legislativas, era certamente uma novidade naquele momento. É por isso que servia, também, como um elemento fundamental na afirmação da entidade enquanto associação científica perante outras instituições jurídicas do Império. Não à toa a distribuição da revista, a princípio reservada somente aos sócios<sup>481</sup>, que tinham o direito de recebê-la gratuitamente, por não ter sido aberta para assinantes externos, mas apenas colocada a venda em “taes e taes lugares”, em que pese o pedido de leitores externos<sup>482</sup>, era também enviada a tribunais<sup>483</sup>, faculdades jurídicas<sup>484</sup>, bibliotecas públicas<sup>485</sup>, outras instituições científicas<sup>486</sup>, com grande alcance regional por diferentes partes do Império, além do próprio Imperador<sup>487</sup>.

<sup>481</sup> O direito dos sócios de receber gratuitamente os números da *Revista* estava previsto no seu *programma*: “Art. 16. Os membros effectivos tem direito a receber gratuitamente os números da *Revista*, logo que se forem publicando; salvo se houver necessidade de alguma contribuição dos socios, para que se não interrompa a publicação”. Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862. p. 5. Era prevista também a possibilidade de que pudesse ser vendida para membros externos ao instituto, nos termos do “Art. 17. Será tambem exposto á venda pelo preço em que for cada numero taxado pela comissão. E poderão admittir-se assignantes, mediante a importancia que for do mesmo modo arbitrada”. Cf. Ivi, p. 6.

<sup>482</sup> Em conferência de 2 de junho de 1864, é lida uma carta do Secretário da Relação do Maranhão informando ao Instituto que os números da sua *Revista* enviados para aquele tribunal eram ali muito procurados pelos juizes e pelos advogados, que exprimiam seu desejo de saber se eram admitidas assinaturas, e qual o preço de cada uma. O Instituto se manifesta declarando que por ora não se admitiam assinaturas, que a *Revista* era vendida na Corte em “taes e taes lugares”, e comprometendo-se a enviar para o emitente da carta novos números e exemplares. Cf. *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870, p. 181.

<sup>483</sup> Há registros, em atas diversas das conferências do Instituto, de officios em que as seguintes instituições acusavam recebimento de exemplares da *Revista*: Juiz Municipal da 1ª vara da Corte, em 24/9/1863 (*RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870. p. 170); Juiz Municipal da 2ª Vara da Corte, em 7/6/1866 (*RIOAB*, v. 7, n. 1, 1871. p. 136); Secretario do Supremo Tribunal de Justiça, em 8/10/1863 (Ivi, p. 171); 2º do Secretario do Tribunal da Relação da Corte, em 15/10/1863 (Ivi, p. 172); Official maior da secretaria do Tribunal do Commercio de Pernambuco, em 29/10/1863 (Ivi, p. 174); Secretario da Relação do Maranhão, em 26/11/1863 (Ivi, p. 176); Juiz de órfãos da Corte, em 3/12/1863 (*RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870. p. 177); Official-maior da secretaria do Tribunal do Commercio de Pernambuco, em 28/4/1864 (Ivi, p. 179); Tribunal do Commercio da Bahia, em 7/6/1866 (*RIOAB*, v. 7, n. 1, 1871. p. 136); Secretario da Relação da Corte, em 28/4/1864 (Ivi, p. 179); Juiz de direito do Paraná, em 2/6/1864 (Ivi, p. 213); Secretario da Relação do Maranhão, em 2/6/1864 (Id.).

<sup>484</sup> O Instituto recebe officio do Secretario da Faculdade de Direito de São Paulo acusando recebimento dos exemplares da *Revista* em 15/10/1863. Cf. Ivi, p. 172.

<sup>485</sup> São recebidos officios acusando recebimento da revista por parte de: 2º do Bibliothecario da Bibliotheca Publica e Nacional, em 8/10/1863 (Ivi, p. 171); 3º do Director do Archivo Publico do Imperio, em 8/10/1863 (Id.); Director do Archivo Publico do Imperio, em 3/12/1863 (Ivi, p. 177); Director do archivo Publico do Imperio, em 28/4/1864 (Ivi, p. 179); Bibliothecario Publico, em 28/4/1864 (Id.).

<sup>486</sup> Para além do já citado IHGB, há registros de que a *Revista* tenha sido enviada para o Instituto dos Advogados de Pernambuco, em 2/6/1864 (Ivi, p. 213) e ao Instituto Juridico de S. Paulo, em 29/9/1864 (Ivi, p. 187).

<sup>487</sup> Em sessão de 26/3/1863, o Presidente Perdigão Malheiro informa ter oferecido por parte do Instituto à “Sua Magestade o Imperador” o 1º volume da *Revista*, que compreendia as quatro de 1862, e declara que o Imperador “dignou-se a aceitar com prazer”. Cf. *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870. p. 159.

Além desses ilustres destinatários, possivelmente a revista era lida também por não juristas, a julgar por três anúncios<sup>488</sup> encontrados em jornais da imprensa comum, no *Correio Mercantil*<sup>489</sup> e no *A actualidade: jornal politico, litterario e noticioso*<sup>490</sup>. Não eram anúncios recorrentes<sup>491</sup>, o que se pode explicar, dentre outros fatores, pelo fato de não se tratar de revista com grandes pretensões de alcançar assinantes e leitores, carente de publicidade, já que contava com uma audiência bastante fiel, dentre os associados e as instituições com quem dialogava. Todavia, encontrar referências, ainda que escassas, ao periódico em jornais de circulação mais ampla, não destinado somente a juristas, permite intuir que o seu público-leitor não estava exclusivamente restrito aos profissionais do foro.

De todo modo, essa falta de preocupação mercadológica e ao mesmo tempo o relativo êxito com que a Revista se fez publicar nesses vinte e seis anos – mesmo que não na periodicidade trimestral desejada – revelam que os maiores obstáculos que teve de enfrentar o periódico não se tratavam de falta de fundos ou de potenciais leitores, mas principalmente dos subsídios dos sócios. Não à toa, em discurso na sessão aniversária do 20º ano do Instituto, em sessão de 7 de setembro de 1862, no mesmo ano da publicação inaugural da *Revista*, o

---

<sup>488</sup> Vale destacar que antes da criação da *Revista*, o IAB se valia muito de anúncios em jornais para convocar os associados a participarem das reuniões ordinárias, sobretudo do *Jornal do Commercio*, do *Diario do Rio de Janeiro* e do *Correio Mercantil*.

<sup>489</sup> O primeiro anúncio constava na seção “Publicações litterarias” e fora publicado como mera notícia informativa e registro da publicação: “A Revista do Instituto da ordem dos Advogados Brasileiros de trimestre findo em setembro, contendo: inviolabilidade dos livros de commercio, em que casos tem lugar a sua exhibição, em que juízos e a favor de quem, falsidade nelles commettida quando póde constituir crime; actas das sessões do instituto de 22 de março de 1848 a 10 de dezembro de 1849; decisões dos poderes do estado que contém interpretação de direito ou jurisprudencia; e memoria sobre a revisão geral e codificação das leis civis e do processo no Brasil pelo Sr. conselheiro Carvalho Moreira”. Cf. *CORREIO MERCANTIL*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 300, pp. 1-4, 1862. p. 1. Já segundo anúncio, acrescentava um juízo muito positivo sobre o periódico, alçando-o à elevada posição de ser considerado uma das mais notáveis publicações então veiculadas: “Acaba de ser publicado o primeiro numero do 6º tomo da *Revista* do Instituto da ordem dos advogados brasileiros pertencente ao trimestre de janeiro a março do corrente anno. É esta uma das mais importantes publicações periódicas que temos, útil não só aos advogados e empregados do fôro, como a todo o cidadão. Forte este numero um livro de 200 paginas, contendo vários e interessantes escriptos sobre doutrina, legislação e jurisprudência, e as importantes actas das conferencias do instituto. Esta *Revista*, tem, pois, recommendação no seu proprio assumpto”. Cf. *CORREIO MERCANTIL*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 235, pp. 1-4, 1868. p. 1.

<sup>490</sup> Nesse jornal, o anúncio também se limitou a informar o conteúdo da publicação, sem referenciá-la ou contextualizá-la de algum outro modo: “Publicou-se a *Revista do Instituto da ordem dos advogados brasileiros*; anno 2º, tomo 2º, n. 4, outubro, novembro, dezembro de 1863. Contem o seguinte: 1º actas das sessões, ou conferencias do Instiuto; 2º decisões dos poderes do estado, que contem interpretação de direito, ou jurisprudencia; 3º miscellanea ou trabalhos diversos; - O discurso do Sr. Desiere; - Resumo de um processo crime celebre, por abuso de liberdade de imprensa, entre partes como A. Frei Manoel da Nativiade e Azevedo, e R. Antonio Pereira de Magalhães”. Cf. *A ACTUALIDADE: jornal politico, litterario e noticioso*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 647, pp. 1-4, 1863. p. 2.

<sup>491</sup> Na busca efetuada na Hemeroteca Digital, plataforma da Biblioteca Nacional onde estão disponibilizados os principais periódicos que circularam no século XIX no Rio de Janeiro – encontraram-se somente três deles durante todo o Império. A busca foi efetuada com as palavras-chave: “Revista Instituto Advogados Brasileiros”.

Presidente Perdigão Malheiro sente a necessidade de dar um chamamento aos sócios, cobrando principalmente sua colaboração ativa para a composição do periódico.

Ao relembrar a incontestável utilidade da instituição, quer em relação aos próprios associados – para fortalecer a classe dos advogados - quer em relação ao Estado – na atuação em favor do aperfeiçoamento de suas instituições – o jurista lembra que o cumprimento da missão do Instituto cruzava inevitavelmente com o caminho das letras: “Só assim os membros aproximariam-se entre si, elevando a sua ilustração, pela permuta dos pensamentos (releve-se a expressão), pela força productiva do espirito de associação”<sup>492</sup>. Para tanto, a publicação da Revista era instrumento fundamental, que só poderia “manter-se, desenvolver-se, e elevar-se á altura a que tem direito o Instituto, sua fonte, se fôr alimentada pela sua boa vontade dos sócios. As revistas são a vida das associações litterarias”<sup>493</sup>. Uma publicação periódica serviria para dar força, significado e visibilidade à atividade do Instituto, legitimando a sua atuação como uma instituição científica.

Todavia, garantida a audiência e o financiamento pela própria Instituição que a publica, a maior carência para a manutenção do periódico era de subsídios textuais dos associados, responsáveis pela produção de conteúdo – a vinculação institucional era a origem de suas virtudes e seus defeitos. Por isso a convocatória do Presidente incitava-os a preencher as diversas lacunas que o direito nacional apresentava, com a apresentação de trabalhos que oferecessem as melhores alternativas para supri-la, servindo de base para medidas legislativas ou governativas, serviços de primeira ordem que incumbiria ao Instituto, por meio de sua publicação, prestar. “O campo a explorar é vasto; os operários não são muitos, é verdade. Porém poucos com boa vontade podem conseguir melhor e mais abundante colheita, do que um grande numero sem ella”<sup>494</sup>. É a vastidão dessa produção – e o papel de seus operários – que o próximo capítulo pretende analisar.

---

<sup>492</sup> Cf. *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870. p. 148.

<sup>493</sup> Cf. *Ivi*, p. 147.

<sup>494</sup> Cf. *Ivi*, p. 149.

#### 4 “MISCELLANEA” POLÍTICO-JURÍDICA: ANÁLISE DOS DEBATES DOUTRINÁRIOS E POSICIONAMENTOS DO IAB ATRAVÉS DAS PÁGINAS DA REVISTA

- Para que ir ao prélo?

*Nem todas as horas são proprias para todas as imprezas. A primeira conveniencia destas é a oportunidade.*

*Cada lavor pede seu instrumento adequado.*

*Será bem certo que seja agora opportuna a discussão?*

*Quem pode afiançar que nas circumstancias actuaes o verbo nos dê de si a luz e não cause conflagrações?*

*Ao som da palavra muita vez acordam e animam-se paixões<sup>495</sup>.*

Finalmente, neste capítulo, após um exaustivo esforço de contextualização – da parte da autora e da paciência do leitor – que ocupou as laudas anteriores, o objeto eleito para protagonizar a presente pesquisa será a partir de agora dissecado e escrutinado em todo seu desafio e novidade. A iniciativa inédita de dar tamanho destaque à *Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*, tornando-a o foco central de atenção de um trabalho monográfico, tem como objetivo secundário – para além daqueles já declarados no *racconto* da introdução – o de recuperar a “dignidade histórica” deste periódico, seja como fator de produção de cultura em seu contexto de origem, seja como fonte de grande potencial para a pesquisa historiográfica contemporânea.

Apesar de não ser a revista jurídica mais volumosa, mais perene ou mais lida do século XIX, representou, por seu pioneirismo, vinculação institucional e ambição editorial, um inegável marco no conjunto dos impressos periódicos jurídicos brasileiros. Como a epígrafe deste capítulo sugere: (a) a conveniência faz a oportunidade; e (b) a natureza do labor determina o tipo do instrumento – ambas circunstâncias capitais para a conformação de uma publicação. No caso da *Revista* aqui considerada, criada no seio de uma associação científica que pertencia a uma comunidade acadêmica e profissional em crescente expansão, mas ainda carente desse tipo de produção, encontrava terreno extremamente fértil para sua semeadura e florescimento.

No início da década de 60 do século XIX no Brasil, após dois decênios de proliferação de publicações periódicas especializadas em todas as áreas do conhecimento, direcionadas a

---

<sup>495</sup> O excerto foi retirado do volume inaugural do periódico O Espectador da America do Sul, jornal político e literário que circulou entre 1863 e 1864 no Rio de Janeiro, a partir da mesma tipografia onde foram a prelo os primeiros volumes da RIOAB. O editorial, que buscava explicar a motivação de seus redatores, contém diversas metáforas e provocações que dizem muito sobre as intenções compartilhadas que levam editores a iniciar uma empreitada do gênero. Cf. *O ESPECTADOR DA AMERICA DO SUL*. Espectador. Porquê? v. 1, n. 1, pp. 1-4, 16 jul. 1863. p. 1.

públicos específicos – que buscavam se afastar do aposto *Variedades*<sup>496</sup> em um momento de consolidação do mercado de bens culturais impressos –, uma revista especializada em direito, voltada a um público-leitor muito propenso a consumir conteúdo mais denso, constituía objeto de potencial interesse.

Dos poucos saberes especializados que àquela altura contavam com um curso superior, que naturalmente formava um público letrado e disposto a consumir produtos culturais, o saber jurídico, ao mesmo tempo, não dispunha de grande oferta de publicações doutrinárias, ainda menos periódicas, já que as revistas até ali publicadas, como já dito, mais destinavam-se a coletar jurisprudências com fins meramente noticiosos e não gozaram de vida longa. Nesse cenário, a criação da *RIOAB* atendia às duas circunstâncias que Beatriz Sarlo aponta como antecedentes à inauguração de um periódico: necessidade e vazio<sup>497</sup>.

A conveniência de publicação da *RIOAB* se traduziu em oportunidade concreta muito por nascer financiada por uma associação de advogados, que poderia arcar com os custos da dispendiosa impressão, garantindo os meios materiais e a audiência. Afinal, uma sociedade que, como já demonstrado, precisava se legitimar como associação científica, tinha todo interesse em realizar tal investimento para divulgar sua produção acadêmica como já faziam suas congêneres brasileiras e estrangeiras: a revista faz parte do projeto de consolidação do lugar do IAB na vida pública intelectual do Império. Some-se a isso, a citada natureza do *labor*: os associados eram advogados desejosos de se capacitar para a atividade profissional no foro, espaço em que informações atualizadas sobre o direito vigente eram trunfos cobiçados, obtidos prontamente através de uma produção periódica.

Mesmo com a pretensão autoproclamada de ser uma “corporação científica”<sup>498</sup>, a *RIOAB*, não há como se enganar, não deixava de ser uma revista profissional – até porque, no

<sup>496</sup> Com esse título nascera a primeira revista do Brasil, em 1812 na Bahia, mesmo que ela nem sequer se reconhecesse como tal, e se autoproclamasse um mero folheto. O periódico – efetivamente variado – se propunha a publicar um pouco de tudo, entre história, viagens, literatura, anedotas ou descobertas filosóficas. Em que pese essa publicação não tenha conhecido grande sorte, não sendo publicada por mais que dois anos, foi essa proposta que consagrou as revistas como gênero literário no Brasil, que nasceram como uma fonte de vasto entretenimento, falando sobre um pouco de tudo para agradar o maior público possível. Era um recurso para fazer a publicação vingar, como explica o redator chefe d’O Espelho, F. Eleuterio de Sousa, revista editada por Francisco de Paula Brito, no volume inaugural: “Por ora nada mais prometemos do que a nossa boa vontade para fazermos com que esta revista tenha a maior circulação possível. O meio é somente um: tornal-a variada, mas de uma variedade que deleite e instrua, que moralise e sirva de recreio quer nos salões do rico, como no tugurio do pobre”. Cf. *O ESPELHO*: Revista semanal de litteratura, modas, industria e artes, v. 1, n. 1, pp. 1-13, 1859. p. 1.

<sup>497</sup> Refletindo sobre a forma revista como prática de produção e circulação cultural voltada a intervir no tempo presente, direcionada para a escuta contemporânea, a historiadora argentina define as revistas como “*bancos de prueba*”. À característica do seu estar no presente, acrescenta a sua qualidade instrumental: as revistas são meios. Por conta desse caráter, é que vão pensadas ante as duas circunstâncias citadas – a necessidade e o vazio. Para essa perspectiva, cf. SARLO, 1992, pp. 9-11.

<sup>498</sup> Essa autorrepresentação transparecia do modo como se referiam às perguntas colocadas em debate nas sessões – “questão científica” – ou às discussões por elas geradas “palestras científicas”. Uma tal compreensão da



mundo jurídico, essas atividades caminham de mãos dadas – com todas as consequências que um tal gênero literário carrega, subordinando o conteúdo aos propósitos internos da profissão. Isso significa que, de uma parte, conforme o esquema de Barrière<sup>499</sup>, ela exercia uma espécie de “*veille professionnelle*” (vigília profissional), seja oferecendo conteúdos para a formação e aperfeiçoamento contínuos, até propondo reflexões sobre a missão ou o exercício desse ofício – o que é especialmente verdadeiro no caso do IAB, que reivindicava, àquela altura, a organização de uma *Ordem*, e constantemente reforçava os predicados e a importância desse “*munus publicum*”. Com esses propósitos, a *Revista* reforça a coesão do grupo profissional, registrando as sessões ordinárias, publicando os pronunciamentos comemorativos e divulgando os passos para a desejada regulamentação da profissão de advogado.

É por conta disso que a pertinência desse gênero de impresso como testemunho de um período, como alerta Ana Luiza Martins<sup>500</sup>, só é válida se levarmos em consideração uma série de fatores pré-textuais, para além do conteúdo propriamente publicado em sua autonomia semântica: (a) o lugar da publicação na história da imprensa (o que se pretendeu enfatizar no capítulo 1); (b) o grupo de intelectuais e o projeto cultural que os animava, para cuja voz o periódico é concebido como meio de amplificação (o que se tentou alinhar no capítulo 2); e (c) as condições de produção, de impressão, de financiamento, de organização da redação e estruturação de material, que a partir de agora se pretende explicitar. Isso porque não só o que está escrito tem o condão de falar e exprimir sentidos em um impresso, mas o próprio papel, e a forma com que se apresenta, tem outro tanto a dizer.

Da observação acurada da organização interna dos conteúdos, dos critérios editoriais para a distribuição das matérias, da recorrência de temas e colaboradores entre os inúmeros fascículos muitas ilações podem ser esboçadas sobre a dinâmica do grupo de intelectuais envolvidos. Afinal, “*une revue ne se réduit pas à son sommaire et celui-ci est le produit d’une intense activité en coulisse*”<sup>501</sup>. Nem tudo o que está publicado se torna público, mas muitos

---

natureza do Instituto acabou por gerar, inclusive, polêmicas entre os sócios se deveriam a esse papel se limitar ou atuariam também como instituição de assistência judiciária (à qual já se acenou no capítulo anterior) e conselho disciplinar. Para os debates envolvendo esta última contenda, cf. ata da conferência de 13 de dezembro de 1871 em *RIOAB*, v. 8, n. 1, 1871-1880. pp. 202-206.

<sup>499</sup> Remete-se ao já citado texto do historiador francês Jean-Peal Barrière sobre “*les revues juridiques professionnelles*”. Cf. BARRIÈRE, 2002, p. 270.

<sup>500</sup> Em seu artigo metodológico “folheando páginas revisteiras”, a autora faz diversos alertas sobre o uso da revista como fonte histórica e insiste na necessidade preliminar de sua crítica exaustiva e contextualização acurada, muito em razão do caráter mercantil que preside tais publicações. Cf. MARTINS, 2003, p. 61.

<sup>501</sup> “Uma revista não se reduz ao seu sumário, mas é o produto de intensa atividade nos bastidores” (tradução da autora). Cf. PLUET-DESPATIN, Jacqueline. Une contribution à l’histoire des intellectuels: les revues. In: RACINE, Nicole; TREBITSCH, Michel Trebitsch (org.). Sociabilités intellectuelles: Lieux, milieux, réseaux. *Cahiers de l’Institut d’histoire du temps présent*, n. 20, 1992. p. 127.

elementos permanecem invisíveis até que se alie, ao estudo do texto, elementos de bastidores sobre o processo de negociação e concepção do escrito, que lhe conferem novo significado. A leitura do verso pelo reverso e vice-versa – de compreensão do texto pelo bastidor e do bastidor pelo texto – é um processo recíproco e inesgotável de retroalimentação que enriquece sobremaneira a fonte e o objeto da pesquisa.

Inicia-se propondo uma reflexão sobre o modo como a revista se apresentava ao leitor, o que engloba alguns desses elementos que não necessariamente são evidentes àqueles que penetram suas páginas. Perceber a materialidade do impresso, em seu sentido mais completo como enunciado por Tânia Regina de Luca, significa prestar atenção em detalhes como o formato, o tipo de papel, a qualidade da impressão, o molde da capa, a periodicidade, a perenidade, a ausência de material iconográfico e de propaganda e todo o padrão estético do periódico<sup>502</sup>. A estrutura interna, vale destacar, é ela mesma dotada de pungente historicidade, sendo as escolhas aí expostas resultantes de complexa interação entre as técnicas de impressão disponíveis, os objetivos propostos para o periódico – que definia a imagem a ser transmitida –, o público-alvo e as interações que pretendia estabelecer com o mercado editorial.

É impossível não se deixar inebriar pelo apelo visual, como assinalou Ana Luiza Martins, das publicações de época, cujo folhear envolve o leitor e o historiador no tempo passado que busca compreender: “a atração suscitada pela revista como documento, torna-a irresistível, conjunto lúdico que numa só publicação reúne texto, imagem, técnica, visões de mundo e imaginário coletivos”<sup>503</sup>. Mas esse encantamento não pode obscurecer a análise cuidadosa de todos os seus componentes, mesmo esses detalhes apenas aparentemente corriqueiros – como o formato, papel, letra, tiragem – pois reside neles parte fundamental do valor da fonte, que ultrapassa o texto em sua capacidade de informar sobre o perfil dos redatores ou dos consumidores. O quadro histórico que se pretende evocar com esse tipo de documento só pode ser adequadamente compreendido contemplando todo esse conjunto de componentes.

Esse esforço de historicização da materialidade do impresso busca enfatizar a percepção de que a escolha de um suporte e da sua forma de apresentação nada tem de natural. Amontoar letrinhas miúdas em colunas compridas e numerosas como em um jornal; ou imprimir um texto corrido em uma única coluna mais à semelhança de um livro são escolhas que refletem as técnicas de produção vigentes, em primeiro lugar, mas também os hábitos de

---

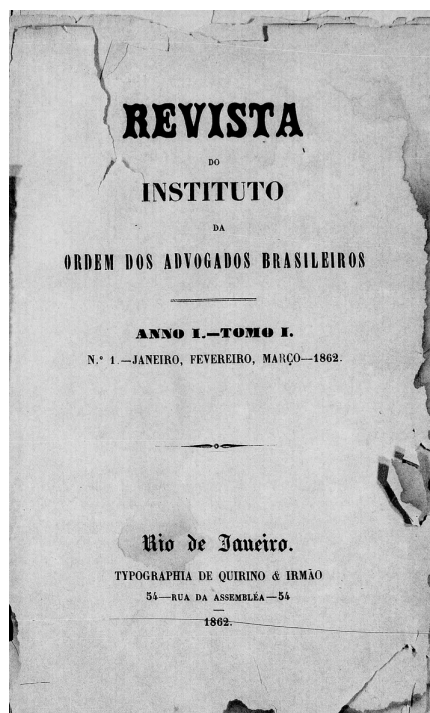
<sup>502</sup> Para a discussão do conceito de materialidade do impresso, já citado à nt. 63 *supra*, cf. LUCA, 2005, p. 131. Interessante é perceber como a autora operacionaliza essa categoria em seu trabalho monográfico sobre uma revista específica – em que pese não jurídica – tomada como objeto de sua pesquisa: LUCA, 2011.

<sup>503</sup> Cf. MARTINS, 2003, p. 60.

leituras que se pretendiam cultivar: é necessário questionar, dentre todos os recursos de que se dispunha, o que foi escolhido e por quê<sup>504</sup>. A tão enfatizada vinculação institucional – moeda ambivalente que, como já se acenou, ora contava a favor, ora contra a publicação – servirá para explicar muitos desses aspectos editoriais e culturais, trazendo luz a alguns desses elementos anteriores ao texto como complemento essencial ao conteúdo impresso.

Há que se começar pela capa: a *RIOAB* tinha uma, o que não era uma informação tão óbvia na década de 60 do século XIX: as suas predecessoras no campo do direito – as *Gazetas* – mais pareciam “jornais jurídicos”, com diagramação no estilo de colunas múltiplas, letra miúda, poucas páginas e com um frontispício reduzido à inserção do título no topo da página inicial, que praticamente se confundia com o conteúdo.

Não só o frontispício individualizado representou um acréscimo da segunda em relação à primeira: o volume de páginas do primeiro número da *RIOAB* também era dezesseis vezes maior que o da *Gazeta*. Ao aproximar-se do formato livro, com textos mais densos e extensos, dirigia-se a um leitor experiente e destacava o papel autônomo do jurídico enquanto saber técnico e especializado, relegando o encargo da informação de cunho político e as notícias cotidianas do foro à imprensa geral e assumindo para si a função de divulgar textos formativos. Figuras 1 e 2 – Página inicial da *Gazeta dos Tribunaes* (primeiro periódico jurídico brasileiro) (1843) e página inicial do primeiro fascículo da *RIOAB*



Fonte: *GAZETA DOS TRIBUNAES*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1843; *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862.

<sup>504</sup> Cf. LUCA, 2005, p. 132.

Não havia, portanto, concorrência entre os dois instrumentos, razão pela qual o Instituto continuou a se valer das folhas diárias da corte para divulgar suas atividades semanalmente mesmo após a criação do seu veículo periódico institucional<sup>505</sup>. A *Revista*, com periodicidade mais espaçada, difundia trabalhos mais longos e elaborados, que requeriam tempo para confecção e não tinham tanto compromisso com a atualidade imediata – podendo ser publicados textos produzidos meses, ou até anos antes – enquanto aos jornais diários eram encaminhados avisos e convocatórias hebdomadárias.

Todos os 12 volumes que compõem o recorte selecionado para a presente pesquisa foram editados no tamanho 14 cm x 21 cm, medida comum para a edição de livros na época. As edições, com capa dura verde e inscrições em dourado, foram encontradas na Biblioteca Daniel Aarão Reis do Instituto dos Advogados Brasileiros, mas não se pode afirmar que essa tenha sido a forma de acabamento original ou uma encadernação posterior para sua preservação. De todo modo, quanto ao texto impresso, a diagramação era simples, com o uso de apenas um bloco de texto justificado, sem qualquer divisão em coluna, vinheta ou outro tipo de adorno. Enquanto publicação de caráter científico e profissional na área de direito, a *Revista* não se valeu de recursos visuais como fotografias, ilustrações ou publicidade de qualquer natureza.

Os tomos anuais da *Revista* – como mais adiante se verá em quadro comparativo – chegavam a ultrapassar as 300 páginas, com artigos que se prolongavam por vários números e divisão interna da matéria incluindo seções de doutrina, legislação, jurisprudência – que não mantiveram essa mesma nomenclatura entre todos os volumes – e outros documentos publicados sob o título “*miscellanea*”, “boletim”, “parte geral” ou “secundária”. Excetuadas as metamorfoses da estrutura interna, o perfil externo desses objetos permaneceu relativamente estável, apresentando caracteres físicos esteticamente compatíveis com a elaboração de um pensamento científico respeitável por intelectuais, em que acadêmicos, juristas e demais letrados depositavam a confiança na elaboração de propostas jurídico-políticas para pensar a sociedade e o direito de sua época<sup>506</sup>.

A *Revista* começou a ser impressa no Rio de Janeiro em 1862 pela Typographia de Quirino & Irmão<sup>507</sup>, de cujo prelo continuaram a sair os dois volumes seguintes – abrangendo

<sup>505</sup> Em paralelo à *RIOAB*, seja durante os seus hiatos e contemporaneamente à sua edição, o Instituto manteve publicação nos principais diários da Corte: *Diário do Rio de Janeiro*, *Jornal do Commercio e Correio Mercantil* para publicizar as convocações de reuniões e atas das conferências.

<sup>506</sup> A escolha nada banal de apostar nesse tipo de aspecto físico, padrão para produções jurídicas de relevo, também é discutida por André Bezerra quanto à *Revista da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro* em seu trabalho monográfico. Cf. CHAVES, 2015, p. 41.

<sup>507</sup> A tipografia, mais voltada à publicação de periódicos políticos e literários – como *A actualidade: jornal politico, litterario e noticioso* (publicado desde 1858); *Gazeta do Brazil: periodico politico, litterario e commercial* (publicado desde 1860); *O Espectador da America do Sul* (editado a partir de 1863); *A Cruz: Jornal*

1862, 1863 e 1865, os tomos correspondentes à primeira fase – até ser transferida, a partir de 1867, para a *Typographia Perseverança*, por razões mercadológicas que serão a seguir melhor detalhadas. Este é um primeiro indício de como o impresso, ao mesmo tempo em que forma seu público-leitor selecionando, ordenando, estruturando e elegendo o que é digno de chegar até ele, é conformado por sua audiência e pelas demandas mais compatíveis à maior circulação e consumo. Por mais que a *Revista* pareça ter grande arbítrio sobre a informação disponível ao público, acaba limitada pela necessidade de corresponder às expectativas de seus próprios leitores.

Para além desses aspectos mais diretamente relacionados ao suporte e à apresentação material e tipográfica, a substância textual da publicação foi igualmente escrutinada. Um dos aspectos da análise de conteúdo realizada relaciona-se à necessidade de olhar com atenção para os responsáveis e colaboradores mais assíduos, expondo a dimensão coletiva do projeto por trás da revista e os itinerários individuais que se destacavam nesse conjunto. É por isso que se buscou, por meio de análise quantitativa de todos os títulos publicados, identificar os associados com o maior número de contribuições publicadas, com o fim de dar destaque a nomes e sujeitos que acabaram invisibilizados sob o anonimato de uma comissão de redação rotativa e que se embaralhava com a direção do Instituto.

Outro dado a ser evidenciado, através desse tipo de levantamento, diz respeito aos ramos do direito que apareceram com maior frequência dentre as discussões travadas no Instituto. A vocação generalista é dissecada pela identificação das matérias que foram tratadas com mais assiduidade nos debates Instituto, trabalhos monográficos dos sócios e questionamentos registrados nas atas de conferências. Apesar da ampla variedade de assuntos cobertos, é possível detectar as disciplinas que despertavam maior atenção ou dúvida entre os associados, seja em razão da sua atuação profissional ou interesses políticos.

Todavia, um olhar panorâmico e meramente estatístico não seria satisfatório por sobre um objeto com o qual se lidou com tanta proximidade e por tanto tempo: o material também foi encarado por um viés qualitativo pela eleição de quatro temas a serem discutidos com mais vagar e profundidade. Os tópicos, que não necessariamente corresponderam numericamente aos assuntos mais debatidos em absoluto pelos membros, foram selecionados pela importância

---

*religioso, litterario, historico e philosophico* (editado desde 1861) – mas naquele mesmo ano em que começa a editar a *RIOAB*, também é contratada para imprimir a *Revista Jurídica – Doutrina, Jurisprudencia e Bibliographia*, já citada no capítulo anterior desta monografia. A coincidência de que o editor da *Revista Jurídica* se tornasse depois o Secretário mais longo do Instituto não pode ser interpretada como a explicação para a escolha da tipografia, pois ele só se tornaria membro efetivo do Instituto em 1868. De todo modo, a tipografia, é um dado que merece registro que as duas revistas jurídicas de maior fôlego no início da década de 60 saíssem do mesmo prelo.

que representaram para o cenário político do país ou para a Instituição mesma: (a) a discussão em torno do regime jurídico da escravidão e da possibilidade de abolição; (b) a necessidade de uma codificação civil; e (c) a necessidade de organização da Ordem dos Advogados. É aqui que se recupera o valor social dos textos em relação a seus contextos pela compreensão, que merece ser sempre reforçada, de que todo escrito tem vida muito anterior e maior do que a pena que o concebeu.

#### 4.1 OS HIATOS E RENASCERES DA EDIÇÃO: TRÊS FASES EDITORIAIS DA *RIOAB*

Evidenciar nuances e reconfigurações no perfil da *Revista* é meio de demonstrar que raramente uma publicação periódica se apresenta de modo homogêneo no tempo; ao revés: seu caráter seriado insere novos tons à face de continuidade que a um primeiro olhar o objeto deixa transparecer. Mudanças sutis na forma de apresentação dos conteúdos, na organização interna das seções e inclusive nos critérios de seleção do material a ser publicado permitem dividir a análise do conjunto documental em blocos distintos que conferem novos significados ao todo e às partes, sem que se tratem de fronteiras inexpugnáveis. A atenção à tão enfatizada materialidade e historicidade de todos os elementos dos impressos fez com que cada um deles adquirissem sentidos específicos que, em suas repetições e novidades, admitem o agrupamento dos fascículos, no recorte selecionado, em fases distintas.

Tratando-se de uma *Revista* que não se encerrou no século XIX, menos ainda com o marco interruptivo do recorte deste trabalho (tendo sido retomada cinco após o último volume analisado nesta pesquisa, em 1893), é oportuno recordar que a análise de conteúdo aqui proposta está circunscrita aos anos de 1862 a 1888 não por mera escolha aleatória da pesquisadora para tornar viável a pesquisa. Guarda relação muito maior com a data historicamente convencionada como a queda definitiva do regime monárquico, por compreendê-la como um produto visivelmente vinculado à Instituição que a concebera e que permite dar especial ênfase ao vínculo que ela mantinha com o Governo Imperial. A reconfiguração pela qual o periódico e próprio IAB passaram após a proclamação da República poderiam dar azo a todo um inteiro e novo trabalho, não sendo o foco da presente pesquisa. O que importa assinalar, por ora, quanto ao recorte escolhido, é que a *Revista* não foi publicada de forma homogênea e constante durante todo o arco temporal selecionado.

Durante esse período, entre hiatos na publicação, que a suspenderam por um, dois ou até nove anos, e retomadas com novo fôlego, em contextos muito diversos, a *Revista* é

interrompida e reaparece, sob nova direção, com novo programa editorial, ou simplesmente reorganizada em sua estrutura e padrão estético, mudanças que já ensejam novas possibilidades de interpretação de seus conteúdos. Ao destacar esses pontos de aproximação e distanciamento, procura-se refletir sobre o inteiro recorte e não apenas sobre cada fase isoladamente: sob a dupla perspectiva diacrônica e sincrônica <sup>508</sup>, a parte é reavaliada em face do conjunto, e o todo lido sob o confronto com cada fase.

No somatório desses vinte e seis anos, a *Revista* foi palco de exhibições diversas de seus sócios ou das discussões sobre os temas a que o Instituto era chamado a se manifestar. Todavia, essas fases do periódico não podem ser entendidas como meros reflexos de fases ou mudanças na Instituição mesma, mas como momentos autônomos da própria publicação, que podem – e devem – ser situados na História do IAB, mas não podem só por ela serem explicados. Isso porque muitas vezes à mudança de Presidência ou política predominante na condução da associação não se seguiram imediatas mudanças na *Revista*; ou renovações na comissão editorial eram votadas permanecendo inalterada a direção do Instituto<sup>509</sup>.

As escolhas que presidiram a iniciativa editorial às vezes são, sim, o resultado de mudanças na direção da associação, mas outras dizem respeito somente a novas políticas da redação para renovar a publicação mesma, que vem compreendida em sua integralidade como objeto autônomo. Nessa possibilidade de leitura oferecida pela autora – já que a repartição não está expressamente registrada e declarada no periódico, mas facilita, a meu sentir, a compreensão sistemática do conjunto – a fase inicial da *Revista* coincide com os primeiros três volumes publicados no período de 1862 e 1865, dentro do qual se verifica um hiato de um ano entre o segundo tomo (de 1863) e o último. Após novo intervalo, a *Revista* volta a ser publicada em 1867 e reaparece totalmente reestruturada, em um molde que permanece praticamente constante até 1871. De 1881 (quando foi publicado o tomo correspondente ao período de 1871 a 1880) até o final do recorte estabelecido para a pesquisa, a *Revista* aparece sob nova designação, já sofrendo os impactos que as mudanças no Estatuto promovidas em 1880 introduziram na publicação. Em um esquema sinóptico:

---

<sup>508</sup> A dupla perspectiva é leitura oferecida por Tânia Regina de Luca, no seu já citado trabalho monográfico sobre a *Revista do Brasil*, para pensar, sob a primeira vertente, as diferentes fases da *Revista* articuladas entre si; e sob a segunda, refletir cada fase da *Revista* sincronizada com o seu próprio tempo. Cf. LUCA, 2011, p. 7.

<sup>509</sup> No recorte temporal selecionado, há registros, em atas das sessões do Instituto, de oito eleições (1861, 1862, 1863, 1867, 1869, 1871, 1880 e 1882) para a comissão editorial, com significativas alterações de seus membros; enquanto a Presidência do Instituto, no mesmo período, mudou só três vezes (Agostinho Marques Perdigão Malheiros; José Thomaz Nabuco de Araujo e Joaquim Saldanha Marinho).

Quadro 1 – Fases da *Revista* (1862-1888)

Fase 1	Fase 2	Fase 3
<b>1862</b> – 4 números <b>1863</b> – 4 números <b>1865</b> – 3 números	<b>1867</b> – 2 números <b>1868</b> – 2 números <b>1870</b> – 1 número <b>1871</b> – 1 número	<b>1871 a 1880</b> – 1 número <b>1881 e 1882</b> – 1 número <b>1883</b> – 1 número <b>1887</b> – 1 número <b>1888</b> – 1 número

Fonte: produção da própria autora, 2018.

Essas idas e vindas já haviam servido de aceno, no capítulo anterior, para antever que a anunciada periodicidade trimestral não foi a regra mais religiosamente obedecida, apesar da pretensão inicial de que a *Revista* fosse publicada a cada três meses. Em todo recomeço, entretanto, esta promessa era renovada, seja para atender a fins mercadológicos, seja para contribuir para melhorar a reputação da Instituição, como se verá a seguir. Sob novas roupagens e com diferentes recursos para atingir o público-leitor, o periódico se distingue, nesses três momentos por (a) aspectos visuais – capa, inserção de divisa no fronte, diagramação; (b) materiais – tipografia, número de páginas por volume; (c) estruturais – redatores, colaboradores, designação das seções em que se dividia, ordem em que apareciam e o espaço que era conferido a cada uma delas; (d) conteúdísticos: principais temas tratados e tipos de documentos inseridos. As diferenças, portanto, são da face interna e externa de cada volume.

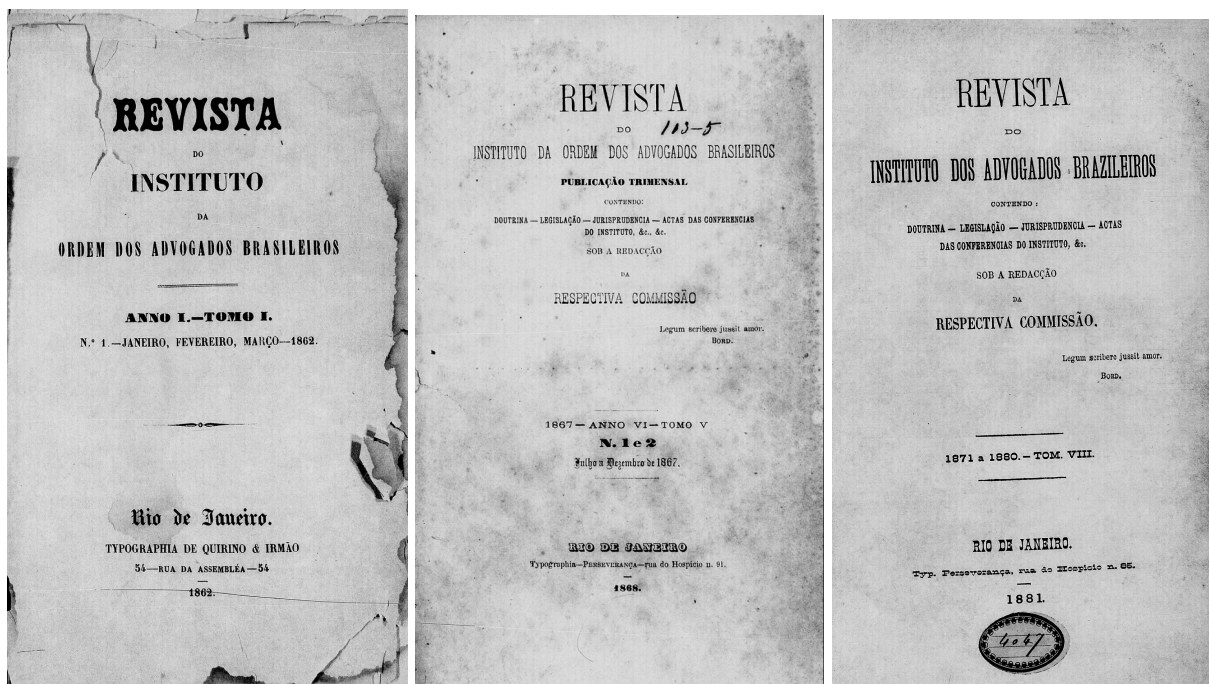
É importante pontuar, também, como esses aspectos estão inter-relacionados. Afinal, a forma como o conteúdo vem estruturado fala muito sobre ele mesmo e sobre a importância a ele atribuída: uma revista dividida em seções é atravessada de hierarquias. Apresentar determinados documentos no início ou no fim é uma escolha repleta de significado, assim como o é consagrar-lhe maior ou menor fatia no total de páginas do volume. Questionar o que está sendo privilegiado e o que permaneceu esquecido, “*cuál es el valor que organiza el resto de los valores*”<sup>510</sup> são perguntas obrigatórias para um periódico e que as revistas respondem, através de sua geografia e a topografia de seus tópicos, como “*uma vía regia hacia su imaginario cultural*”<sup>511</sup>. Para uma primeira abordagem panorâmica comparativa entre as três fases, é oportuno confrontar as três capas que descerram os fascículos inaugurais:

<sup>510</sup> Cf. SARLO, 1992, p. 12.

<sup>511</sup> Id.



Figuras 3, 4 e 5 – Capa do fascículo inaugural da primeira, segunda e terceira fase



Fonte: *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862; *RIOAB*, v. 4, n. 1, 1867; *RIOAB*, v. 8, n. 1, 1871-1880.

A mudança de tipografia gera um impacto visual externo pela diferença da fonte do impresso e do tipo de papel da primeira em relação às duas últimas, mas essa não é mera transformação estética: responde a uma escolha editorial precisa, como se verá adiante, que marcou a busca por reduzir os preços da impressão e torná-la mais adaptada às pretensões de lucro do Instituto com a venda de exemplares. Servindo a esse mesmo propósito pode ser compreendida a inclusão do “anúncio”, abaixo do título, das seções em que a *Revista* estaria dividida, como um chamariz para potenciais leitores.

Além disso, a inserção da divisa “*legum scribere jussit amor*”, embaixo da assinatura da “respectiva comissão”, mostra que esse era um recado dela marcando sua responsabilidade e protagonismo na reconfiguração da iniciativa editorial. Indicar a existência de uma comissão de redação ativa e presente é um sinal de organização e da existência de uma política editorial bastante definida. Por fim, vale destacar que o título da *Revista* sofre alteração na última fase, com a retirada do termo “Ordem” em razão das modificações estatutárias aprovadas pouco antes da publicação daquele número e que acabaram respingando no próprio periódico.

O redelineamento da capa, a partir da segunda fase mais detalhada quanto ao conteúdo do periódico, pode ser lido como um prenúncio do incremento de conteúdo que a *Revista* passaria a abrigar: o número médio de páginas por volume quase dobrou da primeira fase em relação à segunda. Na terceira, assim como o frontispício, o tamanho dos tomos anuais permaneceu constante, sendo os aspectos que a diferenciam em relação às demais, novamente,

muito mais o resultado da reorganização interna porque passou o Instituto do que o reflexo de mudanças estruturais do próprio periódico como as verificadas a partir de 1867. Uma comparação, em números, da extensão média de cada volume pode ser conferida a seguir:

Tabela 3 – Número de páginas por volume e por fase

	Volume	Número de páginas	Média por volume
<b>Fase 1</b>	1862	231p.	162p.
	1863	189p.	
	1865	67p.	
<b>Fase 2</b>	1867	423p.	338p.
	1868	414p.	
	1870	248p.	
	1871	268p.	
<b>Fase 3</b>	1871-1880	371p.	356p.
	1881 e 1882	451p.	
	1883	312p.	
	1887	362p.	
	1888	288p.	

Fonte: produção da própria autora, 2018.

Esses notórios acréscimos no conjunto, por sua vez, são resultado da reestruturação de cada seção em particular, que passaram a ocupar novo espaço dentro do periódico, sob nova designação e acolhendo outros tipos de documentos. Como resultado dessa paradigmática metamorfose registrada em 1867, a *Revista* deixa de lado as nomenclaturas que adotava até então e que lhe eram muito particulares enquanto um periódico institucional e passa a se adequar à clássica tripartição entre “doutrina, jurisprudência e legislação” que marcou boa parte dos periódicos jurídicos do século XIX, mesmo em culturas jurídicas estrangeiras, como discutido no primeiro capítulo. Em que pese materiais do gênero já fossem publicados pela *Revista* desde a sua fundação, é a partir da segunda fase que passam a ser nomeados como tal, em uma demonstração de que a comissão da revista buscava adaptá-la a suas congêneres coetâneas e reforçar seu caráter científico no âmbito do direito.

Quadro 2 – Seções em que cada fase era dividida

	Fase 1	Fase 2	Fase 3
Seções	<u>Parte Primeira:</u> Decisões do Instituto sobre questões de Direito e de Jurisprudência.	<u>Primeira Parte:</u> Doutrina.	<u>Primeira Parte:</u> Doutrina.
	<u>Parte Segunda:</u> Atas das sessões ou conferências.	<u>Segunda Parte:</u> Legislação.	<u>Segunda Parte:</u> Legislação.
	<u>Parte Terceira:</u> As decisões dos Poderes do Estado, contendo interpretação jurisprudencial.	<u>Terceira Parte:</u> Jurisprudência.	<u>Terceira Parte:</u> Jurisprudência.
	<u>Parte quarta:</u> Miscellanea.	Quarta Parte: Actas do Instituto.	Quarta Parte: Actas do Instituto.
		Parte Geral/Miscellanea/ Parte Secundaria.	Boletim.

Fonte: produção da própria autora, 2018.

Àquela clássica tripartição compreensivelmente era acrescentada uma seção dedicada à divulgação das atas das seções do Instituto, porção fundamental em uma *Revista* de vinculação institucional e que servia, também, como instrumento de divulgação dos atos do Instituto e de composição da sua memória. Por sua vez, a “Miscellanea”, seção que foi renomeada nas três fases, às vezes mais de uma vez em cada uma delas, mas mantida em praticamente todos os fascículos, não possuía um eixo temático tão definido. Nela apareceram desde discursos pronunciados em sessões comemorativas (apêndice B), documentos produzidos por outras instituições, até crônicas e capítulos de obras selecionadas (apêndice E). A depender da fase o que se percebe, entretanto, é maior ênfase em textos produzidos pelos próprios associados e documentos totalmente alheios à Instituição, mas de relevância para a doutrina jurídica.

Importa, por ora, consignar que, para além de constituir um veículo de expressão de uma *société savante*<sup>512</sup>, a *Revista* é o retrato de práticas científicas e padrões editoriais de uma época: por que neste momento era tão importante ter uma seção de legislação e de jurisprudência, que hoje praticamente desapareceram das revistas jurídicas? Para não mencionar os impactos que a veiculação eletrônica dos atos oficiais acarretou nas publicações periódicas a partir do final do século XX, e que dizem muito sobre o desaparecimento dessas seções, basta recordar que, naquele momento, o mercado de bens culturais impressos ainda era muito incipiente e o mesmo se aplicava para os meios de publicação dos documentos produzidos pelo Estado. O próprio *Diário Oficial do Império* fora criado no mesmo ano da

<sup>512</sup> Remete-se ao texto de Lúcia Maria Paschoal Guimarães, intitulado “*O periódico de uma société savante: a Revista do Instituto Geográfico Brasileiro (1839-1889)*” e citado no capítulo anterior, que assim se refere ao IHGB enquanto associação científico-literária, cujo periódico institucional, a propósito, também possuía uma seção dedicada a publicar as atas das suas conferências. Cf. GUIMARÃES, 2012.

*RIOAB*<sup>513</sup>, não tendo ainda circulação grande o suficiente para esvaziar o papel de divulgação de outras publicações periódicas não oficiais. Ante esse cenário, uma *Revista* que reunisse em si todo o tipo de conteúdo fundamental para a atuação do jurista era de maior interesse.

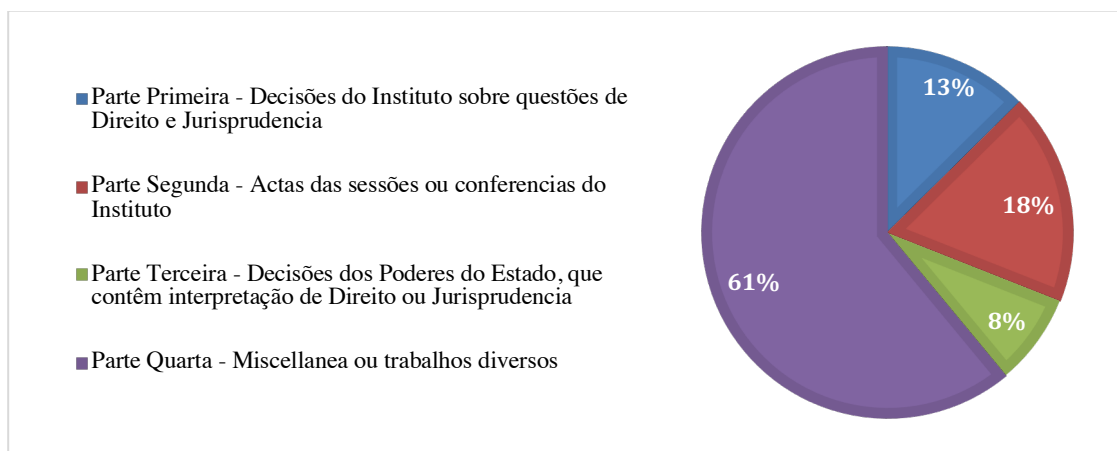
Mesmo que a essência de todas as seções, ainda que com diferentes designações, tenha permanecido pouco alterada em todas as fases, o percentual atribuído a cada uma delas no total de páginas do conjunto de volumes de cada um desses períodos variou muito. Isso porque o espaço dedicado às decisões dos Poderes do Estado na primeira fase (correspondente às seções de “legislação” e “jurisprudência” da segunda e terceira) era insignificante, às vezes não ultrapassando três páginas, com a inclusão de um ou dois resumos de acórdãos e o mesmo tanto de avisos do Poder Executivo. Maior proeminência, ao revés, era atribuída à seção equivalente à “doutrina”, intitulada “decisões do Instituto sobre questões de Direito e Jurisprudencia”, contendo a redação na forma de texto de discussões e decisões tomadas em conferências internas a partir de questionamentos levantados pelos sócios.

A proeminência geral, neste primeiro momento, cabia, entretanto, à “miscellanea”, composta basicamente de discursos comemorativos dos Presidentes em sessões aniversárias, cujo teor jurídico acabava minimizado pelo caráter essencialmente político de que se revestiam. É um gênero literário que será melhor discutido, mas neste momento de comparação geral entre os três momentos, serve de indício da preocupação predominante do periódico de divulgação interna e composição de memória, sedimentando a narrativa oficial que o Instituto buscava eternizar sobre a própria História e seus nomes mais ilustres. Abaixo, uma representação estatística do quanto cada porção representava no conjunto:

---

<sup>513</sup> O primeiro número do *Diário Oficial do Imperio* foi publicado 1.º de outubro de 1862. Antes dele, o Governo se valeu desde 1808 de diversos outros jornais privados ou mesmo folhas efêmeras impressas na Imprensa Nacional, mas não exclusivas, para publicar seus atos oficiais, como a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1821), *Gazeta do Rio* (1822), *Diário do Governo* 1823-184; *Diário Fluminense* (1824-1831), *Diário do Governo* (1831-1833), *Correio oficial* (1833-1840), *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878), *Gazeta Oficial do Imperio do Brasil* (1846-1848), até que finalmente em outubro de 1862 é criado o *Diário Oficial do Imperio do Brasil*, que circula até 1889, data da proclamação da República. Cf. BIBLIOTECA NACIONAL. *Exposição comemorativa do centenário do Diário Oficial (1862-1892)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1862.

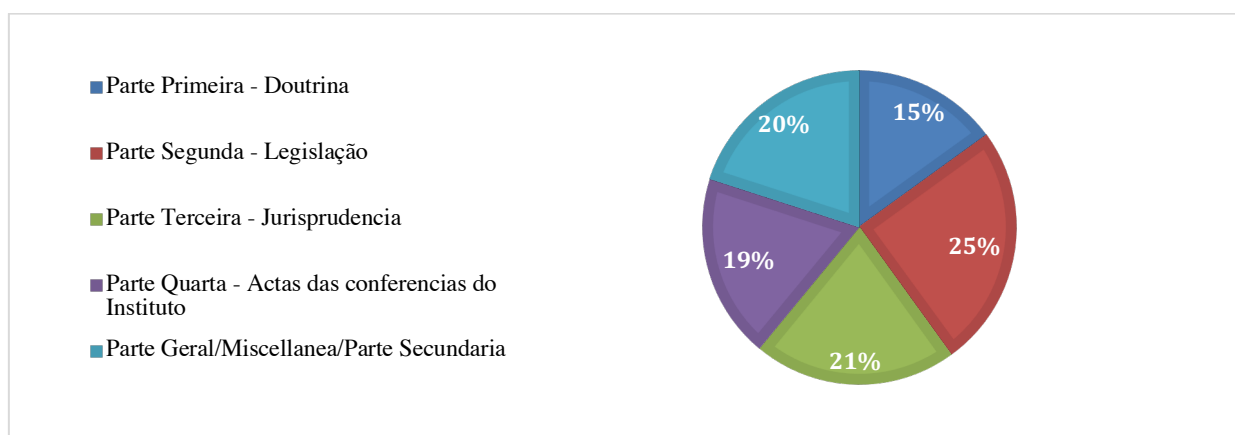
Gráfico 1 – Primeira fase: proporção do espaço ocupado por cada seção da *Revista* no conjunto de volumes



Fonte: Produção da própria autora, 2018

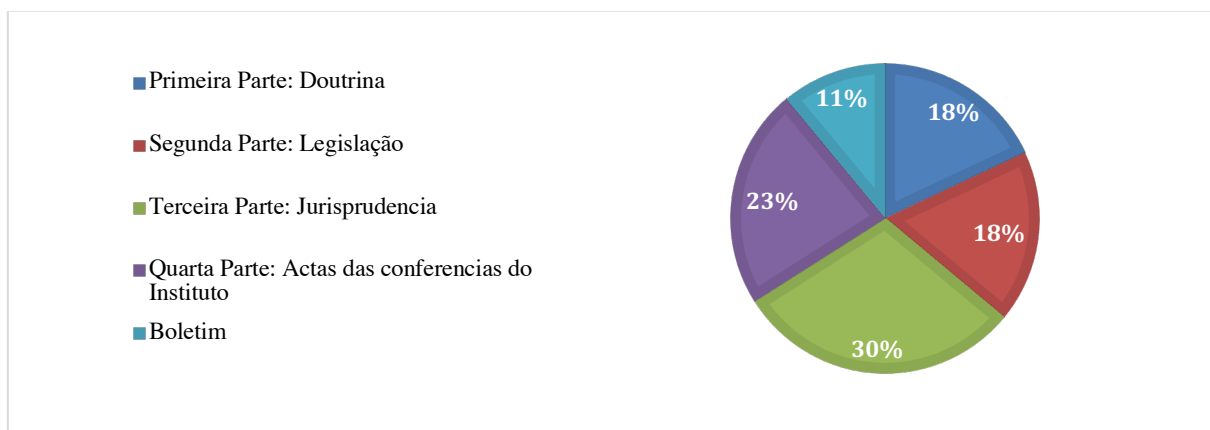
Confrontando as duas últimas fases separadamente, já que a estrutura de ambas era muito mais similar entre si do que em relação à primeira, chama atenção que a distribuição de páginas entre as seções era muito mais homogênea, sem as discrepâncias que caracterizaram a primeira fase. Isso porque as seções de legislação e jurisprudência ganham peso com a publicação de numerosas sínteses de acórdãos, às vezes até julgamentos completos, e sem número de avisos ministeriais decidindo questões de direito, a ponto de tornarem-se as seções mais volumosas. A *Revista* assumia uma posição muito mais instrumental e informativa voltada para a prática profissional, expandindo a preocupação primeira de publicizar a produção do próprio Instituto.

Gráfico 2 – Segunda fase: proporção do espaço ocupado por cada seção da *Revista* no conjunto de volumes



Fonte: Produção da própria autora, 2018.

Gráfico 3 – Terceira fase: proporção do espaço ocupado por cada seção da *Revista* no conjunto de volumes



Fonte: produção da própria autora, 2018.

Sob essa roupagem, em sintonia com as revistas jurídicas da época, a vinculação institucional já não a impedia de ser colocada a pleno direito entre os periódicos que veiculavam conteúdo jurídico mais completo e relevante, de interesse não somente para os associados, mas para a comunidade acadêmica e profissional que se expandia. Que esse diagnóstico não seja compreendido como apologia à fonte: era, ao fim e ao cabo, uma revista de seu tempo, dos homens que a escreviam. Com vocação generalista, sem a pretensão de especializar-se em um ramo do direito na contramão do que apontava a tendência das universidades, e portadora de conteúdos que atendiam muito mais às necessidades da prática profissional do que as aspirações da ciência. Essas características, todavia, não lhe tolhem os seus méritos enquanto fator de produção de cultura, nos termos e modos em que exploraremos a seguir.

#### 4.1.1 Do *programma* normativo à *miscellanea* eloquente: a primeira fase da *RIOAB* (1862-1865)

Que o tamanho não faz o valor do documento é tirocínio mais do que sabido por historiadores: a fonte jamais vem avaliada pela grandeza de suas dimensões. É por isso que se pôde reconhecer na fase mais curta dentre todas as que compõem o recorte – em número de páginas, de tomos publicados e no arco temporal – aquela que mais fornece elementos para pensar o projeto cultural e científico, ainda que ele tenha sido redesenhado nos anos seguintes, que esteve por trás da escolha do IAB de criar uma publicação periódica.

Retomando alguns desses elementos que já foram discutidos no capítulo anterior, como a existência de um programa editorial de caráter “normativo”, bem ao gosto de juristas,

na forma de um regimento dividido em artigos, pontua-se que essa é uma anomalia que não esvazia o seu potencial explicativo sobre o periódico, desde que levado em conta o alerta de Beatriz Sarlo, para quem os editoriais são zonas pouco confiáveis quando o que se quer é reconstruir, em perspectiva histórica, a problemática de uma revista: *“las editoriales son tan ostensiblemente un discurso programático, que bien se puede prescindir de ellas, o, al menos, someterlas al contraste con el discurso que resulta de la disposición de los materiales”*<sup>514</sup>.

Relativizando as limitações desse formato enquanto manifesto revelador da política editorial da *Revista*, o que se pretende sugerir aqui é que o “programma” foi apenas mais um dentre tantos outros aspectos que demonstram como essa primeira fase estava impregnada pelo modo com que advogados produziam saber. Neste primeiro momento, sem uma cultura de impressos jurídicos muito consolidada que a precedesse, um produto editado por uma tal associação não poderia deixar de se contaminar pelo modo como esses juristas tradicionalmente produziam conhecimento. E isso produziu reflexos pungentes na estrutura da publicação.

Entrando mais a fundo nos pormenores da divisão interna entre as seções, a parte primeira, intitulada “Decisões do Instituto sobre questões de Direito e Jurisprudencia”, era a porção mais completamente dedicada a conteúdo de caráter doutrinário. Consistia na redução a texto de deliberações coletivas tomadas em conferências internas após debate sobre algum questionamento levantado por um dos associados, sendo o proponente incumbido da função de relator. Todavia, não era publicada mais do que uma decisão por fascículo, fazendo com que, apesar de ser a sessão inaugural – o que por si só já revela o peso atribuído ao que era decidido coletivamente enquanto Instituição – não fosse tão significativa no total de páginas do conjunto.

A parte terceira, dedicada às “Decisões dos Poderes do Estado, que contêm interpretação de Direito e Jurisprudencia”, não recebia nem o prestígio de uma posição topográfica privilegiada no sumário, tampouco autonomia de conteúdo, sendo muitas vezes os poucos acórdãos e avisos publicados subordinados ao assunto que havia sido discutido na primeira seção. Maior espaço e importância, por outro lado, eram atribuídos às seções que registravam atividades do Instituto – relacionadas ou não à produção de conhecimento e à sua função acadêmica –: a segunda dedicada às atas das reuniões, que recuperavam a memória do Instituto desde a sua criação, com a publicação progressiva dos registros de conferências realizadas desde 1843; e à última já citada “miscellanea”. Observando o gráfico 1, constata-se ser a fase mais “desequilibrada” de todas as três no que se refere à distribuição de conteúdos,

---

<sup>514</sup> Cf. SARLO, 1992, p. 12.

pois se percebe que os documentos do arquivo institucional do Instituto foram visivelmente mais privilegiados do que os demais.

É especialmente sintomático que a “miscellanea”, que acobertava, predominantemente, pronunciamentos presidenciais e comemorativos, tenha ocupado quase 60% no total de páginas da primeira fase, enquanto os espaços reservados às decisões do Instituto e dos Poderes de Estado tenham correspondido, somados, a um terço disso. Aquela seção era palco de textos monográficos que em sua maioria eram somente a versão escrita de discursos proferidos em sessões aniversárias do Instituto, sobretudo pelo Presidente, com tônica fortemente voltada à exaltação da memória. Com esse caráter, esses textos devem ser compreendidos na sua especificidade e carga semântica enquanto gênero literário representativo de um grupo.

Não podem ser desprezados de plano como documentos carentes de cientificidade apenas porque foram publicados na forma com que apareceram na tribuna, como a mera transcrição ou incremento de notas e frases proferidas ante um auditório. Eram a expressão privilegiada do jurista prático, “corpo eloquente” que “*habla y que diserta, y sólo secundariamente se produce por escrito*”<sup>515</sup>. A consciência do caráter oral desses discursos é chave essencial para lê-los, mas não deve ser entendida como imperfeição ou incapacidade desses juristas, tampouco dessa primeira fase da *Revista*, impregnada desse *modus operandi*. Assim como as duas vocações – “*del practico e dello studioso*” – se justapunham na pessoa de um mesmo jurista, “*a um tempo avvocato, letterato e oratore*”<sup>516</sup>, também conviviam dentro do mesmo texto discussão doutrinária e firulas retóricas. É assim que temas como alteração da condição jurídica do escravo, necessidade de uma codificação civil no Brasil e reconhecimento de casamentos acatólicos foram tratados nessas arengas<sup>517</sup>.

É importante consignar, ainda, que mesmo dentro de cada fase destacada aqui como um bloco apenas aparentemente homogêneo, registram-se idas e vindas, até porque essa é uma construção artificial, novamente, proposta pela autora para fins de conferir algum sentido aos dados brutos estudados. É o que se percebe na interrupção verificada entre 1863 e 1865 na publicação, explicada pelo lamento do Presidente Perdigão Malheiro, em sessão de 22 de setembro de 1864, quanto ao estado de decadência e de desprestígio em que constatava se encontrar o Instituto, com reuniões esvaziadas “deixando assim de ocupar-se dos interesses

---

<sup>515</sup> Cf. PETIT, Carlos. Exordio y tesis. In: Id. *Discurso sobre el discurso: oralidad y escritura en la cultura jurídica de la España liberal*. Huelva: Universidad de Huelva, 2000. p. 1.

<sup>516</sup> Cf. BENEDUCE, 1996, p. 11.

<sup>517</sup> Cf. Apêndice B *infra*.



muito importantes da sciencia da Jurisprudencia”. Tomava como sinal disso que o IAB, tendo criado a *Revista*, “apenas poud fazê-la publicar por 2 annos não tendo podido apparecer um só numero n’este anno, por falta do material necessario”<sup>518</sup>.

Com o propósito de recuperar a vitalidade do Instituto e de sua publicação, diversas foram as sugestões dos associados, como a discussão de questões “da actualidade”, dentre as quais se destacavam à época o projeto da Reforma Judiciária que tramitava na Câmara dos Deputados e as medidas adotadas pelo Governo para combater os efeitos da então recente crise comercial; ou a ideia de que todos os membros trouxessem suas opiniões por escrito sobre as questões debatidas, para arrecadar material para as publicações seguintes<sup>519</sup>.

A medida mais incisiva foi o envio pelo Presidente Perdigão Malheiro, em 13 de julho de 1865, de circular a todos os sócios convidando-os a frequentar as sessões e concorrer com trabalhos para a *Revista*<sup>520</sup>, por compreender que a publicidade era um “grande elemento da civilização moderna” e o periódico um instrumento fundamental de promoção da Instituição. Todavia, sua manutenção restava completamente dependente da contribuição dos associados, que deviam colaborar com os “produtos de suas lucubrações”, chegando-se a admitir, ante as circunstâncias, que se alargasse o círculo e fossem recebidos trabalhos de pessoas alheias ao Instituto.

Naquela mesma reunião, fica aprovado, por sugestão de Perdigão Malheiro, um novo modelo para discussão das questões jurídicas: que um relator, designado pelo Presidente para

<sup>518</sup> Cf. *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870. p. 186.

<sup>519</sup> Id.

<sup>520</sup> A leitura da circular oferece uma dimensão da importância atribuída à *Revista* para a associação: “Illm. Dr. e Collega. É em nome do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, é em nome da sciencia do direito e jurisprudencia, é em nome do direito e jurisprudência, é em nome da nossa respeitável classe, que tomo a liberdade de dirigir-vos estas linhas. Todos a uma voz reconhecem que aquella instituição da maior utilidade sobretudo para os seus membros. As associações são a concepção mais grandiosa em seus rápidos e abundantes resultados que jamais tenham produzido o engenho humano. Mas é indispensável que os seus membros concorram com o maior contingente possível de sua atividade de seus esforços e mesmo de seus sacrificios. Sem isso elas definham. Nas sociedades litterarias a frequência das sessões é da mais vital importância. Ai que se estreia a fraternidade em que devem viver os associados. Ai que se desenvolve essa recíproca benevolência, que ameniza as relações dos homens. Nelas que se transmite reciprocamente a luz criadora dá intelligência humana. Ainda por elas que se desenvolve faz progredir a ciência. A Discussão conduz à verdade, o estudo desenvolve e faz progredir a ciência. O trato mais íntimo e mais frequente dos associados corrige certas asprezas, e moralisa a classe. Por outro lado as sociedades literárias vivem pelas suas revistas. Sem publicidade dos seus trabalhos, quase nada se pode conseguir em relação ao bem público, e ao próprio desenvolvimento da Associação. A publicidade é um outro grande elemento da civilização moderna, do progresso das Letras, Ciências, Indústria artes do século em que vivemos. O Instituto dos Advogados conta hoje também com este meio a sua revista se acha criada. Mas é indispensável que os sócios a mantenham, concorrendo com os produtos de suas lucubrações. Às páginas da revista lhe estão francas nos termos do programa que se acha impresso no seu primeiro numero. Para largar o circulo admitem-se também trabalhos de pessoas alheias ao Instituto. Com tais elementos é possível e mesmo fácil fazer prosperar a nossa bela instituição. Vou portanto rogar-vos em nome do nosso Instituto a vossa coadjuvação em bem da sua prosperidade e maior desenvolvimento de modo que o elevemos a altura que lhe compete. Se o não conseguirmos apesar dos nossos esforços restar-nos-á a consolação de havermos tentado com empenho”. Cf. *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870. p. 197-198.

estudar um dos códigos do Império, resumisse suas principais disposições e apresentasse as controvérsias que o texto suscitava. Esses questionamentos deveriam ser feitos na ordem dos artigos e parágrafos que aparecessem no capítulo e apresentado na forma de texto para publicação na *Revista*. Sem que ficassem excluídas outras questões alheias ao estudo dos códigos, a tentativa se justificava pela utilidade que acreditavam para a “sciencia da jurisprudencia de seguir o Instituto uma certa ordem, um certo método nos seus trabalhos”<sup>521</sup>. Estavam lançadas as sementes para a reconfiguração do periódico e que se manifestaria a partir de 1867, com muitas discussões que, apesar de bastante vinculadas aos códigos enquanto documentos referenciais, apresentavam maior substância enquanto contribuições de caráter efetivamente doutrinário, que começam pouco a pouco a ultrapassar os meros quesitos procedimentais surgidos das necessidades imediatas da prática profissional.

De todo modo, o que importa reforçar quanto a esses primeiros passos da *Revista* representados por seus três primeiros tomos é o fato de nasce para atender o objetivo do IAB de se consolidar como associação científica e literária e se materializa com um caráter híbrido: de uma parte veículo de divulgação institucional, de outra, palco de produção doutrinária. Em todo seu conjunto, transparecia a essência do tipo de saber produzido pelos profissionais que a conceberam, sem muito apego a um formato editorial que atendesse um público mais amplo, até porque sequer era permitida, até então, a venda por assinaturas a não sócios.

Ainda sem o protagonismo explícito de uma comissão de redação – sujeita a uma rotatividade muito frequente em virtude do sistema anual de eleições, motivo pelo qual, dentre as três eleições realizados de 1861 a 1863, apenas 3 dos 8 membros mantiveram-se inalterados<sup>522</sup> – e sem muitos exemplos a seguir, dado o seu pioneirismo de publicação de fôlego em comparação às gazetas precedentes, este fora o desenho, com as suas virtudes e limitações, da primeira manifestação do periódico.

---

<sup>521</sup> Cf. Ivi, p. 198-199. Delibera-se, ao final desta conferência, que a análise das questões começasse pelo título primeiro do Código Comercial Brasileiro, atribuindo-se a Ernesto Ferreira França a incumbência de escrever o primeiro relatório, que sai no mesmo número da *Revista* em que a ata vem publicada. Apesar de atrelado ao código, a reflexão atingiu um nível de abstração muito maior que a média dos questionamentos – geralmente vinculados à atividade cotidiana do foro – levantados até então nas reuniões, com a discussão da definição e natureza de institutos, além da relação de independência e subsidiariedade entre os ramos de direito civil e comercial.

<sup>522</sup> Os três remanescentes foram Alberto Antonio Soares, João da Rocha Miranda e Silva e Joaquim José Teixeira. Não ocuparam cargos de relevo nas diretorias do Instituto, tampouco se destacaram como os maiores proponentes de questões ou autores de textos publicados na *Revista*, do que não se consegue inferir nenhuma causa especial para a coincidência dos mandatos.

#### 4.1.2 A adesão à tríade jurídico-periodista do Oitocentos e sua consolidação no mercado editorial: a segunda fase da *RIOAB* (1867-1871)

Nem toda interrupção é prenúncio de um próximo renascer, mas durante o hiato que se seguiu à publicação de 1865, diversas alterações foram meditadas e depois efetivamente promovidas para a completa reestruturação da *Revista*, no tocante à sua forma e conteúdo. Nesse interstício que se prolongou até a retomada da publicação sob nova roupagem a partir de 1868 (com os fascículos referentes ao ano anterior), registraram-se, conforme introduzido nas seções precedentes, preocupações materiais em relação ao impresso que servem de indícios para a compreensão dos novos propósitos que presidiriam a redação.

Inicia-se pela preocupação com a qualidade da impressão, registrada em ata de 10 de outubro de 1867, que motivou a procura por nova casa tipográfica para imprimir a *Revista*. Na ocasião, o Secretário Luiz Alvares de Azevedo informa ter saído com Figueiredo de Andrade, membro da comissão de redação àquela altura, em busca da tipografia que apresentasse a proposta mais vantajosa, “atendendo-se á bondade do papel e impressão”<sup>523</sup>. Dessa diligência, a tipografia eleita como preferida pelos redatores e que passaria a imprimir os volumes seguintes, foi a *Perseverança*<sup>524</sup>.

Pesquisa tão cuidadosa era motivada pela preocupação em tornar o periódico uma fonte de renda para o Instituto, mesmo que apenas a longo prazo, “pela importância que a *Revista* tinha de assumir, contando para isso com a perseverança” – em perspicaz trocadilho – “e boa vontade dos collegas, que seria uma garantia para que a sua publicação não fosse interrompida”<sup>525</sup>. Após um hiato de quase dois anos, que pode ser compreendido, após os já citados pedidos de clemência de Perdigão, como decorrente da falta de subsídios dos sócios, a *Revista* retornaria com novo fôlego e escopo editorial, visando atingir um público-leitor mais amplo e transformá-la em um produto editorial rentável.

O Secretário declara, naquela mesma reunião, a intenção de que a *Revista* passasse a ser publicada de 3 em 3 meses, “contendo 200 paginas e mais, formando anualmente um excelente volume de mais de 800 paginas”. Pretendia, ainda, distribuí-la não só aos associados, mas aos tribunais do país e juízes desta corte, além de expô-la à venda, motivo pelo

<sup>523</sup> Cf. *RIOAB*, v. 7, n. 1, 1871. p. 165.

<sup>524</sup> De propriedade de Antônio Maria Coelho da Rocha, a tipografia na década de 60 era responsável por imprimir alguns periódicos literários, mas também relatórios de ministérios, como do Império, da Justiça e da Fazenda, além de imprimir outra importante revista jurídica, já destacada no capítulo anterior: a *Gazeta Jurídica – Revista Semanal de Doutrina, Jurisprudência e Legislação*. Cf. *supra* 2.3.3.3.

<sup>525</sup> Cf. *RIOAB*, v. 7, n. 1, 1871. p. 165.

qual ajustara a impressão em mil exemplares. A essa ambiciosa meta, entretanto, o Caetano Alberto Soares, ex-Presidente do Instituto e membro da comissão na primeira fase, faz um alerta, observando que apesar de vantajoso o pacto com a *Typographia Perseverança*, pois até ali a *Revista* havia sido “publicada em péssimo papel e mãos typos, o tinha sido por preço superior”, discordava quanto ao número de exemplares, excessivo pela sua experiência. Sugeria que só se imprimissem 500 exemplares, e que apenas se houvesse grande procura se buscasse a reimpressão. Ainda assim, o número já era bastante expressivo, considerando o minguado percentual de letrados no país, ainda mais restrito se considerado o contingente potencial de interessados em uma publicação especializada em direito.

A estratégia mercadológica foi colocada em execução pela entrega, pelo Secretário Luiz Alvares de Azevedo<sup>526</sup>, de 100 exemplares de cada numero da *Revista* no ano de 1867 aos livreiros E. e H. Laemmert e Pinto, a fim de serem expostos à venda, havendo registro de que foram vendidos pelo primeiro deles 160 exemplares, enquanto ainda se aguardava a divulgação do balanço de vendas pelo segundo. Após esse promissor resultado, foi proposta a assinatura da revista<sup>527</sup> sobre o preço de venda de cada exemplar, ficando decidido que fossem aceitas assinaturas de 6\$000 por quatro números, vendendo-se cada exemplar por 2\$000<sup>528</sup>. Considerava-se o mínimo para cobrir a dispendiosa impressão da revista, que consumia vultosas somas da arrecadação do Instituto.

A implementação dessa nova estratégia de difusão do periódico e da política de torná-lo uma mercadoria lucrativa e um bem cultural a ser consumido por leitores pagantes foi o ponto de viragem para que seus redatores passassem a veicular o que era mais rentável no momento. A sua inserção no mercado fê-lo muito mais suscetível às expectativas e interesses de um grupo mais amplo de juristas, não mais restrito aos associados e limitado pela preocupação em criar um arquivo institucional do Instituto, o que acarretou em uma ruptura visível em relação à primeira fase – em que a lógica de mercado absolutamente não influenciava a escolha dos conteúdos – para a segunda, onde a intenção de atender uma audiência mais genérica acabou refletindo na seleção de conteúdo.

Essa é a dinâmica que preside a maior parte dos periódicos, inseridos em um sistema de produção, circulação e consumo, com vistas à ampla divulgação no mercado. Corresponder às expectativas dos consumidores é, conforme relembra Ana Luiza Martins<sup>529</sup>, pré-requisito do

---

<sup>526</sup> Cf. Ivi, p. 168.

<sup>527</sup> Carlos Roberto da Costa, na já citada obra *A Revista no Brasil, o século XIX*, afirma que a venda por assinatura era o principal método de comercialização de revistas no Oitocentos. Cf. COSTA, 2007, p. 56.

<sup>528</sup> Cf. *RIOAB*, op. cit., p.169.

<sup>529</sup> Cf. MARTINS, 2003, p. 63.

impresso seriado que pretende atingir e ampliar seu público, viabilizando-se como produto mercantil. Vale destacar, entretanto, que nem todo tipo de concessão foi feita pela *Revista* do IAB para ampliar a vendagem, até porque já se contava um mecenato – a Instituição mesma –, não sendo a renda obtida com a venda essencial nem para seus redatores, nem para o próprio orçamento do IAB. A *Revista* não prescinde de uma seção dedicada a publicar atas das conferências ou de veicular decisões tomadas por deliberações internas, continuando a funcionar muito mais a serviço do Instituto do que o Instituto a serviço dela.

De todo modo, há mudanças substanciais que merecem ser destacadas, como o documento que inaugura o primeiro fascículo de 1867: o novo programa da *Revista*, assinado por José Figueiredo de Andrade. Desta vez se apresentava na forma de um editorial-manifesto, finalizado com assinatura de um redator, em que pese esse mesmo redator sequer tenha sido re-eleito no biênio seguinte: a comissão da redação aparecia, agora, de fato com maior protagonismo, mas ainda sujeita à rotatividade das eleições periódicas<sup>530</sup>. De todo modo, um editorial havia, e este comunicava informações importantes ao leitor.

Começava se escusando pela suspensão da *Revista*, devida a “motivos que não importa agora averiguar”, mas que vinha retomada pelo reconhecimento de sua imprescindibilidade para o Instituto: “uma associação tão importante, por qualquer lado que se a encare, não pôde deixar de ser representada por uma revista, que noticie, fora do recinto de suas sessões hebdomadárias, o que nelas se trata, discute e resolve”<sup>531</sup>. Rogava a Deus que a publicação não fosse mais interrompida dali em diante, pois a sua regularidade contribuía sobremodo “para maior brilho, respeito e consideração de que ele é merecedor por suas luzes, que dão todo o mérito às suas decisões científicas, resultantes de debates esclarecidos sobre qualquer ponto de Direito e de Jurisprudencia”<sup>532</sup>.

Aproveitava para reforçar o caráter corporativo da Instituição, clamando para que não se desprendessem “os liames de fraternidade que devem reciprocamente ligar uns aos outros, sacerdotes do mesmo culto, conservando-se a unidade tão preconizada por Santo Agostinho n’estas solemnes palavras: *omnis forro pulchritudinis forma unitas est*”<sup>533</sup>. Mas não era uma corporação qualquer, e sim uma classe que desempenhava papel especial na vida pública, como

---

<sup>530</sup> Dos vinte associados que se revezaram na composição da comissão da Revista nas três eleições registradas em atas no período correspondente à segunda fase, apenas quatro já haviam participado dela na fase anterior, sendo que da primeira para a segunda eleição houve a renovação de quatro membros; e da segunda para a terceira, apenas um membro permaneceu. São números significativos quando se pensa que a comissão editorial era formada por um número já bastante extenso – oito pessoas; o que faz dessa excessiva rotatividade um fator até de instabilidade.

<sup>531</sup> Cf. *RIOAB*, v. 4, n. 1, 1867. p. 1.

<sup>532</sup> *Id.*

<sup>533</sup> *Ivi*, p. 2.

“corporação consultiva, onde os poderes do estado encontrarão sempre presentaneo auxilio; e o Instituto se ufana de ter sido por vezes honrado com consultas em diversas conjuncturas”<sup>534</sup>.

O espírito de união e o elogio à reputação do Instituto vinham especialmente reforçados em um momento em que a renúncia do Presidente Perdigão Malheiro, já mencionado por suas iniciativas em favor do papel acadêmico do Instituto, dentre as quais a criação da *Revista*, era uma ferida aberta. Alegando, além de problemas de saúde, não possuir a força e prestígio necessários para elevar o Instituto, que se encontrava em estado de marasmo e dependia para conservar a “gloria da instituição, para honra de seus membros e para o prestigio da sciencia e da jurisprudencia” da adoção de medidas legislativas de regulamentação da profissão do advogado, pede a dispensa do cargo em 11 de outubro de 1866<sup>535</sup>. Para substituí-lo, é eleito Thomaz Nabuco de Araujo, então ocupante de uma cadeira no Conselho de Estado, que sequer se encontrava presente em reunião, mas representava uma força de renovação<sup>536</sup>.

Com o mesmo propósito de revitalizar a associação e contribuir com o fortalecimento da classe, o programa adotado pela *Revista* era ser dividido em quatro partes principais: a primeira, denominada *Doutrina*, abarcaria materiais “sobre qualquer these jurídica”. A segunda – *Legislação* – conteria “as leis, decretos avisos e as consultas das seções do conselho de estado que tenham aplicação a qualquer dos ramos de Direito Civil, Comercial, Criminal, Ecclesiastico e Formal”. A terceira – *Jurisprudencia* – consistiria “nas decisões dos juizes e tribunaes, jurisprudencia dos arestos ou *usus fori*”. Por fim, a quarta estaria reservada para as *Actas* do Instituto “com as discussões em estrato e com as decisões das questões discutidas”<sup>537</sup>.

Em que pese a ordem das seções tenha sido essencialmente preservada, esse novo desenho – que renomeia as decisões do Instituto e passa a considerá-las textos com *status* de “doutrina” e que desmembra as decisões dos Poderes de Estado em duas seções autônomas – revela uma organização mais sistemática, de um periódico mais maduro, que aspirava à cientificidade e a atingir um público mais amplo. Para tanto, neutralizava o peso da divulgação dos documentos oficiais do Instituto ou de pronunciamentos presidenciais, e dava maior espaço a documentos oficiais do Poder Público, que eram mais informativos ao leitor externo.

Essas seções chegam a ocupar quase cem páginas cada uma em um único fascículo, literalmente centuplicando de tamanho em relação à fase anterior, onde elas não ultrapassavam duas ou três páginas. Além disso, os textos, seja de doutrina ou de jurisprudência, vinham

---

<sup>534</sup> Ivi, p. 2-3.

<sup>535</sup> Cf. *RIOAB*, v. 7, n. 1, 1871. p. 139.

<sup>536</sup> Cf. Ivi, p. 140.

<sup>537</sup> Cf. *RIOAB*, v. 4, n. 1, 1867. p. 3.

classificados pelo ramo do direito a que pertenciam – “direito civil e commercial, justiça criminal, etc” – em uma primeira segmentação por áreas que traz os prenúncios da especialização para um periódico de vocação generalista.

Vale destacar, contudo, que os interesses e posições do próprio Instituto não se anulam sob essa nova reconfiguração, sendo incluída importante ressalva já no programa quanto à seção de jurisprudência, onde o redator reconhece que, apesar de serem consideradas fontes potenciais de conteúdo doutrinal quando bem fundamentadas, não poderiam ser aceitas “com cega deferência, humilhando-se servilmente a razão às decisões judiciais, tendo-se sempre em vista a judicosa máxima dos romanos, porque a jurisprudencia que não é o justo desenvolvimento e aplicação da lei é inaceitável”<sup>538</sup>. A combatividade típica de advogados ante a sentenças injustas era desde logo anunciada.

De todo modo, por trás dessa nova divisão residia a intenção declarada de que a *Revista* se tornasse “o vade-mecum, o aidémemoire, o repertorio, ou como quizerem denominal-a, mais precioso que o Instituto pode prodigalizar, como fruto de suas lucubrações, nesta época em que parece dominar a descrença, aos contemporaneos, que a conservarão com zelo para transmittirem-a aos vindouros”<sup>539</sup>. Era a pretensão de transformá-la em uma obra de referência para consulta de qualquer jurista, que teria acesso a um leque variado de fontes doutrinárias (produzidas ainda pela deliberação interna do Instituto), legislativas e jurisprudenciais, além de excertos de obras, nacionais e estrangeiras, pareceres de comissões do legislativo e projetos de lei em discussão no Parlamento – fontes de toda sorte que informassem leitores juristas.

No segundo fascículo, encontra-se nova comunicação da redação com os leitores, informando que “muita materia, que por falta de espaço não vai publicada, superabunda desta vez”<sup>540</sup>. Apesar de não estar incluída naquela descrição da estrutura principal, havia uma quinta seção que oscilava em ser chamada de “parte geral”, “parte secundária” ou “miscellanea” e que abrigava aqueles documentos diversos há pouco citados, geralmente produzidos por membros externos ao Instituto e que abundavam neste novo número. Eram trazidos com a intenção de: “que sempre possámos enriquecer a Revista com trabalhos importantes para a honra do Instituto e cultivo da Jurisprudencia e do Direito tão desprezado entre nós. *Legum scribere jussit amor* – será sempre a nossa divisa”<sup>541</sup>.

---

<sup>538</sup> Cf. Ivi, p. 4.

<sup>539</sup> Cf. Ivi, p. 5.

<sup>540</sup> Cf. *RIOAB*, v. 4, n. 2, 1867. p. 421.

<sup>541</sup> Cf. Ivi, p. 422.

Em apertada síntese, o que salta aos olhos nesta fase é que, ao mesmo tempo que o peso da divulgação de documentos institucionais é reduzido, ganham espaço outros aspectos que a tornam mais parecida com as revistas jurídicas que lhe eram coetâneas e relevam o caráter experimental da fase que lhe antecederam. Enquanto a *Revista* naqueles três primeiros anos estava muito mais voltada à composição de acervo interno, sem maiores preocupações em se tornar um periódico completo de interesse geral, a partir de 1867 passa a se consolidar como uma revista jurídica – marcada, ainda, evidentemente, pelo seu inescapável caráter institucional – de potencial interesse para a generalidade da comunidade de acadêmicos e profissionais do direito, não apenas os seus associados.

#### 4.1.3 Da década perdida à guinada institucional: a terceira fase da *RIOAB* (1871-1888)

As mudanças promovidas a partir de 1867 representaram, à primeira vista, o início de um futuro alvissareiro e longo para o periódico, que pouco a pouco começava a se consolidar no mercado editorial a ponto de, ante os hiatos em sua periodicidade, receber cobranças para que voltasse a ser publicado<sup>542</sup>. Todavia, esse promissor horizonte foi novamente interrompido, desta vez por um período muito mais longo, em razão das vicissitudes internas do Instituto, recuperando fôlego somente quando a Instituição passa por uma reconfiguração geral interna, após dez anos sem que a *Revista* fosse a prelo (afinal, o número correspondente ao período de 1871-1880 foi impresso somente em 1881).

Em que pese já se tenha afirmado que a publicação não é imediato reflexo das alterações no Instituto, é interessante perceber algumas coincidências. Ao fim e ao cabo, cada uma das fases da *Revista* aqui identificadas corresponderam ao mandato de um dos três Presidentes que se sucederam no arco temporal de 26 anos escolhido como o recorte para a presente pesquisa: Agostinho Marques Perdigão Malheiros esteve à frente do Instituto (1861-1866) no período correspondente à primeira fase (1862-1865); a gestão de José Thomaz Nabuco de Araújo (1866-1873) abarcou a segunda fase (1867-1871); e a direção de Joaquim Saldanha Marinho (1873-1892) abrangeu majoritariamente a terceira fase (1871-1888).

---

<sup>542</sup> Na conferência de 25 de maio de 1870, Luiz Alvares de Azevedo, que acabava de ter deixado o cargo de Secretário, declara ter sido abordado por algumas pessoas que, acreditando ser ele ainda o Secretário do Instituto, reclamaram a publicação de novos exemplares da revista, notícia que compartilha ao Plenário sugerindo a conveniência de que “o Instituto trate de publicar os números, como prometem os Estatutos. O Sr. Presidente chama a atenção da comissão de redação para a moção do Sr. Dr. Luiz Alvares”. Cf. *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1771-1880, p. 144.



Perdigão<sup>543</sup> assumira o cargo evocando a já explicitada bandeira de reforçar a vocação acadêmica do Instituto – e assim o fizera, dentre outras medidas, impulsionando a criação da *Revista*. Thomaz Nabuco de Araujo<sup>544</sup>, eleito muito em razão da posição política que ocupava àquela altura – o cargo de Conselheiro de Estado – e das vantagens que potencialmente poderia obter com a sua influência pessoal ante ao Governo Imperial, chega imprimindo novo ritmo à associação (já no seu segundo mês como Presidente distribui 23 questões aos associados para que fossem transformadas em trabalhos a serem publicados na *Revista*)<sup>545</sup> que se reflete em fôlego renovado ao periódico. Joaquim Saldanha Marinho, por sua vez, sem o mesmo trânsito facilitado com a Coroa – afinal, era um dos líderes do movimento republicano e primeiro signatário do *Manifesto* de 1870, também imprimiu sua marca ao Instituto, cuja renovação acabou por redefinir também a *Revista*.

Em sua primeira re-eleição para o biênio que começava em 1873, Saldanha Marinho reforçava o propósito – que já revelara quando sequer ocupava a cadeira de Presidente<sup>546</sup> – de pugnar pela regulamentação da profissão de advogado e pela desejada reserva de mercado, anseios que se prestavam a elevar o prestígio do Instituto, garantindo que ele pudesse “curar dos reparos de que o nosso direito necessita”<sup>547</sup> e evitando que se reduzisse “a uma palestra sem importancia, onde as causas perdidas, ou as pretensões (sic) desarrazoadas venham procurar amparo ou desabafo”<sup>548</sup>. Para tanto, reconhecia ser “necessidade indeclinável”<sup>549</sup> uma reforma nos Estatutos da casa.

---

<sup>543</sup> Da leitura de um seu biógrafo, amigo com quem convivera e seu contemporâneo, colhem-se notícias de sua vocação acadêmica, cultivada desde que exerceu o cargo de bibliotecário da faculdade depois de formado, até o seu doutoramento, no ano de 1849, na Faculdade de São Paulo. O colega atribui, entretanto, à sua aprovação simples, sem menções honrosas, o desgosto que o fizera desistir de retirar o diploma e receber o título, para seguir na carreira. Isso não o afastou de todo modo do cultivo das letras, o que o levou a produzir a obra *O Índice chronologico dos fatos mais notaveis da historia do Brazil desde seu descobrimento em 1500 até 1849*, sua primeira produção literária, que o habilitou a ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em paralelo ao exercício da advocacia, nos anos seguintes, escreveu outras obras de cunho mais dogmático, para além do estudo que mais o destacou na campanha –lida com reservas, como se verá a seguir – pela abolição: *A escravidão no Brasil: ensaio historico-juridico-social* (1866). Cf. AZEVEDO CASTRO, José Antonio. *Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro*. Estudo bio-bibliographico. Typ. de Pinheiro: Rio de Janeiro, 1883.

<sup>544</sup> Nabuco teve uma carreira política muito mais destacada que o seu antecessor, tendo já ocupado os cargos de Deputado Geral, Presidente de Província, Ministro da Justiça, Senador do Império e membro do Conselho de Estado, antes mesmo de assumir a Presidência do IAB. Sua biografia completa, ainda que bastante romantizada, é oferecida por seu filho, Joaquim Nabuco e encontra-se em: NABUCO, 1997.

<sup>545</sup> Cf. Ata da conferência de 13 de dezembro de 1866, em *RIOAB*, v. 7, n. 1, 1871. pp. 149-154.

<sup>546</sup> Cf. Ata da conferência de 22 de março de 1871, em que Saldanha Marinho pondera: “que os Estatutos do Instituto não satisfazem ao seu fim, e que por defeito da lei orgânica não tem o Instituto chega á altura a que tem direito, nem gozado do prestigio que deu rodear suas opiniões”, sugerindo que o Instituto tomasse providência sobre a reforma dos Estatutos. Cf. *RIOAB*, v. 8, n. 1, 1871-1880. p. 184.

<sup>547</sup> Cf. Ivi, p. 299

<sup>548</sup> Cf. Id.

<sup>549</sup> Cf. Ivi, p. 300.

Para além de tomar por garantido o apoio da administração Imperial – ainda que ele próprio àquela altura se encontrasse nas primeiras fileiras da oposição à Monarquia – afirmando que “o governo do Estado tem obrigação de coadjuvar-nos e conto que o que dele depende, não nos será negado”<sup>550</sup>, o orador cita outra medida fundamental para elevação do Instituto: o fortalecimento do seu periódico. Citava como dever fundamental a necessidade de “dar mais amplas proporções á *Revista do Instituto*, onde são publicadas as nossas deliberações e as discussões dos pontos de direito de que nos ocupamos”. Conclamava, então, que “os mais hábeis do Instituto tomem a seu cargo a direção dessa *Revista*”<sup>551</sup>.

Todavia, esses membros mais destacados demoraram a se reunir em prol da publicação, de modo que boa parte da história desta terceira fase é uma narrativa da ausência e do fato de que por muito tempo não foi publicada. Apesar de no arco temporal da presente pesquisa corresponder à fase mais extensa, durando quase o quádruplo das anteriores, não contabilizou tantos volumes a mais publicados, mesmo que haja diversos registros, nas atas do período, de que as despesas com a sua publicação tenham sido autorizadas, como demonstram as anotações em conferências de 1873<sup>552</sup> e 1878<sup>553</sup>.

De um pronunciamento do associado e ex-Secretário do IAB, Octaviano de Almeida Rosa, em reunião de 1875, fica clara a preocupação de justificar esse hiato afirmando que a *Revista* não era uma folha com caráter mercantil, mas “antes um archivo de opiniões criticas e mesmo sobre vários pontos de nosso direito” <sup>554</sup>. Por isso afirmava pouco importar a periodicidade da publicação, “contanto que todos os anos publique um volume regular, o que não será difícil desde que os membros do Instituto tomem o compromisso de escrever sobre os diferentes pontos que merecem discussão” <sup>555</sup>. Na contramão do que vinha sinalizando a *Revista* até poucos anos antes com a adoção de várias medidas voltadas a consolidá-la como produto sólido e viável no mercado editorial, o orador voltava a defendê-la como mero arquivo institucional.

Mas esse mais parecia um recurso defensivo para justificar a falta de êxito em publicá-la nos quatro anos anteriores, pois o mesmo orador, um mês depois, afirma que a *Revista* deveria ser publicada mensal, trimestral, semestral ou anualmente conforme as forças do Instituto o

---

<sup>550</sup> Cf. Id.

<sup>551</sup> Cf. Id.

<sup>552</sup> Cf. Ata da conferência de 1 de maio de 1873, onde se autoriza “o preciso despendio ara a impressão da Revista do Instituto”. *RIOAB*, v. 8, n. 1, 1871-1880. p. 217.

<sup>553</sup> Cf. Ata da conferência de 3 de junho de 1878, onde se autorizam “as necessárias despesas para publicação da Revista do Instituto e dos debates do instituto em uma das folhas diárias”. Cf. *RIOAB*, v. 9, n. 1, 1881-1882, p. 91.

<sup>554</sup> Cf. Ata da conferência de 18 de outubro de 1875 em *RIOAB*, v. 8, n. 1, 1871-1880. p. 303.

<sup>555</sup> Id.

permitissem (demonstrando, assim, que a periodicidade afinal importava), devendo conter “as actas dos nossos trabalhos; as memorias que forem lidas em sessão e cuja publicação for autorizada; noticias dos projectos de lei, que mais interessarem, com o resumo das discussões das camaras e analyse de suas vantagens e desvantagens; noticia da legislação estrangeira cuja adopção nos convenha; e uma bibliografia jurídica”<sup>556</sup>. Era o desenho de um periódico jurídico completo, que ultrapassava a mera divulgação dos atos e documentos internos.

No que se referia ao modo prático de concretizar essa intenção, lembrava a conveniência de “estabelecer-se uma redação disposta a trabalhar”, e que cada membro do Conselho se compromettesse a distribuir um certo numero de assinaturas, além da remessa de circulares a todos os juízes de direito e municipais advogados – estratégias de divulgação que demonstram a preocupação pouco antes rejeitada de torná-la novamente um produto mercantil. Uma possível explicação para as dificuldades em colocar esses planos em prática é a reclamação, naquela mesma conferência e por parte do mesmo Sr. Octaviano, quanto à carência de uma casa própria do Instituto onde pudesse celebrar suas sessões, manter sua biblioteca e que servisse de ponto de encontro regular entre os associados. Após ter transitado entre sedes precárias e emprestadas pelo Poder Público, mais de 30 anos após sua fundação o Instituto ainda não contava com uma instalação própria<sup>557</sup> – obstáculo material que evidentemente acabava por atrapalhar qualquer tipo de empreendimento mais ambicioso, como a própria edição da revista.

De todo modo, quando a *Revista* volta a ser publicada, no ano de 1881 com a impressão dos fascículos referentes aos anos de 1871 a 1880, reaparece após quase dez anos sem qualquer explicação ou satisfação ao leitor quanto ao período de interrupção, seguindo boa parte do formato que já era adotado desde 1867, sem rupturas drásticas nesse novo renascer. O periódico é retomado sem um novo editorial, sem a inclusão de revolucionárias alterações na face visual externa, com o frontispício praticamente inalterado – à exceção do título, alteração que será melhor explorada –, permanecendo o anúncio da divisão em seções, a assinatura da redação e o moto em latim. Quanto à sistemática interna, manteve-se basicamente igual, salvo a parte secundária que passou a se chamar boletim; além da ausência de qualquer esforço de

<sup>556</sup> Cf. Ata da sessão de 15 de novembro de 1875. Ivi, p. 306.

<sup>557</sup> Cf. Ata da sessão de 1 de maio de 1873, onde Conselheiro Tito Franco defende que o Instituto não podia continuar a celebrar suas sessões em uma casa do Governo, como a Secretaria de Estado onde se encontravam, pois ressentia-se de “um certo constrangimento, que não pôde deixar de acanhar os membros do Instituto. Entende que o Instituto deve ter casa propria, celebrar suas sessões nos dias e horas que lhe parecer melhor”. O associado foi imediatamente replicado por Silva Costa, Secretário da Casa, que afirma nunca ter se acanhado nas discussões em que tomara parte em razão de funcionar o Instituto em uma casa do Governo, crendo que o mesmo acontecia com os demais membros do Instituto. Até considerava positivo que o Instituto pudesse ter um prédio alugado onde pudesse celebrar suas sessões e tivesse sua biblioteca, mas o estado financeiro do Instituto não o permita. É aprovado o parecer do Secretário. Cf. *RIOAB*, v. 8, n. 1, 1871-1880. p. 217.

classificação do material jurisprudencial e legislativo em ramos do direito, como se vinha apresentando nos fascículos anteriores, o que acena para uma simplificação ou até descuido por parte da comissão redatora.

Em que pese não tenha se querido marcar a ruptura optando-se por manter todos esses traços de continuidade na face externa, evitando metamorfoses tão pungentes quanto as que marcaram a transição precedente, um olhar mais demorado sobre os bastidores é capaz de revelar algumas alterações mais sutis, que não podem ser lidas em apartado à saga de aprovação dos novos Estatutos, que se inicia em setembro de 1876<sup>558</sup>, mês em que é apresentado o primeiro projeto de reforma. Desde os primeiros debates já previa a supressão da palavra “Ordem” da designação oficial do Instituto. No primeiro periódico publicado nesta terceira fase esta será a alteração visual mais marcante, que passa a se chamar somente “Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros”. Em que pese haja registros de que já houvessem recursos designados para a impressão da *Revista* mesmo antes do início da discussão dos Estatutos, fato é que o longo processo que se seguiu de formalização dessas alterações acabou tomando muita energia da Instituição, que termina optando por reapresentar seu produto editorial somente com a nova faceta.

Além disso, o Instituto, ao longo desses dez anos, passou por muitas outras discussões longas e polêmicas, que se estenderam por várias sessões, cujo produto não podia ser imediatamente transformado em material para a publicação após a deliberação em “sim ou não” por “X votos a Y” como eram a maior parte das decisões publicadas nas primeiras fases. Debates acalorados como os que envolveram (a) a denúncia sobre a má conduta de um juiz municipal e membro honorário do Instituto antes advogados associados (1871-1872); (b) a discussão sobre a separação entre Estado e Igreja (1871-1873); (c) o projeto de casamento civil (1874-1877) e (d) o próprio projeto de reorganização do Instituto (1876-1879) – todos assuntos que serão ainda escrutinados na seção que analisa qualitativamente alguns temas selecionados – ocuparam boa parte das conferências entre 1871 e 1879. Tendo em vista que os seus resultados deviam ser muito depurados antes de irem a prelo e publicados *Revista*, servem também de possível explicação para o interregno prolongado.

De todo modo, o périplo que culminou com a aprovação dos Estatutos, iniciado com aquele projeto proposto em 1876, enfrentou obstáculos externos consideráveis, como o retorno negativo do Ministério da Justiça em 1879. O Instituto prefere adiar sua aprovação em razão das objeções “manifestamente inadmissíveis” que lhe foram apresentadas, “quer perante a

---

<sup>558</sup> Cf. Ata da conferência de 25 de setembro de 1876 em *RIOAB*, v. 8, n. 1, 1871-1880. p. 316.

legislação patria, quer para os fins do Instituto”<sup>559</sup>. Por conta disso, em abril de 1880<sup>560</sup> nova investida é feita sobre o Ministro da Justiça para que reapreciasse o projeto já encaminhado, desta vez com a designação de comissão específica para convencê-lo. A iniciativa tem resultado e os Estatutos são aprovados pelo Decreto n. 7836 de 28 de setembro de 1880<sup>561</sup>. Logo após a instalação do Instituto sob o novo formato<sup>562</sup>, é apresentado e aprovado em 23 de outubro daquele ano o novo *programma* para a publicação da *Revista*<sup>563</sup>, uma das primeiras medidas tomadas sob a vigência dos novos Estatutos.

Novamente, o *programma* vem publicado com estrutura “normativa” muito similar ao programa que inaugurara a primeira fase em 1862, ainda que muito menos extensa (com um terço do número de artigos) e minuciosa. Apesar dessa semelhança de formato, algumas alterações merecem ser assinaladas, a começar pela periodicidade. O novo programa manteve a meta geral de publicá-la mensalmente (não realizada nem antes, nem agora; muito menos depois de um hiato de uma década) mas além disso estabeleceu outra ainda mais ambiciosa que a de seu precedente (e ainda menos factível): de que poderia ser de quinze em quinze dias ou até todas as semanas. E pretendiam fazer isso cumprir esse ideal com uma comissão de redação com menos da metade dos membros que a compunham nas fases anteriores.

É oportuno destacar que, durante todo o período em que a *Revista* permanecera suspensa, não há registro nas atas publicadas de eleições para essa comissão. O primeiro comitê responsável diretamente pelo periódico a ser formado nesses dez anos de interrupção da publicação foi eleito naquele mesmo outubro de 1880, fugindo ao desenho então consagrado nas duas fases anteriores segundo o qual se escolhiam oito membros para a comissão editorial<sup>564</sup>. A partir de então, ela passa a ser composta por somente três associados, em uma reconfiguração que a torna mais especializada e parecida com as demais comissões estatutárias permanentes, também formadas pelo mesmo número de membros.

Outra distinção que merece ser sublinhada é a inclusão de uma cláusula de isenção de responsabilidade por parte do Instituto em relação ao conteúdo publicado, nos seguintes termos,

<sup>559</sup> Cf. Ata da conferência de 16 de junho de 1879. Ivi, p. 339.

<sup>560</sup> Cf. Ata da conferência de 19 de abril de 1880. Ivi, p. 342.

<sup>561</sup> Poucas semanas antes, o Instituto recebera aviso do Ministério da Justiça solicitando parecer do Instituto sobre a criação dos tribunais correcionais, o que demonstra que as relações do Instituto com o Poder Executivo eram de fato uma via de mão dupla. Cf. Ata da conferência de 16 de agosto de 1880. Ivi, p. 345.

<sup>562</sup> Cf. Ata da conferência de 9 de outubro de 1880 em *RIOAB*, v. 9, n. 1, 1881-1882. p. 289.

<sup>563</sup> Cf. *Instruções e programma para a publicação da Revista dos Advogados Brasileiros*. Ivi. pp. 294-297.

<sup>564</sup> Cf. Ata da conferência de 30 de outubro de 1880, em que é eleita a comissão de redação da *Revista*, a ser composta por Liberato Barroso, Baptista Pereira e Carlos Busch Varella. Cf. Ivi, p. 304. Dois anos depois, em 27 de agosto de 1882, são eleitos José da Silva Costa, José Antonio Leitão da Cunha e novamente Carlos Arthur Busch Varella. Cf. Ivi, p. 338.

bastante diretos e sintéticos: “*o Instituto não responde pelas doutrinas expedidas na Revista*”<sup>565</sup>. Chama atenção por revelar uma desoneração moral do IAB em relação aos conteúdos publicados, outrora sujeitos a um controle muito mais rígido e vinculado, com a previsão de que eram “absolutamente excluídos quaisquer trabalhos ou discussão, mesmo incidentes, ofensivos da religião, da constituição e das leis”<sup>566</sup>. Previa-se, além, disso, no primeiro *programma*, penalidade aos autores que não adotassem modificações eventualmente sugeridas pela comissão, de retirada do trabalho<sup>567</sup>. A partir de agora, o Instituto simplesmente lavava suas mãos e abria seu palco, o que soa um pouco dissonante do conjunto das demais medidas adotadas naquele ano que parecia acenar no sentido de uma intensificação do vínculo institucional do periódico.

Por fim, registra-se o novo desenho interno esboçado no *programma*<sup>568</sup>, que acabou não se concretizando exatamente nos termos previstos, até porque não diferia substancialmente do anterior. Mantinha a seção de doutrina, a de jurisprudência, de legislação e de atas, e acrescentava outras duas – em que pese seus conteúdos já há muito aparecessem dissolvidas na *miscellanea* dos volumes anteriores – que vinham reconhecidas de forma autônoma. *In concreto*, dali em diante, permaneceram fundidas em uma única seção, apenas renomeada para “Boletim”. Em grossas tintas, gravadas sobretudo de aspectos e minúcias da *Revista* enquanto um produto editorial e dos bastidores da sua preparação, esse basicamente pode servir de panorama para visualizar o periódico no recorte selecionado. A partir de agora, a narrativa adentra com mais vagar o conteúdo publicado em sim considerado, partindo de análises quantitativas sobre o conjunto dos materiais, para, após, mergulhar com mais vagar nos temas selecionados.

---

<sup>565</sup> Cf. Artigo terceiro das *Instruções*. Ivi, p. 295.

<sup>566</sup> Cf. Art. 12 do *Programma* em *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862. p. 5.

<sup>567</sup> Cf. Art 13. Id.

<sup>568</sup> Cf. “Artigo quarto. A Revista se dividirá em cinco partes: 1ª De doutrina, na qual poderão ser tratadas todas as questões de direito em geral, e de legislação pátria e estrangeira; 2ª De jurisprudência, na qual serão publicadas as decisões dos tribunais do paiz e do estrangeiro, analisadas e criticadas debaixo do ponto de vista jurídico e legal; 3ª De bibliographica, contendo a noticia e estudo critico de obras nacionaes e estrangeiras, relativas ao direito, á jurisprudência, e á legislação; 4ª De legislação, contendo a publicação de leis e outros actos dos poderes públicos, do paiz, e do estrangeiro, que possam interessar aos fins do instituto, e a critica desses actos; 5ª Chronica, ou publicação de factos que possam interessar ao estudo do direito ou aos fins do Instituto. Artigo quinto. Em uma secção especial serão publicadas as actas das sessões da assembléa geral e do conselho disciplinar”. Cf. *RIOAB*, v. 9, n. 1, 1881-1882. pp. 295-296.

#### 4.2 *DIE VOGELPERSPEKTIVE*: LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DOS TEMAS TRATADOS E AUTORES DAS PUBLICAÇÕES

Colhe-se com atenção a advertência dos historiadores dos livros, das leituras, ou das redes de sociabilidade que os envolvem, de que métodos quantitativos são um meio essencial, mas não certamente um fim em si mesmo<sup>569</sup>. Daniel Roche reconhece sua utilidade como procedimento que permite ampliar a perspectiva do pesquisador do texto singular para o conjunto e assim perceber importantes distinções. Todavia, o esforço de inventariá-los não basta: compreende-se, com o autor, que se deve lê-los. É por isso que, no presente trabalho, não se procura opor hierarquias entre a análise quantificada e o exame qualificado: reconhece-se os limites e complementariedade de um e de outro, optando-se pelo levantamento estatístico na presente seção e pela leitura qualitativa na próxima.

São medidas que se impõem pela natureza do tema: a história cultural dos impressos exige do pesquisador a associação de vários instrumentos para o enfrentamento do mesmo objeto de pesquisa, pois apenas dessa visão cruzada pode-se colocar em confronto o momento de produção do texto e a forma com que ele concretamente se apresentou. Isso porque se compreende que o objeto publicado tem a sua própria autonomia em relação à fonte produtora, chegando às vezes até a se manifestar de maneira antagônica ao projeto dos idealizadores. Afinal, “o que chega a nós do passado é outro ‘corpo’: um corpo tipográfico”<sup>570</sup>. É por isso que a leitura das fases realizada na seção anterior não dependeu de nenhum aval ou declaração expressa dos redatores, mas foi realizada a partir de um exame da *Revista* em si e da forma com que se mostrou aos leitores durante os vinte seis anos observados.

Seguindo com a proposta da presente seção, importante ferramenta de estudo para a leitura do “que os próprios textos, eles mesmos, nos transmitem” é o método invocado por António Manuel Hespanha como “análise de conteúdo”<sup>571</sup>, cuja abordagem consiste em tomar o próprio texto como portador de sentidos, prescindindo das intenções dos autores e de enviesamentos da leitura, de modo a colher a informação bruta que o texto pode oferecer. Considerando todas as limitações que uma tal análise pretensamente objetiva pode acarretar, procurou-se temperá-la com esforços de contextualização no levantamento de dados

<sup>569</sup> Cf. ROCHE, Daniel. Uma declinação das Luzes. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 40-42.

<sup>570</sup> Cf. CHARTIER, Roger. A mão do autor e a mente do editor. Tradução George Schlesinger. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 11.

<sup>571</sup> Cf. HESPANHA, António Manuel. Razões de decidir na doutrina portuguesa e brasileira do século XIX. Um ensaio de análise de conteúdo. *Quanderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 39, n. 1, pp. 109-151, 2010.

quantitativos desta seção – que não poderiam ser obtidos de outro modo que não pela análise direta dos títulos publicados – a respeito dos temas mais tratados dentre todas as publicações da *Revista*, os tipos de documentos que prevaleceram e os autores que mais ofereceram contribuições ao periódico.

São dados que interessam especialmente para o estudo de uma revista oitocentista especializada em direito, pois permitem dar luz aos elementos que lhe conferiam identidade, distinguindo-a de outros tipos de publicações, e que respondiam diretamente a demandas por informação da audiência que a consumia. Em sendo uma revista jurídica profissional, como já se acenou mais de uma vez, sua tendência generalista era traço inescapável. Mas não só por isso: também pela vocação enciclopédia da própria cultura jurídica de seu tempo, em que a especialização disciplinar ainda era um sonho distante, seja para os juristas que se dedicavam ao ensino jurídico, seja para os que atuavam profissionalmente (que eram, basicamente, os mesmos) e enfrentavam indiscriminadamente todo tipo de causa no foro e até em tribunas não jurídicas.

A restrição dos conteúdos veiculados a uma matéria específica, além de inconveniente, era também pouco precisa na década de 60 do século XIX, momento em que essas fronteiras disciplinares ainda eram muito frágeis em uma academia jurídica jovem como a brasileira – realidade que não era tão diferente nem mesmo em ateneus europeus –, sendo para muitos ramos do direito conhecidos atualmente até inexistentes. Ainda assim, ao lado das estatísticas relativas aos autores responsáveis pela maior parte dos textos publicados, procurou-se agrupá-los também em relação aos ramos do direito a que esses escritos se relacionavam.

Por certo, no tratamento desses dados, levou-se em conta outra importante advertência da historiografia cultural que lida com periódicos quanto às limitações dos sumários de revistas, “*los catálogos de una editorial*”, com a recomendação de que sejam tratados como “*testimonios frente a los cuales el historiador debe precaverse del plácer del anacronismo*”<sup>572</sup>. É por isso que – não sem escorregões e necessários ajustes – adotou-se uma divisão por matérias que levasse em conta a nomenclatura – mesmo que provisória no estado em que a ciência jurídica se encontrava no período estudado – com que cada ramo do direito vinha geralmente referido para fins de classificação.

Desse modo, os títulos que envolviam pretensões tributárias da Administração Pública foram agrupados como pertencentes ao direito financeiro<sup>573</sup>; os que dizem respeito às funções

<sup>572</sup> Cf. SARLO, 1992, p. 10.

<sup>573</sup> A bem da verdade, essa classificação se valeu de certa licenciosidade, à medida que, rigorosamente, sequer se poderia falar em Direito Financeiro no século XIX. As pretensões tributárias da Administração eram tratadas no



e atividades essencialmente administrativas da Administração Pública, direito administrativo; os que envolviam questões relativas a atos de comércio e relações mercantis foram descritos como atinentes ao direito comercial<sup>574</sup> e o seu respectivo procedimento de julgamento nos tribunais, processo comercial<sup>575</sup>; aqueles relativos à definição de crimes e imposição de penas criminais vieram assinalados como pertencentes ao direito criminal, bem como seus respectivos procedimentos de julgamento vieram atrelados ao processo criminal (disciplinas codificadas e que vinham assim nomeadas pelos seus documentos legislativos referenciais)<sup>576</sup>; os textos que envolviam as normativas referentes às relações externas do Brasil com outros Estados vieram classificados como pertencentes ao direito internacional<sup>577</sup>; e, por fim, os textos que envolviam assuntos relativos ao há muito consolidado, enquanto ramo autônomo, mesmo que não possuidor de codificação própria, direito civil; além dos textos relativos à sua “prática forense”, o processo civil<sup>578</sup>.

---

âmbito da Ciência das Finanças, com viés marcadamente econômico, muito mais por financistas do que por juristas. Um marco inaugural formal para o Direito Financeiro no Brasil estaria localizado muitas décadas à frente, quando aprovada a Constituição Federal de 1946, que trouxe a atribuição de competência à União de normas gerais de Direito Financeiro. Todavia, por se tratar de discussões com conteúdo jurídico e evitando o anacronismo muito mais gravoso de classificá-las como “Direito Tributário” – ramo disciplinar ainda mais recente – optou-se pela nomenclatura “Direito Financeiro” apenas para agrupar os conteúdos de modo inteligível ao leitor. Para uma análise do histórico da disciplina no século XIX, cf. especialmente pp. 49-59, intituladas “A Pré-história” da doutrina tributária brasileira: o período pré-disciplinar do Direito Tributário Brasileiro no século XIX em TEODOROVICZ, Jeferson. A afirmação histórica da doutrina do direito tributário brasileiro. 2015. 563p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

<sup>574</sup> Em se tratando de ramo jurídico codificado de forma autônoma ao restante do direito privado no século XIX, adotou-se a nomenclatura definida pelo código de 1850, à teoria francesa dos atos de comércio. Cf. COELHO, Fábio Ulhôa. *Curso de direito comercial*. v. 1. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 41-42.

<sup>575</sup> Assim se referia à disciplina o Regulamento 737, voltado a disciplinar “a ordem do Juízo no Processo Comercial”. Cf. BRASIL, 1850.

<sup>576</sup> A tese de Rafael Mafei Rabelo Queiroz, especialmente no capítulo dedicado ao “O direito penal contemporâneo no Brasil do século XIX”, pp. 224-350, explica a confusão que pairava entre os debates parlamentares e os primeiros manuais brasileiros no tocante à compreensão, consolidada na doutrina europeia, de que o direito criminal abrangeria tanto o direito material quanto o de processo (já que aqui as duas áreas foram codificadas separadamente mantendo essa nomenclatura); e a progressiva aceitação da teoria contemporânea de direito penal que concebe a palavra “crime” como um ilícito penal. Cf. QUEIROZ, 2008. De todo modo, neste trabalho adotou-se a nomenclatura do código para fins classificatórios.

<sup>577</sup> A tese de Ailton Ribeiro da Silva Jr., sobre o ensino de direito internacional no século XIX no Brasil, dá conta do processo gradual de difusão da nomenclatura “direito internacional” em paralelo à expressão “direito das gentes”, adotada desde a criação das primeiras Faculdades de Direito do Império. O autor, todavia, demarca a edição do Decreto n. 3454 de 1865, que deu novos Estatutos às Faculdades, como um ponto significativo para a adesão do termo, que já aparecia nos periódicos do Império desde a década de 40. Cf. SILVA JUNIOR, 2017, p. 71. Considerando que a *RIOAB* começa a ser publicada a partir de 1862, adotou-se o termo “direito internacional” sem tantos riscos de anacronismo.

<sup>578</sup> Assim vinha referida a disciplina durante o século XIX, ou simplesmente como “praxe”, momento em que se compreendia o processo civil como um ramo mais abrangente do que conhecemos hoje, com evidentes confusões entre direito material e direito processual. Além disso, abrangia a matéria relativa à organização judiciária, compreendida hoje como tema de direito constitucional e administrativo. Essa união dos campos, hoje bastante distintos, é evidenciada por Lima Lopes na análise de debates parlamentares, a respeito da reforma judiciária e do processo e de livros e compilações sobre a ordem do processo, que reuniam em uma mesma discussão todos esses elementos. Cf. especialmente “1.2 O campo do processo civil no século XIX” em LIMA LOPES, José Reinaldo de. *História da Justiça e do Processo no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Juruá, 2017.

Levando em conta esses critérios, foram identificados, nas quase três primeiras décadas de circulação da *Revista*, 271 títulos, afora as atas de sessões e demais papéis relativos à administração interna do Instituto. Para os fins da análise aqui proposta, esse material foi classificado em maneira diversa da organização em seções trazida pelo periódico, até porque elas sofreram algumas variações de nomenclatura durante o arco temporal selecionado. Com base na proveniência de cada um dos documentos, foram separados em quatro categorias: (a) material doutrinário produzido pelo Instituto, sejam as decisões coletivas como os trabalhos monográficos; (b) atos dos Poderes de Estado, com distinção do que foi emanado pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo; (c) decisões judiciais; e (d) atas de conferências. Essa leitura pode ser confrontada com os apêndices que acompanham este trabalho e que contêm as respectivas ementas de cada título, mas representa, em síntese, um primeiro esforço de catalogação, descrição e compreensão dos conteúdos publicados na *Revista*.

#### **4.2.1 “Palestras científicas” de vocação enciclopédica e eloquente: a produção acadêmica de uma *société savante***

Muitas laudas deste trabalho já foram investidas para descrever o pano de fundo em que se inserira a criação do IAB, e em que atuaram os seus associados nas duas décadas seguintes, na tentativa de desenhar o quadro de dependência normativa e, inevitavelmente, também cultural em grande medida, com que ainda se debatiam o direito e os juristas brasileiros na segunda metade do século XIX. Os membros dessa Instituição, que não raro trocavam as vestes de advogado, estudioso, legislador e político, foram chamados e ao mesmo tempo se ofereceram outras tantas vezes, a contribuir para preencher as lacunas do direito pátrio e tingi-lo, pouco a pouco, com tons mais afinados à paisagem nacional.

Ofícios de toda sorte chegavam à mesa do Instituto com pedidos variados de Tribunais, Ministérios ou outros juristas do Império solicitando pareceres do IAB a respeito de projetos de lei, obras jurídicas, interpretação de dispositivos legais ou mesmo solicitando inteiras propostas de reforma legislativa<sup>579</sup>. Muitos deles sequer foram publicados na *Revista*<sup>580</sup>, o que revela que o Instituto produziu muito mais do que acabou divulgando nas páginas do periódico. Visibilidade maior foi dada, ao revés, aos trabalhos produzidos em atendimento a

---

<sup>579</sup> Registros sobre o recebimento desses ofícios se encontram nas atas publicadas na *Revista* e foram inventariados no apêndice D que acompanha este trabalho.

<sup>580</sup> Dos treze pedidos identificados, apenas três dos trabalhos produzidos pelo Instituto em atendimento a essas demandas foram publicados no periódico. Seis do total de pedidos provieram do Ministério da Justiça, mas há também pedidos de outros Ministérios e de Tribunais do Império. Cf. infra apêndice D.

sugestões trazidas pelos próprios associados, na forma de dúvidas ou questionamentos que incitassem o Instituto a emitir uma posição oficial; ou mesmo aos trabalhos monográficos (entre discursos e textos escritos) elaborados pelos sócios.

Em que pese a particularidade de cada um desses documentos – (a) decisões coletivas do Instituto transformadas em artigos doutrinários informando uma deliberação institucional sobre ponto controverso de direito; (b) textos doutrinários escritos para a publicação ou proclamados em sessões – todos são aqui compreendidos como produtores de conhecimento e manifestações de cultura jurídica. Essa é uma perspectiva que não nega de imediato cientificidade aos textos veiculados no periódico somente por serem marcados pela oralidade e enciclopedismo, traços intrínsecos à cultura jurídica brasileira oitocentista<sup>581</sup>, ou porque muitas vezes eram resultado de votação apertada em conferências.

Reconhece-se a autenticidade e dignidade histórica de textos produzidos sob o caldo cultural já batizado no primeiro capítulo desta monografia, em apropriação de um conceito italiano oferecido por Cristina Vano<sup>582</sup>, como “ciência brasileira da experiência”. Produzidos pela pena de advogados, contaminada pelas preocupações materiais e procedimentais do seu cotidiano forense, não raro traziam as dúvidas que diariamente lhes figuravam no cotidiano profissional à “palestra scientifica” entre seus pares *savantes*. São gêneros literários que se colocam lado a lado aos compêndios e manuais práticos<sup>583</sup> que caracterizaram a literatura jurídica oitocentista e que devem ser encarados como lugares de produção e difusão de ideias a que nenhuma história do pensamento jurídico do século XIX, sob pena de incompletude, poderá ignorar<sup>584</sup>.

<sup>581</sup> Começam a ser colocados em xeque somente a partir do século seguinte, quando se verificam mudanças epistemológicas no saber produzido e valorizado nas universidades, além de alterações nas próprias condições materiais em que seus produtos eram veiculados, conforme se colhe a partir da leitura de SONTAG, Ricardo. *Triatoma bacallaureatus: sobre a crise do bacharelismo na Primeira República*. *Espaço Jurídico*, Joaçaba, v. 9, n. 1, pp. 67-78, jan./jun., 2008.

<sup>582</sup> Cf. VANO, 2005 e *supra* nt. 197. Da mesma autora, estudo específico sobre a cultura forense meridional e o peso del “ceto degli avvocati” na estrutura jurídica pré-unitária, cf. VANO, Cristina. *Avvocati “innanzi all’eccellentissima corte”*. Una collezione ritrovata di allegazioni forensi. In: MAZZACANE, Aldo; VANO, Cristina (Org.). *Università e professioni giuridiche in Europa nell’età liberale*. Napoli: Jovene, 1994. pp. 405-420.

<sup>583</sup> São os dois gêneros literários-modelo citados por Lima Lopes, que define o primeiro como os manuais para uso nas faculdades do Império – não particularmente forte, seja pelo número de obras produzidas, seja pelo seu teor, entre 1827 e 1850. Era prática copiada da Universidade de Coimbra, para controle político e estatal sobre esses cursos, conforme ilustrava a exigência de aprovação do governo, ouvida a Assembleia Geral. O segundo modelo é o dos manuais para práticos e tabeliães, produção que não deveria ser desprezada pelo seu valor intelectual pois correspondia ao esforço dos juristas de produzir conhecimento atual e passível de uso no foro, preocupados com sua “operabilidade”, construtores que eram de um Estado, não de uma academia. Cf. LIMA LOPES, 2007, pp. 7-10.

<sup>584</sup> Sobre a imprescindibilidade desse tipo de texto, veiculado em revistas jurídicas, como fonte para pesquisa em história do direito, cf. SILVEIRA, 2011, p. 125.

Adentrando na primeira modalidade – decisões coletivas transformadas em artigos doutrinários expondo o posicionamento institucional a respeito de questão levantada por algum sócio –, cabe lembrar que a faculdade de elaborar questionamentos era prerrogativa dos membros prevista no Regimento Interno, onde se lhes garantia o direito de: “propor, por escripto, nas conferencias do conselho diretor, qualquer duvida de direito ou praxe”<sup>585</sup>. Para cumprir o papel acadêmico do Instituto, os sócios eram convidados – às vezes até convocados diretamente pelo Presidente<sup>586</sup> – a propor questionamentos e incitar discussões em assembleia, cujas conclusões eram obtidas por votação e transformadas em texto pelo proponente, incumbido de sistematizar o parecer final do Instituto.

Dúvidas sobre competência, procedimento, prazo, extensão de dispositivos legais – quesitos claramente alusivos ao cotidiano do foro – corresponderam à maior parte dos títulos publicados, mas também eram intercaladas por questões, ainda que dogmáticas, mais abrangentes<sup>587</sup>. Algumas outras provinham da iniciativa de protestar contra alguma singular jurisprudência, afirmando que “o profundo acatamento com que o corpo dos advogados deve acolher a palavra autorizada da alta magistratura do país, (...) não lhe tolhe comtudo a liberdade de discutir os fundamentos de suas decisões, quando lhes pareçam que ellas contrastam com as noções aceitas e professadas”<sup>588</sup>. Na redação final do texto, geralmente adotava-se o rigor metodológico de apresentar as opiniões contrárias e a fundamentação do parecer, mas em média eram bastante enxutos, encapsulados entre 5 a 10 páginas, para não tolher sua objetividade e potencial aplicabilidade ao foro.

Traduzindo em números, em um total de 37 decisões coletivas publicadas, a vocação generalista foi evidenciada pela visível fragmentação temática do conjunto, com a identificação de escritos pertencentes às mais diversas áreas do direito. Entretanto, salta aos olhos a prevalência de questões relativas a direito comercial, que abrange quase metade do total de escritos. Essa predominância pode ser explicada por se tratar de uma das poucas disciplinas codificadas e que detinha, ainda por cima, uma jurisdição especial, ao menos até 1875<sup>589</sup>.

<sup>585</sup> Cf. Art. 14 §1º do Regimento interno em *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862. p. 13.

<sup>586</sup> Basta lembrar das já citadas dezenas de questões sugeridas por Thomaz Nabuco assim que tomou posse, ou o pedido de Saldanha Marinho de que os colegas “durante as férias tratassem de coligir os casos importantes de jurisprudencia, de que se houvessem encarregado no correte anno como advogados, ou do que tivessem noticia, fazendo deles um relatorio e dizendo como foram julgados. Considera esse trabalho de grande importância, podendo ele formar um excelente cabedal para ser no futuro consultado pelos advogados em trabalhos identíficos e pelos juizes nas suas decisões, que desta sorte, se tornariam mais uniformes”. Cf. *RIOAB*, v. 7, n. 1, 1871. p. 154.

<sup>587</sup> Para a lista completa das decisões coletivas publicadas no arco temporal da pesquisa, cf. apêndice A.

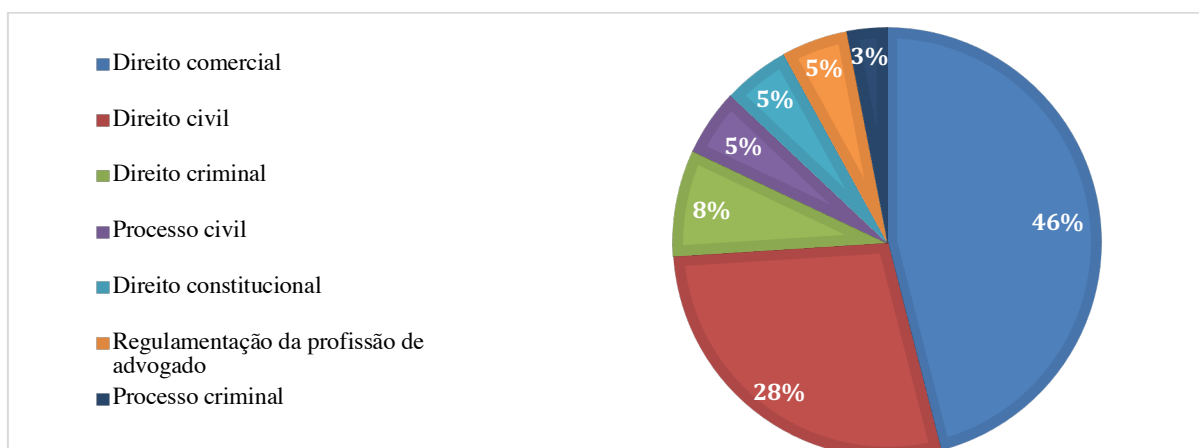
<sup>588</sup> Cf. *RIOAB*, v. 8, n. 1, 1871-1880. p. 45

<sup>589</sup> Como já introduzido no capítulo anterior, os tribunais de comércio, como jurisdição especializada, tiveram vida efêmera, funcionando por pouco mais de 25 anos, mas que coincidiu parcialmente com o recorte temporal

Mesmo que a codificação seja compreendida como um ordenamento pretensamente completo e a referência única e fundamental para determinado ramo do direito, não tem o condão – ao menos nessa experiência jurídica específica – de encerrar todos os debates doutrinários, funcionando, ao revés, como motor para novos estudos relacionados à disciplina.

Para além dessa leitura eminentemente jurídica, há um dado econômico não secundário e que também conforma prioridades no âmbito do direito: de 1850 a 1870, com a realocação de capitais que circulavam no comércio de africanos escravizados, após a abolição do tráfico negreiro, o mercado de investimentos no Rio de Janeiro passa por uma reorganização que requer novas soluções jurídicas. A proliferação de sociedades mercantis, por exemplo, informada por Lima Lopes<sup>590</sup>, enseja inclusive pedido do Ministério da Justiça para que o IAB elaborasse parecer a respeito do projeto sobre sociedades de responsabilidade limitada que tramitava na Câmara<sup>591</sup>.

Gráfico 4 – Distribuição por matéria das decisões coletivas do Instituto



Fonte: produção da própria autora, 2018.

Conhecida a matéria predominante entre as decisões coletivas publicadas, destaca-se também o autor responsável por redigir na forma de texto a deliberação tomada em conferência da maior parte delas: José da Silva Costa, responsável por 8 dos 37 escritos, quase três vezes mais que os juristas que o seguem nesse ranking. No que se refere à sua trajetória dentro do Instituto, foi aprovado membro efetivo em 7 de dezembro de 1868, e dois anos depois tornou-se Secretário. Desempenhou esse papel por dezessete anos – o ocupante mais longo dessa cadeira, de 1870 até 1887, quando então se tornou vice-Presidente – sendo voz ativa na maior parte das discussões e proponente de boa parte delas, a ponto de receber especial referência do

escolhido para análise da *Revista*, sendo, portanto, tema de especial interesse e atualidade para os advogados que deviam atuar perante essas Cortes.

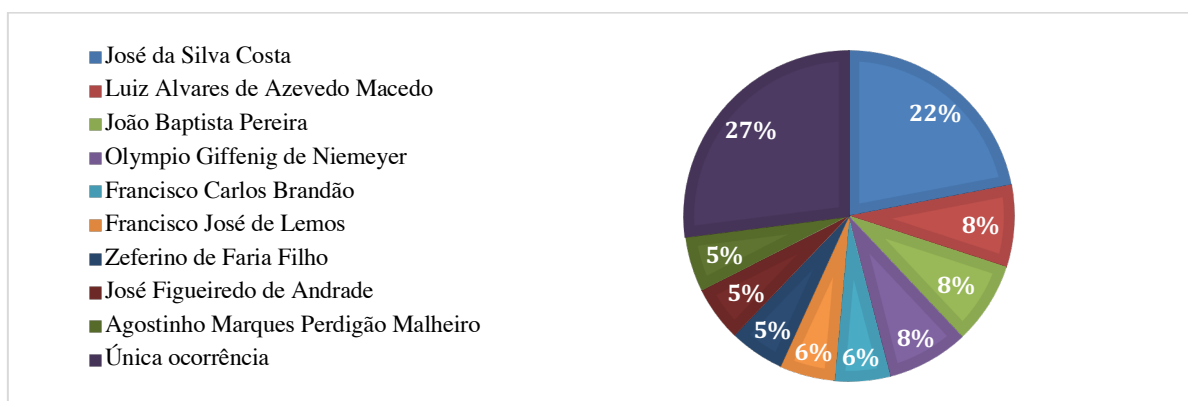
<sup>590</sup> Cf. LIMA LOPES, 2007, p. 21.

<sup>591</sup> Cf. Ata da sessão de 16 de novembro de 1865, em *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870. p. 213.

Presidente Joaquim Saldanha Marinho, no seu discurso de posse em 1875, por “tudo que tem feito enquanto secretario. Voto de profundo reconhecimento, porquanto a ele só, á sua desinteressada tenacidade, devemos a estabilidade, a permanência do Instituto. Honra lhe seja feita”<sup>592</sup>.

Antes mesmo de entrar na casa, quando ainda era juiz municipal da 2ª vara da Corte, já flertava com o Instituto oferecendo obras de sua autoria e recebendo em troca exemplares da *RIOAB*<sup>593</sup>. Todavia, dado ainda mais interessante sobre sua carreira pregressa é o fato de ter sido redator da *Revista Jurídica*, como já introduzido no primeiro capítulo desta monografia, quando ainda estava no 5º ano da graduação em Direito, com o mérito de ter criado, tão jovem, um periódico jurídico que se destacou na paisagem das revistas brasileiras oitocentistas indo a prelo por mais de uma década. A suspensão dessa publicação coincide com o período em que se engajou mais ativamente com a organização do IAB e com o próprio periódico da instituição. Sua posição na diretoria do Instituto tornava-o um membro automático das comissões de redação, por mais que elas mesmas variassem.

Gráfico 5 – Distribuição por relator das decisões coletivas do Instituto



Fonte: produção da própria autora, 2018.

Mais longos e prolixos, por sua vez, eram os textos monográficos produzidos pelos sócios e publicados na *Revista*. Este era o palco mais apropriado para suas demonstrações de erudição e espetáculos de retórica. Dos 20 textos monográficos identificados no recorte temporal selecionado, apenas 6 foram confeccionados diretamente para a veiculação escrita, sendo que os outros 14 foram lidos como discursos em assembleias pelos seus autores. A ocasião preferencial, onde foi proferida a maior parte deles, era a sessão aniversária anual do Instituto, obrigação estatutária descrita por um associado como “um despertador glorioso, a que

<sup>592</sup> Cf. Ata da conferência de 7 de novembro de 1875 em *RIOAB*, v. 8, n. 1, 1871-1880. p. 300.

<sup>593</sup> Cf. Ata da conferência de 28 de março de 1867, em que se registra o recebimento de sua obra *Satisfação do damno causado pelo delicto*. *RIOAB*, v. 7, n. 1, 1871. p. 155.

não podemos deixar de obedecer. Não é o dia deste ou daquele partido, nem mesmo desta ou daquela instituição; é o dia da independência e grandeza da pátria, superior a todas as paixões e opiniões”<sup>594</sup>.

Do exame acurado desses pronunciamentos, entretanto, constata-se que essa pretensa neutralidade e isenção não encontra nenhum eco na manifestação concreta desses discursos, dotados de fortes intenções políticas, palco onde seus oradores sentiam-se livres para tecer críticas ao Governo, propor reformas legislativas e levantar as demandas da Instituição, ao melhor estilo dos memoriais e alegações forenses. Enquanto as decisões coletivas há pouco discutidas tinham caráter doutrinário mais acentuado, voltadas a satisfazer questionamentos especificamente dogmáticos, aqui as temáticas eram mais genéricas, podendo abranger diferentes assuntos em um único discurso, ou trazer uma bandeira principal como o pleito do seu patrono (como a necessidade de uma codificação civil, ilegitimidade da propriedade sobre o escravo, a aprovação do casamento civil ou a regulação da profissão de advogado)<sup>595</sup>.

De todo modo, são exemplos nítidos do desembaraço e eficácia com que esses juristas se exprimiam através do discurso proclamado, que revela sobretudo o “*profilo di professione influente, la necessità civile e la forte esposizione pubblica della parola dell’avvocato, depositario della cosiddetta ‘pubblica confidenza’*”<sup>596</sup>. Para tanto, recorriam a toda a bagagem de sua formação cultural humanista, com abundante uso de exemplos históricos, brocardos latinos e citações de jurisconsultos conhecidos – geralmente estrangeiros – como argumento de autoridade e legitimação do pronunciamento.

Desse modo, adornavam seus discursos com traços de instrumental eloquência, como as referências à “Historia Romana tão fertil em grandes e majestosos acontecimentos; tão digna de ser celebrada pelos monumentos intellectuaes, que offerece aos amigos das Sciencias. Lea-se a historia de todas as Nações Cultas, e achar-se-ha a exactidão desta verdade”<sup>597</sup>. O espetáculo da tribuna, ao ser cristalizado na *Revista*, ganha a perenidade e a dignidade da palavra impressa, conferindo ao orador o estatuto de estudioso; e ao seu discurso o valor de

<sup>594</sup> Cf. Ata da conferência de 7 de novembro de 1875 em *RIOAB*, v. 8, n. 1, 1871-1880. p. 300.

<sup>595</sup> Cf. apêndice B.

<sup>596</sup> Cf. BENEDUCE, 1996, p.14.

<sup>597</sup> Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 2, 1862, p. 68. Cabe destacar, entretanto, que esses eram traços característicos sobretudo dos pronunciamentos comemorativos, cuja palavra era conferida geralmente ao Presidente da Instituição. Isso justifica que dos 21 textos monográficos publicados (conforme apêndice B), 9 deles foram proferidos por Presidentes da casa (com destaque para Agostinho Marques Perdigão Malheiros, Caetano Alberto Soares e Francisco Gê Acayaba Montezuma). Entretanto, identificam-se também discursos lidos em assembleia com destacado rigor metodológico, que não se reduziam a pronunciamentos declamados no calor da discussão, mas textos elaborados e meditados.

fonte portadora de conhecimento; ao mesmo tempo que torna o periódico vitrine dos seus idealizadores.

#### **4.2.2 Entre consultas e avisos ministeriais: o papel das decisões do Conselho de Estado na enciclopédica seção de “legislação”**

De todas as seções da *Revista*, esta pode ser considerada a mais “externa”, por não conter nenhum comentário produzido pelos associados, nem sequer notas ou opiniões, apenas a reprodução parcial ou integral de documentos normativos precedida de brevíssima ementa. Não tinha, portanto, qualquer objetivo de criar a memória do IAB, apenas de informar seus leitores e igualar o periódico às demais revistas jurídicas que lhe eram contemporâneas e contavam inevitavelmente com uma seção do gênero.

Ganhou muito mais espaço e relevância na segunda e terceira fase, justamente em razão do objetivo de tornar a *Revista* um “vade-mécum” enciclopédico que trouxesse todas as informações relevantes para que o leitor, profissional do direito, atuasse na atividade forense. Por isso o compromisso com a atualidade da informação era muito maior que nas decisões coletivas do Instituto ou trabalhos monográficos da miscelânea, que às vezes eram publicados até mesmo anos depois de terem sido produzidos.

Ao largo das mudanças por que passou esta divisão da *Revista* – aglutinada na primeira fase com a de jurisprudência sob a alcunha “decisões dos poderes de Estado” – um dado permaneceu constante por todo o arco temporal analisado: a predominância absoluta da publicação de documentos emanados pelo Conselho de Estado em relação àqueles do Poder Legislativo. Para fins comparativos, foram identificados 99 títulos provenientes do primeiro, enquanto somente 12 leis ou decretos que se enquadrariam de modo mais autêntico na classificação “legislação” com que apareciam no sumário.

É informação relevante pois fala muito sobre uma especial instância de produção do direito naquele momento: as decisões do Conselho de Estado compunham o grosso do material desta seção por serem tomadas como portadoras de valor normativo equivalente ao *status* de lei. Essa não era, entretanto, uma apreciação unânime: Perdigão Malheiro, o tão mencionado Presidente do Instituto à época de criação da *Revista*, insurge-se em discurso de 1865 contra a constatação de que a “Jurisprudencia Brasileira tem sido abastardada pela invasão do Poder Executivo”, o que considerava uma afronta à independência do Poder Judicial:

autorizado o Executivo a expedir os regulamentos, decretos e instruções necessárias para a boa execução das leis, tem exorbitado, já excedendo o



limite do necessario e produzindo um verdadeiro enxame de taes actos, que se succedem de modo espantoso, avolumando as collecções de leis, já arrogando-se atribuições legislativas ou directamente ou por via de interpretação<sup>598</sup>.

De todo modo, esse tipo de portaria foi emitido às pencas durante todo o século XIX, com função semelhante às decisões coletivas mencionadas no subcapítulo anterior: resolver dúvidas pontuais e cotidianas sobre conflitos de normas e lacunas, necessidades próprias de um ordenamento ainda muito dependente do velho direito colonial e metropolitano e que vinha sendo nacionalizado e modernizado pouco a pouco por suturas e emendas. Para complicar esse panorama já confuso a nível legislativo, contribuía o fato de que o Supremo Tribunal de Justiça – mais alto grau de jurisdição do sistema judicial do Império - também não cumpria seu papel uniformizador de jurisprudência em razão do particular sistema recursal vigente: cabia-lhe apenas “conceder, ou denegar Revistas nas Causas”<sup>599</sup>, não as decidindo ele mesmo, mas devolvendo a palavra final dos julgamentos à segunda instância, os Tribunais de Relação do Império, que poderiam emitir decisões divergentes entre si<sup>600</sup>.

Em razão disso, o mesmo Perdigão Malheiro – crítico do estado da legislação e da invasão do Poder Executivo – em discurso na Câmara dos Deputados publicado na *Revista* também lamentava “o estado da nossa... eu nem posso denominar jurisprudencia, porque não a temos, enfim... da nossa nenhuma jurisprudencia, a consequencia immediata é essa incerteza dos direitos, verdadeira calamidade”<sup>601</sup>. E reconhece, diante desse quadro, que “o Governo se vê na dura necessidade, muitas vezes, de dar prompta solução a questões de direito que lhe são submetidas”. Pela ausência de condições materiais do Poder Legislativo de fazê-lo e da ausência de “tradição, de uniformidade, de jurisprudência” por parte do Poder Judicial, “o Governo se tem, pois, visto na forçosa necessidade de invadir assim essa attribuição do poder legislativo, interpretando até por via de authoridade que lhe não é propria”<sup>602</sup>.

Sendo ou não a solução preferida pelo sexto Presidente do IAB, verdade é que, na tentativa de resolver essas confusões de interpretação, até mesmo juízes e outros membros do judiciário, ou Presidentes de províncias e outros administradores endereçavam consultas<sup>603</sup> às

<sup>598</sup> Cf. *RIOAB*, v. 3, n. 1, 1865. p. 50.

<sup>599</sup> É redação conforme ao art. 164 da *Constituição Política do Imperio do Brazil*. Cf. BRASIL, 1824.

<sup>600</sup> Ainda durante a Colônia foram criados quatro tribunais da Relação, um na Bahia (1621), um no Rio de Janeiro (1752), um no Maranhão (1812) e outro em Pernambuco (1821), número que permaneceu constante até 1874, quando é inaugurado o Tribunal da Relação em Porto Alegre. Cf. LIMA LOPES, 2017.

<sup>601</sup> Cf. Discurso do Sr. Dr. Perdigão Malheiro na discussão do projecto sobre a força obrigatoria dos assentos tomados na Casa da Supplicação de Lisboa. *RIOAB*, v. 7, n. 1, 1871. p. 221.

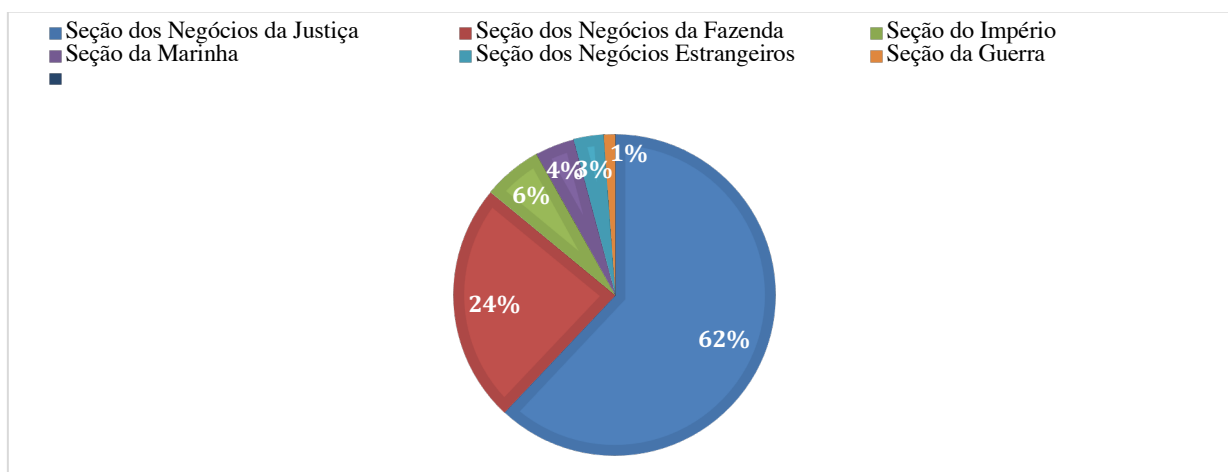
<sup>602</sup> Cf. Ivi, p. 223.

<sup>603</sup> Lima Lopes estima que pela Seção de Justiça passaram cento e oitenta e cinco (185) consultas vindas de juízes ou outros membros do judiciário, e cento e noventa e duas consultas (192) vindas de Presidentes de províncias e outros administradores, num total de trezentas e setenta e sete (377) consultas, equivalentes a 34% das questões vindas à Seção. Cf. LIMA LOPES, 2007, p. 13.

seções do Conselho de Estado (Justiça e Estrangeiros, Guerra, Fazenda, Império), que respondiam emitindo avisos ministeriais. Ainda que o Conselho de Estado fosse considerado um órgão consultivo, que não deliberavam propriamente, esses avisos funcionavam como autênticas interpretações e gozavam de força de lei, a ponto de serem incluídos na seção de “legislação” da *Revista*.

Como previsto por Lima Lopes, a Seção dos Negócios da Justiça era a que desempenhava papel mais destacado, tanto porque organizava a máquina judiciária, quanto porque dissolvia dúvidas a respeito da legislação em geral (de direito público e privado, matéria civil e mercantil)<sup>604</sup>.

Gráfico 6 – Distribuição das decisões publicadas pela *Revista* em razão da respectiva seção do Conselho de Estado



Fonte: produção da própria autora, 2018.

Uma das possíveis explicações para esse quadro – que era o reflexo na *Revista* de uma predominância que igualmente se verificava no conjunto das consultas realizadas perante o Conselho – sugerida pelo autor era a peculiar organização da carreira da magistratura. Por não se tratar de função exclusiva, podia o magistrado (juiz municipal ou juiz de direito) passar a cargos legislativos e para cargos executivos (como o de Chefe de Polícia ou Presidente de Província) durante sua vida sem ter que renunciar à magistratura. Diante desse frágil sistema de incompatibilidades, eram levadas à Seção de Justiça, dentre outros assuntos, todas as questões concernentes à organização da carreira e à administração da máquina judiciária<sup>605</sup>.

Mas não só questões estreitamente relacionadas à administração da justiça eram veiculadas: mas o periódico divulgava questões de toda sorte de direito material e processual.

<sup>604</sup> Cf. Ivi, p. 12.

<sup>605</sup> Cf. Id.

Sobretudo a partir da segunda fase, não foi possível identificar um eixo temático definido, pois à medida que o propósito informativo se tornou mais evidente, abandonaram-se critérios mais visíveis de seleção de conteúdo – como o era na primeira fase, em que os avisos publicados coincidem com a temática da decisão coletiva do instituto publicada no mesmo volume – para atender todos as eventuais demandas de informação do leitor.

#### **4.2.3 Repositório de teses e vitrine de advogados: a seção de jurisprudência como mostruário de alegações forenses e acervo de consulta *inter pares***

Inegavelmente uma seção de jurisprudência em uma revista jurídica oitocentista desempenhava função muito similar à de legislação apenas descrita: informar juristas que atuavam profissionalmente nos tribunais acerca dos entendimentos mais recentes das cortes acerca do direito vigente que, de outra forma, em razão da (in)disponibilidade de meios materiais, não teriam acesso a esse tipo de informação. É, portanto, um tipo de documento que basta por si na sua forma bruta, sem muita necessidade da intervenção de redatores para que ofereçam alguma utilidade ao leitor.

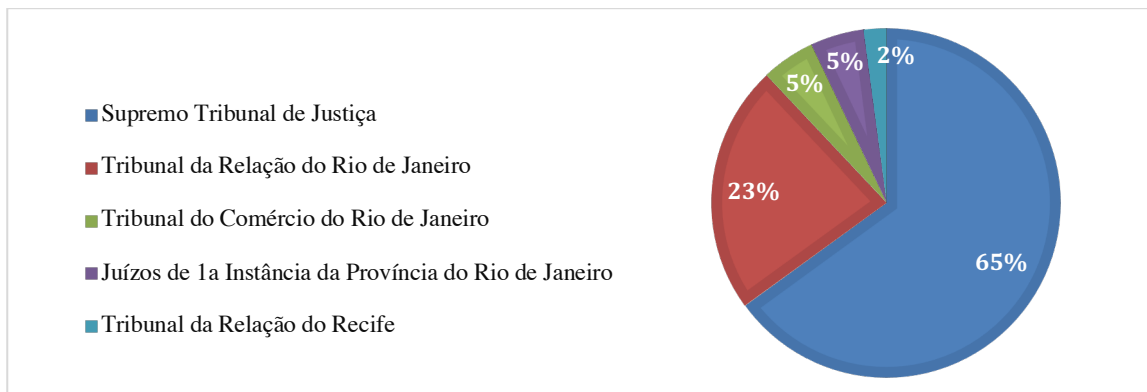
Entretanto, em uma revista institucional, veículo de uma associação de advogados, apesar de a seção de jurisprudência também funcionar basicamente nesses mesmos moldes comuns aos demais periódicos seus contemporâneos, percebeu-se um diferencial interessante na exibição de alguns julgamentos completos. Não se reduziam à mera transcrição da ementa ou do acórdão: traziam as inteiras alegações escritas por seus advogados e também as suas assinaturas, promovendo no periódico as suas arengas vitoriosas e expandindo o alcance de sua tribuna.

Esse procedimento, há de se reconhecer, não foi a regra na divulgação de jurisprudências: dos 117 títulos publicados no arco temporal selecionado, apenas 19 foram divulgados em seu inteiro teor junto às alegações dos advogados. Mas esse dado se torna ainda mais significativo à medida que se constata, novamente, o destaque do associado José da Silva Costa. Ele liderou em absoluto o número de aparições, assinando 6 do total de arengas divulgadas, enquanto todos os seus demais colegas foram contemplados apenas com aparições episódicas.

Importa destacar, ainda, que do total de 117 julgados, predominam acórdãos proferidos pelo Supremo Tribunal de Justiça, sempre sob o procedimento dos recursos de *Revista*, limitando-se a conhecer as eventuais nulidades de julgamentos e devolver à correção para os

tribunais de segunda instância, ou a manter o entendimento firmado na decisão dos Tribunais da Relação.

Gráfico 7 – Tribunal de origem dos julgamentos publicados na seção de jurisprudência



Fonte: produção da própria autora, 2018.

Além dos julgamentos que subiam ao tribunal superior, entretanto, compuseram esta seção julgados proveniente em absoluta maioria de tribunais do Rio de Janeiro – seja de segunda ou primeira instância –, escolha coerente com a área de atuação dos advogados do IAB. Afinal, tratava-se de associação em que podiam participar como sócios efetivos apenas profissionais que atuassem na Corte, não sendo ainda um Instituto de caráter nacional, mas que admitia advogados de outras províncias apenas na condição de correspondentes. As jurisprudências publicadas na *Revista*, portanto, eram marcadas por forte concentração geográfica em virtude da sua aplicabilidade imediata na atuação profissional dos leitores.

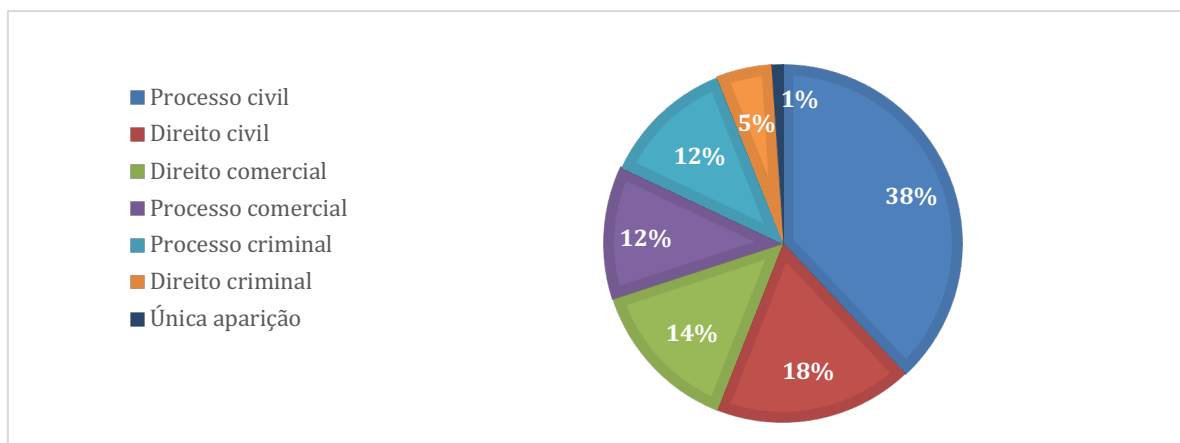
A presença maciça de acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça acaba se refletindo na maior concentração de matérias relativas a questões processuais, afinal, a suprema corte do Império constituía-se como típica corte de cassação, cujas funções exauriam-se na concessão de revista, em uma tímida competência penal originária e na solução de conflitos de jurisdição<sup>606</sup>. Desse modo, a Corte acabou se convertendo em palco preferencial para dirimir conflitos de competência, reconhecer nulidades, delimitar o cabimento ou efeitos de recurso em um momento em que o processo civil ainda era regulado por uma profusão de fontes – as incorporadas do antigo regime e as editadas de forma provisória e residual durante o Império<sup>607</sup>.

<sup>606</sup> Cf. É o que previa o artigo 164 da Constituição de 1824. A defesa da Constituição, no desenho constitucional da época, era atribuída ao Poder Legislativo pelo controle de constitucionalidade das leis, e interpretação das leis que elaborasse.

<sup>607</sup> O essencial se encontrava no Livro III das Ordenações Filipinas (1603), práticas e usos processuais próprios do Reino de Portugal e que aqui foram incorporadas após a Independência ante a ausência de codificação própria por parte do Império. A ela fora se somando diversos e pouco sistemáticos atos legislativos, seja junto aos decretos que criavam juízos ou tribunais, seja disposições provisórias e residuais em diplomas normativos que regulavam outros ramos do direito (como o Código de Processo Criminal de 1832, que tinha um título dedicado à Justiça Civil; e o Regulamento n. 737/1850, sobre o processo comercial), para além da Reforma Judiciária de 1871, outro

– que careciam de sistematicidade. E essa prevalência acabou se refletindo nos conteúdos publicados na *Revista*, em que não se percebia algum critério de preferência temática, apenas um acompanhamento cronológico – ainda que não completo – das decisões promulgadas pelo tribunal.

Gráfico 8 – Divisão por matéria dos julgamentos publicados na seção de jurisprudência



Fonte: produção da própria autora, 2018.

No espectro total dos 117 julgados publicados – tenham eles subido ao Supremo Tribunal de Justiça ou não – 44 deles versavam sobre direito civil, sendo 12 sobre competência e 8 sobre os efeitos, cabimento e prazos de recursos: quase a metade deles sobre questões básicas de procedimento ainda muito nebulosas no complexo sistema processual já desenhado. Tampouco as jurisdições já legisladas – criminal e comercial – deixavam de suscitar dúvidas e conflitos nesse sistema judicial, correspondendo a parcelas também significativas dos julgamentos publicados. Somando o total de títulos publicados envolvendo matéria processual na seção de jurisprudência, correspondiam a 64%, enquanto o direito material à quase metade desse montante: os 36% restantes. A jurisprudência pátria no Império, ainda que pouco uniforme e para alguns “ausente”, era chamada constantemente a dar contas de um sistema processual complexo e em permanente construção.

---

documento que acabou trazendo também normas relativas à jurisdição civil. Em razão de as reformas da justiça e do processo terem começado pela extinção de antigos tribunais e criação de novos, foram medidas que inicialmente estavam muito mais relacionadas à organização judiciária do que com o procedimento, que continuou regido no foro civil basicamente pelo Livro III das Ordenações. A tais fontes legislativas devem ser acrescidas a infinidade de costumes e rotinas de juízos e tribunais, nem sempre positivadas, mas que acabavam conformando a ordem processual. Para um panorama completo, cf. LIMA LOPES, 2017.

#### 4.2.4 Entre metalinguagem e memória institucional: as possíveis leituras atas das sessões ou conferências do Instituto

Mantida em todas as fases da *Revista* de forma praticamente inalterada, a não ser quanto ao espaço que ocupava na topografia dos sumários, a seção de “actas ou conferencias do Instituto” é a fração de conteúdo do periódico que se presta de modo mais completo para os diversos propósitos que levam um pesquisador a se debruçar sobre a *RIOAB*. Isso porque, ao mesmo tempo que exhibe os elementos de natureza cortesã e da tradição iluminista a que se filiava essa associação científica, com a descrição de sua organização interna, cerimônias, homenagens fúnebres, comissões enviadas ao Paço Imperial para felicitar o imperador – gestos nítidos da intimidade do IAB com os poderes monárquicos – e oferece notícias das relações públicas do Instituto<sup>608</sup>; revela também a dinâmica da sua atividade acadêmica. O registro das discussões doutrinárias travadas nas conferências internas desvenda as polêmicas que estiveram por trás das decisões coletivas publicadas como posição oficial no periódico.

Entre debates doutrinários e registros meramente organizacionais, essa seção compõe a memória institucional e científica do IAB, além dos bastidores da criação da própria *Revista*, através de uma metalinguagem que permite conhecer o pano de fundo da criação do próprio periódico e que poucos impressos oferecem aos seus historiadores. Não houve pudor algum por parte da comissão de redação em selecionar ou omitir atas que registraram a movimentação, por vezes até inexitosa, em prol da publicação da *Revista*, registrando desde preocupações materiais quanto a custos de impressão até eleições da comissão editorial. O IAB compõe a memória da *Revista*, assim como ela serviu para preservar a memória do Instituto mesmo.

Quando começa a ser publicada em 1862, a *RIOAB* traz progressivamente as atas das reuniões semanais do Conselho Diretor desde 1843, quando o Instituto foi fundado, conseguindo dissolver esse descompasso apenas a partir do oitavo volume (1871-1880), que

---

<sup>608</sup> É um acervo riquíssimo para conhecer as relações institucionais que o IAB mantinha com as suas congêneres, havendo registros de interlocução com sociedades nacionais como o Instituto de Bachareis em Letras, o Instituto Científico, a Fundação Savigny, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e até internacionais, como a Sociedade de Legislação Comparada, com sede em Paris. Além da interlocução com sócios correspondentes e honorários, inclusive constando o registro de ofício recebido do juriconsulto italiano Francesco Carrara, agradecendo a remessa do diploma de sócio honorário do Instituto. Cf. *RIOAB*, v. 8, n. 1, 1871-1880. p. 256. Para essas relações públicas, era necessário ter uma própria *Revista* como objeto de retribuição e cortesia a oferecer às instituições congêneres, além de reforço da reputação científica. Vale destacar, ainda, que há registros nas atas do envio de comissões a festividades junto ao Governo Imperial, ofertas de livros presenteados ao IAB, ofícios recebidos pelo Instituto, acolhidos com “especial agrado”, como sinal de reconhecimento: “O Instituto é acatado mesmo fora do Imperio, donde lhe tem vindo remetidas por seus autores, obras de escriptores estrangeiros; e no paiz, as suas decisões sobre questões juridicas, são ouvidas, attendidas e citadas; os escriptores do nosso direito lhe remetem as suas obras, e alguns Institutos as suas *Revistas*”. Cf. *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870. p. 148.

finalmente equipara a data de confecção das atas com a atualidade da publicação. Até essa ocasião, o Instituto se valeu diversas vezes daquelas outras folhas diárias da Corte já citadas *supra* para divulgação desses registros, dado o caráter mais noticioso desses documentos, que não retiravam a utilidade da própria *Revista* do Instituto se publicados em outros periódicos. A iminência de publicação alterou a própria dinâmica das reuniões e das atas, que se tornaram mais longas e mais detalhadas a partir da década de 60. É o resultado de preocupação expressa do Secretário do Instituto à época, que chega a solicitar aos oradores que proferissem seus discursos com vistas à posterior conversão em ata<sup>609</sup>, a ponto de alguns associados pedirem o adiamento da discussão para retornarem na semana seguinte com o discurso escrito para leitura e eventual divulgação.

Essa seção não foi dotada, contudo, de absoluta completude, sendo possível enumerar diversos hiatos entre conferências durante o arco temporal analisado cujas atas não tenham sido divulgadas na *RIOAB*. Há, todavia, um caso célebre de omissão que demonstra a relativização da falta de “pudor” da comissão de redação em publicizar as atas diante da necessidade de preservar a memória do Instituto dos episódios que desabonassem sua reputação e harmonia: a polêmica que envolveu a renúncia à Presidência por Teixeira de Freitas, em 1857. A controvérsia teve origem em divergência do jurisconsulto em relação à decisão coletiva tomada pelo Instituto diante de questionamento levantado por Caetano Alberto Soares a respeito da concessão de alforrias condicionais<sup>610</sup>.

A questão, omitida do periódico institucional e subtraídas do arquivo<sup>611</sup>, vai parar nas páginas da imprensa em geral, onde as atas já eram habitualmente divulgadas, mas ganha

<sup>609</sup> Cf. Ata da conferência de 28 de julho de 1864, em que o Secretário Luiz Alvares de Azevedo declara ter dificuldades de tomar nota de todos os argumentos aventados nas discussões, por isso pede que quem tomasse a palavra ao final apresentasse um resumo. *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870. p. 183. Mais de uma vez se percebeu, também, que os associados pediam o adiamento da discussão para que retornasse com um discurso pronto a ser lido, que depois ia publicado nas folhas diárias como forma de promoção do Instituto ou do próprio orador.

<sup>610</sup> A questão proposta por Caetano Alberto Soares no início de outubro de 1857 versava basicamente sobre o destino dos filhos de escravas forras que nascessem enquanto a sua mãe ainda estivesse submetida a obrigação de servir alguma pessoa por testamento. A ata em que a questão foi proposta pode ser conferida em: *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 272, pp. 1-4, 6 out. 1857, p. 1. A discussão se arrasta pelo resto do mês e em 12 de novembro é finalmente decidida, após intenso debate em que se opuseram o autor da pergunta e Urbano Sabino contra Teixeira de Freitas, que propugnava pela negativa da resposta. Decidiu-se, então, “que as escravas deixadas forras em testamento com obrigação de prestarem serviços a alguma pessoa, enquanto esta for viva ou durante certo espaço de tempo, tendo filhos durante o prazo em que são obrigadas a prestar serviços, esses filhos são livres; 2.º que não são esses filhos obrigados a prestar serviços”. Cf. *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 311, pp. 1-4, 15 nov. 1857, p. 1. A posição final do Instituto sobre a questão é publicada em 1862, no primeiro número do primeiro volume da *Revista*, sem qualquer menção à divergência. Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 1, pp. 27-28.

<sup>611</sup> Não são publicadas as atas correspondentes ao intervalo de final de agosto (quando se encerra a publicação do terceiro volume em 1865) e novembro de 1857 (quando é retomada a publicação de atas no quarto volume de 1867), período correspondente à discussão da polêmica, proposta em sessão de 8 de outubro de 1857. Todavia,

especial notoriedade pela divulgação no *Correio Mercantil* da carta endereçada por Teixeira de Freitas ao Instituto com a sua renúncia do posto de Presidente. Na carta, pedia para não ser interpretado como “orgulhoso, immodesto e intolerante”, mas não via no caso um desrespeito à opinião alheia, pois “a certeza não é o mesmo que a duvida. Se me negardes o brilho do sol, eu não direi que tendes uma opinião, direi que sois cegos”<sup>612</sup>. Como Presidente da corporação, considerava ter o dever de representá-la, posição que não lhe convinha, pois preferia ser apenas membro e assim estar livre para protestar quando sua opinião divergisse da maioria. Encerra oferecendo ao Instituto quantia em dinheiro para ser aplicada à fundação da sua biblioteca, recomendando a compra de um exemplar do *Corpus Juris*, tão citado ao longo de seu discurso como objeto de desconhecimento por parte dos seus colegas, recomendando que se tornasse “a fonte vital, onde devemos beber sempre e sem descanso”<sup>613</sup>.

Exatos trinta e um anos depois, em 6 de outubro de 1888, a questão volta à baila e é publicada em ata uma versão do Instituto sobre o caso. A essa altura, a abolição já havia sido decretada e os parlamentares se viam às voltas com a discussão de eventual indenização dos proprietários. Ante a adoção por parte do Instituto de posição contrária à indenização, em sessão da Câmara dos Deputados um representante da província de Recife, Antonio Coelho Rodrigues, divergindo da posição do IAB, relembra a oferta do finado Teixeira de Freitas de forma irônica. José da Silva Costa, então secretário, oferece um “historico da alusão” do deputado aos novos membros em conferência do Instituto minimizando a importância do ocorrido e reprovando a ousadia do parlamentar, que “ professor em a Faculdade do Recife, julga-se com autoridade para dar lições ao Instituto”<sup>614</sup>.

Fechado esse parêntesis sobre uma das pontuais e curiosas omissões das atas do Instituto, retoma-se o material efetivamente publicado na *Revista*, fonte de outras tantas reflexões. Para esta sede, são oferecidas algumas estatísticas interessantes para pensar a atividade científica do Instituto. Nas atas publicadas durante esses vinte e seis anos, foram identificados 156 questionamentos levantados pelos sócios, número muito superior às questões que efetivamente foram transformadas em decisões coletivas e publicadas na *Revista*. Isso porque algumas não passavam de meras dúvidas pontuais do foro, não suscitando maiores reflexões científicas, sendo resolvidas de imediato no debate entre os membros.

---

estas mesmas atas não eram difíceis de encontrar, já que estão publicadas no *Diario do Rio de Janeiro* daquele ano, edições de outubro, n. 271 e seguintes.

<sup>612</sup> Cf. *CORREIO MERCANTIL*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 289, 22 out. 1857. p 2.

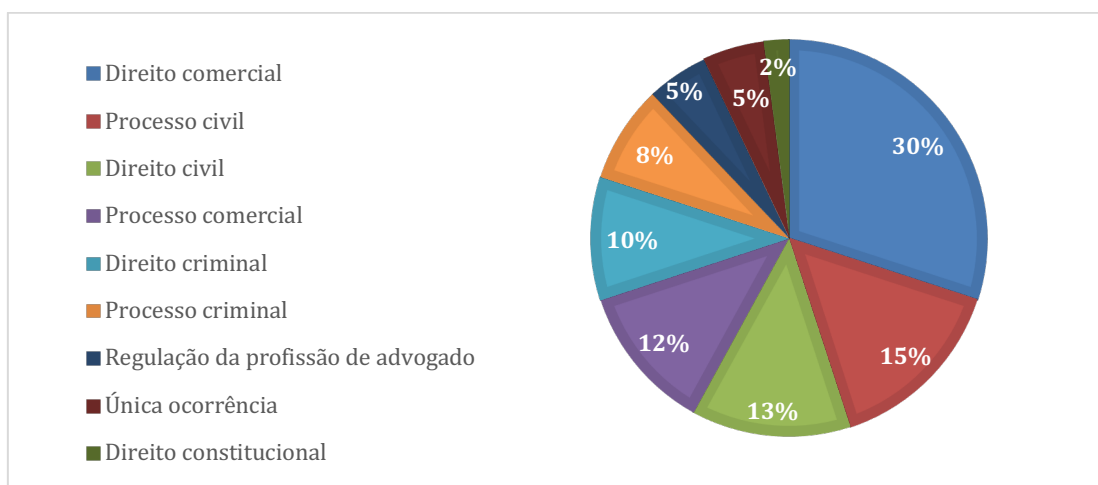
<sup>613</sup> Cf. Id.

<sup>614</sup> Cf. *RIOAB*, v. 12, n. 1, 1888. p. 232.



Além disso, as atas publicadas remontavam desde a fundação do Instituto, que é vinte anos anterior à criação do periódico, o que torna inevitável a existência de material excedente em relação a uma publicação tardia. Não há que se negar, todavia, que a seleção era regida também por políticas editoriais que gozavam de discricionariedade para atribuir maior importância a algumas matérias em detrimento de outras. Transformando esses números em representação gráfica, percebe-se novamente a preponderância do direito comercial como maior foco de dúvida entre os membros, igualmente verificada entre as decisões coletivas publicadas. Aqui, entretanto, saltam em importância também matérias relativas ao direito processual, de todas três jurisdições, reflexo, já sugerido, de demandas provenientes cotidiano forense.

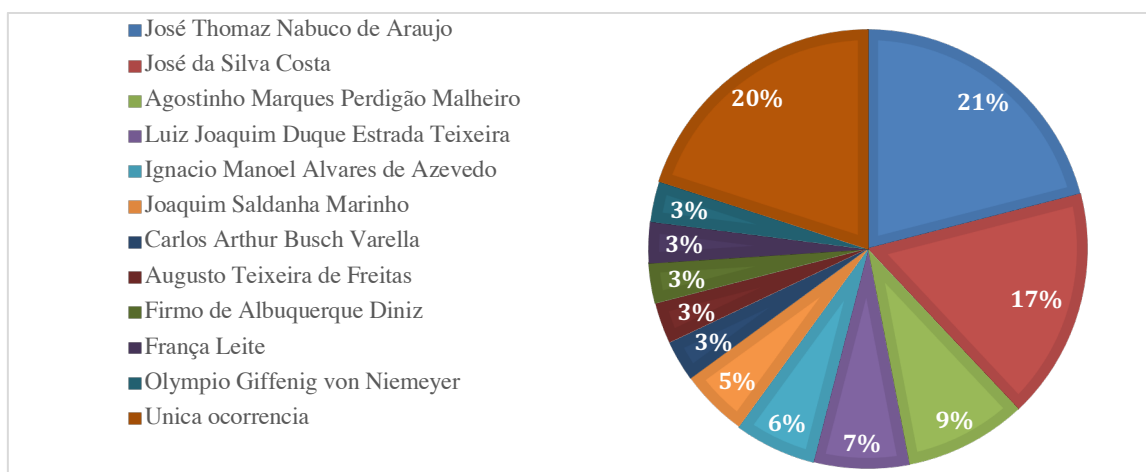
Gráfico 9 – Distribuição das questões levantadas pelos sócios em razão da matéria



Fonte: produção da própria autora, 2018.

Outras reflexões podem ser extraídas do balanço sobre os membros mais ativos na proposição de questionamentos:

Gráfico 10 – Distribuição das questões levantadas pelos sócios em razão do proponente



Fonte: produção da própria autora, 2018.

Maior destaque assume o sétimo presidente José Thomaz Nabuco de Araújo por ter iniciado sua gestão com o obstinado propósito de dar notoriedade e fôlego ao Instituto, a fim de torná-lo digno de receber a atenção do Poder Legislativo e ver atendidas suas históricas demandas de institucionalização da Ordem. Para tanto, já na terceira reunião de seu mandato distribui mais de 30 questões a sócios distintos convidando-os a elaborar memórias para serem na sessão aniversária do Instituto ou publicadas na *Revista*. Nabuco teve o mérito de ser um incentivador de debates, mas não foi responsável efetivamente por reduzi-las a texto, ao passo que José da Silva Costa – o já mencionado mais longo secretário do Instituto – e o sexto Presidente Perdigão Malheiro tiveram o mérito de reunir essas duas virtudes. Como visão panorâmica sobre o conjunto, esses breves acenos bastam. A partir de agora inicia-se exame mais acurado sobre algumas temáticas selecionadas.

#### 4.3 A LUPA HISTORIOGRÁFICA: ANÁLISE QUALITATIVA DE TEMAS SELECIONADOS

De uma análise geral das publicações no trentênio estudado, numericamente – a parte a divisão genérica em ramos do direito – nenhuma temática predominou de forma absoluta nas discussões do Instituto, ante a enxurrada de pequenos questionamentos trazidos do diversificado cotidiano forense. É por isso que a escolha dos temas a receberem maior foco neste capítulo não foi presidida por critérios de representatividade quantitativa, mas do seu vigor político e da perenidade com que, desde a fundação até o fim do marco temporal, retornaram de um modo de outro às páginas da *Revista*.

Todos os quatro temas escolhidos, – (i) questões envolvendo a escravidão e a abolição; (ii) a necessidade de codificação das leis civis; a (iii) organização da Ordem dos Advogados do Brasil – também atravessaram as páginas de tantos outros impressos oitocentistas, além dos anais do Parlamento, e nenhuma delas é novidade para a historiografia do império; todavia, vêm aqui lidas pela especial perspectiva de uma classe, a partir da cronologia de seu periódico.

As temáticas foram enfrentadas seja nas decisões coletivas tomadas em plenário, nos trabalhos monográficos dos sócios publicados sob a forma de discursos ou textos doutrinários, como em atas avulsas colhidas em todos os volumes da *Revista*, gêneros literários diversos que demonstram, cada um a seu modo, esforços e tentativas e de conformar o direito em processo de consolidação e nacionalização no Império a partir de interesses políticos que oscilaram e remodelaram a técnica jurídica no Oitocentos. Por certo, nem sempre essas discussões tiveram o êxito de serem ouvidas e acatadas nas instâncias políticas e judiciais a que se direcionavam –

que eram frequentadas por muito dos membros do Instituto – mas constituíam um acervo relevante para os juristas do Império e se apresentam como observatório privilegiado para o pesquisador contemporâneo conhecer essas discussões.

#### 4.3.1 “O cancro que nos corroe a sociedade”: os debates que envolveram a escravidão (antes e pós-abolição) no Brasil

Será sempre a honra do Instituto dos Advogados poder dizer que a série dos seus primeiros presidentes (como mais tarde os que se lhes seguiram, Nabuco e Saldanha Marinho), Montezuma, Carvalho Moreira, Caetano Alberto Soares, Urbano Pessoa, Perdigão Malheiro, quando ainda fora não se tratava da emancipação, foi toda de abolicionistas. Numa época em que o princípio da escravidão era acatado por todos como um mistério sagrado, aqueles nomes representa o protesto solitário do direito<sup>615</sup>.

É figurinha carimbada da historiografia oitocentista a menção elogiosa de Joaquim Nabuco aos presidentes e integrantes do IAB, dentre os quais figurava seu pai, com o aceso tom laudatório que marca a sua narrativa, voltada a privilegiar a atuação de juristas e parlamentares no processo de abolição. Compulsando as páginas da *Revista*, todavia, desde a primeira alusão ao tema, salta aos olhos o quanto esse festejado abolicionismo fora temperado e relativizado nos discursos dos advogados do Instituto, oscilando entre a defesa apaixonada de princípios jurídico-filosóficos e argumentos cristãos de repúdio à escravidão e a ponderação das “circunstancias historicas” que impunham uma abolição lenta e gradual.

Não à toa, o primeiro a manifestar no Instituto que a escravidão “era um mal em si considerada”, conforme os registros publicados na *RIOAB*, dois anos após a fundação da casa, em 1845, é um jurista sacerdote: Caetano Alberto Soares<sup>616</sup>. Com o título: “melhoramento da sorte dos escravos no Brasil”, o segundo Presidente da associação, bem a gosto dos homens católicos do Oitocentos, propunha um “melhoramento á que se encaminham desejos de todos os homens filantropos, sem exageração, animados da caridade christã, e amigos verdadeiros do genero humano”<sup>617</sup>. Esse discurso inaugural serve como um bom prenúncio do tom com que a discussão seria conduzida nos anos seguintes: reconhecimento unânime do mal que representava a escravidão, mas numerosas ressalvas quanto à conveniência da abolição.

<sup>615</sup> Cf. NABUCO, 1997, p. 697.

<sup>616</sup> Nascido em Portugal, onde cursou direito pela Universidade de Coimbra, atuou como vigário geral antes de mudar-se para o Brasil, em razão das perseguições políticas sofridas na Corte Portuguesa por suas ideias liberais a partir de 1828. Destelado do Atlântico, abandonou as funções eclesiásticas para se dedicar somente à advocacia, tornando-se o terceiro Presidente do IAB em 1852. Cf. BLAKE, 1893, pp. 2-3.

<sup>617</sup> Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 4, 1862, p. 228.

Caetano Alberto limitava-se “(por agora) a proporcionar-lhes” [aos escravos] – em tom nitidamente paternalista – “alguns sorvos de consolação em seus longos tragos de sofrimento, grangear-lhes mão protectora e beneficente no quase abandono e na miséria, em que rojão desvalidos”<sup>618</sup>. Defendia, por isso, que a política de emancipação não poderia ser adotada que não de forma controlada e gradual, pois “a abolição total da escravidão, feita de xofre e forçadamente entre nós, traria inevitavelmente consigo a destruição de todas as fortunas, a ruína inteira da agricultura, e o regresso mesmo na estrada da civilização”, preferindo uma “abolição gradual, e sem transtorno das fortunas e da ordem publica, e sem ofensa dos direitos legalmente adquiridos”<sup>619</sup>.

Para além da defesa do sacrossanto direito à propriedade, um outro argumento – extrajurídico – era invocado para justificar essa postura cautelosa: a fraqueza moral dos escravizados – sendo inútil “e prejudicial aos próprios escravos por semelhante modo emancipados, e cuja felicidade e perfeição não pode consistir na cassação do trabalho, e sim na aquisição das virtudes moraes e sociaes”<sup>620</sup>. Afirmava ser “mister prepara-los, melhorar seus hábitos, seus costumes, suas inclinações, suas ideias em fim moraes e religiosas” antes de adotar tão drástica medida. É a reafirmação de uma filosofia propalada pelos escravistas desde o período colonial e que adentra o século XIX pela voz de *ilustrados* juristas, convencidos que ainda eram de estar cumprindo um papel civilizador em relação à população africana<sup>621</sup>.

Mas para além dos arroubos eloquentes pronunciados na tribuna do Instituto em sessões aniversárias e comemorativas, a questão retorna de modo mais profundo em debate proposto pelo mesmo orador durante sessões ordinárias do Instituto, com foco muito mais jurídico em relação ao tema, cuja decisão coletiva transformada em texto é escolhida para inaugurar a seção doutrinária da *Revista* no primeiro número de 1862. Cinco anos antes, Caetano Alberto Soares propusera o famigerado questionamento que redundou no afastamento de Teixeira de Freitas da Presidência do Instituto, acerca da condição de liberdade e da obrigatoriedade de prestar serviços dos eventuais filhos de escravas libertas em testamento com

---

<sup>618</sup> Qualquer proposta devia respeitar as circunstâncias históricas do país. Àquela altura, tinha em vista sobretudo o descontentamento da classe proprietária ante a promulgação da Lei Aberdeen, na Inglaterra, em 8 de agosto de 1845, medida que considerava lícito o apresamento de qualquer embarcação empregada no tráfico, conforme proposta do Ministro do Exterior, Conde Aberdeen. Por isso censurava a interferência estrangeira, em particular da Grã-Bretanha, com suas “bellas theorias de total e pronta abolição”. Cf. Ivi, p. 194.

<sup>619</sup> Cf. Ivi, p. 227.

<sup>620</sup> Cf. Ivi, p. 224.

<sup>621</sup> Sobre a moderna construção do pensamento científico europeu e americano baseada na noção de raças e na desigualdade entre elas como forma de naturalizar hierarquias sociais, cf. MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. pp. 351-391.

ônus de servir<sup>622</sup>. A questão já introduzida em seções anteriores suscitou verdadeira querela entre os associados, que divergiam quanto à interpretação das tradições romanistas a serem aplicadas ao caso. O proponente opinava que os filhos nascidos naquelas circunstâncias eram livres, ao passo que Teixeira de Freitas defendeu até as últimas consequências que eram escravos do herdeiro ou legatário, pois só depois da morte dele a mãe deixaria de ser escrava.

Mesmo diante de tamanha controvérsia, Teixeira de Freitas insistia no caráter técnico e científico da discussão, como se fosse mero silogismo necessário da leitura dos dispositivos do *Corpus Juris* – cuja aquisição o orador recomendara e até oferecera ao Instituto – diante do qual a divergência de Caetano Alberto era decorrência da sua embriaguez pelo “forte licor da liberdade, que na ordem política tantas calamidades ha causado”<sup>623</sup>. Considerava a questão, em sua tecnicidade sob as leis romanas, mais clara que o “brilho do sol”: “tudo é natural, tudo é de rigor, não tenho feito mais do que aplicar princípios, do que lembrar-vos verdades, umas axiomáticas, outras perfeitamente demonstradas, que a sabedoria dos séculos tem enthesourado, e que formão hoje o corpo de doutrinas, que se chama Sciencia do Direito”. Considerava, por isso, uma honra ser chamado *romanista*, pois “nas leis e doutrinas do direito romano está depositada toda a filosofia do direito” e repudiava a invocação seletiva dessas disposições, ora como “relâmpago de inspiração” e “fóco de luz”, ora como “legislação de bárbaros”<sup>624</sup>.

O instituto optou pela relativização de alguns institutos chegando à conclusão mais favorável aos escravos, invocando para tanto o princípio das Ordenações Filipinas (L. 4º, Tit 11 §4º) de que “em favor da liberdade são muitas cousas outorgadas contra as regras de Direito”<sup>625</sup>. A escolha foi justificada juridicamente pelo entendimento de que o testador deixa

---

<sup>622</sup> A questão é proposta em 8 de outubro de 1857 nos seguintes termos: “sendo muito usual entre nós deixar qualquer em seu solemne testamento escravos forros com obrigação de servirem alguma pessoa, enquanto esta fôr viva, ou por certo prazo de tempo; e não menos frequente deixar os escravos para servirem temporariamente a alguém, e se lhes dar a carta de liberdade, findo esse prazo; pergunta-se: 1.º Na primeira hypothese, se for escrava e tiver filhos durante o tempo em que era obrigada a prestar serviços os filhos serão livres ou escravos? Se escravos, a quem pertencerão? 2.º Na segunda hypothese, e verificadas as mesmas circumstancias, terá lugar a mesma decisão, ou diversa? E resolvendo-se que os filhos nascidos nesse intervallo são escravos, de quem o serão? 3.º Se os serviços forem deixados a pessoa certa por tempo limitado, poderá essa pessoa transferir a outrem esses serviços? 4.º Se fallecer o usufructuario durante o prazo em que o escravo deveria prestar-lhe serviços até findar o prazo marcado? E nesse caso, a quem deverão ser prestados? 5.º Se fôr escrava e tiver filhos nascidos nesse prazo, qual a condição destes, e a que serão obrigados?”. Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862. pp. 27-28. As duas hipóteses do preâmbulo foram compreendidas como situações diversas – entendimento do qual também divergiu Teixeira de Freitas – pois na primeira a escrava ficava desde logo por morte do testador no gozo do direito de liberdade, somente com o ônus de prestar serviços por certo tempo; enquanto na segunda a escrava ficava com o gozo da liberdade dependendo do tempo marcado, e se a este prazo ela sobrevivesse. Teixeira de Freitas, cujo nome não aparece na decisão coletiva do Instituto, divergia desse raciocínio por compreender que servir como escravo e ser escravo eram sinônimos, pois a obrigação de servir é incompatível com a liberdade.

<sup>623</sup> Cf. *CORREIO MERCANTIL*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 289, p. 1-4, 22 out 1857. p. 1.

<sup>624</sup> Cf. *Id.*

<sup>625</sup> Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 1, 1862. pp. 29-30.

“dous legados diversos, um da liberdade ao proprio escravo, e outro do usufructo dos serviços deste por certo tempo”. Teixeira de Freitas discorda do que considerou um falso aspecto da teoria do usufruto, pois sendo o usufruto um direito real na coisa alheia, faltava no caso em tela o proprietário. Se o herdeiro ou legatário eram usufrutuários, só restaria ao escravo ser proprietário de si mesmo, que não poderia sê-lo justamente por sua condição de “coisa”, ao que replicava: “se quereis que o escravo seja pessoa, acabai com a escravidão. Se quereis a escravidão, o escravo será cousa”<sup>626</sup>.

Sob o raciocínio de Teixeiras de Freitas, legítimo proprietário era o herdeiro ou legatário, detentor de uma propriedade limitada *quoad tempus* por uma condição suspensiva, dada a incerteza do termo final, condicionado à morte do herdeiro ou legatário ou ao prazo fixado no testamento. Ainda sob interpretação do direito romano, considerava o escravo libertado em testamento sob condição um *statu-liber*. Apoiando-se na leitura de fragmento do *Corpus Iuris* atribuído a Ulpiano (Tit. 2º §2º), afirmava que, enquanto pendesse a condição, o estadolivre era escravo do herdeiro: “*statu-liber, quandiu pendet conditio, servus heredis est*”. Desse modo, a liberdade dada *a prazo* ou *sob condição*, não começa senão quando o prazo finda, ou a condição se cumpre. Concluía, portanto, que não havia como negar que “servir como escravo e ser escravo são sinônimos”, consideração admitida como “triste verdade, mas é a verdade”<sup>627</sup>.

Já o Instituto, quase por unanimidade dos votos presentes, entendeu que, tanto a escrava alforriada em testamento, ainda que obrigada a servir por certo tempo, era livre, contando apenas com ônus de servir; quanto à escrava deixada em legado para servir a alguma pessoa por certo tempo, findo o qual seria liberta, também aproveitava a liberdade desde logo, de modo que os eventuais filhos de ambas já nasciam livres, pois vindos de ventres livres, não estando obrigados a prestar serviços como escravos nem mesmo durante o tempo em que a mãe fosse obrigada a prestá-los.

É compreensão de certo modo progressista, mas de fato baseada na ficção jurídica de que alguém podia ser considerado livre e mesmo assim carregar o ônus de servir. E não podia ser mais diversa da conclusão de Teixeira de Freitas: em insistindo na condição de escravas da mãe – já que liberdade e obrigação de servir eram incompatíveis – equiparava-as a coisas e, assim, aos animais, cujos produtos e crias eram frutos naturais, de modo que igual raciocínio se aplicava aos seus filhos, considerados também escravos. A decisão do Instituto, apesar de

<sup>626</sup> Cf. *CORREIO MERCANTIL*, op. cit., p. 2.

<sup>627</sup> Cf. Id.

assinalar uma pequena vitória em relação à condição jurídica dos escravos, não colocava em xeque a própria instituição da escravidão sob o prisma jurídico, apenas aparava suas arestas e manejava alguns conceitos jurídicos em prol de uma interpretação mais branda.

Nova discussão é suscitada por Agostinho Marques Perdigão Malheiro, antes de se tornar Presidente, no ano de 1859, sobre circunstância muito comum na vida privada das famílias do Império: a concepção de filhos de senhores com suas escravas. O jurista então questiona: “o filho que houver de sua propria escrava é livre não obstante a condição da mãe? Se o filho for de outrem, mas se o senhor se casa com essa escrava ao tempo em que o conserve em seu poder, fica livre?”. E levava a questão a um ponto ainda mais problemático, quanto à possibilidade de os senhores escravizarem seus filhos: “pode alguém ter em captiveiro seu filho ou descendente; pae, mae ou ascendente e ou qualquer outro parente? Ou dando-se caso que isto se devesse verificar por qualquer modo, ficam de direito livres taes escravos?”. Os questionamentos surgem a partir de diversas ocorrências em processos de inventario, em que advogados e juízes se deparavam com a situação esdrúxula de um “orphão herdeiro filho do inventariado com a sua própria escrava e ser a mãe do herdeiro partilhada ao proprio herdeiro”<sup>628</sup>.

Interpretando dispositivos das Ordenações Filipinas, o proponente se posiciona no sentido de que devia ser vedado ao pai ter seu filho como escravo, entendendo que o filho que o senhor tem de sua própria escrava adquire tacitamente pela lei a sua liberdade. Se fosse aceito que um pai tivesse seu filho como escravo, acabaria-se por contrariar “lei expressa de direito romano” que proibia ao pai vender, hipotecar e alienar o próprio filho, tornando-o proprietário de uma propriedade da qual não pode dispor. Em conformidade com esse entendimento, ficou decidido que o filho que o um Senhor houvesse de sua própria escrava seria livre, não obstante a condição da mãe<sup>629</sup>. Todavia, ressalva foi feita quanto ao filho havido de escrava alheia, podendo este permanecer como escravo. Novamente, a questão era apreciada em termos do direito de propriedade, ao qual não se opunham obstáculos determinantes.

Três anos depois, já após ter completado seu primeiro ano como Presidente do Instituto, no discurso da sessão magna de 1862<sup>630</sup>, Perdigão Malheiro ascende à tribuna sugerindo que o assunto fosse estudado com mais vagar pelo Instituto, em razão do estado estacionário da legislação do Império sobre o tema, muito trascurada na primeira metade de século após a Independência. Considerava a matéria carente de urgentes emendas, tanto no que

<sup>628</sup> Cf. *RIOAB*, v. 4, 1867, n. 2, p. 414-416.

<sup>629</sup> Cf. *Id.*

<sup>630</sup> Cf. Ata da sessão de 7 de setembro de 1862 em *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870. p. 149.

se referia à legislação criminal – “a morte e os açoites perseguem o escravo; os recursos lhe são denegados”<sup>631</sup> – quanto à legislação civil, que ainda flutuava “no vago e indefinido”. Desse balanço sobre a regulação da disciplina, faz importante *mea culpa* sobre o formalismo exacerbado de seus colegas, considerando uma “ficção de direito” que o escravo fosse considerado coisa, já que não o era por sua natureza. Conclamava os colegas a assumirem a tarefa de “estudar essa matéria, fixar a sua teoria”, pois “enquanto as circunstancias do paiz não permitem a abolição completa, seria digno dele [o Instituto] estudar os meios e providencias para melhorar o seu estado”. Nem mesmo o mais ousado dos oradores se atrevia, àquela altura, de propor a abolição imediata.

Na semana seguinte é proposta nova questão para debate doutrinário no Instituto, cuja decisão é rapidamente convertida em relatório para publicação no periódico<sup>632</sup>. A dúvida envolvia versava sobre a penalidade aplicável a escravo que tivesse cometido delito e recebesse a manumissão em três momentos distintos: (a) antes do processo; (b) durante o processo; (c) após a sentença condenatória transitada em julgado. Decidiu-se que a emancipação nesse caso aproveitaria ao liberto na primeira e na segunda hipótese, mas não na terceira, não podendo, todavia, ser-lhe aplicada pena infamante a homem livre, cabendo o juiz fazer a respectiva comutação. A argumentação invocada, que muito fugia aos estreitos campos da técnica jurídica – afinal “desde os romanos assim foi sempre; e nossas leis, aperfeiçoadas pelo christianismo e civilização moderna não cessão de recommendar todo o favor á causa da liberdade” – não foi suficiente para remover a força e inalterabilidade do instituto de natureza mais definitiva dentro do direito: a coisa julgada. Com temperos e reticências, de todo modo, nova querela era decidida contra as excepcionalidades restritivas de direitos do regime jurídico aplicado aos escravizados.

No ano seguinte, Perdigão Malheiro retorna à tribuna para erguer sua “fraca voz em bem da extinção da escravidão”<sup>633</sup>. Esta era a sede em que, sentindo-se mais isentos das

<sup>631</sup> A já citada, no capítulo anterior, Lei n. 4, de 10 de junho de 1835, determinava as penas com que deviam ser punidos os escravos, que matassem, ferissem ou cometessem outra qualquer ofensa física contra seus senhores Cf. BRASIL, 1835.

<sup>632</sup> A questão proposta por João da Rocha Miranda foi decidida em conferência de 4 de dezembro de 1862, cf. *RIOAB*, v. 4, n. 1, 1867, p. 147. A decisão foi publicada no primeiro fascículo do ano seguinte, na seção de “Decisões do Instituto”, sob a ementa: “Se a um escravo que tenha cometido um delicto, fôr conferida a liberdade antes de ser processado, ou na pendencia do processo respectivo, ella lhe aproveita para ser processado e punido, não como escravo, mas como livre. – Sendo, porém, conferida depois de sentença que passasse em julgado, não; excepto se a pena é daquellas inapplicáveis, por infamantes, a homem livre. – Neste ultimo caso o Juiz deve fazer a respectiva comutação”. Cf. *RIOAB*, v. 2, n. 1, 1863. pp. 3-7.

<sup>633</sup> O discurso é publicado sob o título: “Illegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo. Natureza de tal propriedade. Justiça e conveniencia da abolição da escravidão; em que termos” em *RIOAB*, v. 2, n. 3, 1863. pp. 134-152. O pronunciamento tornou-se o prefácio da sua obra consagrada *A Escravidão no Brasil*. Vale destacar, entretanto, que seu biógrafo informa que a obra não foi tão bem recebida pelo Instituto, que não lhe deu abertura para fazer a leitura do texto perante a casa, a pretexto de que iria “desagradar uma vontade augusta”. Cf. AZEVEDO CASTRO, 1883, p. 32.



amarras do formalismo que permeavam os debates doutrinários, os associados atacavam mais diretamente a existência mesma da escravidão, “cancro que nos corroe a sociedade”<sup>634</sup>, valendo-se dos argumentos mais variados – que iam da filosofia à religião, da história ao direito estrangeiro – de que poderiam se socorrer juristas eloquentes. Com esse arcabouço, Perdigão defendeu em termos sistemáticos a ilegitimidade da propriedade sobre o escravo e a natureza fictícia desse tipo de construção jurídica – posição que já não era novidade em seus discursos – mas fraquejou na defesa da abolição ao tolerar a escravidão como obra da “omnipotencia legislativa” que não poderia ser negada, e propor sua extinção gradual a partir da decretação do ventre livre<sup>635</sup>. Desse modo “os que se achão constituídos em escravidão continuarião nella, até que pela morte e pelas manumissões regulares se extinguisse nelles esse cancro da Sociedade Brasileira: o que por certo seria obra para muitos annos”<sup>636</sup>.

Uma vez mais antes de comunicar sua renúncia do cargo, o orador retoma a palavra em sessão comemorativa, desta vez na abertura do 23º ano do Instituto, para enfrentar o tema sob viés muito mais dogmático, propondo-se a responder: (a) “quaes os direitos dos patronos em relação á pessoa e bens dos libertos”; e (b) “se é licita a revogação da alforria por motivo de ingratidão”. A discussão envolvia o debate, não inédito na literatura jurídica – destaca-se, periódica<sup>637</sup> – oitocentista, acerca da vigência do título das Ordenações Filipinas relativo “as doações e alforrias que se podem revogar por causa da ingratidão”<sup>638</sup>.

O orador considerava inadmissível “no estado atual do Direito e das ideias” a revogação da alforria por ingratidão; e ainda mais inadequada a ficção de que os antigos senhores – patronos – ainda mantivessem direitos sobre os libertos. Em que pese a disposição não tivesse sido expressamente excluída do ordenamento, “com as tendências da abolição de nosso século, essa lei se deve ter por obsoleta, e caduca; derogada pelas leis posteriores, pelas ideias do século, pelos nossos costumes, pelo progresso e civilização actual”<sup>639</sup>. Compreendia que caducidade de uma lei poderia ser provocada não só por ato de igual natureza, mas “basta

<sup>634</sup> Cf. *RIOAB*, op. cit., p. 135.

<sup>635</sup> Lei que cristaliza essa ideia e consubstancia e dá uma sobrevida às ideias conservadas para a reforma da escravidão é aprovada somente em 1871, cujo processo legislativo é discutido em: LAIDLER, Christiane. A Lei do Ventre Livre: interesses e disputas em torno do projeto de “abolição gradual”. *Revista Escritos da Casa de Rui Barbosa*, n. 5, pp. 169-205, 2011.

<sup>636</sup> Cf. *RIOAB*, v. 2, n. 3, 1863. p.152.

<sup>637</sup> As mesmas conclusões a que chega Agostinho em seu discurso, Teixeira de Freitas já defendera 20 anos antes em breve artigo publicado na *Gazeta dos Tribunaes*. Impressiona por ser posição contrária à literalidade das tradições romanistas, que o jurista já demonstrara, em episódio discutido neste trabalho, muito estimar. Cf. TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. Será actualmente revogavel a alforria por causa de ingratidão? *Gazeta dos Tribunaes*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 15, p. 1-4, 28 fev. 1843e. p. 1-2.

<sup>638</sup> É a denominação título 63 do Livro 4 das Ordenações Filipinas, que pode ser conferido na já citada edição: PORTUGAL, 1870.

<sup>639</sup> Cf. *RIOAB*, v. 3, n. 1-3, 1865. p. 66.

que o Direito superveniente seja tal, que com ella não possa coexistir na devida harmonia, dando lugar a contrasensos, a opposições, a decisões repugnantes”<sup>640</sup>. Em um momento de tamanha confusão legislativa, doutrinária e consuetudinária em matéria civil, a vigência ou ineficácia de quaisquer dispositivos era muito mais um exercício interpretativo do que uma declaração de autoridade.

De todo modo, com o seu afastamento da presidência, mesmo que estivesse longe de ser considerado um abolicionista radical, o tema foi um pouco esquecido nas discussões do Instituto, não sendo prioridade para nenhum dos seus sucessores. Por conta disso, retorna às páginas da *Revista* de maneira tímida somente cinco anos depois, em um registro breve por ocasião dos cumprimentos às autoridades imperiais após o término da Guerra do Paraguai. O Instituto, como de praxe, envia felicitações ao Imperador “pela gloriosa terminação da guerra”, com os habituais protestos de estima e adulação, agradecendo a “Vossa Magestade Imperial pelo grande exemplo de constância e patriotismo que nos deu”<sup>641</sup>.

O que interessa do episódio, todavia, foi a menção honrosa enviada ao Conde d’Eu, genro de D. Pedro e comandante-em-chefe da Guerra, celebrando “o serviço heroico esse que Vossa Alteza prestou ao Brasil”. O ponto que chama atenção não diz respeito aos louros pela vitória militar, e sim pela conquista diplomática de obter “a carta assignalada, pela qual Vossa Alteza conseguiu do Governo provisório do Paraguay a abolição da escravidão nessa terra”. A iniciativa “inspirou duplo, e indisível entusiasmo ao Instituto”, que “pela voz dos seus Presidentes tem sempre propugnado pela causa da emancipação, causa santa e irresistível: santa porque é a causa do Evangelho, irresistível porque é a causa da civilização, cuja pressão não pode deixar de influir sobre uma nação isolada do mundo cristão”.<sup>642</sup>

Àquela altura, de fato, caminhava a passos largos para se tornar “causa irresistível”, com o fortalecimento em vários âmbitos – institucionais ou mobilizados pela própria sociedade civil – do movimento abolicionista; mas o silêncio do Instituto, inserido nesse cenário efervescente, se torna ainda mais estranho. Não só porque na década de 70 a *Revista* não foi publicada, mas sequer nas atas do Instituto há registros de discussões em sessões ou conferências. Quando volta a ser discutida em 1887, reaparece como um processo “feito e definitivamente julgado”, a que já não se podia contrapor nenhuma objeção, pois a escravidão estava “prestes a ser varrida da terra pela evolutiva reacção do direito”<sup>643</sup>. Assim introduzida

---

<sup>640</sup> Cf. Id.

<sup>641</sup> Cf. Ata da conferência de 15 de junho de 1870 em *RIOAB*, v. 8, n. 1, 1871-1880. p. 148.

<sup>642</sup> Cf. Ivi, p. 149

<sup>643</sup> Cf. *RIOAB*, v. 11, n. 1, 1887. p. 10.

como “causa ganha”, a questão retorna ao plenário a partir do debate proposto por José da Silva Costa em 5 de julho de 1887 a respeito das relações jurídicas dos sujeitos à condição servil, diante da Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885<sup>644</sup>.

A nova legislação, conhecida como “Lei dos Sexagenários”, fixava em sessenta anos a idade para além da qual cessaria a obrigação dos indivíduos até então obrigados a servir, momento em que se tornavam inteiramente livres. O proponente sugeria que essa lei tivera o condão de extinguir a escravidão e transformar os escravizados em *statuliber*, terminologia que já aparecera nas discussões do Instituto, retirada das tradições romanistas, e que correspondia aos indivíduos cuja liberdade era estabelecida preenchido um prazo ou condição<sup>645</sup>. Em que pese se tratasse de categoria declaradamente extraída do direito romano, sua interpretação era temperada em virtude das contradições de que o orador acreditava padecerem os textos romanos conhecidos em razão das interpolações – a “*Emblemata Triboniani*” – e alterações sofridas por obra dos compiladores encarregados por Justiniano para construir o *Corpus Juris*.

Para sustentar sua interpretação corretiva, invocava a Lei de 18 de agosto de 1768, que mandava admitir como subsidiário o direito romano e somente quando fosse conforme à “boa razão”, de acordo “com os codigos das nações mais modernas e civilizadas, em face desse direito”<sup>646</sup>. É por isso que compreendia que, se a estrutura exterior do instituto correspondia ao desenho romano de sua origem, “nos seus elementos anatomicos ha de necessariamente conformar-se com o plano arterioso da integração brasileira, harmonisando-se com o systema funcional do Imperio”<sup>647</sup>, não sendo, portanto, integral a equivalência entre o *statuliber* da legislação romana com o “estadolivre no Brazil”. Afinal, “o direito caminha, não surge para viver perpetuamente”<sup>648</sup>. Considerava, desse modo, pretender que o *statuliber* se definisse conforme a concepção romana uma condenação ao Brasil de adorar um “vazio idolo” e de “atavial-o com a roupagem desusada de tão afastados seculos”. A índole do direito moderno e as “criações archaicas de eras atrazadissimas”<sup>649</sup> não poderiam conviver àquela altura.

<sup>644</sup> Cf. BRASIL. Lei n. 3270, de 28 de setembro de 1885. Regula a extinção gradual do elemento servil. *Collecção das Leis do Imperio*. Rio de Janeiro, 30 set. 1885.

<sup>645</sup> A definição, atribuída a Paulo, era extraída do 1º fragmento do Livro 40, Título 7 do Digesto, intitulado “*De statuliberis*” nos seguintes termos: “*statuliber est qui statutam et destinatam in tempus vel conditionem libertatem habet*”, traduzidos por: “estadolivre é aquele a quem é concedida a liberdade para certo tempo ou sob certa condição”. Cf. BAPTISTA PEREIRA, João. Da condição actual dos escravos especialmente após a promulgação da Lei n. 3270 de 28 de setembro de 1885. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. p.6.

<sup>646</sup> A Lei de 18 de Agosto de 1879, “declarando a autoridade do Direito Romano, e Canonico, Assentos, Estylos e Costumes”, é publicada nos Aditamentos ao Livro III das Ordenações Filipinas. Cf. PORTUGAL, 1870.

<sup>647</sup> Cf. *RIOAB*, v. 11, n. 1, 1887. p. 18.

<sup>648</sup> Cf. *Id*.

<sup>649</sup> Cf. *Ivi*, p. 19.

Sob esse raciocínio, aceitava a definição de *statuliber* mas a traduzia para a linguagem jurídica pátria, ladeando-a das práticas, direitos, garantias e obrigações que a legislação brasileira assegurava. Enquanto o *statuliber* em Roma era um estado intermediário entre a escravidão e a liberdade; no Brasil esse estado era intermediário entre a liberdade resolutive e a plena. Considerava que a lei tivesse libertado os escravos, apenas retardando sua execução, não importando que a própria lei os tivesse denominado escravos, pois a denominação não caracterizava o ato, e sim a sua essência: “se a Lei de 1885 chama de escravo a quem escravo não é, nem um motivo juridico milita para que se respeite, com censuravel superstição, a incorrecta linguagem da lei”<sup>650</sup>, propondo outra nomenclatura que julgava mais precisa: *serviendos*. Essa interpretação é aprovada no Instituto, mas não de forma unânime<sup>651</sup>.

Outro associado, Baptista Pereira, insurge-se contra as conclusões do relatório e tenta argumentar na sessão, mas viu frustrada sua tentativa de convencer os colegas. Ele decide então publicar um manifesto em veículo alheio ao Instituto, como forma de publicizar sua “nota dissonante no câro unisono dos aplausos com que foi acolhida a memoria”<sup>652</sup>. O cerne de seu argumento era o de que, apesar de algumas concessões legais – “já por motivos de ordem política, já por sentimentos de humanidade, que vinham adoçar a sorte dessa classe infeliz” –, considerava muito longe de caracterizar uma situação jurídica para o *statuliber* deferente da do escravo. Essas benesses legislativas, a seu sentir, não alteravam a condição de incapacidade dos escravos, o que o levava a considerar a afirmação de que não havia mais escravos no Brasil um contrassenso jurídico, uma ilação a que a lei de 1885, que declarava vigente a escravidão, não permitia deduzir.

<sup>650</sup> Cf. Ata da conferência de 24 de setembro de 1887. Ivi, p. 337.

<sup>651</sup> A resolução fica aprovada nos seguintes termos: “1.º Que não existem escravos no Brazil, mas estadolivres; 2.º Que a obrigação de servir declarada na lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885, em relação aos estadolivres, depende, sob pena de immediata e insanavel nullidade, de ser feita a matricula com os precisos requisitos, entre os quaes: (a) o de ser exhibida procuração, quando requerida a matricula por procurador; (b) o de ser expressamente declarada a filiação. 3.º Que os estadolivres, não podem ser vendidos nem ser objecto de outro qualquer contracto – gratuito ou oneroso, principal ou accessorio, nem tambem de quasi contracto. 4.º Que adquirem bens e os transmittem por titulo hereditario. 5.º Que contractam com terceiro a prestação de serviços para indemnisação daquelle a quem os deva, prestado o competente assentimento. 6.º Que contrahem nupcias livremente. 7.º Que não exercem a profissão mercantil nem *munus* ou função civil, politica ou administrativa, porque os respectivos direitos, obrigações e onus envolvem incompatibilidade de facto com a prestação dos serviços a que são obrigados. 8.º Que, perante a jurisdição criminal, respondem pelas acções ou omissões voluntarias contrarias ás leis penaes que praticarem, livres das excepções odiosas referentes ao extincto estado de escravidão (art. 14 §6 do Codice Criminal); e como autor por elle funciona o promotor publico ou qualquer do povo. 9.º Que perante a jurisdição civil litigam sob curatela official *propter fortuna injuriam*. 10.º Que na instrucção dos processos, a que são alheios, podem officiar como testemunhas e peritos, salva a contradicta, a contestação e a suspeição que lhes podem ser oppostas na fôrma da legislação vigente”. Cf. Ivi, p. 349-351.

<sup>652</sup> O autor escreve um opúsculo apresentando suas razões de divergência e o imprime na Imprensa Nacional. Cf. BAPTISTA PEREIRA, 1887. Na conferência de 3 de novembro de 1887, há registros de que o mesmo senhor fizera a remessa de 30 exemplares da impugnação que escrevera contra o relatório de Silva Costa. Cf. *RIOAB*, v. 10, n. 1, 1887. p. 359.

Acreditava, ainda, que o Instituto exorbitara em sua competência e usurpara as vestes do legislador com a decisão, pois não caberia a advogados, parte da “milícia togada”, criar a lei, e sim apenas explicá-la: “[o Instituto] legislou, com manifesta incompetência, e sob a impressão das paixões do dia, que podem emocionar uma assembléa politica deliberante, nunca uma sociedade de jurisperitos que se congregam para discutir pontos de doutrina e resolver controversias juridicas”<sup>653</sup>. Ante as graves acusações, o Instituto encarrega o próprio Silva Costa a responder Baptista Pereira, resposta que vai publicada junto ao seu relatório no volume seguinte da *Revista*, como forma de reafirmar a posição do Instituto e sua coesão institucional<sup>654</sup>.

No ano seguinte, depois de publicada a Lei Áurea e não restando mais dúvidas quanto à efetiva abolição da escravidão no país, o Instituto limita-se na primeira sessão do ano a registrar em ata “aplausos a promulgação da lei n. 3353 de 13 de maio de 1888 e o patriótico intuito que a dictou”<sup>655</sup>. Dali em diante, a última controvérsia sobre o tema em que se envolveu o Instituto dizia respeito à indenização dos serviços dos estadolivres, questionada por José da Silva Costa dois meses depois da edição da lei<sup>656</sup>. O Instituto posiciona-se contrariamente à atribuição dessa obrigação ao Estado, argumentando que ele exercera de modo legítimo seu poder soberano de legislar, o que tornava uma tal obrigação carente de causa. Essa é, evidentemente, uma demonstração de fidelidade e identidade com os propósitos do Governo Imperial, mesmo em detrimento dos proprietários, mas que não se configura de modo algum uma defesa em favor dos libertos.

Um tal desfecho é bastante sintomático das limitações do espírito progressista do Instituto em assuntos alusivos à escravatura. Ao fim e ao cabo, sua defesa era muito mais em favor dos direitos civis dos proprietários e manutenção da ordem pública do que uma real e incondicionada luta pelo fim do cativo e pela liberdade irrestrita. Ao menos é o que se depreende de toda a relutância que demonstraram ao longo desses anos de irem às últimas consequências de seus próprios ideais, apesar de apontarem a ilegitimidade da escravidão do ponto de vista moral e a injustiça do próprio direito positivo. Ao valerem-se da tecnicidade desse direito que, apesar de criticado – e (re) modelado continuamente pela conjugação do

<sup>653</sup> Cf. BAPTISTA PEREIRA, 1887, p. 34.

<sup>654</sup> Cf. Ata da conferência de 3 de novembro de 1887. *RIOAB*, v. 11, n. 1, 1887. p. 359. O relatório foi publicado sob o título “Resposta ao Sr. Dr. Baptista Pereira, dada pelo Dr. José da Silva Costa e aprovada pelo Instituto dos Advogados Brasileiros. Das relações juridicas dos sujeitos á condição de servir, especialmente apoz a promulgação da Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885”. Cf. *Ivi*, pp. 33-52.

<sup>655</sup> Cf. Ata da conferência de 7 de junho de 1888 em *RIOAB*, v. 12, n. 1, 1888. p. 205.

<sup>656</sup> Cf. Ata da conferência de 5 de julho de 1888, onde José da Silva Costa levanta o questionamento: “a lei n. 3353 de 13 de Maio de 1888 dá lugar á indemnisação dos serviços dos estadolivres?”. Cf. *RIOAB*, v. 12, n. 1, 1888. p. 207.

complexo sistema de fontes vigentes – era ainda considerado um dogma e servia muito bem para fundamentar as razões de Estado em completa sintonia com as metas políticas do Poder Monárquico.

#### **4.3.2 “A organização de um código não póde suscitar se não applausos”: as rogativas frustradas na tribuna do IAB por uma codificação para o direito civil**

Todo esse malabarismo teórico descrito na seção anterior, que chegou a colocar alguns associados em pública contenda, muito foi estimulado pelo quadro de imensa confusão que pairava sobre o direito civil brasileiro no século XIX. Da vigência renitente das Ordenações Filipinas, editadas em 1605 e herdadas do direito lusitano, bastante remendada pela legislação extravagante posterior – vinda do Reino ou criada pelo Império – à seletividade acerca da vigência do direito romano com os temperos da lei da boa razão: o panorama de fontes exigia muita criatividade e esforço argumentativo dos juristas. É por isso que o tema da codificação civil foi trazido ao Instituto desde a sua instalação, sugerido pelo Presidente Montezuma como uma das missões a que o Instituto deveria se empenhar para combater o que considerava um “estado de cousas perniciosissimo”<sup>657</sup>.

Dois anos depois, em 1845, o tema torna-se objeto de trabalho monográfico, lido por Francisco Ignacio Carvalho Moreira na sessão aniversária, propondo “revisão geral e codificação das leis civis e do processo no Brasil”<sup>658</sup>. Era a renovada constatação da “deplorável desordem, em que se acha o fôro pelos defeitos, lacunas, obscuridades, confusão, e imensidade de nossas leis civis, e sobretudo das do processo”<sup>659</sup>, motivo pelo qual incitava “o desempenho da obrigação, que em virtude dos nossos estatutos havemos contraído para com o Estado, iniciando o melhoramento de nossas leis civis”.

Considerava a medida também fruto da necessidade de emancipar o direito pátrio na parte em que ainda era dependente da antiga metrópole: “somos uma família emancipada, que formou suas leis a parte, que tem necessidades suas, e que é ainda forçada a reger-se por leis estranhas. Que em grande parte contradizem as que para nós formamos, e que empecem a marcha de nossa prosperidade”<sup>660</sup>. Igualmente prejudicial lhe parecia o método de suturas e emendas adotado para remediar a situação, que acabava apenas por multiplicar as dúvidas e

---

<sup>657</sup> Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 2, 1862. p. 112. Era o parecer, vale sempre lembrar, de um jurista bacharelado na Faculdade de Leis e Cânones de Coimbra, berço de todo esse material jurídico recebido e contestado.

<sup>658</sup> Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 3, 1862. p. 147.

<sup>659</sup> Cf. *Id.*

<sup>660</sup> Cf. *Ivi*, p. 157.

complicar o que já era embaraçado: “outro mal não menos grave tem resultado ao país, o da promulgação dessas leis avulsas decretadas pela nossa assembleia legislativa tendentes a conciliar a organização judiciária, a competência dos juizes e tribunais civis da velha monarquia com as novas theses da constituição”<sup>661</sup>

Para resolver esses “males e vexames do foro”, propunha a “grandiosa tarefa da revisão e codificação geral de nosso direito pátrio”. Demonstrava reconhecer a oposição com que a proposta de codificação fora recebida nos territórios germânicos por Savigny, mas tratava-a como um dos casos excepcionais, que “nem satisfazem nem destroem as nossas necessidades nem são aplicáveis às nossas circunstancias. As vantagens de reunir em um código, coordenar e sistemas as leis de um país, são geralmente reconhecidas, e pouco peso tem as objeções”<sup>662</sup>. Rejeitava também a ideia de que a codificação poderia acarretar a estagnação da ciência do direito “e a conversão dos jurisconsultos em simples aresteiros, ou comentadores pela mesma vulgarização das leis”<sup>663</sup>, confiando plenamente na adequação desse instrumento para as circunstâncias e necessidades do direito brasileiro.

Os atributos da simplicidade e segurança eram as vantagens mais festejadas do código como fundamentos de sua adesão: “uma codificação simples, clara e breve é um imenso benefício para uma nação; porque assenta e põe fora de discussão os direitos de cada um; é o mais formidável e vigilante inimigo do arbítrio; satisfaz a necessidade de fixidade, e publicidade dos direitos”<sup>664</sup>. Mas mesmo evocando as virtudes do IAB para realizar esse empreendimento – “as luzes e o patriotismo do Instituto não recusarão dar seu contingente para a reforma da nossa legislação” – acreditava que a iniciativa devesse partir de mais alto: “o paiz o reclama instantemente, e o espera da solicitude dos seus governantes”<sup>665</sup>.

E era exatamente um código, com toda a sua tipicidade assim como concebido no Oitocentos, com o caráter de novidade, simplificação e completude, que se propugnava: por isso é rejeitada em 1851 a ideia proposta pelo Ministério da Justiça (à época dirigido por Euzébio de Queiroz) em consulta ao Instituto, da adoção provisória do *Digesto Portuguez* de José Homem Correa Telles como código civil. Não se podia aceitar uma obra doutrinária de um jurista lusitano<sup>666</sup> para remediar um defeito da inteira estrutura da legislação pátria.

---

<sup>661</sup> Cf. Ivi, p. 154.

<sup>662</sup> Cf. Ivi, pp. 157-158.

<sup>663</sup> Cf. Ivi, p. 161.

<sup>664</sup> Cf. p. 158.

<sup>665</sup> Cf. p. 169.

<sup>666</sup> Cf. Ata da conferência de 24 de outubro de 1851 em *RIOAB*, v. 2, n. 1, 1863. p. 17. O parecer foi acatado pelo Ministério sem maiores controvérsias.

Em 1857<sup>667</sup>, outro Presidente se alça à tribuna para pugnar pela uniformização e codificação de toda a legislação civil em um único corpo, lamentando que o país ainda se encontrasse dependente de uma Ordenação compilada “quando o fanatismo, ou antes o jesuitismo, dominava as consciências, e os Glozadores do Direito Romano invadião a inteligência”, para além das leis extravagantes, assentos interpretativos<sup>668</sup>, tantos decretos e avisos, “alguns contradictorios e muitos excessivos das atribuições regulamentares”, que se aglomeravam. Considerava já em tempo “apropriado para dotar a Nação Brasileira com este beneficio da civilização actual, que facilite a administração da Justiça e a desvencilhe de tantas tricas e embaraços desnecessários”.

Todavia, não considerava a Assembleia Geral a sede apropriada para fornecer esse monumento legislativo, “no tumulto das paixões politicas” que a animavam. Preferia atribuir novamente, como já o fizera Carvalho Moreira, a incumbência ao Governo, “pois, só um Governo ilustrado pode nesta Monarquia Constitucional dotar a Nação com esse desejado beneficio, preparando umCodigo”, obra a que o Instituto de todo modo se oferecia para auxiliar<sup>669</sup>. Dois anos depois desse pronunciamento, como já discutido no capítulo anterior, o Governo Imperial encarrega Teixeira de Freitas de elaborar um Projeto de Código Civil, motivo pelo qual o jurista, dizendo-se encontrar atarefado, mas já bastante afastado do Instituto desde o episódio que culminara na sua renúncia da Presidência, pede escusas por não mais comparecer às reuniões. De maneira cordial e distante, ao mesmo tempo em que oferecia um exemplar da sua *Consolidação das Leis Civis*, pede a coadjuvação do Instituto no empreendimento, “quando della necessitasse”, mas sem de fato jamais ter recorrido aos colegas<sup>670</sup>.

<sup>667</sup> O discurso é proferido por Caetano Alberto Soares em sessão de 16 de julho de 1857. Cf. *RIOAB*, v. 3, n. 1-3, 1865. pp. 30-43.

<sup>668</sup> A discussão sobre a validade dos assentos da casa de suplicação de Lisboa no Brasil foi contemplada em dois fascículos diferentes na *RIOAB*. No primeiro deles, em 1868, é publicado o “Parecer da comissão de legislação do Senado, lido na sessão de 6 de agosto de 1867, tornando obrigatórios os assentos da casa de supplicação de Lisboa e conferindo-lhe interpretação authentica, etc, etc.”. Cf. *RIOAB*, v. 5, n. 1, 1868. pp. 126-135. E o segundo, tratava-se de discurso proferido na Câmara dos Deputados por Perdigão Malheiro, na discussão do mesmo projeto, opinando pela sua validade. Cf. *RIOAB*, v. 7, n. 1, 1871. pp. 215-245. Fato é, como já demonstrado no segundo capítulo, aos assentos tomados na casa de Suplicação de Lisboa, depois da criação do Rio de Janeiro até à época da Independência, com exceção dos que tivessem sido derogados pela legislação posterior, foi dada força de lei pelo Decreto n. 2.684 de 23 de outubro de 1875. Cf. BRASIL, 1875.

<sup>669</sup> Cf. *RIOAB*, v. 3, n. 1, 2 e 3, 1865. p. 39. Como se verá adiante, não só quanto à codificação civil o Instituto demonstrava ter predileção pelo Executivo, mas também quando devia militar em favor de sua própria causa da organização de uma Ordem dos Advogados, quando suas estratégias também demonstram o trânsito mais facilitado com as autoridades ministeriais do que em relação ao corpo legislativo. A influência política do Instituto – à parte a capacidade de barganha individual de alguns membros enquanto deputados – se fazia sentir mais perante os Ministérios, que solicitavam com muita frequência seus trabalhos e pareceres.

<sup>670</sup> Cf. Ata da conferência de 22 de junho de 1859 em que é recebido o ofício de Teixeira de Freitas. *RIOAB*, v. 4, n. 2, 1867. p. 414.



A sede da tribuna, onde mais vezes o estado de confusão das leis civis foi denunciado, era palco de lamúrias e canal de desabafo dos descontentamentos com a legislação civil e seus entraves para a profissão, não servindo, todavia, como centro de discussões propositivas ou estudos dogmáticos mais substanciais. Tampouco debates do gênero foram travados nas sessões internas, limitando-se o Instituto a acompanhar de longe a confecção do *Esboço* por Teixeira de Freitas e a publicar, em três números seguidos da *Revista*, os Relatórios elaborados pela Comissão encarregada pelo Governo Imperial de examinar o seu *Projecto de Codigo Civil*. Dos quatro membros da Comissão, apenas um, o mais antigo – Caetano Alberto Soares – fazia parte do Instituto<sup>671</sup>.

Uma autêntica, porém, tardia – e por isso pouco efetiva – contribuição para a discussão da codificação civil no Brasil é oferecida em 1888 por proposta de José da Silva Costa. Àquela altura já eleito Vice-Presidente do Instituto, oferece à apreciação dos colegas uma *Exposição de motivos sobre codificação*, onde louva a organização de um código, nos termos do título da presente subseção, e convida o Instituto a meditar sobre o tema, “na plena elevação de seus sentimentos, com a exuberancia de luzes que o ornamentam, com o grão de patriotismo de que é capaz”<sup>672</sup>.

Afirma-se que essa foi a mais autêntica contribuição oferecida pelo Instituto por ser a única a não se limitar a falar do já conhecido estado da legislação civil, mas a entrar no mérito – de maneira propositiva – sobre como deveria ser confeccionado um Código Civil. O orador sugeria uma divisão quadripartite, com uma parte geral, outra dedicada ao direito civil, outra à matéria puramente comercial e uma última aos assuntos que tivessem tanto natureza civil, quanto comercial. Esta proposta de unificação dos dois ramos em um único diploma legislativo era bastante inovadora, não sendo acolhida de maneira unânime dentro do próprio Instituto<sup>673</sup>, muito menos pelo projeto elaborado por Clóvis Beviláqua e aprovado em 1916. Uma tal organização do direito privado precisaria esperar até 2002 para acontecer.

A proposta demasiado progressista e lançada às vésperas da queda da Monarquia de fato pouco eco produziu, já que a saga da codificação tomou outros rumos com a proclamação da República – assim como o próprio Instituto. De todo modo, é um registro importante – e

---

<sup>671</sup> Ao lado dele fizeram parte da comissão o Conselheiro Joaquim Marcellino de Brito, à época Presidente do Supremo Tribunal de Justiça; o Desembargador Joernym Martiniano Figueira, da Relação do Rio de Janeiro, e Antonio Joaquim Ribas, àquela altura lente da Faculdade de S. Paulo e autor do compendio intitulado *Curso de Direito civil brasileiro*, publicado no mesmo ano do parecer da Comissão. Este último, muda-se para o Rio de Janeiro em 1870 quando passa a atuar como advogado; todavia, não se filia no IAB. A íntegra dos pareceres pode ser conferida em: *RIOAB*, v. 5, n. 1, 1868, pp. 135-162; *RIOAB*, v. 6, n. 1, 1870, pp. 220-233.

<sup>672</sup> Cf. *RIOAB*, v. 12, n. 1, 1888, p. 38.

<sup>673</sup> Cf. Ata da conferência de 29 de novembro de 1888. Ivi, p. 253-263.

derradeiro – da antecipação de alguns debates que viriam se consolidar nas décadas seguintes entre os civilistas e para os quais a *RIOAB* já serve de prenúncio.

#### **4.3.3 Em prol de “uma Ordem independente, sustentada, e protegida pelos poderes Políticos do Estado”: corporativismo e defesa da classe na busca por organizar a Ordem dos Advogados**

Não só à falta de organização das leis civis era atribuído o “estado estacionário do nosso Fôro”, mas igual responsabilidade pelos “mil abusos, que o tórão disforme<sup>674</sup>” era imputada à ausência de regulamentação da profissão de advogado, o que permitia inclusive a indivíduos que não portassem graus acadêmicos atuarem como procuradores nos tribunais do país. Contra essa falta de normatização para o exercício da profissão, alguns bacharéis atuantes na capital do Império viram na sua mobilização em torno de uma associação, que se pretendia científica e disposta a auxiliar o Governo no melhoramento da legislação, a chance de obterem perante os poderes políticos do Estado o tão desejado monopólio do credenciamento profissional.

Aproveitando-se do momento político em que o Estado brasileiro se encontrava – o tão explorado nesta monografia processo de consolidação do seu aparato jurídico-institucional – e valendo-se da sua capacidade de influenciar o processo político em curso enquanto portadores de um saber especializado, esses advogados buscaram articular ao projeto de Estado-Nação os seus objetivos de controlar o mercado de trabalho e conter o ingresso na carreira<sup>675</sup>. Trazendo legitimidade do papel desempenhado no auxílio do Estado ante questões técnico-jurídicas especialmente caras ao aparato burocrático recém-emancipado, invocavam seu mérito profissional para fiscalizar e controlar este segmento do mercado de trabalho. Em que pese esse controle já fosse feito, em alguma medida, pelos juízes de direito e tribunais da Relação com os exames periódicos a que submetiam solicitadores e provisionados, a classe dos advogados considerava-se a mais qualificada para supervisionar o mercado jurídico e disciplinar as condições de exercício da profissão, expulsando os “zangãos do fôro”<sup>676</sup>.

<sup>674</sup> São expressões que remontam do discurso de instalação do Instituto em 1843 pelo seu primeiro Presidente Montezuma. Cf. *RIOAB*, v. 1, n. 2, 1862. p. 109.

<sup>675</sup> Para a perspectiva da conjunção projeto estado-nação e profissionalização da carreira, cf. BONELLI, Maria da Gloria. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 39, pp. 61-81, 1999.

<sup>676</sup> A expressão é de Francisco Octaviano de Almeida Rosa, em sessão aniversária dos 30 anos do IAB, para se referir aos procuradores que não portavam diploma de bacharel. Cf. *RIOAB*, v. 11, n. 1, 1881. p. 301.

Essa distinção autoproclamada era justificada por um elenco de valores especiais de que supostamente estariam imbuídos, obtidos por uma formação especializada que lhes conferia a *expertise* em um saber elevado: “probidade, desinteresse, independência, devotamento, abnegação, trabalho incessante, sciencia, amenidade de tracto, sem quebra da indispensável energia, taes são os attributos indispensáveis áquelles que quizerem ter direito ao nome de advogado – *vir bonus, dissenti peritus*”<sup>677</sup>. É a autorrepresentação do jurista eloquente descrita por Pasquale Beneduce, que invoca “*una tradizione riconoscibile di galatei dell’urbanità del mestiere’ e di antiche virtù della ‘famiglia forense’: l’eloquenza, lo zelo, l’oblio di sé, la delicatezza, il decoro stesso di una forte collegialità di ceto*”<sup>678</sup>.

O modo privilegiado “para inspirar esta corajosa abnegação própria, este zelo de nossa profissão, este amor de nossa independência”, que “lhe dá um caráter próprio e único, entre todos os empregos da vida social”<sup>679</sup> era reunir os advogados em uma corporação e assim fortalecer a capacidade de pressão e defesa da classe, estabelecendo uma vigilância conjunta de seus próprios interesses. Para tanto, a primeira movimentação concreta dos associados para levar essa demanda ao Governo Imperial já enquanto Instituto organizado foi aprovada em 1850, na forma de petição ao Corpo Legislativo para a organização da Ordem<sup>680</sup>. Encaminhar o pedido era uma função de relações públicas que cabia essencialmente aos Presidentes, o que serve para explicar como a maioria deles cumulava algum outro cargo eletivo ou na Administração<sup>681</sup>, de modo a articular a influência política sobre o Estado com os anseios da

<sup>677</sup> Na mesma seção aniversária descrita na nota anterior, em 7 de setembro de 1873, o Presidente Saldanha Marinho. Cf. Ivi, p. 298.

<sup>678</sup> Cf. BENEDUCE, 1996, p. 18.

<sup>679</sup> As expressões aqui foram extraídas do discurso de Caetano Alberto Soares na sessão de 16 de julho de 1857, que pode ser conferido em: *RIOAB*, v. 3, n. 1, 2 e 3, 1865. p. 34

<sup>680</sup> O Instituto delibera pelo encaminhamento de petição ao Corpo Legislativo, a cargo do Presidente, em favor da organização definitiva da Ordem, com as seguintes demandas: que o exercício da advocacia estivesse sujeito a formalidades prévias, como matrícula obrigatória e prática; que se declarassem as incompatibilidades do exercício da Profissão; que o exame para ser provisionado fosse feito perante os Institutos e condicionados à sua aprovação; que em todos os Distritos em que houvesse Relação fosse criado um Instituto, que deverá corresponder-se com o da Corte; que se desse aos Conselhos Disciplinares autoridade para fiscalizar o procedimento dos Advogados impor-lhes penas marcadas. Para as petições na íntegra, ver a ata da sessão de 28 de fevereiro de 1850 em *RIOAB*, v. 1, n. 4, 1862. p. 184.

<sup>681</sup> Basta pensar que o primeiro Presidente, Montezuma, quando eleito, já carregava em sua trajetória um histórico de Deputado por três legislaturas. Ministro da Justiça e Estrangeiros na Regência e Senador pela província da Bahia, além de ter sido condecorado Visconde de Jequitinhonha em 1854 e se afastado do cargo para ocupar um assento no Conselho de Estado em 1859. O segundo Presidente, Francisco Ignácio Carvalho Moreira, o Barão de Penedo, também já havia exercido mandato de deputado e servido como ministro plenipotenciário na Grã-Bretanha. O terceiro Presidente, Caetano Alberto Soares, que era português imigrado, trabalhou como Advogado na Casa Imperial do Brasil e recebeu comenda da Imperial Ordem Rosa. O quarto presidente, Augusto Teixeira de Freitas, gozava da mais alta estima perante o Governo imperial, que lhe confiara missões da maior importância, como a elaboração da *Consolidação das Leis Civis* e do *Projecto do Código Civil*. O quinto Presidente, Urbano Sabino Pessoa de Melo, também já exercera vários mandatos como deputado provincial e deputado geral antes de assumir a cadeira no IAB. Agostinho Marques Perdigão Malheiro, o sexto Presidente, contrasta por não ter uma carreira política pregressa à presidência tão impressionante como a dos predecessores. Não à toa, escolhe-se para

categoria. Dessa articulação se instaurou um projeto de lei no Senado que, mais contrário aos interesses dos advogados do que previam suas expectativas, não teve seguimento<sup>682</sup>.

Novo flerte com os poderes imperiais é registrado na *Revista* em 1857<sup>683</sup>, em ata de sessão a que comparece o então Ministro da Justiça, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos. O Presidente do Instituto à época, Caetano Alberto Soares, aproveita a prestigiada presença<sup>684</sup> para reforçar o pedido de “apoio das Authoridades e de disposições regulamentares apropriadas, que o sustentem, que o acoroçoem”<sup>685</sup>, a ser retribuído pela corporação através de sua valiosa assessoria ao Estado. A proposta de auxílio recíproco implorava, de um lado “a esclarecida proteção do Governo Imperial, para a estabilidade e progresso de nossa Corporação, a fim de tornar-se digna dos respeitos devidos a tão alta missão, a tão nobres misteres, como os que tem de exercer na Sociedade” e oferecia, de outro: “o Instituto, assim constituído regularmente, e com estabilidade, auxiliar também o Governo Imperial com trabalhos uteis e científicos naquelas matérias, em que for consultado?”<sup>686</sup>. Era uma cobrança sutil, que teve o êxito de angariar o comprometimento do Ministro<sup>687</sup>, pelos serviços que já vinham prestados pelos Instituto, em prol daquele mesmo Ministério, na forma de pareceres e projetos.

Cientes de que “não é possível sem medida legislativa operar reforma proveitosa”, nova investida formal frente aos poderes de Estado é lançada em 1865, sob a Presidência de Perdigão Malheiro, com a entrega de uma *Representação ao Governo Imperial*<sup>688</sup> – instância com quem pareciam ter melhor trânsito – sobre “a necessidade de organizar a Ordem dos Advogados no Imperio, e de tomar providencias sobre o foro”. A medida era descrita como “assumpto da mais alta consideração publica por interessar immediatamente a boa administração da Justiça”<sup>689</sup> e foi no mesmo ano na *Revista*, em seu terceiro volume. O projeto é então encaminhado pelo Ministro da Justiça, a essa altura José Thomaz Nabuco de Araujo –

---

sucedê-lo José Thomaz Nabuco de Araujo, que já havia atuado como Ministro da Justiça e era Conselheiro de Estado. Por fim, no arco temporal selecionado, Joaquim Saldanha Marinho, mesmo que ideologicamente alinhado à oposição republicana, foi deputado geral por cinco legislaturas.

<sup>682</sup> O projeto n. 43 de 1851, acabou inviabilizando qualquer tentativa de fortalecimento da corporação, por já no seu art. 1º desferir golpe à pretensão do IAB de converter-se na Ordem dos Advogados, além de pulverizar o seu poder associativo, por meio da criação de pequenos institutos, organizados de forma autônoma, sem qualquer vínculo com o Instituto da capital do Império. Com a provável pressão dos advogados, o documento apesar de aprovado no Senado, recebeu vigorosa oposição na Câmara dos Deputados, motivo pelo qual foi adiado e relegado ao esquecimento. Cf. *RIOAB*, v. 3, n. 1-3, 1865. pp. 21-22; BONELLI, 1999, p. 67.

<sup>683</sup> Cf. Discurso proferido na sessão de 16 de julho de 1857 e publicado na Miscellânea do fascículo: *RIOAB*, v. 3, n.1-3, 1865. p. 36.

<sup>684</sup> Cf. Ivi, p. 34.

<sup>685</sup> Cf. Ivi, p. 36.

<sup>686</sup> Cf. Ivi, p. 38.

<sup>687</sup> O comprometimento do Ministro da Justiça em oferecer o apoio que estivesse ao seu alcance ao Instituto para que continuasse a prestar ao país os serviços pode ser conferido na ata desta conferência: Ivi, p. 22.

<sup>688</sup> Cf. *RIOAB*, v. 3, n. 1, 2, e 3, 1865, p. 21-42

<sup>689</sup> Cf. Ivi, p. 21.

também advogado e membro da casa – ao Parlamento<sup>690</sup>, motivo pelo qual é condecorado em 1866 com o título de Presidente Honorário<sup>691</sup>.

Nessa mesma reunião em que foi deferida a condecoração, delibera-se pela organização do quadro dos membros efetivos, com o intuito de eliminar os associados que não estavam cumprindo com as disposições do Regimento Interno e assim evitar que gozassem imerecidamente das regalias, privilégios e prerrogativas deferidas aos membros efetivos do Instituto. Mesmo que fossem benefícios àquela altura muito singelos – como a concessão de veste telar e de assento dentro dos cancelos dos tribunais, concedidas pelo Imperador por ocasião do primeiro aniversário da associação – a intenção era dignificar os membros ativos e torná-los cientes de que pertenciam a uma casta especial, cuja distinção encontrava “*nell’abito un segno eloquente della professione*”. A veste “*diventa un tratto peculiare della fisiognomica forense, una stigmata che contraddistingue, insieme ad ogni altro segno costante della figura dei pratici, la dignità e il decoro della professione*”<sup>692</sup>.

Perdigão logo percebeu, entretanto, que seus esforços tinham sido vãos, pois a instauração da Ordem dependia da boa vontade do Poder Legislativo, a quem não fora capaz de persuadir até aquela altura com o seu próprio prestígio pessoal. Sem essa regulação, considerava não ser possível elevar a “profissão do Advogado, hoje tão decahida entre nós pelos inúmeros abusos que se dão no nosso fôro”, o que contribuiu para o seu desânimo e pedido de dispensa do cargo<sup>693</sup>. Para além de ser um crítico feroz dos excessos do Poder Executivo, como já destacamos em alguns de seus discursos, àquela altura, ainda não gozava de nenhum cargo político, tendo seu primeiro mandato se iniciado apenas em 1869 como deputado à Câmara do Império, o que talvez o desabonasse para perseguir medidas que dependiam essencialmente de força política<sup>694</sup>. Diante de sua renúncia, seus colegas ponderaram a necessidade de recompor a

---

<sup>690</sup> Notícias da iniciativa se encontram em NABUCO, 1997, p. 1017; e no próprio discurso de posse de Nabuco como Presidente efetivo, um ano depois, na conferência de 8 de novembro de 1866, em que declara ter intervindo em favor do Instituto enquanto Ministro da Justiça. Cf. *RIOAB*, v. 7, n. 1, 1871. p. 141 Já em 1868, há registros, na ata da conferência de 27 de agosto, da falta de expectativa de que o projeto fosse votado ainda naquele ano, tendo em vista que as câmaras haviam sido dissolvidas. Cf. Ivi, p. 176. Em 30 de agosto de 1869, já como deputado, Perdigão Malheiro envia ofício informando sobre o andamento do projeto e de seus esforços pessoais para que a aprovação, mas disse não julgar provável a discussão ainda naquele ano. Cf. Ivi, p. 200. Em uma última esperança, na conferência de 11 de maio de 1870, Silva Costa sugere enviar uma circular aos membros do Instituto que tivessem assento na Câmara dos Deputados, para que o projeto da reforma fosse votado o quanto antes. Cf. *RIOAB*, v. 8, n. 1, 1871-1880. p. 140. Mesmo com todas essas tentativas, ainda teriam que aguardar alguns anos para a aprovação.

<sup>691</sup> A indicação como Presidente Honorário foi aprovada cerca de cinco meses antes da sua eleição como Presidente efetivo, em 7 de junho de 1866. Cf. *RIOAB*, v. 7, n. 1, 1871. p. 137.

<sup>692</sup> Cf. BENEDUCE, 1996, p. 286.

<sup>693</sup> Cf. Ata da conferência de 11 de outubro de 1866. Ivi, p. 139.

<sup>694</sup> Notícias sobre a carreira política de Perdigão se encontram em Cf. FLORIANO, 1988, p. 73.

diretoria com atenção para a sua função de intermediária entre a associação e os poderes políticos, elegendo para a sua presidência um membro do Conselho de Estado<sup>695</sup>.

Com esses propósitos, o nome eleito para substituí-lo é o de José Thomaz Nabuco de Araujo, associado que sequer na sessão se encontrava, apenas comunicado da decisão *a posteriori*, por uma escolha visivelmente direcionada a angariar influência perante o Governo Imperial.<sup>696</sup> Em seu discurso de posse<sup>697</sup>, o jurista reconhece que a elevação do Instituto dependia essencialmente de medidas legislativas, que já haviam sido encaminhadas por ele enquanto Ministro da Justiça ao Corpo Legislativo naquele ano, na forma proposta pelo próprio IAB. Isso porque a construção de uma Ordem dependia da definição oficial dos que estavam aptos a exercer a profissão e da concessão de jurisdição disciplinar, prerrogativas que deveriam ser atribuídas ao Instituto por lei. Mesmo sabendo que seu perímetro de ação era limitado, procura tornar o instituto “util pelo modo que é possível”, e o faz tentado reforçar o caráter científico da associação (com a proposição já registrada nas laudas anteriores de dezenas de questionamentos para o debate doutrinário) e investindo na função de assistência judiciária à população carente, postura bastante diversa em relação ao Presidente anterior<sup>698</sup>.

Nabuco de Araujo acaba pedindo afastamento da diretoria “atento o seu estado de saúde e os trabalhos a seu cargo” sem alcançar o objetivo que conduzira à sua eleição. A escolha de seu sucessor, ao revés, não privilegia as relações com o Governo, pois sai vitorioso na eleição de 1873 justamente o líder do Partido Republicano e um dos maiores opositores do Governo

---

<sup>695</sup> Cf. BONELLI, 1999, p. 65.

<sup>696</sup> Cf. Ata da conferência de 18 de outubro de 1866, em que Nabuco é eleito unanimemente e proclamado Presidente efetivo. “Delibera-se que se officie ao colega para vir tomar posse na conferencia seguinte”. *RIOAB*, v. 7, n. 1, 1871, p. 140. Não à toa, foi a presidência sob a qual maior número de sessões foram realizadas por Presidente interino, em virtude da alta carga de compromissos a que esteja sujeito em razão do cargo. Precisou inclusive solicitar a transferência da data ordinária das reuniões, pois coincidiam com as sessões do Conselho de Estado. Cf. Ata da conferência de 21 de novembro de 1867. *Ivi*, p. 1867.

<sup>697</sup> Cf. Ata da conferência de 11 de outubro de 1866. *Ivi*, p. 139.

<sup>698</sup> Como já discutido no capítulo anterior, Perdigão demonstrara-se contrário ao envio de advogados por parte do Instituto para defesa dos réus pobre, com o argumento era de que o IAB não tinha por fim o exercício da advocacia, mas sim o estudo da ciência da jurisprudência, de modo que os membros não estariam obrigados a aceitar tal encargo. Nabuco, ao revés, dá para a ordem do dia da sua segunda reunião como Presidente que o Instituto se encarregasse, visto não haver lei que regulasse assistência judiciária, de dar consultas às pessoas pobres e defendê-las por meio de alguns dos membros. Propõe que fosse publicado um edital declarando que o Instituto “presta assistencia aos indigentes nas causas civeis e crimes, dando consultas e encarregando a defeza de seus direitos a algum dos membros do conselho ou do Instituto, devendo os pretendentes dirigir os seus requerimentos ao presidente do Instituto, acompanhados de certificado de indigencia passado pelo paracho, juiz de paz ou subdelegado”. Além disso, considera que a medida devesse ser acompanhada de mudança legislativa para isentar as custas e das taxas judiciais, afirmando que àquela altura, denunciando que, àquela altura, “a igualdade perante a lei é senão uma palavra vã. Que importa ter o direito se não é possível mantê-lo? que importa ter uma reclamação justa se não posso apresental-a e segui-la por falta de dinheiro? A lei é, pois, para que tem dinheiro, para quem póde supportar as despesas das demandas”. Para examinar a questão, propõe uma comissão e nomeia, curiosamente, o próprio Perdigão, encarregado de investigar o que era a assistência judiciária em outros pais e o estado da nossa legislação sobre as custas e impostos nas causas dos indigentes e assistência judiciária de que então gozavam. Cf. *Ivi*, pp. 144-145.

Imperial àquela altura: Joaquim Saldanha Marinho. Ainda assim, ele também levantava a bandeira da reorganização da profissão e atribui ao Governo de Estado a “obrigação de coadjuvar-nos e conto que o que dele depende, não nos será negado”<sup>699</sup>. Um dos maiores males contra os quais pedia essa intervenção tratava-se do afastamento do pretório daqueles considerados meros “mercadores da lei”<sup>700</sup>.

É justamente sobre o exercício da profissão como um *munus publicum* – e, portanto, reservado a uma classe – que novo debate é aceso nos anos seguintes no Instituto, reproduzido nas páginas da *Revista*, como queixa à facilidade percebida nos tribunais com que eram admitidos procuradores sem as necessárias habilitações<sup>701</sup>. No primeiro relatório publicado sobre o “Exercício da profissão de advogado”<sup>702</sup>, defende-se que só poderiam ser admitidos em juízo a requerer por outrem advogados e solicitadores, pois o “officio de mandatario judicial requer condições essencialíssimas<sup>703</sup>: o diploma de bacharel para a considerada “1ª linha da milícia judiciária”: os advogados (substituído pela provisão concedida onde não houver bacharelados); ou a aprovação em exame de suficiência perante juiz de primeira instância, que atestasse a aptidão e probidade, para a “2ª linha da milícia judiciária”: os solicitadores. Justificavam afirmando que “tal disposição se prende a previa garantia de saber e honestidade, reconhecidos nesses mandatarios<sup>704</sup>”.

A exigência recorrente do “talento” e dos “méritos”, além da “*mención precisa de ciertas condiciones intelectuales, de saberes cargos de tradición*” são lidas por Carlos Petit como as virtudes que os preparavam e legitimavam como cidadãos politicamente ativos, em quem se poderia confiar “*una sublime misión representativa*” – que era a representação em juízo. Com essa legitimidade, não é de se estranhar que frequentemente também desempenhassem funções parlamentárias e de governo da coisa pública, pois não se distinguia “*la causa de la abogacía y la causa de la política*”. Tanto a profissão do orador perante os tribunais era um “*ministério respetable, que requiere para su buen desempeño grandes virtudes*

<sup>699</sup> A declaração foi feita na sessão de 7 de novembro de 1875. Cf. *RIOAB*, v. 8, n. 1, 1871-1880. p. 300.

<sup>700</sup> A expressão foi utilizada por Saldanha Marinho no discurso da mesma conferência citada à nt. anterior. Cf. Ivi, p. 299.

<sup>701</sup> Ana Lúcia Maria Paschoal Guimarães observa que a licença para o exercício da profissão por solicitadores e provisionados gerava uma série de desvios e abusos, pois muitas vezes era se transformava em moeda de troca política. Cf. GUIMARÃES, 2003, p. 17.

<sup>702</sup> Cf. Ivi, pp. 74-81. Além dele, um segundo relatório foi publicado no mesmo número da *Revista*, com o objetivo de responder se a advocacia era “um *múnus publicum* que unicamente possa ser exercido por brasileiro?”. O questionamento também foi respondido por Niemeyer – afirmativamente – e sua versão publicada se encontra em: *RIOAB*, op. cit., pp. 74-82.

<sup>703</sup> Cf. Ivi, p. 72.

<sup>704</sup> Cf. Ivi, p. 73.

y nobles sacrificios”, quanto o era a atuação na tribuna parlamentar, defendendo “los intereses de los pueblos y el decoro nacional”<sup>705</sup>.

Para o tão desejado monopólio do credenciamento profissional, entretanto, ainda faltava longa estrada a caminhar. Ainda na gestão Saldanha Marinho o que se consegue é, inicialmente, a aprovação da Reforma dos Estatutos internamente dentro do Instituto<sup>706</sup> e, após idas e vindas, sua aprovação por Decreto do Governo Imperial<sup>707</sup>. Era a primeira vez que os Estatutos sofriam reforma tão abrangente desde a fundação do Instituto, quarenta anos antes. Para além de suprimir a palavra “*Ordem*” da designação oficial – retirada também do frontispício da *Revista* – no intento de tornar o Instituto uma classe de homens<sup>708</sup> ainda mais seletos, o novo Estatuto, apesar de não limitar o número de sócios efetivos, condicionava a admissão do candidato a “ter bons costumes, provar com documentos que tem praticado no fôro por tres annos consecutivos, e escrever e apresentar memoria ou monographia sobre qualquer ponto de jurisprudencia, comprehendido no programma”, que fora aprovado pela comissão de jurisprudência naquele ano<sup>709</sup>.

<sup>705</sup> Cf. Cf. PETIT, Carlos. El verbo e el foro. In: Id. *Discurso sobre el discurso: oralidad y escritura en la cultura jurídica de la España liberal*. Huelva: Universidad de Huelva, 2000. p. 6.

<sup>706</sup> Cf. Ata da conferência de 4 de dezembro de 1876 em *RIOAB*, v. 8, n. 1, 1871-1880. p. 319.

<sup>707</sup> Não sem alguns percalços esse itinerário foi percorrido. Em ata da conferência de 16 de junho de 1879, há notícias de que o Conselho Diretor retirara o projeto de reforma “visto que pelo Ministerio da Justiça terem sido apresentadas objeções manifestamente inadmissíveis, quer perante a legislação do paiz, quer perante os fins o Instituto”. Cf. Ivi, p. 339. Pouco mais de um ano depois, em 9 de outubro de 1880, entretanto, é convocada extraordinariamente a Assembleia Geral do Instituto para informar que os Estatutos haviam sido aprovados pelo Decreto n. 7836 de 28 de Setembro deste ano. “Estava instalado o Instituto na sua reorganização e em execução os Estatutos”. Cf. *RIOAB*, v. 9, n. 1, 1881-1882. p. 289.

<sup>708</sup> A questão de se “a mulher graduada em direito pode exercer a advocacia e a magistratura?” é proposta na última sessão antes da interrupção das atividades do Instituto e da própria *Revista*, em 15 de novembro de 1888, mas adiada para discussão. Cf. *RIOAB*, v. 12, n. 1, 1888. p. 244. Após essa data, a *Revista* volta a ser publicada somente em 1893, trazendo atas de 1892 em diante, o que nos impede de saber como a questão foi debatida detalhadamente. Há notícias breves da ata da reunião de 9 de junho de 1889 no *Diario de Noticias*, cujo redator chefe era *Ruy Barboza*, com duas conclusões aprovadas pelo Instituto: “1. As pessoas do sexo feminino, sendo *sui juris*, podem apresentar reclamações, queixas ou petições aos poderes públicos do Brazil, em bem de seus direitos. 2. Quando sujeitas ao patrio poder, a tutela, ou curatela, ou casados, não podem exercer esta faculdade sem autorização de seus pares, tutores, curadores ou maridos”. Cf. *DIARIO DE NOTICIAS*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1.456, pp. 1-4, 1889. p. 1. Fato é que a primeira mulher a exercer a advocacia no Brasil, também a primeira a entrar para o Instituto, o fez somente em julho de 1906: Myrthes Gomes de Campos, 8 anos após concluir o bacharelado em Direito na Faculdade de São Paulo. Cf. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. Myrthes Gomes de Campos (1875-?): pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina. *Genero*, v. 9, n. 2, pp. 135-151, 2009.

<sup>709</sup> O “Programma das questões para as Memorias e Monographias que devem apresentar ao Instituto da Ordem dos Advogados os candidatos que aspirarem pertencer ao respectivo quadro” previa quatorze perguntas, que iam “da autoridade da cousa julgada; seus effeitos e influencia no crime e no cível”, passando pela “acção pauliana”, “regimen hypothecario”, “acção rescisoria”, até pena de morte e outras discussões de cunho dogmático. Posto em discussão o *programma*, pondera Luiz Alvares que os pontos apresentados eram tão difíceis que “receia de sua influencia na receita do Instituto, e por sua parte dá parabéns á sua fortuna de já fazer parte do quadro, pois, d’outra sorte ver-se-hia em dificuldades para discutir as theses que fazem objecto do programma”. Sugere que fossem preferidas questões menos árduas e sobretudo que se deixasse à liberdade do candidato a escolha do ponto sobre que houvesse de dissertar, como se praticava no Instituto Histórico. Giffenig entende que não se devia “desafiar o desrespeito á lei, como fez a comissão propondo a discussão sobre a pena de morte, que a legislação do paiz



Essa nova organização não duraria muito tempo, e ainda sob a mesma Presidência novas alterações foram feitas no Regulamento e no Regimento Interno do Instituto, tornando-o mais parecido com a sistemática anterior – com a reinclusão da palavra “Ordem” nos títulos e recuperação do método inicial de admissão, por indicação de álbum membro efetivo e posterior aprovação em assembleia –, mas incluindo substancial alteração quanto ao objeto da associação. O Instituto passava a ter como missão específica: os já conhecidos “estudo do direito na sua historia, no seu mais amplo desenvolvimento, nas suas applicações praticas e comparação com os diversos ramos da legislação estrangeira” (ainda que agora redigido de forma mais elaborada) e a persistente “organisação da Ordem dos Advogados”; mas inclui, além deles, “a defesa dos réos desvalidos” que antes sequer era mencionada, apenas exercida de modo episódico e não institucionalizado pelo Instituto. Essa foi mais uma das constantes reinvenções porque passou o Instituto nesta década, ante a iminência e subsequente concretização da Queda da Monarquia, regime com o qual estava umbilicalmente relacionado.

Mesmo com o inegável prestígio que o instituto gozou perante os Poderes Imperiais, nos seus sessenta anos de existência durante a vigência desse regime, seis presidentes passaram, todos suscitaram o debate sobre a necessidade de organização da Ordem, mas nenhum conseguiu realizar a aspiração corporativa que animara a fundação do Instituto. A ideia, por que tanto propugnaram esses bacharéis, ansiosos por disciplinar e, ainda mais, moralizar os usos e costumes forenses, não foi acolhida pelo Governo Imperial. Que isso seja fruto da política centralizadora dos gabinetes conservadores que predominaram no Segundo Reinado, como sugerem Lúcia Guimarães e Tania Bessone<sup>710</sup>, ou ao próprio Imperador, fato é que o Estado não abriu mão da sua prerrogativa de controlar o exercício da profissão para delegá-la à própria classe de forma autônoma, reservando-se algumas prerrogativas de frente a uma entidade com tamanha capacidade de articulação e influência política.

---

consagrou, preferindo que se estudem as questões praticas, das muitas que se controvertem no fôro”. Ao revés, Conselheiro Liberato Barroso opina que “um dos mais proficuos resultados do Instituto é justamente a critica das leis defeituosas e a promoção dos meios de sua reforma; se o Instituto limitasse a sua esfera de atividade, inglória fora a sua missão”. Após essa discussão, o programa é aprovado e mantido para o biênio seguinte. Cf. Ata da conferência de 27 de setembro de 1880 em *RIOAB*, v. 9, n. 1, 1881-1882. p. 301-303.

<sup>710</sup> Cf. GUIMARÃES; FERREIRA, 2003, p. 134.

#### 4.4 ENTRE INTERDITOS E ZONAS DE SILÊNCIO: O IMPACTO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO PERIÓDICO E NO INSTITUTO

Longe de se esgotarem em si mesmos, esses materiais publicados, e aqui analisados sob diversos ângulos nas laudas anteriores, dialogam intensamente com os dilemas do seu tempo. Ao pretender, entretanto, enfatizar aquilo que estava escrito, este trabalho privilegiou um esforço interpretativo sobre os 12 volumes estudados voltado a caracterizar a linha editorial da publicação, em alguma medida compreender de que modo o grupo intelectual que se aglutinou em torno de sua redação se organizava, bem como averiguar as mensagens que esses textos transmitiam quando inseridos dentro de seus contextos.

Todavia, esses escritos também podem suscitar reflexões interessantes se pensados a partir dos seus *interditos*<sup>711</sup>, das zonas de silêncio que estabelecem, afinal, em sendo “*instrumentos de la batalla cultural, las revistas se definen también por el haz de problemas que eligieron colocar en su centro (o, a la inversa, según los temas que pasaron en silencio*”<sup>712</sup>. Não que se acredite que algum editor ou redator deva ser responsabilizado por não ter enfrentado algum tema, até pela natureza do trabalho editorial que requer, inevitavelmente, um ato de seleção sobre os fatos da vida social – e, aqui mais especificamente, do universo jurídico – que merecerão destaque o suficiente para figurarem nas páginas da revista. Em sendo impossível a universalidade da informação, todo texto publicado é fruto de uma escolha e de um recorte.

Mesmo com essa compreensão, parece-nos sintomático, ou no mínimo, curioso, que alguns acontecimentos marcantes dos últimos anos da monarquia não tenham recebido sequer menção breve nas atas das conferências, para não falar de textos monográficos ou decisões coletivas publicadas na *Revista*, cujo processo de elaboração, por certo, requeria mais tempo e meditação da parte dos autores. Se por temor de discórdia interna<sup>713</sup> entre os próprios membros – como o episódio entre Teixeira de Freitas e Caetano Alberto Soares sobre a manumissão condicional; ou entre Silva Costa e Baptista Pereira, sobre a Lei dos Sexagenários – ou por

<sup>711</sup> A expressão é de LUCA, 2005, p. 114.

<sup>712</sup> Cf. SARLO, 1992, p. 14.

<sup>713</sup> Tema que causou polêmicas no Parlamento, envolvendo inclusive membros do Instituto, foi a lei eleitoral introduzida em 1881 (Lei do Censo) que, com o objetivo de restringir o voto para evitar manipulação dos eleitores de baixa renda pelo patronato, reduziu o tamanho do eleitorado em potencial de 13% para 1%, excluindo os iletrados e aqueles que auferiam rendimentos anuais inferiores a 200 mil réis. É notória a oposição de Saldanha Marinho na Câmara dos Deputados, mas o debate não foi trazido ao IAB, nem com pedido de parecer externo, tampouco questionamento voluntário. Para acenos sobre esse debate, cf. FERRARO, Alceu Ravanello; LEÃO, Michele de. Lei Saraiva (1881): Dos argumentos invocados pelos liberais para a exclusão dos analfabetos do Direito de voto. *Educação Unisinos*, v. 16, n. 3, pp. 241-150, 2012.

respeito à “vontade augusta” – como na leitura da obra de Perdigão – fato é que a última década da Monarquia coincidiu com o silenciar progressivo do Instituto, até seu completo emudecimento em 1888.

O Instituto, que já discute a abolição – ainda que gradual, lenta e muito respeitosa aos direitos de propriedade – desde 1845 e declarara antecipadamente em 1887 “que não existem escravos no Brasil”<sup>714</sup>, limitou-se a receber a Lei Áurea em 1888 com meros aplausos quase um mês depois, como um espectador distante que recebe uma notícia atrasada. A mudança de regime, com os seus inegáveis impactos na ordem jurídica, para dizer o mínimo, constitucional, não foi sequer recebida, ainda que de modo tardio, pelo Instituto, que se enclausurou no ano de 1889, diminuindo consideravelmente todas as suas atividades – não somente a *Revista* não foi a prelo, como se tem notícia da ata de uma única reunião durante todo aquele ano<sup>715</sup>.

Não é mera impressão negativa da autora – o confirma um membro do Instituto no seu 50º aniversário em 1894. Sá Vianna afirma que “em 1889 o Instituto havia cahido em um estado apathico; de maneira que proclamada a Republica em 15 de Novembro facilmente deixou-se ficar no olvido, como si por ventura a suspensão da lei em sua normalidade podesse affectar o estudo da sciencia jurídica”<sup>716</sup>. Lamentando a postura contrastante ao histórico de protagonismo do Instituto na consolidação e conformação do ordenamento pátrio durante o Império, o orador decreta: “quedou-se, entretanto, e o resultado foi contrario ao alto fim pelo qual pugna esta corporação; fizeram-se importantíssimas reformas em que a palavra dos homens do Direito fosse ouvida”<sup>717</sup>.

O Instituto precisará aguardar o ano de 1892, com o ingresso de uma nova geração e de substituição da Presidência, para recuperar um pouco de sua vitalidade e retomar a regularidade das reuniões. Bonelli<sup>718</sup> registra que esse período está associado a uma mudança gradual no perfil dos membros do IAB, com o ingresso de sócios provenientes de camadas sociais mais diversificadas e significativa mudança nos discursos oficiais quanto ao distanciamento entre política e técnica, com ênfase no apoliticismo e competência científica. A

<sup>714</sup> Cf. *RIOAB*, v. 11, n. 1, 1887. p. 359

<sup>715</sup> Da busca nas principais folhas diárias que circulavam no Rio de Janeiro, não foi encontrada sequer uma menção ao Instituto durante o inteiro ano de 1889 no *Jornal do Commercio*, folha de maior circulação. Na *Gazeta de Notícias*, apenas acusa-se recebimento do 11º volume da *Revista*, do ano anterior, em 3 de fevereiro. Cf. *GAZETA DE NOTÍCIAS*, v. 15, n. 34, pp. 1-4, 1889. p. 2. No *Diario de Noticias* e na *Gazeta da Tarde*, encontrou-se uma única ata, referente à conferência realizada no dia 7 de junho de 1889, com as conclusões já citadas sobre a possibilidade de que mulheres atuassem em juízo. Cf. *DIARIO DE NOTÍCIAS*, v. 5, n. 1.456, pp. 1-4, 1889. p. 1; *GAZETA DA TARDE*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 339, pp. 1-4, 1889. p. 2.

<sup>716</sup> Cf. A já citada memória lida por Sá Vianna no 50º aniversário do Instituto em: SÁ VIANNA, 1894, p. 62.

<sup>717</sup> Cf. Id.

<sup>718</sup> BONELLI, 1999, p. 62.

*Revista*, espelhando e conformando essa nova fase, voltará a ser publicada em 1893, com a edição de seis fascículos. A narrativa, deste trabalho, entretanto, acaba por aqui, na expectativa de que outra pena se junte à nossa para continuar essa história.

## 5 “NADA HÁ MAIS FEIO A DAR PERNAS LONGUÍSSIMAS A IDEIAS BREVÍSSIMAS”<sup>719</sup>: ACENOS FINAIS

*De algún modo, nada es más viejo que una revista vieja: ha perdido el aura que emerge de su capacidad o, mejor, de su aspiración a ser una presencia inmediata en la actualidad. Objeto del deseo académico o coleccionista, las revistas envejecen de un modo casi patético: lo que promovieron cuando formaban parte del presente ya ha sido incorporado a la cultura común y está allí, en los libros, en las instituciones o en las prácticas. Lo que no lograron imponer, se muestra con la triste evidencia de un fracaso que fue, en su momento, una apuesta perdida. Los libros viejos, cuando no van a parar al purgatorio de las mesas de saldos, adquieren cierto aire noble. Las revistas viejas más que al lector, interpelan al especialista. Son objetos que han perdido su aura, porque, en verdad, toda su autenticidad está en un presente, en el que siguen incrustadas, pero que se ha convertido en pasado<sup>720</sup>.*

*A velha frase “navegar é preciso, viver não é preciso”, eu a vejo, do mar, com olhos diferentes do que em terra. Navegar, eu entendo, é a arte da precisão, e viver, é antes de mais nada, fundamental. O navegador não vaga a esmo, mas se prende a tudo que é possível para tornar mais preciso o seu caminho. (...) Na arte de navegar nada exige maior precisão do que aportar, com segurança, e onde se quer<sup>721</sup>.*

*Não sei se haverá futuro, do que agora se trata é de saber como poderemos viver neste presente. Sem futuro, o presente não serve para nada, é como se não existisse<sup>722</sup>.*

Em se tratando de periódicos, ainda mais os amarelados e empoeirados do Oitocentos, é inevitável que as temporalidades – passado, presente, futuro – se confundam. Por isso, optou-se por evocá-las, em conjunto, a título de abertura destas breves considerações finais nas epígrafes que as inauguram. A primeira delas retoma o quanto há de obsoleto em se dedicar a um tipo de instrumento que por sua natureza procura interferir na atualidade e trazer informações recentes, passado mais de um século de sua publicação. O que haveria, então, para colher de um objeto por sua essência datado e para o leitor hodierno já bastante ultrapassado?

É aí que a segunda delas me conforta, lembrando que, no trabalho historiográfico, vigência ou atualidade da fonte pouco importam para a travessia que se procura empreender. Deixemos aos juristas do direito positivo as tristezas de um ofício que consiste em explicar o que hoje existe como válido na esperança vã de que se trata de uma disposição eterna, que, em verdade, não passa de uma construção efêmera destinada, fatalmente, a se tornar tão obsoleta e

<sup>719</sup> Cf. MACHADO DE ASSIS, 2015, p. 142.

<sup>720</sup> Cf. SARLO, 1992, pp. 9-10.

<sup>721</sup> Cf. KLINK, Amyr. *Cem dias entre céu e mar*. 33<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 199.

<sup>722</sup> Cf. SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 244.

empoeirada quanto as revistas que folheei. Maior contentamento é o do historiador do direito, para quem incumbe a tarefa *precisa*, nos dois sentidos da epígrafe, de demonstrar que o que aí hoje está não existiu desde sempre, tampouco deverá existir para o resto da eternidade. Mas antes de nos estendermos sobre as reflexões do porvir, retomemos o trabalho historiográfico do presente.

A falta de tradição de estudos sobre o tema escolhido na historiografia brasileira, que imputou forçadamente um ineditismo ao trabalho – e assim acabou mais por dificultá-lo do que premiá-lo –, requereu um esforço preambular em dois eixos, que se revelaram igualmente lacunares na bibliografia conhecida: uma história do periodismo jurídico e uma história institucional da associação que concebeu o periódico escolhido. Fato é que, quanto ao primeiro eixo, uma história do periodismo envolveria, necessariamente, uma história dos meios de comunicação no século XIX, sobretudo por se tratar de um período de transformação e reconfiguração não só das tecnologias de produção e difusão dos saberes, quanto do perfil do jurista e do tipo de pensamento jurídico que produzia. A isso se acrescentou o esforço de localizar a publicação na história da imprensa no Brasil imperial, o que significou dar conta de um *work in progress*, pois o mercado de bens culturais impressos ainda estava se consolidando quando começaram a surgir as primeiras revistas especializadas em direito.

O segundo eixo só fez demonstrar que menos acabada do que a cultura impressa era ainda o Estado Nacional que se fundara a gritos tímidos de emancipação, poucos anos antes, mantendo consigo o antigo direito – já rejeitado inclusive do outro lado do Atlântico – da metrópole lusitana e herdando da colônia, além da precariedade institucional, a incipiência de quadros letrados para a burocracia estatal após séculos de sufocamento cultural pela política colonial. Nesse cenário, os intelectuais juristas foram chamados a aperfeiçoar a máquina judiciária estatal e contribuir para a nacionalização do direito enquanto raros representantes de uma escassa cultura letrada, portadores de uma formação muito conveniente às demandas da Nação que se pretendia construir. Ao mesmo tempo, valeram-se da ênfase nesse saber técnico-especializado para legitimar suas aspirações de classe.

É nesse sentido que a criação de uma associação de advogados, espaço de aglutinação e estruturação desse grupo intelectual, funcionava como uma via de mão dupla e moeda de troca entre os interesses dos poderes políticos do Estado, que encontravam nessa instituição um órgão consultivo confiável para obtenção de pareceres técnicos, e os anseios desses juristas de regulamentarem seu campo profissional. Para fortalecer a reputação científica do Instituto, muito conveniente era a criação de seu próprio periódico, motivação que veio escrutinada incontornável vínculo institucional a que o periódico respondeu desde a sua criação. Não nos

furtamos de enfrentar esse vínculo, ao longo de toda a monografia, mas há que se reforçar que a compreensão da *Revista* enquanto iniciativa editorial não se esgotou nele. Era absolutamente esperado que o Instituto tivesse muito a dizer sobre o seu periódico, assim como a revista mesma pudesse falar muito sobre ele. O que se procurou evitar foi a asfixia de um pelo outro, esquecendo que toda publicação responde também a fatores extrainstitucionais próprios de um veículo impresso. A preocupação de informar um público leitor que superava os limites estreitos do quadro de associados e as características específicas desse tipo de publicação periódica impediam-na de corresponder penas às necessidades mais imediatas do Instituto, que inclusive continuou a se valer de outras folhas diárias, compreendendo os limites e as funções próprias daquele tipo de impresso.

Tudo isso vem repetido para dizer que a *RIOAB* não deve ser medida, do início ao fim, somente pelo seu valor como fonte de informação sobre a história do Instituto. Insere-se, de maneira completa e autêntica, na paisagem dos periódicos jurídicos oitocentistas brasileiros, respondendo às demandas mais gerais de seu próprio tempo e servindo, hoje, de observatório privilegiado para a compreensão dessa cultura. Se é bem verdade que seus padrões físicos e estéticos e a maneira pela qual a *Revista* estruturava seus conteúdos, seja na organização da distribuição dos conteúdos, seja na escolha dos temas tratados, respondiam às escolhas e às aspirações da instituição, é igualmente verdadeiro que a inserir na conjuntura vigente quando de seu lançamento e no contexto mais amplo do debate jurídico em âmbito nacional teve também muito a dizer sobre o produto editorial.

Do estudo conjugado desses diversos aspectos constitutivos do periódico, define-se o papel que ela assumiria na história da imprensa e da intelectualidade brasileira. É da leitura conjunta das intenções internas e das expectativas externas que se compreende a complexidade de uma publicação periódica, que se renova e se conforma pela interação entre público e comissão editorial. É por isso que uma perspectiva que se reduzisse a pensar a *Revista* só de dentro ou a avalia-la somente por seu centro de produção seria inevitavelmente insatisfatória. O periódico não era autorreferencial e não se restringia a sua publicação a conteúdos produzidos internamente. Pelo contrário, a maior parte dos conteúdos publicados, a partir da sua segunda fase, foram de documentos externos, que revelam também a cultura do jurista prático oitocentista, as instâncias de produção do direito naquela sociedade e os meios disponíveis para acesso do saber por esses juristas.

Àquela altura as revistas ainda eram um dos meios mais fáceis de acesso aos atos dos poderes oficiais e decisões das Cortes. A falta de tradição das publicações oficiais e as limitações das condições materiais de divulgação de quaisquer impressos impunham aos

periódicos o encargo de ser um acervo completo, um “vade-mécum” que trouxesse tudo que houvesse de mais importante a se conhecer sobre o direito atual para o jurista que atuasse no foro. O acompanhamento sistemático da trajetória da *Revista* do IAB no recorte selecionado evidenciou a diversidade abrigada sob tal título em matéria de legislação, jurisprudência, consultas do conselho de estado, obras jurídicas e toda sorte de documentos que apresentassem alguma utilidade para o jurista profissional do Oitocentos

Por certo, trata-se de série documental dá margem para inúmeras outras reflexões e deve ser amplamente revisitada – assim como outros anteriormente por ela já passaram – pela historiografia vindoura, e não se pretende, de modo algum, com este trabalho exaurir as possíveis leituras sobre a *Revista*. O que foi proposto aqui consistiu em um esforço de fornecer um quadro geral da publicação periódica justamente para que a partir dele outros estudos pudessem tomar como fonte os conteúdos ali publicados. O intento também foi tirar do ostracismo uma revista a que não se deu muita atenção dentro do já combalido tema do periodismo jurídico, sempre ofuscada pelo brilho das suas sucessoras na década de setenta. A meu sentir, descarta-se a riqueza do material jurídico que armazena a *Revista* do IAB, o que além de anticientífico sequer nos parece justo, seja pela relevância da própria instituição, quanto pelo considerável montante de números publicados.

Mas talvez o que de mais interessante haja a se observar a título de encerramento não seja sequer nenhuma constatação sobre o periódico em si ou sobre a cultura jurídica oitocentista, e sim oferecer uma derradeira reflexão sobre o presente e o abismal contraste com a nossa própria cultura jurídica. A falta de especialização, seja das matérias publicadas, quanto da comissão editorial, vêm relativizadas enquanto deméritos da *RIOAB* e de suas coetâneas quando hoje percebemos que são justamente a origem de alguns dos vícios das revistas jurídicas em âmbito universitário. A narrativa que se buscou produzir não é um refúgio e um esconderijo da própria realidade em que nos inserimos, mas instrumental potencialíssimo para repensar o presente na sua própria e inevitável historicidade, como apenas um dos caminhos possíveis a que poderíamos ter nos endereçado nas encruzilhadas do desenvolvimento histórico, mas não um dado natural ou uma condenação definitiva à imutabilidade.

É por isso que uma das maiores reflexões que se pode oferecer para os juristas acadêmicos é constatar que as revistas jurídicas, com todos os seus predicados, não são uma instituição inevitável. São datadas, recentíssimas se pensadas historicamente, e produto das oportunidades e demandas de seu tempo. Hoje, novas circunstâncias materiais permitem repensá-la enquanto instrumento viável e necessário. A profusão de novas tecnologias e a multiplicação de outras formas de congregação de intelectuais permite cogitar que a revista



jurídica também pode ser deixada de lado, assim como as cartas já o foram, como meio privilegiado para a comunicação científica. As condições de produção e difusão dos saberes mudam, as informações a serem publicizadas também e o público leitor ainda mais.

Mas não só as condições materiais contribuem para um possível ocaso ou, no mínimo, reconfiguração desse gênero literário. Hoje as revistas especializadas no campo acadêmico parecem ter se convertido em meros frutos de convivência *inter pares* e não sede de fortalecimento de algum projeto compartilhado, apenas da uma necessidade comum e imposta pelas instâncias de avaliação do ensino superior de cifras numéricas de publicação para alimentar o currículo de pesquisadores. O ideal da revista como ponto de encontro de intelectuais foi substituído pelo ajuntamento forçado de profissionais submetidos às mesmas cobranças e metas de publicação para progressão na carreira. Mudança nociva que acarreta na banalização da palavra escrita e no seu enfraquecimento como motor de criticidade e transformação da realidade.

O fim em si mesmo da publicação não devia ser a sua estatística numérica, mas seu potencial de alcance e de influência e do conhecimento efetivamente produzido. Tornar a produção escrita um imperativo e uma condição de sobrevivência na carreira, como a medida última de excelência acadêmica de um pesquisador ou de uma instituição é uma exigência asfixiante que empobrece tanto o produto editorial, quanto as motivações de editores, as instituições que representam e a própria cultura jurídica que constroem (ainda que não seja um problema exclusivo do direito). E se as universidades – e os acadêmicos – não forem os promotores de sua própria reinvenção, já não sei onde poderíamos nos socorrer.

Como historiadora do direito, não posso me furtar de recuperar objetos aparentemente ultrapassados e envelhecidos para desnaturalizar o presente e libertar o futuro do horizonte restrito daquilo que já existe. Se não é verdade que algumas formas de produção e difusão do saber existiram desde sempre, e sequer sob as mesmas condições e estruturas em que funcionam hoje, tampouco será verdade que deverão necessariamente existir para todo o sempre. É nesse sentido que é oportuno para o historiador pensar sobre seu presente: recuperando o passado, dá o alerta de que o futuro não está condenado. Para acenos – breves – estas poucas linhas bastam para reacender esperanças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### a) Fontes primárias: periódicos

Todos os periódicos brasileiros citados nesta pesquisa foram consultados virtualmente na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, por isso me limito a indicar a referência sem o seu respectivo sítio de acesso para evitar a desnecessária profusão de endereços eletrônicos repetidos.

*A ACTUALIDADE*: jornal politico, litterario e noticioso. Rio de Janeiro, v. 6, n. 647, pp. 1-4, 1863.

*A REPUBLICA*: propriedade do club republicano. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, pp. 1-4, 1870.

*CORREIO MERCANTIL*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 300, pp. 1-4, 1862.

*CORREIO MERCANTIL*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 235, pp. 1-4, 1868.

*CORREIO MERCANTIL*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 289, pp. 1-4, 22 out. 1857.

*DIARIO DE NOTICIAS*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1.456, pp. 1- 4, 1889.

*GAZETA DA TARDE*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 339, pp. 1-4, 1889.

*GAZETA DOS TRIBUNAES*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-4, 10 jan. 1843a.

*GAZETA DOS TRIBUNAES*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 12, pp. 1-4, 17 fev. 1843b.

*GAZETA DOS TRIBUNAES*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 16, pp. 1-4, 3 mar. 1843d.

*GAZETA DOS TRIBUNAES*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 35, pp. 1-4, 16 mai. 1843c.

*GAZETA DOS TRIBUNAES*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 15, p. 1-4, 28 fev. 1843e.

*GAZETA DOS TRIBUNAES*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 59, pp. 1-4, 1843f.

*GAZETA DOS TRIBUNAES*. Rio de Janeiro, v.1, n. 64, 12 set. 1843g.

*GAZETA DOS TRIBUNAES*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 147, pp. 1-4, 8 jul. 1844.

*GAZETA DOS TRIBUNAES*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 379, p. 1-8, 29 dez. 1846.

*GAZETA JURIDICA*: Revista mensal de doutrina, jurisprudência e legislação. Rio de Janeiro, v. 1. n. 1, p. 1-782, jan. a jun. 1873.

*O AUXILIADOR DA INDUSTRIA NACIONAL*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional D'emile Seignot-plancher, v. 1, n. 1, 1830.

*O ESPECTADOR DA AMERICA DO SUL*. Espectador. Porquê? v. 1, n. 1, pp. 1-4, 16 jul. 1863.

*O ESPELHO*: Revista semanal de litteratura, modas, industria e artes, v. 1, n. 1, pp. 1-13, 1859.

*REVISTA JURÍDICA*: doutrina – jurisprudencia – bibliografia. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, pp. 1-86, 1862.

*REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO DO BRAZIL* fundado no Rio de Janeiro debaixo da immediata proteção de S. M. I. o Senhor D. Pedro II. t. 1, n.1, 1839.

*REVISTA DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1-4, 1862.

*REVISTA DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1-4, 1863.

*REVISTA DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1-3, 1865.

*REVISTA DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1-2, 1867.

*REVISTA DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1-2, 1868.

*REVISTA DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 1870.

*REVISTA DO INSTITUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS BRASILEIROS*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 1871.

*REVISTA DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 1871-1880.

*REVISTA DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 1881-1882.

*REVISTA DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 1883.

*REVISTA DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 1887.

*REVISTA DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 1888.

*THÉMIS*, ou Bibliothèque du jurisconsulte; par une *réunion de magistrats, de professeurs et d'avocats*. Bruxelles: v. 1, n. 1, nov-dez. 1819. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6354087g?rk=42918;4>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

#### b) Fontes primárias: documentais e legislativas

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Assembleia Constituinte – 1823. t. II. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874a. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8571>> . Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Assembléa Constituinte – 1823. t. 4. Rio de Janeiro: Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874b. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8571>> . Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Assembléa Constituinte – 1823. t. VI. Rio de Janeiro: Typographia da Viuva Pinto & Filho, 1884. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8571>> . Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. Aviso de 29 de dezembro de 1860. Ao Director da Faculdade de Direito de S. Paulo sobre o parecer dado a respeito de hum compendio destinado ao ensino do direito romano. In: Id. p. 503. *Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brasil*. t. XXIII. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao5.html>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro, 25 de março de 1824. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. Decreto de 13 de Maio de 1808. Crêa a Impressão Régia. *Collecção das Leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18319>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

BRASIL. Decreto n. 1.232-H, de 2 de janeiro de 1891. Approva o regulamento das Instituições de Ensino Jurídico, dependentes do Ministério da Instrução Pública. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1891. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=391704&tipoDocumento=D EC-n&tipoTexto=PUB>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

BRASIL. Decreto n. 1.386, de 28 de abril de 1854. Dá novos Estatutos aos Cursos Juridicos. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro: 28 abr. 1854. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1386-28-abril-1854-590269-publicacaooriginal-115435-pe.html>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

BRASIL. Decreto n. 2.662, de 9 de outubro de 1875. Autoriza o Governo a suprimir os Tribunaes e Conservatorias do Commercio e a organizar Juntas e Inspectorias commerciaes. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, 1875. Disponível

em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2662-9-outubro-1875-549739-publicacaooriginal-65252-pl.html>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

BRASIL. Decreto n. 2.684, de 23 de outubro de 1875. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro. 27 out. 1875. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2684-23-outubro-1875-549772-publicacaooriginal-65290-pl.html>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. Leis, etc. *Collecção de decretos, cartas imperiais e alvarás do Imperio do Brazil de 1825*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

BRASIL. Lei de 1 de outubro de 1828. Dá nova fôrma às Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, 20 out. 1828. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38281-1-outubro-1828-566368-publicacaooriginal-89945-pl.html)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. Lei de 11 de agosto de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, 11 ago. 1827. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-11-8-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-11-8-1827.htm)>. Acesso em: 6 mai. 2018.

BRASIL. Lei de 18 de setembro de 1828. Crêa o Supremo Tribunal de Justiça e declara suas attribuições. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, 9 out. 1828. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-38214-18-setembro-1828-566202-publicacaooriginal-89822-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38214-18-setembro-1828-566202-publicacaooriginal-89822-pl.html)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. Lei de 20 de outubro de 1823. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro. 20 out. 1823. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/antioresa1824/lei-40951-20-outubro-1823-574564-publicacaooriginal-97677-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/antioresa1824/lei-40951-20-outubro-1823-574564-publicacaooriginal-97677-pe.html)>. Acesso em: 7 mai. 2018.

BRASIL. Lei de 29 de novembro de 1832. Promulga o Codigo do Processo Criminal de primeira instancia com disposição provisoria ácerca da administração da Justiça Civil. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, 5 dez. 1832. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-29-11-1832.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-29-11-1832.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. Lei n. 2.033, de 20 de setembro de 1871. Altera diferentes disposições da Legislação Judiciaria. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, 27 set. 1871. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM2033.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2033.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. Lei n. 261, de 3 de dezembro de 1841. Reformando o Codigo de Processo Criminal. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1841. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM261.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM261.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. Lei n. 4, de 10 de junho de 1835. Determina as penas com que devem ser punidos os escravos, que matarem, ferirem ou commetterem outra qualquer offensa physica contra seus senhores, etc.; e estabelece regras para o processo. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, 15 jun. 1835. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM4.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM4.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. Lei n. 556, de 25 de junho de 1850. Código Comercial. *Collecção das Leis do Império do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM556.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM556.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Imperio. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil*. Poder Executivo: Rio de Janeiro, 22 set. 1850. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. *Projeto de Constituição para o Imperio do Brazil*. Projeto de Constituição, apresentado pela Comissão de Constituição. Rio de Janeiro: Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Imperio do Brazil, 1 set. 1823. Disponível em: <<https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/projeto-de-constituicao-apresentado-pela-comissao-de-constituicao>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

CONSULTA da Capitania de Minas - Das "copias extrahidas do archivo do Conselho Ultramarino". *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. XVI, n. 1, p. 391-481, 1910. Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/1332.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1332.pdf)>. Acesso em: 7 mai. 2018.

FRANÇA. Constituição (1791). *La Constitution française*. Paris, 14 set. 1791. Disponível em: <<http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/la-constitution/les-constitutions-de-la-france/constitution-de-1791.5082.html>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

PORTUGAL. Código Philippino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I. Decima-quarta edição segundo a primeira de 1603 e a nona de Coimbra de 1824, adicionada com diversas notas philologicas, historicas e exegeticas, em que se indicão as diferenças entre aquellas edições e a vicentina de 1747 ... desde 1603 ate o prezente. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomatico, 1870. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

### c) Bibliografia

ADORNO, Sergio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AGUIAR, Ruy Rosado de. Prefácio. In: TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. *Consolidação das leis civis*. 3ª ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1876. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/496206>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

ALENCAR, José Martiniano de. Benção paterna. In: Id. *Sonhos d'Ouro*. Obra Completa. v. 1. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 1960. pp. 699-700.

ALENCAR, José Martiniano de. Boletim do dia. *Diário do Rio de Janeiro*, v. 39, n. 291, pp. 1-4, 25 out. 1857. Disponível em: Acesso em:

ALMEIDA, Eneá de Stutz e. *Ecos da Casa de Montezuma: O Instituto dos Advogados Brasileiros como referência na cultura jurídica nacional*. Florianópolis, 2003. 499 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: Acesso em:

ALONSO, Angela. Associativismo *avant la lettre* - as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 13, n. 28, set.-dez., 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222011000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000300007)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALTAROZZI, Giordano; SIGMIREAN, Cornel (Org.). *Il Risorgimento italiano e i movimenti nazionali in Europa*. Dal modelo italiano alla realtà dell'Europa centro-orientale. Roma: Edizioni Nuova Cultura, 2013.

ALVES, Antônio de Castro. O livro e a América. In: Id. *Espumas fluctuantes*. Bahia, 1870.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Editora Ática, 1989

ANZOÁTEGUI, Víctor Tau. Presentacion. In: ANZOÁTEGUI, Víctor Tau (Org.). *La revista jurídica en la cultura contemporanea*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1997. pp. 7-14.

AZEVEDO CASTRO, José Antonio. *Dr. Agostinho Marques Perdigão Malheiro*. Estudo bio-bibliographico. Typ. de Pinheiro: Rio de Janeiro, 1883.

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Dom Casmurro*. 5ª ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. O velho senado. *Revista Brasileira*, t. XIV, abril-jun, p. 257-271, Rio de Janeiro, 1898. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1106>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

ARNAUD, André-Jean. Présentation. In: Id (Org.). *La culture des revues juridiques françaises*. Milano: Giuffrè, 1988. pp. 3-8.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Origem e desenvolvimento da Imprensa no RJ. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXVIII, parte II, pp. 169-224, 1865. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107724-revista-ihgb-tomo-xxviii-parte-segunda.html>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

BAPTISTA PEREIRA, João. Da condicção actual dos escravos especialmente após a promulgação da Lei n. 3270 de 28 de setembro de 1885. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional,

1887. Disponível em:  
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/185617/000093939.pdf?sequence=1>>.  
 Acesso em: 24 jun. 2018.

BARBOZA, Januario da Cunha. Discurso. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. t. I, n. 1, pp. 9-17, 1839.

BARENOT, Pierre-Nicolas; HAKIM, Nader. La jurisprudence et la doctrine: retour sur une relation clef de la pensée juridique française contemporaine. *Quaderni per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 41, pp. 251-327, 2012. Disponível em:  
<http://www.centropgm.unifi.it/quaderni/41/index.htm>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

BARMAN, Jean. The Role of Graduate Law in the Political Elite of Imperial Brazil. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 18, n. 4, pp. 423-450, 1976. Disponível em:  
<https://www.jstor.org/stable/174990>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BARRIERE, Jean-Paul. Un genre à part: “les revues juridiques professionnelles”. In: LEYMARIE, Michel; MOLLIER, Jean-Yves (Org.). *La Belle Époque des revues (1880-1914)*. Caen: Éditions de l’IMEC, 2002. p. 269-283.

BARRETO DE MENESES, Tobias. *Um discurso em mangas de camisa*. In: LIMA, Hermes. *A época e o homem* (em apêndice o Discurso em Mangas de Camisa com as notas e adições). São Paulo, Rio, Recife, Porto Alegre: Companhia Heditorial Nacional, 1939. pp. 283-305. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/tobias-barreto-a-epoca-e-o-homem-em-apendice-o-discurso-em-mangas-de-camisa-com-as-notas-e-adicoes/preambulo/5>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

BENEDUCE, Pasquale. *Il corpo eloquente: identificazione del giurista nell’Italia liberale*. Bologna: Il Mulino, 1996.

BEZZERRA, Carlos Eduardo de Oliveira. *Adolfo Caminha: um polígrafo na literatura brasileira do século XIX (1885-1897)*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Exposição comemorativa do centenário do Diário Oficial (1862-1892)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1862. Disponível em:  
[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1285830.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1285830.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2018.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883. Disponível em:  
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. v. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. pp. 385-386. Disponível em:  
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. v. 3. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. Disponível em:  
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>>. Acesso em: 9 mai. 2018.



BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. v. 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. v. 7. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico*. Lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1995.

BONELLI, Maria da Gloria. Lawyers' Associations and the Brazilian State. *Law & Social Inquiry*: Journal of the American Bar Foundation, v. 8, n. 4, pp. 1.045-1.073, 2003.

BONELLI, Maria da Gloria. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 14, n. 39, pp. 61-81, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091999000100004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091999000100004&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 24 jun. 2018.

BONNECASE, Julien. *La Thémis (1819-1831)*. Son fondateur, Athanase Jourdan. 10<sup>a</sup> ed. Paris: Librairie de la Société du Recueil Sirey, 1914. Disponível em: <<https://archive.org/details/lathmis181918300bonn>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

BURKE, Peter; BRIGGS, Ana. *Uma história social da mídia*. De Gutenberg à internet. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna: Europa (1500-1800)*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CALVINO, Italo. *Le città invisibili*. Milano: Oscar Mondadori, 2016.

CALVINO, Italo. *Il barone rampante*. Milano: Oscar Mondadori, 2010.

CÂMARA, José Gomes Bezerra. *Subsídios para a História do Direito pátrio*. t. III [1822-1889]. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1966.

CANAL, Jordi. Maurice Agulhon e a categoria sociabilidade. *Ler História*, n. 68, 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/lerhistoria/1780>>. Acesso em: 11 mai. 2018.

CAPPELINI, Paolo. Codici. In: FIORAVANTI, Maurizio (org.). *Lo stato moderno in Europa*. Istituzioni e diritto. 1<sup>a</sup> ed. Roma: Roma, 2002. p. 102-138.

CARONI, Pio. *Saggi sulla storia della codificazione*. Milano: Giuffrè, 1998.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 4ª ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de (org.) *Repensando o Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CASSESE, Sabino. In: GROSSI, Paolo (Org.). *La “cultura” delle riviste giuridiche italiane*. Atti del primo incontro di studi. Firenze, 15-16 aprile. Milano: Giuffrè, 1983. pp. 43-54. Disponível em: Acesso em:

CASSESE, Sabino. La “cultura delle riviste”. In: TARELLO, Giovanni (org.). *Materiali per una storia della cultura giuridica (IV)*. Bologna: Il Mulino, 1974. pp. XX-XX. Disponível em: Acesso em:

CAZZETTA, Giovanni. *Codici civile e identità giuridica nazionale*. Percorsi e appunti per una storia delle codificazioni moderne. Turin: Giappichelli, 2011.

CERQUEIRA, Gabriel Souza. Reforma Judiciária e Administração da Justiça no Segundo Reinado (1841-1871). 2014. 104f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <[http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao\\_gabriel-cerqueira](http://www.unirio.br/cch/escoladehistoria/pos-graduacao/ppgh/dissertacao_gabriel-cerqueira)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeito no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Caderno AEL*, v. 14, p. 11-50, 2009. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/viewFile/2558/1968>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

CHARTIER, Roger. A mão do autor e a mente do editor. Tradução George Schlesinger. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CLAVERO, Bartolomé. La gran dificultad: frustración de una ciencia del derecho en la España del siglo XIX. *Ius commune*, v. 12, pp. 91-115, 1984.

CHABOD, Federico. *L'idea di nazione*. Bari: Laterza, 1961.

CHARLE, Christophe. *Le siècle de la presse (1830-1939)*. Paris, Seuil, 2004.

CHAVES, André Aparecido Bezerra. *A Revista da Faculdade Livre de Direito da Cidade do Rio de Janeiro: uma proposta para a identidade jurídica nacional brasileira*. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2015.

CHORÃO, Luís Bigotte. *O periodismo jurídico português do século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.

COELHO, Edmundo. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de*

Janeiro (1822-1930). Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

COELHO, Fábio Ulhôa. *Curso de direito comercial*. v. 1. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CORREA TELLES, José Homem. *Commentario critico á Lei da Boa Razão*. Lisboa: Typographia de Maria da Madre de Deus, 1865. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/bibliotecadigital/OR/108523/pdf/108523.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

COSTA, Carlos Roberto da. *A revista no Brasil do século XIX*. São Paulo, 2007. 291 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Computação, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: Acesso em:

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

COSTA, Pietro. La giuspubblicistica dell'Italia unita: il paradigma disciplinare. In: SCHIAVONE, Aldo (org.). *Stato e cultura giuridica in Italia dall'Unità alla Repubblica*. Roma: Laterza, 1990. pp. XXX

COSTA, Wilma Peres. A Economia Mercantil Escravista Nacional e o Processo de Construção do Estado no Brasil (1808-1850). In: *História econômica da independência e do Império*: coletânea de textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica. São Paulo: EdUSP, 1996. pp. 147-160.

COSTA, Vivian Chierigati. Codificação e formação do Estado-nacional brasileiro: o Código Criminal de 1830 e a positivação das leis no Pós-Independência. 2013. 361p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Culturas e Identidades Brasileiras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/31/31131/tde-04112013-164930/pt-br.php>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

CRUZ, Guilherme Braga da. *A Revista de Legislação e Jurisprudência*. Esboço de sua História. v. 1. Coimbra: Coimbra Editora, 1975.

DAL RI JR, Arno. A Nação Contra o Estado. A Ciência do Direito Internacional no “Risorgimento” Italiano. In: BRANT, Leonardo Nemer Caldeira (Org.). *Anuário Brasileiro de Direito Internacional*. – v.1, n.1, 2006 – Belo Horizonte: CEDIN, 2006. pp. 69-97.

DANN, Otto. Die Zeitschriften im Rahmen der deutschen Aufklärungsgesellschaft. In: STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften: die neuen Medien des 18-20. Jahrhunderts*. Frankfurt am Main: Klostermann, 1999. pp. 1-14.

DANTAS, Monica. Epílogo: Homens livres pobres e libertos e o aprendizado da política no Império. In: DANTAS, Monica (org.) *Revoltas, Motins, Revoluções*: homens livres, pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

DANTAS, Monica (org.) *Revoltas, Motins, Revoluções*: homens livres, pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

DARNTON, Robert. Introduction. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Org.). *Revolution in print: the press in France (1775-1800)*. Berkeley: University of California Press, 1989.

DARNTON, Robert. *O iluminismo como Negócio: História da publicação da enciclopédia, 1775-1880*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEMOLOMBE, Charles. *Cours de Code Napoléon*. Traité de la publication des effets et de l'application des lois en general. Paris: Imprimerie Générale, 1804.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. *Redes intelectuales em América Latina*. Hacia la constitución de una comunidad intelectual. Santiago: Instituto de Estudios Avanzados Universidad Santiago de Chile, 2007.

DIAS, Maria Odília da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 278, pp. 105-170, jan.-mar. 1968.

DIAS, Maria Odília Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In: JANCSÓ, István (ed.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: FAPESP; Hucitec; Unijuí, 2003. pp. 432-467.

DOLHNIKOFF, Miriam. O lugar das elites regionais. *Revista USP*, São Paulo, n. 58, pp. 116-133, jun.-ago. 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33853/36586>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

EUL-SOO, Pang; SECKINGER, Ron L. The mandarins of Imperial Brazil. *Comparative Studies in Society e History*, v. 14, n. 2, pp. 215-244, 1972. Disponível em: <<https://www.cambridge.org/core/journals/comparative-studies-in-society-and-history/article/the-mandarins-of-imperial-brazil/2849A1407A812017804F034A53B30D56>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

FAGUNDES, Laura; FILHO, Alberto Venâncio; MAIA, José Motta. *Instituto dos Advogados Brasileiros: 150 anos de história (1843-1993)*. Rio de Janeiro: IAB/Editora Destaque, 1995.

FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro? v. 1, n. 1, pp. 8-58, 1987. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8467/10018>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2012.

FERRANTE, Elena. *Storia della bambina perduta*. Roma: Edizioni E/O, 2014.

FERRARO, Alceu Ravanello; LEÃO, Michele de. Lei Saraiva (1881): Dos argumentos invocados pelos liberais para a exclusão dos analfabetos do Direito de voto. *Educação Unisinos*, v. 16, n. 3, pp. 241-150, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/4496/449644459007.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

FIORAVANTI, Maurizio. Alle origini di una disciplina giuridica: la giuspubblicistica italiana e le sue prime riviste (1891-1903). *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 16, pp. 209-284, 1987. Disponível em:

<<http://www.centropgm.unifi.it/quaderni/16/index.htm>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

FLORIANO, Raul; *et alli*. *Ex-Presidentes do Instituto dos Advogados Brasileiros, desde Motnezuma*. Rio de Janeiro: s. ed., 1988

FONSECA, Ricardo Marcelo. A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX. *Revista da faculdade de Direito UFPR*, n. 44, pp. 61-76, 2006. Disponível em:

<<https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/9415>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

FONSECA, Ricardo Marcelo. A “Lei de Terras” e o advento da propriedade moderna no Brasil. *Anuario Mexicano de Historia del Derecho*, n. 17, pp. 97-112, 2005. Disponível em:

<<http://gnmp.com.br/arquivos/Editor/file/Artigos/Artigo%20Lei%20de%20Terras%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

FONSECA, Ricardo Marcelo. A formação da cultura jurídica nacional e os cursos de direito no Brasil: uma análise preliminar (1854-1879). *Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija*, Madrid, v. 8, n. 8, p. 97-116, 2005.

FONSECA, Ricardo Marcelo. Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX. *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, Milano, v. 35, t. I, 2006. Disponível em: <<http://www.centropgm.unifi.it/quaderni/35/index.htm>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

FORMIGA, Armando Soares de Castro. *Periodismo jurídico no Brasil do século XIX*. História do direito em jornais e revistas. Curitiba: Juruá, 2010.

FRANÇA, Ernesto Ferreira. Revista Jurídica. *Revista Jurídica: Doutrina – Jurisprudência – Bibliographia*, v. 1, n. 1, Rio de Janeiro, pp. 1-86, 1862. Disponível em:

FRANÇA, Rubens Limongi. Reforma do Código ou Consolidação das Leis Civis. *Revista brasileira de direito comparado*. n. 17, pp. 16-43, jul.-dez. 1999. Disponível em: <[http://www.idclb.com.br/revistas/17/revista17%20\(8\).pdf](http://www.idclb.com.br/revistas/17/revista17%20(8).pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

FRATE, Paolo Alvazzi del. *Giurisprudenza e référé législatif in Francia nel periodo rivoluzionario e napoleonico*. Torino: G. Giappichelli, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2013.

GIANNINI, Massimo Severo. Introduzione ai lavori. In: GROSSI, Paolo (Org.). *La “cultura” delle riviste giuridiche italiane*. Atti del primo incontro di studi. Firenze, 15-16 aprile. Milano: Giuffrè, 1983. pp. XX-XX. Disponível em: Acesso em:

GINZBURG, Carlo. *I formaggi e i vermi: il cosmo di um mugnaio del ‘500*. Einaudi: Torino, 1999.

GODOI, Rodrigo Camargo de. *Um editor no império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

GONZÁLEZ, Antonio Serrano. Revistas jurídicas en España: una cuestión de estilo. In: ANZOÁTEGUI, Víctor Tau (org.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1997. pp. 77-110.

GROSSI, Paolo. Chiarimenti preliminari. In: GROSSI, Paolo (Org.). *La "cultura" delle riviste giuridiche italiane*. Atti dell'incontro di studio. Firenze, 15-16 aprile 1983. Milano: Giuffrè, 1984. pp. 13-20.

GROSSI, Paolo. *Debate*. In: ANZOATEGUI, Victor Tau (Org.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Ediciones Ciudad Argentina: Buenos Aires, 1997a. p. 374.

GROSSI, Paolo. Las revistas jurídicas: un vacío historiográfico que es necesario colmar. In: ANZOÁTEGUI, Victor Tau. *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1997b. pp. 21-30.

GROSSI, Paolo. *L'Europa del diritto*. Roma: Laterza, 2009.

GROSSI, Paolo. Palabras finales del professor Paolo Grossi. In: ANZOÁTEGUI, Víctor Tau (org.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1997c. pp. 387-389.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Balanço geral do seminário. In: JANCÓS, Istvan (ed.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: FAPESP; Hucitec; Unijuí, 2003.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*, v.156, nº388, p.459-613, jul./set., 1995.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O periódico de uma société savante: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889). *ArtCultura*, Uberlândia, v. 14, n. 25, pp. 37-49, jul.-dez. 2012.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. *História da Ordem dos Advogados do Brasil: o IAB e os advogados no Império*. Brasília: OAB, 2003.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. Myrthes Gomes de Campos (1875-?): pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina. *Genero*, v. 9, n. 2, pp. 135-151, 2009. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/85/62>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 93-122.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional". *Revista Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, pp. 5-27, 1988

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2005.

HALPÉRIN, Jean-Louis. La place de la jurisprudence dans les revues juridiques en France au XIX siècle. In: STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften in Europa*. Frankfurt am Main: Klostermann, 2006. pp. 369-383.

HANSEN, Patricia Santos; GOMES, Angela de Castro. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. pp. 7-40. Disponível em: <[http://www.record.com.br/images/livros/capitulo\\_12Kaqu.pdf](http://www.record.com.br/images/livros/capitulo_12Kaqu.pdf)>. Acesso em: 9 mai. 2018.

HEIRBAUT, Dirk. Law reviews in Belgium (1763-2004): instrumentos of legal practice and linguistic conflicts. In: STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften in Europa*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2006.

HESPANHA, António Manuel. *A cultura jurídica europeia*. Síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012.

HESPANHA, António Manuel. *O Direito dos Letrados no Império Português*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

HESPANHA, António Manuel. Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro. *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 35, t. 1, pp. 59-68, 2006. Disponível em: <<http://www.centropgm.unifi.it/quaderni/35/index.htm>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

HESPANHA, António Manuel. Razões de decidir na doutrina portuguesa e brasileira do século XIX. Um ensaio de análise de conteúdo. *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 39, n. 1, pp. 109-151, 2010.

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS. *Revista Digital*. 2018. Disponível em: <<http://www.iabnacional.org.br/mais/mural-do-presidente/revista-digital>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

IRTI, Natalino. In: GROSSI, Paolo (Org.). *La "cultura" delle riviste giuridiche italiane*. Atti dell'incontro di studio. Firenze, 15-16 aprile 1983. Milano: Giuffrè, 1984. p. 67-70. Disponível em: <<http://www.centropgm.unifi.it/cache/biblioteca/013/0070.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

JANCSÓ, Istvan. Este livro. In: JANCSÓ, Istvan (ed.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: FAPESP; Hucitec; Unijuí, 2003. pp. 25-26.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. O Bacharel de Direito no Século XIX: Herói ou anti-herói? *Luso-Brazilian Review*, v. 34, n. 1, pp. 77-93, 1997. Disponível em:

<<https://www.jstor.org/stable/3513806>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

KIESOW, Rainer Maria. Das Datum des Rechts. Von der unzeitgemäßen Enzyklopedie zur zeitgemäßen Zeitschrift in Frankreich. In: STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften in Europa*. Frankfurt am Main: Klostermann, 2006. pp. 385-396.

KIRCHNER, Joachim. *Bibliographie der Zeitschriften des deutschen Sprachgebietes bis 1900*. Bd. 1: Die Zeitschriften des deutschen Sprachgebietes von den Anfängen bis 1830. Stuttgart, 1969.

KLINK, Amyr. *Cem dias entre céu e mar*. 33ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KLIPPEL, Diethelm; ARENDES Gerald. Die juristischen Zeitschriften im 19. Jahrhundert. Beobachtungen zu den juristischen Periodika in der Zeitschriftenbibliographie von Joachim Kirchner. In: STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften*. Die neuen Medien des 18.-20. Jahrhunderts. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1999. pp. 41-52.

KLIPPEL, Diethelm. Die juristischen Zeitschriften im Übergang vom 18. zum 19. Jahrhundert. In: STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften*. Die neuen Medien des 18.-20. Jahrhunderts. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1999. pp. 15-39.

LACOMBE, Américo Jacobina. A cultura jurídica. In: HOLANDA, Sergio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr; BARRETO, Célia de Barros. *Historia geral da civilização brasileira*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LACCHÈ, Luigi. “All’antica sua patria”. Pellegrino Rossi e Simonde de Sismondi: relazioni intellettuali fra Ginevra e la Toscana. In: SOFIA, F. *Sismondi e la civiltà toscana*. Firenze: Olschki, 2001. pp. 85-91.

LACCHÈ, Luigi. Il canone eclettico. Alla ricerca di uno strato profondo della cultura giuridica italiana dell’Ottocento. *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 39, pp. 153-228, 2010. Disponível em: <<http://www.centropgm.unifi.it/quaderni/39/index.htm>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

LACCHÈ, Luigi; STRONATI, Monica. La ‘cultura’ delle riviste e le scienze criminali. Introdução. In: LACCHÈ, Luigi; STRONATI, Monica (Org.). *Una tribuna per le scienze criminali*. La ‘cultura’ delle Riviste nel dibattito penalistico tra Otto e Novecento. Macerata: Università di Macerata, 2012. pp. 7-20.

LAGO, Laurenio. *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal*. Dados biográficos (1828-2001). Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2001.

LAIDLER, Christiane. A Lei do Ventre Livre: interesses e disputas em torno do projeto de “abolição gradual”. *Revista Escritos da Casa de Rui Barbosa*, n. 5, pp. 169-205, 2011. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero05/artigo09.php>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/História-e-Memória.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2018.



LEIVA, Alberto David. Del periodismo a las revistas jurídicas. Un aspecto en la evolución de la literatura jurídica argentina (1850-1950). In: ANZOÁTEGUI, Víctor Tau (org.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1997. pp. 57-75.

LENER, Angelo. La cultura delle riviste di giurisprudenza. *Foro (II) italiano*: raccolta générale di Giurisprudenza civile, commerciale, penale, amministrativa, v. 106, 1983. pp. 269-274. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/23176971>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

LIMA, Lilian Martins de. *A História em Revistas: periodismo cultural e conhecimento histórico no Rio de Janeiro Oitocentista*. 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93263>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

LIMA LOPES, José Reinaldo de. A formação do direito comercial brasileiro: a criação dos tribunais de comércio do Império. *Cadernos DIREITO GV*, v. 4, n. 6, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2827/caderno%20direito%2020.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

LIMA LOPES, José Reinaldo de. Consultas da Seção de Justiça do Conselho de Estado (1842-1889). A formação da cultura jurídica brasileira. *Almanack Braziliense*, n. 5, mai. 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11655>>. Acesso em: 3 mai. 2018.

LIMA LOPES, José Reinaldo de. Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, Editora UNIJUÍ, FAPESP, 2003. p. 200-211.

LIMA LOPES, José Reinaldo de. *História da Justiça e do Processo no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Juruá, 2017.

LIMA LOPES, José Reinaldo de. *O oráculo de delfos: Conselho de Estado e direito no Brasil oitocentista*. São Paulo: Saraiva, 2010.

LORENTE, Marta. De la Revista al Diccionario: Martinez Alcubilla y el orden. In: ANZOÁTEGUI, Víctor Tau (org.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad Argentina, 1997. pp. 243-288.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 111-153. Disponível em: <<https://lehmae.files.wordpress.com/2013/04/scan0117.pdf>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

LUCA, Tania Regina de. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasi (1916-1944)*. São Paulo: Unesp, 2011.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a Guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUTS-SOOTAK, Marju; RISTIKIVI, Merike. Dear Reader. *Juridica International*, v. XVII, 2010. Disponível em: <<https://ojs.utlib.ee/index.php/juridica/article/view/JI.2015.23.00>>. Acesso em: 3 mai. 2018.

LYRA, Augusto Tavares de. Os ministros de estado da independência à república. *RIHGB*, n. 193, pp. 3-104, 1946. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107886-revista-ihgb-volume-193.html>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

MACHADO, Lígia Cristina. *A Revista Popular (1859-1862) e a nacionalidade de seus colaboradores*. In: FERREIRA, Tânia Bessone da Cruz; RIBEIRO, Gladys Sabina; GONÇALVES, Monique da Siqueira (Org.). *O Oitocentos entre livros, livreiros, impressos, missivas e bibliotecas*. São Paulo: Alameda, 2013. pp. 125-148.

MANGONI, Luisa. Le riviste del Novecento. In: ROSA, Alberto Asor (Org.). *Letteratura italiana: Il letterato e le istituzioni*. v. I. Torino: Einaudi, 1982.

MANSUINO, Carlo. *Periodici giuridici italiani (1850– 1900)*. Repertorio. Milano: Giuffrè, 1994.

MARCOS, Rui de Figueiredo. A fundação do boletim da faculdade de Direito e o periodismo jurídico em Coimbra. *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, v. comemorativo, pp.11-43, 2003. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/12026>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira. *O Brazil e as colonias portuguesas*. Lisboa: Libreria Bertrand, 1880.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. *Topoi*, v. 7, n. 12, pp. 178-221, jan.-jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v7n12/2237-101X-topoi-7-12-00178.pdf>> . Acesso em: 23 jun. 2018.

MARTÍNEZ, Fernandez. La prensa jurídica y de las corporaciones jurídicas. In: FERNÁNDEZ SANZ, Juan José (Org.). *Doce calas en la historia de la prensa española especializada*. Guadalajara: Asociación de la Prensa de Guadalajara, 2004. pp. 9-31.

MARTINHO, Ana Maria de Sá Osório Figueiredo. *Contributo das revistas jurídicas para a comunicação e criação de conhecimento: uma perspectiva bibliométrica*. 2011. 289f. Tese (Doutorado) – Curso de Medicina, Universidade de Alcalá, Alcalá de Henares, 2011. Disponível em: <[https://ebuah.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/9823/Tese\\_AMM%20Versão%20Final.pdf?sequence=1](https://ebuah.uah.es/dspace/bitstream/handle/10017/9823/Tese_AMM%20Versão%20Final.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 28 abr. 2018.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Unesp, 2006.

MARTINS, Ana Luiza. “Da fantasia à história”: folheando páginas revisteiras. *História*, v. 22, n. 1, pp. 59-79, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742003000100003&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742003000100003&script=sci_abstract)>. Acesso em: 25 jun. 2018.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008

MARTINS, Bruno Guimarães. A seriedade do cômico: a Gazeta dos Tribunaes no Rio de Janeiro. In: XXXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2013, Manaus. *Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Manaus: Intercom, 2013. p. 57 – 89. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1011-1.pdf>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a Historia do Brazil. Como se deve escrever a Historia do Brazil. Dissertação oferecida ao Instituto Historico e Geographico do Brasil. Acompanhada de uma Bibliotheca Brasileira, ou lista das obras pertencentes á Historia do Brasil. *Revista Trimestral de Historia e Geographia* ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, debaixo da Immediata Protecção de S. M. I., o Senhor D. Pedro II. t. 6, n. pp. 381-403, 1844. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107700-revista-ihgb-tomo-sexto.html>>. Acesso em: 11 mai. 2018.

MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MATTOS, Raymundo José da Cunha; BARBOZA, Januario da Cunha. Proposta aos Ill.mos Srs. do Conselho da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil*. t. I, n. 1, pp. 5-7, 1839.

MAZZACANE, Aldo. Alle origini della comparazione giuridica: i carteggi di Carl Joseph Anton Mittermaier. In: AA. VV. *La comparazione giuridica tra Ottocento e Novecento*. In memoria di Mario Rotondi. Milano: Istituto Lombardo di Scienze e Lettere, 2001. pp. 15-38.

MAZZACANE, Aldo. Introduzione. In: MAZZACANE, Aldo (org.). *I giuristi e la crisi dello Stato liberale in Italia fra Otto e Novecento*. Napoli: Liguori, 1994a. pp. 18-22.

MAZZACANE, Aldo. Pratica e insegnamento: l’istruzione giuridica a Napoli nel primo Ottocento. In: MAZZACANE, aldo; VANO, Cristina (Org.). *Università e professioni giuridiche in Europa nell’età liberale*. Napoli: Jovene, 1994b. pp. 77-113.

MAZZACANE, Aldo. *Savigny tra la storiografia e sistema*. Napoli: Liguori, 1983.

MAZZACANE, Aldo. Secolo dell’università e secolo delle professioni: le ragioni di un

incontro. In: MAZZACANE, Aldo; VANO, Cristina (Org.). *Università e professioni giuridiche in Europa nell'età liberale*. Napoli: Jovene, 1994c.

MELLO FREIRE, José Paschoal de. *Ensaio do Código Criminal, a que mande proceder a Rainha fidelíssima D. Maria I*, Paschoal José de Mello Freire, que a sua Magestade fidelíssima, o Senhor D. João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, oferece e dedica Miguel Setário, a quem liberalmente o cederão em publica utilidade os dignos herdeiros de seu benemérito Autor. Lisboa: Typographia Maigrense, 1823.

MELLO FREIRE, José Paschoal de. *Instituições de direito civil português: tanto público como particular*. sl.: s.d., 1779.

MELLO, Luis José de Carvalho. *Projecto de Regulamento ou Estatutos para o Curso Juridico mandado crear nesta Corte*, pelo Conselheiro d'Estado Visconde da Cachoeira. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1826. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_obrasraras/or1472162/or1472162.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1472162/or1472162.pdf)>. Acesso em: 6 mai. 2018.

MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. *A historiografia liberal de Tristão*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

MORAES, Rubens Borba de. A Impressão Régia do Rio de Janeiro: origens e produção. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida Camargo. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. v. 1. São Paulo: Kosmos, 1993. p. XVII-XXXII. Disponível em: <<http://purl.pt/24404>>. Acesso em: 9 mai. 2018.

MOZZARELLI, Cesare. L'annuario delle scienze giuridiche, sociali e politiche (1880- 1883). Viaggio breve nella cattiva coscienza. *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 16, pp. 7-46, 1987. Disponível em: <<http://www.centropgm.unifi.it/quaderni/16/index.htm>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Estado, nação e escrita da história: propostas para debate. In: CARVALHO, José Murilo (Org.). *Repensando o Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

OLIVEIRA, João Gualberto. *História dos órgãos de classe dos advogados*. São Paulo: Indústria Gráfica Bentivegna, 1968.

OLIVEIRA, Sônia Regina Martins de. *Juristas ao final do império brasileiro (1873-1889): perfis, discursos e modelos a partir do estudo da revista O Direito*. 2015. 328 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

OTTO, Gil. *A elevada missão cultural do Instituto dos Advogados brasileiros*. Discurso: 1958.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 2v. 5ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

NEDER, Gizlene. *Discurso Jurídico e Ordem Burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995.

NUNES, Diego. The ‘Code Pénal’ in the Itinerary of the Criminal Codification in America and Europe: ‘Influence’ and Circularity of Models. In: MASFERRER, Ancieto (ed.). *The Western Codification of Criminal Law. A Revision of the Myth of its Predominant French Influence*. Heidelberg, New York, London: Springer, 2018.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial*. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

PETIT, Carlos. *Discurso sobre el discurso*. Oralidad y escrita en la cultura jurídica de la España liberal. Huelva: Universidad de Huelva, 2000.

PETIT, Carlos. El código inexistente. Por una historia conceptual de la cultura jurídica en la España del siglo XIX. *Anuario de derecho civil*, v. 48, n. 4, pp. 1429-1466, 1995. Disponível em: <[http://rabida.uhu.es/dspace/bitstream/handle/10272/10422/El\\_codigo\\_inexistente.pdf?sequence=2](http://rabida.uhu.es/dspace/bitstream/handle/10272/10422/El_codigo_inexistente.pdf?sequence=2)>. Acesso em: 7 mai. 2018.

PETIT, Carlos. Revistas españolas y legislación extranjera: El hueco del derecho comparado. *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 35, t. 1, pp. 256-338, 2006. Disponível em: <<http://www.centropgm.unifi.it/quaderni/35/index.htm>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

PETIT, Carlos. Revistas españolas y legislación extranjera: El hueco del derecho comparado. In: STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften in Europa*. Frankfurt am Main: Klostermann, 2006. pp. 417-489.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. O Instituto Historico e Geographico Brasileiro é o representante das ideias de ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, pp. 77-86. abr./jun. 1839. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107695-revista-ihgb-tomo-i.html>>. Acesso em: 11 mai. 2018.

PIRETTI, Maria Serena. Cesare Albicini e la scuola bolognese di diritto costituzionale: La “Rivista di diritto pubblico” (1889-1893). *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 16, pp. 185-207, 1987. Disponível em: <<http://www.centropgm.unifi.it/quaderni/16/index.htm>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

PLUET-DESPATIN, Jacqueline. Une contribution a l’histoire des intellectuels: les revues. In: RACINE, Nicole; TREBITSCH, Michel Trebitsch (org.). *Sociabilites intellectuelles: Lieux, milieux, réseaux*. *Cahiers de l’Institut d’histoire du temps présent*, n. 20, 1992.

POUND, Roscoe. Types of legal periodical. *Iowa Law Review Roscoe*, v. XIV, n. 3, pp. 257-265, apr. 1929. Disponível em: Acesso em:

PORTALIS, Jean-Étienne-Marie. *Discours préliminaire du premier projet de Code civil*. Discours prononcé le 21 janvier 1801 et le Code civil promulgué le 21 mars 1804. Bordeaux: Éditions Confluences, 2004. Disponível em: Acesso em:

PRANDO, Camila Cardoso de Mello. *O saber dos juristas e o controle penal: o debate doutrinário na Revista de Direito Penal (1933-1940) e a construção da legitimidade pela defesa social*. 2012. 292 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em

Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. *A teoria penal de P. J. A. Feuerbach e os juristas brasileiros do século XIX: a construção do direito penal contemporâneo na obra de P. J. A. Feuerbach e sua consolidação entre os penalistas do Brasil*. 2008. 395f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-11112011-112357/pt-br.php>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

RAMOS, Henrique Cesar Monteiro Barahona. *A Revista “O Direito”: Periodismo jurídico e imprensa no final do Império do Brasil*. 2009. 174f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

RECENSAMENTO DO BRAZIL EM 1872. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzing, 1974. Disponível em:

RÉMY, Philippe. Le rôle de l'exégèse dans l'enseignement du droit au XIX siècle. *Annales d'Histoire des Facultés de Droit et de la Science juridique*, n. 2, pp. 91-105, 1985. Disponível em: <<https://univ-droit.fr/docs/recherche/rhfd/pdf/02-1985/02-1985-p091-105.pdf>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

RESCIGNO, Pietro. In: GROSSI, Paolo (Org.). *La “cultura” delle riviste giuridiche italiane*. Atti dell'incontro di studio. Firenze, 15-16 aprile 1983. Milano: Giuffrè, 1984. pp. 75-84.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a typografia no Brasil*. São Paulo: Kosmos, 1945.

ROCHE, Daniel. Uma declinação das Luzes. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp. 40-42.

RODRIGUES, José Honório. *O Conselho de Estado: quinto poder?* Brasília: Senado Federal, 1978.

ROMANO, Alberto. Nota Bio-bibliográfica sobre Santi Romano. In: ROMANO, Santi. *O Ordenamento Jurídico*. Tradução de Arno Dal Ri Jr. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. pp. 33-56.

ROSSI, Pellegrino. De l'étude du droit dans ses rapports avec la civilisation et l'état actuel de la science. *Annales de législation et de jurisprudence*. t. I. Genève: Chez Manget et Cherbuliez, 1820. pp. 1-69. Disponível em: Acesso em:

ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. JANCÓS, Istvan (ed.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: FAPESP, Hucitec, Unijuí, 2003. pp. 365-388.

RÜCKERT, Joachim. Geschichtlich, praktisch, deutsch. Die “Zeitschrift für geschichtliche Rechtswissenschaft” (1815-1850), das “Archiv für die civilistische Praxis (1818-1867) und die “Zeitschrift für deutsches Recht und deutsche Rechtswissenschaft” (1839-1861). In: STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften*. Die neuen Medien des 18.-20. Jahrhunderts. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1999. pp. 107-258.

RÜCKERT, Joachim. Zur Charakteristik führender juristischer Periodika im 19. Jahrhundert in Deutschland. *Juridica International*, v. XVIII, pp. 19-39, 2010. Disponível em: <[http://www.juridicainternational.eu/public/pdf/ji\\_2010\\_1\\_19.pdf](http://www.juridicainternational.eu/public/pdf/ji_2010_1_19.pdf)>. Acesso em: 3 mai. 2018.

SÁ VIANNA, Manoel Alvaro de Souza. *Memoria lida na sessão solemne comemorativa do 50º aniversario da fundação do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

SALDANHA, Nelson Nogueira. *História das ideias políticas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1052/ideias\\_politicas.pdf?sequence=9](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1052/ideias_politicas.pdf?sequence=9)>. Acesso em: 13 mai. 2018.

SALLES, Ricardo Henrique. O império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. Quatro vertentes de interpretação sobre a natureza do Estado e do poder imperiais. *Almanack*, Guarulhos, n. 4, p. 5-45, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-46332012000200005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-46332012000200005&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 2 mai. 2018.

SALVO, Patrizia. *La cultura delle riviste giuridiche siciliane dell'Ottocento*. Milano: Giuffrè, 2002.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.) *Coleção Brasil Imperial*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. pp. 175-205.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, v. 2, n. 2, São Paulo, pp. 46-71, mai.-ago. 1988. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141988000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007)>. Acesso em: 27 abr. 2018.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. *América: Cahiers du CRICCAL*, n. 9-10, pp. 9-16, 1992. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/ameri\\_0982-9237\\_1992\\_num\\_9\\_1\\_1047](https://www.persee.fr/doc/ameri_0982-9237_1992_num_9_1_1047)>. Acesso em: 3 mai. 2018.

SAVIGNY, Friedrich Carl. Ueber den juristischen Unterricht in Italien. In: Id. *Vermischte Schriften*. v. 4. Berlin, 1850. pp. 309-342. Disponível em: Acesso em:

SAVIGNY, Friedrich Carl von. Ueber den Zweck dieser Zeitschrift. *Zeitschrift für geschichtliche Rechtswissenschaft*. v. 1, n. 1, pp. 1-17, 1815. Disponível em: <<https://www.jura.uni-frankfurt.de/68702263/Friedrich-Carl-von-Savigny-Text-1.pdf>>. Acesso em: 3 mai. 2018.

SAVIGNY, Friedrich Carl von. *Vom Beruf unsrer Zeit für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft*. Heidelberg: Mohr und Zimmer, 1814. Disponível em: <<http://reader.digitale-sammlungen.de/resolve/display/bsb10740690.html>>. Acesso em: 2 mai. 2018.

SBRICCOLI, Mario. Il diritto penale liberale. La “Rivista Penale” di Luigi Lucchini (1874-1900). *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*, v. 16, pp. 105-183, 1987. Disponível em: <<http://www.centropgm.unifi.it/quaderni/16/index.htm>>. Acesso em: 7 mai. 2018.

SCHIOPPA, Antonio Padoa. *Storia del diritto in Europa*. Dal medioevo all’età contemporanea. Bologna: Il Mulino, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2ª ed. 3ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Disponível em: <[http://edmundomonte.com.br/wp-content/uploads/2015/02/As-Barbas-do-Imperador\\_Lilia-Moritz-Schwarcz.pdf](http://edmundomonte.com.br/wp-content/uploads/2015/02/As-Barbas-do-Imperador_Lilia-Moritz-Schwarcz.pdf)>. Acesso em: 11 mai. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870- 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: Id. *Ao vencedor as batatas*. 5ª ed. 3ª reimp. São Paulo: Duas cidades Editora 34, 2007.

SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. *Difusão da doutrina jurídica: as revistas brasileiras de Direito*. Revista de Direito da UPIS, Brasília, n.1, p.261-298, jan. 2003. Disponível em: <[http://ssystem08.upis.br/repositorio/media/revistas/revista\\_direito/rev\\_dir\\_vol1.pdf](http://ssystem08.upis.br/repositorio/media/revistas/revista_direito/rev_dir_vol1.pdf)>. Acesso em: 9 mai. 2018.

SILVA JUNIOR, Airton Riberio da. *Teaching international law in the Nineteenth-Century Brazil: a history of appropriation and assimilation (1827-1914)*. 2017. 199 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Scienze Giuridiche - Teoria e Storia del Diritto, Università Degli Studi di Firenze, Firenze, 2017. Disponível em: <<https://flore.unifi.it/retrieve/handle/2158/1124811/330072/Tesi%20di%20dottorato%20-%20Airton%20Ribeiro%20-%20Teaching%20International%20law%20in%20the%20Nineteenth-Century%20Brazil.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

SILVEIRA, Alfredo Balthazar. *Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros: Memória Histórica da sua fundação e da sua vida. Um século de gloriosa existência*. Rio de Janeiro: IAB, 1944

SILVEIRA, Mariana Moraes. As revistas jurídicas como objetos e como fontes da história do direito: algumas considerações teórico-metodológicas. In: FONSECA, Ricardo Marcelo; PEREIRA, Luis Fernando Lopes; FURMANN, Ivan (Org.). *Anais dos Grupos de Trabalho do V Congresso Brasileiro de História do Direito*. Curitiba: IBHD, 2013a. pp. 124-139. Disponível em: <<http://www.ibhd.org.br/arquivos/anexos/VCBHD.pdf>>. Acesso em: 2 mai. 2018.

SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de direito (1936-1943)*. 2013. 391 f.



Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013b.

SILVEIRA, Mariana de Moraes. Revistas jurídicas brasileiras: “cartografia histórica” de um gênero de impressos (anos 1840 a 1940). *Cadernos de Informação Jurídica*, v. 1, n. 1, Brasília, pp. 98-119, 2014. Disponível em: <<http://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/7>> Acesso em: 2 mai. 2018.

SIMÕES NETO, Teotônio. *Os bacharéis na política, a política dos bacharéis*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SISSON, Sebastián Auguste. *Galleria dos Brasileiros Illustres (Os contemporâneos)*. Retratos dos homens mais illustres do Brasil, na política, sciencias e letras desde a Guerra da Independência até os nossos dias. Acompanhados das suas respectivas biographias publicada sob a proteção de sua Magestade o Imperador. v. II. Rio de Janeiro: Lithographia de S. A. Sisson, 1861

SLEMIAN, Andréa. À nação independente, um novo ordenamento jurídico: a criação dos Códigos Criminal e do Processo Penal na primeira década do Império do Brasil. In: Gladys Sabina Ribeiro (org.). *Brasileiros e cidadãos. Modernidade política*. São Paulo: Alameda, 2008.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. 2006. 339f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13072007-114942/pt-br.php>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. pp. 231-270.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Mauad. 1999.

SONTAG, Ricardo. “Código criminológico”? Ciência jurídica e codificação penal no Brasil. Rio de Janeiro: Renavan, 2014.

SONTAG, Ricardo. Triatoma baccalaureatus: sobre a crise do bacharelismo na Primeira República. *Espaço Jurídico*, Joaçaba, v. 9, n. 1, pp. 67-78, jan./jun., 2008.

SOUZA, Paulino José Soares de. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862. Disponível em: <<https://archive.org/details/ensaiosobreodire00urug>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

STOLLEIS, Michael. Juristische Zeitschriften – die neuen Medien des 18.-20. Jahrhunderts. In: STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften: die neuen Medien des 18- 20. Jahrhunderts*. Frankfurt am Main: Klostermann, 1999. pp. VII-XIV.

STOLLEIS, Michael. *Juristische Zeitschriften in Europa*. In: STOLLEIS, Michael (Org.). *Juristische Zeitschriften in Europa*. Frankfurt am Main: Klostermann, 2006. pp. 1-13.

STORTI STORCHI, Claudia. 'Preparare in ogni modo alla pratica'. Il programma dei periodici giuridici milanesi dal decennio di resistenza all'unificazione legislativa (185-1865). In: VILLATA, Maria Gigliola di Renzo (Org.). *Formare il giurista*. Esperienze nell'area lombarda tra Sette e Ottocento. Milano: Giuffrè, 2004. pp. 459-495.

TEODOROVICZ, Jeferson. A afirmação histórica da doutrina do direito tributário brasileiro. 2015. 563p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

TESSITORE, Fulvio. L'università di Humboldt e l'unità del sapere. In: MAZZACANE, Aldo; VANO, Cristina (Org.). *Università e professioni giuridiche in Europa nell'età liberale*. Napoli: Jovene, 1994. pp. 15-29.

TOQUINHO. Aquarela. In: Id. *Aquarela*. Rio de Janeiro: Ariola, 1983. 1 LP. Lado 2. Faixa 1. Disponível em: <<http://www.toquinho.com.br/album/aquarela-polygram-1983/>>. Acesso em: 2 mai. 2018.

VALLADÃO, Alfredo. A criação dos Cursos Jurídicos no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 101, v. 155, n. 1, 299-341, 1927.

VALLADÃO, Haroldo. *Centenário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*. Discurso como orador oficial do Instituto. Rio de Janeiro: IAB, 1943.

VALLADÃO, Haroldo. *História do Direito*: especialmente do Direito brasileiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1977.

VANDENBOGAERDE, Sebastian. Belgian legal journals (17<sup>th</sup>-20<sup>th</sup> century). Legal, political and cultural challenges. Introduction. *Cahiers du Centre de Recherches en Histoire du Droit et des Institutions*, v. 38, 2015. Disponível em: <<https://biblio.ugent.be/publication/6997010/file/6997011>>. Acesso em: 2 mai. 2018.

VANO, Cristina. Avvocati “innanzi all'eccellentissima corte”. Una collezione ritrovata di allegazioni forensi. In: MAZZACANE, Aldo; VANO, Cristina (Org.). *Università e professioni giuridiche in Europa nell'età liberale*. Napoli: Jovene, 1994. pp. 405-420.

VANO, Cristina. Codificare, comparare, costruire la nazione. In: VANO, Cristina (Org.). *Scienza del processo, cultura delle leggi e avvocatura tra periferia e nazione*. Napoli: Jovene, 2005.

VANO, Cristina. *Il nostro autentico Gaio*: strategie della scuola storica alle origini della romanistica moderna. Napoli: Editoriale Scientifica, 2000.

VELOSO, Caetano. Oração ao Tempo. In: *Cinema Transcendental*. Rio de Janeiro: Philips, 1979. 1 LP. Faixa 2.

VENANCIO FILHO, Alberto. *Das Arcadas ao Bacharelismo*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.

VENANCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar. In: GOMES, Angela Castro de (Org). *Escrita de si e da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. pp. 111-139.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Governo do Estado do Rio de Janeiro/UFF, 1973 [1920]. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1108>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

VIANNA, Hélio. Correspondência de José Bonifácio (1810-1820). *Revista de História*, São Paulo, v. 27, n. 55, pp. 217-242, 1963. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/122184/118932>>. Acesso em: 23 jun 2018.

VIANNA, Manuel Alvario de Souza Sá. Augusto Teixeira de Freitas. *Traços biographicos*. Rio de Janeiro, Typ. Hildebrandt, 1905.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. *Revista brasileira de história da educação*. v. 8, n. 1, pp. 63-85, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38588>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José Cavalleiro de Macedo. *Direito e justiça no Brasil Colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, 1751-1808*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004

WIEACKER, Franz. *História do direito privado moderno*. Tradução de António Manuel Botelho Hespanha. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

WIEDERKEHR, Georges. La culture des revues françaises de droit privé. In: ARNAUD, André-Jean (Org.). *La culture des revues juridiques françaises*. Milano: Giuffrè, 1988. pp. 9-30.

WOLKMER, Antônio Carlos. *História do direito no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

### APÊNDICE A – Decisões coletivas do Instituto

	Ano de publicação	Ano de proposição	Matéria	Ementa	Relator
1	1862 (1)	8/10/1857	Direito civil (escravidão)	Se escravos libertos em testamento com obrigação de servir tiverem filhos enquanto durar este onus, elles são livres. – Não são obrigados a prestar serviços, como suas mães. – Taes serviços são intransferiveis.	Caetano Alberto Soares
2	1862 (2)	8/8/1861	Direito civil	A Lei n. 463 de 2 de Setembro de 1847, que trata da filiação natural, é extensiva á maternidade? Não.	Agostinho Marques Perdigão Malheiro
3	1862 (3)	5/9/1861	Direito comercial	Em que casos pode o negociante ser compellido por alguma autoridade ou Tribunal commercial, civil, criminal, ou policial a apresentar seus livros por inteiro. – Em que juizos, e a favor de quem. – Falsidade nelles cometida quando póde constituir crime.	Agostinho Marques Perdigão Malheiro
4	1862 (4)	10/8/1862	Direito constitucional	Nos crimes denominados da alçada, commettidos por deputado ou senador, são competentes os juizes ordinarios para formarem o processo ate sentença exclusive. – Assim instruido devem remetel-o á camara respectiva, que deliberará se deve prosseguir a accusação; e no caso affirmativo, ao Senado compete o julgamento.	Luiz Alvares de Azevedo Macedo
5	1863 (1)	2/10/1862	Direito criminal (escravidão)	Se a um escravo que tenha commettido um delicto, for conferida a liberdade antes de ser processado, ou na pendencia do processo respectivo, ella lhe aproveita para ser processado, e punido, não como escravo, mas como livre. – Sendo, porém, conferida depois de sentença que passasse em julgado, não; excepto se a pena é daquellas inapplicaveis, por infamantes, a homem livre. – Neste ultimo caso o juiz deve fazer a respectiva commutação.	João da Rocha Miranda
6	1863 (2)	7/5/1863	Direito criminal	A Lei n. 1.144 de 11 de setembro de 1861 e Decreto n. 3.069 de 17 de abril de 1863 tem a sua sancção necessaria nos arts. 249, 250 e 251 do Codigo Criminal.	Caetano Maria de Paiva Lopes Gama
7	1863 (3)	8/10/1863	Direito comercial	O dote constituido e entregue á filha não accresce á massa fallida do pai; excepto nos casos do art. 827 §1º, e 828 do Codigo de Commercio. – Promettido e não entregue, não póde ella ou o marido pretender-se credor á	Luiz Alvares de Azevedo Macedo

				mesma massa.	
8	1865 (1, 2 e 3)	22/10/1863	Direito criminal	A tentativa de crimes inafiançáveis é afiançável. Igualmente o é a cumplicidade. Não compete ao Ministério Público a accusação em taes casos.	Luiz Alvares de Azevedo Macedo
9	1867 (1)	5/9/1867	Processo civil	Visto o art. 161 da Constituição. Visto o art. 673 §1º do Regulamento n. 737 de 1850. Visto o art. 674 do mesmo Regulamento. A nullidade, proveniente da falta de conciliação, pode ser ratificada pelas partes?	Francisco José de Lemos
10	1870 (1)	21/9/1865	Direito comercial	Direito commercial. Código do commercio. Character da legislação commercial em relação a legislação civil. Definição de acto de commercio, comerciantes e suas prerrogativas, livros, obrigações, etc.	Ernesto Ferreira França
11	1870 (1)	11/4/1870	Direito comercial	A doutrina da Constituição Anastasiana, de que tratam as leis 22 e 23 <i>Codice Mandati vel contra</i> , foi recebida por direito patrio? No caso afirmativo, como deve ser offerecida em juizo, <i>ope exceptionis</i> ou contestando ou contrariando a acção?	José da Silva Costa
12	1870 (1)	11/4/1870	Direito civil	Quando ha testamento com disposição de terça, esta deve ser tirada somente dos bens possuidos ao tempo do fallecimento do testador, ou ao tempo da partilha, accumulando-se os fructos cahidos desde a epocha do fallecimento do testador ate a da partilha? A Ord. do Liv. 4º, tit. 97, § 4º, dando escolha ao doado para inteirar-se da doação, não constitue uma excepção á regra da ordenação do mesmo livro tit. 82?	Francisco Carlos Brandão
13	1870 (1)	20/7/1870	Direito comercial	Formado o contracto de união por não ter sido aceita a concordata oferecida pelo fallido, pôde este oferecer uma nova concordata, uma vez que os credores em maioria de numero e de créditos anuam? Pôde o juiz da fallencia deixar de mandar os credores da massa respectiva para se tratar novamente da concordata?	João Baptista Pereira
14	1871 (1)	14/9/1870	Direito civil	A disposição do §3º do art. 2º da lei 1.234 de 24 de Setembro de 1864 (lei hypothecaria) comprehende os privilegios que se referem aos moveis e immoveis conforme o art. 5º nos casos de preferencia figurados no §2º deste artigo.	José Figueiredo de Andrade
15	1871 (1)	16/11/1870	Direito civil	São permittidos pela legislação pátria os fideicomissos de mais de um gráo? A declaração feita pelo testador – de que cada fiduciário sucessivamente em mais de um gráo não poderá alhear em tempo algum os bens de que consta o legado ate a ultima	Tito Franco de Almeida

				substituição – pode ser considerada no numero das especies de que trata a lei de 6 de Outubro de 1835?	
16	1871 (1)	28/9/1870	Direito comercial	É applicavel ás letras de terra o preceito irritante da Ord. do Liv. 4º?	José da Silva Costa
17	1871-1880	11/9/1876	Direito comercial	Os agentes de bancos estrangeiros que residem no Imperio sem que sejam encarregados de caixas filiaes, são responsaveis solidarios pelos compromissos desses bancos e especialmente pelas quantias que sacarem por conta dos mesmos bancos, não requerendo ao Governo autorização para se estabelecerem?	José da Silva Costa
18	1871-1880 <sup>723</sup>	11/4/1870	Direito civil	Quando ha testamento com disposição de terça, esta deve ser tirada somente dos bens possuidos ao tempo do fallecimento do testador, ou ao tempo da partilha, accumulando-se os fructos cahidos desde a epocha do fallecimento do testador ate a da partilha? A Ord. do Liv. 4º, tit. 97, § 4º, dando escolha ao doado para inteirar-se da doação, não constitue uma excepção á regra da ordenação do mesmo livro tit. 82?	Francisco Carlos Brandão
19	1871-1880 <sup>724</sup>	10/4/1870	Direito comercial	A doutrina da Constituição Anastasiana, de que tratam as leis 22 e 23 <i>Codice Mandati vel contra</i> , foi recebida por direito patrio? No caso afirmativo, como deve ser offerecida em juizo, <i>ope exceptionis</i> ou contestando ou contrariando a acção?	José da Silva Costa
20	1871-1880 <sup>725</sup>	20/7/1870	Direito comercial	Formado o contracto de união por não ter sido aceita a concordata oferecida pelo fallido, póde este oferecer uma nova concordata, uam vez que os credores em maioria de numero e de créditos anuam? Póde o juiz da fallencia deixar de mandar os credores da massa respectiva para se tratar novamente da concordata?	João Baptista Pereira
21	1871-1880 <sup>726</sup>	14/9/1870:	Direito civil	A disposição do §3º do art. 2º da lei 1.234 de 24 de Setembro de 1864 (lei hypothecaria) comprehende os privilegios que se referem aos moveis e immoveis conforme o art. 5º nos casos de preferencia figurados no §2º deste artigo.	José Figueiredo de Andrade
22	1871-1880 <sup>727</sup>	28/9/1870	Direito comercial	É applicavel ás letras de terra o preceito irritante da Ord. do Liv. 4º?	José da Silva Costa
23	1871-1880	11/10/1871	Direito comercial	Prisão do executado. A disposição do art. 525 do Regulamento Commercial n. 737 é applicável ao agente de uma	Carlos Arthur

<sup>723</sup> Mesma publicada em 1870 (1)

<sup>724</sup> Mesma publicada em 1870 (1)

<sup>725</sup> Mesma publicada em 1870 (1)

<sup>726</sup> Mesma publicada em 1871 (1)

<sup>727</sup> Mesma publicada em 1871 (1)

				companhia cujo domicilio e fundos existem fora do Imperio?	Busch Varella
24	1871-1880	18/10/1871	Direito comercial	Em execução de sentença contra uma companhia de commercio, é applicavel ao respectivo administrador, director ou gerente a disposição do art. 525 do Regulamento n. 737 de 25 de Novembro de 1850?	Affonso Celso de Assis Figueiredo
25	1871-1880	12/5/1873	Direito constitucional	A completa separação do Estado e da Igreja pôde ser decretada pela legislatura ordinaria, ou como materia constitucional está sujeita aos tramites dos arts. 174 a 178 da Constituição do Imperio? Em que termos convém a separação?	Francisco José de Lemos
26	1871-1880	12/5/1876	Regulamentação da profissão de advogado	Exercicio da profissão de advogado. Deve ser admittido em juizo a requerer por outrem quem não seja solicitador ou advogado?	Olympio Giffenig von Niemeyer
27	1871-1880	12/5/1876	Regulamentação da profissão de advogado	Caracter da advocacia. O exercicio da advocacia, no Brazil, é privilegio de uma classe? É um <i>munus publicum</i> que unicamente possa ser exercido por brasileiro?	Olympio Giffenig von Niemeyer
28	1871-1880	19/6/1876	Processo civil	É illegal decretar-se arresto em bens no Imperio contra individuos domiciliados no estrangeiro e por dividas, cuja acção se deva alli intentar?	Olympio Giffenig von Niemeyer
29	1871-1880	19/5/1875	Direito civil	Projecto de casamento civil	Instituto dos Advogados Brasileiros
30	1883 (1)	14/12/1883	Direito comercial	A sociedade mercantil, proprietaria de bens de raiz, pode alienal-os ou hypothecal-os independentemente da outorga da mulher do sócio casado e da prova de que esses bens não estão gravados por qualquer onus com relação a esse socio?	José da Silva Costa
31	1887 (1)	18/8/1887	Processo criminal	Das decisões proferidas pelas Relações nas causas de alçada (Codigo do Processo Criminal art. 12§7º) cabe o recurso de revista?	João Baptista Pereira
32	1887 (1)	1/9/1887	Direito civil (escravidão)	Das relações juridicas dos sujeitos á condição de servir, especialmente apoz a promulgação da Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885	José da Silva Costa
33	1887 (1)	1/9/1887	Direito comercial	Os prohibidos de commerciar, por força do artigo 2º do Codigo Commercial, podem autorisar suas mulheres a commerciar? As mulheres dos prohibidos por força do mesmo artigo podem commerciar	Zeferino de Faria Filho
34	1887 (1)	17/11/1887	Processo comercial	As multas impostas pelo Ministerio da Agricultura, ou por qualquer, em virtude da Lei de 22 de Agosto de 1860, podem ser cobradas executivamente, antes de ser o	João Baptista A. Marques

				multado ouvido e convencido ante o Juízo competente?	
35	1888 (1)	5/7/1888	Direito civil (escravidão)	A lei n. 3353 de 13 de Maio de 1888 dá lugar á indemnisação dos serviços dos estadolivres?	José da Silva Costa
36	1888 (1)	11/10/1888	Processo comercial	A concordata cumprida reabilita <i>ipso facto</i> o fallido, ou a reabilitação, neste caso, depende ainda do decreto judicial?	Alfredo Bernardes da Silva
37	1888 (1)	8/11/1888	Direito comercial	A falta de registro no prazo legal de instrumento de uma sociedade commanditaria, importa solidariedade do socio commanditario?	Zeferino de Faria Filho



### APÊNDICE B - Trabalhos monográficos dos sócios

Data		Data de publicação	Matéria	Título	Relator
1	7/9/1843	1862 (2)	Pronunciamento comemorativo	Discurso recitado pelo Sr. Conselheiro Montezuma na Sessão de Instalação do Instituto dos Advogados em 7 de setembro de 1843.	Francisco Gê de Acayaba Montezuma
2	7/9/1845	1862 (3)	Pronunciamento comemorativo (codificação civil)	Da revisão geral e codificação das leis civis e do processo no Brasil. Memoria lida em sessão do Instituto a 7 de setembro de 1845, e oferecida ao mesmo instituto pelo socio effectivo.	Francisco Ignacio de Carvalho Moreira
3	7/9/1845	1862 (4)	Pronunciamento comemorativo (escravidão)	Melhoramento da sorte dos escravos no Brasil. Memoria lida em sessão geral do Instituto dos Advogados Brasileiros no dia 7 de setembro de 1845 pelo socio effectivo.	Caetano Alberto Soares
4	7/8/1858	1863 (1)	Pronunciamento comemorativo (direito administrativo)	Importância do direito administrativo: necessidade do seu estudo entre nós. Discurso pronunciado em sessão magna de 7 de setembro de 1848, anniversario da instalação do Instituto dos Advogados Brasileiros.	Francisco Gê de Acayaba Montezuma
5	7/9/1847	1863 (2)	Direito civil	Omissões de nossa legislação sobre o casamento, e providencias a adoptar para supril-as. Memoria lida em sessão do Instituto por seu autor.	Caetano Alberto Soares
6	7/5/1863	1863 (2)	Direito civil	Discurso sobre casamentos acatholicos.	Caetano Maria de Paiva Lopes Gama
7	7/3/1863	1863 (3)	Pronunciamento comemorativo (escravidão)	Illegitimidade da propriedade constituída sobre o escravo. Natureza de tal propriedade. Justiça e conveniencia da abolição da escravidão; em que termos. Discurso pronunciado em sessão de 7 de setembro de 1863, anniversario da instalação do Instituto dos Advogados Brasileiros, pelo seu Presidente.	Agostinho Marques Perdigão Malheiros
8	12/1863	1863 (4)	Direito criminal	Causa celebre. Resumo do processo crime por abuso de liberdade de imprensa, entre partes, como A. Frei Manoel	Luiz Alvares de Azevedo Macedo

				da Natividade e Azevedo, Religioso Carmelita, e R. Antonio Pereira de Magalhães; onde afinal o Juiz processante é condenado em custas pelo Juiz de Direito interino Dr. Gaspar Silveira Martins, que o condenára em 1ª instancia: com ligeiras observações feitas pelo Juiz condenado.	
9	11/10/1865	1865 (1, 2 e 3)	Regulação da profissão de advogado	Representação ao governo imperial. Dirigida pelo Instituto em data de 11 de outubro de 1865 sobre a necessidade de organizar a Ordem dos Advogados no Imperio, e de tomar providencias sobre o fato.	Agostinho Marques Perdigão Malheiro
10	16/7/1857	1865 (1, 2 e 3)	Regulação da profissão de advogado	Discurso proferido pelo Presidente do Instituto.	Caetano Alberto Soares
11	22/9/1864	1865 (1, 2 e 3)	Pronunciamento comemorativo	Discurso proferido pelo Presidente do Instituto por ocasião do aniversario de 7 de setembro de 1864.	Agostinho Marques Perdigão Malheiro
12	14/9/1865	1865 (1, 2 e 3)	Pronunciamento comemorativo (escravidão)	Discurso proferido na abertura do 23º anno das conferencias do Instituto dos Advogados Brasileiros pelo seu Presidente.	Agostinho Marques Perdigão Malheiro
13	8/8/1867	1867 (1)	Direito comercial	Legitimidade dos tribunaes do commercio, como tribunaes da segunda instancia.	Manoel de Oliveira Fausto
14	22/8/1867	1867 (2)	Direito comercial	Legitimidade dos tribunaes do commercio, como tribunaes da segunda instancia. Inconvenientes da jurisdicção especial dos tribunaes do commercio como tribunaes de segunda instancia.	Manoel de Oliveira Fausto
15	9/5/1868	1868 (1)	Direito financeiro	O aviso do ministerio da justiça, de 4 de abril de 1867.	Antonio Joaquim de Macedo Soares
16	7/10/1869	1871 (1)	Direito constitucional	Discurso do Sr. Dr. Perdigão Malheiro na discussão do projecto sobre a força obrigatoria dos assentos tomados na Casa da Supplicação de Lisboa.	Agostinho Marques Perdigão Malheiro
17	1877	1883 (1)	Processo civil	Dos effeitos da Revista.	José Maria Leitão da Cunha
18	17/11/1887	1887 (1)	Direito civil (escravidão)	Resposta ao Sr. Dr. Baptista Pereira, dada pelo Dr. José da Silva Costa e approvada pelo Instituto dos Advogados Brasileiros. Das relações	José da Silva Costa

				juridicas dos sujeitos á condição de servir, especialmente apoz a promulgação da Lei n. 3270 de 28 de Setembro de 1885.	
19	8/11/1888	1888 (1)	Direito civil (codificação)	Exposição de motivos sobre codificação, apresentada ao Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros.	José da Silva Costa
20	-	1871-1880	Direito civil	Casamento civil – Traducção offerecida ao Instituto dos Advogados.	Francisco Octaviano de Almeida Rosa

**APÊNDICE C - Discussões propostas pelos membros registradas em atas**

Data		Matéria	Foi publicada ?	Questionamento	Autor
1	10/10/1850	Processo civil	Não	A Lei de 2 de Setembro de 1847 exclue a prova testemunhal acerca da maternidade?	Joaquim José Teixeira
2	3/8/1852	Processo comercial	Não	A regra estabelecida no art. 250 do Reg. n. 737 de 1850, para execução do Código Commercial Brasileiro, tolhe ao réu oferecer as exceções e defesa legítima que tiver, além das ali especificadas, nos termos do art. 249 do mesmo, v. g., as de ilegitimidade de pessoa, incompetência da ação e outras?	Agostinho Marques Perdigão Malheiro
3	26/8/1852	Processo criminal	Não	O processo de responsabilidade marcado nos arts. 396 e seguintes do Reg. de 31 de janeiro de 1842 é o que devem observar as autoridades judiciais, quando procederem no caso dos art. 156 do Código de Processo Criminal e 25 da L. de 3 de dezembro de 1841? São essas mesmas autoridades competentes para proferir os despachos de pronunciar, ou não pronunciar; ou o Juiz de Direito? Se são competentes, devem os Subdelegados e Delegados de Polícia sujeitar-se á sustentação ou revogação pelo Juiz Municipal nos termos do art. 49 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e art. 289 do Reg. de 31 de janeiro de 1842? E se essa autoridade for o Juiz de Paz ou de Orphãos, tem de sujeitar-se á sustentação ou revogação por alguma autoridade? Se não tiverem de ser sustentados ou revogados, para que juiz se devem interpor os recursos legais dos despachos por eles proferidos?	Francisco Octaviano de Almeida Rosa
4	14/12/1854	Direito constitucional	Não	Em presença da Ord. L. 2º, Tit. 46, o Poder Judiciário está obrigado a executar as portarias, avisos, resoluções do Poder Executivo, quando estes vão de encontro ás leis ou as interpretam autenticamente (Const. do Imp. Art. 15 §8º)?	França Leite
5	14/12/1854	Direito constitucional	Não	Fazendo o governo um regulamento em consequencia de delegação do corpo legislativo, pôde, sem nova delegação ou	França Leite

				autorização, alteral-o ou revogal-o no todo ou em parte?	
6	14/12/1854	Processo civil	Não	Em face do que dispõe o Reg. de 9 de maio de 1842 art. 15 póde o juiz de orphãos, feita a arrecadação com preterição das disposições desse artigo e não obstante se acharem presentes os herdeiros do intestado, mandar vender os bens, apesar de opposição dos mesmos?	França Leite
7	14/12/1854	Processo civil	Não	No caso da Ord. L. 3º, Tit. 21, §8º o agravo ahi concedido para o corregedor deve-se entender hoje concedido para a relação do districto ou para o juiz de direito?	França Leite
8	16/7/1857	Processo comercial	Não	A disposição do art. 469 do Reg. Comercial é dissonante da do art. 160 da Constituição do Imperio?	Augusto Teixeira de Freitas
9	16/7/1857	Processo comercial	Não	A disposição do art. 469 do Reg. Comercial tende a neutralizar as vantagens do Juizo arbitral, ou pelo contrario mantém a sua pureza e legitimidade?	Augusto Teixeira de Freitas
10	16/7/1857	Processo comercial	Não	A renuncia de recursos, facultada pelo art. 160 da Const. do Imperio, póde abranger tacita, e mesmo expressamente, a do recurso por nulidade na hipótese do art. 469 do Reg. Comercial citado?	Augusto Teixeira de Freitas
11	16/7/1857	Processo comercial	Não	Não obstante a regra geral adotada no art. 128 do Cod. do Commercio, pode-se exigir o cumprimento da condenação arbitral, e o pagamento da pena convencional, pelo fato de se ter recorrido?	Augusto Teixeira de Freitas
12	20/7/1857	Processo comercial	Não	Pode ter lugar o pagamento da pena convencional, interpondo-se o recurso por nulidade, de que trata o mencionado art. 469 do Reg? Nestes casos, o pagamento é provisório?	Augusto Teixeira de Freitas
13	3/12/1857	Direito civil (escravidão)	Sim	Sendo frequente entre nós deixar qualquer em seu solemne testamento escravos para servirem temporariamente a alguém e se lhes dar a carta de liberdade, findo esse prazo, pergunta-se: se for mulher e tiver filhos durante o tempo em que era obrigada a prestar serviços, os filhos serão livres ou escravos? Se livres, serão também obrigados a prestar serviços? E resolvendo-se que os filhos nascidos nesse intervallo são escravos, de quem o serão?	Caetano Alberto Soares
14	24/3/1858	Processo comercial	Não	Art. 614 do Regulamento Commercial n. 737: quem se deve presumir que promove o concurso de preferencias: o exequente ou o	Ignacio Manoel Alvares de Azevedo

				credor que protestou por ellas? Pode-se considerar que o exequente promoveu o concurso de preferencias pelo fato de mandar citar o credor que por elas protestou para apresentar os seus artigos?	
15	24/3/1858	Processo comercial	Não	Arts. 335 e 669§18 do citado Regulamento: da sentença que afinal julga improcedente o embargo, cabe agravo ou apelação?	Ignacio Manoel Alvares de Azevedo
16	24/3/1858	Direito comercial	Não	O Codigo Commercial, art. 802§6º ordena que se qualifique de fraudulenta a quebra, quando o fallido não tiver os livros de que trata o art. 11. O assento do Tribunal do Commercio de 6 de julho de 1857 considera extensivas a todos os negociantes, quer matriculados quer não, as obrigações impostas no Cap. II, Tit 1º, Parte III do Codigo Commercial. Como se pode entender esta disposição, á vista das que se contem no art. 15 do Regulamento n. 738 de 25 de novembro de 1850 e art. 909 do Codigo?	Ignacio Manoel Alvares de Azevedo
17	24/3/1858	Processo comercial	Não	Art. 288 e seguintes, Regulamento n. 737 – Na ação de deposito pode o depositario oppor-se com exceção de incompetencia sem o efetivo deposito do equivalente na forma do art. 272?	Ignacio Manoel Alvares de Azevedo
18	24/3/1858	Direito comercial	Não	Art. 470 do citado Regulamento. As mulheres comerciantes podem servir de árbitros na conformidade do que dispõe esse artigo?	Ignacio Manoel Alvares de Azevedo
19	19/5/1859	Direito civil (escravidão)	Não	O filho que houver de sua propria escrava é livre não obstante a condição da mãe? Se o filho for de outrem, mas se o senhor se casa com essa escrava ao tempo em que o conserve em seu poder, fica livre? Pode alguém ter em cativeiro seu filho ou descendente; pae, mae ou ascendente e ou qualquer outro parente? Ou dando-se caso que isto se devesse verificar por qualquer modo, ficam de direito livres taes escravos?	Agostinho Marques Perdigão Malheiros
20	9/6/1859	Processo civil	Não	Parecer sobre os projectos ns. 8 á 12 que tramitavam na Camara dos Deputados de autoria do deputado Sergio de Macedo	Salvador Correa de Sá Benevides
21	22/9/1859	Direito comercial	Não	O art. 609 §20 do Reg. n. 737 de 25 de Novembro de 1850, que declara que só tem lugar o concurso de preferencia quando o	Firmo de Albuquerque Diniz

				devedor não é comerciante, comprehende em sua disposição qualquer especie de commerciante ou sómente os matriculados?	
22	22/9/1859	Direito comercial	Não	O privilegio de credores de dominio que o art. 874§2º do Cod. Com. confere aos credores de mercadorias em commissão de compra ou venda, tem lugar sómente sobre as especies existentes em ser em poder do commissario, ou tambem sobre o producto dos que já tiverem sido vendidos pelos mesmos commissários?	Firmo de Albuquerque Diniz
23	22/9/1859	Direito comercial	Não	O privilegio de credores por hypotheca tacita especial que o art. 877, §2º e 6º do Cod. e o art. 621 do Reg. n. 737 confere aos credores que concorrem com materiaes, dinheiro ou jornaes de operarios para a construcção, reedificação ou reparos de predios rusticos ou urbanos, tem lugar sobre as bemfeitorias dos predios em que foram empregados, somente quando fornecidos aos proprietarios; ou tambem quando aos empreiteiros no caso de ser a obra feita por empreitada e obrigar-se o empreiteiro à fornecer os materiaes e trabalho?	Firmo de Albuquerque Diniz
24	22/9/1859	Processo comercial	Não	A concordata concedida pela maioria de credores em numero representando dois terços, dos creditos em qualquer tempo, depois de passada a 2ª reunião de credores de que trata os artigos 846 e 850 do Cod. Com. e art. 136 do Reg. 737 de 25 de novembro de 1850, deve ser homologada e obrigar os credores dissidentes, ou somente produz esse effeito quando concedida n'aquella reunião de credores?	Firmo de Albuquerque Diniz
25	22/9/1859	Direito comercial	Não	O fallido que, por concordata da maioria dos credores em numero representando dois terços dos creditos, obtiver quitação plena; antes mesmo de concluida a liquidação da massa fallida, fica desobrigado para com os credores dessidentes e tem o direito á sua rehabilitação, nos termos dos arts. 870 §2º parte e 893 do Cod. Com.?	Firmo de Albuquerque Diniz
26	8/8/1861	Direito civil	Sim	A lei de 2 de setembro de 1847 que trata da filiação natural, é extensiva á filiação materna?	Agostinho Marques Perdigão Malheiro

27	5/9/1861	Direito comercial	Sim	Em vista da doutrina consagrada no art. 17 do Codigo Commercial pôde o negociante ser compellido a apresentar os seus livros em outro juizo que não seja o do commercio?	Carlos Arthur Busch Varella
28	5/9/1861	Direito comercial	Sim	É licito á autoridade policial, quando tem fundadas suspeita de que nos livros do commerciante encontrará a prova material do crime, que devasse, examinar-lhe os livros?	Carlos Arthur Busch Varella
29	5/9/1861	Direito criminal	Sim	A falsidade nos livros do negociante tem effeitos puramente civis, ou se está sujeita a procedimento no juizo criminal para se fazer effectiva a sanção do art. 167 do Codigo Penal?	Carlos Arthur Busch Varella
30	10/4/1862	Direito constitucional	Sim	O juiz, perante quem foi dada uma queixa contra um deputado geral, por crime que cabe na alçada, é competente para della tomar conhecimento em vista do art. 47§1 Const.? Se não, perante quem a queixa? Se sim, deve o juiz ir com o processo ate a sentença do julgamento exclusive e então remetel-o a camara ou pode ir ate a sentença inclusive, não a fazendo porem efetiva?	Luiz Alvares de Azevedo Macedo
31	11/9/1862	Direito criminal (escravidão)	Não	Se um escravo que tem commettido um crime que o sugeita á uma lei especial, quanto á penalidade ou quanto ao processo, sendo manumittido, estará sujeito á lei especial ou á legislação comum?	João da Rocha Miranda e Silva
32	2/10/1862	Direito civil	Sim	O dote constituído á filha que se casa pelo comerciante, que posteriormente á sua morte é declarado fallido está sujeito ao pagamento das dividas mercantis?	Manoel Ignacio Gonzaga
33	9/7/1863	Direito criminal	Sim	É o art. 249 do Codigo Criminal o complemento ou a sanção necessaria das disposições da lei n. 1144 de 11 de setembro de 1861? E também o Decreto n. 3069 de 17 de abril de 1863? Os arts. 250 e 251 do Codigo Criminal tem igual applicação?	Agostinho Marques Perdigão Malheiro
34	22/10/1863	Direito criminal	Sim	Quando o máximo das penas das tentativas e cumplicidades de crimes inafiançáveis se contiver na medida determinada por nosso direito para a concessão da fiança, são taes tentativas e cumplicidades affiançaveis? Caso sim, sendo aqueles crimes particulares, cabe contra ellas a ação publica criminal?	Luiz Joaquim Duque Estrada Teixeira



35	22/10/1863	Direito criminal	Não	No caso do art. 253 do Código Penal pode ter lugar o perdão do offendido, conforme ao art. 67 do mesmo Código em relação a um só dos delinquentes sem aproveitar também ao outro?	Luiz Joaquim Duque Estrada Teixeira
36	22/10/1863	Direito criminal	Não	A excepção estabelecida pelo art. 262 do Código Penal em favor dos cônjuges, ascendentes e descendentes e afins do mesmo gráo, estende-se aos crimes de roubo e estelionato, e favorece os delinquentes, que parentesco não tenham no gráo da lei? E não admittindo-se a queixa será a acção publica criminal competente neste caso contra todos os delinquentes, ou somente contra os não expressamente exceptuados no dito art. 262?	Luiz Joaquim Duque Estrada Teixeira
37	22/10/1863	Direito criminal	Não	O casamento com o raptor ou com o estuprador na forma dos arts. 225 e 228 do Código Penal produz a extinctão da acção criminal ou da pena, quando já imposta, também em relação aos demais co-reos?	Luiz Joaquim Duque Estrada Teixeira
38	22/10/1863	Direito criminal	Não	A disposição do art. 235 do Código Penal compreende a queixa e denuncia calumniosas e intentadas de má fé?	Luiz Joaquim Duque Estrada Teixeira
39	22/10/1863	Direito comercial	Não	Pode a mulher do negociante invocar em seu favor contra o pagamento de dividas mercantis, seja no caso de fallencia, seja n'outro, as disposições garantidoras de sua meação, consagradas pelas Ords. do L. 4º Tits 60 e 95§4º?	Luiz Joaquim Duque Estrada Teixeira
40	22/10/1863	Direito comercial	Não	Qual o efeito da falta de registro da escriptura ante-nupcial, exigido pelo art. 874§6º do Código do Commercio? Será o de privar inteiramente a mulher da qualidade de credora, ou simplesmente da de credora de domínio? Neste ultimo caso, a que classe de credores será ella levada? A falta de registro poderá prejudicar, embora se prove que os bens não se achavam ainda entregues a nenhum dos cônjuges, ou que conforme as estipulações da escriptura, nunca estiveram sob a administração do marido, mas exclusivamente sob a da mulher?	Luiz Joaquim Duque Estrada Teixeira
41	22/10/1863	Direito comercial	Não	É licito ao credor commercial requerer a detenção pessoal do	Luiz Joaquim Duque Estrada Teixeira

				devedor, antes do vencimento do titulo comprobatório da divida?	
42	22/10/1863	Direito comercial	Não	É a reabilitação necessaria, segundo o Codigo Commercial ao falido concordatário, para que se isente das interdicções legaes resultantes da declaração da falência?	Luiz Joaquim Duque Estrada Teixeira
43	22/10/1863	Direito civil (sucessões)	Não	No testamento de mão comum escripto por um dos cônjuges, é nulla a herança ou legado deixada ao cônjuge que o escreveu?	Luiz Joaquim Duque Estrada Teixeira
44	29/9/1864	Direito comercial	Não	As lettras e mais titulos commerciaes, que se vencerem nos 60 dias de que trata o art. 1º do Decreto n. 3308 de 17 do corrente devem ser protestadas no dia do vencimento n'elles estipulado, ou no dia do vencimento legal marcado no dito artigo, isto é, depois dos 60 dias?	Ignacio Manoel Alvares de Azevedo
45	29/9/1864	Direito comercial	Não	As lettras e titulos commerciaes, que se vencerem dentro do prazo de 60 dias, de que trata o art. 1º do citado Decreto, devem ser pagos, logo que finalizar o prazo de 60 dias, ou devem sê-lo quando completarem-se os 60 dias contados da época do seu vencimento estipulado?	Ignacio Manoel Alvares de Azevedo
46	29/9/1864	Direito comercial	Não	As concordatas de que trata o art. 2º do mesmo Decreto outorgadas pelos credores, que representem dous terços do valor da totalidade dos credits, obriga tambem os demais credores?	Ignacio Manoel Alvares de Azevedo
47	13/10/1864	Processo criminal	Não	Sendo a bancarrota um crime publico, cujo processo póde ter lugar ex-officio, ou a requerimento de qualquer do povo; estabelecendo o Codigo Commercial regras especiaes para a formação da culpa nos casos de fallencia, cuja qualificação pelo juiz especial do commercio suppre todos os effeitos da pronuncia; mas sendo a quebra das casas bancarias regulada actualmente pelas disposições novissimas do Decreto e Regulamento de 17 e 20 de Setembro inteiramente omissas em relação ao processo criminal, pergunta-se: qual é a autoridade competente para tomar conhecimento e proseguir nos termos da queixa ou denuncia?	Carlos Arthur Busch Varella
48	13/10/1864	Processo criminal	Não	Qual a fórmula do processo? A indicada no Codigo do Processo e	Carlos Arthur Busch Varella

				Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, a do Regulamento de 9 de Outubro de 1850, ou a do art. 818 do Codigo Commercial?	
49	13/10/1864	Processo criminal	Não	O exame dos livros, como do processo e corpo de delicto pôde ser decretado pela autoridade criminal, que conhecer da queixa ou denuncia, ou essa verificação offende o disposto nos arts. 17, 18 e 19 do Codigo Commercial?	Carlos Arthur Busch Varella
50	13/10/1864	Direito comercial	Não	A suspensão e prorrogação do art. 1º do Decreto de 17 de Setembro dispensa os negociantes, que não poderem pagar as suas letras e mais titulos, e cuja insolvabilidade é já reconhecida, de apresentar-se nos termos do ar. 805 do Codigo Commercial sob pena de ser a fallencia qualificada no art. 801 do mesmo Codigo?	Carlos Arthur Busch Varella
51	8/6/1865	Direito comercial	Não	Por falta de registro a mulher perde a qualidade de credora de dominio? Sim.	Agostinho Marques Perdigão Malheiro
52	8/6/1865	Direito comercial	Não	Perdendo essa qualidade de credôra de dominio, perde absolutamente a qualidade de credôra? Não.	Agostinho Marques Perdigão Malheiro
53	8/6/1865	Direito comercial	Não	Não perdendo essa qualidade de credôra, o seu credito é privilegiado? Não, o seu credito é simplesmente chirographario.	Agostinho Marques Perdigão Malheiro
54	8/6/1865	Direito comercial	Não	Nas hypotheses do art. 876§6º não tendo os bens entrado para a posse do marido ou da mulher, a falta do registro prejudica a esta? Não.	Agostinho Marques Perdigão Malheiro
55	8/6/1865	Direito comercial	Não	Se os bens estiveram sempre sob a administração da mulher, que portanto já os possuia, a falta de registro prejudica a esta? Sim.	Agostinho Marques Perdigão Malheiro
56	8/6/1865	Direito comercial	Não	O §6º do art. 874 comprehende tambem o dote estimado (vinditionis causa)? Sim.	Agostinho Marques Perdigão Malheiro
57	8/6/1865	Direito comercial	Não	No caso de alienação dos bens dotaes individamente feita pelo marido, e que prefira a mulher exercer seus direitos contra a massa fallida do marido, é ella credora de dominio? Não.	Agostinho Marques Perdigão Malheiro
58	8/6/1865	Direito comercial	Não	Não sendo credora de dominio, è credora privilegiada? Não, mas chirographaria.	Agostinho Marques Perdigão Malheiro
59	8/6/1865	Direito comercial	Não	No caso de deterioração e damnos nos bens dotaes por falta do marido a indemnisação a que a mulher tinha direito, constitue credito de dominio? Não.	Agostinho Marques Perdigão Malheiro

60	14/9/1865	Direito civil (escravidão)	Sim	Quaes os direitos dos patronos sobre a pessoa e bens do libertos? Se é licita a revogação da alforria por motivo da ingratidão?	Agostinho Marques Perdigão Malheiro
61	15/11/1866	Assistência judiciária	Não	O que é assistência judiciários nos outros países? O estado da nossa legislação sobre as custas e impostos nas cousas dos indigentes e assistência judiciária de que hoje gozam? Projeto que convém adotar.	José Thomaz Nabuco de Araujo
62	15/11/1866	Direito comercial	Sim	Quanto aos tribunaes de commercio, qual a legitimidade dessa instituição em face do art. 153 da constituição? Inconvenientes dessa jurisdição especial por causa da dificuldade de se determinar a sua competência, de onde resultam frequentes questões de incompetência e grande número de processos anulados. Falta de pessoal habilitado para os cargos de deputados commerciaes.	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Manoel de Oliveira Fausto)
63	15/11/1866	Regulação da profissão de advogado	Não	Posição sobre a proposta apresentada por Nabuco de Araujo ao Corpo Legislativo, quando Ministro da Justiça, na parte em que trata do noviciado dos advogados	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Manoel Ignacio Gonzaga)
64	15/11/1866	Regulação da profissão de advogado	Não	Posição sobre a proposta apresentada por Nabuco de Araujo ao Corpo Legislativo, quando Ministro da Justiça, na parte relativa ao poder disciplinar, tendo em vista distinguir o poder da ordem que deve competir ao Instituto e a jurisdição que deve competir aos tribunaes.	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Carlos Arthur Busch Varella)
65	13/12/1866	Direito comercial	Não	Os defeitos do nosso Código Comercial	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Augusto Teixeira de Freitas)
66	13/12/1866	Direito criminal	Não	O nosso direito criminal admite as questões prejudiciaes, ou reservadas a outras jurisdições, ou dependentes de outras jurisdições, v. g., da jurisdição civil quanto ás questões de propriedade e contractos, ou da jurisdição ecclesiastica, quanto ás questões da validade dos casamentos? Ou podem as jurisdições repressivas decidir – <i>per nodum causae</i> – todas essas questões, quando elementares dos crimes?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Carlos Arthur Busch Varella)

67	13/12/1866	Processo criminal	Não	Essas decisões proferidas – <i>summamtem</i> – constituem cousa julgada quanto ás acções cíveis relativas ao mesmo objeto?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Carlos Arthur Busch Varella)
68	13/12/1866	Processo criminal	Não	O que é cousa julgada segundo o nosso direito criminal? Comparação do nosso direito com o direito de outros paizes? Influencia reciproca da coisa julgada no civil e no crime?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Luiz Joaquim Duque-Estrada Teixeira)
69	13/12/1866	Direito administrativo	Não	A jurisdição administrativa como ella existe entre nós. Comparação com a dos outros paizes. Deffeitos. Desenvolvimento de que carece?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Paulino José Soares de Souza)
70	13/12/1866	Direito civil (sucessões)	Não	A liberdade de testar conforme a nossa lei. Direito de outros povos. Deve ser ella mais ampla, a bem da influencia do poder paternal, ordem da familia e interesse dos filhos?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Agostinho Marques Perdigão Malheiro)
71	13/12/1866	Regulação da profissão de advogado	Não	A profissão do advogado é uma função ou emprego publico?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Honorio Augusto Ribeiro)
72	13/12/1866	Regulação da profissão de advogado	Não	O advogado falta aos deveres e á honra da profissão, tomando uma causa má, ou defendendo sobre a mesma materia, posto que em diversas causas, o pró e o contra? Distincção em materia criminal e civil?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Joaquim José Teixeira)
73	13/12/1866	Regulação da profissão de advogado	Não	Póde o advogado sem offender a dignidade da profissão, assignar as allegações de outrem, que não seja collega e impedido?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Caetano Alberto Soares)
74	13/12/1866	Direito comercial	Não	Se o saccador de uma letra vem a adquiril-a por via do endosso? Quid? 1. <sup>a</sup> Fica extincta pela confusão e exonerados os endossadores, abonadores e acceitante? 2. <sup>a</sup> Se o acceitante tinha em seu poder provisão de fundos, qual a acção do saccador para haver essa provisão? Doutrina? Jurisprudencia?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Ignacio Manoel Alvares de Azevedo)

75	13/12/1866	Direito comercial	Não	Quando a locação é mercantil? Seu caracter e requisitos? Doutrina? Jurisprudencia?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Antonio Gonçalves Barbosa da Cunha)
76	13/12/1866	Direito comercial	Não	O direito regressivo do portador do cheque contra o passador não depende do protesto de não pagamento? Doutrina? Jurisprudencia?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Benevenuto Augusto de Magalhães Taques)
77	13/12/1866	Direito comercial	Não	Admitte-se a compensação de dividas no caso de fallencia? Doutrina? Jurisprudencia?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Alberto Antonio Sores)
78	13/12/1866	Direito comercial	Não	As transacções são translativas, ou meramente declarativas?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Luiz Antonio da Silva Nunes)
79	13/12/1866	Direito comercial	Não	Quando é que o emprestimo de acções, ou títulos ao portador, se póde considerar comodato e quando mutuo?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Desembargador Izidoro Borges Monteiro)
80	13/12/1866	Processo criminal	Não	Os tribunaes podem, mediante os recursos dos réos, aggravar as penas que lhe foram impostas? Doutrina? Jurisprudencia?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado José Pedro de Figueiredo Carvalho)
81	13/12/1866	Direito criminal	Não	A disposição final do art. 146 do Codigo criminal “em todo o caso a aquisição é nulla” é tão absoluta que comprehenda o caso de ser o réo absolvido? Dada essa intelligencia absoluta, póde ser ella combinada com a disposição do art. 68 da lei de 3 de Dezembro de 1841?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado João da Rocha Miranda e Silva)
82	13/12/1866	Processo civil	Sim	Visto o art. 161 da Constituição: visto o art. 673, §1º do Regulamento n. 737 de 1850; visto o art. 674 do mesmo Regulamento: a nullidade proveniente da falta de conciliação póde ser ratificada pelas partes?	José Thomaz Nabuco de Araujo (Padre Francisco José de Lemos)

83	13/12/1866	Direito comercial	Não	Os títulos ao portador são susceptíveis de reivindicação, quando perdidos, roubados, etc.? Não obsta o principio em que repousa a boa fé do commercio – a posse vale titulo?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado João Alves da Silva e Oliveira)
84	13/12/1866	Direito comercial	Não	Visto o art. 893 do Código do commercio, o fallido que preenche as condições de concordata pôde ser rehabilitado? Doutrina? Jurisprudencia?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Augusto Teixeira de Freitas Filho)
85	13/12/1866	Direito criminal	Não	O que se entende por crime da – mesma natureza – para constituir a circumstancia aggravante da reincidencia do art. 16§3º do nosso Código criminal? Comparação da reincidencia, conforme o nosso Código, fundada em crime da mesma natureza, e a reincidencia, conforme o Código francez, fundada na quantidade e qualidade da pena cumprida pelo réo?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Sezenando Barreto Nabuco de Araujo)
86	13/12/1866	Direito civil	Não	A locação é um direito real ou pessoal? Doutrina? A nossa legislação? A legislação dos outros povos?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado João Monteiro da Luz)
87	13/12/1866	Direito civil	Não	Pode dar-se em penhor um titulo hypothecario? É possível a hypotheca de hypotheca em face da nova lei hypothecaria?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Antonio Americo de Urzedo)
88	13/12/1866	Direito comercial	Não	Visto o art. 802 do nosso Código commercial, o desvio ou applicação de fundos ou valores, de que o fallido tivesse sido depositario ou mandatario, é um dos casos de quebra fraudulenta? Mas este facto, que é um estelionato, não importa fraude contra a massa, mas contra credores particulares ou individuaes? Esta disposição do nosso Código é conforme a doutrina? Porque não comprehendeu o nosso Código, como casos ou elementos de quebra fraudulenta, por igualdade de razão, o roubo, a falsidade e outros estelionatos cometidos contra os credores da massa? Comparação dessa disposição com a do art. 593 do Código Commercial francez, que excluiu todos os crimes contra credores particulares, e os attribuiu ao fôro	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Firmo de Albuquerque Diniz)

				criminal.	
89	13/12/1866	Processo civil	Não	A prisão por dividas é legitima, applicavel como ela é, a factos que não tem character criminal? É ella eficaz para garantia do verdadeiro credito?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado João Baptista Pereira)
90	13/12/1866	Regulamentação da profissão de corretor	Não	A França tornou livre pela lei de 18 de julho de 1866, e só dependentes de certas medidas regulamentares, o officio de corretor. Convirá também tornar livre entre nós essa profissão?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Aureliano Candido Tavares Bastos)
91	13/12/1866	Direito civil	Não	A acção confessoria pela qual: 1º aquelle que não tem servidão para o seu predio e pela não ter, está na collisão de a deixar inculta, pôde obrigar o visinho a prestar-lha pelo lado por onde menos perda faça, indemnizando-o? 2º aquelle que não tem o aqueducto para poder regar as suas terras, ou para esgotal-as, quando se inundam, pôde obrigar o visinho a prestar-lh'o, indemnizando-o? É incompativel com o art. 179§22 da Constituição, que só autorisa a desappropriação pelo bem publico legalmente verificado? Essa disposição do direito publico comprehende as relações do direito privado e caso da propriedade entre os cidadãos? Qual o direito dos outros povos constitucionaes a este respeito?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Antonio Ferreira Vianna)
92	13/12/1866	Processo comercial	Não	O credor que propõe a acção de excussão do penhor, e que, propondo-a, reconhece ou confessa virtualmente o penhor, tem necessidade de ajuntar titulo de penhor assignado por ele mesmo, ou somente deve ajuntar o titulo, pelo qual o réo se obriga e constitue o penhor em garantia da obrigação? Doutrina? Intelligencia do art. 271 doCodigo do comercio, combinado com os arts. 281 e 282, que estabelecem a acção directa e contraria o penhor, isto é, da remissão e excussão? Jurisprudencia?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Domingos de Andrade Figueira)
93	13/12/1866	Direito criminal	Não	A disposição do art. 262 doCodigo criminal, segundo o qual não há acção de furto entre marido e mulher, ascendentes e descendentes é applicavel e commum ao crime de estelionato? Doutrina? Jurisprudencia?	José Thomaz Nabuco de Araujo (encarregado Joaquim José da França Junior)



94	19/9/1867	Direito comercial	Não	O §5º do art. 129 do Código commercial deve ser entendido como ampliativo ou restritivo do art. 827 do mesmo Código, ou deve ser entendido absolutamente?	Aristides de Paula Dias Martins
95	24/4/1869	Processo civil	Não	Qual arbitramento deve preceder á penhora executiva por honorários de advogado, quando entre este e o constituinte existe contracto escripto com quantia estipulada sobre as peças de processo?	Honorario
96	10/5/1869	Direito comercial	Não	A nota promissória de que fala o art. 426 do Código do Commercio é prescriptivel em 5 ou 20 anos?	José da Silva Costa
97	24/5/1869	Processo civil	Não	Torna-se necessaria em um inventario no qual há bens de raiz a partilhar, a citação das mulheres casadas, interessadas como herdeiras, ou se basta que os maridos intervenham por cabeça d'ellas?	José da Silva Costa
98	31/5/1869	Processo comercial	Não	Se a alçada dos juizes municipaes quando julgam causas commerciaes é de 500\$ como decidio ultimamente o Tribunal do Commercio, ou de 200\$?	Viriato de Freitas
99	5/7/1869	Processo comercial	Não	Dada a fallencia de uma casa commercial devedora de avultadas sommas, e sendo o Juiz competente para tomar d'ella conhecimento e proceder ás diligencias ordenadas pelo Código do Commercio, poderão dous ou tres credores da massa fallida averbal-o de suspeito, não obstante a divergencia da maioria em numero e capitães? No caso affirmativo, julgada procedente a recusação, ficará o Juiz recusado absolutamente inhibido de funcionar na fallencia ou essa inhibição se limitará ao que disser respeito aos credores recusantes?	Brandão
100	26/7/1869	Processo criminal	Não	O inventariante póde demandar criminalmente o delinquente que offende os bens da herança; e se o herdeiro póde dar queixa contra o difamador da memoria do defunto?	José da Silva Costa
101	15/11/1869	Direito comercial	Sim	A doutrina da Constituição Anastasiana, de que tratam as leis 22 e 23 <i>Codice Mandati vel contra</i> , foi recebida por direito patrio? No caso affirmativo, como deve ser offerecida em juizo, <i>ope exceptionis</i> ou contestando ou contrariando a acção?	José da Silva Costa
102	22/11/1869	Direito civil (sucessões)	Sim	Quando ha testamento com disposição da terça, deve esta ser somente tirada dos bens possuidos	Ignacio Manoel Alvares de Azevedo

				ao tempo do falecimento do testador, ou ao tempo na partilha acumulando-se-lhe os fructos produzidos desde a epocha do falecimento do testador ate a da partilha? A Ord. do Liv. 4º, tit. 97, § 4º, dando escolha ao doado para inteirar-se da doação, não constitue uma excepção á regra da ordenação do mesmo livro tit. 82?	
103	13/7/1870	Processo comercial	Sim	Formado o contracto de união por não ter sido aceita a concordata oferecida pelo fallido, póde este oferecer uma nova concordata, uma vez que os credores em maioria de numero e de créditos anuam? Póde o juiz da fallencia deixar de mandar os credores da massa respectiva para se tratar novamente da concordata?	João Baptista Pereira
104	10/8/1870	Direito civil	Sim	São permittidos pela legislação pátria os fideicomissos de mais de um gráo? A declaração feita pelo testador – de que cada fiduciário sucessivamente em mais de um gráo não poderá alhea em tempo algum os bens de que consta o legado ate a ultima substituição – pode ser considerada no numero das espécies de que trata a lei de 6 de Outubro de 1835?	Figueiredo de Andrade de Azevedo Macedo (distribuída a Tito Franco)
105	24/8/1870	Direito civil	Sim	A disposição do §3º do art. 2º da lei 1.234 de 24 de Setembro de 1864 (lei hypothecaria) comprehende os privilegios que se referem aos moveis e immoveis conforme o art. 5º nos casos de preferencia figurados no §2º deste artigo?	Figueiredo de Andrade de Azevedo Macedo
106	29/9/1870	Direito comercial	Sim	O preceito da Ord. do Liv. 4º do Tit. 12 tem applicação ás letras de terra?	José da Silva Costa
107	24/5/1871	Direito civil (sucessões)	Não	O direito que tem o credor hypothecario á acção decendial contra o devedor na conformidade da Lei de 24 de Setembro de 1864 é pessoal ou passa a seus herdeiros e cessionarios, <i>ex-vi</i> do mesmo titulo?	Viriato de Freitas
108	24/5/1871	Processo civil	Não	Os prazos para o seguimento da appellação interposta das sentenças proferidas em acção hypothecaria, conforme a Lei de 24 de Setembro de 1864, são os definidos no Regul. n. 737 de 23 de Novembro de 1850 ou os que estabelece a Ord. do Liv. 3º Tit. 70?	Viriato de Freitas

109	14/6/1871	Processo criminal	Não	Aproveita a ordem de <i>habeas-corpus</i> ao paciente que se acha solto? Tem lugar essa providencia quando o paciente está pronunciado; mas é manifesta a carencia de base para o procedimento criminal?	José da Silva Costa (distribuída João Baptista Pereira)
110	14/6/1871	Direito criminal	Não	A injuria impressa dirigida contra o agente consular ou diplomatico é applicavel ao art. 237§2º do Codigo criminal?	José da Silva Costa (distribuída a Couto)
111	14/6/1871	Processo civil	Não	Qual a natureza do encargo do inventariante, em frente das relações, que o prendem ao juizo do inventario e aos interessados? Qual a pena a que está sujeito o inventariante que deixa de entregar os bens partilhados?	José da Silva Costa
112	30/8/1871	Processo civil	Não	O adjudicatorio que não consigna em deposito o excesso do preço da adjudicação, está sujeito á prisão?	José da Silva Costa (distribuída a Cesario de Mello)
113	13/9/1871	Direito criminal	Não	As circumstancias aggravantes e attenuantes do Codigo criminal têm um valor proprio e absoluto ou um valor relativo e de comparação para o effeito de aggravar ou attenuar a pena?	Liberato Barroso
114	20/9/1871	Processo comercial	Sim	O art. 525 do Regulamento n. 737 de 25 de Novembro de 1850 é applicavel ao agente de uma companhia de seguros, cujo domicilio e fundos existem fóra do Imperio?	José da Silva Costa (distribuída a Carlos Arthur Busch Varella)
115	20/9/1871	Processo comercial	Não	Se ainda existentes no Imperio o domicilio e os fundos de uma companhia, em execução de sentença contra uma companhia é applicavel ao respectivo administrador, director ou gerente a disposição do art. 525 do Regul. n. 737 de 25 de Novembro de 1850?	Affonso Celso de Assis Figueiredo
116	8/11/1871	Processo civil	Não	Qual o juizo competente para conhecer da indemnisação do damno causado por abalroação entre dous navios, quando um destes pertence a um particular e o outro ao Estado?	José da Silva Costa (distribuída a Affonso Celso de Assis Figueiredo)
117	8/11/187	Processo civil	Não	É admissivel a providencia assecutoria do arresto ou da detenção, quando a divida não está vencida? No caso affirmativo, é reputada vencida a obrigação para o effeito da propositura da acção competente nos prazos dos arts. 331 §2º e 249 §4º do Regulamento n. 737 de 25 de Novembro de 1850?	José da Silva Costa

118	22/11/1871	Direito constitucional	Sim	A completa separação do Estado e da Igreja pôde ser decretada pela Legislatura ordinaria, ou como materia constitucional está sujeita aos tramites dos arts. 174 a 178 da Constituição do Imperio? Em que termos convém a separação?	José da Silva Costa (distribuída a Lemos)
119	22/11/1871	Processo civil	Não	Pôde o autor decahido requerer o deposito da importancia das custas a que foi condemnado para o effeito de impedir a prisão decretada no art. 10 da disposição provisoria? Resolvida pela negativa, e tendo de se effectuar a prisão, tem lugar a busca para ser preso o autor decahido?	José da Silva Costa (distribuída a Araujo Vasconcellos)
120	24/4/1872	Processo civil	Não	Os titulos de divida não accionaveis no Imperio autorizam o arresto ou detencção pessoal contra o devedor?	Olympio Giffenig von Niemeyer (distribuída a Joaquim Saldanha Marinho)
121	1/5/1873	Processo civil	Não	Na legislação civil tem o arrestante prazo determinado para propor a competente acção contra o arrestado? O arrestado pôde requerer um prazo para que lhe seja proposta a acção competente, sob pena de levantar-se o arresto? Contra essa intimação nos proprios autos do arresto são admissiveis embargos?	Luiz Alvares de Azevedo
122	24/5/1875	Processo civil	Não	Nos casos em que por lei é considerada substancial a escriptura, perdida esta, pôde provar-se a sua existencia por testemunhas?	Olympio Giffenig von Niemeyer
123	29/11/1875	Regulação da profissão de advogado	Não	Pode ser procurador em juizo civil, criminal ou comercial que não seja advogado, nem solicitador?	Olympio Giffenig von Niemeyer
124	26/6/1876	Processo civil	Não	Se o individuo que retira-se para fora do Imperio, deixando poderes de receber a 1ª citação a procurador e bens no Império, pode neste ser demandado?	Olympio Giffenig von Niemeyer
125	26/6/1876	Processo criminal	Não	Effeitos do recurso de graça em crimes inafiançaveis?	Honorio Hermeto Carneiro Leão
126	26/6/1876	Processo civil	Não	Direito de agravar do despacho de declaração de fallencia?	Honorio Hermeto Carneiro Leão
127	16/6/1879	Processo civil	Não	As apolices da divida publica podem ser penhoradas, não tendo o proprietario renunciado ao privilegio estabelecido? Podem considerar-se alienados em fraude da execução os bens que forem convertidos em apolices da divida	Francisco José de Lemos

				publica antes da sentença definitiva?	
128	14/6/1880	Direito administrativo	Não	Pode o Estado ou o fisco adquirir e possuir empraçamentos ou emphyteuses?	Antonio Eulalio Monteiro
129	14/6/1880	Direito criminal	Não	Sera crime de sedicção o facto de comparecer uma multidão de pessoas não armadas em o escritorio de um director de collonia e obirgal-o a requerer demissão ao Governo?	Fernando Mendes de Almeida
130	30/9/1882	Organização do Judiciário	Não	Projeto sobre a organização judiciaria	João Baptista Pereira
131	21/7/1883	Direito comercial	Não	Erro na redação do art. 673 n. 4 do Codigo do Commercio, tratando do contrato de seguro marítimo. A invocação no art. 674 n. 4 ao art. 181 foi devida a um lapso, devendo entender-se feita ao art. 131.	José da Silva Costa
132	30/11/1883	Direito comercial	Sim	A sociedade mercantil, proprietaria de bens de raiz, pode alienar-os ou hypothecal-os independentemente da outorga da mulher do socio casado e da prova de que estes bens não estão gravados por qualquer onus, com relação a esse socio?	José da Silva Costa
133	30/11/1883	Processo civil	Não	Qual recurso cabe do despacho que afinal resolve sobre embargos de 3º senhor e possuidor recebidos em autos de arresto?	José da Silva Costa
134	9/6/1887	Processo criminal	Não	Cabe revista das decisões da Relação nos crimes do art. 12 §7º do Codigo do Processo Criminal?	João Baptista Pereira
135	21/7/1887	Direito civil (escravidão)	Sim	Das relações juridicas, especialmente apoz a lei de 28 de Setembro de 1885, dos sujeitos á condição servil	José da Silva Costa
136	4/8/1887	Direito comercial	Sim	Os prohibidos de commerciar por força do art. 2º do Codigo do Commercio podem autorisar suas mulheres a commerciar?	Zeferino de Faria Filho
137	1/9/1887	Processo comercial	Sim	As multas impostas pelo Ministerio d'Agricultura ou por outro qualquer em virtude da Lei de 22 de Agosto de 1860, podem ser cobradas executivamente, antes de ser ouvido e convencido em juizo competente?	Joaquim Saldanha Marinho
138	20/10/1887	Direito comercial	Não	Os actos commerciaes praticados pelos prohibidos de commerciar são validos?	Zeferino de Faria Filho
139	24/11/1887	Direito civil	Não	Como se devem entender as palavras <i>indivisibilidade da hypotheca</i> , empregadas no §8º do art. 4º da Lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864	Joaquim Saldanha Marinho (distribuída a

					Raymundo de Sá Valle)
140	24/11/1887	Processo criminal	Não	A não se verificar alguma das hypotheses, mencionadas no art. 75 do Codigo do processo podem os promotores públicos darem-se suspeitos? Na disposição do art. 61 do mesmo código podem ser incluídos os promotores publicos, ou ahi só se trata das suspeições relativas aos juizes?	Joaquim Saldanha Marinho (distribuída a Cyro de Azevedo)
141	24/11/1887	Processo comercial	Sim	A concordata cumprida rehabilita <i>ipso-facto</i> o fallido ou a reabilitação neste caso depende ainda de decreto judiciario	Joaquim Saldanha Marinho (distribuída a Alfredo Bernardes da Silva)
142	24/11/1887	Direito criminal	Não	Em vista de nossas leis criminaes, qual a distincção entre os crimes de furto e de roubo? Qual o caracteristico de cada um desses crimes de modo a não serem confundidos	Joaquim Saldanha Marinho (distribuída a Francisco Leite de Bittencourt Sampaio)
143	24/11/1887	Direito civil	Não	O divorcio extingue o privilegio dotal	Joaquim Saldanha Marinho (distribuída a Marcondes do Amaral)
144	24/11/1887	Processo civil	Não	O que rigorosa e positivamente se deve entender por damno irreparavel para a concessão de agravo? Póde ser admittido o arbitrio do juiz sobre a materia?	Joaquim Saldanha Marinho (distribuída a José da Silva Costa)
145	30/8/1888	Direito civil	Não	Assiste ás pessoas do sexo feminino a faculdade de apresentar reclamações, queixas ou petições aos poderes públicos do Brazil em bem de seus direitos? Essas pessoas, quando sujeitas ao pátrio poder á tutela, á curatella ou sendo casadas, podem por si exercer aquella faculdade independentemente da autorização de seus pares, tutores, curadores ou maridos?	José da Silva Costa (distribuída á Andronico Rustico de Souza Tupinambá)
146	11/10/1888	Direito civil	Não	De que valor juridico é susceptível o telegrama?	Thomaz Alves Junior
147	18/10/1888	Direito civil	Não	As leis 12 codice <i>de jure dotum</i> , 12 e 54 Dig – <i>de jure dotium</i> são conciliaveis?	José da Silva Costa (distribuída a Alfredo Bernardes da Silva)

148	18/10/1888	Direito civil	Não	As leis 29 Dig – <i>de pactis</i> e 31 <i>de novationibus</i> , são conciliáveis?	José da Silva Costa (distribuída a João Marques)
149	18/10/1888	Direito comercial	Não	A mulher dotada, com absoluta exclusão de comunhão de bens, pôde deliberar sobre a concordata que seu marido possa oferecer credores, quando fallido?	José da Silva Costa (distribuída a Borgeth)
150	18/10/1888	Processo civil	Não	Julgada não provada a excepção peremptoria, ainda em grão de revista, é lícito reproduzir-se a mesma materia na contrariedade ou contestação da ação?	José da Silva Costa (distribuída a Silva Jardim)
151	11/10/1888	Direito comercial	Sim	A falta de registro, no prazo legal, de instrumento de uma sociedade commanditaria, importa a solidariedade do sócio commanditario?	José da Silva Costa (distribuída a Zeferino)
152	8/11/1888	Direito canônico	Sim	Os impedimentos denominados pelo Direito Canonico – <i>ordo, ligamen et votum</i> subsistem para o fim de obstar as justas nupcias de individuo que <i>abjurar</i> a religião catholica, apostolica romana?	Soares Guimarães
153	15/11/1888	Processo civil	Sim	De que recursos é susceptível o accordão do tribunal revisor?	José da Silva Costa (distribuída a Bernardes)
154	15/11/1888	Direito comercial	Sim	O effeito mercantil endossado, que volta a quem primeiro o endossou por tér pago o seu valor, dispensa a tentativa reconciliatoria?	José da Silva Costa (distribuída a Zeferino de Faria Filho)
155	15/11/1888	Processo comercial	Sim	Que recurso cabe da sentença do juizo commercial que julga afinal os embargos de 3º senhor e possuidor, articulados em causa de arresto?	José da Silva Costa (distribuída a Marcondes do Amaral)
156	15/11/1888	Regulação da profissão de advogado	Sim	A mulher graduada em direito pode exercer a advocacia e a magistratura?	João Marques

### APÊNDICE D – Pedido de pareceres externos

Data		Matéria	Foi publicado na Revista?	Assunto	Autoria
1	8/5/1851	Direito comercial	Não	Inteligência do art. 12 do Código do Commercio.	Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro
2	8/5/1851	Processo criminal	Não	Parecer sobre o livro <i>Apontamentos sobre o processo criminal pelo jury</i> (1849) – José Antonio Pimenta Bueno	Pimenta Bueno
3	14/8/1851	Processo civil	Não	<i>Apontamentos sobre as formalidades do processo civil</i>	Pimenta Bueno
4	24/10/1851	Direito civil	Não	Conveniência de ser adotado o <i>Digesto Portuguez</i> de Correa Telles para Código Civil	Ministério dos Negócios da Justiça
5	9/9/1852	Organização do Judiciário	Não	Trabalho sobre as férias do fôro, e as alçadas para a reforma a fazer.	Ministério dos Negócios da Justiça
6	4/8/1857	Direito comercial	Não	Parecer sobre várias decisões do Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro relativas a certos pontos de Direito e do processo.	Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro
7	19/7/1860	Direito criminal	Não	Parecer sobre o projecto do Código Criminal Militar	José Antonio de Magalhães Castro
8	16/11/1865	Direito comercial	Não	Parecer sobre o projecto sobre sociedades de responsabilidade limitada	Ministério dos Negócios da Justiça
9	14/3/1882	Direito comercial	Sim	Parecer sobre a competência judiciaria nas questões de indemnização, por crime cometido no cumprimento do mandato mercantil afim de que fosse tomado assento.	Supremo Tribunal de Justiça
10	14/3/1882	Ensino jurídico	Sim	Parecer sobre a criação de uma Universidade	Ministerio do Imperio
11	6/8/1880	Direito criminal	Sim	Projeto para criação dos Tribunaes Correccionaes	Ministério dos Negócios da Justiça
12	15/11/1871	Organização do Judiciário	Não	Parecer sobre a revisão do Regimento de Custas, cujo arbítrio é submetido á conveniencia do Instituto	Ministério dos Negócios da Justiça
13	5/7/1888	Processo civil	Não	Pedido de providencias para que seja cumprido o art. 83 do Decreto de 22 de Novembro de 1871 e copia das informações da Secretaria da Justiça, afim de que o Instituto se sirva provocar um assento no Supremo Tribunal da Justiça, atenta a divergencia dos julgados e visto o que determina o art. 4º n. 3 do Decreto n. 6142 de 10 de Março de 1876	Ministério dos Negócios da Justiça



**APÊNDICE E – Trabalhos externos publicados na *Revista***

Data		Data de publicação	Matéria	Título	Autor
1	18/8/1863	1863 (4)	Direito comercial	O discurso de Mr. Desiré.	<i>L'Opinion nationale: journal politique quotidien</i>
2		1868 (2)	Direito francês	O estatuto pessoal do estrangeiro em França	J. J. Desol, advogado no tribunal imperial de Paris
3	1795-1796	1868 (1)	Direito português	Prelecções de Direito Patrio dadas na Universidade de Coimbra	Ricardo Raymundo Nogueira – Universidade de Coimbra
4	1795-1796	1870 (1)	Direito português	Prelecções de Direito Patrio dadas na Universidade de Coimbra	Ricardo Raymundo Nogueira
5	1795-1796	1871 (1)	Direito português	Prelecções de Direito Patrio dadas na Universidade de Coimbra	Ricardo Raymundo Nogueira
6	1867	1867 (1)	Organização do Judiciário	Magistratura e empregos da justiça. Informativo dos decretos de nomeação, demissão, afastamento e aposentadoria de janeiro a setembro de 1867	Ministério da Justiça
7	1867	1867 (1)	Crônica do fôro	Rasgo de probidade.	Periódico <i>Droit</i>
8	6/8/1867	1868 (1)	Direito constitucional	Parecer da comissão de legislação do Senado, determinando que todos os assentos tomados na casa da supplicação de Lisboa, depois da criação da do Rio de Janeiro até á epoca da nossa independencia, á excepção dos que estão derogados pela legislação posterior, têm força de lei em todo o Imperio.	Comissão de legislação do Senado
9	1865	1868 (1)	Direito civil (codificação)	Relatorios e parecer dos membros da comissão encarregada de examinar o projecto do Codigo civil redigido pelo Dr. A. Teixeira de Freitas e as respostas deste	Ministério da Justiça
10	1865	1868 (2)	Direito civil (codificação)	Relatorios e parecer dos membros da comissão encarregada de examinar o projecto do Codigo civil redigido pelo Dr. A. Teixeira de Freitas e as respostas deste	Ministério da Justiça
11	1865	1870 (1)	Direito civil (codificação)	Relatorios e parecer dos membros da comissão encarregada de examinar o projecto do Codigo civil	Ministério da Justiça

				redigido pelo Dr. A. Teixeira de Freitas e as respostas deste	
12	1786	1868 (1)	Processo civil	Provimento proferido em correição, na Parahyba.	Provedor Manoel José Pereira Caldas
13	1786	1868 (2)	Processo civil	Provimento proferido em correição, na Parahyba.	Provedor Manoel José Pereira Caldas
14	1786	1870 (1)	Processo civil	Provimento proferido em correição, na Parahyba.	Provedor Manoel José Pereira Caldas
15	1786	1871 (1)	Processo civil	Provimento proferido em correição, na Parahyba.	Provedor Manoel José Pereira Caldas
16	-	1868 (1)	Direito inglês	Costumes judiciais da Inglaterra	Alphonse Esquiros
17	-	1868 (2)	Direito inglês	Costumes judiciais da Inglaterra	Alphonse Esquiros
18	-	1870 (1)	Direito inglês	Costumes judiciais da Inglaterra	Alphonse Esquiros
19	-	1871 (1)	Direito inglês	Costumes judiciais da Inglaterra	Alphonse Esquiros
20	27/8/1867	1868 (2)	Direito canônico	Parecer sobre recurso á coroa do procedimento dos prelados regulares e seculares	Comissões de legislação e negócios eclesiásticos do Senado
21	-	1868 (2)	Crônica do foro	Envenenador – Crônica de Posen (Polonia prussiana)	Comissão de redação
22	18/7/1870	1871 (1)	História do IAB	Carta ácerca da fundação do Instituto da Ordem dos Advogados	Antonio Pereira Pinto
23	18/8/1843	1871 (1)	História do IAB	Instituto dos Advogados	<i>Sentinella da Monarchia</i>
24	21/3/1881	1881-882	Direito comercial	União internacional para a protecção da propriedade industrial	Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas
25	31/1/1882	1881-1882	Direito criminal	Crítica do art. 169 do Código criminal.	João Pereira Monteiro
26	6/8/1834	1883 (1)	Direito comercial	Cópia da disposição provisória da administração da justiça nas causas de commercio, extrahida do original anexo ao código do Comercio	Comissão especial da Camara dos Deputados
27	24/3/1884	1888 (1)	Direito criminal	Extracto do Relatório de 24 de Março de 1884	Tito Augusto Pereira de Mattos - Chefe de Policia da Corte
28	6/5/1887	1887	Direito financeiro	O orçamento. Estudo de legislação comparada. Extrahido do Relatório do Ministerio da Fazenda do anno de 1886, apresentado á Assembléa Geral Legislativa em 1887.	Francisco Belisario Soares de Souza

**APÊNDICE F – Avisos e consultas do Conselho de Estado publicadas na *Revista***

<b>Data</b>		<b>Data de publicação</b>	<b>Matéria</b>	<b>Ementa</b>	<b>Órgão emanador</b>
1	17/12/1853	1862 (2)	Direito civil (sucessões)	Aviso n. 279: a Lei de 2 de Setembro de 1847 não é extensiva à filiação materna	Seção dos Negócios da Justiça
2	30/9/1839	1862 (3)	Processo criminal (revelia)	Aviso n. 171: nos crimes afiançáveis, e em os que se podem livrar soltos, os réos podem ser acusados, ainda que estejam ausentes fora do Império, ou em lugar não sabido; mas devem ser compreendidos nos editaes, e só então serão processados á revelia, se não comparecerem.	Seção dos Negócios da Justiça
3	21/8/1855	1862 (4)	Processo civil (competência)	Aviso n. 231: uma sociedade agrícola e outras do mesmo gênero, não são commerciaes; e portanto não é competente o Juizo do Comercio.	Seção dos Negócios da Justiça
4	4/3/1863	1863 (1)	Regulação da profissão de advogado	Aviso: o cego não está inhibido de advogar.	Seção dos Negócios da Justiça
5	10/7/1863	1863 (2)	Direito comercial	Aviso: a concordata legalmente concedida, e devidamente homologada rehabilita o commerciante, que por conseguinte, póde ser eleito director em companhias.	Seção dos Negócios da Justiça
6	4/8/1863	1863 (3)	Regulação da profissão de advogado	Aviso: é incompativel o exercicio do lugar de paracho com o da profissão de advogado e procurador	Seção dos Negócios da Justiça
7	24/10/1863	1863 (4)	Regulação da profissão de advogado	Aviso: é incompativel o exercicio da advocacia com o do cargo de secretario de provincia	Seção dos Negócios da Justiça
8	23/11/1863	1863 (4)	Regulação da profissão de advogado	Aviso: o advogado não está sujeito á disciplina judiciaria por não ser official do juizo.	Seção dos Negócios da Justiça
9	13/7/1835	1865 (1, 2 e 3)	Organização do Judiciário	Aviso: os officiaes de Justiça do Tribunal da Relação podem exercer suas funções nos Juizos de 1ª Instancia	Seção dos Negócios da Justiça
10	20/7/1867	1867 (1)	Direito civil (casamento)	Resolução de questões relativas a casamentos celebrados por pastores das religiões toleradas	Seção do Império
11	27/2/1867	1867 (1)	Direito administrativo	Consulta da secção de guerra e marinha do conselho de estado da organização dos conselhos de guerra	Seção da Marinha
12	27/3/1867	1867 (1)	Processo criminal	Aviso: competencia do fôro militar para julgar uma praça que mata seu camarada fóra do quartel	Seção da Marinha
13	26/10/1866	1867 (1)	Processo criminal	Consulta da secção de guerra e marinha do conselho de estado, acerca da competencia do fôro para julgamento do imperial marinheiro João Julio Marianno, que matou um camarada fóra do quartel	Seção da Marinha

14	12/1/1867	1867 (1)	Processo criminal	Consulta da secção de justiça do conselho de estado, acerca da competencia do fôro para julgamento do imperial marinheiro João Julio Marianno, que matou um camarada fóra do quartel	Seção da Marinha
15	26/6/1867	1867 (1)	Direito civil	Consulta da secção de justiça do conselho de estado sobre o testamento feito pelo forriel Manoel José Bezerra, por occasião de sua morte, a bordo do vapor ONZE DE JUNHO	Seção da Guerra
16	30/9/1867	1867 (1)	Direito financeiro	Circular sobre o art. 39 da Lei do orçamento n.º 1.507, de 25 de setembro de 1867, fixando a despesa e orçando a receita geral do Imperio para os exercicios de 1867-68, 1868-1869 e dá outras providências	Seção da Fazenda
17	30/9/1867	1867 (1)	Direito financeiro	Circular sobre a cobrança de impostos da Lei do orçamento n.º 1.507, de 25 de setembro de 1867	Seção da Fazenda
18	30/9/1867	1867 (1)	Direito financeiro	Circular sobre a cobrança a execução do art. 12 da Lei do orçamento n.º 1.507, de 25 de setembro de 1867, com as respectivas instrucções	Seção da Fazenda
19	6/4/1867	1867 (1)	Processo criminal	Consulta sobre a competência do fôro para julgamento de uma escolta da guarda nacional que deixa fugir um criminoso	Seção dos Negócios da Justiça
20	6/4/1867	1867 (1)	Regulação da profissão de advogado	Consulta sobre a seguinte questão: um individuo suspenso por pronuncia dos empregos de curador geral dos orphãos, e guarda mor das terras mineraes, deve tambem sê-lo da profissão de advogado não formado?	Seção dos Negócios da Justiça
21	6/4/1867	1867 (1)	Processo civil	Consulta sobre uma reclamação do partidador do termo da capital da provincia do Espirito Santo, por terem sido nomeados outros partidadores, para procederem a partilha nos inventarios que correm pelo juizo dos feitos da fazenda	Seção dos Negócios da Justiça
22	9/4/1867	1867 (1)	Processo criminal	Aviso sobre a presidência do Jury: não havendo na comarca juiz formado que substitua o juiz de direito, compete ao juiz de direito da comarca mais próxima ao termo da reunião do jury.	Seção dos Negócios da Justiça
23	6/4/1867	1867(1)	Processo criminal	Consulta respectiva, resolvendo as duvidas propostas pelo juiz de direito de Iguape, a respeito da intelligência do artigo unico do decreto n. 3.373 de 7 de janeiro de 1865	Seção dos Negócios da Justiça
24	16/4/1867	1867 (1)	Direito comercial	Aviso sobre a representação do depositario publico de Valença contra a falta de cumprimento do art.	Seção dos Negócios da Justiça

				526 §1º do regulamento n. 737 de 25 de novembro de 1850	
25	24/4/1867	1867(1)	Processo civil	Aviso sobre certidões de quinhões, pedidas por diversos herdeiros em uma só petição	Seção dos Negócios da Justiça
26	10/4/1867	1867 (1)	Processo civil	Consulta sobre as custas que competem aos escrivães pelas certidões pedidas em um mesmo requerimento por varios herdeiros	Seção dos Negócios da Justiça
27	24/11/1866	1867(1)	Direito comercial	Aviso sobre a presidência interina do Tribunal do Commercio	Seção dos Negócios da Justiça
28	26/11/1867	1867(1)	Processo civil	Aviso sobre a competência dos juizes dos feitos da Fazenda para tomarem conhecimento das reclamações de contractos feitos com particulares	Seção dos Negócios da Justiça
29	26/3/1867	1867(1)	Direito internacional	Aviso sobre a jurisdição a que estão sujeitos os súbditos brasileiros que exercem funções consulares	Seção dos Negócios da Justiça
30	3/4/1857	1867(1)	Direito comercial	Aviso sobre a substituição do juiz da 2ª vara comercial da corte nos seus impedimentos	Seção dos Negócios da Justiça
31	29/4/1867	1867(1)	Processo criminal	Aviso sobre a fuga de guardas nacionais designados para o serviço da guerra	Seção dos Negócios da Justiça
32	19/6/1867	1867(1)	Direito comercial	Aviso sobre a providencia a tomar-se quando pela falta da escripturação dos trapiches e armazéns alfandegados, se não pode conhecer a exatidão dos balanços	Seção dos Negócios da Justiça
33	1/7/1867	1867(1)	Direito comercial	Aviso sobre o registro dos contratos de sociedades commerciaes que só pode ser ordenado pelos Tribunaes do Commercio	Seção dos Negócios da Justiça
34	2/8/1867	1867(1)	Processo civil	Aviso declarando que ao escrivão de órfãos e não ao tabelião compete escrever nos feitos da provedoria de capelas e residuos	Seção dos Negócios da Justiça
35	2/8/1867	1867(1)	Direito criminal	Aviso declarando que o juiz de paz e subdelegado, suspenso por crime de responsabilidade do cargo policial, não pode exercer o cargo popular	Seção dos Negócios da Justiça
36	5/8/1867	1867(1)	Regulação da profissão de advogado	Aviso sobre a competência dos Presidentes das relações para imporem pena aos advogados que retêm os autos, depois de manifestada a revista	Seção dos Negócios da Justiça
37	17/8/1867	1867(1)	Direito administrativo	Aviso sobre a incompatibilidade do exercicio de escrivão com o de procurador da Camara Municipal	Seção dos Negócios da Justiça
38	19/8/1867	1867(1)	Direito administrativo	Aviso declarando que a nomeação interina dos empregos de justiça compete ao juiz municipal letrado	Seção dos Negócios da Justiça
39	14/9/1867	1867(1)	Direito comercial	Aviso declarando qual o meio e o processo para obrigar os trapicheiros a munirem-se de livros e escritural- os na forma da lei	Seção dos Negócios da Justiça

40	17/9/1867	1867(1)	Direito administrativo	Aviso declarando sobre quem deve recahir a designação para o lugar de official do registro geral das hypothecas	Seção dos Negócios da Justiça
41	22/12/1866	1867(1)	Processo civil	Consulta sobre a competencia dos juizes dos feitos para tomarem conhecimento das reclamações de contractos entre os particulares e as presidências	Seção dos Negócios da Justiça
42	9/4/1867	1867 (1)	Direito administrativo	O partidador do fôro commum deve servir no juizo dos feitos, onde não houver partidador privativo, creado por lei ou decreto.	Seção dos Negócios da Justiça
43	4/4/1867	1867 (1)	Direito financeiro	Solve duvidas acerca da execução dos avisos n. 154 de 16 de abril de n. 470 de 9 de outubro de 1863.	Seção dos Negócios da Justiça
44	28/12/1867	1867 (2)	Processo civil	Aviso sobre a competencia do juiz de direito do domicilio conjugal ou do cônjuge demandado para conhecer as questões relativas aos casamentos dos que professam religião diferente da do Estado	Seção do Império
45	3/10/1867	1867 (2)	Processo civil	Aviso declarando que a municipalidade é obrigada ao pagamento das custas dos processos de termos de bem viver	Seção dos Negócios da Justiça
46	5/10/1867	1867 (2)	Regulação da profissão de advogado	Aviso sobre a incompatibilidade dos promotores públicos para exercerem a profissão de advogado nas causas crimes	Seção dos Negócios da Justiça
47	7/10/1867	1867 (2)	Processo civil	Aviso sobre a competencia dos escrivães do juizo de paz como tabeliães de notas para os actos dos domiciliarios na sua freguesia e os contractos de bens de raiz ali situados	Seção dos Negócios da Justiça
48	2/10/1867	1867 (2)	Direito civil	Consulta sobre diversas representações de algumas camaras municipais da provincia de Minas Geraes, contra o disposto no art. 3º §6º da lei n. 1237 de 24 de Setembro de 1864, e art. 110 §1º do respectivo regulamento.	Seção dos Negócios da Justiça
49	8/10/1867	1867 (2)	Direito civil	Aviso declarando que a nova lei hypothecaria não obriga os tesoureiros das corporações de mão morta a prestarem fiança, conservando e mantendo a hypotheca legal que as mesmas corporações já tinham, etc.	Seção dos Negócios da Justiça
50	9/11/1867	1867 (2)	Processo criminal	Aviso declarando que os promotores devem intervir, quando ordenados pelos presidentes nos processos contra individuos que tirarem ou auxiliarem a tirada de algum guarda designado para o serviço da guerra do poder da escolta.	Seção dos Negócios da Justiça
51	18/12/1867	1867 (2)	Processo criminal	Aviso declarando que é competente para fazer nova convocação de jurados o juiz de direito presidente	Seção dos Negócios da Justiça

				de sessão anterior, que, por falta de numero legal, não pode ter lugar.	
52	6/9/1867	1867 (2)	Direito internacional	Interpretação do art. 13 da convenção consular entre Portugal e o Brasil e toda a discussão havida.	Seção dos Negócios Estrangeiros
53	2/10/1867	1868 (1)	Direito administrativo	Sobre a incompatibilidade entre um juizo municipal e um escrivão de orphão do mesmo termo por serem elles concunhados.	Seção dos Negócios da Justiça
54	30/10/1867	1867 (2)	Direito internacional	Aviso sobre a validade e aceitação, nas estações fiscaes, das procurações que lavrarem e assignarem ou tão somente assignarem os cônsules geraes, cônsules e vice-consules da França e Portugal.	Seção da Fazenda
55	22/12/1867	1867 (2)	Direito financeiro	Aviso sobre a intelligência dos arts. 7 e 8 do Regulamento de 15 de dezembro de 1860 sobre a arrecadação da taxa de heranças e legados e o officio do promotor dos feitos	Seção da Fazenda
56	23/12/1867	1867 (2)	Direito financeiro	Aviso e decisão do tribunal do tesouro sobre a siza a que estão sujeitos os bens de raiz dados em pagamento a um filho pelo que lhe é devido por herança materna, de que é o pai usufructuario legal, por ser aquelle considerado credor como outro qualquer	Seção da Fazenda
57	2/7/1867	1867 (2)	Direito constitucional	Questão sobre a perda de nacionalidade da brasileira que, sendo empregada publica, se casa com estrangeiro	Seção da Fazenda
58	15/2/1868	1868 (1)	Processo civil	Aviso sobre penhora de bens de conventos	Seção do Império
59	23/3/1868	1868 (1)	Direito civil	Aviso solvendo duvidas sobre casamentos de orphãos de qualquer especie sem licença do respectivo juiz	Seção dos Negócios da Justiça
60	31/3/1868	1868 (1)	Direito administrativo	Aviso sobre incompatibilidade dos cargos de professor publico de primeiras letras e supplente do juiz municipal	Seção dos Negócios da Justiça
61	26/10/1867	1868 (1)	Direito administrativo	Aviso resolvendo duvidas sobre o art. 3 §5º da lei hypothecaria de 24 de setembro de 1864, com o parecer das secções reunidas de justiça e fazenda do conselho d'Estado, etc.	Seção da Fazenda
62	12/11/1867	1868 (1)	Direito financeiro	Aviso, declarando que o imposto sobre os vencimentos só recahem sobre emolumentos, custas, etc, quando acumulados com vencimentos dos cofres geraes, provinciaes ou municipaes, constituindo assim um rendimento de 1.000.000 ou mais	Seção da Fazenda
63	3/12/1867	1868 (1)	Direito administrativo	Aviso, declarando manifesta a incompetencia da autoridade judicial, para decidir questões sobre	Seção da Fazenda

				decimas, impostos e outros de ordem administrativa, que devem ser devolvidas á estação fiscal para serem decididos administrativamente	
64	9/1/1868	1868 (1)	Direito financeiro	Aviso declarando que da restituição de imposto, se deve recorrer ex-officio quando exceder a alcada e versar sobre a apreciação de direito e que a autoridade judiciaria é incompetente para decidir sobre materia de resitutuição de impostos.	Seção da Fazenda
65	28/1/1868	1868 (1)	Direito financeiro	Aviso declarando que o abatimento de 6% de que trata o art. 50 do Reg. de 5 de Dezembro de 1860 é relativo somente á taxa das heranças partilhadas ate a data da sua publicação si os devedores comparecem expontaneamente para pagal-a que n'este caso não são devidos os juros etc.	Seção da Fazenda
66	21/2/1868	1868 (1)	Direito financeiro	Aviso sobre novação de contracto e revalidação	Seção da Fazenda
67	28/2/1868	1868 (1)	Direito civil	Aviso declarando que não ha lei que permitta a successão a um escravo	Seção da Fazenda
68	27/3/1868	1868 (1)	Direito financeiro	Aviso sobre sello de alvará de supprimento de idades e de provisões dos vigarios da vara	Seção da Fazenda
69	30/4/1868	1868 (2)	Direito administrativo	Aviso declarando que não podem servir conjuntamente no mesmo termo o juiz municipal e o promotor publico que são cunhados	Seção dos Negócios da Justiça
70	30/4/1868	1868 (2)	Direito administrativo	Aviso declarando que não existe incompatibilidade no exercicio dos cargos de fiscal da camara e de supplente do juizo municipal	Seção dos Negócios da Justiça
71	1/5/1868	1868 (2)	Direito administrativo	Aviso declarando que os bens pertencentes a uma Imagem, que não tem irmandade, pelo facto da vacancia, passam para a fazenda publica e ficam sujeitos á fiscalisação do juizo da provedoria	Seção dos Negócios da Justiça
72	2/5/1868	1868 (2)	Direito administrativo	Aviso declarando que a simples falta de confiança não é motivo sufficiente para a destituição ou suspensão dos escrivães de paz	Seção dos Negócios da Justiça
73	4/5/1868	1868 (2)	Direito administrativo	Aviso respeito aos ordenados dos desembargadores e juizes de direito, quando nomeados presidentes de provincia	Seção dos Negócios da Justiça
74	4/5/1868	1868 (2)	Direito constitucional	Aviso declarando que os juizes de direito, em correcção, não julgam nem reformam sentenças por ser contrario ao art. 179§12 da Constituição e que, apenas, como corregedores emendam erros e sanam irregularidades	Seção dos Negócios da Justiça



75	4/5/1868	1868 (2)	Direito constitucional	Aviso declarando que a venda de livros sagrados, reputados contrarios á religião catholica, é permittida, por ser conforme á liberdade individual, salvo o procedimento criminal nos casos expressos nos arts. 277 e 278 do Codigo Criminal	Seção dos Negócios da Justiça
76	5/5/1868	1868 (2)	Processo criminal	Aviso declarando que os subdelegados devem declarar por sentença a sua incompetencia se esta se provar cabalmente no meio do summario de um crime que não é de sua alçada e resolve outras duvidas.	Seção dos Negócios da Justiça
77	6/5/1868	1868 (2)	Processo criminal	Aviso declarando que aos vereadores não se deve passar a jurisdição de juiz de direito e sim deve ser convidado juiz de direito da comarca visinha.	Seção dos Negócios da Justiça
78	6/5/1868	1868 (2)	Direito criminal	Aviso declarando que possuidores de escravos trazidos do Estado Oriental do Uruguay e depois julgados livres devem ser processados, se quando advertidos, não reconhecerem o direito dos suppostos escravos, etc.	Seção dos Negócios da Justiça
79	7/5/1868	1868 (2)	Direito administrativo	Aviso sobre impedimento de servirem conjuntamente no mesmo juízo dous parentes dentro de grão prohibido.	Seção dos Negócios da Justiça
80	8/5/1868	1868 (2)	Direito administrativo	Aviso declarando que o juiz da 3ª vara não pode accumular o exercicio das duas varas commerciaes, havendo outro juiz municipal effectivo em exercicio.	Seção dos Negócios da Justiça
81	15/5/1868	1868 (2)	Processo criminal	Aviso declarando que as suspeições do art. 61 do Codigo do Processo Criminal se referem aos promotores publicos.	Seção dos Negócios da Justiça
82	15/5/1868	1868 (2)	Processo civil	Aviso sobre as pequenas demandas ou processos verbaes e os de conciliação nos juizos de paz	Seção dos Negócios da Justiça
83	23/5/1868	1868 (2)	Direito administrativo	Aviso sobre o – visto – das autoridades policiaes nos passaportes	Seção dos Negócios da Justiça
84	1868	1868 (2)	Direito internacional	Extracto do relatorio do ministerio dos negocios estrangeiros sobre as buscas nas casas e subditos de Portugal e em navios mercantes portuguezes, surtos nos portos do Imperio.	Ministério dos Negócios Estrangeiros
85	8/4/1868	1868 (2)	Direito financeiro	Aviso e decisão do thesouro definindo que a extinção da primeira divida por novação de contracto não está sujeita ao imposto do sello e revalidação por ser devido, não da extinção da obrigação, mas da criação da nova divida	Seção da Fazenda
86	16/5/1868	1868 (2)	Direito financeiro	Aviso, sobre o prazo fatal para a apresentação dos recursos	Seção da Fazenda

				interpostos das thesourarias, e sobre os titulos com data emendada que são equiparados aos titulos sem data e por isso sujeitos á revalidação, quando apresentados fora do prazo e não a multa, etc	
87	31/1/1869	1870 (1)	Direito internacional	Consulta, se a brasileira casada com estrangeiro perde a nacionalidade	Seção do Império
88	2/1/1870	1870 (1)	Direito civil (escravidão)	Consulta sobre o modo porque devem ser vendidos os escravos pertencentes a estabelecimentos rurais nas arrematações destes em praça publica	Seção dos Negócios da Justiça
89	8/1/1870	1870 (1)	Direito comercial	Consulta sobre o requerimento de Francisco Francioni em que pede que a Alfandega cumpra a precatória do Juiz Municipal da 1ª vara, afim de ser sequestrada uma machina de fazer gelo de que pende litigio	Seção da Fazenda
90	14/2/1870	1870 (1)	Direito comercial	Aviso e consulta sobre a representação da Directoria da Associação Commercial do Rio de Janeiro, quanto ao pagamento das letras ou bilhetes do Thesouro Nacional	Seção da Fazenda
91	2/3/1870	1870 (1)	Direito comercial	Aviso e consulta sobre o requerimento de Guerreiro Lima & C., sobre ter a Alfandega posto em arrematação indevida generos de sua propriedade	Seção da Fazenda
92	23/2/1870	1870 (1)	Direito financeiro	Aviso e consulta sobre o modo porque deve ser pago por uma massa falida o credito da Fazenda Nacional proveniente de transacção de letras ou cambiaes	Seção da Fazenda
93	15/6/1870	1871 (1)	Direito administrativo	Consulta das secções reunidas dos negócios do Imperio e da justiça, sobre a questão de direito que ha de serem obrigados os concessionarios de sesmarias a dar pelas suas terras transito aos visinhos e comunicação para uso publico	Seções dos Negócios do Império e da Justiça
94	1870	1871 (1)	Direito constitucional	Questões apresentados ao Corpo legislativo sobre diversos artigos do acto adicional	Seção do Império
95	10/9/1870	1871 (1)	Direito comercial	Resposta á consulta do Tribunal do Commercio do Maranhão	Seção dos Negócios da Justiça
96	22/9/1870	1871 (1)	Direito financeiro	Aviso de 22 de Setembro de 1870 – Sello dos endossos	Seção da Fazenda
97	17/11/1870	1871 (1)	Direito administrativo	Aviso de 12 de Outubro de 1870 – Gratificações	Seção da Fazenda
98	12/10/1870	1871 (1)	Direito financeiro	Aviso de 17 de Novembro de 1870 – Imposto na partilha	Seção da Fazenda
99	30/12/1882	1881 e 1882	Direito comercial	Regulamento para a execução da Lei n. 3120 de 14 de Outubro de 1882.	Seção dos Negócios Estrangeiros

### APÊNDICE G – Legislação publicada na *Revista*

Data		Data de publicação	Matéria	Ementa	Órgão emissor
1	14/8/1882	1881 e 1882	Direito comercial	Lei n. 3129 de 14 de Outubro de 1882, regulando a concessão de patentes aos autores de invenção ou descoberta industrial.	Poder Legislativo
2	30/10/1882	1881 e 1882	Direito financeiro	Lei n. 3110 de 30 de Outubro de 1882, orçando a receita geral do Imperio para os exercícios de 1882-83 e 83-81	Poder Legislativo
3	1/11/1882	1881 e 1882	Direito comercial	Lei n. 3150 de 1 de Novembro de 1882, regulando o estabelecimento de Companhias e Sociedades anônymas	Poder Legislativo
4	30/12/1882	1881 e 1882	Direito comercial	Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882, dando regulamento para a execução da Lei n. 3150 de 1 de Novembro de 1882.	Poder Executivo
5	19/5/1883	1883	Direito financeiro	Decreto n. 8946 de 19 de maio de 1883, regulando a cobrança do imposto do selo.	Poder Executivo
6	16/6/1883	1883	Direito comercial	Decreto n. 8958 de 16 de junho de 1883, resolvendo duvidas sobre a competencia do governo na approvação de estatutos das companhias anônymas, depois de promulgada a Lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882.	Poder Executivo
7	7/7/1883	1883	Direito criminal	Decreto n. 3163 de 7 de julho de 1883, providenciando sobre o julgamento de vários crimes, derogados os Decretos ns. 562 de 2 de julho de 1850 e 1090 de 1.º de setembro de 1860.	Poder Executivo
8	12/5/1883	1883	Direito comercial	Decreto n. 8943 de 12 de maio de 1883, mandando observar o Regulamento internacional de signaes para prevenir abalroamentos entre navios no alto mar.	Poder Executivo
9	22/12/1883	1883	Direito financeiro	Decreto n. 9094 de 22 de dezembro de 1883, regulando a conversão dos bens das ordens religiosas em apólices intransferíveis da divida publica interna fundada.	Poder Executivo
10	14/7/1887	1887	Direito financeiro	Decreto n. 9766 de 14 de julho de 1887, estabelecendo regras para a cobrança dos impostos sujeitos a lançamento.	Poder Executivo
11	14/10/1887	1887	Direito comercial	Decreto n. 3346 de 14 de outubro de 1887, estabelecendo regras para o registro de marca de fabrica e de commercio.	Poder Executivo
12	13/5/1888	1888	Direito civil (escravidão)	Lei n. 3353 de 13 de maio de 1888, declarando extincta a escravidão no Brasil	Poder Legislativo

### APÊNDICE H – Jurisprudência publicada na *Revista*

	Data	Data de publicação	Matéria	Ementa	Instituição de origem
1	4/11/1859	1862 (2)	Direito civil (sucessões)	Accordão: A Lei de 2 de Setembro de 1847 não é aplicável á filiação natural materna.	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
2	5/2/1862	1862 (2)	Direito civil (sucessões)	Accordão: a Lei de 2 de Setembro de 1847 é restricta á filiação natural paterna.	Supremo Tribunal de Justiça
3	29/9/1860	1862 (3)	Processo criminal (revelia)	Accordão: é indispensável que a ausência do delinquente em crime afiançável seja certa pelas diligencias legais, para que possa ele ser acusado e julgado à revelia	Supremo Tribunal de Justiça
4	7/6/1862	1862 (3)	Processo criminal (revelia)	Accordão: nulo é o julgamento á revelia do réo ausente, sem que se tenham preenchido as diligencias, e sido chamado edictalmente	Tribunal da Relação de Recife
5	25/6/1862	1862 (4)	Processo civil (competência)	Accordão: as sociedades agrícolas, de lavoura, criação de gados, e outras semelhantes, são cíveis e não mercantis; portanto não são sujeitas ao Juizo e legislação commercial.	Supremo Tribunal de Justiça
6	6/12/1862	1863 (1)	Direito civil (escravidão)	Accordão: em favor da liberdade muitas cousas são outhorgadas contra as regras geraes. – A liberdade é de Direito natural. – São sempre mais fortes as razões a favor da liberdade do que as que podem fazer justo o captiveiro. – A prescripção de 5 annos é-lhe applicavel. – O acto nullo, embora judicial, não a interrompe.	Supremo Tribunal de Justiça
7	25/4/1863	1863 (2)	Processo civil (recursos)	Accordão: condemnado um juiz em custas pelo Juiz de Direito, por entender este haver elle dado causa á nulidade do processo, desta decisão cabe appellação.	Supremo Tribunal de Justiça
8	21/5/1863	1863 (2)	Direito comercial	Accordão: o segurador responde pelas avarias da carga, embora por vicio do navio, se isto não foi resalvado na apolice	Supremo Tribunal de Justiça
9	22/4/1863	1863 (3)	Processo civil (recursos)	Accordão: das sentenças dos juizes de paz não cabe recurso de revista	Supremo Tribunal de Justiça
10	13/7/1835	1865	Direito comercial	Accordão: mesmo nas Execuções Commerciaes para que a adjudicação se faça sem abatimento, é preciso que se verifiquem conjunctamente dous requisitos: - 1.º quando o devedor não tem mais bens, ou está insolvable, e 2.º quando os bens penhorados chegam pela sua avaliação para pagamento da divida.	Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro
11	6/1867	1867 (1)	Processo comercial	A acção, nos Juizos de paz, é a summaria do art. 237 do Regulamento n. 737 de 25 de novembro de 1850.  Relatório de José Figueiredo de Andrade	Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro

12	10/8/1861	1867 (1)	Direito comercial	No juízo commercial só podem ser ajuizadas letras de terra aceitas por pessoas não commerciantes, quando esses títulos são iguaes ás letras de cambio. Supremo Tribunal de Justiça, 10 de agosto de 1861.	Supremo Tribunal de Justiça
13	22/6/1867	1867 (1)	Processo criminal (recursos)	Para a concessão de habeas-corpus não é necessária a prisão do impetrante. – A simples ordem de prisão é considerada constrangimento ilegal.	Supremo Tribunal de Justiça
14	3/9/1867	1867 (1)	Processo civil (recursos)	Na acção de despejo de prédios urbanos, não há necessidade de extrahir-se sentença, julgado o lançamento. Basta o mandado ordenado pela sentença para que se effectue o despejo. Ao mandado pode a parte oppor embargos que couberem no caso, os quaes só o suspenderão quando forem de retenção de bemfeitorias feitas com consentimento do senhorio ou de nulidade provada do ventre dos autos. Relatório: Luiz Alvares de Azevedo Macedo	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
15	3/9/1867	1867 (1)	Direito criminal	O depoimento falso não pode ser considerado perjurio no sentido legal senão quando for prestado perante o tribunal ou juiz que tem de pronunciar sobre o facto a que o depoimento se refere.	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
16	1/6/1865	1867 (1)	Processo comercial	Os credores de domínio podem, nas fallencias alegar, embargos de 3.o senhor e possuidor. – 1ª Vara Commercial.	Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro
17	6/11/1867	1867 (2)	Direito criminal	Provimento geral lido na audiência de encerramento da correição geral.	Juízo de Direito da 2ª Vara Crime do Rio de Janeiro
18	23/11/1867	1867 (2)	Direito comercial	As concordatas amigaveis e extrajudiciais não são admissíveis. Questão movida no foro de Macahé Extraída do jornal <i>Telegrapho</i>	Juízo Criminal de Macahé
19	9/9/1867	1867 (2)	Direito comercial	Os acordos amigáveis extrajudiciaes entre os credores e os seus devedores não são prohibidos pelo decreto n. 2.481 de 28 de setembro de 1859, porque a disposição desse decreto só é applicavel a commerciantes com fallencia em juizo, já aberta e declarada, ou em termos de o ser. Taes accordos não se pódem legitimamente chamar – concordatas – mas uma convenção que a lei commercial permite, e a que dá inteira validade entre os commerciantes (cod. commercial arts. 22, 122 e 828 – e regulamento n. 737 arts. 141 §§1º e 2º e 247 §§2º e 4º). Advogado apelante: Luiz Alvares de Azevedo Macedo	Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro

20	8/10/1859	1867 (2)	Direito criminal	A intenção é o elemento capital que constitui o crime e não a extensão e o numero dos factos materiaes, isto é, das pessoas que o soffreram	Supremo Tribunal de Justiça
21	20/9/1856	1867 (2)	Direito civil (sucessões)	Os sobrinhos, filhos de irmãos predefunctos, concorrendo a herança de seu tio sós e sem tio vivo irmão do defuncto, sucedem in <i>stirpes</i>	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
22	21/11/867	1868 (1)	Processo civil (recursos)	A appellação, nos embargos de obra nova, é nos dous effeitos. Agravo ao Imperador de decisão da 1ª Vara Municipal. Tomando conhecimento do agravo o juiz reforma o seu despacho e recebe a apelação, no seu efeito devolutivo e suspensivo.	Juízo da 1ª Vara Municipal do Rio de Janeiro
23	6/2/1855	1868 (1)	Direito civil	Accordão n. 5.534. Para a questão de dominio, se a parte de um campo ou terreno, cuja propriedade se pretende disputar, está comprehendida nas terras de um dos litigantes, tendo outro exercido na occasião actos de dominio, não é acertada a acção de força nova? Julgou-se que não, pois os tres requisitos devem ser provados.	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
24	1/3/1855.	1868 (1)	Direito comercial	Accordão n. 656. Aggravo. Não havendo transferencia de uma letra, feita regularmente a um terceiro, conforme o disposto nos arts. 361 a 362 do Codigo Commercial. e tendo este confessado que não dera a importancia da mesma letra ao saccador, a sua assignatura sem data no verso da lettra, é abono e não endosso.	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
25	16/2/1855	1868 (1)	Direito comercial	Accordão n. 5. 923. Appellação. O aceitante de uma letra não pôde ser accionado pela importancia da mesma pelo simples detentor delle, não constando da letra ser elle o sacador, nem endossatario ou prortador, não provando a sua propriedade? Não, pois a materia se rege pelos arts. 361 e 362 do Codigo Commercial, para receber a letra, como possuidor deve provar plenamente a sua propriedade.	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
26	22/6/1865	1868 (1)	Regulação da profissão de advogado	Accordão n. 6.262. Appellação civil. O advogado não pode assignar peças do processo em um foro diverso, não tendo registrado competentemente a sua provisão.	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
27	9/2/1855	1868 (1)	Processo civil (recursos)	Accordão n. 61. Agravo de instrumento. Nova dilação só deve ser concedida no caso de legitimo impedimento da parte impetrante, provado com boa fé e jurado.	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
28	29/10/1867	1868 (1)	Direito civil (sucessões)	Appellação civil, n. 11.399. Nulla a verba testamentaria que deixa como unicos herdeiros menores excluindo a mãe dos filhos. Nullo o testamento, pois o testador ultrapassou raias dos seus	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro

				direitos de testar. O accordão confirma a sentença apelada.	
				Advogado apelante: José Viriato de Freitas Junior. Advogado apelado: Manoel Maria Modesto Goés de Lacerda.	
29	24/2/1868	1868 (1)	Direito comercial	Appellação civil. Os titulos ao portador, quando perdidos ou roubados, são susceptiveis a reivindicacão o possuidor ou detentor de taes titulos, não se póde assemelhar ao verdadeiro proprietario e exercer todos os direitos deste.	Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro
				Advogado apelante: Luiz Alvares de Azevedo Macedo	
30	23/6/1859	1868 (1)	Processo criminal (competência)	Os crimes connexos aos especiaes, processados de conformidade com o decreto de 2 de julho de 1850, são julgados pelo juiz de direito.	Tribunal da Relação do Recife
31	1/7/1862	1868 (1)	Processo criminal (competência)	Os crimes connexos aos especiaes, processados de conformidade com o decreto de 2 de julho de 1850, são julgados pelo juiz de direito.	Tribunal da Relação do Recife
32	29/9/1862	1868 (1)	Processo criminal (competência)	Os crimes connexos aos especiaes, processados de conformidade com o decreto de 2 de julho de 1850, são julgados pelo juiz de direito.	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
33	16/2/1855	1868 (2)	Direito civil	Appellação civil. Accordão n. 5877. É permittida a troca de bens de raiz pertencentes á menores por outros de igual natureza, provando-se vantagem e precendendo licença de juiz de orphãos	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
34	30/3/1855	1868 (2)	Direito civil (escravidão)	Accordão n. 6144. Appellação civil. Não se pode considerar de má fé e em fraude de execução a venda de qualquer objecto anterior á execução. Um terceiro, por não ser interessado, não pode allegar nullidade de um contracto de venda de um escravo entre pae e filho com tacito consentimento dos outros filhos invocando a Ord. Liv. 4º, tit. 12, etc. O contracto de venda, no caso figurado, não póde ainda ser considerado nullo, pelo facto de não ser o titulo revestido da formalidade legal da subscrição de duas testemunhas, pois admite-se prova testemunhal, não sendo essencial escriptura. (Acórdão anterior à publicação da lei que exigia escritura pública para a compra de escravos).	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro

35	11/5/1855	1868 (2)	Direito civil (sucessões)	Accordão n. 6233. Appellação civil. Não se podem considerar sonogados, para o effeito de se propor a acção competente, os bens, de que simplesmente estava de posse o inventariado, não se provando o seu dominio e que o inventariante não tenha declarado até a conclusão do inventario.	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
36	16/2/1855	1868 (2)	Processo civil (suspeição)	Accordão n. 5567. Appellação civil. A suspeição declarada por qualquer juiz em uma causa não o torna suspeito entre as mesmas partes sem nova e expressa declaração.	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
37	22/6/1855	1868 (2)	Direito civil	Accordão n. 6054. Appellação civil. O arrendatario de um predio não pode impedir por meio de embargos de retenção o despejo, fundando-se em bemfeitorias feitas sem consentimento expressado no contracto, embora obrigue-se á proval-as incontinente.	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
38	5/6/1855	1868 (2)	Processo civil	Accordão n. 6207. Appellação civil. A citação, feita por carta do escrivão, que certifica a sua entrega, embora não declare o portador, é valida e não annula o processo, embora o réo affirme não ter recebido a citação. E ainda que n'este caso se prove simulação do official, portador da carta, este precedente não induz a falta de fé e todas as citações posteriores são validas e não nullifica o processo, se o official não for convencido por sentença.	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
39	12/6/1855	1868 (2)	Direito civil	Accordão n. 5986. Appellação civil. Não se póde considerar nulla a venda, pelo simples facto de testemunhas dizerem não ter o vendedor recebido o preço da venda, quando o tabellião porte por fé o recebimento no acto de lavrar-se a escriptura.	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
40	22/5/1868	1868 (2)	Direito comercial	As concordatas amigaveis, concedidas pela unanimidade dos credores antes de declarada a fallencia e para prevenir a fallencia, são legaes, e não comprehendidas na disposição do art. 842 e seguintes do Cod. Commercial. Estas concordatas são contractos ordinários e para obrigarem aquelles que assignam, não dependem de homologação judicial.	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
				Continuação do processo 18 deste quadro.	
				Advogado apelante: José Thomaz Nabuco	
41	27/5/1868	1868 (2)	Processo comercial	A sentença que homologa a classificação de creditos, no juizo da fallencia não póde ser reformada por meio de acção rescisoria.	Supremo Tribunal de Justiça



				Advogado embargante: João Baptista da Silva Gomes	
42	30/6/1868	1868 (2)	Direito civil (escravidão)	Não é necessario o tentame conciliatorio nas causas de liberdade. São livres todos os escravos que entrarem nos portos do Imperio, bem como os que, tendo sahido em companhia, de seus senhores, á elle voltarem.	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
				Advogado da apelante: João Antonio de Sousa Ribeiro Advogado da apelante: José Figueiredo de Andrade	
43	1/7/1868	1868 (2)	Processo civil (recursos)	Na acção de despejo de predios urbanos não cabe agravo, por não ser caso delle, do despacho que denega ou concede vista para embargos ao despejo.	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
44	23/7/1869	1870 (1)	Direito criminal	Deфеza feita no Tribunal do Jury em favor de diversos marinheiros da fragata inglesa <i>Racoon</i> . Advogado: Franklin Doria	Tribunal do Júri do Rio de Janeiro
45	7/7/1868	1870 (1)	Direito civil (sucessões)	Continuação da appellação cível n. 11.399. O substituto, na forma das Ords. L. 4º, T. 91 e L. 4º T. 87 §10 não póde prejudicar o direito dos herdeiros necessários. Advogado da apelante: José Viriato de Freitas Junior. Advogado da apelada: Manoel Maria Modesto Goes de Lacerda.	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
46	7/5/1869	1871 (1)	Processo civil (competência)	O juiz de orphãos é competente para conhecer das contas dos tutores, embora no tempo da prestação d'ellas esteja maior o tutellado.	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
47	5/11/1869	1871 (1)	Processo comercial	Resposta do Juiz <i>a quo</i> ao agravo. Não se dá agravo da decisão proferida sobre exceção de ilegitimidade de parte, se póde o cabeça de casal ou inventariante demandar e ser demandado <i>in solidum</i> pelas dividas do inventariado.	1ª Vara do Juízo Comercial do Rio de Janeiro
48	1/9/1866	1871 (1)	Processo civil	Provimento geral para os juízos de paz, em correição, que no termo de Campos fez o Juiz de Direito da comarca, o Dr. João José de Andrade Pinto.	Juízo de 1ª Instância da Comarca da Cidade de Campos
49	28/8/1876	1871 a 1880	Processo comercial	A inquirição de testemunhas é termo substancial do processo de fallencia. A legislação vigente não consigna regras terminantes para se declarar falida companhias de estrada de ferro. Advogado: José da Silva Costa	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
50	13/3/1877	1881 e 1882	Processo civil (recursos)	Efeitos da appellação. Advogado: Joaquim Saldanha Marinho	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro

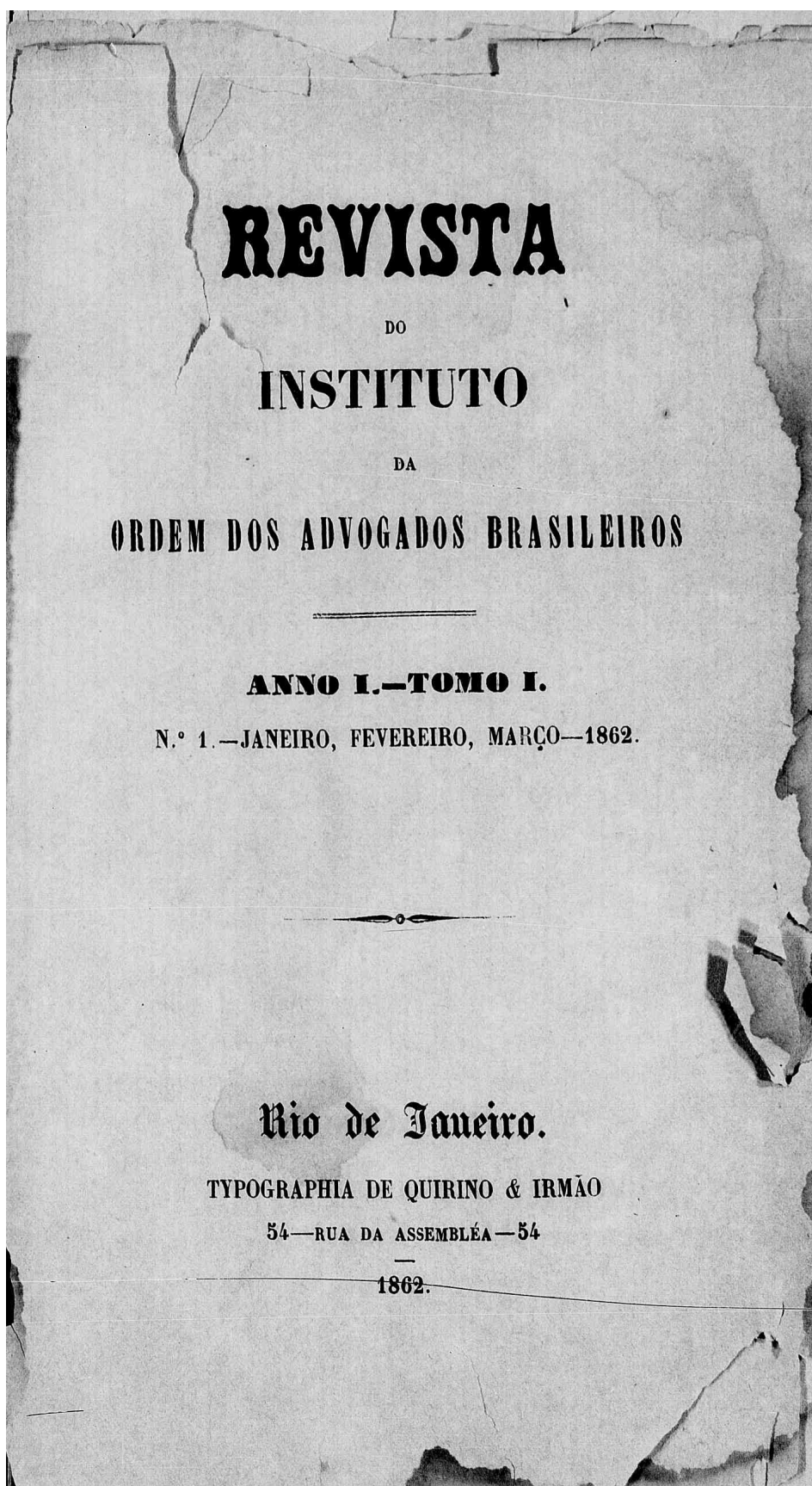
51	18/9/1876	1881 e 1882	Direito comercial	Risco marítimo.	Supremo Tribunal de Justiça
				Advogado: José da Silva Costa	
52	5/11/1875	1881 e 1882	Processo civil (competência)	Conflito de jurisdição.	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
				Advogado: João José de Andrade Pinto.	
53	12/12/1883	1883	Processo civil (competência)	O juízo de orphãos e não o commum é o competente para conhecer da responsabilidade do tutor, por actos e omissões lesivas no exercício do respectivo encargo.	Supremo Tribunal de Justiça
				Advogado: Manoel da Silva Mafra. Advogado: José da Silva Costa.	
54	17/7/1883	1883	Processo comercial	Do despacho que decide sobre embargos do 3º senhor e possuidor articular em processo de arresto no juízo commercial, o recurso é de agravo.	Supremo Tribunal de Justiça
				Advogado: Carlos Justiniano Rodrigues. Advogado: Felipe Jansen de Castro Albuquerque Junior.	
55	24/9/1879	1883	Direito comercial	A sociedade mercantil embora não reduzida a escripto registrado, não deixa de operar efeitos quanto ao passado.	Supremo Tribunal de Justiça
				Advogados: José da Silva Costa. Hermogeneo Pereira de Queiroz e Silva.	
56	26/10/1887	1887	Direito civil	A doação feita em contracto antenupcial por parte da nubente a seu futuro esposo está sujeita á revogação por ingratidão.	Supremo Tribunal de Justiça
				Advogados: Joaquim Antunes de Figueiredo Junior. Manoel Ignacio Gonzaga.	
57	10/11/1885	1887	Processo civil (competência)	Compete ao juiz orphanologico a liquidação do estabelecimento commercial cujo dono falece com testamento e herdeiros presentes.	Tribunal da Relação do Rio de Janeiro
				Advogado: José da Silva Costa.	
58	21/6/1884	1887	Processo comercial	A execução das sentenças proferidas pelos Juizes do Commercio, não dependem de previa prestação da fiança	Tribunal da Relação de Porto Alegre
59	10/2/1886	1887	Direito comercial	Accordão n. 10384. De titulos com fim certo e determinado têm privilegio os seus credores.	Supremo Tribunal de Justiça
60	13/2/1886	1887	Processo civil	Accordão n. 10419 – Nullidade por falta de tentativa de conciliação.	Supremo Tribunal de Justiça
61	24/2/1886	1887	Direito administrativo	Accordão n. 10417 – A desapropriação nos termos do §22 do art. 179 da Constituição do Imperio dá ensejo á indemnisação.	Supremo Tribunal de Justiça
62	3/4/1886	1887	Processo criminal	Accordão n. 2558 – Nulidades no julgamento do tribunal do jury.	Supremo Tribunal de Justiça

63	14/4/1886	1887	Direito criminal	Accordão n. 2554 – Ocultação de escriptura no crime de bancarrota fraudulenta.	Supremo Tribunal de Justiça
64	19/5/1886	1887	Direito comercial	Accordão n. 10456 – Mandato em sociedade mercantil.	Supremo Tribunal de Justiça
65	22/5/1886	1887	Processo civil	Accordão n. 10414 – Nullidade por falta de conciliação previa ao processo.	Supremo Tribunal de Justiça
66	26/5/1886	1887	Processo civil (competência)	Accordão n. 10449 – Juízo competente para o inventario e partilha.	Supremo Tribunal de Justiça
67	26/5/1886	1887	Processo civil (recursos)	Accordão n. 10470 – Prazo para interposição de recurso.	Supremo Tribunal de Justiça
68	5/6/1886	1887	Direito civil	Accordão n. 10454 – Validade de contracto ante-nupcial.	Supremo Tribunal de Justiça
69	9/6/1886	1887	Processo civil	Accordão n. 10460 – Falta de competência do engenheiro no processo de desapropriação.	Supremo Tribunal de Justiça
70	14/7/1886	1887	Processo comercial	Accordão n. 10484 – Autos de revista commercial, concedendo a pedida de assistir ao relatório.	Supremo Tribunal de Justiça
71	31/7/1886	1887	Processo civil	Accordão n. 10503 – Revogação de sentença que passa em julgado	Supremo Tribunal de Justiça
72	4/8/1886	1887	Processo civil (competência)	Accordão n. 10490 – Juízo competente para o inventario	Supremo Tribunal de Justiça
73	18/8/1886	1887	Processo civil	Accordão n. 10447 – Imprescindibilidade da tentativa de conciliação previa ao processo	Supremo Tribunal de Justiça
74	1/9/1886	1887	Direito civil	Accordão n. 10463 – Nullidade de contracto	Supremo Tribunal de Justiça
75	4/9/1886	1887	Direito civil	Accordão n. 10520 – Nullidade da escriptura de hypotheca	Supremo Tribunal de Justiça
76	18/9/1886	1887	Direito comercial	Accordão n. 2562 – Responsabilidade dos socios em processo de fallencia	Supremo Tribunal de Justiça
77	22/9/1886	1887	Processo civil (competência)	Accordão n. 10502 – Incompetencia do juizo <i>a quo</i>	Supremo Tribunal de Justiça
78	3/11/1886	1887	Processo civil	Accordão n. 10582 – Insuficiencia da prova testemunhal para certificar divida superior a taxa da lei	Supremo Tribunal de Justiça
79	3/11/1886	1887	Processo criminal	Accordão n. 2566 – Incompetencia do juizo <i>a quo</i> para julgar crime de falsificação de moeda	Supremo Tribunal de Justiça
80	10/11/1886	1887	Processo criminal	Accordão n. 2567 – Direito de queixa contra infratores do privilegio de fabricação de querosene inexplosivel (crime de infracção de privilegio)	Supremo Tribunal de Justiça
81	24/11/1886	1887	Processo civil	Accordão n. 10524 – Habilitação em concurso á preferencia hypothecaria	Supremo Tribunal de Justiça

82	24/11/1886	1887	Processo civil (escravidão)	Accordão n. 10537 – Carta de liberdade a escravos hypothecados é considerada fraude a execução	Supremo Tribunal de Justiça
83	12/2/1887	1887	Processo civil (escravidão)	Accordão n. 10554 – Carta de liberdade a escravos hypothecados é considerada fraude a execução	Supremo Tribunal de Justiça
84	6/6/1886	1888	Processo criminal	A prescrição do delicto inafiançável pode ser alegada, estando o indiciado solto, embora pronunciado. Esgotado o prazo da prescrição a pronuncia decretada apoz o respectivo lapso de tempo, não prejudica o iniciado.	Supremo Tribunal de Justiça
85	21/9/1887	1888	Processo comercial	A falta de declaração do recebimento de generos seguros em uma apolice aberta importa a nullidade desta, se assim foi estipulado na apolice. Não obsta ao pronunciamento da nullidade a condenação dos segurados da indemnisação de parte do objecto do seguro, ainda que a sentença tenha sido confirmada na superior instancia, e embora nessa acção se tenha discutido a questão da nulidade arguida. Advogados: A. J. Rodrigues Torres, Netto. José da Silva Costa	Supremo Tribunal de Justiça
86	7/12/1887	1888	Processo criminal	Accordão n. 2614 – O offendido não pode servir como testemunha numeraria.	Supremo Tribunal de Justiça
87	5/10/1887	1888	Direito criminal	Accordão n. 2602 – O peculato só existe quando o facto é praticado em razão de emprego e com má fé.	Supremo Tribunal de Justiça
88	13/10/1887	1888	Processo criminal	Accordão n. 2607 – O protesto por novo julgamento perante o jury não póde ser recusado. A denegação de agravo em caso de recusa, e seu provimento são violadores da lei. Havendo circunstancias aggravantes, a pena não póde ser imposta no gráo mínimo.	Supremo Tribunal de Justiça
89	8/10/1887	1888	Processo comercial	Accordão n. 2604 – A declaração da quebra depende da prova da cessação de pagamentos. A fallencia de um sócio não induz a quebra da sociedade de que faz parte.	Supremo Tribunal de Justiça
90	18/5/1887	1888	Processo criminal	Accordão n. 2586 – A inobservância do art. 61 do Codigo do processo criminal induz nulidade.	Supremo Tribunal de Justiça
91	17/8/1887	1888	Processo criminal	Accordão n. 2595 – Os quesitos do Jury só devem conter questões de facto.	Supremo Tribunal de Justiça
92	5/3/1887	1888	Processo civil (recursos)	Accordão n. 10529 – A sentença passada em julgado é annullavel sómente pelos meios do art. 681 do Regul. n. 737 de 1850. Os embargos de declaração não excluem a appellação.	Supremo Tribunal de Justiça

93	16/3/1887	1888	Processo civil (competência)	Accordão n. 10567 – O juiz deprecado não conhece de materia infringente do julgado	Supremo Tribunal de Justiça
94	19/3/1887	1888	Processo civil (competência)	Accordão n. 10604 – O feito na relação deve ser julgado pelo juiz a quem tocar.	Supremo Tribunal de Justiça
95	23/3/1887	1888	Direito civil	Accordão n. 10589 – Havendo menores deve ser nomeado curador á lide.	Supremo Tribunal de Justiça
96	2/4/1887	1888	Processo civil	Accordão n. 10428 – O privilegio concedido á mulher casada não é extensivo aos litis-consorcios.	Supremo Tribunal de Justiça
97	25/5/1887	1888	Direito comercial	Accordão n. 10514 – Juros não estipulados nem estabelecidos por lei não são devidos. Divida e quota social são incompatíveis.	Supremo Tribunal de Justiça
98	8/6/1887	1888	Processo civil	Accordão n. 10579 – Contra menores a prescrição não corre. Nas causas indivisas a defesa de um dos litigantes aproveita aos outros.	Supremo Tribunal de Justiça
99	18/6/1887	1888	Processo civil	Accordão n. 10584 – Os juízos do primeiro acordão devem officiar no segundo.	Supremo Tribunal de Justiça
100	22/6/1887	1888	Processo civil	Accordão n. 10581 – A habilitação incidente é necessaria na execução por conciliação effectuada.	Supremo Tribunal de Justiça
101	23/6/1887	1888	Direito civil	Accordão n. 10671 – O art. 2 §4 da lei n. 1237 de 24 de setembro de 1864 não tem applicação senão ás hypothecas convencionaes.	Supremo Tribunal de Justiça
102	20/7/1887	1888	Processo civil	Accordão n. 10659 – A habilitação incidente é necessaria na execução por conciliação effectuada.	Supremo Tribunal de Justiça
103	6/7/1887	1888	Processo comercial	Accordão n. 10664 – A liquidação e partilha social excluem reclamação de qualquer sócio fora do prazo do art. 348 do Código do Commercio.	Supremo Tribunal de Justiça
104	6/7/1887	1888	Processo comercial	Accordão n. 10651 – Havendo certeza de não terem sido citados os credores de um fallido para a 2ª reunião é nulla a concordata.	Supremo Tribunal de Justiça
105	9/7/1887	1888	Direito comercial	Accordão n. 10619 – A prohibição estabelecida no instrumento social de se usar da firma social e para negocios estranhos á sociedade não prevalece provando-se que foi usada em aceite de letras, mediante comissão percebida em beneficio da sociedade.	Supremo Tribunal de Justiça
106	9/7/1887	1888	Processo comercial	Accordão n. 10640 – A divisão do pedido, para se condenar em parte contra a prova feita é contraria a direito.	Supremo Tribunal de Justiça
107	13/7/1887	1888	Processo civil (competência)	Accordão n. 10643 – A substituição do juiz certo induz incompetencia, utilidade maior do que a qual não ha.	Supremo Tribunal de Justiça

108	30/7/1887	1888	Processo civil	Accordão n. 10661 – A decisão sem ou com falsa causa é nulla e autorisa a concessão de revista.	Supremo Tribunal de Justiça
109	10/8/1887	1888	Processo civil (competência)	Accordão n. 10666 – É civil o depósito quando é feito em poder de comerciante por causa proveniente do commercio, sendo competente o juízo civil.	Supremo Tribunal de Justiça
110	13/8/1887	1888	Processo civil	Accordão n. 10656 – Recusado um juiz não pode o feito seguir nem esse juiz officiar antes que se permitisse á parte usar dos meios legais.	Supremo Tribunal de Justiça
111	3/8/1887	1888	Processo civil	Accordão n. 10629 – Sem ratificação das partes nos casos em que é ella necessaria não há contracto, decisão contraria é dada com falsa causa e por isso nulla.	Supremo Tribunal de Justiça
112	10/9/1877	1888	Processo civil	Accordão n. 10685 – A falta de distribuição do feito ao Desembargador que funcionou como Relator induz nullidade.	Supremo Tribunal de Justiça
113	28/9/1887	1888	Direito civil	Accordão n. 10692 – O direito permite a substituição fideicomissaria sob a dupla condição <i>si morietur et sine liberis decesserit</i> . O acontecimento da morte do fiduciario importa condição suspensiva durante cuja pendencia nem um direito formado assiste ao fideicomissario mas uma simples expectativa intransmissivel.	Supremo Tribunal de Justiça
114	5/10/1887	1888	Processo comercial	Accordão n. 10655 – O saldo de conta corrente devido por comerciante só pode ser pedido no juizo do commercio.	Supremo Tribunal de Justiça
115	12/10/1887	1888	Direito civil	Accordão n. 10717 – Não é licito ao filho pedir alimentos aos herdeiros do pae.	Supremo Tribunal de Justiça
116	15/10/1887	1888	Processo civil	Accordão n. 10721 – A citação inicial ao tutor e essencial nos processos em que há menores interessados.	Supremo Tribunal de Justiça
117	9/11/1887	1888	Processo civil	Accordão n. 10720 – A acção “commum dividendo” deve preceder conciliação e havendo menores devem ter curador á lide.	Supremo Tribunal de Justiça

ANEXO A – Capa do v. 1, n. 1 da *Revista* (1ª fase)

**ANEXO B – *Programma da Revista* (1ª fase)****PROGRAMMA DA REVISTA**

---

Para execução do art. 53 do regimento interno do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, resolve o mesmo Instituto o seguinte :

Art. 1.º Fica creada uma revista, que terá por titulo *Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*.

Art. 2.º A sua redacção será confiada a 11 membros effectivos, dos quaes oito serão escolhidos por eleição no fim de cada anno, em sessão que fôr designada, e os outros serão o presidente, secretario e thesoureiro do mesmo Instituto.

Art. 3.º As deliberações da redacção serão tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade. Para deliberar é necessario que se reúnam quatro membros além do presidente; podendo, porém, prescindir de sessões.



— 4 —

Art. 4.º No impedimento ou falta de qualquer dos membros o presidente designará quem o substitua.

Art. 5.º A *Revista* tem por fim a publicação pela imprensa de tudo quanto fôr concernente ao Instituto.

Art. 6.º As actas serão publicadas chronologicamente em resumo ou extracto; aquellas, que contiverem materia importante em relação a discussões scientificas havidas nas sessões ou conferencias, o serão em sua integra.

Art. 7.º Deverão na *Revista* ser publicados todos os trabalhos do Instituto.

Art. 8.º Poderão tambem sêl-o quaesquer trabalhos juridicos que pela redacção sejam admittidos a essa publicação; precedendo, porém, a leitura dos mesmos em sessão do Instituto, sendo possivel.

Art. 9.º O que fica disposto no artigo antecedente é extensivo ás decisões dos poderes do Estado, com especialidade do Judiciario, que importem solução ou intepretação de principios de direito ou jurisprudencia.

Art. 10. Os trabalhos dos socios terão preferencia aos das pessoas estranhas.

Art. 11. Nenhum trabalho será publicado sob

## — 5 —

o anonymo ; excepto se seu autor assim o exigir, manifestando, todavia, á redacção o seu nome.

O trabalho remetido á commissão para ser publicado o será sem assignatura do seu autor, até que por ella seja approvada a publicação.

Art. 12. São absolutamente excluidos quaesquer trabalhos ou discussão, mesmo incidentes, offensivos da religião, da constituição e das leis.

Art. 13. Se a redacção entender que o trabalho não póde ser publicado senão com algumas modificações, o fará constar ao seu autor, que as adoptará, se quizer, ou retirará o trabalho.

Art. 14. A *Revista* será mensal, podendo todavia reunir-se até tres mezes, se a falta de materia ou outro motivo impedir que seja publicada no fim de cada mez.

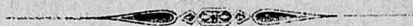
Art. 15. O formato da *Revista*, a distribuição das materias e os detalhes respectivos ficão ao prudente arbitrio da redacção ; assim como a parte economica da mesma *Revista* : do que tudo dará a commissão conta ao Instituto, no fim de cada semestre, em relatorio que apresentará.

Art. 16. Os membros effectivos teem direito a receber gratuitamente os numeros da *Revista*, logo que se forem publicando ; salvo se houver

— 6 —

necessidade de alguma contribuição dos socios, para que se não interrompa a publicação.

Art. 17. Será também exposta á venda pelo preço em que for cada numero taxado pela comissão. E poderão admittir-se assignantes, mediante a importancia que for do mesmo modo arbitrada.



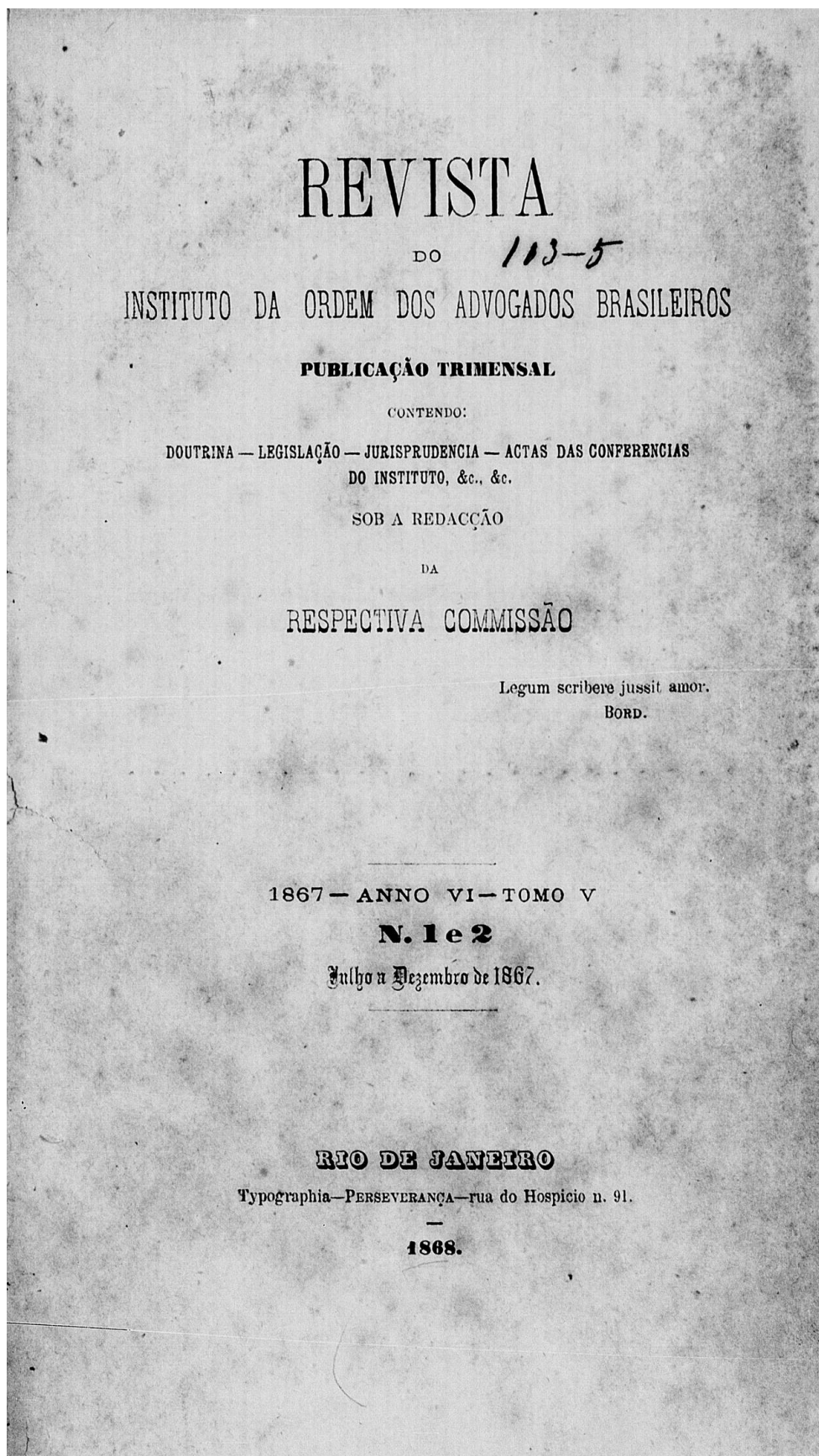


## ANEXO C – Índice da Revista (1ª fase)

## INDICE DO TOMO I.

	Pag.
Programma da Revista. . . . .	3
Aviso de 7 de Agosto de 1843 (approvando os estatutos do Instituto dos Advogados Brasileiros). . . . .	7
Estatutos do Instituto. . . . .	8
Portaria de 15 de Maio de 1844 (approvando o regimento interno). . . . .	10
Regimento interno do Instituto . . . . .	11
Decreto 393 de 23 de Novembro de 1844 (concedendo aos membros do Instituto certas regalias). . . . .	24
Portaria de 29 de Maio de 1849 (approvando o sello do Instituto). . . . .	25
Decreto 737 de 25 de Novembro de 1850 (mantendo as prerogativas dos membros do Instituto). . . . .	26
DECISÕES DO INSTITUTO.—DIREITO CIVIL.—Questões de liberdade.— <i>Se escravos libertos em testamento com obrigação de servir tiverem filhos enquanto durar este onus, elles são livres. Não são obrigados a prestar serviços como suas mães. Tais serviços são intransferíveis.</i> . . . .	27
Actas das sessões de 7 de Setembro de 1843 á 22 de Maio de 1844 . . . . .	37
DECISÕES DO INSTITUTO.—DIREITO CIVIL.—Filiação natural.— <i>A lei de 2 de Setembro de 1847 não é extensiva á filiação natural materna</i> . . . . .	49
Actas das sessões de 9 de Setembro de 1847 á 9 de Dezembro do mesmo anno. . . . .	56
Aviso 279 de 17 de Dezembro de 1853 ( <i>A lei de 2 de Setembro de 1847 não é extensiva á filiação materna</i> ). . . . .	59
Accordão da Relação da Corte de 4 de Novembro de 1859 ( <i>A lei de 2 de Setembro de 1847 não é applicavel á filiação natural materna</i> ) . . . . .	60
Accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 15 de Fevereiro de 1862. ( <i>A lei de 2 de Setembro de 1847 é restricta á filiação natural paterna</i> ). . . . .	61
Discurso recitado pelo Sr. Conselheiro Montezuma na sessão de instalação do Instituto dos Advogados em 7 de Setembro de 1843. . . . .	67
DECISÕES DO INSTITUTO.—DIREITO MERCANTIL.— <i>Inviolabilidade dos livros de commercio. Em que casos tem lugar a sua exhibição. Em que juizos, e a favor de quem. Falsidade nelles commettida quando póde constituir crime</i> . . . .	119

	Pag.
Actas das sessões de 22 de Março de 1848 á 10 de Dezembro de 1849. . . . .	127
Aviso n.º 171 de 30 de Setembro de 1839 ( <i>Nos crimes afiançaveis e naquelles em que os réos se pôdem livrar soltos, pôdem estes ser accusados, ainda que estejam ausentes fóra do Imperio, ou em lugar não sabido; mas devem ser comprehendidos nos editaes, e só então serão processados á revelia, se não comparecerem</i> ). . . . .	143
Accordão do Supr mo Tribunal de Justiça de 29 de Setembro de 1860. ( <i>E' indispensavel que a ausencia do delinquente em crime afiançavel seja certa por diligencias legaes para que possa elle ser accusado e julgado á revelia</i> ). . . . .	145
Accordão da Relação de Pernambuco de 7 de Julho de 1862. ( <i>Nulla é o julgamento á revelia do réo ausente, sem que se tenham preenchido as diligencias, e sido chamado edictalmente</i> ). . . . .	146
Memoria sobre a revisão g ral e codificação das leis civis e do processo no Brasil, lida em sessão do Instituto de 7 de Setembro de 1845 pelo seu autor Dr. Francisco Ignacio de Carvalho Moreira. . . . .	147
<b>DECISÕES DO INSTITUTO.—DIREITO CONSTITUCIONAL E CRIMINAL.</b> <i>Nos crimes denominados da alcaid, commettidos por deputado ou senador, são competentes os juizes ordinarios para formarem o processo até sentença exclusiva. Assim instruido devem remette-lo á camara respectiva, que deliberará se deve proseguir a accusação: e no caso affirmativo, ao Senado compete o julgamento.</i> . . . . .	
Actas das sessões do Instituto de 1850. . . . .	173
Aviso n.º 231 de 21 de Agosto de 1855. ( <i>Uma sociedade agricola, e outras do mesmo genero, não são commerciaes; e portanto não é competente o juizo do commercio</i> ). . . . .	183
Accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 25 de Junho de 1862. ( <i>As sociedades agricolas, lavoura, de criação de gado, e outras semelhantes, são civeis, e não mercantis; portanto não são sujeitas ao juizo e legislação commercial</i> ). . . . .	189
Memoria sobre o melhoramento da sorte dos escravos no Brasil, lida em sessão do Instituto de 7 de Setembro de 1845, pelo seu autor o Dr. Caetano Alberto Soares. . . . .	191
Commissão de Redacção da Revista do Instituto dos Advogados em o anno de 1862 . . . . .	194
	231

ANEXO D – Capa do v. 4, n. 1 da *Revista* (2ª fase)

ANEXO E – *Programma da Revista* (2ª fase)

## PROGRAMMA DA REVISTA.

---

O Instituto dos Advogados Brasileiros enceta de novo com este numero a publicação de sua *Revista*, suspensa por motivos que não importa agora averiguar.

Uma associação tão importante, por qualquer lado que se a encare, não póde deixar de ser representada por uma *Revista*, que noticie, fóra do recinto de suas sessões hebdomadarias, o que nellas se trata, discute e resolve.

Em 1864 e 1866 não foi ella publicada, e no anno de 1865 só o foi uma vez e em um só numero de 67 paginas, abrangendo 10 mezes,—de janeiro a outubro!

Práza a Deus que a sua publicação não seja interrompida d'ora em diante.

A sua regularidade sobremodo concorrerá para maior brilho, respeito e consideração de que elle é merecedor por suas luzes, que dão todo o merito ás suas decisões scientificas, resultantes de debates

## — 2 —

esclarecidos sobre qualquer ponto de Direito e de Jurisprudencia.

Para este fim, porém, e para que o Instituto conserve e mantenha a sua honrosa posição e não se exinane, faz-se necessaria muita dedicação, apurado estímulo e acrisolado amor de classe da parte dos socios.

Cumpre (é forçoso dizel-o) que reneguem o máo humor de glacial e inveterada indifferença que os domina, alcançando-se dest'arte dois legitimos e desejaveis fins e são:

Que, de uma vez para sempre, se exterminem todos os males conhecidos que deslustram a classe e a profissão de advogado.

Que não se desprendam os liames de fraternidade que devem reciprocamente ligar uns aos outros, sacerdotes do mesmo culto, conservando-se a unidade tão preconizada por Santo Agostinho n'estas sollemnes palavras: — *Omnis forró pulchritudinis forma unitas est.*

Do contrario, desaparecerá o interesse commun e em debandada, cada qual tratará de si em detrimento de tão nobre profissão, que, em todos os tempos, em todas as nações, mereceu profunda veneração — e que, segundo a sublime expressão do Chancellor d'Aguesseau, é tão antiga como a Magistratura, tão nobre como a virtude, tão necessaria como a justiça.

Além de tudo, é o Instituto uma corporação consultiva, onde os poderes do estado encontrarão sempre presentaneo auxilio; e o Instituto se ufana



## — 3 —

de ter sido por vezes honrado com consultas em diversas conjuncturas.

Tão sublime padrão de gloria compensará em demazia qualquer sacrificio que se faça.

Basta commemorar a subida importancia e excelsa consideração que semelhantes instituições gozam na França, Inglaterra, Estados-Unidos e na sábia Allemanha, onde as sciencias e especialmente a do Direito têm sido aprofundadas por pensadores sem rivaes, para que o Instituto da ordem dos Advogados Brasileiros, que tem a sua séde na opulenta e illustrada capital do imperio, se engrandeça e faça jus aos mais altos titulos por seus relevantes serviços á causa da humanidade.

O programma adoptado da *Revista* é o seguinte:

Será dividida em quatro partes principaes:

A primeira, denominada de — Doutrina, — comprehenderá artigos ou dissertações sobre qualquer these juridica.

A segunda, de — Legislação — conterà as leis, decretos, avisos e as consultas das secções do conselho de estado que tenham applicação a qualquer dos ramos de Direito Civil, Commercial, Criminal, Ecclesiastico e Formal.

A terceira, de — Jurisprudencia — consistirá nas decisões dos juizes e tribunaes (jurisprudencia dos arestos ou *usus fori*).

A quarta é reservada para as actas do Instituto com as discussões em extracto e com as decisões das questões discutidas.

Estas quatro partes são de tão intuitiva importancia

— 4 —

e proficuidade, que apenas ponderaremos a facilidade de encontrar-se reunidos os luminosos pareceres do conselho de estado, que não se acham colleccionados, e as decisões, os casos julgados pelos tribunaes do paiz com toda a sua força de autoridade doutrinal, e que são o melhor fanal para os advogados e juizes no labyrintho dos pontos abstrusos do Direito, que, segundo a judiciosa expressão de um jurisconsulto, é um mar sem praias.

Os arestos não tem só o cunho de irrefragavel verdade entre as partes a quem interessam.

Se elles são bem fundamentados; se repousam sobre uma solida argumentação; se consistem em uma luminosa demonstração de qualquer problema juridico, elles têm a autoridade doutrinal pela força dos fundamentos em que se baseam os juizes.

Os arestos, pois, não devem ser absolutamente desprezados, recusando-se toda a autoridade *ao— unus fori*— porque, como diz Du Molin— *Leges in scholis deglutuntur, in palatiis digeruntur.*

Não devem tambem ser aceitos com cega deferencia, humilhando-se servilmente a razão ás decisões judiarias, tendo-se sempre em vista a judiciosa maxima dos romanos— *non exemplis, sed legibus judicandum*— porque a jurisprudencia que não é o justo desenvolvimento e applicação da lei é inaceitavel, como aconselha o advogado Servan nesta sublime comparação:— *A jurisprudencia assimilha-se aos arenosos desertos da Africa, onde o viajante segue a muito custo as pégadas do viajante que o precede, mas*

— 5 —

*que um tufão, sobrevindo repentinamente, as desfaz. Só lhe resta então tomar por guia o Sol; é a LEI.*

Dest'arte será a *Revista* o vade-mecum, o aidé-memoire, o repertorio, ou como quizerem denominar-a, mais precioso que o Instituto pôde prodigalisar, como fructo de suas lucubrações, nesta época em que parece dominar a descrença e o phyrhónico—*non liquet*— do philosopho grego, aos contemporaneos, que a conservarão com zelo para transmittirem-a aos vindouros.

O Instituto, em virtude dos arts. 8 e 11 da resolução sobre o programma da *Revista*, aceita, para serem publicados quaesquer artigos de collegas que não sejam socios, os quaes artigos serão remettidos á commissão de redacção sem a assignatura do autor e depois de approvados pela commissão, serão lidos em sessão, sendo possível, para serem publicados na *Revista*, não sob o anonymo, salvo se o autor assim o exigir, manifestando todavia á commissão o seu nome.

Setembro de 1867.

**José Figueiredo de Andrade.**

---

## ANEXO F – Summario da Revista (2ª fase)

## SUMMARIO DA REVISTA.

Programma da Revista, pelo Dr. José Figueiredo de Andrade .....	Pag. 1 a 5
<b>PRIMEIRA PARTE.—DOCTRINA,</b>	
Legitimidade dos Tribunaes do Commercio, como tribunaes de segunda instancia, pelo Dr. Manoel de Oliveira Fausto .....	7 a 22
Visto o art. 161 da Constituição. Visto o art. 673 § 1.º do Regulamento n. 737 de 1850. Visto o art. 674 do mesmo Regulamento. A nullidade, proveniente da falta de conciliação, pôde ser ratificada pelas partes? pelo Dr. Francisco José de Lemos .....	22 a 27
<b>SEGUNDA PARTE.—LEGISLAÇÃO.</b>	
Resolução de questões relativas a casamentos celebrados por pastores das religiões toleradas.....	23 a 33
Consulta acerca da organização dos conselhos de guerra.....	33 a 38
Competencia do fóro militar para julgar uma praça que mata seu camarada fóra do quartel .....	38 a 39
Consulta respectiva.....	40 a 67
Consulta sobre o testamento feito por um furriel, por ocasião de sua morte, a bordo do vapor <i>Onze de Junho</i> .....	67 a 70
Fragmentos da Lei do Orçamento n.º 1,507 de 25 de Setembro de 1857.....	70 a 75
Circular sobre o art. 39 desta lei.....	75 a 76
Idem sobre a cobrança de impostos.....	76 a 77
Idem sobre a execução do art. 12 da mesma lei com as respectivas instrucções .....	77 a 78
Artigos do Decreto de 1863 á que se referem as instrucções.....	78 a 80
Consulta sobre a competencia do fóro para julgamento de uma escolta da guarda nacional que deixa fugir um criminoso.....	80 a 83
Idem sobre a suspensão da profissão de advogado não formado.....	83 a 90
Idem sobre o partidor que deve proceder á partilha nos inventarios que correm pelo Juizo dos Feitos da Fazenda.....	90 a 91
Aviso sobre a presidencia do Jury, não havendo na comarca juiz formado que substitua o juiz de direito.....	91 a 93
Consulta respectiva.....	93
Aviso sobre o deposito de uma letra de cincoenta contos de réis.....	94 a 95
Consulta respectiva.....	95 a 96
Aviso sobre certidões de quinhões, pedidas por diversos herdeiros em uma só petição.....	96 a 98
Consulta respectiva.....	98
Aviso sobre a presidencia interina do Tribunal do Commercio.....	99
Idem sobre a competencia dos juizes dos feitos da Fazenda para tomarem conhecimento das reclamações de contractos feitos com particulares.....	100
Idem sobre a jurisdicção a que estão sujeitos os subditos brasileiros que exercem funcções consulares.....	100 a 101
Idem sobre a substituição do juiz da 2.ª vara commercial da corte nos seus impedimentos.....	101 a 102
Idem sobre a fuga de guardas nacionaes designados para o serviço da guerra.....	
Idem sobre a providencia a tomar-se quando pela falta da es-	

	<i>Pag.</i>
cripturação dos trapiches e armazens alfandegados, se não pôde conhecer a exactidão dos balanços.....	102 a 103
Idem sobre o registro dos contractos de sociedades commerciaes que só pôde ser ordenado pelos Tribunaes do Commercio..	103 a 104
Idem declarando que ao escrivão de orphãos e não ao tabellião compete escrever nos feitos da provedoria de capellas e residuos.....	104 a 105
Idem declarando que o juiz de paz e subdelegado, suspenso por crime de responsabilidade do cargo policial, não pôde exercer o cargo popular.....	105 a 106
Idem sobre a competencia dos Presidentes das Relações para imporem pena aos advogados que retêm os autos, depois de manifestada a revista.....	106
Idem sobre incompatibilidade do exercicio de escrivão com o de procurador da Camara Municipal.....	107
Idem declarando que a nomeação interina dos empregos de justiça compete ao juiz municipal letrado.....	107
Idem declarando qual o meio e o processo para obrigar os trapicheiros a munirem-se de livros e escritural-os na fórma da lei....	108
Idem declarando sobre quem deve recahir a designação para o lugar de official do registo geral das hypothecas.....	109
Decreto n.º 9,900, de 26 de Junho de 1867 que regula o juizo arbitral do commercio.....	110 a 120
Consulta a que se refere o aviso de fl. 99 sobre a competencia dos Juizes dos Feitos para tomarem conhecimento das reclamações de contractos entre os particulares e as presidencias.....	121 a 142

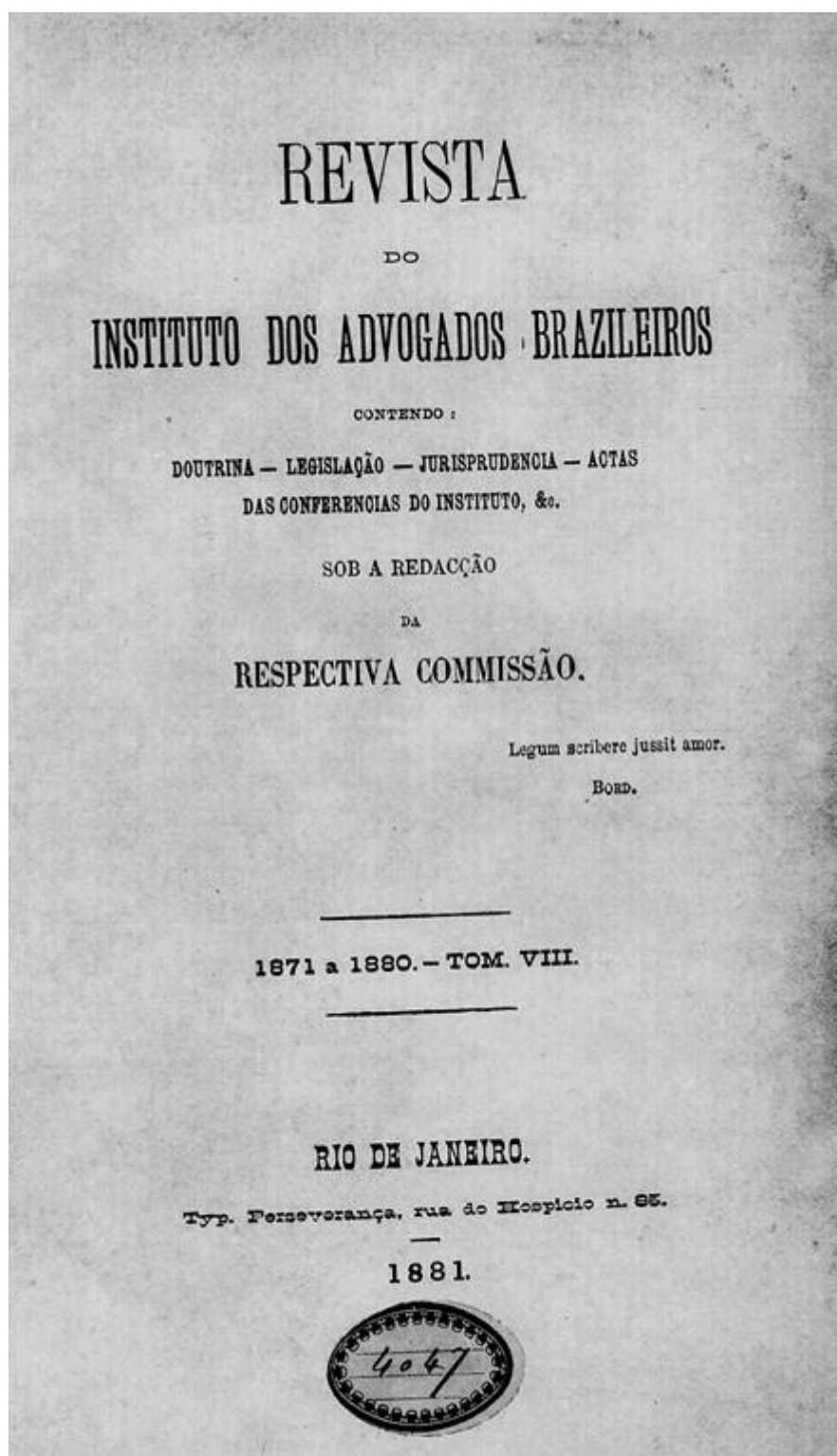
### TERCEIRA PARTE.—JURISPRUDENCIA.

A acção, nos juizes de paz, é a summaria do art. 237 do Regulamento n.º 737 de 25 de novembro de 1850.....	143 a 149
No juizo commercial só podem ser ajuizadas letras de terra aceitas por pessoas não commerciantes, quando esses titulos são iguaes ás letras de cambio.....	150 a 151
Para a concessão de habeas-corpus não é necessaria a prisão do impetrante.— A simples ordem de prisão é considerada constrangimento illegal.....	153
Na acção de despejo de predios urbanos, não ha necessidade de extrahir-se sentença, julgado o lançamento. Basta o mandado ordenado pela sentença para que se effectue o despejo. Ao mandado pôde a parte oppôr embargos que couberem no caso, os quaes só o suspenderão quando forem de retenção de bemfeitorias feitas com consentimento do senhorio ou de nullidade provada do ventre dos autos.....	154 a 164
O depoimento falso não pôde ser considerado perjurio no sentido legal serão quando fôr prestado perante o tribunal ou juiz que tem de pronunciar sobre o facto a que o depoimento se refere ...	164 a 167
Os credores de dominio podem, nas fallencias allegar, embargos de 3.º senhor e possuidor .....	167 a 168

### QUARTA PARTE.

Actas das conferencias do Instituto .....	169 a 199
MISCELLANEA.	
Magistratura e empregos de Justiça .....	200 a 222
Rasgo de probidade.....	222



ANEXO G – Capa do v. 8, n. 1 da *Revista* (3ª fase)

ANEXO H – *Programma da Revista* (3ª fase)

— 294 —

~~Conselheiros Saldanha e Liberato Barrozo Drs. Fil-~~  
~~gueiras, Cottias, Leitão Azevedo Macedo Chaves Earia,~~  
~~Baptista Pereira, Varela, Valle, Torres Netto, Bulhões,~~  
~~Lemos e Fernando Mendes, abre-se a sessão da as-~~  
~~samblea geral occupando a secretaria o Dr. Fernando~~  
~~Mendes.~~

~~Comparecem depois de aberta a sessão os dois~~  
~~ultimos senhores.~~

~~Estando presente o socio eleito Sr. Dr. José de~~  
~~Siqueira Alvaros Borgeho toma assento com as forma-~~  
~~lidade do estylo.~~

~~Faltam com participação os Srs. Drs. secretario,~~  
~~Thomaz Alves, von Giffenig, Araujo dos Santos e~~  
~~Gonzaga.~~

~~Expediente. Conta de Oliveira fe. G. para que~~  
~~lha sejam pagar 90\$000 pela impressão do projecto dos~~  
~~tribunaes correccionaes. Approvado o pagamento.~~

~~A commissão de jurisprudencia apresenta por meio~~  
~~do Sr. Dr. Baptista Pereira o seguinte programma para~~  
~~a publicação da Revista o qual é approvado depois~~  
~~de um debate em que tomam parte os Srs. Drs. Azevedo~~  
~~Macedo, Baptista Pereira e Fernando Mendes.~~

---

Instrucções e programma para a publicação da  
*Revista dos Advogados Brasileiros.*

*Artigo primeiro.*

O Instituto dos Advogados publicará uma *Revista*,

## — 295 —

que terá o título de *Revista do Instituto dos Advogados Brasileiros*.

§ 1.º A *Revista* será publicada mensalmente, podendo ser depois de quinze em quinze dias, e por ultimo todas as semanas, sobre proposta da commissão de redacção, e por deliberação do conselho de disciplina.

§ 2.º A despesa da publicação se fará com os recursos da thesouraria, e com o producto das assignaturas.

*Artigo segundo.*

A *Revista* será publicada sobre a immediata direcção de uma commissão de redacção composta de tres membros, escolhidos pela assembléa geral.

§ 1.º Os trabalhos desta commissão serão regulados por accôrdo de seus membros.

§ 2.º Poderão ser publicados artigos sem assignatura, sob a immediata responsabilidade da commissão. Todos os outros trabalhos deverão ter a assignatura dos seus autores.

§ 3.º Nem um trabalho será publicado sem o consentimento da commissão.

*Artigo terceiro.*

O Instituto não responde pelas doutrinas expendidas na *Revista*.

*Artigo quarto.*

A *Revista* se dividirá em cinco partes :



## — 296 —

1.ª De doutrina, na qual poderão ser tratadas todas as questões de direito em geral, e de legislação patria o estrangeira :

2.ª De jurisprudencia, na qual serão publicadas as decisões dos tribunaes do paiz e do estrangeiro, analisadas e criticadas debaixo do ponto de vista juridico e legal :

3.ª De bibliographica, contendo a noticia e estudo critico de obras nacionaes e estrangeiras, relativas ao direito, á jurisprudencia, e á legislação :

4.ª De legislação, contendo a publicação de leis e outros actos dos poderes publicos, do paiz, e do estrangeiro, que possam interessar aos fins do Instituto, e a critica desses actos :

5.ª Chronica, ou publicação de factos que possam interessar ao estudo do direito ou aos fins do Instituto.

*Artigo quinto.*

Em uma secção especial serão publicadas as actas das sessões da assembléa geral e do conselho disciplinar.

Sala das sessões do Instituto, 23 de Outubro de 1880.—*Baptista Pereira.*—*Dr. Liberato Barroso.*

O Sr. Dr. Baptista Pereira requer convocação extraordinaria do conselho para approvação dos pontos para os monographias. E' marcado o dia 27 do corrente ás 7 horas da tarde.

Entra em discussão o projecto elaborado por ordem do Instituto sobre os tribunaes correccionaes.

ANEXO I – *Summario da Revista* (3a fase)

## SUMMARIO DA REVISTA

## PRIMEIRA PARTE – DOCTRINA.

	PAGS.
Questão de indemnisação.....	1
A Universidade.....	5
Tribunaes correccionaes.....	11
Do perjúrio.....	21

## SEGUNDA PARTE – LEGISLAÇÃO.

Decreto n. 3129 de 14 de Outubro de 1882, regulando a concessão de patentes aos autores de invenção ou descoberta industrial.....	72
Regulamento para a execução da Lei n. 3129 de 14 de Outubro de 1882.....	84
Lei n. 3110 de 30 de Outubro de 1882, orçando a receita geral do Imperio para os exercicios de 1882—83 e 1883—84.....	116
Lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882, regulando o estabelecimento de Companhias e Sociedades anonymas.....	129
Decreto n. 8821 de 30 de Dezembro de 1882, dando regulamento para a execução da Lei n. 3150 de 4 de Novembro de 1882	152

## TERCEIRA PARTE – JURISPRUDENCIA.

Jurislicção Civil.— Effeitos da appellação.....	202
» Commercial.— Risco maritimo.....	213
» » — Conflicto de Jurisdicção.....	253

## QUARTA PARTE.

Actas das conferencias do Instituto.....	286
--	-----

## BOLETIM.

União internacional para a protecção da propriedade industrial.	353
---	-----